

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-graduação em História

Vitor Paulo Azevedo de Araújo

**SUBVERSÃO NA TERRA DO OURO: A ação comunista nas minas da Morro Velho
1943-1964**

Belo Horizonte

2025

Vitor Paulo Azevedo de Araújo

**SUBVERSÃO NA TERRA DO OURO: A ação comunista nas minas da Morro Velho
1943-1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte

2025

981.51 A663s 2025	Araújo, Vitor Paulo Azevedo de. Subversão na Terra do Ouro [recurso eletrônico] : ação comunista nas minas da Morro Velho 1943-1964 / Vitor Paulo Azevedo de Araújo. - 2025. 1 recurso online (347 f.): pdf. Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia. 1.História – Teses. 2. Comunismo - Teses. 3.Movimento operário - Teses. 4. Trabalho - Teses. 5. Mina de Morro Velho (MG) – Teses. I. Motta, Rodrigo Patto Sá. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO / PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Subversão na Terra do Ouro: ação comunista nas minas da Morro Velho"

Vitor Paulo Azevedo de Araújo

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Prof. Dr. Alessandro Batistella
UPF

Prof. Dr. Samuel Silva Rodrigues de Oliveira
CEFET/RJ

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 25/11/2025, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samuel Silva Rodrigues de Oliveira, Usuário Externo**, em 25/11/2025, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Batistella, Usuário Externo**, em 25/11/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Hermeto de Sa Motta, Chefe de departamento**, em 01/12/2025, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4704473** e o código CRC **3E6A2650**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria primeiramente de agradecer aos meus guias que me acompanham nas minhas labutas, que sustentam meus sonhos, que me amparam nas quedas, que me fornecem a energia necessária para executar o que aqui vim realizar. Com eles sigo reafirmando que a simplicidade é o caminho a ser seguido e honrado. Na certeza de que estão sempre comigo, este trabalho dedico a vocês. À minha mãe, Maria Aparecida, companheira de todas as lutas, aquela que tudo e todos enfrentou para que eu me tornasse uma pessoa digna. Sem ela este trabalho, e todo o caminho até aqui não teria sido possível. Obrigado por tudo! Amo você! À minha irmã, Gabriela Azevedo, que sempre me apoiou e me ensinou a dar o meu melhor naquilo que eu me propusesse a fazer. Mulher batalhadora, que diante de todos os desafios, dia após dia me mostra que conseguimos sim romper barreiras. Amo você! Ao meu primo Davidson Paulo, exemplo de caráter e de intelectual, aquele que sempre me incentivou a seguir o caminho dos estudos. Você foi e continua sendo fundamental na jornada da minha vida, e especialmente na jornada acadêmica. À tia Vilma, exemplo de coragem, humildade, amor, dedicação, respeito e dignidade. Obrigado por me apoiar e por rezar para que eu esteja sempre sob a proteção divina nos passos que dou. Ao meu cachorro Paco, que entre “lambeijos” e sonecas, esteve ao meu lado durante toda a escrita desta dissertação, sendo um afago nos momentos de cansaço e desânimo.

Agradeço especialmente ao professor Zidane, da Escola Municipal Paulo Mendes Campos, que no ensino fundamental plantou a semente que hoje tem essa dissertação como um de seus frutos. Você me inspirou e continua inspirando. Sob o risco de esquecer alguns nomes, pois tantas pessoas foram e continuam sendo importantes na minha jornada, agradeço aos meus amigos e colegas Matheus Orlandi, Hiran, Matheus Arcanjo, Arthur Lage, Luiz Roque, Manoel Donizete, Leandro, Tales, às amigas Cristiane Corrêa, Augustinha, Derli Mainart, Isadora Mainart, Késsia Procópio, Mariana Versiani, Maria Júlia, Isadora e Lara, que estiveram comigo, me apoiando, sugerindo, incentivando. Meus sinceros agradecimentos. Aos meus colegas e amigos da Escola Municipal José Silvino Diniz, Valéria e Valdeci, que muito me incentivaram durante o processo, e que nos momentos difíceis ofereceram a escuta, deram sugestões importantes e me acolheram. Obrigado! Aos amigos e colegas do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação – Subsede Contagem, especialmente Patrícia Pereira, Maurício Fonseca, Ivanil Gomes, Ivo, Vinícios, Fernando, Júnior e tantos outros. Os aprendizados compartilhados me mostraram dia após dia que não bastava estudar a luta dos trabalhadores,

era necessário também que eu lutasse enquanto trabalhador, e isso sem dúvidas refletiu na pesquisa aqui empreendida.

Agradeço também ao professor Rodrigo Patto pela leitura atenta do meu trabalho, pelas sugestões valiosas e por acreditar no meu potencial. Agradeço por ser essa referência de pessoa idônea, responsável, séria, acolhedora de novas propostas, e sobretudo íntegra, pois no mundo em que vivemos, ser o grande intelectual que já é não basta. À professora Miriam Hermeto e ao professor Alessandro Batistella deixo aqui registrado o meu profundo agradecimento pela participação na banca de qualificação e agora na de defesa. Agradeço também ao pessoal de todos os arquivos que contactei e recolhi as fontes aqui utilizadas. O trabalho de vocês é fundamental. À família Azevedo Dias, do comunista Militão Ferreira Dias, na pessoa de seu filho William Azevedo, que não só foi entusiasta desta pesquisa, como também me forneceu informações importantes. À Maria Albertina, viúva de Aluísio Vieira, que foi funcionário do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, e que me recebeu acolhedoramente em sua casa, me fornecendo informações e fotografias. Ao Júnior, responsável pelo departamento de comunicação do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima, e que me forneceu a parca documentação que ainda está na instituição. Ao pessoal da Câmara Municipal e da Prefeitura de Raposos, na pessoa da Marta, agradeço pelo acolhimento e pelo fornecimento de informações relevantes.

Registro também os meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiu maior dedicação na execução desta pesquisa.

Escrever este trabalho foi uma tarefa que envolveu múltiplos sentimentos: honra, respeito, alegria, surpresa, indignação, “sangue no olho”, admiração, resiliência. A jornada em busca das histórias dos operários comunistas aqui apresentados, tornou-se uma busca pela história da minha própria família, pois muitos dos comunistas que serão apresentados aqui foram amigos de meu avô materno, o qual não tive a felicidade de conhecer em vida. Além disso, pude também descobrir parte da história da minha família paterna, através das fontes que tratavam sobre o senhor Benigno Azevedo Leite, irmão de minha avó, “simpatizante” dos comunistas, considerado altamente “subversivo” pela polícia, e que teve sua história entrelaçada com as lutas operárias na região. Àqueles que me legaram a existência, e àqueles que aqui estudo, pessoas de respeito, firmeza, solidariedade, caráter, humildade, simplicidade e dignidade ímpares, registro meus sinceros agradecimentos por toda a luta empreendida e pelos ensinamentos que aqui pude colher. Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa analisa a atuação dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no movimento operário das cidades de Nova Lima e Raposos, em Minas Gerais, entre 1943 e 1964. Para o PCB, essas localidades eram estratégicas para sua inserção no movimento operário mineiro; para a polícia política, representavam o maior foco de agitação comunista do Estado. A partir de um amplo conjunto de fontes, investigamos a presença comunista no Sindicato dos Mineiros da Morro Velho e em outras organizações locais, identificando formas organizativas, participação em greves, comissões sindicais e assembleias, e as relações com outras forças políticas. A pesquisa demonstra que a Morro Velho — maior empresa aurífera do país e uma das maiores do mundo — constituiu um enclave de exploração estrangeira e de intensa mobilização operária, onde o PCB consolidou lideranças e projetou sua cultura política. Ao articular a experiência local à trajetória do comunismo brasileiro e internacional, o estudo revela como a militância comunista mineira expressou, em escala regional, as contradições, as possibilidades, limitações e as esperanças do movimento operário no Brasil entre 1943 e 1964.

Palavras-chave: Comunismo, Operários, Raposos, Nova Lima, Política, Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the role of Brazilian Communist Party (PCB) militants in the labor movement of Nova Lima and Raposos, in Minas Gerais, between 1943 and 1964. For the PCB, these towns were strategic for its insertion within the state's labor movement; for the political police, they represented the main focus of communist agitation in Minas Gerais. Based on a wide range of sources, the research examines the communist presence in the Morro Velho Miners' Union and other local organizations, identifying their organizational forms, participation in strikes, committees, and assemblies, as well as their relations with other political forces. The study demonstrates that Morro Velho — the country's largest gold enterprise at the time and one of the largest in the world — constituted an enclave of foreign exploitation and intense labor mobilization, where the PCB consolidated leaderships and projected its political culture. By linking the local experience of Morro Velho to the broader trajectory of Brazilian and international communism, the dissertation reveals how communist militancy in Minas Gerais expressed, on a regional scale, the contradictions and aspirations of the labor movement in Brazil between 1943 and 1964.

Key-words: Comunism, Workers, Raposos, Nova Lima, Politic, Work

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – José Egídio Nery.....	52
Imagem 2 – João Amazonas.....	56
Imagem 3 - Antônio Libertato.....	59
Imagem 4 - Argemiro Marçal de Oliveira.....	59
Imagem 5 - Praça Bernardino de Lima.....	60
Imagem 6 - Jacinto Augusto de Carvalho.....	71
Imagem 7 - Geraldo Policarpo de Souza.....	71
Imagem 8 - Anélio Marques Guimarães.....	71
Imagem 9 - Adão Primo.....	85
Imagem 10 - Benevenuto Pereira.....	85
Imagem 11 - Alaor Madureira.....	85
Imagem 12 - Sebastião Luiz dos Santos.....	85
Imagem 13 - João Batista Viana vulgo "Cara Fechada"	87
Imagem 14- João Pequeno.....	87
Imagem 15 - Manoel Corrêa de Sá Bandeira.....	87
Imagem 16 – Militão Ferreira Dias.....	87
Imagem 17 – José Alexandre.....	92
Imagem 18 – Reunião da Comissão de Salários com a Junta Interventora.....	156
Imagem 19 – Mulheres pedem Anistia para os 51.....	192
Imagem 20 – Antônio Cláudio Lucas.....	205
Imagem 21 – João Colares Tolentino.....	207
Imagem 22 – Líderes operários durante greve.....	250
Imagem 23 – Policiais no portão principal da mina.....	250
Imagem 24 – Líderes sindicais e operários durante greve	253

Imagem 25 - Operários da Morro Velho no alto da Serra do Curral durante a “Viagem da Fome”	258
Imagem 26 – Operários da Morro Velho em frente da redação do jornal Estado de Minas.....	259
Imagem 27 – Piquete dos operários da Morro Velho.....	294
Imagem 28 – Operários indo à Assembleia Sindical no Teatro Municipal.....	294
Imagem 29 – William Dias Gomes.....	321

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estrutura do Comitê Municipal de Nova Lima em 1943.....	59
Quadro 2 – Estrutura orgânica do PCB em 1945.....	62
Quadro 3 – Dirigentes estaduais em 1945.....	69
Quadro 4 – Dirigentes estaduais em março de 1946.....	70
Quadro 5 - Dirigentes estaduais em 1950.....	74
Quadro 6 – Zonas do PCB em Minas Gerais.....	75
Quadro 7 – Modificações na estrutura orgânica em 1951.....	83
Quadro 8 – Nomes dos 51 operários processados em 1949	90
Quadro 9 – Nomes dos 51 operários processados em 1949.....	186
Quadro 10 – Direção da Sociedade Benfícete dos operários de Raposos em 1951	203
Quadro 11 – Chapas eleição sindical 1952.....	233
Quadro 12 – Chapas eleição sindical 1954.....	274

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Manifesto do Povo de Nova Lima contra o fascismo.....	117
Figura 2 – Boletim Aos Trabalhadores da Morro Velho.....	155
Figura 3 – Manifesto das Mulheres de Raposos contra as ameaças de guerra.....	171
Figura 4 – Boletim Aos Trabalhadores e ao Povo de Minas Gerais.....	190
Figura 5 – Boletim Aos Trabalhadores da Morro Velho.....	202
Figura 6 – Boletim dos Açougueiros de Nova Lima.....	212
Figura 7 – Boletim Trabalhadores das Minas de Morro Velho.....	220
Figura 8 – Boletim de propaganda da chapa de José Nilo do Rosário.....	234
Figura 9 – Boletim 1º de maio de 1957.....	284
Figura 10 – Boletim de comemoração do aniversário de Stálin.....	309
Figura 11 – Imagem de Prestes em suplemento comemorativo do Manifesto de Agosto.....	311
Figura 12 – Boletim dos Candidatos de Prestes nas eleições de 1949 em Raposos.....	311
Figura 13 – Willian Dias Gomes no panteão dos heróis comunistas.....	321
Figura 14 - Capa do boletim da Federação Sindical Mundial fotografada pelos investigadores no Sindicato dos Mineiros da Morro Velho.....	327
Figura 15 - Páginas do boletim da Federação Sindical Mundial que atestavam sua vinculação à URSS.....	327

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Contextualização da pesquisa.....	15
Inserção no debate historiográfico.....	21
Metodologia e conceitos utilizados nas análises.....	28
Emoção, implicação e a escrita da história dos operários da Morro Velho	35
1 - O PCB nas Gerais e na Terra do Ouro: reconstrução e organização	39
1.1 Diferenciando “nível partidário” e “nível de massas”	39
1.2 Breve história da fundação do PCB em Nova Lima e da criação do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho	44
1.3 Os vermelhos de volta à cena: abertura democrática e reorganização comunista (1943-1945).....	50
1.4 As estruturas orgânicas do PCB entre 1945 e 1951.....	61
1.5 Mudanças na estrutura orgânica e os comunistas da Morro Velho a partir de 1951.....	83
2 – Entre a legalidade e a repressão: o PCB e as lutas operárias na Morro velho (1943-1950).....	95
2.1 Nível de massas e como os comunistas o concebiam	95
2.2 Declínio do Estado Novo e a ressurgência da classe operária e do PCB: os mineiros em pé de luta (1943-1945).....	104
2.3 Do ascenso democrático ao giro à esquerda (1945 – 1948).....	119
2.4 Giro à esquerda, repressão, anticomunismo e o refluxo do PCB local (1948-1950).....	143
2.5 O “caso dos 51”: expurgo e terror anticomunista	181
3 – Retomada das lutas e o cerco final (1950-1964).....	194
3.1 Distensão da Repressão e Agitações Operárias: disputas e alianças locais (1950-1953).....	194
3.2 Avanço combativo sob nova direção (1953-1955)	236
3.3 Da unidade na base ao cerco final (1956-1964).....	280
3.4 “Operação Limpeza”: a caça aos comunistas da Morro Velho em 1964.....	300
4 - Das entranhas da mina ao ideal soviético: práticas da cultura política comunista em Nova Lima e Raposos	306
4.1 Os operários da Morro Velho saúdam Stálin: expressões locais do culto à personalidade	306
4.2 O culto à personalidade de Luís Carlos Prestes: do mito à estratégia política.....	310

4.3 – Morre um homem, nasce um herói: a transformação de William Dias Gomes em mártir comunista.....	315
4.4 Internacionalismo operário e cultura política comunista nas minas da Morro Velho (1952–1961).....	323
Considerações finais	329
Referências bibliográficas.....	332
Fontes e Arquivos Consultados	343

INTRODUÇÃO

Contextualização da pesquisa

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a atuação dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ no movimento operário dos municípios de Nova Lima e Raposos², Minas Gerais, entre 1943 e 1964. Analisamos as formas organizativas adotadas pelo PCB e o envolvimento de seus militantes no movimento operário local, principalmente no Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. Examinamos o impacto desse envolvimento em diversos aspectos, como na organização sindical, nos conflitos coletivos de trabalho, nas assembleias e comissões sindicais. Buscamos perceber e avaliar as relações estabelecidas entre comunistas e militantes de outras forças presentes na vida sindical e no meio operário, como os trabalhistas, os anticomunistas organizados na União Novalimense de Ação Social (UNAS)³ e católicos progressistas. E por fim, a pesquisa analisa a cultura política comunista, destacando de que forma símbolos, rituais e práticas foram incorporados e ressignificados pelos militantes em sua atuação sindical e partidária.

As cidades de Nova Lima e Raposos compreendiam em seus limites a chamada “Companhia do Morro Velho” ou simplesmente “Morro Velho”, nomes populares atribuídos aos vários empreendimentos minerários na região, especialmente a extração aurífera. A exploração de ouro na localidade remonta ao século XVIII, quando bandeirantes ali se estabeleceram na busca do “Eldorado” brasileiro.⁴ Em 1834 a conhecida mina do Morro Velho e outras na região foram compradas pela Saint John Del Rey Mining Company, um conglomerado inglês de mineração, que inicialmente tentou sem êxito explorar ouro na região da cidade de São João Del Rey. Por mais de um século os ingleses exploraram a região de Nova

¹ Destacamos que o nome Partido Comunista do Brasil associado à sigla PCB foi usado até 1961, quando se passou a adotar o nome Partido Comunista Brasileiro, consequência de um processo de ruptura interna. Com a mudança de nome, consequência de tal processo, o grupo dissidente acabou fundando um novo partido, chamado de Partido Comunista do Brasil, e associado à sigla PCdoB. Sobre essa ruptura do PCB e o surgimento do PCdoB, ver: Ronald Chilcote (1982) e Daniel Aarão Reis (2007, p.73-108).

² A cidade de Raposos fora um distrito de Nova Lima até 1948, quando foi emancipada pela lei 336 de 27 de dezembro de 1948. Disponível em: leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-336-1948-minas-gerais-estabelece-a-divisao-administrativa-e-judiciaria-do-estado-a-vigorar-de-1o-de-janeiro-de-1949-a-31-de-dezembro-de-1953-e-da-outras-providencias acesso em: 22/01/2023

³ Organização anticomunista local, fundada em 1949, com o objetivo de combater o avanço das ideias comunistas entre a população da região.

⁴ A extração de ouro na região se deu a partir da bandeira de Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, entre 1698 e 1700. A mina de Morro Velho, localizada na região que veio a ser a cidade de Nova Lima em 1923, foi explorada pelo padre Antônio Freitas a partir de 1725, sendo posteriormente vendida por seus familiares à Saint John Del Rey Min.Co. Sobre os primórdios da Morro Velho, sugerimos a leitura de Douglas Cole Libby (1984).

Lima, até que em 1958 suas ações e operações foram vendidas à empresa norte americana Hanna Mining Company, que em 1960 vendeu parte de suas ações para empresários brasileiros, passando a se chamar Mineração Morro Velho S.A.⁵ Mesmo tendo diversas denominações, as diferentes empresas ficaram conhecidas popularmente como Companhia do Morro Velho, ou simplesmente Morro Velho, nomenclaturas que usaremos daqui em diante. O uso dessa denominação foi constatado na grande maioria das fontes documentais investigadas, não correspondendo a uma escolha arbitrária. A empresa era assim chamada pelos operários, pelos delegados regionais do trabalho, no pronunciamento de alguns juízes, pelos delegados de polícia e pela imprensa. Tal nomenclatura também é usada pelos moradores da região até os dias atuais, pois, marcante na história local, a Morro Velho permanece viva em muitas memórias e histórias.

A Morro Velho foi a maior empresa de extração de ouro do país na época, explorando aquela que veio a ser a segunda maior mina de ouro do mundo, no período da administração inglesa. Além do ouro, explorava-se arsênico, manganês, argila e prata, em minas tanto em Nova Lima quanto em Raposos, e em outros municípios adjacentes, como Itabirito e Rio Acima. Além da atividade mineradora, a Morro Velho também vendia energia elétrica, lenha e gêneros de primeira necessidade para os moradores da região, fazendo da empresa o eixo da economia local. Após o fim da utilização de mão de obra escravizada, a Morro Velho passou a oferecer pagamentos na forma de dinheiro, o que acabou atraindo trabalhadores de diversas partes do Estado, que viviam como posseiros e meeiros em suas localidades.⁶

A grande estrutura produtiva da Morro Velho contava com milhares de trabalhadores, que diante da exploração e da miséria, forjaram um vigoroso movimento operário, reconhecido regional e nacionalmente. A natureza do trabalho e o fato da empresa ter origem inglesa e formar um verdadeiro enclave local, onde as contradições entre capital e trabalho extrapolavam o mundo do trabalho, permeando a organização dos espaços da cidade e as sociabilidades locais,

⁵ Em 1975, o grupo multinacional sul-africano AngloAmerican adquiriu a maior parte das ações da Morro Velho, assumindo o controle do complexo minerário. A denominação “Morro Velho” permaneceu em uso até 1999, quando a empresa passou a se chamar AngloGold American. Em 2004, com a aquisição da Ashanti Goldfields Corporation, de Gana, a companhia adotou o nome atual de AngloGold Ashanti. A antiga Mina Velha, principal local de operação do complexo, foi desativada em 2003, mas a empresa manteve suas atividades em Nova Lima, extraindo, beneficiando e fundindo ouro no complexo industrial do Queiróz. Cf. Mineração Morro Velho LTDA (1995); Carvalho (2022); Henrique (2024).

⁶ Douglas Cole Libby (1984), ao estudar a transição da mão de obra escrava para a mão de obra assalariada na Morro Velho, destacou que um dos fatores que atraíram operários de várias regiões de Minas Gerais para a empresa, era o fato de que pagavam salários em dinheiro. Essa situação contrastava com a realidade de muitos camponeses que viviam como posseiros e meeiros. Desse modo, houve um fluxo migratório de trabalhadores para Nova Lima e Raposos ao longo de fins do século XIX e a primeira metade do século XX.

forjaram um movimento operário com forte identificação de classe.⁷ Sobre a realidade dos mineiros da Morro Velho, vale a pena transcrever um pequeno trecho das memórias de Marco Antônio Tavares Coelho, jornalista e ex-dirigente do PCB em Minas Gerais.

Eram forjados na labuta em galerias escuras, sempre sujeitas a desabamentos causados pela deterioração do madeirame, devido à infiltração de água. Trabalhavam nos túneis iluminados pelas pequenas lanternas de carbureto, na busca interminável dos veios de ouro, sujeitos aos riscos e ao estrondo infernal dos elevadores, que conduziam massa humana e massa mineral pelos poços fantasmagóricos. Aquele panorama impressionava-me de forma indelével: turmas de “carreiros” musculosos que empurravam os vagonetes repletos de pedra; maquinistas dos elevadores ou perfuratrizes, líderes porque subiram na hierarquia; “canudeiros”, especialistas que garantiam a chegada do ar às profundezas infernais; os “pica-paus”, encarregados do escoramento; os trabalhadores na redução (usina para separar e fundir o ouro e outros metais), os únicos a vislumbrarem a sopa mineral com elevado teor de ouro; os empregados no “Galo”, contaminados pelo arsênico, que os castrava sexualmente; e assim por diante.⁸

No tocante à ação comunista, para a polícia política, pela natureza do trabalho exercido no fundo da mina, onde não havia disciplina da empresa nem vigilância policial, “os comunistas tinham plena liberdade de ação”.⁹ Esse fator contribuía para a “infiltração” dos comunistas nos meios operários locais. De acordo com Yonne Grossi (1981) em pioneiro trabalho, os comunistas foram parte constituinte do movimento operário local no início da década de 1930, participando ativamente da fundação do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, em 13 de maio de 1934. Desde 1932 os operários Anélio Marques, Geraldo Policarpo e Pedro Carneiro, com o auxílio de um comerciante comunista, León Lermann, deram início à construção do PCB na “Terra do Ouro”.¹⁰ Este trabalho renderia uma longa trajetória de lutas, que tornaram os mineiros da Morro Velho uma referência para o movimento operário mineiro e brasileiro, e principalmente para o PCB.

Em 20 de abril de 1946 o jornal *A Classe Operária*, um dos principais veículos de comunicação do Partido Comunista do Brasil, publicou um informe relativo a uma reunião do Comitê Estadual de Minas Gerais, ocorrida em Belo Horizonte no dia 14 do mesmo mês.¹¹ A

⁷ Segundo Ian Roxborough (2015, p.278) essa foi uma característica das comunidades mineiras na América Latina. De acordo com este autor, o isolamento espacial destas comunidades e a agregação de grande número de operários, produziram um nível elevado de identidade de classe. Esta poderia ser reforçada ainda pela intransigência da administração das empresas, e pelo fato de que, em grande parte, os donos das minas eram estrangeiros.

⁸ Coelho, 2000, p.80.

⁹ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.3/5

¹⁰ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM.

¹¹ Jornal *A Classe Operária*, nº 7, 20 de abril de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023.

reunião tinha como pauta um balanço crítico da ação do partido no Estado e a planificação das tarefas imediatas. Nela, o secretariado estadual apresentou um estudo dos aspectos econômicos e políticos do Estado, no qual foram listadas as cidades e regiões consideradas fundamentais para o partido em Minas Gerais: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Raposos, Sabará, Divinópolis, Itajubá e Triângulo Mineiro.¹² No tocante à questão sindical, o informe apontava que as ações deveriam ser centralizadas nos “sindicatos fundamentais” de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Lafaiete, Morro Velho (Nova Lima e Raposos), e Sabará.¹³ Marco Antônio Tavares Coelho - que inclusive estava na citada reunião do Comitê Estadual como Secretário de Divulgação -, afirmou em seu livro de memórias que: “Na Morro Velho estava o agrupamento mais consciente do operariado de Minas Gerais, sindicalmente organizado e que logo passou a votar nos comunistas”¹⁴. Já em outra reportagem que escreveu para o jornal *A Classe Operária*, publicada em 25 de dezembro de 1948, Marco Antônio disse que a Cia. Morro Velho era “a empresa existente no Estado de Minas Gerais que possui a maior concentração operária, com um efetivo de cerca de seis mil trabalhadores.” E concluiu que, “Por este motivo e sobretudo pela combatividade demonstrada pelos mineiros de Nova Lima nas lutas por suas reivindicações, são de grande importância para a classe operária de todo o país, as experiências colhidas nessas lutas.”¹⁵ As cidades de Nova Lima e Raposos eram vistas como peças-chave para a inserção do PCB no movimento operário regional. A influência comunista local foi tamanha que acabou gerando situações curiosas, como o fato de Raposos ficar conhecida popularmente como “Moscouzinha”, e Nova Lima ser tachada como a “Cidade Vermelha”.¹⁶

Do ponto de vista dos órgãos de repressão, na ocasião do golpe militar de 1964, o delegado Diocélio de Oliveira Cabral, que foi responsável pela Delegacia de Nova Lima¹⁷ entre 1951 e 1953, destacou que a cidade talvez fosse “o maior foco de agitação comunista no Estado de Minas Gerais”¹⁸. No dia 26 de julho de 1952, a Delegacia Adjunta de Polícia da 10ª

¹² Ibid.

¹³ Ibid. Ainda em relação à atividade comunista nestes sindicatos fundamentais, a III Conferência do PCB, realizada em 1946, postulou o seguinte: “A III Conferência reafirma a necessidade de cada vez mais levar às células o centro da gravidade de todo o trabalho partidário. Nesse particular, devemos dar a maior importância à vida e ao funcionamento das células de empresas fundamentais.” (apud CARONE, 1982, p.71) Portanto, o Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, um dos maiores, senão o maior do Estado, certamente se destacava em termos de relevância para o PCB.

¹⁴ Coelho, 2000, p.80.

¹⁵ Jornal *A Classe Operária*, nº 156, 25 de dezembro de 1948. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em: 22/01/2023.

¹⁶ Grossi, 1981.

¹⁷ A delegacia de Nova Lima era sede da 10ª circunscrição de polícia, responsável pelas cidades de Nova Lima, Raposos, Sabará, Caeté, Lagoa Santa e Baldim. APM/DOPS - Pasta 4787.

¹⁸ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 25 de abril de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

Circunscrição, sediada em Nova Lima, na pessoa do delegado Diocélio, encaminhou para a Chefia de Polícia do Estado um estudo a respeito da ação comunista na cidade. Nele o delegado apontou que a cidade concentrava um grande coeficiente de operários, estimado em cerca de 6.000 trabalhadores que atuavam no fundo e na superfície da mina, além de 2.000 operários de outros serviços. Para ele, considerando este alto coeficiente de operários, “(...) os líderes comunistas não descuidaram de proceder infiltração e com o emprego da técnica comunista, procuraram incutir nos operários a doutrina marxista, principalmente no período da legalidade do extinto “Partido Comunista Brasileiro”¹⁹. O fato de serem cidades com grande concentração operária atraiu a atenção dos comunistas, resultando conseqüentemente no olhar vigilante e repressivo da polícia, que as reconheceu como “foco de agitação comunista”. Depreendemos daí a importância de se proceder estudos sobre a ação comunista em tais localidades, vistas como estratégicas pelo PCB, e como perigosas pelos órgãos de repressão.

O período que aqui estudamos começa em 1943, ano em que se iniciou o declínio do Estado Novo, conjuntura em que houve um certo recuo da repressão aos comunistas e ao movimento operário, possibilitando a reconstrução e rearticulação do PCB em nível nacional, regional e local, *pari-passu* com a retomada das agitações operárias em todo o país por melhores condições de vida e trabalho. Procuramos assim analisar como se deu essa movimentação em Minas Gerais e entre os operários da Morro Velho.

Considerando o período entre 1945 e 1964, Chilcote (1982) divide a trajetória do PCB em três fases: 1) de 1945 a 1947, de desenvolvimento pacífico, em que o partido sustentou uma linha política de união nacional e frente ampla contra o nazifascismo, pelo desenvolvimento nacional e por conquistas democráticas; 2) de 1947 a agosto de 1950, período ultra esquerdista, no qual adotou-se posições consideradas radicais, em função do aumento da repressão, do retorno à ilegalidade e das intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos; 3) de 1950 a 1964, período em que lentamente o PCB foi passando da guinada à esquerda para uma perspectiva reformista, propondo uma união nacionalista, a retomada da militância nos sindicatos oficiais, e a construção de uma unidade na base pelas reivindicações, desembocando na luta pelas reformas de base nos anos 1960.

Para Chilcote, esses três estágios estariam relacionados às mudanças na conjuntura nacional e internacional. Isso inclui a legalidade (1945), ilegalidade e cassação dos mandatos do PCB (1947 e 1948), intervenções nos sindicatos (1947), e o aumento ou diminuição da repressão entre o fim da década de 1940 e o início da década de 1960. Quanto aos fatores

¹⁹ APM/DOPS - Pasta: 4787.

internacionais, destacam-se a polarização advinda da Guerra Fria, o alinhamento do Brasil com os EUA e o rompimento das relações econômicas e diplomáticas com a URSS.²⁰

Este período (1945-1964) também é conhecido como “experiência democrática”. Para parte da historiografia sobre o período, a conquista de direitos trabalhistas, a formulação da Constituição de 1946 e a realização de eleições regulares seriam fatores que, diante do que foi a ditadura do Estado Novo e do que seria a ditadura militar de 1964, configuraram uma “experiência democrática”. Para os comunistas, no entanto, nem tudo foi democracia. Conquistada a legalidade do partido em 1945, já em 1947 a agremiação retornava à clandestinidade, consequência do avanço repressivo promovido pelo governo do general Eurico Gaspar Dutra. O governo Dutra, também em 1947, promoveu uma série de intervenções nas direções de vários sindicatos pelo Brasil a fora, incluindo o Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, alegando que a articulação destes com a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) e com as Uniões Sindicais dos Estados, era fruto da influência dos comunistas no sindicalismo. O período entre 1945 e 1964 é marcado por nuances, com avanços e recuos repressivos, tentativas de golpes de Estado e tempos de normalidade democrática, nos levando a crer que caracterizá-lo como “experiência democrática” é obscurecer fissuras nada democráticas que nele existiram.

A historiadora Camila Figueiredo (2017) destacou que este período foi um momento de reestruturação e expansão do PCB em Minas Gerais, visando aumentar sua capacidade de influência no movimento operário regional. No que diz respeito ao movimento operário em Nova Lima e Raposos, Grossi (1981) apresentou uma escala temporal na qual o período entre 1945 e 1950 foi marcado por uma notável ação do PCB, fazendo-se vanguarda do sindicalismo local; e o período entre 1950 e 1964, que assinalou o declínio da ação de vanguarda do partido. De acordo com a autora, este declínio estaria relacionado à emergência de novas lideranças operárias, principalmente através da penetração da Ação Católica Brasileira e de lideranças independentes.²¹ Por fim, Grossi ressaltou que o golpe militar de 1964 causou a desmobilização geral do movimento operário local, já que a ditadura nomeou uma junta governativa para a direção do sindicato, além de ter prendido lideranças e operários atuantes, comunistas e não comunistas.

²⁰ Ferreira, 2001

²¹ Mesmo apontando essa relação causal entre surgimento da Ação Católica Brasileira, Grossi destacou a aliança entre essa e o PCB, o que garantiu a unidade e coesão classista necessárias para dar ensejo às lutas e reivindicações operárias até 1964 (GROSSI, 1981, p.189). Essa posição será rediscutida a partir dessa pesquisa, na medida em que verificamos que os comunistas passam a compor as direções do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho a partir de 1952, fazendo parte da direção até 1964, ora encabeçando as chapas, ora participando como secretários ou conselheiros fiscais.

Inserção no debate historiográfico

Outro fator que torna esta pesquisa importante é que poucos estudos foram realizados sobre a história dos operários comunistas de Nova Lima e Raposos, sendo os trabalhos de Yonne Grossi (1981) e Victor Coelho (2004) os pioneiros e únicos que abordaram o assunto. Grossi (1981) analisou a experiência histórica dos operários da Morro Velho entre 1930 e 1964, buscando compreender e explicar a composição da sociedade de classes e a luta social em Nova Lima. O seu estudo revelou como os operários trabalhavam e viviam, as organizações de classe atuantes e as lutas operárias durante as diferentes conjunturas nacionais no período estudado. Grossi utilizou fontes orais e impressas, entrevistas de antigos mineiros e militantes comunistas, jornais, atas de assembleias sindicais e de reuniões da Câmara dos Vereadores de Nova Lima.

Já Victor Coelho (2004) se deteve sobre um evento específico, que marcou a trajetória dos operários locais, e particularmente dos comunistas: a greve de outubro 1948. Ele analisou a repressão ao movimento levada a cabo pela empresa e pelos órgãos de repressão e de justiça, e a veiculação da greve na grande imprensa, focalizando o discurso anticomunista usado na criminalização dos próprios grevistas. Coelho utilizou como fontes em seu trabalho o *Jornal do Povo*, órgão de propaganda do PCB em Minas Gerais, publicado a partir de 1947; os jornais *Estado de Minas*, *Folha de Minas* e *Diário de Minas*; processos do Arquivo do Fórum de Nova Lima, incluindo inquéritos administrativos e ações trabalhistas; livros de atas da Câmara Municipal de Nova Lima (1922-1952); um relatório do DOPS encontrado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e entrevistas com os antigos militantes comunistas. Tanto Grossi quanto Coelho destacaram a força do movimento operário em Nova Lima, ressaltando a constituição de uma tradição de lutas pautadas sempre pela base, com combatividade, união e autonomia de classe. Também apontaram que o PCB teve papel fundamental na experiência de luta dos operários. Atuando como dirigentes e organizadores da massa operária, os comunistas teriam contribuído para, além da criação do Sindicato dos Mineiros, garantir a longevidade e força do movimento operário local.

Outro trabalho de fundamental importância para a historiografia do movimento operário mineiro e do PCB em particular, foi a tese de doutoramento da historiadora Camila Figueiredo (2017). Esta autora realizou uma análise das concepções teóricas e políticas, das estratégias e táticas do PCB em Minas Gerais, entre 1945 e 1964. Para isso, utilizou fontes policiais encontradas no Arquivo Público Mineiro, fontes orais disponibilizadas pelo Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP/UFMG) e documentos da coleção "Informante do Regime

Militar", do Arquivo Nacional. A partir de estudos de caso, Figueiredo apresentou as formas pelas quais os militantes comunistas estruturaram suas ações, objetivando um intercâmbio junto aos trabalhadores. Mapeando a atuação desses atores, a historiadora buscou revelar êxitos, fracassos e as dificuldades presentes no trabalho militante a nível do cotidiano operário. Um dos estudos de caso da autora é acerca das atuações comunistas no movimento operário da Morro Velho entre 1952 e 1953. Como sua proposta era mapear a atuação do PCB em todo o Estado, sua análise acerca do movimento operário de Nova Lima mostrou-se limitada, detendo-se apenas neste pequeno recorte.²² Por isso, ela não analisou toda a farta documentação disponível sobre a atuação do PCB em Nova Lima e Raposos no período de 1945-1964. A enorme quantidade e diversidade de fontes por nós encontradas, como se poderá verificar mais adiante, forneceram-nos novos subsídios para analisar com mais profundidade a história da atuação do PCB na região. Buscamos, assim, trazer uma contribuição original à produção acadêmica sobre o tema, e revelar novas histórias com a expectativa de que sejam apropriadas pela população local e de todo o Estado de Minas Gerais.

Em avaliação feita acerca de seu próprio trabalho, Grossi (1981) salientou a insuficiência dos dados coletados por ela para mostrar de maneira substancial as articulações do PCB em nível de classe e comunidade, seus eixos de inflexão e atuação cotidiana. Como ela ponderou, seria necessário “avaliar o grau de influência do PC nas associações profissionais, sindicais e comunitárias, pelas suas propostas, mudanças introduzidas no contexto, níveis da luta interna dentro da classe e do próprio Partido Comunista.”²³ Grossi ressaltou ainda que,

A conexão entre PC e sindicato não possuiu sustentação documental que possibilitasse uma avaliação sobre os graus de influência nas decisões em assembleias de classe e no trabalho do dia a dia, interferindo no curso dos acontecimentos. A história do sindicato está por se fazer. Haveria também a possibilidade de perceber até que ponto o oportunismo do Partido a nível nacional pesou na orientação do movimento operário da Morro Velho.²⁴

Pretendemos assim contribuir na exploração das questões colocadas por Grossi (1981), lançando mão de fontes documentais inéditas, presentes nos acervos do fundo DOPS – Arquivo Público Mineiro²⁵, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, e da Coleção Informante

²² Esta era uma das propostas da autora, limitar a compreensão da atuação do PCB a estudos de caso restritos. Limitação aqui, portanto, não significa insuficiência, mas apenas os limites colocados pela própria autora.

²³ Grossi, 1981, p.20-21

²⁴ Grossi, 1981, p. 20-21

²⁵ Sobre a documentação do DOPS, Raquel Aparecida Pereira (2007, p.18), que a utilizou para analisar a atuação do PCB em Belo Horizonte, ressaltou que “A necessidade constante de vigiar e coibir as manifestações comunistas faz desses arquivos um baú de tesouros.”

do Regime Militar, do Arquivo Nacional.²⁶ Ademais, esta pesquisa procura contribuir para o avanço dos estudos sobre a história do PCB de modo geral.

Os estudos sobre o PCB tiveram um impulso a partir de 1980, com o processo de redemocratização no país. Esse período foi marcado por um maior acesso aos arquivos oficiais, pela utilização de fontes orais e uma maior liberdade de pesquisa, permitindo que os/as historiadores/as realizassem estudos mais aprofundados e críticos sobre o tema. Dentre as principais temáticas estudadas estão as estratégias políticas do PCB, suas relações com outros setores da esquerda e com a URSS, e principalmente sua atuação nos sindicatos e nas lutas populares. Destacamos os trabalhos de Gildo Marçal Brandão (1982), Ronald Chilcote (1982), Edgard Carone (1982), Eliezer Pacheco (1986), José Segatto (1989), Hélio da Costa (1995), Augusto Buonicore (1996), Marco Aurélio Santana (2001), Dulce Pandolfi (1995) e Aarão Reis (2007) como importantes referências nesse sentido. Tais trabalhos contribuem para a compreensão da formulação de linhas políticas, atuação nos movimentos operários do Rio de Janeiro e São Paulo, e dos debates e dissensões nas instâncias superiores do partido. Entretanto, não oferecem respostas para a atuação do PCB fora do eixo Rio-São Paulo, se considerarmos que o partido teve atuação em diversas localidades no país.²⁷

Em sua maioria, esses estudos desconsideraram a ação regional e a diversidade tática empregada pelo partido em outras regiões, de modo que não exploraram as interações existentes entre as diferentes instâncias partidárias, desde as células aos comitês municipais, distritais e de empresa, até aos comitês de zona, regionais e estaduais. Também não levaram em consideração as continuidades e rupturas existentes na estrutura orgânica do partido, nas suas linhas políticas, nas estratégias e táticas, e menos ainda na sua aplicação – ou não – nas realidades locais.

Por outro lado, parte expressiva da produção historiográfica sobre o PCB optou por analisar sua trajetória a partir das ausências e limitações, privilegiando o que teria faltado ao

²⁶ A partir de 1956 a Delegacia de Ordem Pública se tornaria Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais - DOPS/MG. (MOTTA et al, 2003)

²⁷ Além dos trabalhos acadêmicos, há uma extensa literatura de cunho memorialístico, produzida por antigos militantes do partido, que inclusive são bastante utilizadas como fontes documentais. Destacamos os seguintes: BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário*: (memórias). Rio de Janeiro: Ed. Melso, s.d; BASBAUM, Leônicio. *Uma Vida em Seis tempos*: (memórias). São Paulo: Alfa Ômega, 1976.; BEZERRA, Gregório. *Memórias*: segunda parte (1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.; CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.; COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho*: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.; CORRÊA, Hércules. *A Classe Operária e seu Partido*: Textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1980 (coleção Retratos do Brasil); PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.;

partido. Nesse sentido, como observou Camila Figueiredo, “(...) a historiografia nacional ainda carece de pesquisas que ampliem o olhar analítico para outros estados, de modo a examinar a diversidade e a complexidade da atuação do PCB e sua relação com os movimentos sociais.”²⁸ Diante desse quadro, consideramos necessário aprofundar e complementar os avanços já alcançados por tais estudos, ampliando o foco para as articulações entre as diferentes instâncias partidárias e a ação de sua militância em múltiplas escalas. Essa perspectiva possibilita compreender o partido em sua dimensão dinâmica e contraditória, evitando tratá-lo como um bloco monolítico e homogêneo e, ao contrário, evidenciando as variações, tensões e descontinuidades que marcaram sua prática política.

Ainda nesse sentido, pretendemos oferecer uma nova mirada acerca da ideia dos “dois PCs”, formulada por Costa (1993;1995), e que foi corroborada por autores importantes para a história do PCB, como Santana (2001) e Buonicore (1996). Para Costa (1993;1995) na década de 1940 havia uma diferenciação radical entre aquilo que era deliberado pela cúpula do PCB e aquilo que era praticado por suas bases militantes, isso porque várias resoluções e linhas políticas eram adotadas de modo alheio às realidades locais. Concordamos com este autor quando diz que “o PCB não era um bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo.”²⁹ No entanto, a partir das nossas observações, ponderamos ser necessário reconsiderar a ideia de “dois PCs”, na medida que compreendemos a complexidade da estrutura orgânica do PCB e suas relações com as realidades locais e sua militância. Observamos, por exemplo, a presença de vários operários, principalmente da Morro Velho, na comissão executiva estadual de Minas Gerais, o que nos indica a existência de contatos entre diferentes órgãos da estrutura partidária. Verificamos em algumas ocasiões a presença de membros da comissão executiva nacional em reuniões do Comitê Estadual – que contou com operários da Morro Velho em várias ocasiões -, e até mesmo em reuniões do Comitê de Empresa da Morro Velho, revelando o contato direto entre os diferentes níveis organizativos do partido.

O que apreendemos a partir da nossa pesquisa é que os diferentes níveis da hierarquia partidária, através de seus militantes, estavam em constante contato, e que as bases partidárias recebiam as deliberações que vinham “de cima”. No entanto, as diferentes realidades de atuação do partido e suas complexidades eram fatores condicionantes para a aplicação ou não das resoluções, linhas políticas e planos de trabalho. Buscamos apontar que, ao invés de “dois PCs”, o que havia, na verdade, eram descontinuidades entre aquilo que era deliberado nas instâncias

²⁸ Figueiredo, 2017, p.21.

²⁹ Costa, 1995, p.8.

de direção e aquilo que era praticado, em função das particularidades locais. Compreendemos que tais descontinuidades não nos permitem desenhar um quadro no qual se visualize dois partidos, considerando as várias relações mantidas entre militantes dos diversos níveis organizacionais do PCB. Ou seja, era o mesmo partido, porém a militância de base nem sempre aplicava integralmente ou fielmente as diretrizes encaminhadas pelas direções superiores.

Para Duverger, “Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais etc.), ligados por instituições coordenadoras.”³⁰ No caso dos partidos comunistas, organizados através do sistema de comitês dirigentes e elementos de base, tal complexidade é ainda maior, se consideramos a diversidade regional da atuação militante. Duverger ressaltou que os partidos comunistas são caracterizados por ligações verticais entre seus organismos internos, possuindo uma “articulação forte”.³¹ Por meio do sistema de delegação, órgãos centrais de direção, órgãos intermediários e elementos de base estariam articulados. O problema estaria na aplicação ou não da linha política, das resoluções e planos de trabalho pelos elementos de base. Queremos dizer que a coordenação – ou “articulação forte” – de todas as “comunidades” que compõem o partido, não se dá de forma absoluta, possuindo fissuras e ranhuras, que só a pesquisa histórica, empiricamente fundamentada, é capaz de revelar.

Sobre isso, Coelho (2000, p.79), que foi membro do Comitê Estadual de Minas Gerais e executou diversas funções a serviço do Comitê Nacional do PCB em outras regiões do país, destacou que, a despeito das relações de subordinação, o que se fazia era uma espécie de “faz de conta”. Isso porque, de acordo com ele, a atuação do PCB em Minas Gerais possuía características e condições muito adversas daquelas aventadas pela instância superior, notadamente influenciada pelo olhar do eixo Rio-São Paulo. De acordo com ele,

Devido a nossa imaturidade política, o que fazíamos era copiar o realizado no Rio. Ou melhor, tentar cumprir determinações da direção nacional. Semanalmente desciam para nós várias circulares com diretivas, como se no estado contássemos com um potencial de milhares de membros. Como é do hábito das repartições burocráticas, zelosamente eu retransmitia para os poucos grupos municipais aquelas determinações, na maioria absurdas, por serem inaplicáveis.³²

³⁰ Duverger, 1970, p.52.

³¹ Duverger distingue os partidos de ligações horizontais, aqueles onde os membros das diferentes instâncias estão em constante contato, e os partidos de ligações verticais, onde seus organismos internos possuem uma subordinação entre eles, funcionando através do sistema de delegações. Assim o autor definiu ligação vertical: “Num sentido geral, chama-se ligação vertical a que une dois organismos subordinados um ao outro: por exemplo, uma seção comunal e um comitê de distrito, um comitê de distrito e uma federação provincial, uma federação provincial e um Comitê Central.” (DUVERGER, 1970, p.83)

³² Coelho, 2000, p.79.

Duverger afirmou que “os membros do partido não são uma sociedade igualitária e uniforme, porém uma comunidade complexa e hierarquizada; do mesmo modo, uma comunidade diversificada: pois a natureza da participação não é a mesma para todos.”³³ A partir do relato de Coelho (2000), estendemos sua afirmação apontando que a própria participação em si compreende variações, ou seja, a ação militante se dá no tempo-espço, atravessada por características locais, regionais e nacionais. Não podemos generalizar as condições e situações de militância. Apesar da relativização da aplicação ou não das deliberações que vinham da direção nacional, postulamos que ocorria efetivamente a articulação do Comitê Nacional com as demais instâncias – o próprio relato de Coelho é uma confirmação disso -, mas, na prática, a execução ou não execução variava consoante as condições reais de cada localidade onde atuavam os militantes do partido. Apesar da variação, apontamos que havia *articulações tensionadas* entre as bases e as instâncias superiores do PCB. Ao longo desta pesquisa vamos observar vários exemplos de contatos entre as diferentes instâncias partidárias, e a participação de comunistas locais em algumas delas, especialmente no organismo estadual.

Além disso, vale ressaltar que, mais que uma resistência da militância de base em relação às linhas do partido, seus membros quase sempre não encontravam condições concretas para realização de determinadas tarefas e resoluções emitidas pela direção nacional. Mesmo havendo resistência ou impossibilidade conjuntural, não avaliamos que isso indique a existência de dois partidos dentro de um só, mas a complexidade a ele inerente enquanto “conjunto de comunidades”.³⁴ A partir da análise da história do PCB mineiro, e em especial do caso de que trata esta pesquisa, vislumbramos a possibilidade de rediscutir a tese dos “dois PCs”, formulada por Costa (1993;1995). Pretendemos lançar um novo olhar – ou uma nova possibilidade - para a compreensão das dinâmicas de ação e atuação dos militantes comunistas, entendendo as relações entre níveis partidários e as pessoas neles implicadas.

Além disso, esta pesquisa pretende contribuir para os estudos do PCB, inserindo-se numa tendência de pesquisas mais recentes, que enfocam o partido em dimensão regionalizada, ainda que atenta aos quadros nacional e transnacional.³⁵ Nesse panorama, destacamos os seguintes trabalhos: *O partido dos operários: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas*

³³ Duverger 1970, p.151.

³⁴ Duverger, 1970, p. 39.

³⁵ Segundo Batalha (1998), esta tendência é fruto de uma maior liberdade acadêmica pós-ditadura, da diversificação das fontes utilizadas, como fontes judiciais, documentos policiais, arquivos das empresas e do uso da história oral.³⁵ Ressaltou ainda o caráter mais empírico das pesquisas ligadas a essa tendência, buscando suprimir as vicissitudes das sínteses sociológicas, que apesar de carregarem em seus títulos recortes amplos, se limitaram ao eixo Rio-São Paulo. Em trabalho posterior, Batalha (2006, p.93) salientou que o desafio dessa tendência seria “transcender a dimensão local na formulação de questões pertinentes ao objeto, buscando articular diferentes escalas.”

(1951-1961), de Anderson Moura (2023); *Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951)*, de Raquel Pereira (2007); *Por uma vanguarda revolucionária: estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964)*, de Camila Figueiredo (2017); *A subversão no paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951)*, de Sônia Adum (2003); *A política entre razões e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*, de Cláudia Monteiro (2013); *O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná*, de Verônica Ipólito (2016); *Os Impasses da Estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*, de Sena Júnior (2016); *Os Comunistas e a Formação da Esquerda (Alagoinhas, 1945-1956)*, de Ede Soares (2014); *O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*, de Raquel Silva (2012); *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*, de Marcelo Lins (2007); e *Velhos Vermelhos: os comunistas em Passo Fundo-RS (1920-1964)*, de Alessandro Batistella (2010).

Tais trabalhos tem subsidiado o deslocamento da produção historiográfica sobre o PCB do eixo Rio-São Paulo, apresentando novos olhares e atores históricos, fortalecendo a noção de que não é possível contar a história do PCB sem considerar sua diversificada atuação em solo nacional. Ao direcionarmos o olhar para a complexidade de atuação do PCB em outras regiões, acreditamos ser possível rediscutir vários pontos presentes na historiografia, como o caso da tese dos “dois PCs”. Os estudos com foco regionalizado são também uma consequência de trabalhos atentos à pesquisa empírica, impulsionados a partir dos anos 1990 – a exemplo de Hélio da Costa, autor da tese dos “dois PCs”³⁶. Estes trabalhos possibilitaram novos debates no campo historiográfico voltado para a história dos comunistas brasileiros.³⁷

Em relação aos estudos *específicos* sobre o PCB em Minas Gerais, existem poucos trabalhos, fato observado por Pereira (2007) em seu estudo sobre o partido em Belo Horizonte, e por Figueiredo (2017), ao analisar a atuação do partido na região mineira.³⁸ As duas pesquisadoras ressaltaram a enorme quantidade de fontes disponíveis sobre o tema em Minas Gerais, tornando-o um campo de estudos fértil, justificando ainda mais a relevância desta

³⁶ Costa, 1995. De acordo com este pesquisador, as várias pesquisas realizadas sobre o movimento operário e o PCB a partir dos anos 1960, de forte cunho “sociologizante”, tinham um certo desprezo pela pesquisa empírica, o que “(...) redundou em certos silenciamentos, que poderiam nos dizer mais do que as intermináveis polêmicas que se travaram mais no campo dos modelos apriorísticos e menos no campo da pesquisa.” (COSTA, 1995, p.6)

³⁷ Outra tendência observada nos estudos recentes sobre o PCB, é o enfoque nas questões de gênero e raça dentro do partido, como nos trabalhos de Soares (2021), Tavares (2003), Ferreira (2019), Nunes (2021) e Corrêa e Visco (2022) no âmbito da questão feminina; e Chadarevian (2012), Domingues (2017), Reis (2022) e Silva (2022), no da questão racial. Além disso, as relações entre campesinato e PCB também tem sido alvo de investigações, como nos estudos de Medeiros (1995), Soares (2011), Priori (2000) e Almeida (2016; 2021).

³⁸ Sobre a história do movimento operário em Minas Gerais, sugerimos os trabalhos de Starling, 1996; Dutra, 1998 e Veriano, 2001.

pesquisa. Reiteramos, assim, que nossa proposta de estudar a militância do PCB é parte de uma historiografia com enfoque regionalizado e que se detém sobre o fenômeno da ação militante. Apesar do recorte localizado, tentamos articular diferentes escalas, propondo reflexões que, envolvendo nosso objeto, extrapolassem-no.

Metodologia e conceitos utilizados nas análises

O olhar metodológico e conceitual que orienta esta pesquisa insere-se no campo da chamada Nova História Política, que buscou deslocar o foco da narrativa tradicional centrada em elites e instituições formais para a ação política de diferentes atores sociais. Essa perspectiva rompe com a visão elitista e individualizante que marcou a historiografia do século XIX, permitindo a inclusão de sujeitos até então marginalizados. Assim, quando nos propomos a estudar a ação política de operários comunistas, estamos nos debruçando sobre protagonistas que durante boa parte da produção historiográfica foram esquecidos, apagados ou silenciados.

Esse movimento aproxima-se das reflexões de Marco Aurélio Garcia (2019), que sublinhou a impossibilidade de uma história da esquerda sem uma história da militância. Referenciando-se em Perry Anderson³⁹, Georges Haupt⁴⁰ e na história social contemporânea, Garcia destacou que os partidos e sua ação política não podem ser compreendidos “sem a análise de seus programas, do contexto histórico nacional e internacional dentro do qual ele se move, das tradições culturais que ele encarna, das mutações em suas bases sociais.”⁴¹ No entanto, “para ser abrangente, o estudo dos partidos não pode prescindir da análise de sua militância, de seu grupo dirigente, dos procedimentos e até mesmo dos ‘rituais’ internos.”⁴² Essa militância, prossegue Garcia, por mais disciplinada que fosse, não era o resultado da ação de autômatos, mas de sujeitos concretos:

A militância [...] não é o resultado da ação de autômatos, de indivíduos abstratos que atuam mecanicamente em função de sua ‘consciência de classe’,

³⁹ ANDERSON, Perry. La historia de los partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael. *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 150-165

⁴⁰ HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Paris: François Maspero, 1980, p. 12.

⁴¹ Garcia, 2019, p.601. Na década de 1990 e início dos anos 2000, vários estudos, inspirados pela história social inglesa thompsoniana, foram desenvolvidos no Brasil, tendo a militância operária e comunista nos mundos do trabalho como foco. Ver: Marco Santana (1997; 2001), Hélio da Costa (1993), Antônio Negro (1994; 2001), Paulo Fontes (1996; 2002) e Alexandre Fortes (1994; 2001). Consideramos que em grande medida estes estudos iniciaram uma trajetória historiográfica da qual as pesquisas de enfoques regionalizados anteriormente citadas, e nossa própria pesquisa, são continuidade.

⁴² Ibid.

ou das diretrizes políticas que emanam do partido, tudo isso dentro de um determinado contexto político nacional e internacional. Os militantes são pessoas concretas, homens e... mulheres, com valores éticos, convicções políticas, influências religiosas e refletem, no seu cotidiano, sua formação cultural, seus antecedentes familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidem na forma pela qual ‘aplicarão’ a ‘linha’ do partido na sociedade, seja através de um discurso, de um panfleto, de outras formas da agit-prop ou de uma ação violenta, armada.⁴³

Para analisar esse fenômeno no caso dos comunistas da Morro Velho, adotamos como chave interpretativa o conceito de cultura política, conforme formulado por Serge Bernstein (1998; 2003) e aplicado por Rodrigo Patto Sá Motta (2014) em análises sobre casos brasileiros⁴⁴. A cultura política designa o conjunto de valores, crenças, normas, símbolos e práticas que orientam comportamentos e dão sentido às formas de participação política. No caso comunista, esse repertório incluía o internacionalismo, o anti-imperialismo, o culto ao Partido e à União Soviética, a sacralização de líderes, a liturgia dogmática do marxismo-leninismo e a pregação de uma moral racional e socialista.

Esses elementos funcionavam tanto como referenciais de identidade quanto como matrizes interpretativas da realidade. Entretanto, como ressalta Bernstein, a cultura política “é um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições [...] não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.”⁴⁵ Portanto, não se adaptando às realidades, as culturas políticas podem sofrer com a perda de credibilidade, influência, e até mesmo declinarem. Ou seja, a estrutura de significados e sentidos – cultura política - que envolvem a ação política dos indivíduos pode sofrer alterações quando mobilizada na prática, conformando-se à realidade que se apresenta. É nesse ponto que emerge a centralidade do conceito de *mediação política*. Para Bernstein, entre as demandas concretas da população e o discurso político elaborado pelos partidos sempre há uma distância a ser preenchida:

Na verdade, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram, há sempre uma distância considerável, porque passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas. É no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, e esta é obra das forças políticas, que têm como uma de suas funções primordiais precisamente articular, na linguagem que lhes é

⁴³ Ibid.

⁴⁴ Vários estudos no Brasil já analisaram o PCB e os comunistas sob a ótica da cultura política. Sugerimos os trabalhos de Jorge Ferreira (2002), Dulce Pandolfi (1995), Marcelo Camurça (1991), Rodrigo Patto Sá Motta (1997), Daniel Aarão Reis (1990), Paula Elise Soares (2011; 2021), Leandro Cabral de Almeida (2015) e Betzaida Tavares (2003).

⁴⁵ Bernstein, 1998, p. 358.

própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.⁴⁶

Assim, a mediação política pode ser entendida como uma das funções centrais dos partidos: o processo pelo qual eles, por meio da ação de seus militantes, reinterpretem e transformam reivindicações imediatas em projetos políticos mais amplos, conectando experiências locais a horizontes ideológicos de longo alcance. Essa mediação não ocorre no vazio; ela é sustentada pela cultura política, que fornece os códigos simbólicos e os referenciais de interpretação capazes de tornar possíveis tais traduções. No caso comunista, essa função se materializava naquilo que Pierre Ansart (1978) chamou de *produção ideológica*. Trata-se do processo pelo qual os militantes transformavam elementos ideológicos em práticas políticas concretas — boletins, panfletos, jornais, discursos em assembleias, pichações, mobilizações públicas. Para Ansart,

Na realidade cotidiana da vida política, na tomada de decisões e no trabalho de persuasão destinado a torná-las aceitas são as múltiplas manipulações que importam e que participam diretamente da ação. A ideologia, enquanto sistema intelectual estruturado, oferece apenas o esboço abstrato que precisamente importa transformar, adaptar, para responder às exigências do momento.⁴⁷

Dessa forma, a produção ideológica não era apenas um reflexo da linha partidária ou da cultura política, mas o espaço no qual as diretrizes do PCB (que refletiam em grande medida a cultura política de modo amplo) eram continuamente adaptadas e reelaboradas para dialogar com as lutas concretas dos operários. Nesse ponto, é fundamental mobilizar a noção de *experiência*, conforme elaborada por E. P. Thompson (1987), para quem a consciência de classe e a consequente ação política não nascem da simples interiorização de ideias abstratas, mas da vivência histórica de conflitos, relações de produção e práticas cotidianas. Assim, as ideias comunistas só ganhavam efetividade quando se encontravam com a *experiência concreta* dos trabalhadores da Morro Velho — suas jornadas extenuantes, seus embates sindicais, suas expectativas e valores compartilhados.

Como veremos, seja na formulação de boletins de propaganda ou nas pautas apresentadas em assembleias sindicais, os militantes assumiam essa tarefa como um verdadeiro trabalho de tradução: articular reivindicações específicas da categoria mineira com os objetivos estratégicos do partido. Essa tradução era, portanto, atravessada por uma dupla mediação — a

⁴⁶ Berstein, 2003, p. 27.

⁴⁷ Ansart, 1978, p.16.

cultura política, que fornecia um repertório de símbolos e discursos, e a experiência operária, que oferecia os elementos concretos a partir dos quais tais discursos podiam ser ressignificados.

Entre os interesses que atravessavam essa mediação — realizada na prática pela produção ideológica — estavam: posicionar os comunistas enquanto vanguarda revolucionária do movimento operário; influenciar o curso das lutas populares no sentido dos objetivos partidários, sobretudo a revolução socialista; atrair novos militantes; e defender os interesses imediatos do movimento operário e de outros setores populares. No limite, tratava-se de afirmar os comunistas como direção política capaz de elevar a classe trabalhadora ao nível de classe revolucionária.

Com isso, concebemos que a ação comunista dos operários da Morro Velho se estruturava numa tensão permanente entre diretrizes partidárias e experiências locais, entre referenciais ideológicos globais da cultura política comunista e as lutas concretas nos mundos do trabalho. A articulação entre os conceitos de **cultura política, mediação política, produção ideológica e experiência histórica** nos permite, portanto, analisar os militantes não como meros executores de uma linha partidária ou como reprodutores autômatos de elementos da cultura política comunista, mas como sujeitos ativos, que reelaboravam e davam sentido às diretrizes do PCB em seus contextos específicos de atuação.

Em relação às fontes históricas utilizadas para a execução deste trabalho, utilizamos documentos de origem policial e partidária encontrados no acervo do DOPS, arranjado e guardado no Arquivo Público Mineiro; e na Coleção Informante do Regime Militar, encontrada no Arquivo Nacional, disponibilizadas digitalmente. Também analisamos a documentação dos dissídios coletivos que ocorreram entre a empresa e o Sindicato dos Mineiros ao longo de 1943-1964, disponíveis no Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Utilizamos também o jornal *A Classe Operária*, a revista *Problemas*, ambos órgãos de imprensa, de produção teórica e de propaganda do PCB, e diversos números do jornal *Estado de Minas*, que divulgou dezenas de notícias – com fotos bastante interessantes – sobre as greves e os conflitos coletivos na Morro Velho.⁴⁸

Também utilizamos fotografias recolhidas pela Comissão da Verdade de Minas Gerais, e documentos oficiais do PCB presentes no Arquivo Marxista da Internet, como estatutos, informes, manifestos e resoluções, que contêm, além da estrutura orgânica e dos princípios organizativos, as linhas políticas e orientações partidárias. Algumas fotografias conseguimos

⁴⁸ No caso da imprensa do PCB, fizemos também algumas incursões na revista *Novos Rumos* e no jornal *Voz Operária*.

com o departamento de propaganda do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima, e com familiares de antigos comunistas.⁴⁹

De modo geral, as pastas do acervo do DOPS, no Arquivo Público Mineiro⁵⁰ são compostas de comunicações policiais entre a delegacia de Nova Lima e Raposos com a chefia de polícia do Estado, relatórios de espionagem em reuniões do PCB, atas das assembleias do Sindicato dos Mineiros, depoimentos, listas de nomes, documentos processuais, relatórios policiais, materiais de propaganda, recortes de periódicos, documentos pessoais e de organizações, autos de apreensões e declarações, e correspondências pessoais. Já os documentos encontrados na Coleção Informante do Regime Militar, são relativos às entidades de orientação comunista em Minas Gerais, entre elas o PCB, tratando de sua criação, organização, finanças, difusão, membros, regiões e municípios de atuação e do nível de influência nas bases. Encontramos várias referências à cidade de Nova Lima e Raposos,⁵¹ que compunham a Zona do Minério, uma das estruturas organizativas do PCB no Estado, que incluía as cidades de Sabará, Caeté, Rio Acima, Congonhas do Campo e Conselheiro Lafaiete.

Também há textos destacando pessoas ligadas ao comunismo em Minas Gerais e aos movimentos e atividades considerados comunistas pela polícia política. Há inúmeras referências a operários comunistas citados nas fontes da Delegacia Especializada de Polícia de Nova Lima e Raposos, como Geraldo Policarpo de Souza, Anélio Marques Guimarães, Militão Ferreira Dias, João Pequeno, Jacinto Augusto de Carvalho, Erdy Pena e David Custódio. Destacamos os informes sobre atuação, estratégias, reuniões e estrutura orgânica. Há também comentários sobre a questão sindical e eleitoral em Nova Lima.

Já a documentação dos dissídios coletivos pode ser encontrada no Centro de Memória Virtual do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sediado em Belo Horizonte.⁵² Os dissídios coletivos estão em sua grande maioria digitalizados, reunindo grande riqueza de dados. Nos autos dos processos, encontramos ofícios do Sindicato e da empresa, atas de audiências de conciliação na Delegacia Regional do Trabalho e no TRT, atas de assembleias sindicais, recortes de jornais, boletins de propaganda, pareceres dos Procuradores Regionais e Gerais do Trabalho, acórdãos dos juízes do TRT e do TST, certidões de julgamento,

⁴⁹ Tentamos conseguir mais documentos no Sindicato, mas nos foi informado que a maior parte da documentação, como atas, chapas dos operários e fotografias, foi perdida nas enchentes que acometeram a cidade de Raposos, na qual a documentação estava armazenada.

⁵⁰ Verificar anexo I.

⁵¹ Relembrando que Raposos permaneceu no distrito de Nova Lima até o ano de 1948, quando se tornou efetivamente um município.

⁵² Ver: memo.trt3.siabi.cloud/home

contestações, recursos e informes sobre as greves. Analisamos os autos dos dissídios impetrados nos seguintes anos: 1943, 1946, 1952, 1953, 1954, 1955, 1959 e 1961.⁵³

Utilizamos também a entrevista do antigo operário comunista Anélio Marques Guimarães, que trabalhou na Morro Velho por 19 anos, sendo um dos fundadores do primeiro núcleo do PCB, em 1932, e tendo participado da fundação do Sindicato, em 13 de maio de 1934. Anélio fora secretário político do Comitê Municipal de Raposos, membro da Comissão de Organização Estadual do PCB, vereador em Nova Lima, presidente da União Geral dos Trabalhadores de Minas Gerais, entre outras funções. Foi também militante sindical na Morro Velho e assessor técnico da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minas Gerais. Teve atuação marcante no meio sindical novalimense, sendo um dos militantes do PCB mais respeitados entre a massa operária local. Anélio deixou Raposos em 1952, quando foi demitido definitivamente da empresa, após um longo processo que acusou a ele e mais 50 operários, muitos comunistas, de greve branca e sabotagem em 1948, episódio este conhecido como “o caso dos 51”. Ainda assim continuou a frequentar as assembleias sindicais dos operários da Morro Velho e a orientar os militantes do partido sobre como deveriam atuar no sindicato.

A entrevista de Anélio foi feita por Lucília Neves Delgado em 1991, como parte das atividades do Núcleo de História Oral da UFMG, hoje integrado ao Laboratório de História do Tempo Presente - LHTP. Foi realizada em um contexto no qual Anélio figurava como um comunista lendário em Minas Gerais. Dessa entrevista, utilizamos informações sobre a atuação do PCB entre 1937 e 1943 em Nova Lima e Raposos, a abertura democrática, a concepção de trabalho de massa para os comunistas, as relações destes com os trabalhistas e com o militante católico Dazinho. Como fontes orais, utilizamos também as entrevistas dos antigos dirigentes estaduais Dimas Perrin e Armando Ziller, disponíveis no LHTP/UFMG, e a entrevista do ex-dirigente nacional Diógenes Arruda Câmara, realizada em Roma no ano de 1979, pelos jornalistas Iza Freaza e Albino Castro, disponível no Arquivo Marxista da Internet.

Com as enchentes que atingiram a cidade de Raposos em anos recentes, grande parte da documentação do Sindicato dos Mineiros foi perdida. Apenas conseguimos recolher algumas fotografias e documentos escritos, fornecidos gentilmente pelo funcionário Júnior Freitas. Recolhemos também alguns documentos de acervos familiares, como foi o caso da família Azevedo Dias e Vieira.

⁵³ Os intervalos entre os anos apresentados se deram pela ausência de novos dissídios impetrados.

A partir da documentação investigada, produzimos cerca de 800 fichas, onde separamos e analisamos as informações que atravessam nosso objeto de estudo. Dos dados recolhidos, demos mais atenção àqueles que diziam respeito à estrutura do PCB em nível local, ao Sindicato dos Mineiros e às outras organizações nas quais os comunistas atuaram. Menos atenção tivemos com a questão eleitoral, isso porque os dados repassados pelo TRE-MG são precários, e não compreendem todas as eleições municipais realizadas em Nova Lima e Raposos no período analisado. Outras informações eleitorais obtivemos recolhendo recortes de jornais apreendidos pela polícia política, nos relatos de ex-militantes e na literatura analisada. Em nenhum momento focamos na questão eleitoral, por não ser o nosso foco investigativo. Apesar disso, não podemos desconsiderá-la, uma vez que a ação dos comunistas no movimento operário gerava reflexos neste campo.

Dividimos a pesquisa em quatro capítulos. No primeiro, buscamos revelar as articulações e rearticulações do PCB entre 1943 e 1964, analisar as estruturas partidárias presentes na região, e como elas se articulavam com as instâncias superiores. O objetivo foi apresentar as formas organizativas dos comunistas no que chamamos de “nível partidário”.

Nos capítulos dois e três, nos propomos a observar a relação entre o nível partidário e o nível de massas. Este último diz respeito às organizações não comunistas, nas quais a militância do PCB atuava no sentido de as fortalecer, influenciar e dirigir. Avaliamos a atuação dos comunistas nos conflitos coletivos de trabalho, no Sindicato dos Mineiros e outras organizações locais, e o grau de influência que possuíam. Aqui também mostramos as relações dos comunistas com outras forças presentes na vida sindical local, como trabalhistas, anticomunistas, católicos e independentes.

No quarto capítulo analisamos elementos atinentes à cultura política comunista que se expressaram em eventos e outras situações da vida dos militantes. Nessa análise, vamos sublinhar comemorações dos aniversários de Stálin e Prestes como manifestações do culto à personalidade; a circulação das ideias comunistas através de livros clássicos, jornais, boletins e da produção da propaganda comunista; a prática do internacionalismo proletário através da presença dos comunistas nos eventos da Federação Sindical Mundial (FSM), realizados nos países da URSS; e por fim a martirização de Willian Dias Gomes, militante comunista local.

Emoção, implicação e a escrita da história dos operários da Morro Velho

As emoções podem ser compreendidas como centelhas que inflamam o interesse do historiador em escrever a história. São elas que comovem, despertam curiosidades, orientam escolhas temáticas e, muitas vezes, impulsionam o gesto inicial da pesquisa. Ao se deixar afetar pelo passado, o historiador não se projeta apenas sobre seu objeto, mas passa a integrar a complexa teia social, política e ética que envolve tanto o tempo estudado quanto o presente da escrita. Surge, assim, uma ética das emoções: simultaneamente pessoal e social, histórica e política, que retorna ao sujeito que escreve e informa sua prática intelectual. A presença das emoções no fazer historiográfico, contudo, suscita uma indagação recorrente: em que medida a implicação afetiva do pesquisador comprometeria o rigor metodológico exigido pela disciplina histórica? A questão que se impõe, portanto, não é se o historiador deve ou não ser atravessado por emoções, mas como conciliar a implicação subjetiva com a precisão analítica, o distanciamento crítico e a vigilância metodológica necessários à produção do conhecimento histórico.

Minha trajetória pessoal e familiar guarda estreita relação com o objeto desta pesquisa. Minha família tem origem na zona rural de Ouro Preto, no distrito de Amarantina, e meu avô começou a trabalhar na Companhia Morro Velho, em Raposos, no início da década de 1940, ali permanecendo até o fim de sua vida. Não cheguei a conhecê-lo, mas cresci ouvindo histórias sobre seu trabalho e sua rotina, visitando o pequeno quarto de ferramentas em meio à horta que cultivava no quintal de casa. Conhecido na cidade como “Bené do Alface”, complementava a renda familiar vendendo verduras aos finais de semana na praça da igreja matriz. Desde a infância, ao chegar à casa de minha avó, era frequentemente comparado a ele por antigos vizinhos e amigos, como o “Carlinho carteiro”, já falecido. Dizia minha avó que ele nunca havia trabalhado no interior da mina, que somente tinha atuado na função de mandar ar para dentro dos poços, o que consegui desmentir com essa pesquisa. Meu avô foi gaioleiro, responsável pelo tráfego dos elevadores que levavam e traziam homens e minérios para o subsolo e a superfície. Nessa posição certamente conheceu líderes comunistas importantes, que também a exerciam, como William Dias Gomes e Antônio Liberato. Certamente meu avô havia mentido para minha avó querendo resguardá-la do medo de que algum acidente acontecesse com ele dentro da mina, algo que era recorrente. Com quatro filhas para criar, a viuvez era uma possibilidade cruel.

Cresci ouvindo de minha mãe que as minas de ouro da Morro Velho, operadas desde o século XIX, eram locais de trabalho onde havia muitos sofrimentos e mortes, mas nos quais,

através de sabotagens e do trabalho árduo, alguns operários conseguiram uma pequena ascensão social. Nos finais de semana em que íamos para a cidade de Raposos, ao passar de ônibus na rodovia que liga a cidade à Belo Horizonte, ficava imaginando o fardo carregado por aqueles trabalhadores e por meu avô. E para incrementar toda minha curiosidade, durante o ano de 2019 fiz a leitura do livro *Germinal*, do escritor francês Émile Zola, em que narra as agruras dos trabalhadores de uma mina de carvão na França do século XIX, abordando temas como a exploração, luta de classes e as condições de vida dos mineiros. Este livro abriu ainda mais a fissura constituída na minha imaginação pelas emoções e sensações sentidas durante a infância e adolescência acerca dos operários da Morro Velho e da minha família. Senti uma aproximação enorme entre os operários da obra de Zola e as imagens que eu possuía dos operários de Raposos e Nova Lima, forjadas a partir das histórias contadas por minha mãe e minha avó.

Mobilizado por essas emoções, iniciei a busca por informações sobre meu avô no Arquivo Público Mineiro e no Arquivo Nacional. Não encontrei registros específicos sobre ele, mas me deparei com vasta documentação referente à atuação de militantes comunistas no Sindicato dos Mineiros da Morro Velho e à intensa vigilância policial exercida sobre os operários. A descoberta desses documentos provocou em mim uma sensação de euforia e curiosidade intelectual: em meio a tanto sofrimento, emergiam experiências de luta por dignidade, organização coletiva e enfrentamento à repressão. A partir desse contato inicial, acionei minha formação como historiador, busquei a produção historiográfica existente e identifiquei uma lacuna importante: poucos estudos haviam se debruçado de maneira sistemática sobre as fontes do DOPS relativas à Morro Velho, hoje preservadas no Arquivo Público Mineiro.

Esta pesquisa, portanto, nasce do entrelaçamento entre história pessoal, inquietação emocional e investigação histórica. Tristeza, indignação, desejo de justiça, curiosidade e empatia foram emoções que acompanharam o percurso investigativo desde sua formulação inicial. Contudo, o reconhecimento dessa implicação afetiva não significou abandono do rigor metodológico. Ao contrário, exigiu redobrar a vigilância crítica diante das fontes, sobretudo da documentação policial, marcada por intencionalidades repressivas, estigmatização política e construção de narrativas criminalizadoras. O trabalho histórico aqui desenvolvido baseou-se no cruzamento sistemático de fontes policiais, sindicais, judiciais, jornalísticas e orais, buscando ler “contra” o arquivo repressivo e tensionar seus silêncios, exageros e enquadramentos.

Nesse sentido, as reflexões de Georges Didi-Huberman são particularmente fecundas.⁵⁴ Ao reler Bergson, o autor argumenta que a emoção coloca as ideias em movimento, lançando o sujeito para fora de si e confrontando-o com a realidade. Dialogando com Nietzsche e Deleuze, Didi-Huberman entende a emoção como uma articulação entre afeto e efeito, capaz de produzir movimento — inclusive político — ao envolver uma dimensão coletiva e social. A partir dessa perspectiva, o autor propõe uma ética das emoções, pela qual a história pode contribuir para restituir dignidade a sujeitos e grupos historicamente subalternizados. É nesse horizonte que esta pesquisa se inscreve: motivada pelas emoções, mas orientada por um compromisso ético e historiográfico com a restituição da memória e da dignidade das famílias atingidas pela exploração do trabalho e pela repressão política, entre elas a minha.

As reflexões de Ivan Jablonka também oferecem uma chave interpretativa fundamental. Ao analisar sua própria obra *História dos Avós que Não Viram seus Netos*⁵⁵, Jablonka afirma que “a emoção faz parte da nossa vida de pesquisador” e reconhece a indignação provocada não apenas pelo assassinato de seus avós, mas pelo silêncio e pelo esquecimento que ameaçavam apagá-los da história.⁵⁶ Ao fazer isso, o autor rompe com a tradição historiográfica que via a subjetividade como obstáculo à objetividade, propondo, ao contrário, seu reconhecimento como ponto de partida epistemológico. Jablonka distingue o “eu confessional” do “eu metodológico”. O primeiro refere-se à explicitação da subjetividade, das emoções e dos vínculos do historiador com seu objeto; o segundo, à postura crítica, analítica e metodologicamente rigorosa exigida pela disciplina histórica. Longe de serem excludentes, esses dois registros podem — e devem — coexistir. O reconhecimento do “eu” não reduz o rigor da pesquisa, mas pode incrementá-lo, desde que acompanhado de procedimentos metodológicos consistentes e explicitados no interior do texto, e não relegados às margens, às notas de rodapé ou aos agradecimentos.

Ao reconhecer minhas filiações afetivas com o objeto desta pesquisa, assumo o papel das emoções como parte constitutiva de sua elaboração. Minha relação pessoal com os operários da Morro Velho, bem como minha empatia pelos militantes comunistas e sindicalistas que atuaram na região, não se apresentam aqui como um problema a ser ocultado, mas como uma das condições de possibilidade da própria investigação. Ainda assim, foi o acionamento consciente do “eu metodológico” — por meio da crítica documental, do cruzamento de fontes e da inserção no debate historiográfico — que permitiu controlar essa implicação e conduzir a

⁵⁴ Didi-Huberman, 2020, p. 17-91.

⁵⁵ Jablonka, 2012.

⁵⁶ Jablonka, 2020.

pesquisa para um horizonte crítico. Dessa forma, busquei articular o “eu confessional” e o “eu metodológico”, produzindo um trabalho que não é menos rigoroso por reconhecer a presença do sujeito que escreve, mas, ao contrário, mais consciente de suas condições de produção. Ao explicitar essa posição, reafirmo a compreensão do historiador como indivíduo de “carne e osso”, situado histórica e socialmente, cuja escrita é atravessada por emoções, escolhas éticas e compromissos intelectuais.

1 - O PCB NAS GERAIS E NA TERRA DO OURO: RECONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO

1.1 Diferenciando “nível partidário” e “nível de massas”

Gostaríamos de esclarecer alguns pontos que permearam esta pesquisa e são particularmente relevantes para este capítulo. Concordamos com Cosenza quando diz que a literatura analisou o PCB mais detidamente do ponto de vista de sua influência no movimento operário, das políticas que aplicou, suas alianças, resultados, símbolos e representações.⁵⁷ Como destacou este autor, a organização interna do partido, principalmente em relação à sua estrutura organizativa e seus princípios, foi bastante secundarizada pela literatura existente.

Considerando o acima exposto, propomo-nos aqui a observar a ação comunista através de duas dimensões distintas, porém interrelacionadas. A primeira, que chamaremos de nível partidário, diz respeito à organização partidária, sua estrutura interna e a articulação entre as diferentes instâncias, suas linhas políticas, e como isso impactou na ação militante. A segunda chamaremos de nível de massas, tratando-se das organizações não comunistas, conhecidas entre a militância do PCB como “organizações de massas”, como os sindicatos, as associações femininas e de bairro etc., nas quais atuavam os comunistas tática e estrategicamente. Abaixo explicaremos melhor esta distinção, e nas seções seguintes deste capítulo vamos nos deter apenas ao nível partidário.

Ao entrevistar os comunistas da Morro Velho, Yonne Grossi⁵⁸ ressaltou que o partido promovia diversos cursos e sabatinas para a militância local, visando qualificá-la ideologicamente. Esta qualificação se refere ao desenvolvimento da compreensão dos militantes acerca do que era o partido e sua função, suas diretrizes e linhas políticas, seus objetivos imediatos e finais, suas estratégias e táticas. Deste modo, tais cursos promoviam também o estudo de textos do marxismo, levando seus militantes a adquirirem noções fundamentais e o vocabulário da cultura política comunista, como luta de classes, capitalismo, imperialismo, o papel do Partido Comunista e a revolução social. Assim, o partido criaria condições para que seus militantes de base vissem e atuassem na realidade a partir da leitura política da cultura comunista e do partido.

Em 1957 a polícia política mineira apreendeu um conjunto de textos do PCB que eram utilizados nestes cursos, nos quais o partido condensava os valores, as ideias e os conceitos a

⁵⁷ Cosenza, 2012.

⁵⁸ Grossi, 1981.

serem ensinados e aprendidos por seus militantes.⁵⁹ Além de nos oferecer acesso a tais conteúdos, o valor deste material está também em nos propiciar apreendê-los da maneira como circulavam entre a própria militância do partido.

Vale lembrar que os princípios doutrinários e organizativos do PCB – e de todos os partidos comunistas na época – provinham do marxismo-leninismo, corrente ideológica que surgiu a partir das leituras que Vladimir Lênin fez das obras de Karl Marx e Friederich Engels.⁶⁰ Além dos princípios e do modelo organizativo partidário, o marxismo-leninismo orientava também a produção ideológica – textos, símbolos, panfletos, boletins etc. – sendo considerado elemento fundamental na cultura política comunista. Nesse sentido, no estatuto do PCB de 1945, em seu artigo 2º, pontuaram os comunistas que o partido tinha como objetivo superior “organizar e educar as massas trabalhadoras do Brasil, dentro dos princípios do marxismo-leninismo.”⁶¹ Também no estatuto aprovado no IV Congresso do PCB, em 1954, em seu artigo 1º, destacaram que “O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin.”⁶²

As concepções e orientações de Stálin também influenciaram fortemente a organização e as diretrizes partidárias. Em muitos textos publicados pelo jornal *A Classe Operária*, do PCB, a corrente ideológica do partido é citada como “marxismo-leninismo-stalinismo”. Stálin, suas representações, concepções e diretrizes circularam fortemente entre os comunistas brasileiros, incluindo os mineiros da Morro Velho, colocando-o como fator ideológico ou “pedra de toque” do PCB no período aqui estudado. Portanto, a referência ideológica nestes “pilares” é parte constituinte da cultura política comunista, influenciando o modo como os comunistas pensavam seu partido e se orientavam enquanto militantes dele.

Ao definir o Partido Comunista, um dos textos de formação apreendidos pela polícia política mineira citou a divisão da sociedade em duas classes antagônicas como elemento central do capitalismo: a burguesia, classe dominante, que explora a mão de obra da classe operária, classe dominada. Esta seria levada à luta de classes e formaria diversas organizações,

⁵⁹ APM/DOPS – Pasta 3831.

⁶⁰ Motta (2013, p.23), aos traçar as principais características dos comunistas brasileiros, apontou o marxismo-leninismo enquanto liturgia, proveniente do culto à URSS, à figura dos líderes e ao partido. O marxismo-leninismo seria o fundamento ideológico constituído a partir das ideias de Karl Marx e Vladimir Lênin, figuras centrais na cultura política comunista. Além de serem parte de um tipo de “religião política”, as ideias desses líderes influenciavam a forma como os comunistas se viam e se organizavam. Sobre isso ver também Jorge Ferreira (2002).

⁶¹ Estatuto PCB – Arquivo Marxista da Internet, 1945. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.pdf acesso em: 15/03/2023.

⁶² Estatuto PCB – Arquivo Marxista da Internet, 1954. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/estatutos.htm acesso em: 15/03/2023

nas quais se propunha a reivindicar melhorias sociais e trabalhistas através de reformas políticas e econômicas. Tais organizações seriam os sindicatos, cooperativas, associações e círculos operários. Entretanto, os comunistas concebiam que “estas organizações lutam por objetivos limitados, o que quer dizer, para melhorar a situação da classe dentro do sistema feudal burguês, enquanto a classe operária anseia por libertar-se completamente da classe exploradora.”⁶³ Ou seja, tais organizações não seriam revolucionárias em si. Assim, o Partido Comunista seria fruto da necessidade de uma organização que, “reunisse os elementos mais concientes (sic) da classe operária, convertendo-a numa classe conciente (sic) que tivesse como objetivo principal a derrocada da atual ordem, lutando pela revolução.”⁶⁴ Desta maneira, o Partido Comunista teria caráter revolucionário, o que o diferenciaria de outras organizações, incluindo os partidos reformistas.⁶⁵

Diante do caráter limitado das organizações de classe não comunistas, o partido seria a “organização capaz de unificar e coordenar todas as ações das organizações da classe operária para tornar suas ações mais poderosas contra os inimigos (...).” Sendo assim, o Partido Comunista teria “possibilidades de converter todas as organizações e associações de massa, num órgão auxiliar e corrente de transmissão que una o Partido e a classe.”⁶⁶ Considerando isto, apontamos que, tanto ideológica quanto organicamente, há uma distinção entre as organizações comunistas e não comunistas. A tarefa do partido seria agir de maneira complementar com estas últimas, direcionando-as para seus propósitos políticos conjunturais e para o rumo revolucionário. Desse modo, ao conduzir tal direcionamento, os militantes do partido assumiriam o papel de *vanguarda revolucionária*. Um exemplo da articulação entre nível partidário e nível de massas na concepção do PCB pode ser visto em um pequeno trecho de um dos textos de Maurício Grabois, então um destacado dirigente nacional, publicado no jornal *A Classe Operária*, do qual era diretor, em outubro de 1952.

Para atingir seus objetivos revolucionários, o nosso Partido, ao mesmo tempo que desenvolve esforços para elevar o nível de sua atividade, tanto orgânica

⁶³ APM/DOPS – Pasta 3831.

⁶⁴ Ibid. Ao tratar das culturas políticas, Berstein (1998), afirma que estas sempre surgem como respostas aos problemas concretos da realidade. Nesse sentido, o PC seria fruto da necessidade revolucionária de derrubar a burguesia e dar fim ao capitalismo.

⁶⁵ Sobre a diferença entre um revolucionário e um reformista, Stálin, dizendo sobre os fundamentos do leninismo, afirmou que, para o revolucionário, a reforma seria um “produto acessório da revolução”, e ela se converteria “em instrumento para reforçar a revolução, em ponto de apoio para o desenvolvimento do movimento revolucionário.” E que “o reformista, ao contrário, aceita as reformas para renunciar a todo trabalho ilegal, para sabotar a preparação das massas para a revolução e repousar à sombra da reforma “concedida”.” - Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm. Acesso em: 31/01/2024.

⁶⁶ Ibid.

como política e ideológica, precisa fortalecer e ampliar incansavelmente suas ligações com as massas, reforçar o trabalho de seus militantes nas organizações de massas. (...) Para que nossa linha política seja plenamente vitoriosa, é indispensável, na luta por sua aplicação, não só realizar um trabalho persistente para fortalecer e ampliar as organizações de massas existentes, como também criar novas organizações de massas que se tornam necessárias para a defesa dos interesses das grandes massas.⁶⁷

Apesar de tal distinção, Grabois alertou que na prática muitos militantes não a faziam. Constatava ele que, “é fato corriqueiro confundir o Partido com as organizações de massa e as organizações de massas com o Partido, como também as próprias organizações de massa entre si.”⁶⁸ Atuando desta forma, parte dos militantes tornavam a ligação do PCB com as organizações de massas enfraquecida, e elas deixavam de atrair pessoas que aderiam aos seus programas específicos. A supressão de tal distinção levava ao fechamento dos militantes do PCB em si mesmos. Para Grabois “essa séria debilidade do Partido no trabalho de massas é, sem dúvida, na maior parte, fruto da falta de assimilação de nossa linha política pela maioria do Partido.”⁶⁹

A militância adequada, de acordo com o antigo dirigente, tinha de respeitar a autonomia e o programa específico de cada organização de massa. Apesar de terem de respeitar a autonomia das organizações de massas em relação ao PCB, seus militantes não deviam se esquecer de lutar pelo programa que defendiam. Assim, “aproveitando todos os fatos que digam respeito aos interesses das massas, desde os mais elementares até aqueles que comovem a opinião pública nacional, é necessário levá-las às lutas mais elevadas (...).”⁷⁰ E Grabois conclui dizendo que, “a realização de um justo trabalho dos comunistas entre as massas e nas organizações de massas tem uma profunda importância, pois apressará a vitória final de nosso povo na luta pela paz, pela libertação nacional e pela democracia popular.”⁷¹ Da mesma maneira que este texto de Grabois salienta a distinção entre Partido e Organizações de Massas, outros tantos podem ser encontrados na imprensa comunista brasileira, com destaque para o jornal *A Classe Operária*.

⁶⁷ Jornal *A Classe Operária*, nº 405, 1º de outubro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em: 22/01/2023.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem. Na ocasião da publicação dos trechos citados, o PCB tinha como pautas centrais de seu programa a luta pela paz (o contexto era de acirramento da Guerra Fria e da Guerra da Coreia), a derrubada do governo Vargas e a conquista de um governo democrático-popular, que libertasse o Brasil do jugo imperialista, etapa “estratégica” para se chegar à revolução socialista.

A realização dos objetivos partidários, fica claro, não era uma tarefa restrita apenas a atuação de seus militantes. Era preciso que os comunistas, através dos métodos de persuasão e convencimento, como veremos mais detidamente na primeira seção do segundo capítulo, levassem as massas a aderirem a suas propostas. Em um texto anônimo publicado no jornal *A Classe Operária* de junho de 1952, ficou destacado que para a realização do programa partidário era

(...) indispensável que o Partido esteja intimamente ligado às massas e para isso é necessário que cada um dos seus militantes esteja em estreito contacto com as massas, é necessário que todos os seus militantes trabalhem nas organizações de massas: nos sindicatos, nos comitês de paz, nas associações camponesas, nas organizações de bairro, nas comissões de reivindicação de empresa, nos clubes, nas associações femininas e juvenis, etc.⁷²

Enfim, as fontes consultadas revelam com nitidez a distinção entre um nível e outro, e considerando isto, usaremos ao longo da pesquisa os termos “nível partidário” e “organizações de base”⁷³ para designar o partido e suas instâncias internas, e “nível de massas” e “organizações de massas” para designar as organizações não comunistas, como os sindicatos e as associações femininas e de bairro.⁷⁴ Nas próximas seções deste capítulo abordaremos o nível partidário, observando e analisando suas articulações e rearticulações, sua estrutura orgânica e a relação entre as diferentes instâncias partidárias, desde as organizações de base ao Comitê Nacional.

⁷² Jornal *A Classe Operária*, nº 412, 1º de junho de 1952. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁷³ No nível partidário, o termo “organização de base” foi oficializado no estatuto aprovado no IV Congresso do partido em 1954, substituindo o termo “célula”. Sobre esta alteração, consideraram que “esta nova designação corresponde melhor ao caráter e às funções do organismo básico do Partido. É uma denominação que se define por si mesma.” Sobre as modificações nos Estatutos do PCB – Arquivo Marxista da Internet, 11/1954. Disponível em: www.marxists.org/portugues/amazonas/1954/11/informe.htm Acesso em: 22/01/2024.

⁷⁴ O termo “organizações de massas” foi utilizado em diversos documentos oficiais, incluindo os estatutos de 1945 e 1954, permanecendo durante todo o período aqui estudado. Também foi citado desta maneira em diversos textos publicados no jornal *A Classe Operária*, órgão central de propaganda do PCB no período aqui estudado.

1.2 Breve história da fundação do PCB em Nova Lima e da criação do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho

No dia 13 de maio de 1934 foi fundada a União dos Mineiros da Morro Velho e Classes Conexas.⁷⁵ Significativamente, a data era uma homenagem à abolição da escravidão em solo brasileiro.⁷⁶ Para os operários da Morro Velho, a fundação da entidade representava a possibilidade de se libertarem dos grilhões que os mantinham sob a exploração inglesa. A formação do Sindicato foi fruto de um trabalho paciente de conscientização e mobilização dos operários, feito cotidianamente pela militância comunista, que se desenvolvia em âmbito local naquela conjuntura.⁷⁷

Com presença em Minas Gerais desde a década de 1920⁷⁸, os comunistas viram nos mineiros de Nova Lima a possibilidade da formação de um forte movimento operário, que poderia ser capitaneado por eles. O primeiro passo era fundar o PCB na região, o que ocorreu nos idos de 1932 graças à iniciativa de três militantes, os mineiros Anélio Marques e Geraldo Policarpo de Souza, e o carpinteiro da Morro Velho, Pedro Pinto Carneiro, com o auxílio de um assistente do partido, o comerciante León Lermann⁷⁹, de origem judaica, que se fixou em Nova Lima, e ali oferecia seus serviços.⁸⁰

O primeiro contato de León Lermann foi com Anélio Marques, que, embora morasse em Raposos, assim como Geraldo Policarpo, frequentava sua loja em Nova Lima. Em diversas conversas, León buscava despertar a consciência de Anélio para as condições do operariado local e a necessidade de se aliar com os demais operários. Após várias conversas, León emprestou um livro que tratava de questões sociais para o jovem mineiro, que no dia seguinte lhe devolveu o material lido. Relatou Anélio que após a leitura León lhe disse o seguinte: “É, você leu, agora para você entender isso tudo que você leu, você tem que fazer um negócio, nós temos que organizar um partido dos trabalhadores aqui, para você entender melhor o que está escrito nesse livro.”⁸¹ De acordo com o antigo militante, a conversa continuou nos seguintes termos:

⁷⁵ Livro de atas do Sindicato - COVEMG – Disponível em: www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/1617?show=full acesso em: 26/07/2022

⁷⁶ Grossi, 1981, p.96.

⁷⁷ Grossi, 1981, p.84-94.

⁷⁸ Figueiredo, 2017.

⁷⁹ De acordo com Anélio Marques, Lermann chegou a ser presidente da União Israelita de Minas Gerais.

⁸⁰ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFMG.

⁸¹ Ibid.

“Você topa?” “Topo, é agora”. E aí entrei. Ele falou: “Então, a tarefa sua é arranjar mais dois companheiros. Porque só com você não dá, porque eu não sou operário da mina, sou negociante. Eu estou aqui porque quero deixar nisso aí uma semente. Você vai arranjar mais dois amigos, companheiros, se for da Mina do Morro Velho, melhor”. Eu falei: “Está certo”. Peguei um cara lá, Pedro Pinto Carneiro, peguei Geraldo de Souza, e fizemos a primeira reunião do Partido. Daí, começamos a luta.⁸²

Mais operários foram se juntando ao núcleo partidário que surgira. Anélio ressaltou que, “A primeira coisa foi, uma das tarefas primeiras que o Partido lá, recebeu, através dele, e depois de outros companheiros, foi trabalhar para a criação do Sindicato. Tarefa do Partido era a tarefa da formação do Sindicato dos Operários da Mina de Morro Velho.”⁸³ Não só em Nova Lima, uma das principais tarefas dos comunistas era criar sindicatos onde não existissem.⁸⁴ Para tanto, precisavam criar raízes entre os operários através do trabalho de massas, da formação política e da disseminação de ideias.

A tarefa inicial foi disseminar entre os operários, no interior das minas, as ideias, noções e conceitos que fundavam a orientação comunista, como a luta de classes, a necessária união e solidariedade entre os operários, a percepção da exploração capitalista e a luta por sua superação revolucionária. Observou Yonne Grossi que a disseminação de tais ideias se dava em conversas informais nos horários de trabalho, nos bares, festas, jogos de futebol e outras atividades de sociabilidade entre os mineiros. Assim, comentando sobre as condições de vida dos operários e a realidade local, os militantes do partido buscavam fazer com que os operários percebessem a exploração à qual estavam submetidos, levando-os a agir diante da situação.

Desenvolver tal percepção não era uma tarefa difícil. Como a empresa constituía um verdadeiro enclave, formou-se em Nova Lima uma comunidade inglesa, que contrastava com a realidade dos operários, em grande parte nacionais. Os ingleses possuíam bairro próprio, núcleos de sociabilidade, hotel, cemitério, igreja, casas de campo, entre outros, que escancaravam as contradições entre os patrões estrangeiros e os miseráveis mineiros. Assim, além da exploração no mundo do trabalho propriamente dito, os mineiros percebiam a exploração na segregação dos espaços e nas atividades cotidianas. Com o tempo, “a criação do sindicato se tornou um tópico de conversação em encontros informais com mineiros,

⁸² Ibid.

⁸³ Id. Ibid.

⁸⁴ Carone, 1982, v.1.

consequência de uma determinação formal do incipiente núcleo dirigente.”⁸⁵ Acerca da participação dos comunistas na criação do Sindicato, Grossi afirmou:

O trabalho do Partido havia encontrado um terreno propício à fermentação da ideia de unir os homens da mina. A situação penosa de trabalho, a dominação arbitrária da empresa, o desamparo a que se expunha a família do operário, constituíam uma condição suficiente para despertar princípios de coesão entre os trabalhadores.⁸⁶

Apesar da influência dos comunistas na fundação da entidade sindical, Anélio Marques ressaltou que “não foi só o Partido, mas o Partido teve uma iniciativa de ajudar o máximo para a fundação do sindicato.”⁸⁷ A criação do sindicato era parte do trabalho de massas, que começava a ser realizado na Terra do Ouro, onde os comunistas atuavam lado a lado com operários não comunistas e simpatizantes. Podemos dizer que, para os comunistas, o surgimento do Sindicato representava a abertura de um campo de atuação no nível de massas que atraísse os milhares de operários, podendo assim influenciá-los e dirigir suas lutas.

Não tardou para que o sindicato se tornasse uma realidade entre os trabalhadores da Morro Velho. Alguns mineiros se reuniam com os três comunistas na casa do sapateiro Emiliano Franklin de Sales, onde discutiam e encaminhavam ações para a criação da entidade. O sapateiro fora denunciado e preso, e as reuniões passaram a ter de acontecer fora da cidade. Dezesete mineiros se empenharam na criação da entidade, que a despeito da resistência da empresa em reconhecê-la, foi fundada no dia 13 de maio de 1934.

Desde 1931 a legislação brasileira determinava o “enquadramento sindical”, com o qual a criação de sindicatos, federações e confederações, de empregadores e empregados, dependia da aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.⁸⁸ Este enquadramento persistiu ao longo de sucessivos regimes políticos, atravessando todo período aqui estudado.⁸⁹ Por este motivo, tendo em vista os procedimentos burocráticos, a carta de reconhecimento do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho somente foi emitida em 3 de julho de 1934, por intermédio do deputado classista Alberto Sureck.⁹⁰

⁸⁵ Grossi, 1981, p.87.

⁸⁶ Grossi, 1981, p.94.

⁸⁷ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFMG.

⁸⁸ Sobre isso, ver o decreto federal 19.770 de 19 de março de 1931.

⁸⁹ Ver: Decreto federal 24.694 de 12 de julho de 1934; Decreto-lei 1.402 de 5 de julho de 1939; Decreto-lei 5.452 de 1º de maio 1943; Decreto-lei 8.740 de 19 de janeiro de 1946; Decreto-lei 9.502 de 23 de julho de 1946.

⁹⁰ Grossi, 1981, p.99.

A Companhia Morro Velho, por sua vez, além de não reconhecer a legitimidade da União dos Mineiros da Morro Velho, mobilizou operários pró-empresa para a criação de outro sindicato, a União dos Empregados da Morro Velho.⁹¹ Essa situação foi possível graças à pluralidade sindical, legislada na Constituição de 1934, que em seu artigo 120 reconhecia a existência de mais de um sindicato de empregados, independentes entre si. Para serem reconhecidas, bastava que as entidades sindicais reunissem pelo menos um terço dos empregados que exercessem a mesma profissão na respectiva localidade.

Por se localizar em um lugar elevado da cidade, o sindicato pró-empresa foi apelidado de “Sindicato de Cima”, em contraposição ao “Sindicato de Baixo”, ambos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Além de arregimentar um número maior de associados, o Sindicato de Baixo obteve conquistas importantes na década de 1930, como a assinatura das carteiras profissionais, a conquista da jornada de 8 horas - posteriormente alterada para 6 horas -, a concessão de férias e a criação da Caixa de Pensões e Aposentadoria dos Operários da Morro Velho.⁹²

Apesar de diversas manobras para se sobressair, o Sindicato de Cima, pró-empresa, perdia em termos de reconhecimento e representatividade, o que possibilitou uma verdadeira hegemonia do Sindicato de Baixo.⁹³ Uma dessas manobras foi a demissão sumária dos 17 fundadores do Sindicato de Baixo, um verdadeiro ato persecutório da empresa, em conluio com o Sindicato de Cima.⁹⁴ Tal manobra colocava em risco a consistência do primeiro, uma vez que os 17 mineiros eram líderes operários, o que, além de retirar de atuação aqueles que mobilizavam os demais, gerava certo temor entre os mineiros. Outras manobras foram realizadas, como a vinculação “automática” dos operários ao Sindicato de Cima, que recebia os impostos sindicais; diminuição do prazo de espera para receber uma casa da Companhia, que tinha o aluguel a preço módico, além de outras vantagens, somente para os associados ao Sindicato de Cima.⁹⁵ Muitos operários se associaram às duas entidades, acessando as vantagens do Sindicato de Cima, e fazendo luta operária com o Sindicato de Baixo.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o decreto-lei 1.402 de 5 de julho de 1939, em seu artigo 6º, deu fim à pluralidade sindical, que garantia a existência dos dois sindicatos. De acordo com este decreto, seriam avaliados para a investidura sindical os seguintes critérios: a) o número

⁹¹ Ibid.

⁹² Grossi, 1981, p.111.

⁹³ Grossi, 1981, p.106-113.

⁹⁴ Grossi, 1981, p. 118-119.

⁹⁵ Ibid.

de sócios; b) os serviços sociais fundados e mantidos; c) o valor do patrimônio. No caso dos operários da Morro Velho, eles optaram pela realização de um plebiscito para decidirem qual sindicato receberia a investitura sindical, saindo vencedor o Sindicato de Baixo, no qual atuavam os comunistas. A partir daí, a União dos Mineiros da Morro Velho e Classes Conexas – o Sindicato de Baixo - passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração de Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima.⁹⁶

Para Grossi, esse cenário foi conveniente para os comunistas, que inseridos e influentes no Sindicato de Baixo, pautavam a unicidade sindical. Como consequência, no nível partidário os comunistas solidificaram a atuação no município, estruturando o Comitê Municipal, órgão que coordenaria as diversas células que surgiam entre os operários da Morro Velho.⁹⁷ Os comunistas despontavam como verdadeiros líderes do movimento operário local.

Fruto do trabalho de massas dos comunistas, o Sindicato dos Mineiros, agora unificado, representava cerca de 8.000 operários. Uma longa trajetória de lutas forjou características próprias da entidade, entre as quais se destacaram a autonomia, combatividade, ausência de burocratização, constante mobilização das bases e a unidade em torno das reivindicações.⁹⁸ Além disso, fato apontado por Grossi e observado por nós ao longo dessa pesquisa, o sindicato manteve sua independência ideológica, a despeito das diferentes forças políticas que dele participaram e o dirigiram.

Grossi salientou que a grande característica da militância comunista no sindicato era o fato de não se confundir partido e sindicato. De acordo com ela, “(...) o Partido não se confundia com a entidade. A preocupação sempre apareceu como a de organizar a classe operária, formar quadros para dirigir sua luta.”⁹⁹ E ainda que, “(...) a concepção do Partido de “trabalho no sindicato” era para eles a de defesa dos interesses dos mineiros.” No entanto, verificamos que essa era uma característica do chamado “trabalho de massas”, não sendo uma “exclusividade” ou tradição na sua atuação no sindicato local. O que para Yonne Grossi seria uma exclusividade local, para nós é o reflexo na prática da distinção entre nível partidário e nível de massas. A atuação dos militantes comunistas da Morro Velho se conformava em um quadro geral de ação do partido, que em diversos documentos oficiais fez a diferenciação entre partido e sindicato, nível partidário e nível de massas, ainda que nem todos os seus militantes atuassem a partir dessa distinção.

⁹⁶ De acordo com o estatuto oficial do sindicato, este se legalizou dentro dos seguintes dispositivos: decreto-lei 1.402 de 5 de julho de 1939; decreto-lei 2.853 de 29 de julho de 1940 e decreto-lei 2.831 de 9 de julho de 1940.

⁹⁷ Grossi, 1981.

⁹⁸ Coelho, 2004; Grossi, 1981.

⁹⁹ Grossi, 1981, p.132.

Como em outros sindicatos onde atuavam, a tarefa principal dos comunistas era lutar pelos interesses dos operários, buscando articulá-los com a linha política do partido, operando a já citada mediação política¹⁰⁰, na busca de influenciar os acontecimentos no sentido revolucionário. Deste modo, a conquista de cargos na direção sindical não era a ambição primeira dos comunistas, o que refletiu no fato de que tiveram apenas três presidentes na entidade entre 1934 e 1964: José Egídio Nery (1943-1944), José Alexandre (1957-1958 e 1963-1964) e Alberto Lemos Mota (1959-1960).¹⁰¹

Obviamente, outros fatores contribuíam para a não priorização da busca pela direção sindical, como a existência do “atestado de ideologia”, que exigia a ficha policial dos componentes das chapas em disputa, com a finalidade de comprovar a não filiação com ideologias “alienígenas” ou “exógenas”. Se não apresentasse o atestado de ideologia, ou se nele constasse que os membros da chapa fossem adeptos do “credo vermelho”, seus proponentes não eram autorizados a participarem do pleito sindical. Em vigor durante todo o Estado Novo, a exigência do atestado de ideologia também foi utilizada pelo governo do general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), impactando diretamente nas atividades sindicais em Nova Lima e Raposos, como veremos nos capítulos dois e três.

Em virtude das intervenções repressivas sobre as atividades sindicais, outros espaços foram ocupados e até mesmo priorizados pela militância comunista na ação sindical, como a participação nas assembleias sindicais¹⁰² e nas comissões que se formavam nas campanhas reivindicatórias. Essas comissões estudavam e mobilizavam os operários, dinamizando as lutas, centradas em pautas como aumento de salários, taxa de insalubridade, descanso semanal remunerado, abono de Natal, salário-família, adicional noturno e melhoria das condições de salubridade, muitas já previstas na CLT (Decreto-Lei 5.452/1943). Fato é que o surgimento do PCB em Nova Lima esteve estritamente ligado ao surgimento do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, relação esta que possibilitou grandes lutas e vitórias dos operários locais, colocando-os numa posição de destaque no movimento operário nacional.

¹⁰⁰ Bernstein, 2003.

¹⁰¹ Conforme apuramos em Grossi, 1981, p.235 e em APM/DOPS – Pastas 4782, 4784, 4785, 4786, 4787, 4889, 0113 e 0129.

¹⁰² As assembleias sindicais eram um campo fértil de atuação, isso porque, segundo o artigo 7 do estatuto do sindicato, suas decisões eram soberanas, desde que não contrariassem as leis e o estatuto sindical vigente. Assim, os comunistas tentaram construir sua inserção na massa operária principalmente através da participação neste espaço deliberativo. Além disso, as assembleias eram vistas como um campo para a ação de propaganda do partido, fosse para atacar as autoridades locais, proferir palavras de ordem, ou divulgarem as campanhas em que o PCB tinha participação. Ao longo deste capítulo, observaremos os êxitos, fracassos e as dubiedades dessa atuação.

1.3 Os vermelhos de volta à cena: abertura democrática e reorganização comunista (1943-1945)

No período de 1935 a 1942 ocorreu uma paulatina dispersão e desarticulação da militância comunista, fruto da repressão que se abateu sobre o PCB, intensificada a partir do regime do Estado Novo, iniciado em 1937.¹⁰³ Tal repressão se deu após o levante armado deflagrado nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco, em 1935, conhecido também como “Intentona Comunista”, por ter tido atuação decisiva de militantes do PCB.¹⁰⁴ Através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), os comunistas buscavam derrubar Vargas do poder, conter o avanço nazifascista na política interna e externa, e estabelecer um governo popular revolucionário, democrático e anti-imperialista.¹⁰⁵ Sufocado o levante, Vargas endureceu paulatinamente o regime, desembocando na ditadura estadonovista (1937-1945), ensejando a perseguição aos comunistas, a criação das Delegacias ou Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e a intervenção em dezenas de sindicatos. Nos dois anos imediatamente após o levante de 1935 os comunistas tentaram se rearticular, contudo, entre 1939 e 1941 boa parte de seus dirigentes caíram nas mãos da repressão. Moisés Vinhas, antigo dirigente do PCB, afirmou em suas memórias que “de 1940 a 1941 só subsiste [o partido] pela ação de indivíduos e pequenos grupos isolados.”¹⁰⁶

De acordo com Segatto, naquele contexto o PCB teve sua ação cada vez mais limitada, quase desaparecendo.¹⁰⁷ A estrutura orgânica, suas instâncias nacionais, regionais e locais, foram desarticuladas, fazendo com que seus militantes atuassem entre as massas sem uma linha política definida e coordenada.¹⁰⁸ Sobre a ação dos comunistas da Morro Velho durante o Estado Novo, Anélio Marques Guimarães afirmou

¹⁰³ Reis, 2007; Chilcote, 1982; Segatto, 1989; Pacheco, 1986.

¹⁰⁴ Ibid. Apesar de ser parte da tática de frente ampla, “frentismo”, adotada pelo movimento comunista internacional e pelo próprio PCB, na qual deveriam ser aglutinados comunistas e progressistas de todos os matizes em prol da democracia e, no nosso caso, da conquista de um governo popular, nacionalista, anti-imperialista e democrático, a ANL foi protagonizada principalmente pelos comunistas. Mobilizando nossos termos de análise, podemos considerar que a ANL era parte do nível de massas, ou seja, descolada organizacionalmente do PCB, mas protagonizada por seus militantes. Para o ex-dirigente comunista, Moisés Vinhas (1982, p.62), que teve parte no levante, a ANL foi “(...) primeiro grande movimento de massas no país onde o Partido Comunista terá uma influência decisiva.” De acordo com Vinhas (1982, p.70), os objetivos da ANL e do levante armado eram “(...) reforma agrária radical, expropriação dos meios de comunicação e outros serviços públicos, nacionalização dos bancos, supressão da dívida externa, derrubada do governo e instalação de um governo democrático e popular.” Sobre a tática do “frentismo”, sugerimos a leitura de Sena Júnior, 2009.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ Vinhas, 1982, p. 73.

¹⁰⁷ Segatto, 1989.

¹⁰⁸ Reis, 2007.

Nós nos adaptamos à realidade do município. Bom, aqui nós vamos continuar trabalhando no sindicato, reforçando, não é? E outras organizações que a gente pudesse. Foi o que nós fizemos. No meu caso, por exemplo, e de outros companheiros, a luta continua. De 35 a 43, nós não tivemos nenhuma orientação da direção do Partido em coisa nenhuma. Mas continuamos trabalhando. (...) E, as bases tinham uma confiança muito grande na direção do Partido. Tanto prova que a direção desapareceu, mas as bases, não todas, mas no meu setor, nós funcionamos num trabalho de massa. (...) Não tinha uma direção nacional, mas cada um no seu lugar fazia aquilo que podia. Não pode entregar, não. E nós fizemos desde 35 até 43, nós tivemos grandes lutas em Nova Lima e Raposos. Lutas importantes.¹⁰⁹

Apesar da repressão e desarticulação do nível partidário, os comunistas da Morro Velho continuaram a atuar de forma descentralizada, fortalecendo as reivindicações e lutas econômicas do operariado local, inclusive presidindo o Sindicato dos Mineiros de 1943 a 1944, com José Egídio Nery.¹¹⁰ Sem uma direção partidária, a militância continuava presente no movimento operário. De acordo com Grossi, “o Estado Novo, implantado a 10 de novembro de 1937, não significou nenhuma mudança substantiva no trabalho de organização partidária e sindical dos mineiros comunistas.”¹¹¹ Entretanto, acreditamos que essa posição possa ser nuançada, na medida em que esta autora não considerou as diferenças entre nível partidário e de massas. Como constatamos, apesar de continuarem fazendo o trabalho de massas, ou seja, atuarem no nível de massas, os comunistas não estavam estruturados organicamente no nível partidário. Apontamos que ocorreu um efeito dominó, que implicou ausência de diretrizes, linha política, e orientações estratégicas e táticas. Assim, os comunistas de Nova Lima continuaram lutando pelas reivindicações locais dos operários, sem articulá-las com as pautas políticas do PCB, inexistentes naquele momento.

A partir de 1942 o cenário nacional começa a mudar. Naquele ano Getúlio Vargas se alinhou na Segunda Grande Guerra ao lado dos Aliados (Estados Unidos, Reino Unido e União Soviética), em oposição aos regimes nazifascistas, capitaneados por Alemanha, Itália e Japão. De acordo com Segatto, esse alinhamento representou um paradoxo político interno: o Brasil se alinhava com as potências democráticas, mas sustentava uma ditadura com características nazifascistas na política interna, inclusive mantendo fascistas nos quadros do governo.¹¹² Isolados os fascistas na política interna, as oposições ganharam força progressivamente,

¹⁰⁹ Anélio Marques Guimarães, LHTP/UFMG, 1991.

¹¹⁰ Ver também: Grossi, 1981 e APM/DOPS – Pasta 4786, p.11-31

¹¹¹ Grossi, 1981, p.120.

¹¹² Segatto, 1989.

pressionando Getúlio Vargas a realizar uma transição democrática.¹¹³ Nesse cenário, a repressão ao movimento operário e aos militantes do PCB recuou, dando brecha para que reaparecessem no cenário político nacional. A partir de 1942, sufocados pelo chamado “esforço de guerra”¹¹⁴, operários por todo país deflagraram greves, promoveram sabotagens e mobilizações nas ruas, agitando ainda mais o clima político brasileiro. Nos locais de trabalho formavam-se comissões de operários, visando romper com os sindicatos oficiais, vários dos quais sob intervenção do Ministério do Trabalho, questionando a legitimidade destes organismos. Foi naquele contexto que José Egídio Nery, militante comunista, foi eleito presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho para exercer o mandato no biênio 1943-1944, revelando a presença comunista na disputa pelos rumos sindicais em Nova Lima.¹¹⁵

Imagem 1 – José Egídio Nery



Fonte: Sindicato dos Mineiros de Nova Lima

Como estava em vigor o “atestado de ideologia”, acreditamos que José Egídio Nery, naquele momento, era um desconhecido da repressão. Para se ter uma ideia, em julho de 1952

¹¹³ Importante nesse sentido foi o chamado “Manifesto dos Mineiros”, publicado em 24 de outubro de 1943. Subscrito por nomes da intelectualidade liberal e de famílias de grande prestígio político e social em Minas Gerais, como Pedro Aleixo, Mendes Pimentel, Afonso Pena Júnior, Pedro Nava e Afonso Arinos, o manifesto exigia que fosse realizada a transição democrática. A importância desse evento se deve ao fato de que, até aquele momento, a oposição ao regime vinha apenas das bases operárias e da militância comunista e socialista, o que o torna mais um elemento catalisador para o fim do Estado Novo.

¹¹⁴ Segundo Silva e Negro (2003, p.52), o Estado Novo foi um período de sufocamento político, perda de direitos, deterioração das condições de vida e arbítrio patronal. O chamado “esforço de guerra” envolvia uma série de mudanças, como adiamento das férias, proibição de mobilidade de emprego, trabalho noturno para crianças e mulheres, e consideração de abandono de trabalho perante a justiça do trabalho caso o trabalhador possuísse mais de oito faltas. Operários que questionassem os patrões na justiça do trabalho chegaram a ficar afastados, sem remuneração.

¹¹⁵ Grossi, 1981, p.235

a Morro Velho solicitou a polícia os antecedentes políticos de 29 operários, entre os quais estavam José Egídio, descrito da seguinte maneira:

Secretário Sindical do CM [Comitê Municipal] de Nova Lima conforme relação publicada no Diário da Justiça (Suplemento Minas Gerais) de 4-1-47. Juntamente com outros assinou um “manifesto aos trabalhadores do município de Nova Lima e ao povo em geral”, datado de Nova Lima 31-3-45, de caráter comunista, distribuídos sob forma de boletim. Assinante da Classe Op. Comunista militante pertencente à célula Tiradentes da Mecânica.¹¹⁶

Ou seja, as referências ao dirigente comunista local iniciam em 1945, quando na verdade, como será visto no quadro 1, desde 1943 José Egídio compunha a direção municipal do PCB. O seu caráter de “desconhecido” da polícia em 1943 certamente possibilitou sua participação nas eleições sindicais. Além disso, a partir de 1943 a perseguição aos comunistas recuou, consequência do importante papel que vinham desempenhando através da linha política de União Nacional contra o nazifascismo, com apoio ao governo Vargas, e que possibilitou uma “política de aproximação” entre comunistas e governo.¹¹⁷ Cada vez mais isolado no cenário político interno, Vargas procurara se aproximar do operariado e dos comunistas, buscando uma base de sustentação diante das forças políticas opositoras., que se articulavam para depô-lo.¹¹⁸

Segatto salientou que o Estado Novo já não conseguia mais impedir a ação dos comunistas, que “surfaram” no declínio do regime e no crescimento das oposições, inclusive aumentando o número de militantes em seu quadro.¹¹⁹ Naquela conjuntura, os antigos dirigentes do PCB passaram a atuar no sentido de reorganizar o nível partidário, articulando novamente seus militantes espalhados por todo o país.¹²⁰ Assim, em 1942 formou-se a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), que aglutinou militantes cariocas, baianos e paraenses. A

¹¹⁶ APM/DOPS – Pasta 4786.

¹¹⁷ Sena Júnior, 2009, p.203.

¹¹⁸ Fruto de tal aproximação, Vargas promulgou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, e passou a fazer vista grossa para a presença e participação dos comunistas na vida pública, influenciando as massas, principalmente quando da ida da Força Expedicionária Brasileira para o front na Segunda Guerra, que contou com apoio e presença de vários militantes do PCB. Ibid.

¹¹⁹ Segatto (2009) apresenta a seguinte evolução da quantidade de militantes nas fileiras do PCB: de 100 em 1942 passa para 3.000 até 1943, 50.000 em 1945, quase 200.000 em 1946.

¹²⁰ Segundo os estudos de Sena Júnior (2009, p.99-103), as movimentações para a reconstrução do PCB iniciaram em 1940, com protagonismo dos militantes baianos João Falcão, Armênio Guedes e Milton Cayres de Brito, que juntamente com o pernambucano – “quase baiano” - Arruda Câmara, se deslocaram para sudeste, visando recompor o partido. Ainda segundo este autor, a despeito da desarticulação nacional e da prisão de vários dirigentes do PCB entre 1939 e 1940, o partido na Bahia permanecia ativo. Conforme destacou “(...) o Comitê Regional da Bahia se constituiria como um dos poucos organismos do Partido que ainda funcionavam plenamente em 1940, de maneira que nos anos seguintes, poderia fornecer, ainda com certa folga, os quadros necessários à reorganização partidária, que tomaria corpo entre os comunistas a partir de 1942” (SENA JÚNIOR, 2009, p.101).

CNOP acabou tomando a frente do processo de reorganização do PCB¹²¹, e em 1943 promoveu a realização da chamada Conferência da Mantiqueira, na cidade fluminense de Barra do Piraí. A Conferência ocorreu entre 27 e 30 de agosto, com a participação de 46 dirigentes comunistas, vindos de quase todos os estados brasileiros. Por Minas Gerais, Marco Antônio Coelho, um dos dirigentes na época, disse que o cozinheiro José Militão Soares foi designado delegado para a Conferência, em substituição ao bancário Armando Ziller.¹²² Já Dimas Perrin, em entrevista prestada à pesquisadores/as da UFMG, relatou que Lindolfo Hill, operário da construção civil em Juiz de Fora, foi como delegado ao lado de José Militão Soares.¹²³

Na Conferência da Mantiqueira os comunistas deliberaram sobre questões como organização, estrutura partidária, programa político, estratégia, táticas, divulgação, propaganda e atividade sindical.¹²⁴ Como pontos centrais, destacou-se a defesa da participação do Brasil na Segunda Guerra através da Força Expedicionária (FEB); a linha política de “União Nacional contra o fascismo com apoio a Vargas”;¹²⁵ a luta pelas liberdades democráticas, incluindo a anistia, a legalidade do PCB, e a proposta de construir um partido de massas, “de novo tipo”.¹²⁶ Além da discussão da linha política e da concepção de partido a serem adotadas, elegeu-se um Comitê Central, que contou com a presença de Lindolfo Hill e de José Militão Soares, ambos representando Minas Gerais na direção nacional do PCB.¹²⁷ Após a Conferência da Mantiqueira, as diretrizes para a reorganização do nível partidário nacional estavam estabelecidas, cabendo aos militantes levá-las às bases. De acordo com Sena Júnior, “o PCB

¹²¹ Outros grupos de antigos militantes comunistas estavam espalhados pelo Brasil, sendo eles o Comitê Regional da Bahia, a Comissão Executiva Provisória de São Paulo, o Comitê Regional de São Paulo e a CNOP. Todos eles concordavam sobre a possibilidade de reorganizar o partido em bases nacionais, e com a linha política de União Nacional. No entanto, havia um embate sobre o combate ou não ao Estado Novo naquela conjuntura, e se deveriam ou não apoiar o governo Vargas. A linha oficial acabou sendo de União Nacional em torno do governo, com apoio a Vargas. Sena Júnior (2009, p.219) destacou que a CNOP “tornava-se o próprio Partido Comunista, já que, desde a realização da chamada “Conferência da Mantiqueira”, a CNOP havia se convertido na única organização do Partido com ramificações em quase todos os Estados (...).”

¹²² Coelho, 2000, p.68.

¹²³ Dimas Perrin – LHTP/UFMG, 1993.

¹²⁴ Moisés Vinhas (1982, p.75) afirma que na Conferência da Mantiqueira as discussões partiram das seguintes ordens do dia: “1. política internacional e nacional; 2. questões de organização visando reunificar o PCB nacionalmente; 3. eleição do Comitê Central.”

¹²⁵ A linha política de União Nacional antifascista com apoio ao governo Vargas foi aprovada a partir da caracterização de que este era composto por reacionários fascistas e democratas, estando sujeito a disputa. Dessa forma, os comunistas deveriam propor e compor uma unidade progressista e antifascista com Vargas e o setor mais à esquerda de seu governo. Sugerimos sobre esta questão a leitura de Vinhas (1982) e Sena Júnior (2009).

¹²⁶ Prestes apud Carone, 1982, p.239

¹²⁷ Nos levantamentos feitos por Sena Júnior (2009) consta apenas Lindolfo Hill como representante de Minas Gerais. No entanto, no relato escrito de Moisés Vinhas (1982, p.75), além de Lindolfo Hill, José Militão Soares é citado como um dos membros eleitos para compor o Comitê Central.

pela primeira vez desde as quedas de 1940¹²⁸, buscava recompor uma direção nacional e um projeto de partido unificado e centralizado (...).”¹²⁹

A rearticulação do PCB em Minas Gerais se deu através de João Amazonas¹³⁰, que juntamente com Maurício Grabois, Diógenes de Arruda Câmara, Pedro Pomar e outros, fez parte da CNOP.¹³¹ Relatou Armando Ziller, militante comunista entre os bancários e ex-deputado estadual em Minas Gerais, que João Amazonas se empregara numa loja de móveis na capital mineira, lá trabalhando por cerca de três meses, procurando despistar a repressão do Estado Novo, ainda vigente. Curiosamente, João Amazonas também ia à missa todo domingo na igreja São José, no coração da capital mineira, procurando demonstrar aos possíveis investigadores que vivia uma “vida normal”.¹³² Em Belo Horizonte, João Amazonas reunia-se com o bancário Armando Ziller, o cozinheiro José Militão Soares, o padreiro Adelino Roque Vieira e o garçom Augusto Gilbert para recompor o Comitê Estadual de Minas Gerais¹³³. Tratava-se de um pequeno grupo em que todos tinham algo em comum: “todos influíam em organizações sindicais, fazendo “trabalho de massa”. ”¹³⁴

Afirmou Arruda Câmara, em uma entrevista realizada no ano de 1979, em Roma, pelos jornalistas Albino Castro e Iza Freaza, que João Amazonas também teria ajudado a reorganizar o PCB nas cidades de Nova Lima, Raposos e Juiz de Fora.¹³⁵ Sobre a participação de João Amazonas na reconstrução do PCB em Minas Gerais e outros estados ainda durante a ilegalidade, o jornal *A Classe Operária* em 21 de dezembro de 1946 publicou o seguinte texto:

Durante os dez anos de terror e ilegalidade, João Amazonas lutou com bravura pelo crescimento e fortalecimento de seu Partido. (...) Em 1940, na ilegalidade, foi preso e condenado, empreendendo a seguir audaciosa fuga da

¹²⁸ Conforme apurou o pesquisador, entre 1939 e 1940 ocorreram várias prisões de antigos dirigentes do PCB, o que acabou reforçando o quadro de desarticulação pelo qual passava a entidade.

¹²⁹ Sena Júnior, 2009, p.161.

¹³⁰ Nascido em Belém do Pará no início do século XX, João Amazonas pode ser considerado um dos principais nomes do PCB, partido no qual ingressou aos 23 anos de idade. Foi dirigente da Aliança Nacional Libertadora no Pará, perseguido, preso e foragido durante o período de ilegalidade do PCB. Fez parte da Comissão Nacional de Organização Provisória em 1942, sendo um dos protagonistas da Conferência da Mantiqueira, em 1943, depois da qual passou a compor a direção nacional do PCB. Foi também eleito deputado federal constituinte pelo Rio de Janeiro em 1946.

Mais informações sobre este importante militante podem ser encontradas em:

www.marxists.org/portugues/amazonas/index.htm; www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/historia-oral/Memoria%20Politica/Depoimentos/joao-amazonas/texto; observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/joao_amazonas.pdf - Acesso em: 15/07/2024.

¹³¹ Coelho, 2000, p.56

¹³² Armando Ziller – LHTP/UFGM, 1985.

¹³³ Coelho, 2000, p.55

¹³⁴ Coelho, 2000, p.55

¹³⁵ Diógenes Arruda Câmara, 1979 – Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/arruda/1979/06/depoimento.htm - Acesso em: 15/07/2024

cadeia local, viajando por todo o interior do Brasil até alcançar o Distrito Federal, onde se ligou com o Partido, num período de feroz reação filintiana, para ajudá-lo a levantar-se. Em Belo Horizonte conseguiu, com pleno êxito, a recuperação do Partido e assim foi ajudando, com a sua iniciativa e a sua audácia revolucionária, em plena ilegalidade, reconstruir o Partido no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.¹³⁶

Imagem 2 – João Amazonas



Fonte: Jornal *A Classe Operária*, 21/12/1946

De acordo com Marco Antônio Tavares Coelho, ex-dirigente estadual do PCB, a tarefa de reorganização do PCB em Minas Gerais não fora fácil. Ele destacou que no período anterior a este processo havia pouca influência do PCB no Estado, o que de certa forma dificultava o avanço do partido em termos organizativos. Ao mesmo tempo que nos revela as dificuldades encontradas, Coelho também informa acerca da importância do novo período histórico que se abria para os comunistas brasileiros, no qual se esforçaram por avançar organizativamente sobre outras regiões. O antigo dirigente assim relatou a situação em Minas Gerais:

A rearticulação do Partido em Minas não era fácil, porque ele não se enraizara e não tinha tradição no estado (...). O PCB só conseguira arregimentar militantes em poucos centros operários, como Juiz de Fora, e em uma ou outra cidade, como Uberlândia. (...) O aliciamento nos meios operários se restringira a certos núcleos ferroviários da Central do Brasil, da Rede Mineira de Viação e da Leopoldina, além do que se fez na mina de Morro Velho e entre gráficos e jornalistas aglutinados na UTLJ (União dos Trabalhadores em Livros e Jornais).¹³⁷

Para o ex-militante, a característica conservadora dos mineiros era um dos principais impeditivos para a inserção dos comunistas na maior parte das localidades.¹³⁸ Coelho relatou

¹³⁶ Jornal *A Classe Operária*, nº 42, 21 de dezembro de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023.

¹³⁷ Coelho, 2000, p.56-57

¹³⁸ Coelho, 2000, p.81.

que “a intolerância reacionária era uma muralha intransponível e não havia como avançar, pois éramos tidos como “comedores de crianças”.”¹³⁹ A repressão recaía sobre todos e todas que não rezassem a cartilha do Palácio da Liberdade e das oligarquias mineiras. Afirmou Coelho que, “excetuando Juiz de Fora, Nova Lima, Raposos e Uberlândia, o quadro partidário era desalentador, pois os novos ares democráticos ainda não haviam oxigenado o panorama mineiro.”¹⁴⁰ Apesar das dificuldades encontradas, os comunistas se esforçavam para reorganizar o partido em terras mineiras, buscando enraizar-se entre os operários.

Localmente, os operários comunistas da Morro Velho trabalharam também na reestruturação do nível partidário, acompanhando o processo de reorganização do PCB em âmbito nacional e regional. O restabelecimento dos contatos entre militantes de base e a direção partidária nacional e estadual permitiu que articulassem as ações de massas e consolidassem as estruturas partidárias, como as células, o Comitê Municipal de Nova Lima e o Comitê Distrital de Raposos. Sobre esse movimento, Anélio Marques disse que,

(...) E eu, no meu caso, e outros companheiros que tinham por lá, nós começamos a ter contato com o Partido em 43. (...) quando chegou 43, que a gente recebeu a primeira orientação da direção do Partido, a coisa melhorou demais, ampliou mais. Nós levamos, em Nova Lima e Raposos, um trabalho de apoio à FEB - Força Expedicionária Brasileira. Nós fizemos campanha de finanças. Campanha de finanças, nesses lugares, para ajudar a Força Expedicionária Brasileira. Fizemos palestras, conferências; levamos general da Cruz Vermelha em um lugarejo, era um povoado. Raposos era um povoado. Organizamos a campanha lá e levamos o presidente da Cruz Vermelha brasileira para fazer palestra lá sobre a posição do país. Fizemos passeata com general nas ruas. Angariamos dinheiro nas ruas, na campanha. Nós tínhamos filhos de operário que era parte na Força Expedicionária Brasileira. Quer dizer, tudo aquilo a gente aproveitava para esclarecer o povo.¹⁴¹

A realização da campanha de apoio à FEB, citada por Anélio, pode ser considerada uma continuidade entre a linha política nacional e a ação militante nas bases, isso porque já na Conferência da Mantiqueira, naquele ano de 1943, o PCB havia deliberado sobre o caráter da guerra e seu irrestrito apoio à participação do Brasil nela. Em consonância com a fala de Anélio, vale a pena citar um pequeno trecho da entrevista de Arruda Câmara, ex-dirigente nacional.

Fizemos um movimento pela participação do Brasil na guerra, com voluntários, fizemos com que todos os jovens do Partido se inscrevessem como voluntários, e todos os oficiais do Exército — e sargentos — no Partido

¹³⁹ Ibid.

¹⁴⁰ Coelho, 2000, p.80.

¹⁴¹ Anélio Marques Guimarães, LHTP/UFGM, 1991.

também se ofereceram como voluntários. Esse foi o núcleo para a formação da FEB. Então nós fizemos voltar todo o Partido para o trabalho de massas, para o trabalho estudantil, para o trabalho sindical, para o trabalho popular, para o trabalho de luta contra o fascismo — a luta democrática. Ao mesmo tempo estávamos reconstruindo o Partido.

Ou seja, a reorganização do nível partidário caminhava *pari passu* com o trabalho no nível de massas, que sofreu forte implicação da linha política do PCB. No balanço político feito pelo Comitê Nacional em 1947, em função do adiado IV Congresso, que seria realizado em maio daquele ano, registrava-se que a linha política do período caracterizou a Segunda Grande Guerra: “Guerra de libertação dos povos nacionalmente oprimidos”; “guerra de preservação da liberdade dos povos contra a ameaça de dominação fascista.”¹⁴² E na sequência, “soube a Conferência [da Mantiqueira] traçar a linha justa de luta pela ‘união nacional em torno do governo’, do “apôio irrestrito á política de guerra e ao governo que a realiza (...)”. O referido balanço ainda qualificou a justeza da linha política no ano de 1944 na atividade de massa do partido, “especialmente no que diz respeito á mobilização para a guerra e o apôio popular á FEB em viagem para a Europa e, em seguida, em ação em terras da Itália.”¹⁴³ Portanto, as atividades citadas por Anélio estavam umbilicalmente ligadas à linha política do PCB. A estruturação do nível partidário local estava em curso e afetava a ação comunista no seio do operariado local. Os militantes de base, que antes atuavam de maneira “solta”, passavam a agir e se organizarem a partir das diretrizes do partido.

O processo de reorganização implicou a reconstrução dos organismos partidários locais em todo o país, não sendo diferente em Nova Lima. Procedendo um levantamento em 1951 sobre a história da organização comunista em Nova Lima, através dos “galos”¹⁴⁴ - informantes não ligados institucionalmente à polícia —, a polícia política traçou a estrutura do Comitê Municipal de Nova Lima em 1943, ainda na ilegalidade, conforme podemos ver a seguir.

¹⁴² Jornal *A Classe Operária*, nº 55, 13 de março de 1947. Disponível em: Arquivo Marxista da Internet

¹⁴³ Ibid.

¹⁴⁴ A Delegacia Especializada de Polícia da 10ª Circunscrição, com sede em Nova Lima, contava com a infiltração de espiões nas organizações de base do partido. Chamados de “galos” estes agentes repassavam informações, documentos e outros detalhes sobre o partido. Em alguns casos, como o de Antônio Duarte, os galos chegavam a assumir funções do partido, como a formação de comissões nos locais de trabalho, pichações e panfletagem dentro da mina. Além disso, colhemos informações sobre a participação do “galo” Antônio Duarte em reuniões dos dirigentes da Morro Velho com membros do Comitê Central e Estadual, em Belo Horizonte. APM/DOPS – Pasta 4787.

Quadro 1 – Estrutura do Comitê Municipal de Nova Lima em 1943

Estrutura/função	Militante responsável
Secretário Político	David Custodio Silva
Secretário de Organização	José de Freitas
Secretário de Massas	Erdy Pena Oliveira
Secretário do Trabalho	Joaquim Gonçalves Andrade
Secretário Sindical	Argemiro Marçal de Oliveira
Secretário de Educação	Dr. Ticiano Ribeiro da Luz
Secretário de Finanças	Geraldo Rosa de Oliveira
Secretário de Divulgação	Antônio Liberato

Fonte: Dados compilados. APM/DOPS – Pasta 4787, 26/07/1951.

Imagem 3 – Antônio Liberato



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133

Imagem 4 – Argemiro Marçal



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133

Portanto, entre o declínio do Estado Novo e a abertura democrática, os comunistas avançavam organicamente, tanto em nível nacional, quanto regional e local.¹⁴⁵ Em Nova Lima, desde 1943 os comunistas começaram a reorganizar o partido, atuando novamente de maneira a articular o nível partidário com o de massas. Esse avanço orgânico consolidou-se em 1945,

¹⁴⁵ Sobre esse avanço, sugerimos Reis (2007); Santana (2001). No caso de Minas Gerais, sugerimos Figueiredo (2017), e para Belo Horizonte, Pereira (2007).

com o fim do Estado Novo e a legalização do PCB, que permitiu a publicização dos comunistas, de suas propostas políticas, de seus comitês e dirigentes. O fato é que Nova Lima era um dos focos da atenção do partido, tornando-se uma cidade agitada politicamente naquele tempo.

A importância da Terra do Ouro era tal, que o próprio Luís Carlos Prestes foi à Nova Lima discursar para os operários no dia 16 de outubro de 1945. O “Cavaleiro da Esperança”, Secretário Geral do PCB, teria chegado às 18:00 e saído às 20:00 horas, ficando instalado na nova sede do partido, em frente à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, na praça Bernardino de Lima.

Imagem 5 – Praça Bernardino de Lima



Fonte: Carlos Victor Gomes, COVEMG.

Em sua recepção estiveram envolvidos os dirigentes locais José de Freitas, Jacinto Augusto de Carvalho e o médico Dr. Ticiano Ribeiro da Luz, entre outros operários.¹⁴⁶ Acerca dos comícios realizados por Prestes naquela conjuntura, Pereira (2007, p.73) disse que,

O Partido Comunista precisava ocupar seu espaço na cena política. Dessa forma, Luís Carlos Prestes iniciou verdadeira expedição, proferindo grandes comícios em várias cidades do país. Ao que parece, essas manifestações foram realizadas como uma espécie de apresentação do “novo” Partido Comunista.

¹⁴⁶ APM/DOPS – Pasta 4786, p.223.

De acordo com os investigadores da polícia, o discurso de Prestes em Nova Lima foi exatamente o mesmo que havia realizado dois dias antes, em Belo Horizonte. Analisando o discurso proferido na capital mineira, Pereira ressaltou os seguintes pontos:

O discurso de Prestes durou cerca de uma hora e meia. Em sua fala, frisou com insistência que o Partido Comunista lutava por uma solução pacífica, ordeira para a crise política que assolava o país. Enfatizou a necessidade de convocação da Assembléia Constituinte e justificou que o Partido não havia lançado um terceiro candidato para não dividir as opiniões políticas, pois era preciso “união” – palavra de ordem então.¹⁴⁷

O discurso apresentava a linha política deliberada na Conferência da Mantiqueira ainda em 1943, e que passou a orientar os militantes do PCB. Sintomático da rearticulação e reorganização nacional, o comício realizado em Nova Lima revela que novos ares ventilavam a militância comunista local, que agora se apresentava publicamente. Apresentado o “novo” Partido Comunista, que visava avolumar sua influência entre as massas e incrementar seus quadros, cabia à militância avançar na direção de se tornar uma força política de peso local, regional e nacional. Uma nova conjuntura e um novo caminho se abriam para os comunistas.

1.4 As estruturas orgânicas do PCB entre 1945 e 1951

Com base no decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, o PCB solicitou ao Tribunal Superior Eleitoral seu registro, que lhe fora concedido no dia 10 de novembro daquele ano. Novos tempos se abriam para os comunistas brasileiros, consequência do impulso democrático que mudou o panorama político do país.¹⁴⁸ Os anos de 1945 e 1946 são caracterizados pelo avanço na reorganização do PCB e de sua influência sobre o movimento operário. Os comunistas procuraram se organizar para influenciarem a política nacional, tendo em vista seus objetivos, estratégias, e as etapas necessárias para se alcançar a revolução brasileira.

Hélio da Costa salientou que naquele contexto os comunistas foram o setor mais organizado no interior do movimento operário.¹⁴⁹ O avanço do PCB, muito em função de sua legalização e publicização, foi significativo para sua política institucional e de massas. O sucesso se refletiu nas urnas. Com praticamente um mês de campanha, o PCB obteve 10% dos

¹⁴⁷ Pereira, 2007, p.79.

¹⁴⁸ Coelho, 2000, p.76

¹⁴⁹ Costa, 1999, p.101.

votos para eleições presidenciais de 1945, colocando seu candidato, Yeddo Fiúza, na terceira colocação na disputa com Dutra (PSD) e Eduardo Gomes (UDN). Já no nível de massas, Teixeira e Negro nos dizem que,

Os comunistas revelaram grande agilidade na organização de dezenas de Comitês Populares e Democráticos, que se envolviam em problemas de bairros e discutiam temas como habitação, custo dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde públicas, lazer etc. Lançaram-se ainda na criação de comitês profissionais, que tinham a função de atuar em sindicatos nos quais o partido não era diretoria, ganhando destaque células por categoria voltadas para problemas dos locais de trabalho. (...) Essa face aguerrida dos pecebistas foi compartilhada por muitos trabalhadores que viam no partido uma organização que se defrontava com a exploração econômica e os poderes instituídos.¹⁵⁰

Tornar-se um partido de massas, de expressão popular, era um dos objetivos do PCB. Para isso, era preciso estruturar as instâncias partidárias, que colocariam em operação sua militância, de modo organizado e articulado, processo iniciado com a Conferência da Mantiqueira em 1943. De acordo com seu Estatuto, publicado em 1945¹⁵¹, estruturalmente assim se organizava o PCB:

Quadro 2 – Estrutura orgânica do PCB em 1945

Órgãos deliberativos	Órgãos executivos
Congresso Nacional e Conferência Nacional	Comitê Nacional
Conferência Estadual ou Territorial	Comitê Estadual ou Territorial
Conferência de Zona	Comitê de Zona
Conferência Municipal	Comitê Municipal
Conferência Distrital	Comitê Distrital
Assembleia de célula	Secretariado de célula

Elaborado pelo autor. Fonte: Estatuto do PCB de 1945 – Arquivo Marxista da Internet¹⁵²

Estava estatutariamente estabelecida a estruturas partidária que iria colocar o partido em funcionamento. A escolha de quem comporia os comitês constantes no quadro acima e os secretariados das células, era feita da seguinte maneira: A Assembleia de Célula elegia um Secretariado, e as Conferências (distritais, municipais, estaduais e zona) e o Congresso

¹⁵⁰ Teixeira; Negro, 2003, p.55-56.

¹⁵¹ Conforme observamos no estudo de Cosenza (2012), a estrutura organizativa lançada na década de 1940 era idêntica à estrutura utilizada anteriormente ao Estado Novo. Assim, podemos apontar que a reorganização da estrutura partidária correspondeu aos acúmulos anteriores da militância comunista.

¹⁵² Estatuto PCB - 1945. Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.pdf acesso em: 15/03/2023.

Nacional, elegiam seus respectivos comitês, órgãos executivos responsáveis por dirigir todo o trabalho partidário nas instâncias concernentes.¹⁵³

O órgão máximo do partido era o Congresso Nacional, que deveria ocorrer de dois em dois anos, convocado pelo Comitê Nacional, com as funções de: “a) discutir e adotar resoluções sobre os informes do Comitê Nacional; b) Estabelecer a linha geral, política e orgânica do Partido e tomar todas as resoluções fundamentais necessárias à vida do Partido; c) Eleger o Comitê Nacional do Partido.”¹⁵⁴ Do congresso participavam as delegações eleitas nas Conferências Estaduais.¹⁵⁵ Nos dois meses que antecedia sua realização, todas os órgãos internos do partido deveriam discutir as matérias que seriam levadas ao Comitê Estadual e debatidas na instância máxima. Tinham o direito de estabelecer decisões e observações sobre os projetos de resoluções elaborados previamente pelo Comitê Nacional.¹⁵⁶ Apesar das definições estatutárias, entre 1945 e 1964 apenas dois congressos se realizaram, o IV Congresso entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955, e o V Congresso entre agosto e setembro de 1960.¹⁵⁷ Entre congressos, o órgão máximo do partido era o Comitê Nacional, composto por uma Comissão Executiva e um Secretário Geral, cargo máximo, ocupado por Luís Carlos Prestes durante todo o período aqui estudado. O estatuto de 1945 definia que o Comitê Nacional

¹⁵³ Idem, p.34.

¹⁵⁴ Idem, p.34.

¹⁵⁵ Vários procedimentos delegativos antecipavam a Conferência Estadual e o Congresso Nacional. A assembleias de células, após receberem a ordem do dia, enviada dois meses antes do congresso, se reuniam, com todos os militantes tendo direito a voz e voto. Após as discussões e encaminhamentos, cada célula de bairro deveria eleger um delegado, e as células de empresa poderiam mandar um delegado para cada 20 militantes para as conferências distritais e municipais. A delegação eleita nas células de empresa elegeria um secretário, responsável pela delegação junto à instância superior. Para ser delegado, o militante deveria ter mais de um mês de ingresso no Partido, ser militante ativo e responsável, e estar quites com suas contribuições financeiras. As delegações deveriam levar a opinião majoritária das assembleias de células às conferências distritais e municipais. Já as conferências distritais eram realizadas em locais onde havia 5 ou mais células de empresa ou bairro. Se houvesse menos de 5 células, estas eram enviadas diretamente à conferência municipal. Sua composição era feita das delegações eleitas nas células, que também, após as discussões, iriam na sua totalidade para as conferências municipais. Já estas, eram compostas pelas delegações das conferências distritais, e por algumas células, que poderiam ser subordinadas diretamente ao Comitê Municipal. Para as conferências estaduais, eram eleitos nas conferências municipais um delegado para cada dez delegados presentes. Tais delegados deveriam preencher, além das condições previstas para as conferências distritais e municipais, a condição de ter mais de três meses de ingresso no partido. Já as conferências estaduais, metropolitanas ou territoriais, integravam-se das delegações eleitas nas conferências municipais. Feitas as discussões, era realizada a eleição dos delegados que iriam ao Congresso Nacional, na proporção de 1 delegado para cada 5 delegados presentes. Os delegados eleitos deveriam encaminhar as resoluções das assembleias de células, conferências distritais e municipais ao Comitê Nacional. A delegação eleita para ir ao Congresso Nacional tinha direito de voz e voto no evento. Lá, passavam anteriormente por uma “Comissão de Poderes”, que os credenciariam para participar ativamente das atividades. Ver: *Jornal A Classe Operária*, nº 1, 9 de março de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em: 22/01/2023

¹⁵⁶ Idem, p.34.

¹⁵⁷ Carone, 1982, v.2

“tem plenos poderes, entre dois congressos, para tomar resoluções sobre qualquer problema que se apresente ao Partido.”¹⁵⁸

Isso nos leva à observação feita por Duverger sobre os partidos considerados por ele centralizados, onde “não nos devemos portanto prender à letra dos estatutos, mas analisar-lhes a aplicação concreta, antes de concluir.”¹⁵⁹ Para este autor, como a democracia constituiu-se em paradigma moderno de validade dos sistemas políticos e dos partidos desde o século XIX, todos estes, mesmo que centralizados, procuraram se apresentar como democráticos. No caso dos partidos comunistas, reconheceram o centralismo interno, mas buscaram corrigir o termo com o epíteto “democrático”. Elemento central da cultura política comunista, o marxismo-leninismo define o “centralismo democrático” como sistema de organização do processo de tomada de decisões no partido.

Por meio deste sistema, os partidos comunistas adotavam uma estrutura interna complexa, como a apresentada no quadro 2, que, talvez com nomes diferentes, constavam em todos os partidos comunistas daquele período. Suas funções, de acordo com Duverger, eram: “1º) fazer conhecer ao centro, com a maior exatidão possível, o ponto de vista da base, para permitir-lhe adotar uma decisão válida; 2º) assegurar a aplicação dessa decisão do centro a todos os escalões, de forma rigorosa e precisa porém ampla; isto é, com a adesão da base.”¹⁶⁰ Assim, “o sistema fica centralizado, porquanto as decisões são adotadas no alto; continua democrático, pois elas são mantidas em função da opinião da base, sendo o acôrdo desta a todo momento muito procurado na aplicação.”¹⁶¹ Todo este sistema operaria através de delegações e do sufrágio indireto, o que, para Duverger, implicava em uma “oligarquização” dentro do partido. No caso dos dirigentes locais eleitos pela base para serem delegados nas instâncias superiores, tornavam-se responsáveis perante seus “superiores”, e não seus mandantes, aqueles que os elegeram. Suas funções principais eram traduzir aos escalões superiores, com o máximo de fidelidade, as reações, desejos e opiniões da base, e de explicar a esta os motivos das decisões emitidas de modo centralizado na cúpula superior. Além disso, deveriam verificar a execução das decisões tomadas pelos seus “subordinados”. De modo geral compreende-se que a ideia é que as discussões fossem livres na base, mas que a aplicação da decisão adotada fosse rigorosa.

Duverger ressalta o caráter flexível do centralismo democrático, e mesmo caracteriza-o como democrático. No entanto, apesar de reconhecer que diversas discussões eram feitas nas

¹⁵⁸ Idem, p.34.

¹⁵⁹ Duverger, 1970, p.91.

¹⁶⁰ Duverger, 1970, p.92-93.

¹⁶¹ Ibid.

bases, e no caso da Morro Velho verificamos que isso também ocorria, o pesquisador insiste no processo de “oligarquização” interna, implicando práticas autoritárias no que chamamos de nível partidário. Nesse sentido, afirmou Duverger que “os processos autoritários e oligárquicos desenvolvem-se geralmente na ignorância dos estatutos, por uma série de processos indiretos, porém eficazes.”¹⁶² O sufrágio indireto para a seleção dos dirigentes dos diferentes comitês e secretariados, com exceção das células, seria peça central no processo de oligarquização. Afirmou Duverger que “o sufrágio indireto constitui admirável meio de pôr de lado a democracia fingindo aplicá-la.”¹⁶³ Para ele, “a psicologia dos delegados jamais é a mesma que a dos delegantes, de modo que cada grau suplementar aumenta um pouco mais o afastamento entre a vontade da base e a decisão da cúpula.” Desse modo, “uma eleição dos dirigentes dum partido por um pequeno grupo de delegados não tem o mesmo caráter que uma eleição direta pela massa de adeptos.”¹⁶⁴ Assim, “a eleição é cada vez mais falseada à medida que nos elevamos na pirâmide de escrutínios.”¹⁶⁵

Outro fator observado por Duverger, e que ocasiona também o processo de oligarquização, é a profissionalização dos revolucionários, concebida nas próprias formulações ideológicas de Lênin e Stálin, figuras centrais e de referência absoluta nos partidos comunistas e na cultura política comunista de modo geral naquele período. Segundo Duverger:

Lênin escreveu sobre esse ponto páginas decisivas, notadamente em *Que faire?* Ficou ele impressionado pela terrível limitação imposta à ação revolucionária pelo trabalho quotidiano na fábrica, na loja ou na oficina. Pensava que uma dedicação permanente e total, sem interrupção nem dificuldade por preocupações exteriores, era necessária para formar os verdadeiros agitadores do novo partido. Daí a idéia amiúde desenvolvida por ele da criação de uma verdadeira classe de revolucionários profissionais, que serviriam de núcleo central ao partido, que constituiriam seus militantes de base.¹⁶⁶

Nasciam no seio do próprio leninismo os “revolucionários profissionais”, que, ao fim e ao cabo, acabaram por constituir uma verdadeira “classe de chefes”, uma oligarquia burocrática nos postos de direção, uma casta fechada, mesmo que se afirme o caráter “democrático” das estruturas internas. A oligarquização dentro dos partidos comunistas teria sido catalisada na fase de stalinização, durante os anos 1930 a 1950, e entrou em crise a partir das denúncias sobre

¹⁶² Duverger, 1970, p.172.

¹⁶³ Duverger, 1970, p.177.

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Duverger, 1970, p.191-192.

os crimes de Stálin, feitas pelo relatório de Krushev, em 1956, no XX Congresso do PCUS. Relatos sobre esse tipo de situação dentro do PCB podem ser encontrados na literatura de caráter memorialístico, produzida por antigos militantes e dirigentes, como Leôncio Basbaum e Moisés Vinhas. Ambos denunciaram as práticas autoritárias e de “culto à personalidade” durante a stalinização interna, inclusive citando o chamado “exército do Pará”, alusão aos dirigentes que se mantiveram nos postos de direção até o final da década de 1950, e que seriam responsáveis por tais práticas: Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Carlos Marighella, que compuseram a direção nacional após a Conferência da Mantiqueira, em 1943.

Para Hélio da Costa, analisando o PCB entre meados da década de 1940 e 1950, toda essa situação deu margem para um descolamento entre as instâncias superiores e a base partidária.¹⁶⁷ Isso porque as primeiras adotavam resoluções alheias às realidades vivenciadas nas bases em diversas ocasiões. Como a realização dos congressos não ocorria de modo regular, conforme previa o estatuto do partido, o Comitê Nacional adotava resoluções e orientações indiscriminadamente, sem as debater e aprovar nas devidas instâncias. De acordo com este autor, “(...) o PCB não era um bloco monolítico em que a sua prática e o seu discurso se articulavam de forma coerente e harmoniosa todo tempo.”¹⁶⁸ Ou seja, apesar da estrutura partidária, as determinações das instâncias superiores não eram adotadas de modo unilateral pelas subordinadas. Assim, haveria para Costa “dois PCs”: o das instâncias superiores, e o das bases.¹⁶⁹ No entanto, retomando o que foi discutido na introdução, salientamos a necessidade de reconsiderar tal afirmativa, na medida em que visualizamos, tanto no caso mineiro quanto em nosso caso específico, o constante contato entre a militância dos diferentes níveis organizacionais do partido. O que havia, na verdade, eram descontinuidades entre as deliberações da direção nacional e o que era efetivamente implementado nas bases, e não “dois PCs”, pois as realidades locais eram determinantes para a aplicação ou não daquilo que chegava à militância de base. Concordamos com Costa quando diz que o PCB não era um bloco monolítico.¹⁷⁰ Entretanto, se na ação militante havia descontinuidades, não percebemos o PCB fragmentado a ponto de considerarmos a existência de “dois PCs”.

Por exemplo, em 19 de dezembro de 1953, os comunistas da Morro Velho se reuniram na casa de João Batista Viana, membro do Comitê de Empresa, em Raposos, com a presença

¹⁶⁷ Costa, 1995.

¹⁶⁸ Costa, 1995, p.8.

¹⁶⁹ Outros estudiosos da militância do PCB corroboraram a tese de Costa (1995), como foi o caso de Santana (1992; 2001) e Buonicore (1996).

¹⁷⁰ Costa, 1993;1995.

do secretário político do Comitê Estadual, para discutirem o novo projeto de programa do partido, que seria levado ao IV Congresso em dezembro de 1954. O secretário político estadual informou aos presentes que o programa “deverá ser discutido em todas as bases do Partido e em todas as concentrações da classe operária e depois levar para ser aproveitado no Congresso (...)”¹⁷¹. Naquela ocasião, o militante Fontes, ao fazer comentários sobre o novo programa, acabou apresentando uma avaliação sobre o Manifesto de Agosto de 1950, conhecido por conter uma linha política radicalizada, mais à esquerda, adotada pelo PCB em função da repressão que se abatera sobre o partido a partir de 1947.¹⁷²

Para ele, o novo programa deveria ser levado para todas as concentrações de massa, “para não acontecer como o manifesto de Agosto que foi lançado pelo camarada Prestes e nós que somos do partido não aplicamos o projeto de agosto nas épocas necessárias (...)” E concluiu que o manifesto teria sido bem aproveitado onde foi aplicado, mas “em Morro Velho nós tivemos treis (sic) greves no manifesto de Agosto e ele não foi aplicado por nós.” Portanto, havia a determinação de aplicação da linha política, ela chegou às bases, mas não foi executada localmente.

O Manifesto de Agosto de 1950, lançado por Luís Carlos Prestes e pelo Comitê Nacional do PCB, defendia uma linha de enfrentamento mais radical: denúncia da “ditadura de Getúlio Vargas a serviço do imperialismo norte-americano”, convocação à derrubada do governo, luta por um governo nacionalista e democrático das massas populares, e mobilização em torno da resistência ao imperialismo e ao latifúndio - semifeudal. Sua aplicação nos meios operários significaria, portanto, deslocar a ação voltada para as lutas imediatas — salariais e por melhores condições de trabalho — para um horizonte político de enfrentamento mais direto com o Estado e de agitação revolucionária. Assim, a conjectura mais plausível é que a aplicação do Manifesto de Agosto entre os operários da Morro Velho teria significado transformar greves econômicas em greves políticas, com discursos e propaganda contra o governo Vargas, em defesa da expulsão do imperialismo e da instalação de um governo democrático-popular. No entanto, tal radicalização não ocorreu porque os militantes locais priorizaram a sobrevivência organizativa e as lutas imediatas, expressas nas campanhas salariais, em um cenário de intensa repressão.

¹⁷¹ APM/DOPS – Pasta 4787.

¹⁷² Publicado muito em função da conjuntura nacional e internacional de perseguição aos comunistas, a linha política do Manifesto de Agosto rompia com a proposta de união nacional. Agora, os próprios trabalhadores deveriam assumir a vanguarda da tomada do poder, e da construção de um governo popular, nacionalista e democrático, conforme o chamado “etapismo”. Sobre isso ver: Manifesto de Agosto de 1950 – Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm Acesso em: 12/03/2022

A não aplicação da linha política pode ter a ver com a não concordância com ela, e também com um refluxo na militância local, fruto de uma verdadeira caça aos comunistas, iniciada em todo o país a partir de 1947, e especialmente na localidade a partir de 1948. De todo modo, salientamos que o que ocorreu foi uma descontinuidade entre o que foi determinado pelo Secretário Geral e Comitê Nacional e as possibilidades reais de execução. Essa reunião e outras revelam-nos que, apesar das descontinuidades, as instâncias partidárias, inclusive o órgão máximo do partido, mantinham relações políticas e buscavam discutir e deliberar encaminhamentos no nível partidário e no nível de massas.¹⁷³ Além disso, militantes das bases por vezes assumiam funções de dirigentes nas instâncias superiores, como foi o caso de Jacinto Augusto e outros mineiros da Morro Velho.

Portanto, entendemos que é mais razoável considerar não a existência de dois PCs, mas as possíveis descontinuidades entre aquilo que era determinado e aquilo que era praticado, questão que demandaria uma investigação mais robusta, analisando outras regiões e locais em que o partido teve atuação efetiva. Propomos, portanto, uma mudança de perspectiva em relação aos estudos que corroboraram a tese da existência de dois PCs, formulada por Hélio da Costa, como os trabalhos de Santana¹⁷⁴, Buonicore¹⁷⁵, Moura¹⁷⁶, entre outros. Se a “classe de chefes” na cúpula tomava decisões arbitrárias e irrealizáveis, ou se as bases não as aplicavam, o que observamos é um constante contato entre os militantes que compunham as instâncias executivas do PCB, e a recepção das deliberações e decisões das instâncias superiores nas bases.¹⁷⁷ Ao longo dos capítulos dois e três, vários destes contatos serão apresentados, na medida em que, durante as greves e conflitos deflagrados na Morro Velho, emissários do Comitê Estadual e Central foram até a localidade assistirem aos operários comunistas locais.

Retomando o assunto sobre a reorganização do PCB, para avançar em direção aos seus objetivos, o partido precisou também se estruturar nas bases de atuação regionais e locais. Em Minas Gerais, Figueiredo salientou que no período de 1945 a 1964 os comunistas procuraram reestruturar suas ações, visando expandir sua inserção entre os operários na região.¹⁷⁸ A partir das informações recolhidas e apresentadas anteriormente, indicamos que essa temporalidade possa ser recuada à 1943. No entanto, apenas no dia 30 de junho de 1945¹⁷⁹ o Comitê Nacional

¹⁷³ Observação feita também por Figueiredo, 2017, p.134.

¹⁷⁴ Santana, 1992; 2001.

¹⁷⁵ Buonicore, 1996.

¹⁷⁶ Moura, 2012.

¹⁷⁷ Isso não significa que não havia oligarquização nas instâncias superiores de direção do PCB.

¹⁷⁸ Figueiredo, 2017.

¹⁷⁹ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003.

foi a Minas Gerais oficializar a fundação do Comitê Estadual, em Belo Horizonte, numa grande cerimônia.

Os comunistas organizaram uma assembleia de lançamento no antigo ginásio do Paissandu, na antiga Feira Permanente de Amostras, bem no coração de Belo Horizonte.¹⁸⁰ Carlos Marighela havia sido enviado para falar em nome de Prestes e da direção nacional do partido. Antes da ocasião, procederam-se algumas alterações no quadro do Comitê Estadual, a que foram incorporados Lindolfo Hill, de Juiz de Fora, Jacinto Augusto de Carvalho, operário da Morro Velho, e Néelson Cupertino, de Uberlândia.¹⁸¹ Como secretários, foram apresentados o bancário, Armando Ziller, o cozinheiro José Militão Soares, o padeiro Adelino Roque, e Marco Antônio Tavares Coelho, militante estudantil.¹⁸² Segundo este último, o evento lotou o estádio, a despeito da parca propaganda que fizeram. Com Marighela terminando muito aplaudido pela massa operária, estava lançado oficialmente o Partido Comunista do Brasil no Estado de Minas Gerais. O quadro dirigente do PCB ficara composto da seguinte maneira:

Quadro 3 – Dirigentes estaduais em 1945

Nome – Profissão	Função
Armando Ziller – Bancário	Secretário Geral/Político
José Militão Soares – Cozinheiro	Secretário de Organização
Adelino Roque Vieira – Padeiro	Secretário Sindical
Marco Antônio Tavares Coelho – Advogado	Secretário de Divulgação
Lindolfo Hill – Construtor Civil	Membro Efetivo
Nelson Gomes Cordeiro – Gráfico	Membro Efetivo
Afonso Bicalho – Bancário	Membro Efetivo
Geraldino Natividade – Funcionário Público	Membro Efetivo
Jacinto Augusto de Carvalho – Mineiro	Membro Efetivo
Claudionor Gomes – Ferroviário	Membro Efetivo
Vicente Santadréa – Funcionário Público	Tesoureiro
Augusto da Silva Gilbert – Garçom	Suplente
Pedro Carvalho Bandeira – Gráfico	Suplente

Elaborado pelo autor. Fonte: AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação:
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

Já no início de 1946, outras mudanças foram realizadas na Comissão Executiva Estadual, com a incorporação de outros operários da Morro Velho. Com base no informe do Pleno Ampliado do Comitê Estadual de Minas Gerais, realizado em 23 de março de 1946,

¹⁸⁰ Coelho, 2000, p.90-91.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

publicado no jornal *A Classe Operária* do dia 13 de abril do mesmo ano, a Comissão Executiva Estadual de Minas Gerais passou a ser composta pelos seguintes militantes:

Quadro 4 – Dirigentes Estaduais em março de 1946

Nome	Função
Secretário Político	Jacinto Augusto de Carvalho
Secretário de Organização	Geraldo Policarpo
Secretário Sindical	Erdir Pena
Secretário de Massas	Orlando Bonfim Júnior
Secretário de Divulgação	Marco Antônio Coelho
Secretário Técnico Eleitoral e Juvenil	Armando Ziller
Secretário do Trabalho Feminino e de Campo	Clemente Luz
Tesoureiro e Diretor da Secretaria Técnica de Organização	José Militão Soares
Demais Membros Efetivos sem função discriminada	Adelino Roque Vieira, Nelson Cupertino, José Claro e Geraldino Natividade.
Suplentes	Augusto Gilbert, Pedro Bandeira, Rubens de Oliveira, José Amorim, Sebastião Ferreira e Constancio Dulce

Elaborado pelo autor. Fonte: jornal *A Classe Operária*, nº 6, 13/04/1946

Como podemos observar acima, Jacinto Augusto de Carvalho, mineiro da Morro Velho, que constava em 1945 como membro efetivo, tornou-se Secretário Político, ou seja, assumiu a função de principal dirigente estadual. Além dele, Erdir Pena e Geraldo Policarpo, ambos operários da Morro Velho, também passaram a ocupar posição de destaque na Comissão Executiva Estadual. Como apontam as informações policiais, as quais não conseguimos contrastar com dados informados pelo próprio partido, no dia 5 de maio de 1946 novas mudanças se efetivaram.¹⁸³ Jacinto teria permanecido como Secretário Político, e na ocasião Lindolfo Hill assumiu a Secretaria de Organização¹⁸⁴; Orlando Bonfim, advogado, a Secretaria de Educação e Propaganda; Armando Ziller a Secretaria Sindical e Erdir Pena a Secretaria de Massas. Julgamos ser Erdir Pena e Erdy Pena a mesma pessoa. À luz do que demonstramos no

¹⁸³ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003.

¹⁸⁴ Em março de 1946, Lindolfo Hill constava como membro da comissão executiva nacional do PCB, ao lado de Luis Carlos Prestes, Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Agostinho de Oliveira, Jorge Herleis e Francisco Gomes. Este fato nos faz, novamente, afirmar as relações constantes entre os diferentes níveis partidários, nos levando ao questionamento da ideia dos “dois PCs”. Ver: Jornal *A Classe Operária*, nº 1, 9 de março de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em: 22/01/2023

quadro 1, Erdy Pena fora secretário de massas do Comitê Municipal de Nova Lima em 1943. Certamente em função de seu destaque como militante local, tornou-se secretário de massas no Comitê Estadual naquela ocasião.

Ainda segundo a polícia, naquele ano se procedeu mais mudanças, desta vez no que chamaram de Comissão de Organização, que julgamos ser a Secretaria de Organização.¹⁸⁵ De acordo com os dados colhidos, a referida função ainda era ocupada por Geraldo Policarpo, e incluía o também mineiro da Morro Velho, Anélio Marques Guimarães. Neste caso, também não atestamos a informação em fontes do próprio partido. Apesar de possíveis controvérsias, o que se revela é o protagonismo dos militantes comunistas de Nova Lima na direção estadual do partido, extrapolando a atuação local.

Imagem 6 – Jacinto Augusto



Fonte: APM/DOPS – Pasta 3831

Imagem 7 – Geraldo Policarpo



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133

Imagem 8 – Anélio Marques



Fonte: COVEMG

O texto intitulado “Há Condições Favoráveis ao Trabalho do Partido Comunista em Minas”, publicado no jornal *A Classe Operária*, de 18 de maio de 1946, relatava as avaliações do membro da Comissão Executiva Nacional, Francisco Gomes, acerca de sua visita aos principais núcleos operários de Minas Gerais. Francisco Gomes ficara três meses na referida visita, passando pelos seguintes locais: “a zona do Triângulo, as Minas de Morro Velho e Morro da Mina, bem como os principais centros ferroviários, como Divinópolis e Sabará (...).”¹⁸⁶ Ao tratar da Zona de Mineração, onde se localizava as minas da Morro Velho, Gomes disse que,

Outra fonte onde o Partido pode buscar novos militantes – a terceira em importância – é a zona de mineração, principalmente em Morro Velho (exploração de ouro) e Morro da Mina, onde existe uma grande exploração de

¹⁸⁵ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003.

¹⁸⁶ Jornal *A Classe Operária*, nº 11, 18 de maio de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

manganês. As organizações do Partido na região mineira crescem constantemente, revelando bons quadros partidários.¹⁸⁷

Assim, observamos a relevância que a Morro Velho tinha para a inserção do trabalho do PCB junto ao movimento operário mineiro. Além de destacar o crescimento constante dos organismos locais do partido, Gomes salientou que estes revelavam bons quadros. Aqui podemos ressaltar o caso dos operários da Morro Velho, que compunham naquele momento a Comissão Executiva Estadual.

Além da visita de Francisco Gomes, João Amazonas, também membro da Comissão Executiva Nacional e deputado comunista na Assembleia Nacional Constituinte, esteve em Nova Lima. O jornal *A Classe Operária* assim noticiou a referida visita:

Na tarde de domingo, em companhia dos dirigentes estaduais Erdir Pena e Marco Antônio Coelho, o dirigente nacional do PCB e Deputado João Amazonas e o companheiro Rubens de Oliveira, estiveram na cidade de Nova Lima. Naquela cidade proletária, João Amazonas teve ocasião de prestar contas ao público de sua atuação e da bancada comunista na Constituinte. A sessão se realizou na Escola Municipal de Nova Lima, que esteve literalmente cheia. O fato teve grande repercussão popular, despertando interesse entre os moradores daquela cidade. Inicialmente, o companheiro João Amazonas fez uma palestra que tratou da atuação da bancada do Partido Comunista na Assembleia Nacional Constituinte. Em seguida realizou-se um leilão americano, cuja renda reverteu em benefício das finanças do Partido. Para responder a perguntas que lhe foram feitas, de novo esteve com a palavra o deputado João Amazonas, que teve ocasião de tratar inúmeros pontos relativos à linha do partido e à atuação da nossa bancada na Constituinte.¹⁸⁸

A visita do importante dirigente comunista, acompanhado do mineiro da Morro Velho e dirigente estadual, Erdir Pena, além de explicitar a relevância de Nova Lima para a atuação do PCB, exprime novamente a articulação entre os mais distintos níveis partidários. João Amazonas ainda retornou à Minas Gerais em julho, por ocasião do Pleno Ampliado do Comitê Estadual, onde delegados de importantes núcleos operários debateram a situação do Estado e do país, e encaminharam resoluções para a III Conferência Nacional do PCB.¹⁸⁹ João Amazonas relatou na ocasião que,

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Jornal *A Classe Operária*, n° 7, 20 de abril de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

¹⁸⁹ Para informações sobre a III Conferência do PCB, instalada no dia 8 de julho, sugerimos os números 19 a 25 do jornal *A Classe Operária*, que além das teses e resoluções, publicou as intervenções feitas por alguns militantes da direção nacional. De modo geral, reafirmaram a linha política da II Conferência, de 1943: defesa da democracia, da união nacional, da ordem e pacificação, e da paz internacional, em um contexto em que se precipitava a guerra fria. Além disso, reafirmaram a importância do trabalho de massas, especialmente o sindical, e das células no avanço dos objetivos do partido, em especial nas conquistas democráticas.

Dezenas de delegados dos municípios mais importantes de Minas Gerais compareceram ao Pleno do P.C.B., debateram amplamente os problemas do Estado, ligados à situação do país e tomaram resoluções importantes com que vão contribuir na elaboração da linha política do Partido na III Conferência Nacional. Os delegados provêm das minas de Morro Velho, de Belo Horizonte, do Triângulo e da Zona da Mata. Podemos apreciar o crescimento do nosso Partido naquele Estado, através do fato de que conta já com muitos milhares de membros e que tem formado novos dirigentes que procuram colocar-se à altura das tarefas históricas que o momento nos impõe.¹⁹⁰

Novamente os operários da Morro Velho aparecem com destaque e protagonismo aos olhos da direção nacional do partido. No entanto, a presença destes operários no organismo estadual também correspondeu a uma política de “proletarização” dos quadros do PCB.¹⁹¹ Marco Antônio Coelho informa-nos que o Comitê Nacional havia mandado um “assistente”, Agostinho Dias de Oliveira, marítimo pernambucano, membro da Comissão Executiva Nacional e deputado federal, para auxiliar as ações nesse sentido. Julgava-se que a debilidade do partido em Minas Gerais, assim como em todo o país, se dava pela fraca ligação da entidade com a classe operária. Dessa maneira, o Comitê Nacional pressionou para que a direção estadual promovesse um maior número de operários para compô-la, pois o papel de destaque era concentrado em Armando Ziller, Marco Antônio Tavares Coelho, Orlando Bonfim e outros, considerados “pequeno-burgueses”.¹⁹²

A política de proletarização já havia sido adotada no Rio de Janeiro e em São Paulo, e passou a ser adotada também em Minas Gerais.¹⁹³ Coelho afirma que Jacinto Augusto, operário da Morro Velho, resistiu ao máximo à investidura do cargo de Secretário Político.¹⁹⁴ Sobre a participação dele e de Geraldo Policarpo nas funções dirigentes, o ex-militante disse que:

Aqueles dois operários, Jacinto e Policarpo, eram combativos lutadores, líderes afeitos à luta sindical, dedicados e esforçados, mas pouco experientes e sem capacidade para imprimir novo impulso ao Partido em Minas, como era reclamado. Todos procurávamos ajudá-los, mas não tínhamos a coragem de reconhecer que com a “proletarização” a emenda havia sido pior que o soneto.¹⁹⁵

¹⁹⁰ Jornal *A Classe Operária*, nº 18, 6 de julho de 1946. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

¹⁹¹ Coelho, 2000, p.90-91.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid. Na década de 1920 o PCB havia passado por uma fase de proletarização, que culminou no afastamento de militantes importantes nos cargos de direção, como foram os casos de Astrogildo Pereira e Leôncio Basbaum. Sobre esse processo, sugerimos ver os relatos de Basbaum (1976).

¹⁹⁴ Coelho, 2000, p.91.

¹⁹⁵ Ibid.

A proletarização teve fim em 1947, ano em que o PCB voltou à ilegalidade, com os operários deixando as funções de dirigentes, mas permanecendo como membros do Comitê Estadual. A direção efetiva passara para Dinarco Reis, Elson Costa e Marco Antônio Tavares Coelho.¹⁹⁶ Já em 1950 houve novas mudanças no Comitê Estadual, que esteve sem a presença de operários da Morro Velho. A direção do partido ficou composta da seguinte maneira:

Quadro 5 – Dirigentes estaduais em 1950

Nome	Função
Armando Ziller	Secretário Geral/Político
Orlando Bonfim	Secretário Jurídico
Roberto Canavarro Costa	Secretário de Finanças
Augusto da Silva Gilbert	Secretário Sindical
Hélio Adjuto Botelho	Secretário de Propaganda
Júlia da Silva Amarante	Secretária do Comitê de Mulheres
Saulo Diniz	Auxiliar no setor de finanças
Carlito Sena Cardoso	Organizador e Comandante do Exército de Libertação Nacional ¹⁹⁷

Elaborado pelo autor. Fonte: AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

Conforme estabelecido no Estatuto do PCB de 1945, a estrutura organizativa do partido no território nacional baseava-se na divisão dos estados em zonas ou regiões partidárias. Tal arranjo visava assegurar uma administração mais eficiente e uma melhor coordenação entre as instâncias locais e estaduais do partido. De acordo com as orientações do próprio documento,

Estas Zonas ou Regiões foram escolhidas de acordo com a importância de certas cidades que se incluíam em seu território, seja por sua situação econômica, ou industrial, ou condições estratégicas, seja pelo número de partidários que apresentava.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Coelho, 2000, p.103. De 1947, ano em que o PCB voltou para a ilegalidade, até 1950, não encontramos informações sobre como estava a composição do Comitê Estadual em Minas Gerais.

¹⁹⁷ A criação deste exército era uma das deliberações do Manifesto de Agosto de 1950, que será melhor explicado mais adiante, e que estabeleceu uma linha política mais à esquerda. Segundo esta, o operariado deveria ser a vanguarda da revolução democrática burguesa, em busca de um governo popular, democrático e anti-imperialista não mais indo a reboque da burguesia reacionária, como teria ocorrido na década de 1940, com a chamada “união nacional”. A nova estratégia e tática a serem adotadas era a mobilização e organização dos trabalhadores nas agremiações de classe, e a formação de uma frente ampla, vanguardada pelos comunistas, com a criação de comitês da Frente Democrática de Libertação Nacional (F.D.L.N). O poder deveria ser tomado a força, e um dos mecanismos era a criação do Exército Democrático de Libertação Nacional (E.D.L.N). Não há informações detalhadas sobre a organização e a ação da F.D.L.N. e do E.D.L.N. nem nas fontes e nem na historiografia consultada, segundo a qual tratou-se de um projeto “caduco”, o que não significa que não houve tentativas de executá-lo, e que não houve pessoas responsáveis por tarefas a ele relativas. Ver: APM/DOPS – Pasta 4787.

¹⁹⁸ AN/Col. Informante do Regime Militar - Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

A definição das zonas, portanto, não foi arbitrária, mas decorrente de um raciocínio político e organizativo: buscava-se reunir cidades com afinidades econômicas, geográficas ou sociais, criando núcleos regionais que pudessem sustentar e irradiar a ação do partido. Em outras palavras, a divisão zonal expressava uma tentativa de racionalizar o enraizamento comunista e de articular os diferentes níveis de direção e militância, de modo a garantir capilaridade territorial e eficácia política.

Em Minas Gerais, essa estrutura assumiu contornos particulares, pois o Estado reunia tanto centros urbanos e industriais em expansão — como Belo Horizonte e Juiz de Fora — quanto localidades de perfil minerador ou ferroviário, com forte presença operária, como Nova Lima, Raposos, Sabará e Divinópolis. Assim, a divisão por zonas refletia a diversidade econômica e social mineira, articulando polos industriais e mineradores em torno de eixos de atuação considerados estratégicos para o PCB, tanto pelo peso econômico das empresas locais - Como a Morro Velho -, quanto pela existência de concentrações operárias e militância comunista qualificada. A seguir, apresentamos como se estruturou essa divisão no estado.

Quadro 6 – Zonas do PCB em Minas Gerais

Zona	Cidade sede
Zona do Triângulo Mineiro	Uberlândia
Zona do Nordeste ou do Mucuri	Teófilo Otoni
Zona do Vale do Rio Doce	Aimorés
Zona do Sul de Minas	Três Corações
Zona do Rio Paraíba	Porto Novo do Cunha
Zona do Oeste	Divinópolis
Zona da Central do Brasil	Conselheiro Lafaiete
Zona do Minério	Nova Lima
Zona Central	Belo Horizonte

Elaboração do autor. Fonte: AN/Col. Informante do Regime Militar - Notação: BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.3/5.

A Zona do Minério agrupava as seguintes cidades: Nova Lima (sede), Raposos, Rio Acima, Itabirito, Congonhas do Campo, Sabará, Caeté e João Monlevade. No caso desta zona, a aproximação entre as diversas cidades citadas girava em torno das atividades minerárias. Nova Lima, como podemos ver, sediava o Comitê de Zona, responsável por dirigir os trabalhos do partido nestas oito cidades. Aventamos que a escolha dessa cidade como sede da referida zona correspondeu à duas questões: a importância dos militantes que lá atuavam e o grande contingente operário que trabalhava nas minas da Morro Velho. As informações sobre quem

dirigia o Comitê de Zona são escassas. No entanto, em um documento do partido de 1956, recolhido pela polícia, constava que Geraldo Policarpo era o Secretário do referido Comitê.¹⁹⁹

Ainda em 1945, o PCB oficializou a criação de dezenas de Comitês Municipais em todo o Estado de Minas Gerais, como o de Uberlândia, no dia 12 de agosto²⁰⁰, e Belo Horizonte, em 30 de agosto.²⁰¹ Como vimos, apesar de funcionar ilegalmente desde 1943, o Comitê Municipal de Nova Lima só foi lançado oficialmente em 31 de agosto de 1945. A cerimônia de criação foi presidida por Agostinho Dias, o “assistente” do Comitê Nacional, e Armando Ziller, do Comitê Estadual.²⁰² Foi oficializado também o Comitê Distrital de Raposos, que na época ainda era um distrito de Nova Lima. O Comitê Municipal tinha Antônio Liberato como Secretário Político, posição anteriormente ocupada por David Custódio. Na Secretaria Sindical ou Fração Sindical, estava Argemiro Marçal, substituído posteriormente por José Egídio Nery. Já no Comitê Distrital de Raposos, Alcebíades Campbell assumia a função de Secretário Político, e Anélio Marques a de Secretário de Organização.²⁰³ Grossi chegou à conclusão de que em 1944 o Comitê Municipal tinha 13 membros, elevado para 30 em 1945, composto por 95% de mineiros da Morro Velho, e 5% de não mineiros, apresentando fluxo crescente de militantes entrando em suas fileiras.²⁰⁴

Embora Grossi cite a estrutura interna do Comitê Municipal de Nova Lima, que deixou de existir na década de 1950, ela não menciona as referências de onde foram retiradas as informações, que divergem quanto ao número de secretarias do Comitê Municipal, tal como se observa no quadro 1. Isso se deu certamente porque a tarefa de compreender o funcionamento orgânico do PCB é complexa, tratando-se de uma agremiação que passou a maior parte de sua história na ilegalidade, tendo sido perdida grande parte de sua documentação. Esse fato nos faz concordar com Cosenza, quando este diz que é “impossível mapear toda sua estrutura material, ou mesmo seu funcionamento organizativo por completo.”²⁰⁵ Por esse motivo, as informações sobre a composição completa dos órgãos executivos são limitadas. No entanto, há bastante informações sobre as funções executivas existentes.

Conforme as informações colhidas por Grossi acerca das secretarias existentes no Comitê Municipal, o Secretário Político deveria “organizar o consenso na tomada de decisões

¹⁹⁹ APM/DOPS – Pasta 3831.

²⁰⁰ Figueiredo, 2017

²⁰¹ APM/DOPS – pasta 4786.

²⁰² Ibid.

²⁰³ APM/DOPS – Pasta 4786, p.11-31.

²⁰⁴ Grossi, 1981, p. 122.

²⁰⁵ Cosenza, 2012, p.92.

e eliminar o conflito que resultasse em perdas irreparáveis para a organização.”²⁰⁶ Além disso, “Sua tarefa também se desdobrava em vincular as ações partidária, política e de massas; estruturar as células do Partido, convocar reuniões e estabelecer prazos equivalentes de ingresso de militantes (...).”²⁰⁷ Ou seja, era a função de dirigente, que deveria fazer a organização funcionar, orientando seus militantes, designando tarefas e realizando reuniões.

Já o Secretário de Organização tinha a tarefa de “estruturar a atividade orgânica e vinculá-la à ação sindical.” Usando nossos termos de análise, a função deste secretário era estruturar o nível partidário e conectá-lo com o nível de massas. Grossi ponderou que em algumas ocasiões a função de Secretário Político e de Organização poderiam ser acumuladas pela mesma pessoa, por ser considerado mais prático, tendo em vista que as duas funções dialogavam.²⁰⁸

Por sua vez, a Secretaria Sindical – ou de Secretaria de Massas -, tinha como tarefas “decidir o que falar na assembleia sindical, para que falar; preparar as chapas que concorreriam às eleições sindicais; construir laços de união entre associações operárias e de outras cidades do Estado e do País.”²⁰⁹ Ou seja, era a secretaria responsável por pensar a atuação dos comunistas no nível de massas. De acordo com os relatos colhidos por Grossi, a rotatividade nesta secretaria era grande, visando a não exposição do operário e a formação de novos quadros do PCB para atuarem no trabalho de massas. O trabalho nela exigia sensibilidade política, pois envolvia a tomada de decisões em momentos de maior complexidade, como no caso das greves. Por exigir habilidade política dos militantes e a orientação dos mais experientes, Grossi ressaltou que “aquela secretaria funcionou como uma escola para o treinamento da liderança intermediária que atuava junto à classe, uma vez que seu campo de domínio era a dimensão sindical.”²¹⁰

Havia também a função de Secretário de Agitação e Propaganda, ou “agit-prop”, “(...) que cuidava de imprensa, de boletins, de pichamento na rua, essa coisa toda.”²¹¹ Ou seja, a secretaria responsável pela produção ideológica partidária, sua adaptação à realidade local, regional ou nacional, e sua circulação entre os operários. Além disso, havia os tesoureiros, responsáveis por repassar as mensalidades dos militantes – obrigatórias – às instâncias

²⁰⁶ Grossi, 1981, p.122-123.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Grossi, 1981, p.123.

²¹⁰ Grossi, 1981, p.125.

²¹¹ Dimas Perrin – LHTP/UFGM, 1993.

superiores, e por fazer todo o levantamento dos valores que arrecadavam na venda de jornais, revistas e rifas.

Apesar das distinções e dos militantes correspondentes em cada função, dos quais a quantidade de informações disponíveis é bastante limitada, Grossi ressalta que o funcionamento destas e de outras secretarias que compunham o Comitê Municipal e Distrital não era estanque.²¹² A autora salientou que “em uma ação coletiva organizada (campanhas, greves, etc.), concentravam-se todos os setores para a luta não ir embora, senão não havia vitória.”²¹³ Assim, compreendemos que, a despeito da delimitação de cargos e funções, havia uma cooperação entre os membros das diferentes instâncias partidárias, objetivando coordenar a militância das células no trabalho de massas. No dia a dia comum, tais funções faziam acontecer o PCB na realidade local.

Outra instância fundamental no nível partidário eram as células, depois chamadas de Organização de Base. Maurice Duverger, analisando os partidos políticos modernos, pontuou que as células são uma invenção do Partido Comunista russo, que irradiou para todos os partidos comunistas a partir da III Internacional, em sua resolução de 21 de janeiro de 1924, onde ficou definido que: “O centro de gravidade do trabalho político de organização deve ser transferido para a célula.”²¹⁴ Ainda para Duverger, as células seriam um fator inovador na história dos partidos, pois nelas a função eleitoral torna-se indireta e difusa.

A escolha da célula como base de organização ocasiona, portanto, uma evolução profunda na própria noção de partido político. Em vez de órgão destinado à conquista de sufrágios, à união dos eleitores e à manutenção do contato entre eles e os seus eleitores, este se torna um instrumento de agitação, de propaganda, de enquadramento, e eventualmente de ação clandestina, para o qual as eleições e os debates parlamentares não passam de um meio de ação entre outros, e mesmo um meio secundário.²¹⁵

Ou seja, o sistema de células seria responsável por estender a ação partidária para outros campos de atuação, para além do âmbito eleitoral. Deste modo, o domínio das reivindicações cotidianas tornou-se mote para a ação militante, organizada localmente nas células. No PCB, todos os militantes deveriam estar ligados a alguma célula, e não poderiam pertencer a mais de uma. Existiam células de diferentes tipos, como podemos ver abaixo:

²¹² Grossi, 1981, p.125.

²¹³ Ibid.

²¹⁴ Duverger, 1970, p.66.

²¹⁵ Duverger, 1970, p.71

- a. Células de empresas: “são constituídas nos locais de trabalho, fábricas (sic), usinas (sic), empresas comerciais, escolas, bancos, etc.”²¹⁶
- b. Células de fazenda: “são constituídas de comunistas que trabalham numa fazenda, sítio, etc.”²¹⁷
- c. Células de bairro: “organizadas nos bairros, subúrbios, quarterões, etc.”²¹⁸
- d. Células rurais: “Formadas de arrendatários, meeiros, etc.”²¹⁹

Apesar de sua existência se adequar às diferentes condições de inserção dos comunistas, estes consideravam as células de empresa mais fundamentais e estratégicas, isso porque permitiriam:

- 1) “(...) melhor ligação com as massas;
- 2) (...) a defesa eficaz das reivindicações dos trabalhadores;
- 3) (...) “melhorar a composição das direções do Partido.”²²⁰

O contato permanente no local de trabalho e a própria natureza da profissão exercida, favoreciam não só a comunicação entre os membros da célula de empresa, mas fortaleciam os vínculos e a coesão entre os trabalhadores ali presentes, tornando este organismo central para o partido.

Fora das reuniões propriamente ditas, o contato entre seus membros é constante. À entrada ou à saída do trabalho, o secretário pode facilmente difundir as palavras de ordem, repartir tarefas, controlar a atividade de cada um. (...) A natureza profissional aumenta ainda mais esta, proporcionando-lhe uma base concreta e direta: os problemas da empresa, as condições de trabalho, os salários, constituem pontos de partida excelente para uma sólida educação política.²²¹

Desse modo, podemos entender os motivos que levaram os dirigentes do PCB a considerarem a Morro Velho como estratégica, por se tratar de um grande empreendimento, que aglutinava uma enorme quantidade de operários. Ademais, as células de empresa não tinham número limite de militantes. Porém, quando integrassem mais de 10 militantes,

²¹⁶ APM/DOPS – Pasta 3831.

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ Ibid.

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid.

²²¹ Duverger, 1970, p.64.

poderiam ser divididas em secções e subsecções.²²² Entre os operários da Morro Velho, os dados recolhidos nos permitiram o levantamento de oito células na década de 1940. Localizamos apenas uma célula de bairro, na rua Bias Fortes, em Nova Lima, que se reunia na casa de Eduardo Gomes. Já no interior da Morro Velho, localizamos as seguintes células: Célula Bernardo Corrêa, Célula 13 de maio, Célula 21 de abril, Célula Tiradentes, Célula Siqueira Campos e Célula Dirceu de Almeida.²²³ Localizamos ainda a existência das subsecções Leocádia Prestes, Brasil e Siqueira Campos.²²⁴ Julgamos que o número de células, secções e subsecções existentes fosse talvez muito maior, considerando a dimensão do operariado local, e a escassez de dados disponíveis.

Havia também as células femininas, formadas pelas mulheres dos mineiros e trabalhadoras de outras categorias. Tinham papel na organização das comissões de rua, formadas a partir das necessidades locais, como água, esgoto, calçamento e luz.²²⁵ Pressionavam as autoridades locais, inclusive assistindo as sessões da Câmara, lotando suas galerias.²²⁶ Apontou Grossi que o partido chegou a ter cerca de 50 a 70 militantes mulheres em Nova Lima, e que elas que também frequentavam as assembleias do Sindicato, ajudando a articular as lutas.²²⁷

Uma situação interessante envolvendo essa articulação foi uma ameaça de greve exigindo a diminuição do preço da carne, em fevereiro de 1952. Sua organização se deu através da participação do Centro das Donas de Casa, liderado por Sebastiana Gomes Pego, nas assembleias sindicais.²²⁸ Articulados, operários e donas de casa se mobilizaram para boicotar a compra de carne na cidade, ameaçando inclusive um “quebra-quebra” nos estabelecimentos, fato que gerou temor entre os comerciantes locais e a polícia. O resultado foi positivo, pois no dia 13 de fevereiro os açougueiros fizeram circular um boletim, no qual anunciavam a redução de Cr\$2,00 no preço da carne, e parabenizaram a atitude da população de não depredar seus estabelecimentos.²²⁹ Outros movimentos parecidos ocorreram, como a ameaça de greve pela qualidade e preço do pão, também em 1952.²³⁰ Vale destacar que uma das dirigentes do Centro

²²² Ibid

²²³ APM/DOPS – Pasta 4787

²²⁴ APM/DOPS – Pasta 4786

²²⁵ Grossi, 1981, p.143

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ APM/DOPS – Pasta 4785. Este episódio será retomado de forma mais detalhada no segundo capítulo.

²²⁹ APM/DOPS – Pasta 4783

²³⁰ Este episódio também será abordado de forma mais detalhada no segundo capítulo.

das Donas de Casa era a esposa do então Secretário Político do Comitê de Empresa do PCB, o mineiro João Pequeno, fato que revela a inserção do partido na organização feminina.

Os membros das células se reuniam quando necessário, e sua estrutura era menos burocrática.²³¹ Quando demandassem a presença do militante responsável pelo trabalho de massas do Comitê Municipal, este se fazia presente.²³² Os deveres das células eram:

- 1) “Realizar intenso trabalho de propaganda entre a classe operária, as massas trabalhadoras e as massas populares, para cumprir a palavra de ordem do Partido e as realizações de organismos superiores;
- 2) Estar atenta para o sentimento e reivindicações das massas, informando em tempo aos organismos superiores;
- 3) Preocupar-se com a vida política, econômica e cultural das massas, organizá-las para resolverem seus próprios problemas;
- 4) Difundir a imprensa e a literatura do Partido;
- 5) Redigir volantes, cartazes etc. e se possível editar jornal da célula. Enviar artigos e reportagens para a nossa imprensa sobre reivindicações das massas;
- 6) Recrutar novos membros para o Partido;
- 7) Recolher as contribuições dos membros do Partido;
- 8) Controlar e verificar a atuação e a vida de seus membros. As células devem ter uma ideia muito clara de seus membros, conhecer sua vida, o grau de consciência revolucionária, suas qualidades e defeitos, segurança e enfim se pode distribuir bem as tarefas do Partido.
- 9) Reforçar a unidade e disciplina entre seus membros.
- 10) Educar seus membros e organizar seus estudos coletivos e individuais para elevar seu nível político e ideológico.”²³³

Em outras palavras, as células constituíam o núcleo fundamental de dinamização da vida partidária nas bases, sendo responsáveis por garantir a presença e a atuação efetiva do partido no cotidiano dos trabalhadores. Mas, como era realizada a entrada de novos militantes nelas? De acordo com Grossi, os novos militantes eram inicialmente indicados por um companheiro, e após a verificação da “procedência”, eles eram colocados para realizar tarefas do partido, como panfletagens e pichamentos, que não envolviam informações importantes da organização.²³⁴ Sobre isso, vale apresentar um pequeno trecho de uma entrevista recolhida pela pesquisadora de um dos antigos comunistas da Morro Velho, que por questões de segurança não teve seu nome citado.

A pessoa era indicada por um companheiro. Verificava-se sua procedência. Muitas vezes o Comitê Estadual nos ajudava a levantar o passado do colega.

²³¹ Grossi, 1981, p.125

²³² Ibid.

²³³ APM/DOPS – Pasta 3831.

²³⁴ Grossi, 1981.

Durante tempos ficava como simpatizante. Participava de tarefas e se averiguava sua vida pessoal, seus modos, sua honestidade. (...) O Partido tinha muito escrúpulo em recrutar. Os homens eram rudes. Os caras pensavam que estavam na célula, mas estavam na periferia, até se comprovar o seu comportamento. Nunca houve entrada de espião em nossa organização.²³⁵

Isto é, na inclusão de novos quadros, o partido zelava pela qualidade dos militantes que se dispunham a entrar para suas fileiras. Apesar do zelo, a informação de que não houve a entrada de espiões na organização não procede. Constatamos que na primeira metade da década de 1950 houve intensa espionagem no partido em nível local, com os chamados “galos”, que não eram ligados institucionalmente à polícia, mas repassavam informações da ação comunista. Entre os “galos”, alguns chegavam a assumir funções importantes dentro da organização, como foi o caso de Antônio Duarte e Dedé, que frequentavam as reuniões dos dirigentes e realizavam tarefas do partido, como coordenar células no interior da mina e fazer ações de agitação e propaganda. Com tais informações, a polícia local tinha ciência de quem eram os comunistas, os simpatizantes, acesso aos documentos do partido e informações sobre os próximos passos de suas ações.

Em relação a atuação das células de empresa no Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, elas se distribuíam nos espaços das assembleias sindicais, uma apoiando as posições das outras. Essa postura visava fortalecer as propostas de encaminhamentos e as palavras de ordem do partido entre os trabalhadores.²³⁶ Sobre este ponto, Grossi observou que “as diretrizes para o comportamento dos comunistas em assembleia sindical serviram como escola de aprendizagem do debate, da argumentação ponderada, do respeito, sem submissão, à opinião do colega, mesmo quando julgada incorreta.”²³⁷ Nesse sentido, as células de empresa estruturavam a ação dos militantes e formavam-nos enquanto agentes do partido para atuarem no trabalho de massas no meio sindical.

²³⁵ Grossi, 1981, p.140.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ Grossi, 1981, p.127.

1.5 Mudanças na estrutura orgânica e os comunistas da Morro Velho a partir de 1951

Diversas alterações foram realizadas na organização do PCB na década de 1950, tanto em nível local e regional, quanto nacional.²³⁸ No âmbito regional, somente nos 5 primeiros meses de 1951 a comissão executiva estadual passou por duas modificações, como podemos ver abaixo:²³⁹

Quadro 7 – Modificações na estrutura orgânica em 1951

Março de 1951	
Nome	Função
Domingos Ribeiro Viotti	Secretário Político
Armando Ziller	Secretário de Organização
Augusto Gilbert	Secretário Sindical
Roberto Canavarro Costa	Secretário de Finanças
Erdir Pena Oliveira	Secretário de Massas
Carlito Sena Cardoso	Comandante do Exército da Frente Democrática de Libertação Nacional
Maio de 1951	
Nome	Função
Dimas Perrin	Secretaria de Organização
Ramiro Cipriano da Silva	Não consta
Miguel Abdalla	Não consta
Roberto Margonari	Não consta
Geraldo Policarpo de Souza	Não consta
Constancio Dulce	Suplente
José Walter Moreira	Suplente
João Augusto Correia	Suplente
Orlando Lavasseur	Suplente
Laelson Godoy	Suplente
João Gomes Diniz	Suplente
Ruy Metzeker	Suplente
Adilon Guimarães	Suplente
Milton Vilela	Suplente

Elaborado pelo autor. Fonte: AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

Dos dirigentes efetivos, Geraldo Policarpo era o único operário de que temos notícia que atuava na Morro Velho, o que nos diz da importância que este militante teve para o PCB mineiro. A documentação policial informa-nos que Geraldo naquele momento era: “Mineiro da Cia. de Morro Velho, sendo um dos “51” trabalhadores dispensados por sabotagem, o que deu

²³⁸ Figueiredo, 2017.

²³⁹ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

margem a um grande processo. É vereador à Câmara Municipal de Raposos, eleito pela legenda do Partido Socialista Brasileiro.”²⁴⁰ Além de Geraldo, Erdir Pena, que fora secretário de massas do Comitê Municipal de Nova Lima em 1943, e se tornou efetivo da mesma secretaria no Comitê Estadual em 1946, agora volta a figurar no quadro dos dirigentes estaduais, novamente na secretaria de massas. No entanto, não temos informações se Erdir, ou Erdy, ainda atuava em Nova Lima.

Geraldo Policarpo, bem como diversos outros comunistas da Morro Velho, a exemplo de Antônio Liberato, Manoel Corrêa e Anélio Marques, aguardavam uma sentença do Supremo Tribunal Federal sobre o caso dos 51 operários demitidos pela empresa. Eles foram acusados de serem responsáveis por uma greve branca deflagrada em 1948, na qual a Morro Velho e as autoridades apuraram uma baixa da produção durante a parede, em meio a um contexto de avanço da repressão aos comunistas em todo o país.²⁴¹ O processo se estendeu de 1949 a 23 de junho de 1952, passando por diferentes instâncias jurídicas, quando foi dada sentença desfavorável aos operários no STF, como veremos no segundo capítulo. Apesar de ser dispensado da empresa em 1952, Geraldo Policarpo ainda era vereador em Raposos, eleito em 1949 ao lado dos comunistas Alaor Madureira e Manoel Rodrigues da Fonseca, sendo considerado muito influente no meio operário raposense. Entre os comunistas dispensados da empresa, alguns permaneceram e outros saíram da região. Geraldo Policarpo, Anélio Marques, Manoel Corrêa e tantos outros, foram dispensados da empresa, mudando-se da região em 1952. Todavia, Anélio continuou frequentando as assembleias sindicais até que o caso fosse julgado definitivamente, posteriormente aparecendo apenas eventualmente nas atividades sindicais na função de orientador dos militantes comunistas e da massa operária.

Outros vários comunistas haviam deixado Nova Lima ainda em 1951, como Sebastião Luiz dos Santos (Tião Aragão), Sebastião Vitorino, Adão Firmo,²⁴² Benevenuto Pereira, Lindorico Silva, José Eduardo Braga e Alvino Ferreira, que estariam “infiltrados nos meios operários da Capital.”²⁴³ Joaquim Carvalho e Adão Vital teriam ido para Montes Claros. Geraldo Rosa para Conceição do Mato Dentro e Eurípedes Nunes Coelho para São Paulo. Já Manoel Correa de Sá Bandeira foi enviado a Patos de Minas em 1952.

²⁴⁰ Ramiro, dirigente local de Aimorés, era farmacêutico e acabara de se formar em Direito; Miguel Abdalla era advogado em Caratinga, e havia voltado recentemente da URSS; Roberto Margonari era dentista prático, residente em Uberaba, e vereador naquela cidade pelo Partido Republicano. Entre os suplentes havia ferroviários, médicos, motoristas, comerciários e alfaiates, além de um grande fazendeiro de Uberlândia, Milton Vilela. AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003.

²⁴¹ Grossi (1981), Costa (1999).

²⁴² Na documentação ora aparece como Adão Primo ora como Adão Firmo.

²⁴³ APM/DOPS – Pasta 4787.

Estas e outras mudanças foram orientadas pelo partido, designando os comunistas da Morro Velho para atuarem em outras localidades.²⁴⁴ Sobre esses deslocamentos, Dimas Perrin afirmou que essa era uma ação comum dentro do PCB, e que “(...) o partido as vezes destacava uma pessoa para ir para uma cidade e lá você se vira. Você tem que organizar o partido lá. Que leve 10 anos, 20 anos, você tem que organizar o partido. E o cara ia e tinha que sobreviver lá do jeito que desse, compreendeu?”²⁴⁵ Com as mudanças advindas da saída de vários militantes, Antonio Liberato Silva ficara novamente com a direção do Comitê Municipal de Nova Lima, que funcionava em sua casa.²⁴⁶ Já o militante Luiz Pascoal dos Santos, “elemento de destaque”, ficara encarregado de gerir a Cooperativa do Sindicato dos Mineiros da Mina de Morro Velho e de Raposos.²⁴⁷

Imagem 9 – Adão Primo



Imagem 10 - Benevenuto Pereira



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133.

²⁴⁴ Ibid. Sobre isso, o delegado Diocélio de Oliveira chegou a salientar que os “51” seriam respeitados em todo o Estado, e “por isso servem de elementos de ligações entre os comunistas e vários pontos do Estado e até mesmo inter-estaduais.” E também que agiriam sob o controle de Armando Ziler, “chefe do Comitê Estadual”. Seriam agentes de espionagem e contra-espionagem e de infiltração em todos os meios”. Após a demissão, Ziller teria encaminhado os demitidos para “missões especiais” em outras localidades.

²⁴⁵ Dimas Perrin – LHTP/UFGM.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid. A referida Cooperativa era uma organização prevista na legislação sindical, tratada como uma das ferramentas dos operários para enfrentar a carestia de vida. Em Nova Lima e Raposos, os operários da Cooperativa passavam uma lista entre aqueles que queriam participar, contendo os gêneros a serem comprados. Posteriormente um grupo de operários, que revezavam entre si, iam até Belo Horizonte para comprar os produtos por preços mais acessíveis.

Imagem 11 – Alaor Madureira Imagem 12 – Sebastião Luiz dos Santos



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133.

A forte repressão que se abateu sobre os comunistas nacionalmente a partir de 1947 refletiu no âmbito local, o que acabou por debilitar a ação do partido, gerando um refluxo militante no início da década de 1950. Foi nesse contexto que diversos relatórios de espionagem foram produzidos pela polícia política, procurando identificar e desarticular a ação comunista na região. Isso se deu principalmente entre 1951 e 1953, quando Diocélio de Oliveira era o delegado local, considerado anticomunista ferrenho.²⁴⁸ Apurou este delegado que em julho de 1951 havia 273 pessoas fichadas como comunistas atuando na Morro Velho, indicando que o número seria muito maior, isso sem considerar os “simpatizantes”.²⁴⁹

Além da mudança no quadro dos dirigentes estaduais e locais, novas instâncias surgiram e outras deixaram de existir na década de 1950, como foi o caso do Comitê de Empresa. Apesar de não constar formalmente na estrutura partidária definida no estatuto de 1945, o encontramos na organização dos comunistas da Morro Velho a partir de 1951. Sendo adotado na prática, o Comitê de Empresa foi oficializado como instância do PCB apenas no estatuto de 1954. Os Comitês de Empresas eram formados nas empresas com mais de 1.000 operários, e onde o partido possuísse mais de 50 militantes.²⁵⁰ Sua função era de coordenar e dirigir todas as atividades das secções e subsecções subordinadas à célula de empresa.²⁵¹ Era composto por um secretariado de 3 militantes: secretário político, secretário de organização e secretário de

²⁴⁸ A atuação do delegado Diocélio naquele período foi assim caracterizada pela polícia política: “Atualmente se encontra à testa do serviço policial de Nova Lima o dedicado e esforçado Delegado Adjunto Dr. Diocélio Cabral que, com sua inteligência e energia, tem feito sentir a sua ação eficiente inquietar os meios comunistas que não lhes tem dado tréguas em nenhuma oportunidade para qualquer movimento ou propaganda, dada a proficua fiscalização por ele ministrada com sabedoria. É além disso conhecedor da causa e um estudioso do assunto.” – APM/DOPS – Pasta 4787

²⁴⁹ Ibid.

²⁵⁰ APM/DOPS – Pasta 3831.

²⁵¹ Ibid.

agitação e propaganda.²⁵² Conforme o caso, suas considerações precisavam ser aprovadas pelo Comitê Municipal.

Entre 1951 e 1955 encontramos vários relatórios de agentes infiltrados da polícia nas reuniões do Comitê de Empresa da Morro Velho. Nessas reuniões, discutiam as questões sindicais, organizavam as pautas que os comunistas levariam para as assembleias, e as posições que adotariam no sindicato. Nelas eram organizadas também a distribuição de livros e materiais de propaganda e agitação entre os militantes, realizava-se a leitura de documentos oficiais do partido, organizavam-se cursos de formação e coletas de assinaturas para as campanhas que os comunistas participavam e promoviam.

Em 1951, numa reunião do Comitê de Empresa da Morro Velho com membros do Comitê Central²⁵³ e do Comitê Estadual, consta que Manoel Corrêa de Sá Bandeira, Geraldo Policarpo e Militão Ferreira Dias até então eram a direção do Comitê. Entretanto, Geraldo Policarpo sugeriu que esse quadro fosse alterado, pois ele e Manoel mudariam de Nova Lima, afirmando que "já estão muito visado da polícia e da reação". O novo quadro da direção ficou então a cargo de João Batista Viana, "vulgo Cara Fechada", João Pequeno e Manoel Rodrigues da Fonseca²⁵⁴. A mudança foi aprovada pelo Comitê Estadual, e tudo indica que foi efetivada. Não conseguimos verificar mudanças posteriores, apenas constatamos que entre 1955 e 1956, João Pequeno permanecia como secretário político do Comitê de Empresa.²⁵⁵

Imagem 13 – João Batista Viana



Imagem 14 – João Pequeno



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133.

²⁵² Ibid.

²⁵³ Apesar da nomenclatura estatutária falar em Comitê Nacional, encontramos na fonte o uso do termo Comitê Central, que foi oficializado no IV Congresso em 1954.

²⁵⁴ Manoel Rodrigues da Fonseca hoje dá nome a uma praça de Raposos, conhecida como Praça da Estação, bem na entrada da cidade.

²⁵⁵ APM/DOPS – Pasta 3831.

Imagem 15 – Manoel C. Sá Bandeira



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133.

Imagem 16 – Militão Ferreira Dias



Fonte: Acervo da família Azevedo Dias

Da mesma maneira que o Comitê de Empresa surgiu como instância organizativa antes mesmo do IV Congresso do PCB em 1954, diversas outras mudanças foram efetuadas nesse interregno. Ainda no início de 1951, a direção nacional do PCB resolveu criar em Minas Gerais os Comitês Avançados de Juiz de Fora²⁵⁶, Uberlândia²⁵⁷ e Aimorés²⁵⁸. O objetivo dessa mudança era punir o Comitê Estadual, que “pouco ou quase nada vinha produzindo.”²⁵⁹ Estes Comitês Avançados ficavam diretamente subordinados ao Comitê Nacional, através da militância distribuída em São Paulo e Rio de Janeiro.²⁶⁰ No fim de 1951 estes Comitês deixaram de existir, mas manteve-se a hierarquia de subordinação antes estabelecida. Ou seja, os Comitês Municipais dos referidos municípios ficaram subordinados diretamente ao Comitê Nacional, sendo posteriormente incorporados aos Comitê Regionais, que surgiriam depois.²⁶¹

Dando curso às mudanças, em de janeiro de 1952 os Comitês Municipais, Distritais e de Bairros foram abolidos, fato que observamos entre os comunistas da Morro Velho. Acreditamos que, no nosso caso, o Comitê de Empresa assumiu a função de órgão executivo local a partir de 1951. Nos diversos relatos de espionagem das reuniões do PCB local a partir

²⁵⁶ Coordenava as seguintes cidades: Matias Barbosa, Bicas, Ubá, Leopoldina, Além Paraíba, Cataguazes, Muriaé, Santos Dumont, Lima Duarte, Barbacena, São João Del Rei, Rio Preto, Pomba, Rio Branco, Viçosa e Paraibuna.

²⁵⁷ Coordenava Ituiutaba, Tupaciguara, Araguari, Campina Verde, Campo Florido, Veríssimo, Uberada, Monte Alegre de Minas, Canápolis, Monte Carmelo, Patrocínio, Araxá e Conquista.

²⁵⁸ Coordenava Teófilo Otoni, Governador Valadares, Caratinga, Carangola e os demais municípios do Vale do Rio Doce, inclusive cidades do Espírito Santo.

²⁵⁹ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003

²⁶⁰ Para maiores informações, sugerimos o trabalho de Figueiredo (2017).

²⁶¹ Ibid.

desta data não há nenhuma citação sobre os comitês abolidos, apenas sobre o Comitê de Empresa, que parece ter aglutinado a coordenação da ação comunista.

Outra mudança foi a extinção dos Comitês Estaduais, substituídos pelos Comitês Regionais. Informações policiais indicam que a criação dessa instância ocorreu após o IV Congresso em 1954, mas acreditamos que fora criada antes, como no caso do Comitê de Empresa. Indício disso é que, em novembro de 1954, um mês antes do IV Congresso, João Amazonas, da direção nacional, publicou um informe sobre as modificações estatutárias que seriam votadas naquele congresso, no qual disse que: “As propostas de modificações nos Estatutos foram ampla e livremente discutidas e aprovadas por unanimidade nas Assembléias das Organizações de Base, nas Conferências Distritais, de Zona e Regionais.”²⁶² Os Comitês Estaduais, assim como municipais, sequer foram considerados, indicando a inexistência destes organismos. Daí apontamos que, mesmo antes das mudanças estatutárias oficializadas no IV Congresso, o partido já adotava uma outra estrutura organizativa, com novas nomenclaturas.

De acordo com João Amazonas, no mesmo informe, o novo estatuto, aprovado no IV Congresso, reafirmava o princípio leninista da organização partidária: o “centralismo democrático”.²⁶³ E também que o objetivo final dos comunistas era “construir no Brasil o socialismo e edificar a sociedade comunista”.²⁶⁴ O objetivo estratégico era “substituir o atual governo de latifundiários e grandes capitalistas por um governo que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e das forças reacionárias que o apoiam.” João Amazonas ainda esclareceu que o novo estatuto considerava o movimento da luta de classes no Brasil, diferentemente do de 1945, que dividiu o partido de acordo com a divisão administrativa do país. Assim ficou a estrutura partidária, oficializada no IV Congresso de 1954²⁶⁵:

²⁶² Sobre a Modificação nos Estatutos. Disponível em:

www.marxists.org/portugues/amazonas/1954/11/informe.htm. Acesso em: 21/02/2024

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Ibid.

²⁶⁵ Para uma melhor comparação, sugerimos aos leitores que revejam o quadro 2, na página 36.

Quadro 8 – Estrutura orgânica 1954

Órgãos deliberativos	Órgãos executivos
Congresso do partido e Conferência Nacional	Comitê Central, Comissão Central de Controle, Comissão Central de Finanças, Direções Políticas Especiais
Conferência Regional	Comitê Regional
Conferência de Zona	Comitê de Zona
Conferência Distrital	Comitê Distrital
Assembleia Geral de Base	Organizações de Base

Elaborado pelo autor. Fonte: Estatuto do PCB de 1954²⁶⁶

Em Minas Gerais havia dois Comitês Regionais.²⁶⁷ Primeiro o “Comitê Regional de Minas Gerais”, que abrangia diversas cidades na região central do Estado. Seu primeiro secretário era Jacinto Augusto de Carvalho, já ex-mineiro da Morro Velho, certamente aposentado. Já o secretário de organização era Anélio Marques, também ex-mineiro da Morro Velho, demitido em 1952, e que residia no bairro São Geraldo, na capital mineira. O outro Comitê Regional que se estruturou foi o do Vale do Rio Doce, com sede em Governador Valadares.²⁶⁸

Além destas instâncias, o novo estatuto, em seu artigo 42, oficializou a criação do Comitê de Empresa como órgão executivo, que desde 1951 funcionava na Morro Velho. Consta no estatuto que: “Nas empresas, fábricas, etc, de mais de mil operários e de mais de cinquenta militantes, podem ser criados, mediante autorização do Comitê Central do Partido, Comitês de Empresa equiparados a um organismo distrital.” Nestes comitês, as seções das organizações de base, nova nomenclatura para as células, adquiriam os direitos de uma organização de base, incluindo o de realizar sua própria assembleia e eleger um secretário, que se articulava com os membros do Comitê de Empresa.²⁶⁹ Em Minas Gerais, o Comitê de Empresa da Morro Velho ou era o único, ou era tão importante, que se destacou entre os Comitês de Zona submetidos aos Comitê Regional de Minas Gerais, como podemos ver no organograma abaixo, apreendido pela polícia.

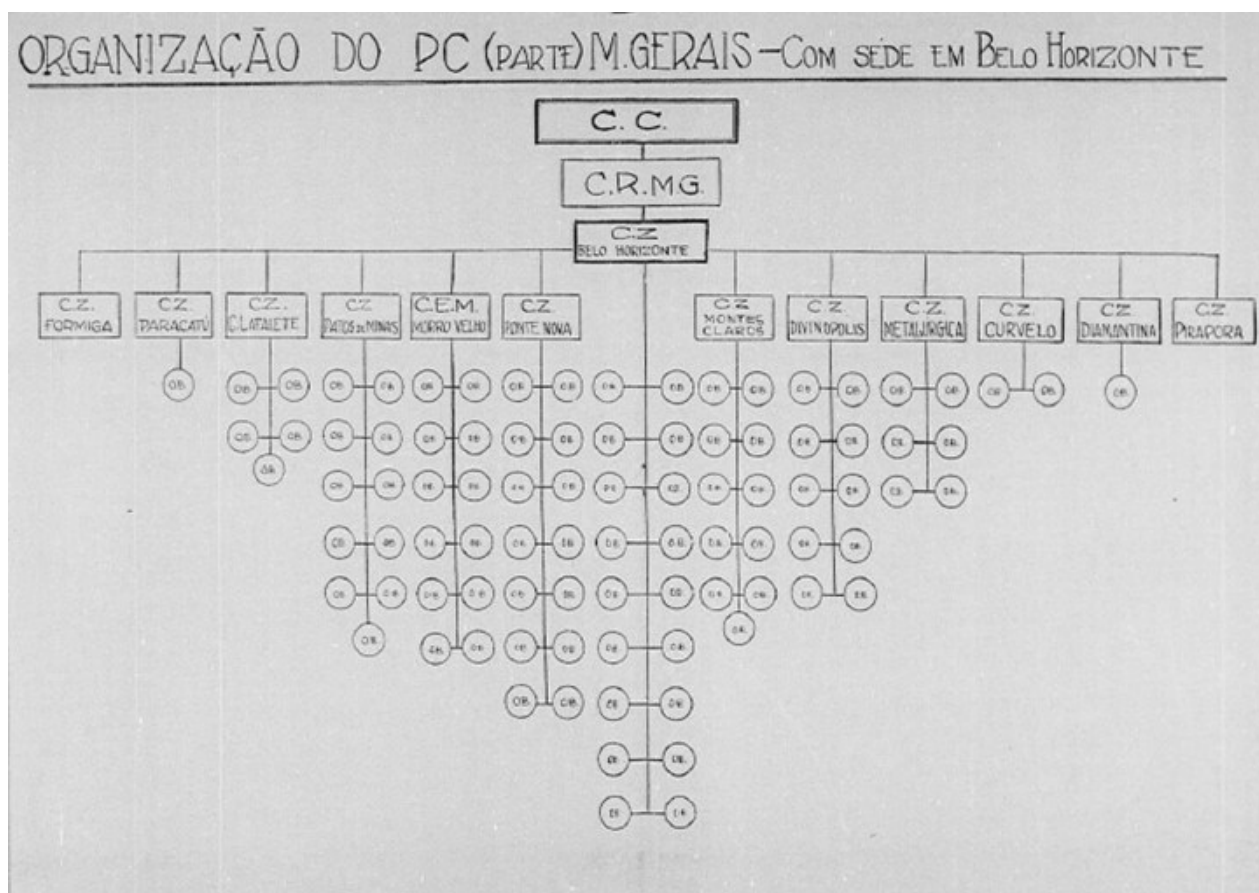
²⁶⁶ Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/estatutos.htm Acesso em: 03/02/2024.

²⁶⁷ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR RJANRIO X9.0.ESI, ACP.1/3-5

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ Ibid.

Figura 16 – Estrutura do PCB em Minas Gerais, 1955/56.



Fonte: APM/DOPS – Pasta 3831.

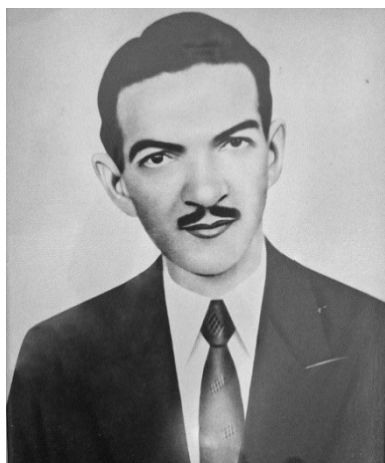
Como podemos verificar, o Comitê de Empresa da Morro Velho coordenava 12 organizações de base, perdendo em número apenas para o Comitê de Zona de Belo Horizonte, com 18, e para o Comitê de Zona de Ponte Nova, com 14. Com base no que apresentamos anteriormente, no começo de 1952 houve uma mudança na direção do Comitê de Empresa, que passou a ser dirigido por João Batista Viana, “vulgo Cara Fechada”, João Pequeno e Manoel Rodrigues da Fonseca. Não conseguimos verificar até quando a nova direção do comitê permaneceu. No entanto, em 1955 João Pequeno figurava como secretário político, função que foi assumida em 1956 por José Alexandre.²⁷⁰ Há indícios de que naquele ano estavam na direção, além de José Alexandre, os militantes José Furtado, Nonô, Zinho, Helio e Luiz Pascoal, pois estes estiveram presentes em diversas reuniões do Comitê de Empresa, juntamente com José Alexandre.²⁷¹ Todavia, não há nenhuma designação formal sobre as funções que possivelmente exerciam.

²⁷⁰ APM/DOPS – Pasta 4782.

²⁷¹ Ibid.

Naquele momento, José Alexandre se destacava tanto no nível partidário quanto no de massas. Além de secretário político do Comitê de Empresa, ele foi eleito presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho para o biênio 1957-1958.²⁷² Também esteve na direção da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais, ligada à CNTI, entre 1959 e 1962.²⁷³ José Alexandre reassumiu a direção do Sindicato dos Mineiros em 1963, tendo seu mandato interrompido pelo golpe militar de 1964.²⁷⁴ Apesar de se destacar com mais relevância neste contexto, já na primeira metade da década de 1950 era visto como um militante importante para a inserção do PCB no movimento operário local. Em novembro de 1954 esteve na chapa dos comunistas que disputou a direção sindical, um mês após ser eleito vereador para a Câmara dos Vereadores de Raposos, pela legenda do PTB.²⁷⁵ Ao lado de João Pequeno, Joaquim Mariano, Anélio Marques, Geraldo Policarpo, Manoel Corrêa de Sá, Orlando Corrêa de Sá, Militão Ferreira, Alberto Lemos, Sebastião de Oliveira, Alaor Madureira, João Batista Viana, Willian Dias Gomes, Antônio Liberato e Manoel Rodrigues da Fonseca, José Alexandre foi um dos dirigentes do PCB na Morro Velho que mais se destacou. Esse destaque refletiu no Inquérito Policial Militar instaurado pela ditadura militar em Nova Lima, que o apontou como o mais importante líder do movimento operário local.²⁷⁶

Imagem 17 – José Alexandre



Fonte: Sindicato dos Mineiros de Nova Lima

²⁷² TRE – Centro de Memória. Dados coletados e repassados em tabelas pelo setor responsável.

²⁷³ APM/DOPS – Pastas 0113 e 4785.

²⁷⁴ Grossi, 1981.

²⁷⁵ APM/DOPS – Pasta 4787.

²⁷⁶ APM/DOPS – Pasta 3854.

Ainda sobre a disposição organizativa do PCB, esta permaneceu a mesma até o fim do período aqui estudado, não sendo alterada no V Congresso do partido, ocorrido em setembro de 1960. Figueiredo, que em sua tese mapeou a estrutura orgânica do PCB em nível estadual, também não constatou alterações.²⁷⁷ Naquele contexto, as instâncias superiores do partido estavam mais envolvidas com as questões relacionadas às dissidências causadas pela crise no movimento comunista internacional, fruto da denúncia dos crimes cometidos por Stálin apresentada no relatório de Krushev, em 1956.²⁷⁸ As disputas em torno dos rumos do PCB após este acontecimento geraram uma ruptura interna, levando parte dos militantes, expulsos, a criar o PCdoB em 1961. Sobre essa questão, Dimas Perrin salientou que tais disputas se deram na cúpula do partido.

Olha, até a ocasião do golpe, embora eu sempre tenha tido boas relações com as direções mais altas do partido, principalmente do comitê central, eu me limitava muito ao trabalho em Minas Gerais. Então essas grandes divisões ocorreram mais no Rio de Janeiro e São Paulo. (...) Na cúpula, principalmente no Rio e em São Paulo. Minas, a gente em Minas era nesse sentido, mais, vamos dizer, não digo disciplinado, mas mais levado a apoiar a maioria do partido. A maioria, aquela idéia, o partido tem esse problema da maioria prevalece. Embora, entre nós, às vezes surgia um ou outro que discordava, mas acabava ficando ali.²⁷⁹

Ou seja, o chamado “racha” do PCB na realidade foi fruto de uma disputa entre os dirigentes do Comitê Central, pouco ou nada afetando a militância do partido em Minas Gerais. No contexto de tais disputas, não verificamos mudanças na estrutura organizativa do PCB, que acreditamos ter sido mantida a que constava no estatuto do IV Congresso até o golpe militar de 1964.

Como vimos, entre 1945 e 1964 o PCB passou por transformações significativas em sua estrutura organizacional, com mudanças na composição militante dos órgãos executivos e na configuração de suas instâncias de direção. Destacam-se, nesse processo, a criação dos Comitês de Empresas e dos Comitês Regionais, bem como a extinção dos Comitês Municipais ao longo da década de 1950.

Em Nova Lima, constatamos que a direção partidária foi reconstituída organicamente em 1943, passando a coordenar de forma sistemática as ações da militância local. Vários comunistas atuantes na cidade destacaram-se nesse contexto e foram alçados às instâncias

²⁷⁷ Figueiredo, 2017.

²⁷⁸ Reis (2007) e Chilcote (1982) trazem importantes contribuições sobre a questão das dissidências internas no PCB a partir de 1956, e sobre o racha ocorrido em 1961, que desembocou na criação do PCdoB.

²⁷⁹ Dimas Perrin – LHTP/UFGM.

estaduais do PCB, especialmente durante as décadas de 1940 e 1950 — período sobre o qual dispomos de maior número de informações. Esses dados evidenciam tanto o prestígio político atribuído aos militantes locais quanto sua capacidade de influência sobre a vida partidária em Minas Gerais.

Além disso, Nova Lima sediou um dos Comitês de Zona do partido, responsável por articular e coordenar a militância comunista nas cidades mineradoras da região, o que demonstra a importância estratégica do município e a capacidade operativa de seus quadros no interior da estrutura partidária. Não por acaso, a cidade e seus militantes foram considerados peças-chave na consolidação e no funcionamento do PCB em Minas Gerais.

Essa inserção orgânica e o papel articulador do Comitê de Zona permitem compreender como a estrutura partidária se conectava à base operária e às lutas concretas no chão da mina. A organização do partido em Nova Lima não se limitava à reprodução das diretrizes nacionais: ela funcionava como espaço de mediação entre as orientações do Comitê Central e as experiências locais de mobilização, reivindicação e enfrentamento. Assim, a dinâmica interna do PCB na Morro Velho revela não apenas a vitalidade do comunismo mineiro, mas também a forma pela qual as lutas operárias contribuíram para dar densidade política e social ao partido, projetando militantes locais para além de seu território imediato.

2 – ENTRE A LEGALIDADE E A REPRESSÃO: O PCB E AS LUTAS OPERÁRIAS NA MORRO VELHO (1943-1950)

2.1 Nível de massas e como os comunistas o concebiam

Considerando a distinção estabelecida no primeiro capítulo entre nível partidário e nível de massas, adotamos aqui o termo inserção, tal como proposto por Marco Aurélio Santana²⁸⁰, para designar a atuação dos comunistas nas organizações de massa. Contudo, diferentemente da interpretação desse autor — que compreende a inserção como uma tentativa de controle e subordinação dessas entidades às diretrizes do PCB —, partimos do pressuposto de que tal inserção expressava sobretudo a capacidade dos comunistas de influenciar, orientar e dirigir politicamente essas organizações, sem necessariamente dominá-las.

Em nenhuma das fontes analisadas encontramos afirmações dos próprios comunistas que indicassem o desejo de transformar as organizações de massa em estruturas comunistas, subordinadas ao partido, ou de converter todos os seus membros em militantes. Pelo contrário, observa-se com frequência a defesa explícita da autonomia dessas entidades e da necessidade de preservação da democracia interna, especialmente no meio sindical. A orientação predominante era a de atuar por meio da aproximação com os trabalhadores, da persuasão e da composição com outras forças políticas, buscando ampliar a influência comunista e construir hegemonia no interior das organizações, e não instaurar nelas o controle direto do PCB.

Um exemplo desta visão pode ser lido em um texto anônimo publicado no jornal *A Classe Operária* em novembro de 1951, o qual destacou que, a despeito da orientação do PCB de que seus militantes deveriam se ligar às massas através dos sindicatos, “isso não significa que devamos nos arrogar o monopólio da direção das organizações de massa. Estas direções refletem necessariamente as diversas tendências e camadas dos trabalhadores.”²⁸¹ Destarte, considerando a diversidade de membros inerente às organizações de massas, os comunistas deveriam fazer florescer a capacidade criadora das massas, semeando para que delas surgissem líderes orgânicos e, assim, os comunistas “estarão contribuindo para reforçar os sindicatos, para fazer deles organizações do conjunto dos trabalhadores, e não apenas de minorias ativas.”²⁸²

²⁸⁰ Santana, 2001.

²⁸¹ Jornal *A Classe Operária*, nº 406, 1º de novembro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

²⁸² Idem.

Neste sentido também, Maurício Grabois, antigo dirigente nacional do PCB, em texto editorial escrito para o jornal *A Classe Operária* de outubro de 1951, falou da necessidade do PCB se ligar às massas através da participação de seus militantes nas organizações de massas, respeitando suas finalidades e especificidades, não querendo impor a linha política do partido. Para Grabois, muitos militantes “não levam em consideração as tarefas específicas dessas organizações [de massas], seus objetivos e seus programas, procurando atribuir às organizações de massas tarefas que não constam de suas finalidades.”²⁸³ E salientou que erravam todos aqueles comunistas que tentavam impor às massas o programa político do PCB, quando na verdade, o método que se deveria utilizar era o do convencimento e da persuasão, conquistando a inserção, ou seja, a influência do partido entre as massas.²⁸⁴ Essa influência seria efetiva na medida que os comunistas ganhassem o direcionamento das lutas, alinhando-as com os objetivos do partido, imediatos (conjunturais) ou finais (revolucionários).

No que diz respeito à distinção e à relação entre o partido e as organizações de massa — tomando o sindicato como exemplo —, é elucidativa a resposta do militante tecelão carioca Hércules Corrêa, em entrevista concedida a Luiz Alberto Sanz em Estocolmo, em 1979, quando ainda se encontrava no exílio. Ao ser questionado se representava o sindicato no partido ou o partido no sindicato, respondeu:

Não represento os sindicatos no Partido. Sou um militante do Partido atuando nos sindicatos. Os sindicatos tem autonomia e todas as vezes em que atuei manipulando a atividade sindical em função do Partido, deu errado. (...) a existência do sindicato vai além do momento em que se transforma a sociedade capitalista. Ele continua existindo e precisa existir, porque os trabalhadores não se organizarão nunca, todos eles, em partidos políticos. (...) O movimento sindical deve conservar a autonomia frente aos partidos e frente ao Estado, seja capitalista ou socialista. E o que estou dizendo é válido para comunistas, trabalhistas ou quaisquer outros "istas" que houver por aí.²⁸⁵

Essa fala é reveladora, pois demonstra a consciência, entre os próprios militantes, da necessidade de preservar a autonomia das organizações de massa, ainda que o partido buscasse nelas uma atuação política influente. De fato, as organizações de base do PCB — as chamadas células — tinham como função formar e orientar seus militantes para intervir nesses espaços, promovendo a circulação de ideias e táticas comunistas.

²⁸³ Jornal *A Classe Operária*, n° 401, 1° de outubro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ Corrêa, 1980, p.91-92.

Alguns documentos partidários chegaram a descrever essa atuação como uma “corrente de transmissão” entre o partido e as massas. No entanto, essa expressão deve ser compreendida menos como uma relação de subordinação direta e mais como uma metáfora política do esforço de mediação empreendido pelos comunistas. Em outras palavras, o objetivo não era transformar sindicatos e outras entidades em extensões orgânicas do partido, mas fazer circular nelas certos valores, discursos e práticas oriundos da cultura política comunista, de modo a conquistar legitimidade e hegemonia entre os trabalhadores, respeitando a autonomia formal dessas organizações. A atuação dos comunistas nas organizações de massas, com maior relevância para o campo sindical, era também prevista estatutariamente em 1945. De acordo com o artigo 11º,

Todo membro do Partido é obrigado a pertencer ao sindicato de sua profissão, ou outra organização de massas relacionadas com seu trabalho ou atividade, devendo respeitar as decisões democráticas que ali se tomem e concorrer, por todas as demais formas possíveis para o fortalecimento e desenvolvimento da organização.²⁸⁶

Também no estatuto de 1954, que vigorou até o fim do período aqui estudado, em seu artigo 2º, alínea c, um dos deveres do militante comunista era,

Estreitar diariamente as relações do Partido com as massas, ter participação ativa nos sindicatos e outras organizações de massa, dedicar-se à defesa das reivindicações das massas, explicar às massas a significação da política do Partido e organizá-las para a luta a fim de realizar as tarefas estabelecidas pelo Partido²⁸⁷

Ou seja, se os comunistas quisessem transformar o PCB em um partido de massas, como era sua proposta no período aqui estudado, seus militantes deveriam atuar nas organizações de massas, levando até elas a proposta política do partido e conectando-a com as reivindicações locais, sem necessariamente subordiná-las e controlá-las, como considerou Santana²⁸⁸. Nossa interpretação, amparada nas orientações partidárias mencionadas, parte do entendimento de que a inserção dos comunistas nas organizações de massa ocorria em um campo de disputas com outras forças políticas que também buscavam influência nesses espaços. Essa conjuntura obrigava os militantes a alternar entre momentos de composição e de confronto, conforme as

²⁸⁶ Estatuto PCB - 1945. Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/1945/11/estatuto-pcb.pdf acesso em: 15/03/2023.

²⁸⁷ Estatuto PCB – 1954 – Arquivo Marxista da Internet. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/estatutos.htm acesso em: 15/03/2023.

²⁸⁸ Santana, 2001.

circunstâncias e correlações de força, disputando tanto a direção quanto a adesão das bases. Reconhecemos que, na prática, podiam ocorrer desvios ou sobreposições entre os níveis partidário e de massas; contudo, nosso objetivo é, a partir dessas considerações, examinar o caso específico estudado para compreender de que modo se configurava concretamente a relação entre essas duas esferas de atuação.

A inserção comunista no nível de massas era construída no chamado “trabalho de massas”.²⁸⁹ Nele os comunistas, além de lutar pela melhoria das condições de vida e trabalho das massas, buscavam constituir-se enquanto vanguarda revolucionária, tal como salientado na primeira seção do capítulo um. Se o partido pretendia ser a vanguarda da massa trabalhadora, não havia possibilidade disso se realizar sem uma efetiva ligação com as massas. Sobre este aspecto vale a pena transcrever um pequeno trecho de texto anônimo publicado no jornal *A Classe Operária* em novembro de 1951, onde tal posição ficara demarcada.

Não se pode compreender uma vanguarda desligada da massa, trabalhando em função de si própria, ou apenas dos setores mais avançados da classe. Essa situação, que ainda caracteriza alguns organismos partidários, é a própria negação do caráter de vanguarda do Partido. Só somos realmente vanguarda na medida em que nos encontramos ligados às massas, à frente das massas. Isso implica não apenas em exercer uma certa influência, mas em ter a massa realmente ligada a nós através de determinadas formas de organização.²⁹⁰

O trabalho de massas, ou seja, a atuação dos comunistas nas organizações de massa, teria como um de seus objetivos vincular partido e classe. Neste sentido, em texto intitulado “Fortalecer as ligações com as massas e ganhá-las para a orientação do partido”, o antigo dirigente nacional, Maurício Grabois, disse que os comunistas, “(...) sejam quais forem as condições, sem medir sacrifícios, devem trabalhar em todos os lugares em que se encontram os trabalhadores (...).”²⁹¹ No entanto, era preciso que os militantes se atentassem para não confundir partido e organizações de massas, pois ambos possuíam suas particularidades, e as organizações de massas primeiramente atraíam o operariado em função de suas reivindicações específicas.²⁹² Uma posição sobre este aspecto, publicada em *A Classe Operária*, salientou que “Nas organizações de massa devemos ser os melhores ativistas, os melhores organizadores, os

²⁸⁹ Conzeza (2012) também traz apontamentos sobre essa questão, analisando a estrutura do PCB em outro período.

²⁹⁰ Jornal *A Classe Operária*, nº 406, 1º de novembro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

²⁹¹ Jornal *A Classe Operária*, nº 405, 1º de outubro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

²⁹² Jornal *A Classe Operária*, nº 412, 1º de junho de 1952. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

melhores realizadores do seu próprio programa.”²⁹³ Sobre este ponto há uma fala um tanto contraditória do antigo militante comunista e mineiro da Morro Velho, Anélio Marques, onde disse que,

O sujeito, no trabalho de massa, ele trabalha para servir ao povo. Não é para servir ao Partido Comunista, nem aos comunistas não. Isso é preciso ficar bem claro, porque o Partido Comunista tem como objetivo o trabalho de massa. Porque no trabalho de massa é que o povo aprende a lutar e aprende a fazer história.²⁹⁴

Ao mesmo tempo que Anélio põe uma distinção mais rígida entre Partido Comunista e trabalho de massas, no fim acaba conectando-os ao dizer que este último era o objetivo do primeiro. cremos que, no contexto da entrevista, o militante tentava reforçar que os comunistas não eram fechados em si, dogmáticos na prática a ponto de apenas se atentarem para os objetivos estritamente partidários. Fato é que o trabalho de massas era uma das tarefas centrais do PCB, e nele havia sim uma distinção em relação aos aspectos e objetivos que diziam exclusivamente ao partido e às organizações de massas, como os sindicatos. A fala de Anélio e os resultados das pesquisas de Yonne Grossi nos respaldam para dizer que na Morro Velho a distinção entre nível de massas e nível partidário era realizada na ação militante, com o respeito dos comunistas em relação às decisões tomadas coletivamente em espaços como o Sindicato dos Mineiros.²⁹⁵ Porém, se Grossi havia dito que isto era uma característica local, agora sabemos que havia uma série de determinações e orientações do PCB neste sentido, e que circulavam de cima a baixo na estrutura partidária.

A fala de Anélio também ressalta outra característica verificada nas fontes consultadas. No trabalho de massas os comunistas deveriam partir das reivindicações da própria massa, organizada em suas agremiações específicas, ou seja, “servir ao povo”, e a partir daí inserir as posições e palavras de ordem do partido. Este adotava uma linha política nacionalizada, deliberada nos congressos e conferências partidários ou emitidas pelo Comitê Nacional/Central, e deveria ser levada aos militantes de base, que a aplicaria no trabalho de massas. Assim, operava-se o que Berstein²⁹⁶ chamou de “mediação política”, fazendo-se uma ponte entre as reivindicações específicas e o programa político do PCB. O trabalho de massas era então a atividade comunista de construir inserção nas organizações de massa, fortalecendo-as e

²⁹³ Ibid.

²⁹⁴ Anélio Marques Guimarães, LHTP/UFGM, 1991.

²⁹⁵ Grossi, 1981.

²⁹⁶ Berstein, 2003..

influenciando-as, forjando os militantes comunistas enquanto vanguarda revolucionária. Um trabalho de massas bem-feito era aquele onde os comunistas conseguiam engajar as massas para as lutas econômicas, e influenciar o propósito e a direção dessas no sentido revolucionário.

A mediação política entre problemas operários, linha política partidária e a busca da direção das lutas, deveriam caminhar *pari-passu* na ação militante. Como já ressaltamos em outro momento, a realização dos objetivos partidários não era uma tarefa exclusiva do partido e de seus membros, sendo necessária a ligação com as massas. Acerca disso, Grabois, em texto já citado, denunciava o fato de que muitos militantes do PCB não se ligavam às massas, “voltados exclusivamente para as fileiras do Partido, fechados em si mesmo, como se o Partido sozinho pudesse realizar a libertação do povo brasileiro do jugo imperialista e conduzi-lo pelo caminho luminoso do socialismo.”²⁹⁷ O trabalho de massas, como podemos erroneamente sugerir numa primeira leitura do relato de Anélio, não era apenas “servir ao povo”, pois isto esvaziaria o sentido político-partidário da atuação dos militantes comunistas nas organizações de massas. O texto “O caráter de massas da linha política do Partido”, publicado no jornal *A Classe Operária*, nos dá uma amostra de como deveria ser realizada a tal “mediação política.” Vejamos:

(...) ao mesmo tempo, devemos saber ligar as nossas palavras de ordem – luta pela paz, em defesa do petróleo, contra a lei do serviço militar, etc. – aos problemas locais, às reivindicações imediatas das massas. Os membros de um sindicato em que militamos podem ser facilmente levados a tomar posição na luta pela paz se nós soubermos demonstrar-lhes como a militarização da economia, imposta pelo imperialismo, é uma das causas da carestia; uma associação camponesa tomará facilmente posição na luta contra o imperialismo na medida em que soubermos explicar a seus sócios a maneira como o imperialismo americano nos oprime e explora (...). Estreitamente ligado às massas solidamente apoiados nas organizações de massas, devemos marchar cada vez com maior audácia no sentido da aplicação da linha do Partido, tendo em vista libertar o país do jugo norte-americano e conquistar um governo democrático-popular.²⁹⁸

Os objetivos do partido, portanto, deveriam ser mobilizados na prática do trabalho de massas, no movimento de “servir ao povo”, para usarmos as palavras de Anélio. É preciso compreender também que, para os comunistas, o partido e seus objetivos eram considerados expressões dos anseios das massas. Ao analisar o caráter dos partidos comunistas, Maurice

²⁹⁷ Jornal *A Classe Operária*, n° 405, 1° de outubro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

²⁹⁸ Jornal *A Classe Operária*, n° 412, 1° de junho de 1952. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

Duverger destacou que estes “apresentam-se como a expressão política da classe operária, a ponta de lança do proletariado lutando pela sua libertação.”²⁹⁹ Deste modo, ao defender determinadas pautas formuladas pelo partido, os comunistas acreditavam estar defendendo as pautas do próprio povo, uma vez que o Partido Comunista seria a expressão política deste. Haveria assim as pautas gerais, que os comunistas formulavam e viam como desejo das amplas massas, e as pautas específicas de cada organização de massa. Portanto, as pautas do PCB não se restringiam a ele, uma vez que, como é postulado na cultura política comunista, o partido era a vanguarda superior da classe operária, congregando aqueles que seriam os indivíduos mais avançados entre as massas trabalhadoras. Assim, apesar da distinção entre os objetivos do PCB e os das organizações de massas, os comunistas compreendiam que o programa partidário dialogava com as demandas políticas mais amplas da classe trabalhadora.

Voltando ao trabalho de massas, este era estritamente ligado à ação de agitação comunista. Para Mário Alves, antigo militante do PCB, “a agitação comunista está profundamente ligada à atividade prática do Partido, ao trabalho de massas, às lutas e à organização do proletariado e do povo.”³⁰⁰ Ainda para Mário Alves, “o agitador eleva a consciência das massas para que estas compreendam a política do Partido e lutem pela realização desta política.”³⁰¹ Os comunistas, portanto, deveriam ser “agitadores” no trabalho de massas. Para Mário Alves, na prática isso significaria que,

O papel do agitador comunista é explicar a verdade ao povo, ajudar as massas a conhecerem a realidade e a transformá-la. Ele fala às massas das misérias e injustiças do regime feudal-burguês, das lutas necessárias para liquidar este regime e da vida melhor que o povo deve conquistar.³⁰²

O agitador comunista teria assim a tarefa de revelar a realidade às massas, desmascarar a opressão e a exploração do povo pelos imperialistas e capitalistas. Sua função também seria, ao explicar a realidade, denunciar suas mazelas e mobilizar o povo para superá-las. De acordo com Alves, “A primeira tarefa do agitador comunista é, portanto, conhecer, estudar, saber aplicar a linha do Partido.”³⁰³ Isto, tal como afirmou, não significa apenas reproduzir a linha política “como papagaio”, pois “o agitador não é um disco, sempre a repetir uma só música do

²⁹⁹ Duverger, 1970, p.37.

³⁰⁰ Jornal *A Classe Operária*, n° 407, 1° de dezembro de 1951. Arquivo Marxista na Internet, www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

³⁰¹ Ibid.

³⁰² Ibid.

³⁰³ Ibid.

mesmo modo, em qualquer lugar.”³⁰⁴ Assim, “sua função é traduzir em linguagem prática, compreensível pelas massas, as palavras de ordem do Partido.”³⁰⁵ O agitador deveria explicar às massas a realidade quando tal explicação se ligasse aos fatos vividos por elas.

(...) o agitador, ao explicar a verdade, baseia-se em exemplos vivos, em acontecimentos atuais, próximos das massas e que possam ser facilmente compreendidos por elas. Não há um fato da vida diária, uma reivindicação econômica ou política, na fábrica, na fazenda, no bairro, na cidade ou Estado que não possam ser aproveitados como temas para a agitação comunista.³⁰⁶

Além disso, Alves sugere que o agitador comunista “precisa a cada instante conhecer o estado de espírito da massa que o cerca”.³⁰⁷ Deveria o agitador saber captar o que a massa sente ou quer, desenvolvendo sua sensibilidade política, descobrindo qual o fato mais importante que a ronda. Afirmou ainda que “no meio de centenas de acontecimentos diários há sempre um ou alguns que se tornam particularmente sentidos pelas massas, porque afetam mais direta ou profundamente seus interesses.”³⁰⁸ E que “um dia pode ser a declaração guerreira de um general. Outro dia a falta de carne. Ou um ataque policial a uma manifestação.”³⁰⁹ Concluiu Alves dizendo que, “seja qual fôr o tema da agitação comunista, seu objetivo só pode ser um: elevar a consciência política das massas, despertá-la para a luta pelos seus interesses tanto imediatos como fundamentais, apontar-lhes o caminho da revolução.”³¹⁰

Nas próximas seções, serão analisados alguns exemplos de como esse movimento de mediação política foi realizado pelos comunistas da Morro Velho. Além disso, procuraremos demonstrar como neste processo veiculou-se em algumas ocasiões não apenas os objetivos e táticas restritos às conjunturas e ao propósito revolucionário, mas também elementos centrais da cultura política comunista, como por exemplo a luta anti-imperialista e o culto à personalidade (especialmente Stálin e Prestes).³¹¹

Outro termo aqui citado e que muito aparece nas fontes é “linha política”. Trata-se de um conjunto de determinações estratégicas e táticas, que indicava para a militância as seguintes questões: “orientação, o que fazer, aonde vai e como atingir o objetivo” partidário.³¹² Era a bússola do partido, tendo em vista seus objetivos, as estratégias e táticas para atingi-los. Ao

³⁰⁴ Ibid.

³⁰⁵ Ibid.

³⁰⁶ Ibid.

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ Ibid.

³⁰⁹ Ibid.

³¹⁰ Ibid.

³¹¹ Alguns exemplos foram citados logo na introdução deste trabalho.

³¹² APM/DOPS – Pasta 3831.

analisarmos os documentos oficiais do PCB desse período, verificamos que sua linha política sempre apontava a revolução socialista e comunista como objetivo final. Todavia, um objetivo estratégico, indispensável, precedia a realização da revolução final: a conquista de um governo democrático, popular e nacionalista, que emancipasse o Brasil do imperialismo, e derrubasse o poder dos latifundiários e dos grandes capitalistas. Para que o Brasil alcançasse a revolução final, era preciso ainda dar curso na evolução das forças produtivas nacionais, através da industrialização interna, da modernização das relações de trabalho no campo, dando fim ao “regime feudal burguês”, e do fim da submissão dos interesses nacionais ao imperialismo.

Se a linha política demarca a estratégia e as táticas, faz-se necessário caracterizar tais termos.³¹³ A estratégia pode ser definida como “a ciência que diz o objetivo que seguiremos, que forças poderão ser lançadas na luta.”³¹⁴ Ela pode ser resumida nas seguintes questões: 1. Que objetivo seguir? 2. Que caminho seguir para atingir o objetivo? 3. Que forças seguirão por este caminho?³¹⁵ Além de traçar um objetivo, a estratégia deveria mapear o campo de forças e o estado da conjuntura em cada localidade. Assim, concebiam um modelo teleológico de ação, no qual a conquista de uma etapa levaria à próxima, até o objetivo final. A estratégia - ou etapa estratégica - para atingir a revolução socialista, era, como já citado, a conquista do governo democrático, popular, nacionalista, anti-imperialista e antifeudal.³¹⁶ Ao longo de todo o período aqui estudado a estratégia do PCB permaneceu a mesma, alterando-se as táticas empregadas, que oscilaram entre uma perspectiva mais revolucionária – e até mesmo sectária – para uma mais reformista, de frente ampla e coalizão com outras forças.³¹⁷

³¹³ Utilizaremos aqui as definições que constavam nas próprias fontes encontradas, no caso, textos de formação que o PCB produzia, e que foram apreendidos pela polícia política mineira. No entanto, tais termos correspondem às elaborações teóricas sobre programa, linha política, estratégias e táticas de Lênin, posteriormente revisitadas, reformuladas e utilizadas por Stálin, e que tiveram enorme influência no marxismo brasileiro e na prática política do PCB. Para uma melhor compreensão deste assunto, sugerimos: MORAES, João Quartim de. *A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.1, p. 47-88

³¹⁴ APM/DOPS – Pasta 3831.

³¹⁵ Ibid.

³¹⁶ Sobre o caráter da revolução brasileira e sua etapa antifeudal, anti-imperialista e democrático-burguesa, sugerimos a leitura de Caio Prado Júnior (1966), Sena Júnior (2009), Michel Zaidán (1988; 2007) e Marco Aurélio Garcia (2019). De acordo com esta literatura, a avaliação de que a revolução brasileira – e de outros países “semicoloniais” da América Latina e do Sul Global - precisava passar por uma etapa “democrático-burguesa”, de caráter antifeudal e anti-imperialista, teria sido consolidada entre 1928-1929 no VI Congresso da Internacional Comunista, e adotada pelo PCB em seu III Congresso, realizado em fins de 1928, após o retorno da delegação brasileira. Tal leitura, chamada de “etapista”, permaneceu na linha política do PCB durante todo o período aqui estudado, apenas sofrendo contestações das dissidências que se deram após o VI Congresso do PCB em 1967, com o recrudescimento do regime militar e a influência das revoluções cubana e chinesa na esquerda brasileira.

³¹⁷ Sobre estratégia, Stálin, referência dos comunistas brasileiros, disse que: “(..) consiste em fixar, numa determinada etapa da revolução, a direção do golpe principal do proletariado, em elaborar um plano correspondente de disposição das forças revolucionárias (reservas principais e secundárias) e em lutar pela execução desse plano durante todo o curso dessa etapa da revolução.” Joseph Stálin – Fundamentos do Leninismo. Arquivo Marxista

Já as táticas, indicavam qual forma de luta era mais adequada em cada contexto, como por exemplo, a atuação nos sindicatos, a organização de campanhas e a luta armada. Deveriam ser mais flexíveis, variando de acordo com a conjuntura, principalmente local, “contanto que levem a massa à ofensiva.”³¹⁸ Apesar de variar, as táticas estavam sempre subordinadas à estratégia. Versando sobre aspectos do leninismo em conferências na Universidade Sverdlov, Stálin assim definiu a tática:

A tática é uma parte da estratégia; a ela está subordinada e a serve. A tática muda segundo os fluxos e refluxos. (...) A missão da direção tática consiste em dominar todas as formas de luta de organização do proletariado e em assegurar a sua justa utilização, com o fim de alcançar, dada a correlação de forças existente, o máximo de resultados, necessários à preparação do êxito estratégico.³¹⁹

Por fim, assim como salientado por outros pesquisadores³²⁰, ressaltamos que a linha política oficial e a linha aplicada (ou não), assim como as táticas, poderiam diferir, considerando as vicissitudes locais e regionais. Pretendemos nos manter atentos quanto a tais questões ao observar a ação dos comunistas em Nova Lima e Raposos.

2.2 Declínio do Estado Novo e a ressurgência da classe operária e do PCB: os mineiros em pé de luta (1943-1945)

Vimos no primeiro capítulo a reorganização do PCB no início da década de 1940. Se o nível partidário caminhou passos largos no sentido da reorganização das estruturas orgânicas do PCB, tal caminhada foi feita lado a lado com a ressurgência e ascensão do movimento operário. A partir de 1942, operários por todo o país começaram a se movimentar por melhorias nas condições de vida e trabalho.³²¹ A carestia de vida era um fator marcante nos lares dos trabalhadores, onde a fome e a pobreza se faziam presentes.³²² Em decisão que agravou essa situação, após dois ataques de submarinos alemães a navios brasileiros, Vargas determinou a entrada do Brasil na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, em agosto de 1942,³²³ iniciando-se

da Internet. Disponível em: www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm. Acesso em: 31/01/2024

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ Destacamos os trabalhos de Cosenza (2012, p.92) e Costa (1993).

³²¹ Silva e Negro, 2003.

³²² Ibid.

³²³ Sena Júnior, 2009. Em fevereiro de 1942 navios brasileiros foram torpedeados por submarinos alemães no litoral nordeste. Nos dias 15 e 19 de agosto, mais seis navios nacionais foram bombardeados novamente por

o chamado “esforço de guerra”, com os trabalhadores nacionais sendo considerados “soldados do trabalho”, uma espécie de segunda linha de ação na guerra.³²⁴ A consequência disso foi uma série de arbítrios patronais e a suspensão de diversos direitos trabalhistas. A jornada de trabalho fora estendida de oito para dez horas; férias foram adiadas ou indenizadas; a ausência no trabalho a partir do oitavo dia era considerada abandono do emprego; a recusa em mudar de posto de trabalho ou seção levava a dispensa; o trabalho noturno para mulheres e crianças fora retomado; e as greves passaram a ser consideradas crime contra a segurança nacional, com pena de dois a seis anos de prisão.³²⁵

Se a conjuntura foi marcada pelo sufocamento político, pela perda de direitos, deterioração das condições de vida e arbítrio patronal, também foi pela recuperação paulatina por parte dos trabalhadores da ousadia de dizer o que pensavam e queriam, e de exigir o direito de participar das riquezas geradas pelo trabalho.³²⁶ Insubordinações nos locais de trabalho, agressões a superiores, sabotagens, abandonos de empregos, negligências, algumas greves e mobilizações já em 1942, eram apenas fagulhas de explosões maiores que estavam por vir.³²⁷

Várias categorias de trabalhadores passaram a pressionar as direções sindicais alinhadas com o Ministério do Trabalho e os patrões. Por meio de comissões nos locais de trabalho, no chão das empresas, os trabalhadores organizavam-se para reivindicar direitos e melhorias, pressionando seus sindicatos a instaurarem dissídios individuais ou coletivos, e deflagrarem greves.³²⁸ A organização autônoma de muitas categorias visava também recuperar seus sindicatos, vários dirigidos por pessoas nomeadas pelo Ministério do Trabalho, chamadas de “ministerialistas” ou “pelegos”.³²⁹ O PCB, em processo de reorganização, não perdeu tempo, através de seus militantes adentrou nos sindicatos e buscou fortalecer a organização da classe operária em seus locais de trabalho.³³⁰

submarinos alemães, entre Recife e Salvador, matando 550 pessoas (no total, mais de 2 mil pessoas morreram nesses ataques). Em 31 de agosto daquele ano Vargas declarou guerra ao Eixo. Estes fatos geraram uma enorme comoção nacional, fazendo com que a linha de União Nacional contra o Nazifascismo e de apoio a Vargas, adotada pelo PCB, adquirisse adesão, gerando um clima de parcial liberalidade para a atuação dos comunistas, que aproveitaram a conjuntura para avançar organizativamente. O estado de beligerância foi normatizado através do decreto nº 10.358 de 31 de agosto de 1942.

³²⁴ Costa, 1999.

³²⁵ Costa, 1999; Silva e Negro, 2003.

³²⁶ Silva e Negro, 2003, p.51-52.

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Costa, 1999.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Com a corrosão latente do regime, iniciou-se uma série de campanhas midiáticas e políticas do Estado Novo, visando fundir trabalhismo e getulismo, projetando a imagem de Vargas como “pai dos trabalhadores”. Centrais nesse processo foram a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em 1943, e o incentivo à sindicalização dos trabalhadores já em 1942, visando tutelá-los e controlá-los por dentro do aparelho estatal. Para os comunistas, era a oportunidade de, organizados os trabalhadores nos locais de trabalho, retomar as direções

A situação entre os operários da Morro Velho não foi diferente. Em 1942 os mineiros elegeram o comunista José Egídio Nery como presidente do Sindicato para o biênio 1943-1944, desbancando o operário pró-empresa, Alencastro Tomé de Lima.³³¹ Não sabemos como foi possível a eleição de um comunista para a direção sindical, pois naquela época vigorava o “atestado de ideologia”. Os operários que quisessem concorrer nas eleições sindicais deveriam apresentar um atestado ao Ministério do Trabalho, fornecido pela polícia, relatando que não possuíam antecedentes políticos que os incriminassem como adeptos de “ideologias estranhas ao interesse nacional”, como o comunismo.³³² Não sabemos exatamente qual foi o artifício utilizado pelos comunistas locais, pois as fontes são escassas, mas certamente José Egídio Nery era desconhecido como comunista pela polícia local, tendo sua ficha “limpa”.³³³

Sua eleição para a direção sindical confluiu com a chegada dos primeiros contatos da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), do PCB, que implicou, com a participação ativa de João Amazonas, a reconstrução orgânica do partido na região. O Comitê Municipal de Nova Lima e o Comitê Distrital de Raposos foram estabelecidos, e as células tiveram um impulso organizativo, recebendo orientações e determinações encaminhadas pelas instâncias superiores do partido. O desenvolvimento do nível partidário e a ação no nível de massas entre os mineiros da Morro Velho, correspondiam ao quadro geral da conjuntura nacional.³³⁴

Conforme relato de Anélio Marques Guimarães, citado no primeiro capítulo, várias ações relacionadas à Segunda Guerra foram promovidas pelos comunistas locais, como campanhas de apoio à Força Expedicionária Brasileira, palestras da Cruz Vermelha e a mobilização de operários para irem combater no front contra as tropas nazistas. Todas estas atividades eram ratificadas na linha política nacional do PCB, adotada a partir da Conferência da Mantiqueira (1943), e que chegava à Terra do Ouro. Além destas movimentações operárias, costuradas pelos comunistas, outras inquietações se manifestavam no campo laboral e sindical.

Em ofício datado de 30 de junho de 1943, encaminhado ao presidente do Conselho Regional do Trabalho, José Egídio Nery, na função de presidente do Sindicato dos Mineiros da

sindicais e expulsar os interventores ministerialistas, chamados de “pelegos”. Para aprofundamento deste assunto, sugerimos a leitura de Ângela de Castro Gomes (1988) e Silva e Negro (2003).

³³¹ Grossi, 1981, p.235. Grossi não afirma que José Egídio Nery e Alencastro Tomé eram um comunista e um pró-empresa, apenas lista os presidentes do sindicato no período entre 1934 e 1964. Chegamos em tal informação através da análise das fontes estudadas. José Egídio foi largamente citado no primeiro capítulo, já Alencastro, ele mesmo afirmara-se pró-empresa, conforme veremos na sequência.

³³² O atestado ideologia tornou-se exigência a partir do decreto 1.420 de 1939, e se manteve na CLT (1943), no artigo 530, alínea *a*.

³³³ Não encontramos documentos sobre a composição completa da diretoria encabeçada por José Egídio Nery.

³³⁴ Reis, 2007; Sena Júnior, 2009.

Morro Velho, solicitava a equiparação salarial de parte dos operários da Morro Velho.³³⁵ O pedido já havia sido feito na forma de dissídios individuais, mas, seguindo as orientações do próprio Conselho, o Sindicato agora o reivindicava na forma de dissídio coletivo. Afirma o ofício que os operários José Custódio Soares Sobrinho, Gildes Marçal de Oliveira, Efraim Henrique da Rocha, Herculino Augusto Vieira e Heny Gomes, queixaram-se no Sindicato da vontade deliberada da Morro Velho de reduzir o salário dos operários da seção de eletricidade, na qual trabalhavam.³³⁶ O mais interessante é o modo como a empresa se prestava a realizar a tal redução nos vencimentos. Em determinada época a Morro Velho havia definido os vencimentos dos operários da referida seção nos seguintes termos:

- 1) “Operadores Rs. 1\$980 (Cr\$1,98) por hora.
- 2) Ajudantes Rs. 1\$820 (Cr\$1,82) por hora.”³³⁷

Por diversos fatores, a padronização salarial acima foi sendo alterada: operários eram elevados a postos de trabalho onde deveriam receber salários superiores, como os ajudantes elevados a categoria de operadores efetivos, outros, mais modestos, elevados a ajudantes, “sem contudo merecerem por parte dessa Cia., uma majoração em seus salários, como era de se esperar.”³³⁸ Ou seja, o operário mudava de cargo, mas seu salário permanecia o mesmo. Um exemplo notável teria sido o do maquinista José Custodio Soares Sobrinho, que recebia o ordenado de Cr\$1,60 por hora, e ao ser promovido a ajudante de operador deveria receber Cr\$1,82 por hora, mas permaneceu recebendo o mesmo ordenado da função anterior. Consta no ofício que se tratava de um mecanismo da empresa para reduzir os salários dos operários. Deste modo, as reivindicações do dissídio eram:

- a) Igualação de salários. Os operários de funções idênticas, em atividade técnica (não de produção) devem ganhar o mesmo salario. Todos os operadores devem vencer o mesmo salario e todos os ajudantes de operadores devem ter o mesmo ganho.
- b) As promoções devem corresponder a um aumento de salario, dentro do criterio da igualação de salários.³³⁹

³³⁵ TRT/MG – BR MGTRT3CMJT 988.1943.5.03.0

³³⁶ Ibid.

³³⁷ Ibid.

³³⁸ Ibid.

³³⁹ Idem.

Além disso, reivindicavam a diferença salarial que os operários promovidos a funções de maior vencimento deixaram de receber ao longo do tempo de exercício da nova função até aquela data. Funções diferentes, salários diferentes, e agora a diferença acumulada ao longo do tempo deveria ser paga. A direção sindical, na pessoa de José Egídio, ainda pontuou a justeza das reivindicações pleiteadas:

Naturalmente, em quaisquer classes, quando se trata de promoção, têm-se a ideia de uma melhora nas condições de remuneração (sic), quando então, a pessoa promovida, pode proporcionar a si e a quem de si depende, um relativo conforto. É o estímulo às aptidões humanas. (...) É irrecusável (prova será feita) que os operários promovidos tiveram aumentada sua responsabilidade no trabalho. Os operadores e ajudantes operadores são os técnicos que regulam, distribuem e coordenam as correntes elétricas que movem toda a maquinaria, elevadores, produção de ar frio da mina, etc.; de outro lado, controlam e verificam pelos relógios, quadros indicativos, estado das resistências, a situação das correntes elétricas que tocam dispositivos e máquinas de que dependem milhares de vidas humanas, sempre em grave perigo.³⁴⁰

O ofício chegou às mãos da justiça comum, na Vara de Nova Lima, e fora encaminhado para o Conselho Regional do Trabalho³⁴¹ em outubro de 1943, onde as partes litigantes deveriam entrar em audiência, visando um acordo. No entanto, a lei 5.821 de 16 de setembro de 1943, que dispunha sobre os dissídios coletivos, alterara o curso do processo, considerando o “esforço de guerra”.³⁴² De acordo com a nova lei, em seu artigo 1º, os dissídios coletivos só poderiam ser suscitados mediante autorização prévia do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.³⁴³ Uma clara intervenção do Estado Novo na Justiça do Trabalho e nas relações

³⁴⁰ Ibid.

³⁴¹ A estrutura da Justiça do Trabalho foi criada em 1939 (decreto nº 1.237), regulamentada em 1940 pelo decreto nº 6.596, mas instalada somente em 1941. Contava com três instâncias, sendo elas as Juntas de Conciliação e Julgamento, com competência sobre os dissídios individuais; os Conselhos Regionais do Trabalho, que lidavam com os dissídios coletivos; e o Conselho Nacional do Trabalho, órgão máximo. O Conselho Regional do Trabalho que tratava dos casos da Morro Velho era o da 3ª Região, que abarcava os estados de Minas Gerais e Goiás, com sede em Belo Horizonte. Esta estrutura fora modificada pela Constituição de 1946, que transformou os Conselhos Regionais em Tribunais Regionais, e o Conselho Nacional em Tribunal Superior do Trabalho. Sobre isso ver: Histórico da Justiça do Trabalho. Disponível em: [portal.trt3.jus.br/escola/institucional/centro-de-memoria/justica-do-trabalho/historico-da-justica-do-trabalho#:~:text=O%20Conselho%20Regional%20do%20Trabalho,ent%C3%A3o%20governador%20Benedito%20Valladares%2C%20do](http://portal.trt3.jus.br/escola/institucional/centro-de-memoria/justica-do-trabalho/historico-da-justica-do-trabalho#:~:text=O%20Conselho%20Regional%20do%20Trabalho,ent%C3%A3o%20governador%20Benedito%20Valladares%2C%20do.). Acesso em: 12/09/2023

³⁴² Decreto-lei 5.821 de 16 de setembro de 1943. “Dispõe sobre dissídio coletivo enquanto perdurar o estado de guerra.” Disponível em: [www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5821-16-setembro-1943-415869-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20diss%C3%ADdio%20coletivo%20enquanto,que%20lhe%20confere%20o%20art](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5821-16-setembro-1943-415869-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20diss%C3%ADdio%20coletivo%20enquanto,que%20lhe%20confere%20o%20art.). Acesso em 12/09/2023.

³⁴³ Ibid. Em seu artigo 1º o decreto-lei normatizava: “Art. 1º Os dissídios coletivos, enquanto perdurar o estado de guerra, só poderão ser suscitados pelos sindicatos profissionais ou de empregadores, mediante prévia audiência do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que apreciará da sua oportunidade.”

trabalhistas.³⁴⁴ Seguindo a nova legislação, o presidente do Conselho Regional do Trabalho da 3ª Região, Delfim Moreira Jr., encaminhou o ofício do Sindicato ao Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, que deveria opinar sobre a “oportunidade do dissídio”.³⁴⁵ A nova lei parecia uma tentativa de frear os dissídios coletivos, ou criar obstáculos para que eles não fossem deflagrados. Em seu artigo 4º, afirmava:

Os dissídios coletivos pertinentes a uma só empresa ou grupo industrial ou comercial sob a mesma direção, só poderão ser suscitados quando pelo menos a metade dos empregados interessados for associada do sindicato profissional suscitante, e a maioria dos associados inscritos assim o deliberar.³⁴⁶

O Ministro do Trabalho, mobilizando o artigo acima citado, não opinou nem favorável nem contrariamente ao dissídio, apenas solicitou que o Sindicato desse provas de que representava a metade dos empregados, e que metade de seus associados tivessem deliberado pelo dissídio coletivo.³⁴⁷ Despachada a resposta do Ministro para o Conselho Regional do Trabalho, ela foi enviada ao Sindicato no dia 4 de janeiro de 1944. Este deveria retornar com a documentação comprobatória referente à exigência legal, o que não ocorreu, por fatores que não conseguimos esclarecer. Sem retorno da entidade sindical, no dia 12 de março de 1946, o chefe da sessão de processos da Justiça do Trabalho solicitou o arquivamento do processo.³⁴⁸ Mesmo não tendo um desfecho favorável, e sendo desconhecidas as discussões que giraram em torno do dissídio, ele é um indício importante de que os operários locais se movimentavam, em uma conjuntura efervescente do movimento operário nacional.

As inquietações operárias não cessaram, e as maquinações da empresa também não. No dia 13 de setembro daquele mesmo ano (1943), José Egídio Nery encaminhou para o Conselho Regional do Trabalho novas reivindicações dos trabalhadores. Assim como no caso anterior, tais reivindicações haviam sido inicialmente pleiteadas na forma de dissídios individuais, mas, a pedido do próprio Conselho Regional do Trabalho, o Sindicato agora o solicitava no formato

³⁴⁴ Ibid. O texto da lei afirma que: “CONSIDERANDO que, para evitar quaisquer distúrbios, indispensável se torna a intervenção do Estado, para conciliar os interesses eventualmente em choque, em prol da própria defesa e da segurança nacionais” e ainda que “CONSIDERANDO que os litígios de trabalho devem, enquanto durar o estado de guerra, estar sob a jurisdição da Justiça, mas também sob o controle direto dos responsáveis pela política social”. Ambas considerações deixam claro a intervenção do Estado Novo na Justiça do Trabalho.

³⁴⁵ TRT/MG – BR MGTRT3CMJT 988.1943.5.03.0

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ TRT/MG – BR MGTRT3CMJT 988.1943.5.03.0

³⁴⁸ Ibid.

de dissídio coletivo.³⁴⁹ A reivindicação era relativa ao encerramento das horas extras por parte da Morro Velho.³⁵⁰ De acordo com o Sindicato,

A Cia. do Morro Velho, até o ano de 1942, não só admitia como em muitíssimos casos, exigia que os seus operários trabalhassem 10 e mais horas, diariamente, bem como aos domingos permanentemente. Isto sempre aconteceu dentro dos últimos cinquenta anos. A atividade nas horas extraordinárias fazia, já por muitos anos, esse ganho a mais, integrar-se no salário dos trabalhadores.³⁵¹

Havia tempos que os ordenados extras constituíam o salário real dos operários. Em tom apelativo, o Sindicato afirmava: “Tal expediente lhes valia o agasalho para a família e o pão e a carne para alimento dos filhos. Preferiam eles matar o corpo, na condição de não terem a fome em casa.”³⁵² Destacava ainda a situação conjuntural pela qual atravessava o país:

Não há quem não sinta o peso esmagador da carestia atual. Os preços dos artigos de alimentação sobem vertiginosamente e chegam a um plano de verdadeira calamidade. Em todos os lares operários, registram-se verdadeiros “rationamentos” de comestíveis, numa tentativa infrutífera de eliminar no orçamento da família, a diferença a maior observada nos preços dos generos.³⁵³

Com lucros anuais “nunca menores que 10 milhões de cruzeiros”, os operários consideraram a ação da Morro Velho injusta, e uma verdadeira calamidade em seus lares.³⁵⁴ Também em tom apelativo, buscando de certa forma convencer as autoridades sobre a inconveniência da empresa e a importância do que se pleiteava, o documento destacou a situação de guerra, e o “socorro” dado pelo Brasil ao país de origem dos patrões: “Tanto é mais grave o incidente quanto se sabe que a Morro Velho, Cia. Inglesa e de capitais ingleses, é filha de uma nação a quem o Brasil vem socorrer na luta contra os inimigos da Grã Bretanha.”³⁵⁵ E que a ação da empresa causou aos operários “uma quebra de Cr\$100,00 e mais, por mês! Isto

³⁴⁹ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1177.1943.5.03.0

³⁵⁰ Ibid.

³⁵¹ Ibid.

³⁵² Ibid. O uso de narrativas com tom apelativo, constituindo uma certa “teatralização” da opressão, visava eminentemente constranger patrões e agentes governamentais que mediavam os litígios trabalhistas e, obviamente, dar legitimidade às reivindicações pleiteadas. Isso não quer dizer que o discurso apresentado falseava a realidade, mas que a mobilizava de modo a dramatizar a situação e gerar os efeitos citados. Em todos os conflitos entre mineiros e Morro Velho, observamos tal situação. Sobre essa “teatralização” da opressão, sugerimos José Sérgio Leite Lopes (1988) e Murilo Leal (2011).

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ Ibid.

em época de guerra! Si não se tratasse de uma Cia. inglesa, dir-se-ia estarmos às voltas com puro quinta colunismo...”³⁵⁶ Tentavam fazer crer que, agindo como estava, a Morro Velho estaria quase que traindo a pátria brasileira e a luta contra o nazismo.³⁵⁷ O Sindicato mobilizava a situação nacional e internacional a favor dos operários, dramatizando-a e constituindo uma linha de raciocínio que colocava a empresa em “saia justa” perante as autoridades brasileiras.

A justificativa dada pela Morro Velho era que estava fazendo cumprir o regime de 8 horas de trabalho, no que os operários estavam de acordo, mas “para o completo e humano equilíbrio das relações mutuas”³⁵⁸, pleiteavam:

1º) Um reajustamento no salário do pessoal que, há muitos anos trabalhou durante horas extraordinárias e aos domingos permanentemente somando muitas vezes em horas, por mês, o equivalente de 40 e 50 dias de serviço.

2º) Que o descanso semanal, seja dado aos domingos, dia em que a família brasileira, católica por excelência, dedica-se às praticas religiosas.³⁵⁹

Sendo cumprida a segunda reivindicação, caso a empresa precisasse dos operários aos domingos, deveria lhes pagar o dobro do dia de serviço, algo que havia dois anos o Sindicato pleiteava junto a empresa, sem obter diálogo e êxito. Segundo afirmava o Sindicato no ofício: “Êste apelo é feito no sentido de não privar aos pais o contacto com os filhos aos domingos, dia em que êstes tem folga, isto é, não vão á aula; não privá-los de suas praticas religiosas, e do convívio com os amigos. Tantas perdas exigem, pois, uma compensação (sic).”³⁶⁰ O desfecho do processo foi o mesmo do dissídio anterior, com as mesmas justificativas e exigências do Ministro do Trabalho, sem retorno do Sindicato, terminando arquivado em 1946.

Parte da literatura sobre o movimento operário indica uma curva crescente de greves no país a partir de 1942, o que nos faz questionar o porquê nos casos acima os operários não deflagraram greves. Não encontramos nas fontes respostas para este questionamento, mas observando o quadro nacional e local da época, conseguimos fazer conjecturas. Primeiramente, ambos dissídios, apesar de coletivos, não abarcavam todos os oito mil operários que

³⁵⁶ Ibid. O termo “quinta coluna” surgiu na década de 1930, em meio a Guerra Civil Espanhola. Popularizou-se durante a Segunda Guerra Mundial, sendo usado para se referir àqueles que apoiavam o nazismo e suas ações. Ou seja, os operários da Morro Velho sugeriram que seus patrões fossem simpatizantes do nazismo, em um contexto que a nação brasileira, o governo, e até mesmo operários locais, estavam mobilizados para combatê-lo.

³⁵⁷ Murilo Leal (2011, p.150), analisando as organizações, lutas e reivindicações de operários metalúrgicos e têxteis de São Paulo, afirmou ter sido recorrente os discursos “anti-eixo” entre os operários durante a Segunda Guerra Mundial. Neles, assim como no caso aqui identificado, os patrões eram denunciados como simpatizantes do Eixo. Narrativas deste tipo constituíam a “teatralização” da opressão, que visava legitimar as reivindicações pleiteadas e intimidar patrões e agentes governamentais.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Ibid.

trabalhavam na Morro Velho, o que, em caso de greve, exigiria tamanho esforço dos grevistas para conseguirem uma adesão solidária dos demais operários.

Em segundo lugar, a linha política do PCB naquele momento era de “apertar os cintos”: os operários deveriam evitar distúrbios grevistas, compondo a tal “União Nacional contra o Nazismo e pela defesa da Democracia”, numa conjunção de forças para que o Brasil travasse o bom combate nas trincheiras antifascistas europeias.³⁶¹ De acordo com tal linha, operários e patrões deveriam suspender os conflitos ou buscar resolvê-los de forma harmoniosa, não criando situações que pudessem “dividir o povo”, pois a união da nação era vista como crucial para vencer a guerra. Para os comunistas, as greves deveriam ser utilizadas como último recurso, quando todas as possibilidades de negociação fossem esgotadas.³⁶² Sendo o presidente do Sindicato o comunista José Egídio Nery, é de se pensar que ele, que compunha também a direção do Comitê Municipal do PCB, tivesse recebido ordens de evitar greves, e de desmobilizar os trabalhadores que visassem promovê-las.³⁶³

A proposta política do PCB de certo modo alinhava-se com a do Estado Novo, que instaurara o “esforço de guerra”, considerando greves como crime contra a segurança nacional. A contribuição dos “soldados do trabalho”, mantendo ou aumentando o ritmo produtivo, era vista como necessária para suprir a guerra. Houve também um tremendo esforço discursivo e propagandístico do Estado Novo sobre o “esforço de guerra”, fazendo chegar nos lares

³⁶¹ Segundo Sena Júnior (2009, p.206), a União Nacional, tática que incluía não somente os comunistas, mas também a “burguesia progressista e anti-imperialista”, fora adotada pelo PCB a partir de 1938, consentânea da Internacional Comunista. No ano de 1943, diante da guerra contra o nazismo, a União Nacional possuiu a ter como objetivo central o combate aos regimes nazistas, visto como pedra angular na luta pela democracia a nível internacional e nacional. Da dimensão tática, Sena Júnior (2009, p.141) afirmou que os comunistas, após a guerra, alçaram a União Nacional para a dimensão estratégica. Assim, a “União Nacional pela Democracia”, era vista como meio de desenvolver as forças produtivas nacionais e combater o avanço imperialista norte-americano na economia brasileira. Seria essa a etapa democrático-burguesa e de libertação nacional da revolução brasileira, considerada pelos comunistas como necessária para se chegar ao socialismo, relegado naquele momento para um futuro aberto.

³⁶² Sena Júnior (2009, p.235)

³⁶³ Sena Júnior (2009), destacou que a consigna de União Nacional contra o Nazismo com apoio incondicional a Vargas não foi aceita com unanimidade dentro do PCB, mesmo tendo ela se tornado a linha política oficial e nacionalizada do partido. Os comunistas paulistas, por exemplo, acreditavam que deveria se combinar o combate ao nazismo com a luta contra o Estado Novo, visto por eles como uma espécie de fascismo brasileiro. Sobre a ordem de evitar greves, Hélio da Costa (1999) apontou que muitos comunistas acabaram sendo arrastados pelos operários a deflagrá-las, o que acabou gerando o que o autor chamou de “dois PCs”. Ou seja, as instâncias superiores que elaboraram uma linha política destoante da realidade das bases, seria um partido, e a militância de base, em um contexto de alta complexidade, envolvendo a carestia de vida e os arbítrios patronais, formava outro, sendo forçado a apoiar os operários em suas reivindicações, sob o risco de perderem influência. Deste modo, vários comunistas foram obrigados a apoiar e participar de movimentos grevistas já naquela conjuntura, reconhecendo-os como fruto das condições objetivas de vida da classe operária, maiores que a disposição dos trabalhadores para lutar pela “etapa democrático-burguesa” da revolução nacional. No caso em questão, não verificamos essa “insubordinação.”

operários, através do rádio, a ordem para que os trabalhadores não realizassem greves.³⁶⁴ Comunistas e getulistas, ambos com forte expressão local, bem como a imprensa radiofônica oficial, certamente contribuíram para que movimentos grevistas não fossem deflagrados. Vale pontuar a influência dos comunistas no movimento operário local naquele momento, refletida na chegada de um dos dirigentes locais ao posto de presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. Possuindo influência a ponto de tornar-se presidente do Sindicato, é de se pensar que José Egídio Nery e os comunistas tivessem capacidade de influenciar o curso das lutas locais. Estes três fatores, portanto, são apontamentos que fazemos na tentativa de explicar por que em uma conjuntura de retomada de ações grevistas em todo país, estas não foram levadas a cabo no contexto local.

O desfecho não exitoso dos dissídios coletivos citados não representou a contenção do ímpeto reivindicatório dos operários da Morro Velho. Muito pelo contrário. No dia 14 de dezembro de 1945, Alencastro Tomé de Lima, então presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, declaradamente pró-empresa, enviou um ofício aos diretores da Cia. Morro Velho, com cópias para o Chefe de Polícia do Estado e para o Delegado Militar de Nova Lima, informando sobre rumores de greve, sem a participação do Sindicato. Para Alencastro, aquela movimentação era parecida com uma que teria ocorrido no dia 26 de dezembro de 1944, quando ocorreu uma greve de que não eram “conhecidos os cabêças ou chefes.” Esta greve de 1944 teria sido promovida pelos próprios operários sem a participação da direção sindical, sendo desconhecidos aqueles que a teriam promovido. As informações sobre a tal greve, assim como os dissídios citados, são bastante escassas, em função da intensa atividade do DIP, que barrava a veiculação de informações sobre o movimento operário e principalmente sobre greves.³⁶⁵ Em texto de 1949, no qual homenageava o militante comunista local William Dias Gomes – assassinado em 1948 em uma emboscada anticomunista –, publicado na revista *Problemas*, Moisés Vinhas, um dos dirigentes nacionais do PCB, disse o seguinte sobre a greve de 1944:

Em fins de 1944, os operários de Morro Velho declararam-se em greve por aumento de salários. O DIP controlava a imprensa, nenhuma notícia foi publicada. Mas hoje se sabe que o movimento teve caráter heróico, e se notabilizou pela eficiência da organização dos trabalhadores. Estes, em uma

³⁶⁴ No caso dos operários da Morro Velho, Maia (1999) demonstrou com sua pesquisa que a força do getulismo e do rádio na cultura operária local.

³⁶⁵ Sobre a censura do DIP naquele contexto, Sena Júnior (2009, p.229) salientou que “o noticiário da imprensa no Brasil continuava sob censura, de maneira que das poucas greves que eclodiram em 1944, só a menor parte pôde ser coberta pelos jornais.”

semana, levaram de vencida a intransigência dos ingleses, a polícia do Estado Novo, as manobras dos pelegos.³⁶⁶

As motivações da greve possivelmente estavam ligadas à indignação e ao desgaste gerado entre operários e patrões nos dois dissídios coletivos de 1943 e à luta pelo chamado “abono de Natal”, hoje conhecido como 13º salário. Sobre este último ponto, sugeri-lo ao observarmos a data do início da greve, um dia após o Natal, e que este tipo de reivindicação era comum na época, pois não havia lei que versava sobre sua obrigatoriedade.³⁶⁷ Marco Antônio Tavares Coelho, que foi um dos mais importantes dirigentes regionais do PCB em Minas Gerais, relembrou a importância que a greve de 1944 teve para o movimento operário mineiro e para o Partido Comunista do Brasil.

Naqueles anos, em Minas Gerais não havia conflitos agudos e frontais dos trabalhadores com os patrões. Até que, em 1944, houve algo inédito para a época – uma greve que paralisou totalmente a mina de Morro Velho durante três ou quatro dias. (...) Essa greve contou com a simpatia geral e a solidariedade dos sindicatos de Belo Horizonte. Revelou quadros operários de largo prestígio entre seus companheiros, como Jacinto Augusto de Carvalho, Anélio Marques Guimarães e William Dias Gomes. E essa luta abriu para o Partido a possibilidade de entrar em contato com o mais forte e coeso núcleo operário de Minas, nas cidades de Nova Lima e Raposos.³⁶⁸

A partir do cruzamento de informações, afirmamos que os comunistas não foram os responsáveis pela deflagração da greve, mas nela tiveram papel de destaque. Neste caso, podemos considerar que os militantes locais foram “arrastados” pelos operários a tomarem posição, uma vez que a linha política do PCB determinava que se evitassem greves. Se seguida, tal linha poderia levar os comunistas locais a perderem influência no nível de massas, ou até mesmo a serem taxados de “pelegos”.³⁶⁹ Fato é que, como citou Marco Antônio Tavares Coelho, os comunistas atuaram na greve e despontaram como líderes importantes. Jacinto

³⁶⁶ Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 21 - Outubro de 1949 – Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/figuras.htm acesso em: 16/09/2024

³⁶⁷ Ver Costa, 1999 e Leal, 2011. Segundo este último, os primeiros registros de lutas pelo “abono de Natal” se deram ainda na década de 1920, intensificando-se a partir de 1943, ganhando ainda maior volume durante a onda de greves desencadeada no Brasil entre 1945 e 1946. O pagamento do chamado “abono de Natal” tornou-se obrigatório durante o turbulento governo de João Goulart (1961-1964), por meio da aprovação da lei nº 4.090 de 13 de julho de 1962, após décadas de luta do movimento operário nacional em prol deste direito. Antes de se tornar um direito consumado em lei, Leal (2011) destaca que, entre várias categorias, o pagamento do “abono de Natal” constituiu durante muito tempo um direito “tradicional”, estando sempre nas pautas das campanhas sindicais. Como veremos no decurso dessa pesquisa, a luta pelo abono natalino esteve presente também nas pautas de várias campanhas do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. A lei na íntegra pode ser lida em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4090-13-julho-1962-353863-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 16/09/2024

³⁶⁸ Coelho, 2000, p.60

³⁶⁹ Costa, 1995; Silva e Negro, 2003

Augusto de Carvalho, especialmente, mas também Anélio Marques Guimarães e William Dias Gomes, tornaram-se peças centrais na ação do PCB em Minas Gerais, como observamos no primeiro capítulo. A linha política partidária de se evitar greves não teve condições reais de ser aplicada na circunstância da greve de 1944, sem prejuízo para o avanço da ação comunista. Os militantes comunistas estreitaram ainda mais os laços com o movimento operário local, que paulatinamente ganhou relevância regional e nacional.

O avanço das lutas reivindicativas na Terra do Ouro seguiu de forma ascendente no ano de 1945. Retomamos aqui o ofício enviado no dia 14 de dezembro de 1945 por Alencastro Tomé de Lima, então presidente do Sindicato, aos diretores da empresa e à polícia, no qual informava sobre rumores de greve, novamente sem a participação do Sindicato.³⁷⁰ O objetivo dos grevistas era ganhar o abono de Natal, “em vista do escorchante e pesadíssimo custo de vida.”³⁷¹ Em tom pró-empresa, Alencastro afirmou que: “todos nesta localidade, sabem que a orientação dêste Sindicato é contrária às greves como meio de obter reivindicações.”³⁷² E concluiu dizendo que “este Sindicato, é impotente para agir contra a greve, porque desconhece a fonte do movimento, sobre o qual correm boatos”³⁷³, considerando a situação como um “movimento subterrâneo e invisível de greve.”³⁷⁴ Mais uma vez os mineiros avançavam na ruptura com as direções sindicais, agitando e mobilizando-se nos locais de trabalho para a realização de lutas econômicas, visando mitigar a deterioração das condições de vida e trabalho. A despeito de buscarmos em diversos jornais e outras fontes, não encontramos informações sobre a deflagração ou não da greve que estava prestes a se iniciar, menos ainda sobre alguma participação dos comunistas na movimentação. Sequer houve alguma intervenção da Justiça do Trabalho ou do Ministério do Trabalho. Como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo, já havia sido extinto naquele momento, cremos que, caso a greve fosse levada a cabo, certamente teria sido divulgada nos jornais, como todas as que se seguiram após este período.³⁷⁵ E se os comunistas tivessem alguma participação na ameaça de greve, certamente seriam citados no documento que Alencastro enviou para a polícia e para os patrões.

Embora tenhamos pouca informação, evidente é que toda esta situação reflete o fato de que os operários se organizavam nos locais de trabalho e estavam dispostos a lutarem por suas

³⁷⁰ Ibid.

³⁷¹ Ibid.

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Ibid.

³⁷⁵ Decreto-lei nº 7.582 de 25 de maio de 1945. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-norma-pe.html Acesso em: 17/09/2024 Segundo Sena Júnior (2009, p.235), “A partir de 1945, com um certo afrouxamento da repressão e da censura, os jornais passaram a se ocupar das movimentações operárias.”

reivindicações, acompanhando um cenário nacional de lutas que se avolumavam. Naquele momento, os comunistas buscavam seguir as orientações partidárias de convencer os trabalhadores locais a permanecerem em ordem, manterem a tranquilidade e evitarem conflitos, visando à União Nacional contra o Fascismo e pelo avanço da democracia. Interessante, nesse sentido, foi a divulgação de um “Manifesto ao Povo de Nova Lima”, assinado por diversos comunistas, refletindo a linha política do PCB adotada naquela conjuntura. O documento expressava um esforço consciente de conciliar as reivindicações imediatas dos mineiros — ligadas às condições de vida e de trabalho — com os objetivos mais amplos do partido no contexto da luta antifascista. Ao mesmo tempo, revelava o amadurecimento político da militância local, que procurava articular as pautas operárias à conjuntura nacional, demonstrando uma compreensão mais elaborada do papel que o movimento dos trabalhadores poderia desempenhar no processo de democratização do país.

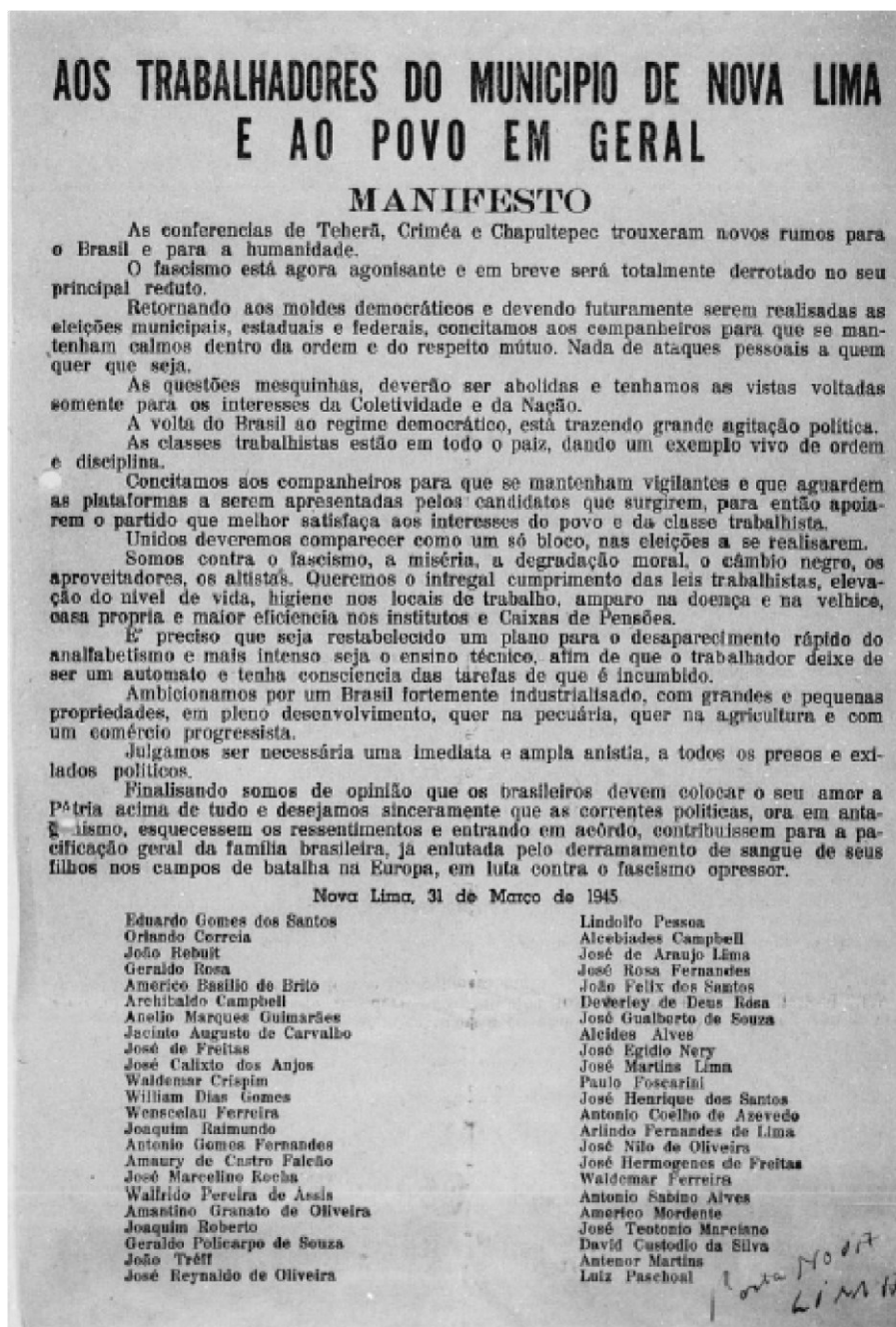
O manifesto destaca a derrota do fascismo na guerra e conclama os operários a se manterem “calmos dentro da ordem e do respeito mútuo”, afirmando ainda que “as questões mesquinhas deverão ser abolidas e tenhamos as vistas voltadas somente para os interesses da Coletividade e da Nação.” Prossegue, defendendo que “os brasileiros devem colocar o seu amor à Pátria acima de tudo e desejamos sinceramente que as correntes políticas ora em antagonismo, esquecessem os ressentimentos e entrando em acordo, contribuíssem para a pacificação geral da família brasileira (...).” O conteúdo do manifesto pode ser lido sob a ótica do programa político do PCB que, como já citado, desde 1943 reivindicava a União Nacional contra o nazifascismo e a formação de uma coalizão das forças democráticas nacionais em apoio à presença do Brasil nos fronts da Segunda Guerra. Ao mesmo tempo, o documento revela o esforço do partido em readequar sua retórica revolucionária às novas exigências da conjuntura, adotando um discurso conciliador e patriótico, capaz de dialogar com amplos setores da sociedade. Essa inflexão discursiva demonstra a habilidade tática dos comunistas em vincular a causa operária ao destino nacional, reforçando a legitimidade de sua atuação política em um momento de redefinição das alianças e de reconfiguração do campo democrático no país.

Sobre a linha política de União Nacional e a questão da guerra, Sena Júnior disse que,

O traço principal da linha dos comunistas era a politização da guerra no plano internacional, com a identificação dos regimes fascistas como inimigos principais. No plano interno, embora não menos politizado, o conflito aparecia para os pecebistas como elemento de unificação de todos os setores e classes da sociedade que reivindicavam o campo da democracia, numa aliança

universal contra o fascismo, o que incluía, àquela altura, o governo brasileiro, antes chamado de fascista pelos “partidários de Prestes”.³⁷⁶

Figura 1 – Manifesto ao Povo de Nova Lima



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4784 - 31/03/1945

³⁷⁶ Acerca desta questão, Sena Júnior disse que “(...) enquanto a União Nacional vinha sendo a tática privilegiada pelo PCB desde a derrota de 1935, ainda que com a defesa das mesmas tarefas da revolução no Brasil que seriam democrático-burguesas e de libertação nacional, a democracia devia ser o meio necessário para a consecução de tais objetivos estratégicos, sendo a democracia burguesa a etapa necessária e anterior ao advento do socialismo. (...) havia uma permanente tensão entre os objetivos finais e imediatos, de maneira que não era incomum o aprisionamento do programa e da teoria “marxista” na camisa de força das opções táticas de cada conjuntura ou, então, o abandono da perspectiva socialista, jogada agora para um futuro incerto, em função das alternativas infinitas que a “democracia” parecia proporcionar.” Sena Júnior, 2009, p.206.

À medida que os rumos da guerra indicavam a vitória dos Aliados, os comunistas passaram a focar em pautas democráticas no plano interno, como a anistia para os presos políticos e exilados do Estado Novo, a realização de uma Assembleia Nacional Constituinte, de eleições livres e liberdade sindical através do fim das intervenções ministerialistas e a realização de eleições sindicais sem a exigência do atestado de ideologia.³⁷⁷ O PCB insistia em se apresentar como “Partido da Ordem”, defensor da democracia, deixando seu objetivo final - o socialismo – de lado, posição que se estendeu até 1947.³⁷⁸ A luta pela constitucionalização e por conquistas democráticas, por um governo republicano, progressista e popular, partia da avaliação de que não havia condições subjetivas e objetivas para uma revolução socialista.³⁷⁹

Chamamos atenção também para o fato de que os comunistas não se apresentaram enquanto tais no Manifesto, prática comum observada nos materiais de propaganda formulados para o “trabalho de massas”, e usada também nos momentos de maior repressão. No primeiro caso, porque os comunistas corriam risco de o manifesto ter pouca circulação e leitura, uma vez que muitos operários, receosos de serem pegos pela polícia com material comunista em mãos, e até mesmo devido ao anticomunismo da época, poderiam se recusar a recebê-lo ao ver que se tratava de uma “agitação comunista”. No segundo caso, a citação nominal e a caracterização de “comunista”, certamente atraíam a vigilância policial, influenciada pelo clima anticomunista.³⁸⁰

Pode-se questionar, contudo, em que medida é possível afirmar que o documento em questão constitui um manifesto comunista, ou ao menos influenciado pelas ideias do PCB. Tal hipótese se sustenta, em primeiro lugar, na identificação de diversos signatários e colaboradores como militantes comunistas de relevo, conforme comprovam relatórios policiais de espionagem e documentos partidários apreendidos pelas autoridades. Entre os nomes recorrentes figuram Orlando Corrêa, Eduardo Gomes, Geraldo Rosa, Anélio Marques, Jacinto Augusto, William Dias Gomes, Amantino Granato, Geraldo Policarpo, Alcebíades Campbell, José Egídio Nery, David Custódio e Luiz Paschoal, todos reconhecidos como integrantes do PCB e atuantes no movimento operário local. Além disso, o conteúdo do manifesto revela afinidade direta com a orientação política do partido naquele contexto, refletindo pontos centrais de seu programa e de sua linha tática então em vigor.³⁸¹

³⁷⁷ Chilcote, 1982.

³⁷⁸ Costa, 1999.

³⁷⁹ Segatto, 1989.

³⁸⁰ Sobre o anticomunismo no Brasil daquele período, sugerimos a leitura de Motta (2002). Já em relação ao anticomunismo nas instituições policiais de Minas Gerais, sugerimos a leitura de Assunção (2006) e Silva (2022).

³⁸¹ Caso o leitor se interesse por fazer uma leitura comparada, sugerimos a leitura do famoso discurso de Prestes no estádio São Januário, proferido no dia 23 de maio de 1945, “União Nacional para a Democracia e o Progresso”; o Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do Partido, apresentado na solenidade de instalação do Pleno Ampliado do C. N. em 4 de janeiro de 1946, “O PCB na luta pela paz e pela democracia”; e também o

Os dados analisados nos permitem afirmar que a influência e a participação do PCB eram crescentes no nível de massas local entre 1943-1945, *pari passu* com o avanço organizativo do partido. Longe de ser exceção, esse era o quadro geral do PCB no país. Recebendo as orientações partidárias desde 1943, os comunistas da Morro Velho passaram a conquistar maior influência no movimento operário local. Com uma linha política nacionalizada, o partido orientava seus militantes para que retomassem a participação nos sindicatos e fortalecessem a organização dos trabalhadores, mas que evitassem greves, utilizando-as somente como último recurso. Nos casos dos dois dissídios de 1943 e da ameaça grevista de 1945, certamente os comunistas da Morro Velho conseguiram convencer os operários a conterem os ânimos e buscarem saídas que não passassem pela deflagração de uma greve. Em relação à grande greve de 1944, podemos dizer que não tiveram outra saída a não ser desobedecer a linha política do partido, aderindo às agitações e delas participando efetivamente. Longe de implicar prejuízos para os militantes comunistas, a participação naquela greve os colocou como líderes destacados do movimento operário local, o que lhes valeu um bom reconhecimento nas fileiras do PCB, consoante ao visto no primeiro capítulo.

2.3 Do ascenso democrático ao giro à esquerda (1945 – 1948)

A democratização no plano interno avançava à medida que a situação da Segunda Guerra Mundial indicava a derrota nazista e a vitória das democracias ocidentais, aliadas à União Soviética nos fronts de batalha. O Estado Novo se via em evidente situação contraditória, pois alinhava-se na guerra ao lado dos países considerados democráticos, mas sustentava um regime ditatorial interno, que contava inclusive com elementos simpatizantes do nazismo no governo. Com a iminente derrota nazista, o foco das oposições à Getúlio Vargas e do Partido Comunista do Brasil, que naquele momento o apoiava, passou a ser a luta pela democratização do país.

A pressão era tanta que, antes mesmo do fim da guerra, Getúlio Vargas tomou medidas visando evitar desgastes maiores com as oposições, e manter o controle sobre a transição democrática. Através do decreto-lei 7.474, ele concedeu anistia a todas as pessoas que tivessem cometido crimes políticos a partir 16 de julho de 1934.³⁸² Com o decreto-lei 7.586, de 28 de

Informe Político da C.E ao Pleno do C.N, de 8 de dezembro de 1946, intitulado “Em marcha Para um Grande Partido Comunista de Massa”. Todos estes documentos estão disponíveis no site Arquivo Marxista da Internet.

³⁸² Decreto-lei 7.474 de 18 de abril de 1945. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del7474.htm acesso em: 03/10/2024

maio de 1945, as eleições presidenciais e constituintes foram marcadas para maio de 1946, depois antecipadas por Vargas para 2 de dezembro de 1945. O caminho da democratização estava traçado. As oposições, aglutinadas principalmente na União Democrática Nacional (UDN), temiam que Vargas tivesse um projeto continuísta, e passaram a atacar veementemente sua figura por meio de jornais e comícios públicos, pressionando-o para que deixasse o governo e não participasse do pleito que iria se realizar.

A despeito de toda a tentativa de desgastar a imagem de Vargas, foi naquele contexto que surgiu o movimento “queremista”, termo que advém da consigna “Queremos Getúlio”. Diante dos ataques que vinha sofrendo por parte das oposições, e para a surpresa destas, operários em todo país passaram a defender a candidatura de Vargas para a presidência e, posteriormente, a realização da Assembleia Nacional Constituinte com a sua participação.³⁸³ Para Jorge Ferreira, “O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior.”³⁸⁴ Contrariando as alegações das oposições à Vargas de que o queremismo representava a manipulação e alienação dos trabalhadores brasileiros, Ferreira, na esteira de outros estudos³⁸⁵, aponta que os trabalhadores reconheciam na figura de Getúlio Vargas avanços sociais e trabalhistas concretos.

Para os setores da classe trabalhadora que apoiavam Getúlio naquele momento, havia um período “antes de Getúlio”, onde imperava o arbítrio patronal e a ausência de direitos importantes, como a regulação da jornada de trabalho, o descanso semanal remunerado, direito a férias e outros. Entendendo o jogo político da conjuntura, os “queremistas” perceberam a necessidade de reivindicarem uma Constituinte com Getúlio, receosos de perderem os direitos conquistados. Como salientou Ferreira, para os trabalhadores,

(...) a presença de Vargas no governo durante a Constituinte era um imperativo, tanto para a garantia de seus direitos quanto para a ampliação deles. Para os trabalhadores, portanto, o lema “Constituinte com Getúlio” expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político.³⁸⁶

Surgida nos meios operários, ao longo de 1945 a campanha “queremista” passou a receber apoio do Ministério do Trabalho e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que surgiu

³⁸³ De acordo com Jorge Ferreira, o movimento queremista

³⁸⁴ Ferreira, 2002, p. 83.

³⁸⁵ Cf. Gomes, 1988.

³⁸⁶ Ferreira, 2002, p.83.

para aglutinar as camadas populares interessadas na obra social de Getúlio e em sua imagem pública como “pai dos trabalhadores”. O PTB, contando com políticos de prestígio e do próprio Ministro do Trabalho, ganhou impulso e deu ainda mais força política para o “queremismo”. Oficialmente, percebendo a adesão das massas a Getúlio Vargas, os comunistas se posicionaram ao lado dos queremistas, defendendo a “Constituinte com Getúlio”.³⁸⁷ Caso contrário, corriam o risco de serem retaliados pelos trabalhadores, que em grande número apoiavam o então presidente. Não encontramos dados sobre agitações “queremistas” entre os operários da Morro Velho, apesar de Maia revelar a força social que a imagem de Getúlio Vargas possuía na região³⁸⁸. A historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado, ao entrevistar Anélio Marques, antigo mineiro e dirigente comunista local, o questionou sobre uma possível participação do PCB em algum movimento queremista na região, obtendo dele a seguinte resposta:

Os comunistas não participaram da campanha queremista, porque nós tínhamos, eram poucos, mas nós tínhamos uma consciência das coisas, não é? Mas, nem tudo certo, mas tínhamos. Mas foi uma campanha comandada pelo PTB; o PTB é quem manteve essa campanha. Primeiro, porque Getúlio cumpriu um papel, estava cumprindo um papel na história do nosso país. O problema das reivindicações da classe trabalhadora, que se conseguiu grande parte do Governo, a partir de 1931 para cá, de 30 para cá, ele cumpriu um papel. Mas, por que cumpriu esse papel? Porque antes disso já tínhamos os sindicatos. Nós tínhamos uniões operárias, que tinham, já promoviam algumas greves, já sofreram influências da vitória da Revolução Socialista de Outubro, do movimento operário socialista na França, na Itália. (...) Nós não participamos dessa campanha assim, que eu me lembro, queremista, não. Nós não fomos queremistas. Possivelmente, na época, que eu não guardo bem, assim, já era necessário que o Partido Comunista entendesse melhor as nossas relações com o governo de Getúlio. (...) Nós não tivemos, assim, a capacidade de analisar as coisas com frieza, mais clara, porque ele ontem foi ruim, mas hoje, no momento, ele serve ao interesse do povo. Ele não serve aos interesses dos comunistas, mas serve ao interesse do povo. Então, ele serve aos interesses do Partido.³⁸⁹

Vale ressaltar a postura do ex-dirigente comunista sobre as conquistas trabalhistas, que por muito tempo e ainda hoje, principalmente em alguns meios populares, foram consideradas benesses de Vargas. Anélio salienta o protagonismo do movimento operário e a influência da Revolução Russa, que faziam ferver as conjunturas das décadas de 1920 e 1930, rompendo com a visão heterônima surgida na década de 1960, que via o movimento operário como uma simples peça da engrenagem corporativista, manipulado e controlado pelo Estado.

³⁸⁷ Vinhas, 1982; Chilcote, 1982;

³⁸⁸ Maia, 1999.

³⁸⁹ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM

No dia 29 de outubro de 1945, temendo que Vargas tivesse um projeto “continuista” com apoio das massas, o Ministério da Guerra, na pessoa de Góes Monteiro e do general Eurico Gaspar Dutra deflagrou um golpe de Estado, derrubando Getúlio Vargas e empossando o então ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Politicamente o movimento queremista fora derrotado, não tendo suas reivindicações atendidas nem pelas oposições, nem mesmo pelo próprio Getúlio, que se conformou em candidatar-se a senador pelo Rio Grande do Sul. No entanto, o movimento queremista representou o ingresso das massas no jogo político da nascente democracia, manifestando soberanamente seus interesses, desejos, medos e suas percepções acerca da conjuntura.

A democratização avançava e o PCB colhia os frutos desse processo, expandindo o número de militantes em suas fileiras e adentrando fortemente no movimento sindical.³⁹⁰ Tendo seu registro concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral no dia 10 de novembro de 1945, os comunistas agora atuavam em duas frentes: político-parlamentar e de massas. Além disso, com a legalidade, os comunistas passam por uma virada tática em suas ações militantes, abandonando os métodos de ação clandestina e se apresentando publicamente como comunistas. Acerca dessa mudança, Anélio Marques disse que:

Na clandestinidade, nós trabalhávamos no trabalho de massa. Nós não falávamos que éramos comunistas. Mas o povo, e o próprio inimigo de classe, nos colocavam em um papel importante. Porque eles falavam: “Aquele ali é comunista”. Agora, quem era aquele comunista? Aquele comunista era o cara que servia o povo, era aquele cara que perdia as horas para ensinar o sujeito como é que ia jogar truco, não é? Para ensinar: “Oh, na hora de jogar é assim, tem que fazer é assim e tal. Oh, no clube de futebol, o que tem que fazer, é isso assim, assim”, não é? Ali a gente incluía algumas reivindicações, colocava os problemas que o povo sentia. Isso, na clandestinidade, porque nós lutamos na clandestinidade para conquistar a legalidade. Porque na legalidade, nós não escondemos não. Quando o Partido veio para a legalidade, nós nos apresentamos como tal, e a nossa posição, nós fomos otimamente recebidos, principalmente em Nova Lima, Raposos, aqui em Belo Horizonte, nós fomos muito bem recebidos. É porque nós fizemos trabalho de massa, tinha prestígio de massa. Nós éramos vistos como servidores.³⁹¹

Em seu relato, Anélio nos apresenta os mecanismos de propaganda e inserção utilizados na clandestinidade, colocados em prática no chamado “trabalho de massas”, bem como a virada

³⁹⁰ Segatto (1999) estimou um crescimento de 100 militantes em 1942 para 3.000 em 1943, e de 50.000 em 1945 para quase 200.000 em 1946, o que dá uma taxa anual de crescimento de 568,74%. Sobre o crescimento do PCB, Anélio Marques disse que “(...) foi uma época de um ascenso democrático, que derrotou o maior inimigo da humanidade. O Partido era pequenininho, mas ele cresceu muito na campanha. O Partido cresceu não só aqui, mas também no Rio, em São Paulo.” Acerca desta questão, também sugerimos a leitura de Vinhas (1982).

³⁹¹ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM

tática ocorrida durante a conquista da legalidade. Tal mudança, acompanhada do avanço da repressão aos comunistas iniciada em fins de 1946, acabou por facilitar o trabalho de identificação e classificação por parte das forças policiais, que passaram a produzir extensas listas sobre os “vermelhos de coração”, “adeptos do credo vermelho” e mesmo sobre os “simpatizantes”. A realização de comícios, o lançamento de candidaturas, a participação nas assembleias sindicais, a promoção de sabatinas e comemorações festivas típicas da cultura política comunista — tudo isso colocou a militância local sob constante vigilância.

No entanto, durante o curso da democratização em 1945, essa mudança tática, somada à linha política mais ampla do PCB, acabou por projetar os comunistas a um lugar de destaque entre as forças políticas nacionais e, principalmente, no seio do movimento operário. O relato de Anélio ilustra como o militante comunista atuava, ao mesmo tempo, na esfera simbólica e prática da política: não apenas como propagandista de um programa, mas como mediador entre o partido e as massas, traduzindo o discurso comunista em gestos cotidianos, solidariedade e convivência.

Nessa perspectiva, a fala de Anélio permite observar, de forma concreta, a dinâmica da mediação política e da produção ideológica em contexto de clandestinidade. Ao ensinar um jogo, participar de um clube esportivo ou dialogar sobre os “problemas que o povo sentia”, o militante criava pontes entre o mundo cotidiano e o universo ideológico do PCB, realizando, na prática, o que Serge Bernstein descreve como o processo de tradução entre as demandas sociais e o discurso político³⁹². Tal processo também se aproxima do que Pierre Ansart definiu como “produção ideológica” — o momento em que as ideias abstratas são reelaboradas e adaptadas à realidade concreta, transformando-se em ação política viva.³⁹³

O ethos descrito por Anélio — “o comunista era o cara que servia o povo” — revela ainda uma dimensão moral e simbólica da cultura política comunista, caracterizada pelo ideal de abnegação, disciplina e serviço coletivo.³⁹⁴ Nesse sentido, o militante encarnava uma pedagogia política, atuando como figura de referência ética e prática nos espaços do cotidiano popular.

Ao mesmo tempo, essa atuação evidencia a importância da experiência, conforme elaborada por E. P. Thompson, como terreno de formação da consciência política³⁹⁵. As ideias comunistas não se impunham de forma mecânica; ganhavam sentido e efetividade quando se

³⁹² Bernstein, 2003.

³⁹³ Ansart, 1978.

³⁹⁴ Sobre o aspecto moral na militância comunista, sugerimos a leitura de Rodrigo Patto Sá Motta (1997).

³⁹⁵ Thompson, 1987.

encontravam com a experiência concreta dos trabalhadores da Morro Velho — suas jornadas extenuantes, seus embates sindicais, suas expectativas e valores compartilhados.

Assim, o testemunho de Anélio sintetiza, em linguagem viva, as tensões e os sentidos da militância comunista: a articulação entre clandestinidade e trabalho de massas, entre doutrina e prática, entre ideologia e experiência. Sua fala expressa o modo como a ação militante operava como mediação viva entre o partido e a sociedade, traduzindo a cultura política comunista em ação cotidiana e mantendo vivo o vínculo entre projeto revolucionário e realidade popular.

Quanto a ação militante no âmbito sindical, Santana afirmou que “Uma das características importantes da conjuntura é estabelecida pela relação entre o Partido Comunista do Brasil, o PCB, e o movimento organizativo dos trabalhadores.”³⁹⁶ Para ele, os comunistas vão ver nos sindicatos um aparelho de hegemonia sobre os trabalhadores, que pesava nas possibilidades de sua intervenção na vida política nacional. O movimento sindical seria assim a alavanca propulsora que possibilitaria ao PCB uma participação efetiva nos rumos políticos do país, buscando direcioná-los para seus objetivos daquele momento, balizados na Conferência da Mantiqueira em 1943: União Nacional contra o Fascismo e pela Democracia, ordem e tranquilidade, evitar surtos grevistas, avanço em pautas democráticas, como anistia, legalidade do PCB, realização da assembleia nacional constituinte, eleições livres, liberdade sindical (pelo fim das intervenções do Ministério do Trabalho nas direções sindicais e a realização de eleições sindicais livres, sem o atestado de ideologia).

Para os comunistas, a organização da classe operária e a mobilização do movimento sindical seriam fatores determinantes para fazer avançar as conquistas democráticas. Seria através da força das massas organizadas que o PCB poderia exercer uma pressão “democratizante”. Essa visão pode ser lida no Informe Político do PCB, intitulado “A Importância do Trabalho Sindical”, publicado no jornal *A Classe Operária* em março de 1946:

A importância do trabalho sindical é cada vez maior, porque a classe operária é a base da união nacional, é a classe operária unida sindicalmente o maior fator de mobilização de outras forças populares para a garantia de nossos direitos democráticos. Do trabalho sindical é que depende a vitória de nossa orientação. Lamentada na compreensão de que os problemas desta hora não podem ser resolvidos a não ser na ação comum à base de entendimento e da cooperação entre as classes interessadas no progresso do Brasil e se a classe operária e o povo souberem manter-se em ordem e tranquilidade por que é esta a condição para a criação de um clima de Liberdade clima único para prosperarmos e derrotarmos os restos fascistas. As formas, portanto, que na prática assume essa política para os trabalhadores são as de comissões mistas de produção nas fábricas, com o objetivo de resolver toda as reclamações entre

³⁹⁶ Santana, 2001, p.39.

operários e patrões. São as dos dissídios pacíficos para serem resolvidos na justiça do trabalho, a qual, não resta dúvida precisa ser melhorada. São as de comitês para a defesa dos interesses dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho e a fim de forçarmos patrões ao entendimento e há uma atenção maior pelos problemas do trabalho, da higiene e dos salários.³⁹⁷

Salientamos novamente que, na ação comunista no nível de massas, a politização do movimento operário passava pela mediação política entre as reivindicações econômicas dos operários e as pautas políticas defendidas pelo PCB. Outro ponto importante na linha política sindical do PCB era a obrigatoriedade de os militantes participarem de seus sindicatos profissionais, estando eles sob intervenção ministerialista ou não. Mas não bastava participar dos sindicatos, era preciso que a militância comunista fosse ativa e atuante, transformando-se verdadeiramente em vanguarda. Sobre esta questão, vale a pena a leitura de um trecho do Informe do Comitê Executivo Nacional ao Pleno Ampliado de janeiro de 1946.

Para a realização de um bom trabalho sindical é necessário que o comunista pertença também ao sindicato oficial, a célula tem nisto a maior responsabilidade porque pelos nossos estatutos é obrigatório que o militante pertence ao sindicato de sua profissão. É necessário frequentar o sindicato. Frequentando o sindicato é preciso lá dentro vir tornar-se um associado ativo e interessado nos problemas do sindicato como nos da corporação final sendo interessado nesses problemas deve procurar conhecê-los com profundidade, através do estudo das leis trabalhistas e da situação das empresas empregadoras tendo o contacto mais vivo e direto possível com a massa trabalhadora e porque as reivindicações não podem ser idealizadas mas sim sentidas, vividas. O trabalho sindical não pode ser improvisado, tem que ser uma atividade permanente dos comunistas; os comunistas não podem ser aves de arribação nos sindicatos.³⁹⁸

Participar ativamente dos sindicatos, organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, formar comitês e comissões de trabalhadores, e até mesmo comissões mistas (com representantes patronais e dos trabalhadores), recorrer aos dissídios na Justiça do Trabalho como forma de resolver os conflitos trabalhistas, estas seriam as ações que os comunistas tinham de desenvolver. Nada de greves! Portanto, a linha política permanecia a mesma: ordem e tranquilidade, união nacional, resolução pacífica e colaborativa dos litígios entre patrões e trabalhadores

Entre os operários de Nova Lima, no dia 24 de novembro de 1946, meses após o arquivamento dos dissídios de 1943, realizou-se uma assembleia geral do Sindicato dos

³⁹⁷ Jornal *A Classe Operária*, nº 4, 30 de março de 1946. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

³⁹⁸ Idem.

Mineiros, com forte participação e influência dos comunistas.³⁹⁹ Realizada no Teatro Municipal, a assembleia teve como uma de suas pautas a discussão e o encaminhamento sobre aumento geral de salários.⁴⁰⁰ O presidente da entidade, Geraldo Cirilo Braga,⁴⁰¹ convocou Leovegildo Rafael dos Santos para presidir os trabalhos, e este solicitou à assembleia que escolhesse dois mesários para secretariá-lo, sendo eleitos Idelcílio Gomes e Anélio Marques Guimarães, dirigente comunista local.⁴⁰² Aberta a palavra, Geraldo Cirilo acentuou a situação “afitiva” dos operários, e “concitou os trabalhadores a não se valerem do recurso da greve, para a obtenção do aumento de salários.”⁴⁰³ Conforme relatado em ata, William Dias Gomes, Pedro Matias Horta, Geraldo Rosa Oliveira e Alcebiades Campbel, todos comunistas, teriam utilizado a palavra para dizer sobre o mesmo assunto.⁴⁰⁴ Apesar de não ser discriminado o teor completo de suas falas, o relato atesta a forte presença e participação dos comunistas.

A decisão final, certamente proposta pelos comunistas, foi a criação de uma comissão de salários, formada pelos trabalhadores eleitos em assembleia, que deveriam estudar detalhadamente o tema e elaborar uma tabela de aumentos dos preços dos gêneros de primeira necessidade para apresentar aos patrões, como justificativa para pleitear o aumento dos salários. Entre os treze associados escolhidos para compor a comissão, oito atestamos serem militantes do PCB⁴⁰⁵, ficando assim constituída: Aristides Graciano de Freitas, Cornélio Vitor dos Santos (comunista), Alcebiades Campbel (comunista), Anélio Marques (comunista), José Reinaldo de Oliveira, Geraldo Policarpo (comunista e secretário de organização do Comitê Estadual do PCB), José Eurico, Geraldo Rosa de Oliveira (comunista), William Dias Gomes (comunista), Raimundo Bonifácio Moreira, Pedro Matias Horta (comunista), Francisco de Assis Barbosa e Antônio Ferreira Dias (comunista).⁴⁰⁶ A formação de comissões sindicais era uma das táticas

³⁹⁹ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴⁰⁰ A outra pauta da assembleia foi a construção da sede do Sindicato. Sobre esta, havia as possibilidades de o Sindicato adquirir um imóvel para ser sua sede, ou construir sua própria sede. A decisão da assembleia foi pela segunda possibilidade.

⁴⁰¹ Os dados sobre as relações entre os comunistas e Geraldo Cirilo Braga neste contexto são escassos. Entretanto, os comunistas o apoiaram nas eleições sindicais de 1950, sob a justificativa de que deveriam barrar a eleição dos “pelegos”. Nas fontes analisadas, Geraldo Cirilo demonstra certa permissividade quanto a participação dos comunistas nos espaços sindicais e até mesmo um certo alinhamento com as propostas levantadas pelos militantes do PCB. Apesar de não ser comunista, Geraldo Cirilo se aproximava destes através de uma “via de mão dupla”: permitia a ação dos comunistas no sindicato, e em troca recebia apoio.

⁴⁰² TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴⁰³ Ibid.

⁴⁰⁴ Ibid. Conforme apresentado no primeiro capítulo, os comunistas se posicionavam taticamente nas assembleias sindicais, um reforçando a proposta do outro, visando influenciar as decisões a serem tomadas, o que certamente ocorreu nesta assembleia.

⁴⁰⁵ Não classificamos os demais membros da comissão por falta de dados.

⁴⁰⁶ Ibid. Também refletindo a inserção dos comunistas no Sindicato dos Mineiros, no dia 7 de dezembro de 1946, foi publicado no jornal *A Classe Operária* um informe do secretário de educação e propaganda do Comitê Municipal de Nova Lima, David Custódio, sobre o conflito coletivo que se iniciava. David Custódio sinalizava

definidas na linha política do PCB, e passou a ser amplamente usada no movimento operário local. Uma orientação publicada no jornal *A Classe Operária*, foi explícita quanto a isso:

O que de novo trazem as comissões sindicais é que elas constituem uma verdadeira organização de baixo para cima, é que elas permitem um sólido apoio de massas aos sindicatos. Através das comissões sindicais, é possível educar o proletariado numa luta contínua e tenaz pelas suas reivindicações mais variadas e sentidas.⁴⁰⁷

Portanto, as comissões eram vistas como métodos de mobilização e educação da classe operária e, evidentemente, um campo onde os comunistas poderiam costurar sua inserção dentro do movimento sindical, obtendo apoio e influência dos trabalhadores. Na sequência do trecho acima citado, constam as formas como eram constituídas as comissões.

Em alguns casos, são as próprias direções sindicais que tomam a iniciativa. Regra geral, porém são os melhores ativistas da própria massa que iniciam o trabalho. (...) A comissão pode ser fundada numa assembleia, precedida de outras preparatórias, a fim de que fique a massa suficientemente esclarecida e interessada no assunto.⁴⁰⁸

No caso em questão, a comissão dos operários da Morro Velho foi constituída em assembleia, capitaneada pelos comunistas, que formaram maioria em sua composição. Uma nova assembleia foi realizada no dia 8 de dezembro, para tratar dos mesmos assuntos da assembleia anterior: construção da sede do Sindicato e aumento geral de salários.⁴⁰⁹ Novamente dirigida por Leovegildo Rafael, a assembleia fora secretariada por Jacinto Augusto de Carvalho, que naquele momento era também secretário político do Comitê Estadual do PCB, e por Edson Antônio Rosa.⁴¹⁰ No que se refere à construção da sede do Sindicato, Geraldo Cirilo, presidente, propôs que fosse formada uma nova comissão, incumbida de realizar os estudos pertinentes ao assunto.⁴¹¹ O plenário assim elegeu a comissão: Mário Tobias, Luiz Pascoal dos Santos (comunista), Cristovam Saturnino Malta, Argemiro Marçal de Oliveira (comunista)⁴¹² e

que, a despeito de possuir 8.000 operários, apenas 5.400 eram sindicalizados, e que a luta por aumento de salários que havia dado seus primeiros passos, estava relacionada à carestia dos gêneros de primeira necessidade. Ver: Jornal *A Classe Operária*, nº 40, 7 de dezembro de 1946. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁴⁰⁷ Jornal *A Classe Operária*, nº 50, 8 de fevereiro de 1947. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴¹⁰ Ibid.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² De acordo com os dados levantados e apresentados no primeiro capítulo, Argemiro Marçal de Oliveira fora secretário sindical do Comitê Municipal do PCB durante o ano de 1945, posição que não sabemos se continuava

Antônio Liberato Silva (comunista)⁴¹³. Mais uma comissão era formada, e novamente composta em sua maioria por militantes do PCB. Sobre a pauta salarial, a Comissão de Salários foi convocada para apresentar o resultado dos estudos procedidos. Um memorial fora redigido, onde argumentavam que de 1942 a 1946 houve o aumento de 350% nos preços dos gêneros alimentícios.⁴¹⁴ A proposta da comissão era que fosse reivindicado o aumento de Cr13,00 por dia para os trabalhadores que recebiam valores inferiores à Cr1.600,00 mensais, sendo aprovada por unanimidade.⁴¹⁵ O próximo passo era redigir a proposta de aumento salarial e levá-la à direção da empresa, tarefa que seria realizada por Geraldo Cirilo, Argemiro Marçal (comunista) e Raimundo Bonifácio (comunista).⁴¹⁶

A resposta da Morro Velho foi negativa. Assim, a direção sindical endereçou um ofício ao Tribunal Regional do Trabalho, informando que desde o início de 1946 vinham tentando negociar com a empresa, que se negava a pagar o aumento de salários, afirmando que “não lhe cabia a culpa pelo aumento do custo de vida”.⁴¹⁷ Além disso, no ofício afirmavam que “a situação do operariado de Nova Lima e circunvizinhanças é de verdadeira miséria”, e que “os atuais salários pagos pela Suscitada são, talvez, os menores de Minas Gerais, no setor industrial”.⁴¹⁸ Uma tentativa de negociação fora realizada no dia 14 de dezembro na Delegacia Regional do Trabalho, com a presença de representantes do Ministério do Trabalho, da empresa e dos operários, e a contraproposta da Morro Velho foi o aumento de Cr7,00 diários para cada trabalhador.⁴¹⁹ Em assembleia realizada no dia seguinte – novamente com forte influência e participação comunista – os operários recusaram a contraproposta dos patrões e deliberaram pela deflagração do dissídio coletivo.⁴²⁰ Era o início de um conflito judicial que se estenderia até meados de 1948.

a exercer em 1946. Apesar disso, tratava-se de um militante importante para o quadro local do PCB, e sua eleição nos indica seu reconhecimento pelos trabalhadores sindicalizados.

⁴¹³ Do mesmo modo que Argemiro Marçal, Antônio Liberato fazia parte da direção do PCB em Nova Lima, constando como secretário político (dirigente municipal) do Comitê Municipal em 1945, posição que também não sabemos se ocupava em 1946.

⁴¹⁴ Não estava incluso no memorial os preços de remédios, leite e derivados, legumes, vestuários, lenha e quota para lazer, “porque nem só de pão vive o homem”. O documento afirma que um indivíduo solteiro não conseguiria viver com o salário-mínimo pago aos trabalhadores da superfície, imagine-se com família. Considerando o esforço e as especificidades dos trabalhadores do subsolo, estes também não teriam salários “compatíveis” com o custo de vida.

⁴¹⁵ Decidiu a assembleia que, caso a proposta fosse rejeitada, realizariam uma nova assembleia, onde decidiriam os rumos que seriam tomados.

⁴¹⁶ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴¹⁷ Ibid.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ Ibid. Assim como nas assembleias anteriores, Leovegildo Rafael presidiu os trabalhos da assembleia, desta vez secretariado pelos comunistas Argemiro Marçal e Antônio Liberato, eleitos pelo plenário. A leitura das atas nos leva ao entendimento de que os comunistas revezavam na função de secretariar. Outra informação importante é a

Várias audiências de conciliação foram realizadas nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho, presididas pelo juiz-presidente Sebastião Ewerton Curado Fleury, sem que as partes acordassem. A Companhia Morro Velho alegava ter uma condição econômica deficitária, consequência da política de preços do governo federal e das dificuldades de vender o ouro extraído. Em uma de suas contestações, chegou a citar um trecho de um texto escrito por Valentim Bouças, publicado em *O Jornal*, dizendo que “o que temos de fazer, não é aumentar os salários, e sim proceder a uma campanha para a baixa do custo da mercadoria.”⁴²¹ A contraproposta da empresa foi que, caso os mineiros se comprometessem a produzir 4.600kg de ouro por ano, e se os compradores aceitassem pagar o preço de Cr\$28,00 por grama (preço regulamentado pelo governo federal), seria possível um aumento de Cr\$5,00 por dia. Entretanto, o aumento seria a título de abono provisório e apenas aos trabalhadores que recebiam menos de Cr\$1.600, e que tivessem 80% de assiduidade.⁴²²

O Sindicato, por sua vez, questionou os dados apresentados pela empresa, e elaborou uma contraproposta nos seguintes termos: Cr\$8,00, não como abono provisório e sem 80% de assiduidade, que o Sindicato não poderia garantir.⁴²³ Além disso, solicitaram que a Morro Velho informasse os valores reais de suas receitas, despesas e patrimônios, pois os valores que alegavam possuir diferiam daqueles que foram publicados oficialmente no *Jornal Minas Gerais* em setembro de 1946.⁴²⁴ Outra questão que os operários pediam resposta é que a empresa incluía nos dados de receita apresentados apenas o arrecadado com o ouro, quando a mesma vendia também arsênico, prata, era dona de uma linha de bondes, recebia aluguéis de casas, e ainda mantinha um armazém onde se vendia de quase tudo.⁴²⁵ Além disso, pagavam salários superiores aos trabalhadores de outros serviços, considerados “desnecessários” pelos operários, como *chauffers*. O desperdício de materiais comprados também foi pontuado pelo Sindicato, como tijolos, cal, areia e madeira, que estariam sendo perdidos nos depósitos da empresa.

Caso a Morro Velho não aceitasse a contraproposta do Sindicato, este solicitava que fosse constituída uma comissão do governo para averiguar os dados que ela apresentava. Não dispondo de pessoal para formar tal comissão, a Justiça do Trabalho então solicitou que ambas as partes nomeassem peritos para procederem a averiguação nas contas da empresa.⁴²⁶ Durante

de que as assembleias citadas foram assistidas pelo delegado regional do trabalho, Manuel Gomes Pereira. Na assembleia em questão, estava presente um representante do Ministério do Trabalho, Dr. Silvio Moreira Cruz.

⁴²¹ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴²² Ibid.

⁴²³ Ibid.

⁴²⁴ Ibid. f

⁴²⁵ Ibid.

⁴²⁶ Ibid.

a apuração, o advogado do Sindicato, Antônio Cláudio de Lima Vieira, acusou a Morro Velho de se negar a fornecer todos os documentos solicitados pelo perito, e questionou as diversas alegações feitas pela empresa, que dizia ter uma condição patrimonial deficitária. Como não houve conciliação nas diversas audiências, o juiz-presidente do TRT encaminhou os dados periciais para a Procuradoria Regional do Trabalho. No dia 19 de maio de 1947 o procurador regional do trabalho, Sabino Brasileiro Fleury, emitiu seu parecer. Em relação à elevação do custo de vida, apontada pelo Sindicato como justificativa para pleitear o aumento de salários, Sabino apresentou dados do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (órgão do Ministério do Trabalho) que informavam o aumento do custo de vida em Nova Lima no índice de 91,95% entre 1942 e 1946.⁴²⁷ De acordo com o procurador, considerando a elevação do custo de vida, ele não titubearia em opinar favoravelmente aos operários naquilo que solicitavam (Cr8,00 diários para todos que recebem até Cr1.600,00). No entanto, cabia ponderar sobre a situação econômica da empresa, e se esta teria realmente condições de custear tal aumento. Os dados levantados pelos peritos do Sindicato e da empresa indicavam que esta última terminou 1946 com um déficit de Cr145.089.070 em relação à venda do ouro.⁴²⁸ Entretanto, o procurador disse estar de acordo com o Sindicato quando apontou que as condições econômicas da empresa não poderiam ser apuradas apenas com base na venda do ouro, mas sim considerando todo seu balanço patrimonial até 31/12/1946. Para ele,

Estamos frente a um problema social de alta relevância, para cuja solução não é demais exigir-se uma parcela de contribuição, ainda que de aparente sacrifício, da empresa suscitada, no sentido de amenisar a situação de reais dificuldades que afligem os seus milhares de trabalhadores, em virtude da notória e incontestável elevação do custo de vida, já que estes, por seu turno, contribuíram com o seu trabalho para que a Empresa atingisse ao invejável patrimônio de que os autos dão notícia.⁴²⁹

O “aparente sacrifício” da empresa se devia ao fato de que, de acordo com os dados periciais e a apuração do procurador, a Morro Velho tinha plenas condições de pagar o aumento pleiteado pelos operários. Como proposta de encaminhamento, Sabino Brasileiro elaborou uma tabela de aumentos que sugeriu aos juízes e à empresa:

- Aumento de Cr\$6,00 diários para os que percebiam até Cr\$800,00 mensais.
- De Cr\$5,00 para os que percebiam entre Cr\$800,00 a Cr\$1.200,00.

⁴²⁷ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

⁴²⁸ Ibid.

⁴²⁹ Ibid.

- De Cr\$4,00 diários para os que percebiam entre Cr\$1.200,00 a Cr\$1.600,00.⁴³⁰

Além disso, o aumento seria na base de oito horas de jornada para os trabalhadores da superfície, e seis horas para os do subsolo, com a exigência de 85% de assiduidade, com exceção das faltas justificadas.⁴³¹ Por fim, encaminhou-se o parecer para os juízes sentenciarem o caso. O dissídio foi julgado procedente pela maioria dos juízes, prevalecendo a proposta da Procuradoria Regional do Trabalho.⁴³² O pagamento também deveria ser retroativo à data de instauração do dissídio.⁴³³ A partir daqui os ânimos entre patrões e operários começaram a se acirrar, influenciados pelo clima anticomunista que atravessava a conjuntura internacional e nacional.

A conjuntura internacional não se apresentava favorável à engenharia política proposta pelo PCB. Ainda em 1946, meses após o general Eurico Gaspar Dutra assumir a presidência da república, diversos fatos acenavam para o início de uma nova fase de perseguição e repressão aos comunistas e ao movimento operário como um todo. Um evento que refletiu essa nova atmosfera aconteceu em março, na cidade de Fulton, nos Estados Unidos, quando o ex-primeiro ministro do Reino Unido, Winston Churchill, proferiu o famoso discurso onde cunhou o termo “Cortina de Ferro” para se referir aos países do Leste Europeu e da URSS, sugerindo novos conflitos na política internacional.⁴³⁴ Estava prestes a iniciar a Guerra Fria, que seria desfechada no ano seguinte, e que colocou em disputa dois blocos de poder: os EUA e os países sob seu raio de influência, incluindo o Brasil; e a URSS e os países que dela faziam parte, bem como a influência que possuía nos partidos comunistas espalhados mundo afora. O alinhamento do governo Dutra com os EUA fora tal, que em outubro do ano seguinte o Brasil anunciava o rompimento das relações diplomáticas com a URSS, compondo um “pacote” de medidas anticomunistas adotadas na política interna.

Dias após o famoso discurso de Churchill, circularam no Brasil rumores de que o PCB seria cassado, criando-se uma atmosfera conspiratória e reacionária contra o partido, que naquele momento crescia exponencialmente e aumentava sua inserção no movimento operário.⁴³⁵ Também em março de 1946 ocorreu a famigerada entrevista de Luís Carlos Prestes, secretário geral do PCB, que perguntado qual nação defenderia em uma situação de guerra entre

⁴³⁰ Ibid.

⁴³¹ Ibid.

⁴³² Idem. Tomaram parte no processo os seguintes juízes: Abner Faria (relator), Herbert de Magalhães Drumond, Newton Lamounier e Newton Pereira. De todos eles, apenas o último julgou improcedente o dissídio.

⁴³³ Ibid.

⁴³⁴ Sena Júnior, 2009, p.283-284.

⁴³⁵ Ibid.

Brasil e União Soviética, respondeu que estaria ao lado da URSS. Esta fala repercutiu amplamente nos meios anticomunistas e serviu como uma das justificativas para a cassação do PCB, acusado de ser uma sucursal do Partido Comunista da União Soviética. No dia 21 de março, Barreto Pinto, deputado pelo PTB, anunciou uma representação pela cassação do PCB junto ao TSE.⁴³⁶ Dois dias depois, Himalaya Virgolino, que fora procurador do Tribunal de Segurança Nacional em outra ocasião, apresentou ao STE um pedido de cancelamento do registro do PCB.⁴³⁷

Sena Júnior pontuou que, além das motivações externas, o crescente número de greves, apoiadas pelos comunistas desde que fossem utilizadas como último recurso diante da intransigência dos patrões, e o crescimento exponencial do PCB, foram motivos suficientes para uma articulação anticomunista no país.⁴³⁸ Deste modo, “o PCB passou a ser acusado de estar ‘infiltrado’ em agitações operárias, insuflando os trabalhadores contra os patrões e a ordem estabelecida.”⁴³⁹ No que se refere à linha política do PCB, “(...) para os setores tradicionalmente anticomunistas do País, o comunismo, ainda que dizendo apoiar o governo “em suas atitudes democráticas”, e dentro da “ordem e tranquilidade”, permanecia sendo uma ameaça.”⁴⁴⁰

Uma sequência de ações políticas anticomunistas e antioperárias se seguiram no ano de 1947, enquanto o conflito trabalhista entre os mineiros e a Morro Velho não dava sinais de que teria uma solução fácil. Na sessão do dia 7 de maio daquele ano, o Tribunal Superior Eleitoral determinou o cancelamento do registro do PCB. Era o retorno dos comunistas à ilegalidade. No mesmo dia, através do decreto-lei 23.056, o governo Dutra determinou a suspensão da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB)⁴⁴¹, das Uniões Sindicais Estaduais – espécie de órgão regional da CTB - e a intervenção nos sindicatos que estavam associados a estes organismos, entre eles o Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. No decreto-lei, o governo Dutra argumentava que considerava ser sua incumbência “manter associações sindicais rigorosamente dentro de suas finalidades legais e afastadas dos movimentos políticos e

⁴³⁶ Ibid.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Sena Júnior, 2009, p.290.

⁴³⁹ Sena Júnior, 2009, p.291.

⁴⁴⁰ Sena Júnior, 2009, p.306.

⁴⁴¹ A CTB surgiu no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, realizado entre 9 e 23 de setembro de 1946, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, organizado pelo Ministério do Trabalho. Este congresso foi marcado pela disputa entre os comunistas e simpatizantes, e as forças sindicais ministerialistas ou “pelegas”, isto é, alinhadas ao Ministério do Trabalho. Os comunistas propuseram a criação da CGTB, e os ministerialistas, que formavam minoria, se retiraram do congresso e pediram que o ministro do trabalho, Morvan Dias, intervisse no evento. Mesmo assim, os comunistas conseguiram fundar a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), que já nascia aos olhos do governo como entidade “aparelhada” pelos comunistas. Sobre isso, sugerimos a leitura de Santana (2001, p.65).

sociais”.⁴⁴² E ainda “que as atividades da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil", no seio dos sindicatos e centros trabalhistas, têm sido, além de ilegais, contrária à harmonia e paz sociais.”⁴⁴³

Baseando-se no decreto-lei 23.056, no dia 27 de maio o ministro do trabalho, Morvan Dias Figueiredo, publicou a portaria nº 153, determinando a intervenção nas entidades sindicais associadas à CTB, passando a direção delas para outros membros do quadro de associados, que constituiriam uma “Junta Governativa” ou “Junta Interventora”.⁴⁴⁴ A intervenção ficava definida nos seguintes termos do decreto-lei:

Art. 2º Os sindicatos que tenham se filiado ou contribuído para as entidades referidas no art. 1º [CTB e Uniões Sindicais] terão suas diretorias e conselhos fiscais substituídos por Juntas Governativas nomeadas pelo Ministro do Trabalho Indústria e Comércio.

Parágrafo único. As Juntas Governamentais serão constituídas de três membros, integrantes do quadro social do sindicato. A elas será confiada sua administração, até que se processem as eleições sindicais na forma do que dispõe o Decreto-lei nº 9.502, de 23 de julho de 1946, alterado pelo Decreto-lei nº 9.675 de 29 de agosto de 1946.⁴⁴⁵

Os critérios para a escolha das Juntas não foram publicizados, revelando a arbitrariedade do ato. A direção do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho passou para as mãos dos operários Sebastião Alevato (presidente), Assis Andrade (secretário) e José Silva (tesoureiro), encerrando a gestão de Geraldo Cirilo Braga.⁴⁴⁶ Não encontramos os motivos que levaram à escolha dos membros da Junta, mas certamente a indisposição para com os militantes comunistas foi fator decisivo, como veremos adiante.

As articulações anticomunistas se espalhavam por todo o país, e a Morro Velho aproveitou a situação para acusar os comunistas de estarem infiltrados no Sindicato dos

⁴⁴² Decreto nº 23.046, de 7 de Maio de 1947. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23046-7-maio-1947-401927-publicacaooriginal-1-pe.html acesso em: 21/10/2024. Em resposta aos atos do governo federal, no dia 11 de maio de 1947, poucos dias após a decretação da intervenção sindical e o fechamento da CTB e das Uniões Sindicais, o jornal *A Classe Operária* publicou um texto de repúdio às medidas do governo Dutra, classificando-as como “anticonstitucionais e fascistas”. O PCB defendia que as entidades fechadas “vinham fortalecendo e unificando” o movimento operário “pela via legal e pacífica”, reafirmando a linha política de União Nacional contra o fascismo e o apelo à produtividade. Apesar de se posicionar contrário aos atos, o PCB nada fez efetivamente para reduzir seus impactos ou mesmo fazer com que fossem revogados. Ver: Jornal *A Classe Operária*, nº 72, 11 de maio de 1947. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ As páginas do Diário Oficial em que foram publicadas as decisões da portaria estão associadas aos autos do dissídio coletivo dos mineiros da Morro Velho de 1946. TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

⁴⁴⁵ Decreto nº 23.046, de 7 de Maio de 1947. Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23046-7-maio-1947-401927-publicacaooriginal-1-pe.html acesso em: 21/10/2024.

⁴⁴⁶ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

Mineiros e influenciarem o dissídio em curso. Como a sentença do Tribunal Regional do Trabalho havia determinado o aumento de salários, restava a opção de recorrer junto ao Tribunal Superior do Trabalho, o que foi feito no dia 23 de junho de 1947.⁴⁴⁷ No recurso, escrito e encaminhado pelos advogados da empresa, Massanielo Lopes Cançado e Célio Goyata, alegava-se que a decisão do TRT “se afastou da prova dos autos, da jurisprudência e dos princípios legais (...)”.⁴⁴⁸ A empresa colocou em suspeição a perícia feita pelo Sindicato⁴⁴⁹, e afirmava novamente não possuir condições financeiras para custear o aumento, ainda mais em caráter definitivo. A decisão do TRT teria levado em consideração o montante do fundo de amortização, que seria uma espécie de “seguro” para os credores da empresa, que argumentou que utilizar este fundo significaria correr riscos financeiros.

Em relação aos comunistas, a Morro Velho inferia que o Sindicato estava “destoando de sua finalidade”, em função de “fôrças estranhas”, interessadas no desequilíbrio entre custo do trabalho e produção.⁴⁵⁰ A prova cabal dessas “fôrças estranhas” que influenciavam o Sindicato estaria na intervenção federal que havia sofrido, e no fato de que várias notícias e informações referentes ao processo em curso estavam sendo publicadas no *Jornal do Povo*, órgão do “extinto Partido Comunista do Brasil” em Minas Gerais.⁴⁵¹ Ou seja, além da justificativa técnica de que não possuíam condições financeiras, os patrões mobilizaram o argumento político-ideológico na tentativa de convencer os juizes do TST sobre a improcedência do dissídio. Como os comunistas passaram a se declarar publicamente após a conquista da legalidade, era notório para os patrões e para o Ministério do Trabalho⁴⁵² a influência que exerciam no Sindicato dos Mineiros. A intervenção do governo Dutra foi apenas o fato político que abriu a possibilidade de a empresa mobilizar a situação a seu favor. A legalidade expôs os militantes locais, que agora entravam no “gargalo” da ilegalidade: facilmente identificados e classificados, passaram a ser paulatinamente perseguidos.

⁴⁴⁷ Ibid.

⁴⁴⁸ Ibid.

⁴⁴⁹ Segundo consta no recurso apresentado pela Morro Velho, o perito do Sindicato teria tomado posições parciais, problema que invalidaria suas posições, pois que teria atuado como “patrono da causa”. O perito, após confirmar o déficit financeiro de 1946, apontou o Fundo de Amortização e Depreciação como recurso para concessão do aumento geral de salários. No entanto, os advogados da empresa afirmam que este fundo tinha a função de garantir a estabilidade da empresa nas transações comerciais, sendo uma garantia exigida pelos credores. TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03.

⁴⁵⁰ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

⁴⁵¹ Ibid.

⁴⁵² Para serem realizadas, as assembleias sindicais precisavam da autorização da Delegacia Regional do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho. Além disso, as assembleias contavam sempre com a presença ou do próprio delegado regional do trabalho, ou de um de seus assistentes. A presença de “pelegos”, anticomunistas e policiais também era frequente nas assembleias, e estes mantinham a empresa a par da atuação dos comunistas e das discussões e encaminhamentos que eram realizados.

Após encaminhar um memorial de contestação ao TST no dia 23 de junho de 1947, no qual expôs em dados numéricos a boa condição financeira da Morro Velho, no dia 5 de julho o Sindicato dos Mineiros redigiu uma nova contestação para explicar a acusação de que sofria influência de “fôrças estranhas”.⁴⁵³ Sob pressão da assembleia geral de associados, que era soberana e sofria influência dos comunistas, e para não colocar o dissídio a perder, afirmava o documento que a intervenção ministerial “se deu unicamente porque foram designados dois associados para representa-lo na União Sindical, coisa que fizeram quasi todos, sinão todos os Sindicatos Mineiros.”⁴⁵⁴ Deste modo, o Sindicato tentava demonstrar que o fato de se associar à CTB e às Uniões Sindicais – as Uniões eram representantes regionais da CTB - não representava influência dos comunistas no órgão de classe. Apesar da tentativa, governo, patrões e ministerialistas tinham ciência do protagonismo exercido pelos comunistas no sindicato local, na CTB e nas Uniões Sindicais.

A orientação que a Junta Governativa empossada havia recebido da Delegacia Regional do Trabalho era de que deveria dar prosseguimento ao dissídio coletivo em andamento.⁴⁵⁵ A despeito da intervenção sofrida, as assembleias sindicais mantiveram sua soberania para tomar decisões⁴⁵⁶, possibilitando que os comunistas continuassem a participar delas e da Comissão de Salários, que na ocasião permaneceram ativas para que os associados se manifestassem e deliberassem sobre as negociações com a empresa e a justiça do trabalho.

Após o pedido de recurso feito pela Morro Velho junto ao TST e as contestações apresentadas de ambas as partes, os autos do processo seguiram para a Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho. No dia 24 de julho de 1947 o procurador geral da justiça do trabalho, Agripino Nazareth, emitiu seu parecer, trazendo à tona as mesmas afirmações do julgamento do TRT e da Procuradoria Regional do Trabalho, de que a empresa teria condições reais de conceder o aumento geral de salários para os operários que recebiam até Cr1.600,00.⁴⁵⁷ O parecer então encaminhou os seguintes termos:

A solução dada ao dissídio é, assim, de ser plenamente confirmada, até porque, embora concedido um aumento de salários, a majoração com que terá de arcar

⁴⁵³ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

⁴⁵⁴ Ibid.

⁴⁵⁵ Ibid.

⁴⁵⁶ O Estatuto do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, seguindo o modelo padrão, salientava em seu artigo 27 que, “As assembleias gerais são soberanas nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a estes Estatutos; suas deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos em relação ao total dos associados, em primeira convocação, e, em seguida, por maioria de votos dos associados presentes”. Segundo Munakata (1981), a legislação sindical da constituição de 1946 manteve o estatuto padrão como exigência do Ministério do Trabalho para os Sindicatos que queriam obter a carta de reconhecimento sindical.

⁴⁵⁷ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

a empresa está ainda longe de corresponder ao pedido inicial, não se podendo irrogar, portanto, aos ilustres julgadores a adoção de um critério de decidir que, atendendo plenamente aos trabalhadores, deixasse a empregadora em dificuldades para fazer face à nova situação. (...) Isto posto, somo de parecer que não conheça o Egrégio Tribunal Superior do Trabalho dos recursos interpostos, confirmando plenamente o Venerando Acórdão recorrido.⁴⁵⁸

Ou seja, o procurador geral da justiça do trabalho ratificava a decisão anteriormente tomada pelos juízes do TRT, que haviam levado em consideração o parecer do procurador regional do trabalho. Nenhuma alusão ou comentário foi feito em relação às acusações que a empresa fizera de que o sindicato local estava sob influência de “forças estranhas”, apesar da intensa atividade dos comunistas no meio operário. O parecer seguiu para o TST, e no dia 25 de novembro os juízes se reuniram para julgar o caso. Como a empresa havia colocado em suspeição as perícias realizadas em seus dados financeiros e a decisão do procurador regional do trabalho de levá-las em consideração, por 5 votos a 3, os juízes do TST resolveram transformar o julgamento em diligência, para que novamente se apurasse as finanças da Morro Velho.⁴⁵⁹ A diligência era acionar a Contadoria Geral da República, que através de um estudo analítico dos balanços e autos apreciados na perícia, deveriam responder as seguintes questões:

(...) as possibilidades da Empresa em poder dispor de outras reservas que não sejam as do fundo de amortização e depreciação para o custeio das despesas decorrentes do aumento de salário; Se o déficit verificado no balanço referente ao ano de 1946 incapacitou economicamente a mesma empresa.⁴⁶⁰

Além disso, resolveram acionar o Banco do Brasil para analisar as seguintes questões:

Qual a situação atual do estoque de ouro da Companhia; A quanto importa, em cruzeiros, êsse estoque; Qual a última venda do estoque de ouro da Companhia e seu valor; Qual o preço atual do ouro e a situação do seu mercado externo e interno com relação ao Brasil; Quais os reflexos da nossa política do ouro na vida econômica da Companhia.⁴⁶¹

Um verdadeiro “pente fino” seria feito nas contas da empresa, averiguando todos os pontos que ela havia utilizado como justificativa para se posicionar pela improcedência do dissídio. Desta vez as apurações e balanços seriam feitos por órgãos federais e não por peritos das partes em litígio. As contestações redigidas ao longo do processo pelo sindicato

⁴⁵⁸ Ibid.

⁴⁵⁹ Id. Ibid.

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ TRT/MG – BR CETRT7 1692.1946.5.03

denunciavam veementemente uma série de fraudes realizadas pela empresa em suas contas. Tal situação também foi denunciada em outra ocasião por Roberto da Costa em seu livro “A Cortina de Ouro”, publicado em 1955, no qual, através de um estudo das contas da Morro Velho, apontou que a empresa escondia seus verdadeiros cálculos para obter vantagens econômicas junto ao governo federal.⁴⁶² A empresa, que sempre vivia "chorando miséria", e pedindo favores governamentais, de 1859 até aquela data (1955), tinha completa isenção de impostos. Obrigada a pagar impostos estaduais em 1895, logo que viu seus lucros baixarem, a Morro Velho declarou ter um decréscimo na percentagem de ouro extraído e no teor-ouro por tonelada. Para Roberto da Costa, essa ação era uma estratégia da empresa para sonegar impostos. Assim, a empresa "(...) adotava a "técnica" da "Cortina de Ouro" para que os seus mistérios não fossem conhecidos e desvendados e, assim, pudesse fraudar o fisco apresentando resultados negativos, iniciando, a sua antiga e rendosa choradeira de... miséria."⁴⁶³ O "mistério" da Morro Velho sobre seus lucros, a sua “Cortina de Ouro”, tinha como objetivos: a) sonegar impostos; b) isenção de impostos e outras concessões do governo federal e estadual; c) evitar fiscalizações; d) justificar e manter salários baixos; e) sustentar a tese falsa da decadência das minas de Minas Gerais.

Essa omissão de informações por parte da Morro Velho, no caso em questão, foi utilizada para arguir sua incapacidade de conceder o aumento de salários pleiteado pelos operários. A decisão da Justiça do Trabalho em sua última instância colocou a Morro Velho em “saia justa”, obrigando-a a recuar e negociar um acordo com os operários. Tratando-se de um gigantesco empreendimento, que operava a segunda maior mina de ouro do mundo na época, uma apuração de fraude certamente implicaria em verdadeiro escândalo nacional e internacional. A descoberta de possíveis fraudes com certeza acarretaria um montante de valores a serem gastos com multas e embargos muito superiores ao que foi concedido como aumento de salários aos operários, bastante aquém do que inicialmente haviam reivindicado.

Pressionados, no dia 2 de dezembro os advogados da Morro Velho endereçaram um ofício ao TST informando a desistência dos recursos e que as partes haviam entrado em acordo. A proposta havia sido levada a assembleia do sindicato no dia 30 de novembro para discussão e votação. Realizada no Teatro Municipal, a assembleia contou com a participação influente dos comunistas Alcebiades Campbell, Anélio Marques, Willian Dias Gomes, Pedro Matias

⁴⁶² Roberto da Costa era militante do PCB e dono de uma loja de livros em Belo Horizonte. “A Cortina de Ouro” foi escrito como homenagem à Willian Dias Gomes, dirigente comunista assassinado em 1948, e aos demais operários da Morro Velho.

⁴⁶³ Costa, 1955, p.18.

Horta, José Eurico, Geraldo Policarpo, Geraldo Rosa, Antônio Ferreira Dias e Raimundo Bonifácio, todos membros da Comissão de Salários. A votação prosseguiu em mesas receptoras na sede do sindicato, na Escola Sindical Duque de Caxias, na sede do Vila Nova Atlético Clube e na Cooperativa de Consumo. Terminada a apuração, dos 1.841 votantes, 1836 votaram a favor da proposta, 4 votos foram em branco e apenas 1 voto contrário. A aprovação unânime nos leva a conclusão de que uma unidade tática entre comunistas e a junta interventora foi forjada naquele momento, objetivando a consecução do dissídio coletivo, que completava um ano naquele mês. Entretanto, um novo acordo, mantendo 100% do anterior, mas incluindo cláusulas novas, foi firmado no dia 29 de dezembro.

O acordo final estabeleceu o aumento de salários com base na tabela inicial aprovada pelo Tribunal Regional do Trabalho, variando conforme a faixa salarial dos empregados, sendo de Cr\$6,00 por dia para aqueles que ganhavam até Cr\$800,00 mensais, Cr\$5,00 para os que recebiam entre Cr\$800,00 e Cr\$1.200,00, e Cr\$4,00 para os que ganhavam entre Cr\$1.200,00 e Cr\$1.600,00. O aumento também se aplicava às horas de transporte e horas extras, e seu pagamento dependia da assiduidade de 100%, permitindo-se apenas 3 faltas mensais para os trabalhadores do subsolo e 2 para os da superfície -, além das justificadas por doença ou previstas em lei. Além disso, a empresa exigia como condição a produção diária na média de mil e cem toneladas de minério, com metas mensais variando de acordo com o número de dias úteis. Se a produção superasse certos limites, um prêmio adicional seria pago aos operários. Foi criada ainda uma Comissão de Controle da Produção, composta por representantes da empresa e do sindicato, para fiscalizar e incentivar a produção. Também foi mantido o prêmio de assiduidade de Cr\$24,00 por mês para os mineiros, e a empresa se comprometeu a divulgar diariamente o quadro de produção do dia anterior. A Morro Velho comprometeu-se também a não dispensar aqueles operários que mais tinham se envolvido no dissídio coletivo, como foi o caso dos comunistas, que atuaram intensamente através da Comissão de Salários e nas assembleias.

O acordo fora assinado por Eric Davies, diretor da Morro Velho, Sebastião Alevato, Assis Andrade e Walter Assumpção, respectivamente presidente, secretário e tesoureiro da Junta Governativa que dirigia o sindicato, e pelos comunistas da Comissão de Salários. No entanto, no dia 12 de junho de 1948, mais de 6 meses após o acordo citado, os advogados da Morro Velho encaminharam um ofício ao presidente do TRT, solicitando que o referido acordo ficasse sem efeito, pois novos entendimentos haviam sido acordados entre as partes.

O novo acordo consistia na anotação do aumento de salários e do plano de gratificação por aumento da produção nas carteiras profissionais, tornando as demais cláusulas sem

validade. Além disso, os operários conseguiram que a empresa recuasse em relação a exigência de assiduidade 100% e de produção média mensal regulamentada. Marco Antônio Tavares Coelho, em avaliação feita em dezembro de 1948 sobre o dissídio em questão, disse que ele teria sido ineficaz, e representou “uma ilusão por parte dos dirigentes dos operários na justiça de classe do Ministério do Trabalho.”⁴⁶⁴ De acordo com o antigo militante, os operários não aceitaram os resultados do dissídio, e teriam assumido uma postura ativa de luta, com papel importante da Comissão de Salários, que pressionou a empresa, fazendo-a recuar e formular o novo acordo.⁴⁶⁵

Observamos assim que a reestruturação do PCB em Nova Lima em 1943 gerou o aumento da inserção de seus militantes nas agitações operárias locais, que passaram a se avolumar a partir de 1944. Tal atuação gerava o reconhecimento por parte da população local de que os militantes comunistas eram autênticos lutadores da causa operária, ocasionando reflexos na participação dos comunistas da Morro Velho em instâncias dirigentes do PCB, como visto no primeiro capítulo. Além disso, a forte atuação dos comunistas também refletiu nas eleições municipais, realizadas em novembro de 1947, onde conseguiram eleger Jacinto Augusto de Carvalho para vice-prefeito (2.653 votos); Anélio Marques Guimarães (768 votos), Willian Dias Gomes (306 votos), Antônio Liberato da Silva (217 votos) e Pedro Matias Horta (185 votos) como vereadores, e Joviano Assis Fonseca para juiz de paz (1.391 votos).⁴⁶⁶ Anélio Marques Guimarães foi esmagadoramente o vereador mais votado, seguido por Osvaldo Melo (PSD), que tivera 332 votos.⁴⁶⁷ Para a vereança municipal, em um total de 3.477 votos, 1.476 foram computados para os comunistas, o que representa 42,4% dos votos para vereadores.⁴⁶⁸

⁴⁶⁴ Jornal *A Classe Operária*, n° 156, 25 de dezembro de 1948. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁴⁶⁵ Ibid.

⁴⁶⁶ Grossi, 1981, p.158. Ao apresentar os dados sobre as eleições municipais de 1947, Grossi (1981) informou que o TRE a havia fornecido apenas a data, os nomes dos candidatos eleitos e suas legendas, e que os dados estatísticos não teriam sido localizados, devido à desorganização da documentação no período pós-ditadura militar. Os dados numéricos apresentados por ela em sua pesquisa, foram coletados no jornal local *Terra do Ouro*, edição de 6 de dezembro de 1947. Ao consultarmos os arquivos do TRE mais de 40 anos depois, nos deparamos com o mesmo problema, nos sendo fornecidos os mesmos dados que foram repassados para Yonne Grossi. Buscamos pessoas que possuem números do jornal *Terra do Ouro* na esperança de que pudessem nos ajudar, sem obtermos sucesso, infelizmente.

⁴⁶⁷ Ibid.

⁴⁶⁸ Não encontramos informações sobre o total da população habilitada para votar naquele momento. O total de votos apresentado foi levantado por Grossi (1981, p.158) através do jornal local *Terra do Ouro*. Segundo o Anuário Estatístico de Minas Gerais e o recenseamento geral do IBGE de 1950, a população total de Nova Lima era de 22.227 habitantes, e 6.477 em Raposos. Ou seja, apenas 12,1 % da população havia votado nas eleições municipais de 1947. Sobre os dados estatístico, ver: Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1950 - Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000468/anuario1950mg/anuario1950mg.pdf> acesso em: 24/10/2024; Recenseamento Geral – 1950 – IBGE. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_09_a_19.pdf acesso em: 24/10/2024

Como o PCB tivera seu registro cassado em maio daquele ano, a saída encontrada para participar das eleições foi formar coalizações com outras legendas partidárias, medida que foi adotada nacionalmente. No caso de Nova Lima, os comunistas formaram uma coalização com o PSD⁴⁶⁹, garantindo 61,53% dos mandatos na Câmara, e ainda conseguindo apoio do Executivo, pois o prefeito Hermínio Perez Furletti (PSD) fora eleito com o apoio dos comunistas, e o vice-prefeito, Jacinto Augusto, além de operário da Morro Velho, era dirigente estadual do PCB.⁴⁷⁰ Sobre as eleições de 1947, vale a pena transcrever as memórias de Anélio Marques Guimarães:

Isso é importante, eu julgo importante essa eleição de 47, em Nova Lima, porque foi aonde eu militei mais. Porque foi logo, estava fresquinha ainda a cassação do Partido, a cassação dos mandatos dos deputados federais, estaduais e etc. Fechamento do Partido. Quer dizer, com tudo isso em 47, nós não tínhamos legenda, por isso tivemos que arranjar legenda. E arranjamos uma legenda dos partidos PTB, PR e outros partidos. Um partido que abriu a legenda para nós participarmos foi o PSD. O PTB, que era um partido ligado à classe operária, etc., eles não aceitaram a nossa participação como brasileiro, na legenda deles. E quem participou, por quê? Politicamente o PSD foi mais político que os outros. E o que acontece? O PSD ganhou as eleições, lá, para prefeito, e nós só perdemos as eleições, os comunistas só perderam as eleições, em Rio Acima. Só em Rio Acima que nós perdemos para o PTB. Por quê? Porque foi o único lugar que os comunistas não tiveram condições de ir. Onde os comunistas tiveram condições de ir, participar de comícios, de palestras, junto com o PSD, nós ganhamos as eleições.⁴⁷¹

Na fala de Anélio fica nítida a consciência de que os comunistas tinham muita força para disputar aquelas eleições. Como dito anteriormente e comentado diversas vezes por Anélio em suas falas, os comunistas eram reconhecidos como autênticos lutadores do povo, fato que pesou significativamente naquele pleito. A eleição de 1947 apenas refletiu a força militante do PCB. Em uma cidade operária como Nova Lima, possuir influência entre os operários abria a possibilidade de obter vitórias como a que tiveram os comunistas na primeira eleição municipal pós-Estado Novo.

⁴⁶⁹ Segundo Marco Antônio Tavares Coelho, além de Nova Lima, os comunistas concorreram pela legenda do PSD também em Uberlândia. Ainda de acordo com o antigo dirigente do PCB, “regra geral os partidos no Brasil não apresentam posicionamento político e ideológico uniforme, uma vez que pesam consideravelmente dados locais e problemas conjunturais.” Isto possibilitava que partidos que não tinham sequer simpatia pelas ideias comunistas pudessem se aliar aos militantes do PCB em eleições como a de 1947. Para os pessedistas foi vantajoso, pois com o apoio dos comunistas locais, influentes naquele momento, elegeram o prefeito e outros 4 vereadores: José Ribeiro Fonseca, José Romani, Luiz Duarte e Oswaldo Melo.

⁴⁷⁰ Grossi, 1981, p.159.

⁴⁷¹ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFMG.

Vale destacar que naquelas eleições o atual município de Raposos ainda não havia sido emancipado, sendo ele um distrito de Nova Lima até fins de 1948. Afirmou Anélio que o único local em que os comunistas perderam as eleições foi a cidade de Rio Acima, onde não puderam realizar a campanha eleitoral, impedidos pelo próprio PSD. A tática eleitoral do PCB foi dividir a campanha por nomes de destaque em cada distrito de Nova Lima, para que assim conseguissem obter um número maior de candidatos eleitos, evitando a concentração de votos em um ou outro candidato. Sobre a campanha eleitoral e essa tática, Anélio rememorou que:

Nossa campanha foi uma campanha pobre, porque não tinha dinheiro. Nós usamos jornal velho para fazer boletins, fazíamos faixa com papel de embrulho, essa coisa toda. Foi assim que nós fomos... quer dizer... No meu caso, vou repetir mais uma vez, porque eu gosto muito de repetir isso, né? Tinha o Partido, reuniram e chegaram à conclusão de que nós tínhamos que dividir os setores. No meu caso, por exemplo, o Partido achou que eu não deveria trabalhar, que o Partido não deveria trabalhar na minha chapa, no meu nome em Nova Lima, nem em Bicalho, nem em Rio Acima e nem em Macacos. O Partido ia trabalhar para mim só em Raposos, para dividir com os outros companheiros também, senão... É, por que, como seria? Eu poderia ter grande votação e os companheiros ter uma pequena votação, e os outros candidatos do Partido Social Democrata iriam pegar maiores números de votos. Então, eu fiz só em Raposos. Eu tive, no resto dos municípios, Nova Lima e o resto, eu tive dois votos só.⁴⁷²

Durante as campanhas os comunistas se apresentavam como “candidatos de Prestes” e “Vereadores do Povo”. Como a sede do PCB local fora fechada por ocasião da volta à ilegalidade, o “escritório dos vereadores do povo” tornou-se ponto de encontros, reuniões, sabatinas, cursos e eventos comemorativos da cultura política comunista. Frequentado pela população local, nele os comunistas recebiam as reclamações e os pedidos relativos aos problemas da cidade, e prestavam contas de sua atuação na Câmara Municipal.

A força dos comunistas locais se fazia sentir também na organização das mulheres, com a criação das chamadas Uniões Femininas de Nova Lima e Raposos, das quais se tem pouquíssimos registros. Tais organizações, apesar de não serem estritamente comunistas – que chamamos aqui de organizações do “nível de massas” –, haviam sido construídas e eram protagonizadas pela militância comunista. Não há registros históricos locais sobre o surgimento, a estrutura organizativa, a composição de quadros e quando estas organizações deixaram de existir. Os dados que dispomos são poucos boletins de propaganda e relatos policiais sobre algumas ações que foram organizadas ou que tiveram a participação das

⁴⁷² Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFMG.

mulheres. Afirmou Paula Elise Soares, que produziu um excelente estudo sobre a participação e o protagonismo das mulheres dentro do PCB, que

(...) a partir de 1946 se espalharam pelo país União Femininas de caráter local, que, apesar de serem comandadas por comunistas, procuravam a adesão de mulheres de todas as filiações políticas, desde que fossem dispostas a atuar para reconhecer e dar visibilidade às angústias, aflições e demandas das trabalhadoras e mulheres pobres das periferias do país.⁴⁷³

O objetivo central das União Femininas “era permitir a organização das mulheres em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia de vida que assolava as cidades brasileiras.”⁴⁷⁴ Desta maneira, “as comunistas pretendiam ouvir as brasileiras das periferias, ensiná-las a se organizar, a exigir sua inclusão, seu reconhecimento social e político no novo regime que se instituiu.”⁴⁷⁵ Abria-se então um novo flanco de luta para o PCB, que além de se mostrar afim às pautas femininas, executava o trabalho de massas nessas organizações, politizando as reivindicações mais imediatas, conectando-as com seu programa político. O primeiro registro encontrado sobre as União Femininas de Nova Lima e Raposos data de 1947. Trata-se de uma comunicação do Serviço de Investigações à Chefia de Polícia do Estado sobre um comício realizado em Nova Lima no dia 3 de agosto, três meses antes das eleições municipais. De acordo com o investigador Mário Gagliardi, teriam tomado a palavra no comício as seguintes personalidades:

(..) pela Esquerda Democrática, falou o Dr. Wilson Carneiro Vidigal⁴⁷⁶; pela União Feminina de Nova Lima, falou Rosa Amélio; Pela União das Mulheres de Nova Lima, falou Maria Fernandina Braga; pela União Feminina de Raposos, falou Gilda Geralda, pelo Partido Comunista falaram os srs. Armando Ziller e Carlos Marighella.⁴⁷⁷

O dirigente nacional Carlos Marighella — assim como Luís Carlos Prestes em 1945 — esteve em Nova Lima, onde proferiu discurso ao lado de representantes das entidades femininas

⁴⁷³ Soares, 2021, p.260.

⁴⁷⁴ Soares, 2021, p.265.

⁴⁷⁵ Ibid.

⁴⁷⁶ Naquele momento Wilson Carneiro Vidigal era assistente jurídico do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, ao lado de Antônio Cláudio, advogado da entidade. Posteriormente Wilson Carneiro assumiu a posição de advogado do Sindicato dos Mineiros. Era abertamente apoiado pelos comunistas locais, apesar de não ser comunista.

⁴⁷⁷ APM/DOPS – Pasta 4786. Com exceção de Armando Ziller e Carlos Marighella, o primeiro como deputado estadual e membro do Comitê Estadual do PCB e o segundo como deputado federal e membro do Comitê Nacional do PCB, e de Wilson Carneiro, não encontramos nenhum registro sobre quem foram Rosa Amélio, Maria Fernandina Braga e Gilda Geralda.

locais. O investigador que estava no local relatou que os oradores teriam atacado o presidente Dutra e o ministro da Justiça e Relações Exteriores, Benedito Costa Neto, e manifestaram-se contrários à Lei de Segurança Nacional.⁴⁷⁸

Apesar da pouca informação sobre a atividade do comício, ele nos demonstra mais uma vez a intensa atividade da militância comunista. Seja no meio sindical, político-institucional, entre as mulheres e nos bairros, os comunistas acumulavam forças onde era possível realizar o trabalho de massas, conquistando notável influência.

Despontando como líderes locais, os comunistas ficaram na mira das autoridades policiais, da Morro Velho e de anticomunistas locais, que se articularam para frear o avanço das “ideias de Moscou”. O respaldo legal já havia sido dado: o PCB retornara à ilegalidade e os sindicatos onde tinham influência sofreram as intervenções do Ministério do Trabalho em suas direções. Percebendo que a repressão recrudescia, e que a possibilidade de um retorno a legalidade ficava cada vez mais remota, os comunistas foram obrigados a repensar sua linha política. Se haviam se posicionado até então pela ordem e tranquilidade, agora os comunistas passavam por um “giro à esquerda”, radicalizando seu discurso e sua prática.

2.4 Giro à esquerda, repressão, anticomunismo e o refluxo do PCB local (1948-1950)

No dia 29 de março de 1948, os “vereadores do povo”, Anélio Marques Guimarães, Willian Dias Gomes, Pedro Matias Horta, Antônio Liberato, e o vice-prefeito Jacinto Augusto de Carvalho, denunciaram e protestaram à população de Nova Lima uma ação de repressão anticomunista que haviam sofrido.⁴⁷⁹ Em boletim que fizeram circular pela cidade, protestaram contra a interdição que a polícia havia feito no “escritório dos vereadores do povo”, localizado na praça central da cidade, e contra a ocupação das forças policiais em várias seções da Morro Velho, sob a alegação de que os comunistas promoveriam a sabotagem da produção.⁴⁸⁰ Também denunciaram que as forças policiais foram transportadas no veículo do próprio presidente da Câmara Municipal, que “deveria ser o primeiro a defender o escritório de

⁴⁷⁸ Ibid. Em 1949 o congresso brasileiro votou e aprovou uma nova Lei de Segurança Nacional, substituta da que havia vigorado durante o Estado Novo. A lei, de número 1.802, foi sancionada por Eurico Gaspar Dutra em 3 de janeiro de 1950, e fez parte do conjunto de medidas repressivas visando o movimento comunista e sindical. Tentativas de mudar a ordem política e social através de meios violentos, agressões ou atentados às autoridades, propaganda de ideias subversivas (comunismo, anarquismo etc.), realização de greves com teor político, filiação a organizações consideradas subversivas, publicação de material subversivo, tudo isto era considerado crime contra a segurança nacional, e comutava penas que poderiam ir de 1 a 20 anos de prisão.

⁴⁷⁹ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁴⁸⁰ Ibid.

membros do legislativo municipal.”⁴⁸¹ E se não bastasse o apoio do legislativo local, destacaram que a ação havia sido autorizada pelo governador Milton Campos, contra os trabalhadores e o povo de Nova Lima.⁴⁸² Estes acontecimentos teriam transformado a cidade em uma praça de guerra, num momento em que transcorria o ritmo normal de trabalho dos operários.⁴⁸³ Sobre as motivações de ordem nacional, os comunistas locais disseram que,

Os motivos destas provocações mostram o desespero da ditadura de Dutra, que desencadeia o terror, com prisões e espancamentos (...). Esta onda de terror apresentada diariamente pela “imprensa sadia”, tem como objetivo criar um ambiente para ser aprovada a infame “Lei de Segurança”, que entre outras coisas manda prender qualquer pessoa que não peça a delação de seus companheiros.⁴⁸⁴

O discurso acima refletia a leitura oficial que o PCB fazia da conjuntura naquele momento. Além dos motivos citados no trecho acima, pontuaram também que o objetivo das forças oposicionistas e anticomunistas locais era retirar da Câmara Municipal os “vereadores do povo”, que estavam trabalhando nos seguintes projetos: construção do Mercado Municipal, fornecimento de água em Raposos, auxílio aos blocos carnavalescos e aos clubes de futebol amador, construção da estrada da Vila São Luiz, transporte para o distrito de Honório Bicalho, e outras indicações para a melhoria de ruas e bairros.⁴⁸⁵ A resposta que o povo deveria dar às retaliações, mediando elementos da linha política do PCB com pautas locais, era a luta pela defesa da soberania nacional, contra a entrega do petróleo aos trustes americanos, contra a carestia de vida, pela fixação do aumento de seis cruzeiros na carteira profissional (o que foi feito, como vimos anteriormente no desfecho do dissídio iniciado em 1946) e pela conquista do descanso semanal remunerado.⁴⁸⁶

Os comunistas transformaram o empastelamento da sede em fato político, e aproveitaram-no para articular discursivamente pautas locais com pautas nacionais, pautas econômicas com pautas políticas, colocando em prática as palavras de ordem do PCB.⁴⁸⁷ Este fatídico caso sinalizava que a repressão aos comunistas recrudescia em Nova Lima, uma vez que nem mesmo o fato de serem vereadores recém-eleitos inibiu as ações da polícia. Mobilizando forças policiais e autoridades políticas, o objetivo da ação era frear o avanço da

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Ibid.

⁴⁸³ Ibid.

⁴⁸⁴ Ibid.

⁴⁸⁵ Ibid.

⁴⁸⁶ Ibid.

⁴⁸⁷ Novamente aqui um exemplo prático de “mediação política”, analiticamente colocada por Berstein (2003), conforme apresentado na introdução deste trabalho.

influência dos comunistas locais, fosse no legislativo municipal, no meio sindical ou ambos os campos de atuação. Assim, o quadro político local estava inserido na conjuntura nacional e internacional, onde a polarização política, o anticomunismo e a “caça aos vermelhos” estavam na ordem do dia.

A repressão desfechada contra o PCB e o retorno à ilegalidade levaram seus dirigentes a reavaliarem a conjuntura, fazendo um balanço da situação política nacional e de como deveriam atuar naquele cenário. A nova leitura da realidade e da revolução brasileira, bem como as novas proposições estratégicas e táticas, foram oficialmente anunciadas no famoso Manifesto de Janeiro de 1948. A concepção etapista da revolução brasileira permanecia a mesma dos anos anteriores, que colocava como necessária uma revolução agrária, antifeudal e anti-imperialista, promovida através da conquista de um governo democrático-popular e nacionalista, objetivo central do partido. O que mudara efetivamente foram as orientações táticas para a conquista de tais objetivos. Desiludido e frustrado em relação ao jogo democrático no qual se empenhara nos anos anteriores, o PCB abandonou a linha política de União Nacional e a ideia de que se poderia atingir seus objetivos por meios pacíficos, “dentro da lei e da ordem”. O governo Dutra foi classificado como ditatorial, fascista, de traição nacional e a serviço do imperialismo norte-americano. Os comunistas deveriam forçá-lo a renunciar ao cargo de presidente da República.

Se à burguesia nacional havia sido dado o papel de protagonista e aliada na linha política de União Nacional, agora ela era vista como contrarrevolucionária em sua própria gênese, aliada e dependente dos “trustes norte-americanos”.⁴⁸⁸ A nova linha política do PCB concebia que “a burguesia brasileira, devido à sua própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta contra as massas trabalhadoras.”⁴⁸⁹ Deste modo, salientou Buonicore que “(...) todas as contradições que poderiam existir, em tempos normais, entre as burguesias nacionais e o imperialismo norte-americano foram submetidas a uma contradição maior, àquela que separa os interesses do capital e do trabalho, entre socialismo e capitalismo.”⁴⁹⁰ Tal contradição se agudizava e a burguesia brasileira estarrecia diante do crescimento do PCB e de

⁴⁸⁸ Sobre a linha política de União Nacional, Buonicore (1996, p.17) afirmara que: “Verificamos assim quão pouca possibilidade teria de se firmar qualquer política de “União Nacional” na qual se incluísse o Partido Comunista. O esforço que se realizou neste breve período, foi a tentativa de uma construção de “União Nacional das Classes Proprietárias” contra a ascensão das classes populares, especialmente o proletariado.” Sena Júnior (2009), por sua vez, nos diz do fim de uma “doce ilusão”, ressaltando o caráter ilusório da concepção de União Nacional que os comunistas haviam adotado de 1943 a 1948. Moisés Vinhas (1982), na época um dos dirigentes nacionais do PCB, destacou em suas memórias como haviam subestimado as chances de retornarem à ilegalidade, e a paralisia geral que tomou conta do partido, que mergulhou na clandestinidade e no radicalismo.

⁴⁸⁹ Informe Político ao Comitê Nacional, 1949, Luís Carlos Prestes (apud CARONE, 1982, v.2)

⁴⁹⁰ Buonicore, 1996, p.19.

sua influência nos meios operários. A resposta foi repressão. O que se assistia efetivamente era um acordo das classes proprietárias sobre a necessidade de excluir os setores populares, incluindo o PCB, do jogo político. Uma verdadeira “União Nacional das Classes Proprietárias” contra a ascensão das classes populares, especialmente o proletariado.”⁴⁹¹ Na autocritica publicada no Manifesto de Janeiro de 1948, a direção do PCB denunciava que tendências oportunistas, espontaneísmo, reformismo, falta de espírito crítico, e ideologias estranhas e tendências pequeno-burguesas haviam se alastrado pelas fileiras do partido, o que teria ocasionado um desvio reformista.⁴⁹² Diante disso, afirmava-se que, “(...) fomos silenciando cada vez mais a respeito de nossos objetivos revolucionários e caindo insensivelmente nos limites de um quadro estritamente legal e de pequenas manobras.”⁴⁹³

Se no período anterior os comunistas viam nos métodos pacíficos, “na lei e na ordem”, a possibilidade de conquistar um governo democrático-popular e nacionalista, que levasse à cabo a revolução agrária e anti-imperialista, agora deveriam conquistá-lo através do assalto ao poder. Mantendo sua concepção sobre as duas etapas da revolução no Brasil, a primeira democrático-burguesa e de caráter nacionalista, e a segunda socialista, a composição de quem se encarregaria de executar a primeira etapa mudava. O proletariado passava a ter condições de realizar a primeira, de caráter industrializante e anti-imperialista, e deveria assumir o papel de classe revolucionária. Taticamente os comunistas vão propor uma unidade pela base que mobilizasse o proletariado sob sua vanguarda, para que assim acumulassem as forças necessárias para a conquista da primeira etapa da revolução brasileira.⁴⁹⁴

Para o trabalho de massas, o partido elencava uma série de reivindicações imediatas que deveriam ser levantadas pelos comunistas entre os trabalhadores, mediando-as com sua estratégia e seus objetivos: defesa da paz; luta pelas liberdades democráticas, incluindo liberdade sindical com eleições livres e direito de greve; legalidade para o PCB; luta contra a carestia de vida; pelo descanso semanal remunerado, pela diminuição das tarifas de luz, gás, bondes, transportes urbanos em geral; lutas por aumento de salários; pela defesa da indústria nacional e do petróleo; e por política externa de paz contra a guerra, no momento que a Guerra Fria se acirrava.⁴⁹⁵ Tais reivindicações deveriam ser desencadeadas através do uso de palavras

⁴⁹¹ Buonicore, 1996, p.17.

⁴⁹² Manifesto de Janeiro de 1948 (apud CARONE, 1982, v.2)

⁴⁹³ Id. Ibid.

⁴⁹⁴ Vale lembrar que de todos os partidos, somente o PSB votou contra a cassação do PCB. Localmente, foi o próprio PSB que forneceu sua legenda para os candidatos comunistas de Raposos disputarem e ganharem a primeira eleição municipal da cidade, realizada em 1949.

⁴⁹⁵ Manifesto de Janeiro de 1948 (apud CARONE, 1982, v.2). Ver também: *Jornal A Classe Operária*, nº 109, 27 de janeiro de 1948. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

de ordem nos espaços de atuação e atividades de agitação e propaganda, como distribuição de boletins e panfletos, pichações, colagem de cartazes, divulgação na imprensa partidária e campanhas de arrecadação de assinaturas e dinheiro. Assim, “as reivindicações imediatas da classe, que de alguma forma, já vinham lentamente obtendo relevo, assumem papel de destaque no discurso do partido, sendo percebidas como excelente elemento aglutinador para suas práticas.”⁴⁹⁶

Sobre a atuação sindical, há uma discussão travada nos estudos que se debruçaram sobre a militância comunista no movimento operário durante o período aqui analisado. Hélio da Costa⁴⁹⁷ e Marco Aurélio Santana⁴⁹⁸, analisando narrativas memorialísticas de antigos dirigentes do PCB daquele período, afirmaram categoricamente que, mediante as intervenções do Ministério do Trabalho nos sindicatos, os comunistas receberam a tarefa de fundar organizações sindicais paralelas aos sindicatos oficiais, vistos como “marionetes” do governo, submetidos aos ditames ministerialistas e incapazes de alçar os trabalhadores à luta.⁴⁹⁹ Já Augusto César Buonicore⁵⁰⁰, analisando a política sindical do PCB entre 1948 e 1952, afirmou que não há nenhum documento oficial do partido que determinasse aos seus militantes a tarefa de abandonar os sindicatos oficiais e criar entidades paralelas.⁵⁰¹ Pontuou ainda que o PCB havia determinado que os comunistas deveriam continuar atuando nos sindicatos onde fosse possível e que, na impossibilidade, deveriam se dedicar à formação de associações profissionais e beneficentes, bem como na organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Através destes mecanismos, os comunistas e os trabalhadores em geral deveriam se organizar para forçar as direções sindicais “pelegas” para que aderissem às lutas pelas reivindicações levantadas, e até mesmo forçá-las a renunciarem ao cargo de direção. A formação de entidades “paralelas” seria, objetivamente, uma alternativa de mobilização e organização dos trabalhadores, buscando acumular forças para reconquistar os sindicatos oficiais, e não para concorrer com eles.

⁴⁹⁶ Santana, 2001, p.70.

⁴⁹⁷ Costa, 1995;1999.

⁴⁹⁸ Santana, 2001.

⁴⁹⁹ Esta tese – paralelismo sindical - foi defendida inicialmente por Hélio da Costa (1995;1999), alegando que a luta para conquistar os sindicatos havia saído de cena, e os esforços militantes se dirigiram à formação de associações profissionais ou centros operários, paralelamente aos sindicatos oficiais. Além disso, afirmou que tal situação gerou uma “dupla militância” para parte dos comunistas, que teriam desobedecido a orientação do partido e continuaram atuando em seus sindicatos.

⁵⁰⁰ Buonicore, 1996.

⁵⁰¹ Além disso, afirmou Buonicore (1996, p.46-47) que “Mesmo no período de maior luta contra os interventores ministerialistas os militantes que ousavam atuar nos sindicatos eram apontados como exemplos a serem seguidos e nunca ameaçados de expulsão por desvio ideológico.”

Marco Aurélio Santana chegou a reconhecer a afirmativa de Buonicore mas, para ele, as narrativas memorialísticas de antigos dirigentes teriam maior validade para esta querela. Buonicore, por sua vez, acredita que tais narrativas refletem o momento em que foram realizadas as entrevistas, décadas depois do período em questão, e que continham uma postura muito dura assumida pelos comunistas em relação à política partidária daquele período. Para aqueles comunistas, a linha esquerdista assumida em 1948 teria sido a responsável por um certo refluxo do PCB no movimento operário, motivo pelo qual Buonicore vê que tais militantes buscaram apontar e avaliar com dureza erros táticos que ocasionaram tal situação. Além dos documentos oficiais analisados, o pesquisador cita vários casos investigados que dariam sustentação para sua tese, dentre os quais figura o dos comunistas da Morro Velho. O arcabouço documental que analisamos, mais volumoso e complexo que aquele estudado por ele para o caso em questão, nos leva a apoiar a tese deste autor. Sobre o caso da Morro Velho, tratado como exemplo, Buonicore ressaltou que,

(...) os trabalhadores deveriam ir aos sindicatos oficiais pressionar as juntas governativas para que desencadeassem lutas pelas reivindicações econômicas das categorias e buscando neste processo desmascará-las. E, onde houvesse condições, tentassem a sua destituição e substituição por elementos de confiança dos trabalhadores como foi feito pelos mineiros da Morro Velho (...)⁵⁰²

Logo no início de janeiro de 1948, além do famoso “Manifesto”, o PCB fez circular através de seu órgão central de propaganda o texto “Reconquista dos Sindicatos Através Da Luta Pelas Reivindicações”.⁵⁰³ A avaliação política feita neste texto aponta que um dos principais objetivos do governo Dutra era liquidar o movimento operário, paralisando a luta dos trabalhadores contra “a fome e a exploração, por melhores salários e garantias sociais.”⁵⁰⁴ A ação de Dutra estaria intimamente relacionada às demandas dos “tubarões dos grandes negócios”, que visavam a revogação de direitos sociais e impedir aumentos salariais. A conjuntura então colocava aos comunistas a tarefa de recuperar os sindicatos oficiais que estavam sob controle do Ministério do Trabalho. De acordo com o texto, para o PCB,

Por mais difícil que seja o trabalho sindical, mais necessária se torna a luta organizada, tenaz, paciente e decidida dos trabalhadores pela recuperação de seus sindicatos, mobilizando-se dentro deles, quaisquer que sejam as suas

⁵⁰² Buonicore, 1996, p.59.

⁵⁰³ Jornal *A Classe Operária*, nº 109, 27 de janeiro de 1948. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁵⁰⁴ Ibid.

diretorias, para lutarem ativamente por aumento de salários, pela conquista do repouso semanal remunerado em bases realmente democráticas (...).⁵⁰⁵

Nos sindicatos onde era difícil ou impossível a atuação das bases, os comunistas tinham a tarefa primeira de organizar os trabalhadores dentro da própria empresa, formando comissões que deveriam enviaar esforços para se ligarem aos próprios sindicatos. Organizados os trabalhadores nas reuniões e assembleias sindicais, as reivindicações e problemas levantados deveriam ser pautados, visando pressionar as juntas interventoras.⁵⁰⁶ Ainda sobre a política sindical do PCB, afirmava o referido texto que,

Mesmo em mãos da polícia ministerialista do t u b a r ã o Morvan de Figueiredo, o sindicato continua a ser órgão destinado a unificar as massas trabalhadoras, na luta por suas reivindicações econômicas. Por isso se torna obrigatória a presença dentro do sindicato de todos os trabalhadores conscientes, ainda que tenham de enfrentar as maiores dificuldades e vencer a resistência da polícia ministerialista e dos <pelegos> de Morvan de Figueiredo, quando se trate de levantar as reivindicações dos trabalhadores.⁵⁰⁷

Além das citações acima, no próprio Manifesto de Janeiro de 1948 podemos observar dados que sustentam uma política sindical que não descartava a participação dos comunistas nos sindicatos oficiais, como postulado por Buonicore.

É evidente que o nosso principal terreno de luta é o das lutas pelas reivindicações mais sentidas e imediatas do trabalho na fábrica e daí a necessidade de consagrar a maior atenção e o máximo de nossas forças a esse terreno que poderemos chamar de lutas sindicais, porque através delas deve ser organizado o movimento sindical dentro das organizações já existentes ou, no caso de ser isso impossível, por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho. Nesse sentido é dever dos comunistas tomar a iniciativa e não poupar esforços a fim de organizar as massas trabalhadoras, não só em associações profissionais nos locais de trabalho (...), como também em associações populares de toda a espécie, nos bairros e nos povoados, em associações de mulheres e de jovens para a luta por suas reivindicações imediatas.⁵⁰⁸

A posição adotada pelo PCB não somente circulou nos documentos oficiais elaborados pela direção nacional e publicados em seu principal jornal, *A Classe Operária*. Os chamados

⁵⁰⁵ Ibid.

⁵⁰⁶ Sobre este ponto o texto citado informava que, nos sindicatos oficiais de difícil atuação, deveriam os comunistas “formar comissões que reúnam os trabalhadores para a luta por suas reivindicações mais imediatas, como aumento de salários, contra a carestia de vida, pela extensão do repouso semanal remunerado a todas as categorias profissionais, pela realização de eleições sindicais (...)”

⁵⁰⁷ Ibid.

⁵⁰⁸ Manifesto de Janeiro de 1948 (apud CARONE, 1982, v.2)

“Planos de Trabalho”, enviados pela direção nacional às direções regionais e locais, também eram muito comuns, funcionando como mecanismos coordenadores das ações partidárias. Tais planos estipulavam as tarefas que deveriam ser executadas pelos militantes em seus locais e regiões de atuação, considerando e conectando algumas especificidades ao programa geral partidário. Um destes planos fora apreendido pela polícia em Nova Lima, que através dele passou a orientar melhor suas ações repressivas, como veremos mais adiante.⁵⁰⁹ Para o trabalho sindical, o plano apreendido em Nova Lima, chancelado pelo PCB, determinava a seguinte tarefa: “Orientar o trabalho sindical no sentido de criar associações recreativas beneficentes, etc, nas empresas ou corporações onde for impossível o trabalho dentro dos sindicatos.”⁵¹⁰ Além disso, os comunistas deveriam “Realizar ativos sindicais para discussão e levantamento das reivindicações mais sentidas e principalmente o aumento de salários, liquidando com todo reformismo e com as ilusões no dissídio coletivo e na justiça do trabalho.”⁵¹¹

Portanto, atuar nos sindicatos onde fosse possível, organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, fundar associações beneficentes e recreativas onde o trabalho nos sindicatos oficiais fosse impossível, forçar tais sindicatos a aderirem às lutas pelas reivindicações mais sentidas, e recuperá-los das mãos dos “pelegos”. Estas eram as tarefas dos comunistas diante de uma conjuntura cada vez mais desfavorável à ação militante, especialmente no meio sindical, debilitado pelas intervenções promovidas pelo governo federal.

O dissídio coletivo de 1946 havia sido encerrado em meados de 1948, e mesmo assim as movimentações operárias em Nova Lima e Raposos não cessaram. O Sindicato, sob intervenção da junta nomeada pelo Ministério do Trabalho, sustou a realização de assembleias sindicais, nas quais os comunistas exerciam enorme influência sobre os operários. Apesar disso, os comunistas continuavam tentando organizar os mineiros nos interiores da Morro Velho, e mesmo fora dos locais de trabalhos. Foi ainda em setembro daquele ano que os comunistas, ainda exercendo seus mandatos como vereadores, lançaram um projeto: a publicação do jornal *A Voz dos Vereadores do Povo*.⁵¹² Tudo indica que tal projeto fora frustrado, pois apenas sua primeira edição foi apreendida pela polícia, e não encontramos nenhum outro registro sobre o referido jornal, apesar de constar na única edição encontrada, que sua periodicidade seria semanal. Newton D’Ávila, redator da primeira e única edição encontrada, afirmou que a função do jornal era dar informações sobre as ações dos vereadores comunistas de Nova Lima acerca

⁵⁰⁹ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵¹⁰ Id. Ibid.

⁵¹¹ Ibid.

⁵¹² Ibid.

de suas atuações dentro e fora da Câmara municipal, uma vez que, além de vereadores, eles continuaram trabalhando nas minas.

A finalidade deste boletim é informar a classe operária e o povo de Nova Lima sobre a atividade dos vereadores William Dias Gomes, Anélio Marques, Antônio Liberato da Silva e Pedro Matias Horta, que são os lutadores mais firmes pelo progresso de Nova Lima e o bem estar da classe operária da Morro Velho. Este boletim sairá uma vez por semana, dará publicidade à luta desses vereadores dentro e fora da Câmara Municipal em defesa de melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores de Nova Lima, vítimas todos eles de desumana exploração dos ingleses da Morro Velho. (...) Todo trabalhador consciente deve ler este boletim para estar sempre ao par dos acontecimentos e da atuação incansável dos vereadores do povo.⁵¹³

O jornal informa que no dia 29 de agosto de 1948 os trabalhadores da Morro Velho se reuniram em Raposos para discutir seus problemas, tendo à frente os “líderes” William Dias Gomes, Anélio Marques e Pedro Matias Horta. Tudo indica que a referida reunião ocorreu na sede da Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos, dirigida na época pelo comunista Geraldo Policarpo, e que passou a ser utilizada para reunir e mobilizar os operários.⁵¹⁴ No encontro, dirigido pelos militantes do PCB, os trabalhadores discutiram seus problemas, especialmente o descanso semanal remunerado, já previsto em lei, mas que os patrões não cumpriam.⁵¹⁵ Sobre isso, constava no jornal: “A Cia. Morro Velho, como todas as demais Companhias imperialistas, está acostumada a desrespeitar as leis do País, mas a força dos operários organizados vai obrigá-la a pagar o repouso semanal remunerado.”⁵¹⁶ Estava pautada, portanto, uma das reivindicações que nacionalmente o PCB estipulava que fossem levadas às bases operárias.

“*A Voz dos Vereadores do Povo*” noticiava ainda que, no dia 19 de setembro os trabalhadores iriam ao Sindicato, pressionar a junta interventora para reivindicar a pauta pleiteada. O encontro foi agitado, mas rendeu bom resultado para os comunistas. De acordo com Moisés Vinhas, relatando o ocorrido,

(...) os mineiros, contra a resistência dos pelegos encastelados em seu Sindicato e a má vontade do Delegado Regional do Trabalho, um reles agente

⁵¹³ Id. Ibid.

⁵¹⁴ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵¹⁵ O descanso semanal remunerado já era previsto na CLT desde 1943, que em seu artigo 67 discriminava: “Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.” A referida lei, considerada “lei extravagante”, foi regulamentada posteriormente pelo lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, regulamentada pelo decreto nº 27.048, de 12 de agosto de 1949.

⁵¹⁶ Ibid.

da Companhia —, conseguiram uma assembléia geral. Compareceram mil e seiscentos operários. Para evitar que estes discutissem entre si os seus problemas, o presidente da junta deu um golpe logo no início dos trabalhos. Declarou que pedira demissão havia dias e só uma nova junta, nomeada pelo Ministério, poderia dirigir a Assembléia. Por conseguinte, encerrava a sessão. Houve grande tumulto. Levantando-se no meio da massa indignada, fez-se ouvir poderosa a voz de William:

«Isto é um golpe baixíssimo!»

E, encarando bem o pelego nos olhos, disse que só lhe restavam dois caminhos: ou presidir os trabalhos até ao fim, ou se retirar da sala como um traidor, que era, da classe operária. Os trabalhos prosseguiriam de qualquer maneira.

O presidente da Junta reconheceu a sua «precipitação». Voltou atrás. Neste dia, ali, foi eleita a Comissão de Salários, com William à frente, que desempenharia ainda importante papel. Os mineiros exigiam mais sete cruzeiros diários e o repouso semanal remunerado.⁵¹⁷

Organizados por fora do Sindicato oficial, os trabalhadores, liderados pelos comunistas, especialmente Willian Dias Gomes, pressionaram a junta interventora, dela arrancando a realização de uma assembleia sindical, na qual elegeram uma nova Comissão de Salários, ferramenta bastante conhecida e utilizada pelo PCB. A conquista da Comissão de Salários tinha uma relevância à parte, pois, cientes de que os comunistas utilizaram aquela tática para influenciarem o curso do dissídio de 1946, e de que a mesma não poderia ser dissolvida enquanto durasse o processo, pois fora formada e aprovada em assembleia geral, a direção ministerialista não hesitou em forçar a dissolução do organismo de classe findado o dissídio em junho de 1948.⁵¹⁸

Dois dias depois uma ação da Morro Velho revoltaria os operários, e colocaria os comunistas novamente em cena. A Companhia ameaçou despejar das casas que alugava para seus empregados, os aposentados, tuberculosos, silicóticos e aleijados no serviço da mina. Relatou Vinhas que “Imediatamente, organizou-se uma grande passeata de estropiados e doentes, viúvas e órfãos, pelas ruas de Nova Lima.”⁵¹⁹ Na escadaria da Prefeitura, o líder comunista Willian Dias Gomes teria pronunciado o seguinte discurso:

⁵¹⁷ Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 21 - Outubro de 1949 – Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/figuras.htm acesso em: 16/09/2024

⁵¹⁸ A comunicação da dissolução havia sido feita no ofício enviado à Justiça do Trabalho, no qual confirmava-se que ambas as partes haviam entrado em acordo, e que por este motivo a Comissão de Salários, nomeada em assembleia, passaria a ficar desincumbida de suas funções, “as quais vinha exercendo junto à Junta Governativa ultimamente, no sentido de uma colaboração conjunta em favor dos trabalhadores.” Ver: TRT/MG - BR CETRT7 1692.1946.5.03

⁵¹⁹ Ibid.

No Brasil — disse — há uma minoria, dona de tudo, e uma maioria, representada por vocês que estão aqui, e que nada possui. O povo, os operários, só devem confiar na sua própria força, na força de sua unidade e de sua organização. Nada se pode esperar do governo, pois o atual governo tanto de Minas Gerais como do Brasil é composto de traidores da Pátria. Se a Companhia quiser cumprir a ameaça do despejo, os aposentados todos devem ocupar a casa do companheiro mais ameaçado, e não permitir que ele seja despejado. A Companhia é inglesa — concluiu — e a casa fica no Brasil.⁵²⁰

A agitação surtira efeito, e o despejo dos afastados e aposentados da Morro Velho não se concretizou. Tais eventos revelam novamente a força e o protagonismo dos comunistas locais no seio do operariado da Morro Velho, o que certamente não aprazia a empresa. A linha política nacional do PCB era seguida e, ao invés de abandonar o histórico Sindicato dos Mineiros, do qual foram parte da história de fundação, os comunistas tentavam organizar os operários para pressionarem a junta interventora a dirigi-lo nos rumos definidos pelos próprios associados.

No dia 13 de outubro de 1948, o jornal *Estado de Minas*, um dos principais do Estado – senão o principal –, estampava em sua primeira página: “EM GREVE CERCA DE SEIS MIL OPERÁRIOS DA CIA.MORRO VELHO – PARALISADOS TODOS OS SERVIÇOS NAS MINAS – Agitadores comunistas insuflaram o movimento”.⁵²¹ Os operários da Morro Velho deflagravam sua primeira greve após a redemocratização de 1945.⁵²² O jornal, como se vê na manchete, apontara os comunistas como “insufladores” do movimento grevista. A greve foi iniciada na manhã do dia 12 de outubro entre os operários da seção de redução do ouro. A atitude dos trabalhadores deste setor encontrou adesão em outros, paralisando os trabalhos na Mina Grande, de Nova Lima, na mina de Raposos e na mina Espírito Santo, fazendo com que a greve assumisse caráter geral. Um levantamento do jornal *Estado de Minas* estimava que 5.800 operários participavam da greve, que foi considerada pacífica, com a maior parte dos grevistas permanecendo em suas casas.

A causa imediata do movimento teria sido a demissão de seis operários feitores da seção de redução da mina, considerada um ponto vital do processo produtivo da empresa. Nessa seção, o minério bruto passava por sucessivos processos de trituração e moagem até que o ouro pudesse ser extraído. A adesão de outros setores e de outras minas, portanto, configurou-se como um ato de solidariedade classista, revelando a existência de vínculos de coesão e consciência entre os trabalhadores, para além das fronteiras setoriais da produção.

⁵²⁰ Ibid.

⁵²¹ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 13 de outubro de 1948, nº 8.748 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁵²² A última greve havia sido em 1944, conforme apresentamos em outro momento nesta pesquisa.

A reportagem do jornal afirmava que o motivo da demissão fora a participação dos seis operários em uma “greve branca”, que teria provocado a diminuição da produtividade e prejuízos econômicos à Morro Velho. Essa “greve branca” teria sido deflagrada quando os trabalhadores tomaram conhecimento de que a seção de redução — bem como outras áreas da superfície — seriam excluídas do chamado Plano Canadense, implantado naquele ano pelo engenheiro-diretor G. P. Wigle, o qual instituía uma gratificação por tonelagem de minério extraído, exclusiva aos operários do subsolo. Ao perceberem-se marginalizados por um sistema de premiação que reforçava a divisão hierárquica entre os que trabalhavam na superfície e os que atuavam no subsolo, os seis feitores teriam respondido com uma paralisação disfarçada, reduzindo o ritmo de trabalho.

A acusação de sabotagem e o consequente desligamento desses operários evidenciam o clima de tensão existente nas relações de trabalho, marcado por práticas autoritárias e pela repressão patronal a qualquer forma de contestação. Essa medida disciplinar também revela como a empresa procurava conter o avanço de práticas coletivas de resistência, punindo exemplarmente aqueles que ousavam desafiar o controle fabril. A ação solidária dos demais trabalhadores, que aderiram ao movimento mesmo sem estarem diretamente envolvidos, expressa um importante grau de organização e de identidade coletiva, possivelmente impulsionado pela atuação comunista nos locais de trabalho.

Os seis operários demitidos foram Antenor Rodrigues, Vitalino Rufino Martins, Joaquim Perpétuo, José Francisco de Sousa, Lindorico da Silva Barbosa e Adão Firmo — sendo o primeiro e o último identificados por nós como militantes do PCB, enquanto sobre os demais não encontramos outras informações. O envolvimento de militantes comunistas em uma seção estratégica da empresa sugere que o partido possuía inserção significativa entre os trabalhadores mais experientes e qualificados, capazes de mobilizar solidariedades e incidir diretamente sobre a produção, o que explicaria a reação exemplar da direção da Morro Velho.

Ainda de acordo com o jornal *Estado de Minas*, os grevistas foram influenciados por “provocadores comunistas”, entre eles os vereadores Willian Dias Gomes, Pedro Matias Horta, Anélio Marques e Antônio Liberato, que participavam da “Comissão de Salários dos operários”. A composição da comissão era: Dionísio Gomes, Venceslau Ferreira, Geraldo Policarpo, Sebastião Vitorino, Willian Dias Gomes, Antônio Liberato, Anélio Marques, Pedro Matias Horta, José Eurico Soares e José Carolino.⁵²³ Deflagrada a greve, a Comissão de Salários fez circular um boletim, no qual convocavam os operários à organização e união, e os incitavam:

⁵²³ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 13 de outubro de 1948, nº 8.748 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

Nós, os trabalhadores da superfície (sic), bem como os mineiros, devemos todos, entrar em greve, porque, só assim, conseguiremos dar a nossos filhos mais conforto, e, também, para que não seja jogado na rua, os seis (6) pais de família da Redução que pediam mais um pouco de pão para seus filhos.⁵²⁴

O boletim ainda apresentava aos trabalhadores as reivindicações: a) Cr\$6,80 de aumento salarial; b) volta ao trabalho dos seis operários da Redução; c) Repouso semanal remunerado; d) fixação do Plano Canadense.⁵²⁵ Iniciada a greve, a repressão policial não tardou a atuar. Além de investigadores e informantes que repassavam informações para a polícia, um destacamento militar foi mobilizado para guarnecer as dependências da Morro Velho.

Figura 2 – Boletim Aos Trabalhadores da Morro Velho



Fonte: APM/ DOPS – Pasta 4786

⁵²⁴ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵²⁵ APM/DOPS – Pasta 4786. Observa-se que os comunistas aproveitaram a ocasião para mediar pautas que nacionalmente deveriam levar às massas operárias, com pautas específicas de cada categoria ou empresa, como a luta por aumento de salários e pelo descanso semanal, conforme visto em trechos anteriores. Tal dinâmica, conforme discutido nas definições conceituais deste trabalho, faziam parte do cotidiano do “trabalho de massas”.

A junta interventora do Sindicato dos Mineiros reunira-se com o delegado do Ministério do Trabalho, Manuel Gomes Pereira, que considerou a greve ilegal, e solicitou-a que redigisse um relatório com as reivindicações pleiteadas.⁵²⁶ A junta acabou sendo obrigada a se reunir com a Comissão de Salários, e formalizar um documento com as reivindicações pleiteadas, levando-o posteriormente à direção da empresa. A resposta dos representantes da Morro Velho foi que os seis feitores da seção de redução não haviam sido demitidos, que a greve era ilegal, e as demais reivindicações seriam levadas à direção para avaliação. Durante a noite os grevistas fizeram uma passeata pelas ruas e mobilizaram-se na entrada da mina de Nova Lima. Houve confronto com a polícia militar e um operário foi baleado, sendo internado no Hospital Nossa Senhora de Lourdes em estado grave.⁵²⁷

Surpreendentemente, no dia seguinte o delegado de polícia local, capitão Mário Lindenberg, foi à sede do Sindicato solicitar que encontrassem uma solução para a greve.⁵²⁸ A resposta recebida foi de que o retorno era possível, desde que a empresa reintegrasse os seis feitores ao trabalho.⁵²⁹ O delegado então dirigiu-se à empresa para apresentar a demanda, recebendo a mesma resposta dada à junta interventora no dia anterior. Aproveitou ainda a ocasião para ver a possibilidade de a empresa pagar os dias de greve, e a mesma consentiu, “por liberalidade”.⁵³⁰

⁵²⁶ Ao declarar a greve ilegal, certamente o delegado regional do trabalho a interpretara a partir do decreto-lei 9.070 de 15 de março de 1946 que dispunha sobre a suspensão ou o abandono coletivo de trabalho (greve). Segundo este dispositivo jurídico, a greve seria o último recurso a ser utilizado pelos trabalhadores, após comunicação prévia a Delegacia Regional do Trabalho e tentativas de conciliação, o que não ocorreu no caso em questão. Além disso, as atividades consideradas fundamentais, como serviços de água, energia, fontes de energia, iluminação, gás, esgotos, comunicações, transportes, carga e descarga, não poderiam cessar. Ver: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9070-15-marco-1946-416878-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 02/01/2024 e Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 13 de outubro de 1948, nº 8.748 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁵²⁷ Ibid.

⁵²⁸ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 15 de outubro de 1948, nº 8.750 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁵²⁹ Id. Ibid.

⁵³⁰ Ibid.

Imagem 18 – Reunião da Comissão de Salários com a Junta Interventora



Fonte: Jornal *Estado de Minas*, n. 8.748 do dia 13 de outubro de 1948

Às 16 horas, o delegado de polícia se reuniu com os operários no Teatro Municipal, local onde as assembleias sindicais eram realizadas, para transmitir as informações que havia recebido da empresa. O advogado do Sindicato informou-o que a resposta da Morro Velho ao ofício encaminhado deveria ser dada diretamente ao Sindicato, que “não poderia receber resposta da empresa por intermédio de autoridade policial e que essa resposta não havia chegado ao Sindicato.”⁵³¹ Na sequência, os membros da junta, Sebastião Alevato, Assis Andrade e Valter Assunção, o cap. Mário Lindenberg e o advogado do Sindicato, foram juntos à empresa, sendo recebidos pelo diretor W.R. Russell. Alevato apresentou as pretensões dos operários sobre o retorno dos seis feitores da redução e o pagamento dos dois dias de paralisação. Solicitou ainda que, na volta ao trabalho, fosse examinada a possibilidade de um aumento salarial para os operários da superfície, ignorando a reivindicação do repouso semanal remunerado, levantada pelos comunistas. W.R. Russel negou que os seis feitores haviam sido demitidos, e afirmou que a empresa não poderia nem ao menos pensar em aumento de salários, “quer num futuro próximo, quer em futuro remoto”, e novamente que pagariam os dois dias greve, “por liberalidade”.⁵³² A greve foi encerrada com os operários obtendo o retorno ao trabalho dos seis feitores da seção de redução e o pagamento dos dias de greve. Ficou definido ainda que no prazo de 30 dias, os patrões dariam um retorno sobre o pedido de aumento de salários, caso contrário, outra greve poderia ser deflagrada, o que de certa forma mantinha tensionadas as relações entre patrões e operários.

Seis dias após o movimento paredista, cinco investigadores da Delegacia de Ordem Pública que foram à Nova Lima auxiliar o delegado cap. Mário Lindenberg, emitiram uma

⁵³¹ Ibid.

⁵³² Id.Ibid.

comunicação ao delegado de Ordem Pública, relatando os acontecimentos.⁵³³ Eles alegaram que os motivos da greve teriam sido a chegada do interventor G.P Wigle, que instaurara o Plano Canadense, a agitação feita pelos comunistas e o descontentamento dos operários em relação à questão salarial.⁵³⁴ Na mesma comunicação os investigadores afirmavam que:

Esta greve que houve na Companhia de Morro Velho foi agitada mais pelos comunistas, inclusive o vereador Wilem Dias Gomes, que alegou se no prazo de 30 dias a Companhia não resolver sobre o aumento de salario é viável uma segunda greve por parte dos operários.⁵³⁵

No dia 19 de outubro uma comissão de mineiros anticomunistas foi à redação do jornal *Estado de Minas* para explicar o “sentido da greve”.⁵³⁶ A comissão era formada pelos operários Pedro Marçal Faria, João Dias Morais, Sebastião Paulo Vitorino, Belarmino Barbosa Filho, José Barbosa de Araújo, Vicente de Paulo Ferreira, Josafá Patrocínio Silva, Sadi Rufino Silva e Eurico Sebastião Assunção⁵³⁷. Eles atribuíram a greve à atuação dos comunistas, pois sempre que os operários pleiteavam reivindicações, o faziam “com disciplina e dentro da lei, sem determinar suspensão do trabalho.”⁵³⁸ Dessa maneira, alegaram:

O movimento não passou, assim, de uma exploração dos comunistas para fazer propaganda de suas ideias e fomentar a discórdia entre patrões e empregados. (...) Os marxistas de Nova Lima – frisaram – tendo a frente quatro vereadores filiados ao partido já declarado ilegal, se atribuíram a função de orientadores dos operários, mas não têm conseguido enganar a maioria dos mineiros com suas manobras, tanto assim que estes se conservaram alheios a todos os esforços com o fim de estabelecer a greve.⁵³⁹

Visando gerar uma imagem de descrédito dos comunistas perante os operários, os anticomunistas ainda afirmaram que a ação “serena e enérgica” do capitão Mário para encerrar o trabalho dos “vermelhos”, foi recebida com aplausos e apoio dos mineiros “que não comungam com as idéias sinistras dos adeptos de Moscou.”⁵⁴⁰ E que “(...) estarão sempre ao lado das autoridades policiais, pois não toleram a interferência de comunistas no seio da

⁵³³ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵³⁴ Ibid.

⁵³⁵ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵³⁶ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 19 de outubro de 1948, nº 8.753 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁵³⁷ Ibid.

⁵³⁸ Ibid.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ Ibid.

classe.”⁵⁴¹ A Comissão de Salários também foi alvo de ataques. Alegaram que a mesma não havia sido reconhecida pela Delegacia Regional do Trabalho e nem pelos operários, deslegitimando sua atuação enquanto mediadora dos trabalhadores em greve. Porém, tais afirmações contradizem o fato de que a dita Comissão havia sido constituída na assembleia sindical arrancada “à unha”, no dia 19 de setembro. Se os comunistas foram realmente responsáveis pela greve, a narrativa dos anticomunistas de que os “marxistas” não tinham legitimidade não procedia, uma vez que o movimento paralisou totalmente os trabalhos das minas da Morro Velho, assumindo caráter geral. Revelando ainda os conflitos ocorridos entre anticomunistas e comunistas, a comissão relatou que,

No segundo dia de greve os mineiros anticomunistas tiveram que tomar uma atitude severa, abrindo os portões da Morro Velho, porque tinham de enfrentar os comunistas, que estavam injustamente impedindo a entrada de quem queria trabalhar. Eles estavam usando do troque de colocar mulheres na frente e uma mulher comunista chegou ao ponto de esbofetear um mineiro, simplesmente por que este queria trabalhar. O que os comunistas chamam de democracia é a sua vontade, prevalecendo sobre tudo mais. (...) Mas é bom dizer que as mulheres dos que dizem líderes do movimento não apareceram lá e nem eles se apresentaram em publico na hora em que a sua presença era necessária.⁵⁴²

O relato acima é apenas uma amostra do que estava por vir. A greve representara uma afronta direta à empresa, às autoridades e à junta interventora do Sindicato, principalmente em função do destaque que tiveram os comunistas no movimento. Se o PCB passava por um “giro à esquerda”, patrões, autoridades locais e operários anticomunistas não observaram a situação de braços cruzados, e iniciaram uma verdadeira “caça aos vermelhos”, pretendendo “expurgá-los” da região.

Ainda em relação à greve de outubro de 1948, vale lembrar que, se no período anterior a linha política do PCB era de “apertar os cintos”, e utilizar as greves apenas como último recurso, agora elas apareciam como principal dispositivo de organização e mobilização dos operários.⁵⁴³ Sobre este aspecto, é esclarecedor o Informe Sindical e de Massas de Maurício Grabois ao Comitê Nacional, publicado no início de 1949, no qual se afirmava: “É nas lutas, principalmente nas greves, que surgem as melhores condições para organizar as massas.”⁵⁴⁴ Prosseguindo, afirmava que: “em nossa política sindical o melhor meio de realizar a sua tarefa central – organizar e desencadear lutas – é incontestavelmente a greve, principal arma do

⁵⁴¹ Ibid.

⁵⁴² Id.Ibid.

⁵⁴³ Santana, 2001; Buonicore, 1996.

⁵⁴⁴ Informe Sindical e de Massas ao Comitê Nacional, maio de 1949 (apud CARONE, 1982, v.2).

proletariado nas atuais circunstâncias para conquistar suas reivindicações políticas e econômicas.”⁵⁴⁵

Se os opositores dos comunistas atribuíam a estes a responsabilidade pela greve, não foi essa a avaliação feita por Marco Antônio Tavares Coelho, em texto intitulado “Experiências Das Lutas Operárias de Morro Velho”, publicado em *A Classe Operária* de dezembro de 1948.⁵⁴⁶ Ponderou ele que não havia tido por parte dos dirigentes locais uma justa compreensão das reivindicações realmente sentidas e desejadas pela classe operária local, “pela qual estivesse disposta a luta”.⁵⁴⁷ O problema estava no período que precedeu a greve, no qual os comunistas, reunindo e mobilizando os operários fora do sindicato, como vimos, haviam levantado pautas consideradas secundárias por Marco Antônio, como o repouso semanal remunerado e o “Plano Canadense”. Na opinião do ex-dirigente, essas reivindicações teriam sido levantadas, mas não explicadas, e quase foram derrotadas na assembleia sindical, e só não o foram “em virtude do prestígio pessoal dos dirigentes comunistas.”⁵⁴⁸ Assim, apenas quando estourou a greve em apoio aos seis operários demitidos, acusados de sabotagem, uma greve que segundo afirma, teria sido “expontânea”, é que os dirigentes locais compreenderam que os operários desejavam e aceitavam a luta pelo aumento de seis cruzeiros.⁵⁴⁹ Isto significa que, na avaliação do antigo dirigente estadual do PCB, os comunistas não teriam sido responsáveis diretos pela deflagração da greve, considerada por ele como “expontânea”. Se os dirigentes comunistas locais não foram os responsáveis pela greve, notável é que tiveram nela importante participação, atuando como representantes dos operários através da Comissão de Salários.

A despeito da participação dos comunistas naquela greve, Grossi, que entrevistou vários operários comunistas da Morro Velho nos anos 1970, disse que os mesmos somente a “dirigiram” depois de precipitada, e tentaram até mesmo impedir a greve branca, alegando que sabotagem era crime, e não se sabia das consequências.⁵⁵⁰ E ainda que, “A greve resultou, portanto, de um trabalho diário de participação articulado nas bases, de convivência igualitária,

⁵⁴⁵ Ibid. Moisés Vinhas (1982) e relatos analisados por Santana (2001), afirmaram que os comunistas assumiam uma posição de “greve pela greve”, o que acabou contribuindo para que muitos militantes deixassem suas fileiras, pois não concordavam com a tática que se alastrou, ou não a viam como apropriada conforme seus contextos específicos.

⁵⁴⁶ Jornal *A Classe Operária*, nº 156, 25 de dezembro de 1948. Arquivo Marxista na Internet. Disponível em: www.marxists.org, acesso em 22/01/2023

⁵⁴⁷ Ibid.

⁵⁴⁸ Ibid.

⁵⁴⁹ Id.Ibid. Marco Antônio apostava que os comunistas deveriam ter convocado os operários para a luta por aumento de salários desde o início, usando-a como palavra de ordem nos espaços de atuação. O repouso semanal remunerado e o “Plano Canadense” ainda estariam confusos para muitos operários.

⁵⁵⁰ Grossi, 1981.

criando canais para os operários interferirem no curso dos acontecimentos e das decisões: Sindicato, Comissões sindicais, associações nos locais de trabalho e fora da mina, etc.”⁵⁵¹

Apesar da influência e prestígio que os comunistas possuíam, a situação demonstra que a distinção entre nível partidário e nível de massas significava que este último tinha autonomia, o que reforça nossa ideia de que a inserção dos comunistas naquele nível representava a capacidade que possuíam de influenciá-lo, o que variou bastante ao longo do período analisado. Outra questão a ser pontuada é que, apesar de não terem sido responsáveis diretos pela greve, as fontes nos revelam que os comunistas agitavam e insuflavam o ímpeto reivindicativo do operariado local, consequência da linha política à esquerda adotada logo no início daquele ano. A mobilização dos operários por meio da Comissão de Salários, de reuniões na Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos e do escritório dos vereadores comunistas em Nova Lima, certamente criava um clima de agitação propício às lutas reivindicativas.

Além do erro tático relacionado à mobilização de pautas reivindicativas “confusas” e “mal explicadas”, que impediram os comunistas de “vanguardarem” diretamente a greve, outra crítica endereçada por Marco Antônio aos comunistas da Morro Velho foi relacionada aos métodos de trabalho adotados. De acordo com ele, havia uma

(...) incompreensão que ainda predomina em alguns dos mais responsáveis dirigentes da classe operária em Morro Velho, ao preferirem utilizar métodos pessoais da direção das massas, que algumas vezes assume o aspecto altamente negativo de puro caudilhismo, o que é um dos mais sérios entraves a que a própria massa adquira a confiança e o hábito necessários na organização.⁵⁵²

A priorização da ação pessoal, e não a organização das massas, seria o problema, que para Marco Antônio, era produto “de uma ideologia completamente estranha à classe operária e que representa uma séria debilidade política de seus dirigentes, causa máxima de todos os erros e incompreensões.”⁵⁵³ Essa avaliação coadunava-se com a autocrítica realizada no Manifesto de Janeiro de 1948, que havia salientado o “alastramento” de ideologias pequeno-burguesas, individualistas e estranhas à classe operária, como uma das principais debilidades do PCB. Na avaliação de Marco Antônio, o trabalho militante na Morro Velho havia sido centralizado demasiadamente nas lideranças comunistas, que deveriam ter utilizado sua influência local para avançar no sentido da organização em massa dos operários nos seus locais

⁵⁵¹ Grossi, 1981, p.170.

⁵⁵² Ibid.

⁵⁵³ Ibid.

de trabalho. Os comunistas teriam subestimado a força da massa operária, em detrimento de uma atuação centralizada nos líderes locais e na Comissão de Salários, que se prestaram a representar a classe. Um exemplo disso teria sido a ausência de subcomissões de salários nos locais de trabalho, coordenadas pela comissão composta pelos comunistas, e que poderiam ter fortalecido o movimento grevista.

O problema tático decorrente dessa conjuntura foi que os comunistas locais, apesar das tentativas, não conseguiram deflagrar outra greve em curto prazo, mesmo diante de novos episódios de forte tensão. A situação tornou-se ainda mais grave com o assassinato de William Dias Gomes, um dos principais líderes comunistas da região, ocorrido no mês seguinte à paralisação. O crime, atribuído a capangas da empresa e a operários anticomunistas articulados com forças locais de repressão, marcou um ponto de inflexão no movimento.

De acordo com as fontes, o assassinato ocorreu após um comício organizado em comemoração ao aniversário da Revolução Russa, quando militantes comunistas foram atacados por grupos armados que invadiram o espaço da reunião. A morte de William teve um forte impacto simbólico e político: desarticulou as lideranças locais, espalhou o medo entre os trabalhadores e impôs um clima de desmobilização que afetou a capacidade de ação do PCB na região. O episódio sintetiza o endurecimento das tensões entre comunistas, a Companhia Morro Velho e os setores anticomunistas, evidenciando o alcance das disputas ideológicas.

O assassinato de William, portanto, deve ser entendido não apenas como um ato de violência individual, mas como a expressão local de um processo mais amplo de recrudescimento da repressão anticomunista que se seguiu à cassação do PCB em 1947. A tragédia marcou o encerramento de uma fase de ascensão e combatividade, dando início a um novo momento — de recolhimento, reorganização e sobrevivência política. Ao mesmo tempo, sua morte deu origem a um poderoso símbolo, cuja ressonância no imaginário comunista seria duradoura, projetando William como mártir e referência moral para os militantes mineiros nos anos seguintes, o que será analisado com maior profundidade no capítulo 4.

Apesar do golpe sofrido, os militantes buscaram reconstituir sua atuação, mantendo o trabalho político nas Comissões e nos locais de trabalho. Além disso, boletins e panfletos continuaram a circular, sinalizando que a militância, embora abalada, não havia se dissolvido. Essa persistência demonstra que, mesmo em meio à repressão e à violência, a militância comunista procurou sustentar a organização dos trabalhadores, articulando suas reivindicações e reelaborando estratégias de resistência. Os comunistas continuaram a utilizar a Comissão de Salários e valer-se de pautas como o aumento de salários e o repouso semanal remunerado para a mobilização e organização dos trabalhadores.

A polícia mantinha-se vigilante. No dia 3 de dezembro o delegado especial de polícia de Raposos, 1º Ten. Pedro Ferreira dos Santos, conhecido algoz dos comunistas, informava ao chefe de polícia do Estado a situação dos “vermelhos” na localidade. Alegou que a situação era calma, “apesar dos comunistas se encontrarem em maior atividade que nos dias anteriores”, e que “pelo sistema de ‘desenvolvimento de células’, vem eles reunindo-se no salão de barbeiro existente nas adjacências da estação ferroviária local.”⁵⁵⁴

Na noite anterior os comunistas teriam afixado cartazes pela cidade, que na manhã seguinte apareceram rasgados.⁵⁵⁵ O teor dos cartazes seria no mesmo sentido das informações contidas em boletins que os comunistas teriam feito circular na noite anterior. O boletim, intitulado “Manifesto aos Trabalhadores”, era assinado pela Comissão de Salários, que seria composta por: Willian Dias Gomes, Anélio Marques, Antônio Liberato Silva, Sebastião Vitorino Silva, Pedro Matias Horta, Dionízio Gomes, Geraldo Policarpo de Souza, Antônio Ferreira Dias, Wenceslau Ferreira e José Carolino.⁵⁵⁶ A presença do nome de Willian Dias nos faz hesitar em relação à data de produção do boletim. Pode ser que tenha sido produzido em período anterior, quando Willian ainda era vivo, e somente apreendido naquela data, ou os comunistas mantiveram o nome de Willian como uma forma de homenageá-lo, o que foi muito comum em vários boletins produzidos postumamente.

O boletim relatava provocações por parte de José Pires do Couto, empreiteiro da Morro Velho, e Massanielo Lopes Cançado, advogado da empresa.⁵⁵⁷ Tais provocações, na visão dos comunistas, tinham a pretensão de desviar os operários de seus objetivos, que eram o aumento geral de Cr\$7,00 e repouso semanal remunerado, que já era previsto em lei.⁵⁵⁸ Apresentava a organização nos locais de trabalho como uma tarefa essencial, seguindo a linha política do PCB e certamente buscando corrigir os erros do “personalismo”, apontados por Marco Antônio Tavares Coelho em relação à greve de outubro.

Em resposta às provocações que teriam sido desfechadas por José Pires do Couto e Massanielo Lopes Cançado, respondiam os comunistas no “Manifesto” que

E também queremos chamar a atenção dos trabalhadores que esta reação não nos intimida porque nós depositamos inteira confiança na classe operária, e

⁵⁵⁴ APM/DOPS – Pasta 4783. A barbearia era do sr. Benigno Azevedo Leite, irmão da avó paterna do autor deste trabalho. Benigno era do diretório municipal do PTB em Raposos, conhecido aliado dos comunistas locais, e por isso classificado pela polícia como um dos chefes comunistas. Sua barbearia foi citada em várias comunicações policiais como “ponto de encontro” dos comunistas locais. Ver também APM/DOPS – Pastas 4786 e 4889.

⁵⁵⁵ APM/DOPS – Pasta 4783.

⁵⁵⁶ Ibid.

⁵⁵⁷ Ibid.

⁵⁵⁸ Ibid.

estaremos ao vosso lado defendendo o vosso interesse contra tudo na luta pelo aumento geral, pelo reajustamento dos gaioleiros, dos mecânicos, dos eletricitas e dos maquinistas do Shaft, que ainda não foram equiparados e também pelos carretos em geral.⁵⁵⁹

Colocando-se como defensores dos interesses dos trabalhadores, os comunistas também defenderam a legitimidade da Comissão de Salários, dizendo que se a “reação” achasse que deveria substituir seus membros, que convocassem uma Assembleia Geral para ver se possuíam ou não a confiança dos operários.⁵⁶⁰ Além disso, diante de “detrações” que teriam sido feitas por membros do PSD no jornal *Gazeta de Nova Lima*, atacando os operários que lutavam, afirmavam que a resposta deveria ser a luta “alta e vigorosa” pelo aumento de salários e pelo repouso semanal remunerado.

No dia 8 de dezembro outro boletim circulou na região, intitulado “Aos Trabalhadores da Morro Velho” e assinado pela Comissão de Salários, com composição diferente da citada no boletim anterior, dessa vez sem a presença de Willian Dias, sendo seus membros: Dionízio Gomes, Antônio Ferreira Dias, Sebastião Vitorino, Geraldo Policarpo, Anélio Marques, Antônio Liberato, Venceslau Ferreira, Pedro Matias Horta e José Carolino.⁵⁶¹ Logo no início do boletim, chamaram atenção para o fato de que a Comissão de Salários, que se dirigia aos operários, havia sido eleita em “memorável assembleia do Sindicato”, possivelmente aquela que havia sido “arrancada” antes da greve de outubro.⁵⁶² Indicando-nos como os comunistas organizavam-se no nível de massas naquele momento, ou como planejavam o desenvolvimento de suas ações, afirmavam que:

A Comissão de Salários continua firme na luta pelos sete cruzeiros de aumento, pelas folgas remuneradas, pela indenização da celicose pago diretamente a vítima e não a C.A.P; pelos aumentos de aposentadorias e pensões, pelo trabalho noturno superior ao diurno, tudo isto depende exclusivamente da união da classe operária, da organização das subcomissões nos locais de trabalho, do apoio unanime à Comissão Central; chamamos a atenção para a bonificação de Natal.⁵⁶³

Fica nítido que a busca por influenciar os trabalhadores era operada através da mobilização discursiva daquelas que seriam as reivindicações mais sentidas, no olhar dos comunistas. A organização dos operários nos locais de trabalho, pauta central para o PCB

⁵⁵⁹ Id. Ibid.

⁵⁶⁰ Id. Ibid.

⁵⁶¹ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵⁶² Ibid.

⁵⁶³ Ibid.

naquele momento, passava pela constituição de subcomissões de salários, ligadas à Comissão Central, composta pelos militantes comunistas. O boletim ainda concitava os trabalhadores de todos os setores da Morro Velho à união: “Todos nós somos irmãos de classe e precisamos estar unidos como operário e brasileiro, por melhores dias para nossos filhos.”⁵⁶⁴ Denunciavam também o início de um inquérito que estava ocorrendo para apurar a queda da produção do ouro na Morro Velho, que culminaria com o famoso caso dos 51 operários demitidos, acusados de sabotagem, e que trataremos mais adiante. Além de findar conclamando “tudo” pelas reivindicações citadas e dando “VIVA A CLASSE OPERÁRIA DA MORRO VELHO”, o boletim pediu “Tudo por uma assembleia do Sindicato”, pois as mesmas não estavam sendo realizadas pela Junta Interventora.⁵⁶⁵

Após o assassinato de William Dias Gomes, em novembro de 1948, e diante da intensificação da repressão política, os comunistas locais precisaram buscar novas formas de atuação. Como as assembleias sindicais não eram mais realizadas, além disso das Comissões de Salários e das organizações nos locais de trabalho, os comunistas passaram a se valer da Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos, então presidida pelo comunista Geraldo Policarpo de Souza, que se converteu em um importante ponto de encontro e articulação.

O uso de associações beneficentes, cooperativistas e mutualistas como espaço de sociabilidade política era uma estratégia recorrente entre os comunistas em todo o país, sobretudo após a cassação do PCB e a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos oficiais. Diferentemente destes, as associações civis não estavam subordinadas ao Estado e podiam funcionar legalmente, servindo como instrumentos de resistência e continuidade da organização política. Em Raposos, a Sociedade Beneficente exerceu exatamente esse papel, abrigando reuniões de operários e encontros da Comissão de Salários.⁵⁶⁶

Durante o levantamento de dados, estivemos na antiga sede da entidade, onde o filho do último presidente relatou que o acervo documental fora destruído em um incêndio recente, o que impossibilita conhecer com profundidade sua trajetória institucional. Restaram apenas fragmentos de informações policiais, elaborados pelo delegado Pedro Ferreira dos Santos, então responsável pela repressão aos comunistas em Raposos.

Os primeiros dias de 1949 sinalizavam para o operariado local e para os comunistas que a repressão não dava tréguas. Assim é que no dia 3 de janeiro, o 1º Ten. Pedro Ferreira encaminhou ao chefe de polícia do Estado uma comunicação, na qual informava a existência

⁵⁶⁴ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵⁶⁵ Ibid.

⁵⁶⁶ Alguns exemplos podem ser encontrados nos trabalhos de Buonicore (1996), Costa (1995) e Leal (2011).

de atividades “anormais” na Associação Beneficente dos Operários.⁵⁶⁷ Relatava que uma reunião com mais de 150 pessoas havia ocorrido na entidade, com o objetivo de discutir a reivindicação de aumento de salários, tendo como deliberação a realização de uma greve branca.⁵⁶⁸ O informante declarava com absoluta certeza de que haviam “chefiado” a reunião os “líderes comunistas” Geraldo Policarpo de Souza e Anélio Marques Guimarães, acompanhados do “agitador” Amantino Granato.⁵⁶⁹

Dez dias depois, o mesmo delegado voltou a se manifestar, afirmando que os comunistas continuavam em “grande atividade”, reunindo-se secretamente na sede da Beneficente e preparando um encontro com militantes vindos de Belo Horizonte e de outras cidades do Estado.

Visando orientação de serviço, esclareço a V. Excia que ultimamente os comunistas aqui residentes vem mostrando-se um tanto preocupados, porém, em grande atividade. Depois do meu último ofício, mais duas reuniões fizeram na Sede da Beneficente Operária, posto que, segundo consta, haverá sábado próximo uma reunião com elementos do credo vermelho oinduas (sic) dessa Capital e outros postos (sic) do Estado. Esclareço a V. Excia que mencionada reunião só será levada a efeito se receber eu ordem dessa chefia, caso contrário, tomarei por boas (sic) maneiras providências para os demover de tal ideia. Para apreciação de V. Excia, junto a este dois dos últimos boletins que aqui nas caladas da noite foram espalhados pelas ruas por elementos comunistas.

Saudações respeitosas.

Pedro Ferreira dos Santos 1º Ten – Delegado Esp de Polícia⁵⁷⁰

No primeiro boletim anexado pelo delegado local, que circulara antes do final de 1948, os comunistas anunciavam o 60º dia do assassinado de Willian Dias Gomes e de Onésio, e a prisão de Dico Barreto.⁵⁷¹ Como relatado por Anélio Marques em entrevista, os comunistas locais usaram a situação, transformando-a em fato político com o objetivo de engajar os operários na luta por suas reivindicações, e de denunciar o caráter repressivo da conjuntura, manifesto no Estado através do governo de Milton Campos. Além disso, no boletim combinaram questões locais com um dos aspectos centrais da cultura política comunista naquele período, a luta contra o imperialismo.⁵⁷² Deste modo, juntamente com “Tudo pelo

⁵⁶⁷ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵⁶⁸ Ibid.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Ibid.

⁵⁷¹ Ibid. Na ocasião da morte de William Dias Gomes, Onésio também fora assassinado, e Dico Barreto, militante comunista, acabou sendo preso.

⁵⁷² Ibid. Como ressaltou Motta (2013) e conforme observa-se em vários documentos do PCB, o anti-imperialismo dos comunistas brasileiros muitas vezes apresentou-se como anti-americanismo, pois um dos problemas a serem solucionados pela revolução brasileira era dar fim à submissão da economia nacional aos EUA. No entanto, o caso

aumento de 7 cruzeiros” e “Mais pão e menos miséria no Ano Novo!”, pediam “Tudo pela expulsão dos gringos imperialistas de nossa Pátria e pela liberdade de ‘Dico Barreto’.”⁵⁷³

O uso da morte de Willian e de Onésio, e da prisão de Dico Barreto como fato político extrapolava o âmbito local, tornando-se pauta do PCB a nível estadual e nacional. O segundo boletim encaminhado pelo delegado de polícia de Raposos à Delegacia de Ordem Pública, denunciando a situação, havia sido assinado por vereadores comunistas, ou “vereadores de Prestes”, de várias cidades do Estado, sendo eles:

Orlando Bonfim Júnior, Belo Horizonte – Anelio Marques Guimaraes, Nova Lima – Antonio Liberato, Nova Lima – Lindolfo Hill, Juiz de Fora – Roberto Margonari, Uberlândia – Hilda Ferreira, Araguari – Laelson Godoi, Poços de Caldas – Enoque de Paiva, Uberlândia – Galba Rodrigues Ferraz, Cataguazes – Pedro Paulo Rodrigues, Aimorés – Antonio Pedro de Andrade, Sabará – Lucilia Rosa, Campo Florido.⁵⁷⁴

Intitulado “O Governo de Milton Campos cúmplice no assassinato de William Dias Gomes”, o boletim apontava Willian Dias Gomes como o principal líder da luta por aumento de salários na greve de 1948, o que teria causado seu assassinato nas mãos de capangas da empresa.⁵⁷⁵ Ao transformar o assassinato de William em símbolo da luta operária e da repressão estatal, os comunistas procuravam reconstruir moralmente a militância após a derrota de 1948 e a perda de quadros importantes. O crime passou a ser lembrado como “um acontecimento conhecido em todo o Brasil”, representando um marco na memória política do PCB em Minas Gerais. A polícia foi acusada de ser uma das responsáveis pelo crime ocorrido. Denunciava o boletim que,

O assalto foi realizado com grande publicidade e com pleno conhecimento do delegado de polícia, capitão Mario Lindberg, parceiro de pocker dos chefes pessedistas locais, que garantiu a chacina abandonando deliberadamente o policiamento no ponto mais central da cidade, “poucos minutos antes” dos agressores invadirem o Escritório. (...) Esse acontecimento é conhecido em todo o Brasil. É um crime que sempre será recordado em todo o Estado de Minas. Sua preparação e consumação são também conhecidos em todos os seus detalhes, principalmente pela população de Nova Lima. Ninguém desconhece os assassinos que continuam impunes, em plena liberdade, reunindo com chefes políticos locais e ainda acobertados pela polícia, enquanto Raimundo Barreto, uma das vítimas do bando continua preso nos

da Morro Velho era particular, porque o imperialismo que ali se fazia presente era o da Morro Velho, criada, mantida e gerenciada por ingleses, diferenciação que foi feita em diversas ocasiões pelos comunistas locais ao utilizaram a pauta anti-imperialista como palavra de ordem em documentos de propaganda.

⁵⁷³ Id. Ibid.

⁵⁷⁴ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁵⁷⁵ Ibid.

cárceres de Milton Campos, Pedro Aleixo e Campos Cristo. Transferiram o capitão Mário Lindberg dada a sua escandalosa cumplicidade no assalto, DANDO INÍCIO À COMEDIA DE UM INQUERITO, cujo único resultado até agora foi manter Raimundo Barreto na prisão, enquanto os capangas da Cia. Morro Velho, permanecem livres para novos assassinatos, debaixo da mais cínica proteção da polícia do Estado, que ainda hoje fornece “tiras” especiais para o serviço da Cia. Até agora permanece a vergonhosa pressão policial sobre os trabalhadores da Cia. Estrangeira, que não podem mais nem reunir em recinto fechado para discutirem suas necessidades, porque a isso são impedidos pelo capitão de polícia de Nova Lima e pelo tenente de Raposos, autoridades zelosas pelos interesses da empresa, orientadas pela chefatura de polícia para oprimir e perseguir os trabalhadores da Morro Velho.⁵⁷⁶

Diante da gravidade dada à situação, um “crime de eterna vigilância”, conclamaram o povo e os trabalhadores de Minas Gerais e do Brasil a dirigirem seus protestos ao governo estadual, exigindo a liberdade de Dico Barreto e cadeia para os assassinos de Willian Dias. As táticas de protesto sugeridas deveriam ser aquelas que eram comuns na época.⁵⁷⁷

Telegramas individuais e coletivos, cartas, memoriais, abaixo-assinados, comícios e palestras devem continuar lembrando aos ocupantes do “Palácio da Liberdade” que governar não é somente pagar a alta do leite com dinheiro do povo e mandar a polícia contra os grevistas heroicos de Lafaiete, da Belgo Mineira, os têxteis de Juiz de Fora, os ferroviários da Leopoldina e Vitória-Minas, os rodoviários de Uberlândia, os mineiros de Nova Lima e Casa de Pedra. Protestos de toda a natureza devem recordar ao sr. Milton Campos a necessidade de libertar Raimundo Barreto e que governar Estado de Minas não é só entregar aos americanos a Vale do Rio Doce, o minério de Lafaiete e Congonhas, a usina de “Gafanhoto” e o aumento de preços de tarifas para a Cia Força e Luz (de americanos) nem dar de mão beijada tudo que a Belgo-Mineira exige, nem conchavar a venda vergonhosa de Minas Gerais aos Abbinks Rockfellers e demais capitalistas estrangeiros que aqui vêm para roubar nossos minérios e nossa energia elétrica, com a tenebrosa cumplicidade dos Joaquim Silvérios modernos.⁵⁷⁸

O crime ocorrido em Nova Lima não foi tratado como caso isolado. Se havia tido a cumplicidade do governo estadual, para os comunistas o crime era parte de uma conjuntura na qual o governador Milton Campos se prestava a atender os interesses do capital em detrimento do trabalho, inclusive reprimindo o movimento operário e perseguindo os comunistas, que o

⁵⁷⁶ Ibid.

⁵⁷⁷ Sobre tais táticas, sugerimos a leitura de Leal (2011) e Costa (1995). Apesar de analisarem um contexto diferente, detendo-se no movimento operário de São Paulo, as mesmas táticas de protesto levantadas e analisadas por estes historiadores foram por nós encontradas no caso da Morro Velho, sugerindo que havia padrões táticos comuns nas agitações do movimento operário brasileiro.

⁵⁷⁸ APM/DOPS – Pasta 4786.

havam apoiado na sua eleição. O boletim encerrava mediando as questões locais e regionais com a leitura da conjuntura nacional e a orientação tática contidas na linha política do PCB, dizendo que,

Todos os meios de protestos são úteis, sem contudo nos esquecer de que a organização do povo e dos trabalhadores é a única maneira de barrar os crimes da ditadura de Dutra e seus sócios do acordo inter-partidário. Único método eficiente de conseguir aumento de salários e de lutar pela liberdade e independência de nossa terra.⁵⁷⁹

A dura repressão desfechada contra a Sociedade Beneficente dos Operários da Raposos acabou levando seus dirigentes e associados a buscarem formas de miná-la ou pelo menos amenizá-la. No dia 19 de janeiro, poucos dias após os fatos acima citados, o jornal *Estado Minas* publicou uma reportagem informando que Geraldo Policarpo, José Geraldo da Silva, Lazaro Pereira, Militão Ferreira Dias, Nelson Justo, Sebastião Moreira, Benigno Azevedo Leite, sendo respectivamente presidente, presidente do conselho, conselheiros e associados da Sociedade de Beneficente dos Operários de Raposos, foram à redação do jornal protestar contra a atitude do delegado local, tenente Pedro Ferreira dos Santos, acusando-o de promover ameaças contra os membros da sociedade, submetendo-os a constantes buscas, e impedindo que realizassem as assembleias da entidade.⁵⁸⁰

De acordo com informações da reportagem, os associados se “avistaram” com o governador do Estado e com o secretário do Interior, aos quais pediram providencias. Meses depois Geraldo Policarpo, presidente da Sociedade Beneficente, encaminhou um ofício ao juiz de Nova Lima solicitando um mandado de segurança para que pudessem realizar regularmente as atividades da entidade.⁵⁸¹ O juiz então solicitou informações e esclarecimentos ao delegado de Raposos, que emitiu a seguinte resposta:

Sob pretexto de reuniões regulares, os comunistas promoviam, dentro da Sociedade, sessões em que eram propagadas ideias subversivas. Assim, como medida preventiva asseguradora da ordem pública, assiste à Polícia o direito de obstar tais reuniões sem anular as atividades realmente filantrópicas da impetrante. Junto, seguem documentos que provam o que acima se alega, podendo verificar que apenas as reuniões comunistas são objeto de vigilante observação desta Delegacia, enquanto que existe liberdade para os que, desinteressadamente, cooperam na assistência aos operários, já vem organizada pela legislação trabalhista em vigor.⁵⁸²

⁵⁷⁹ Ibid.

⁵⁸⁰ Ibid.

⁵⁸¹ APM/DOPS – Pasta 4889.

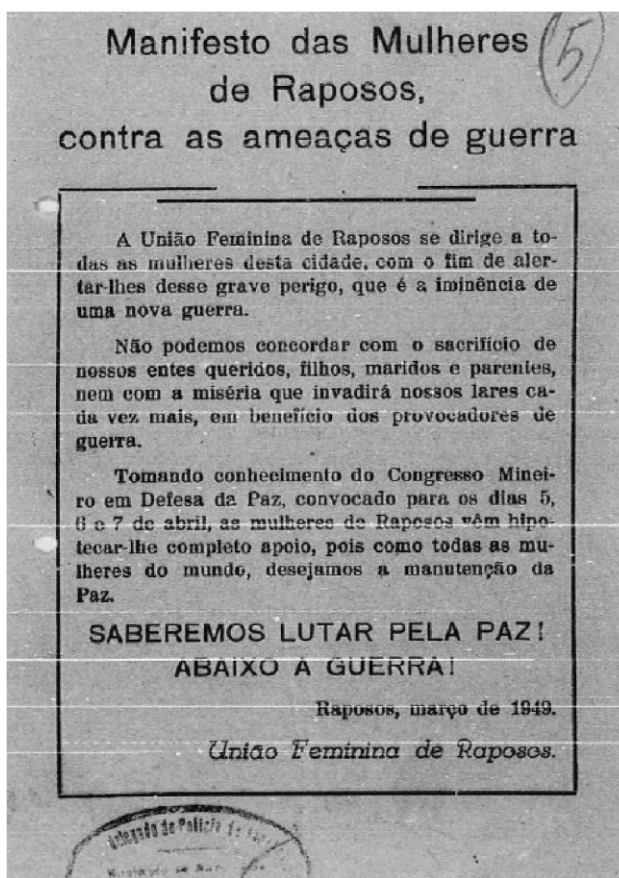
⁵⁸² Ibid.

Nota-se que a polícia local observava atentamente o uso que os comunistas faziam da Sociedade Beneficente, distinguindo o papel filantrópico da entidade, previsto legalmente, e a propagação de “ideias subversivas”. A resposta do delegado local nos revela o olhar atento da polícia, que tinha ciência de não se tratar de uma organização estritamente comunista – organização de massas –, mas de uma organização que, devido às circunstâncias, estava sendo pelos comunistas utilizada. A Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos tornara-se o local onde os comunistas se reuniam entre si e com militantes de outras cidades, que iam a Raposos orientá-los no trabalho de massas. Também, e principalmente, ocupava um vácuo deixado no nível de massas pela intervenção no Sindicato dos Mineiros, funcionando como espaço onde operários comunistas e não comunistas alinhavam suas ações.

No âmbito feminino, mesmo diante do recrudescimento da repressão, a militância também não cessou. A União Feminina de Raposos, que do mesmo modo que a União Feminina de Nova Lima não deixou muitos vestígios sobre sua existência, mobilizava-se nas ações de propaganda. Em março de 1949 fizeram circular na localidade um “Manifesto das Mulheres de Raposos contra as ameaças de guerra”, no qual declaravam sua posição contrária à iminência de uma nova guerra mundial, e prestavam seu apoio ao Congresso Mineiro em Defesa da Paz. A Campanha pela Paz Mundial, que dava origem ao referido Congresso, levou os comunistas brasileiros a se engajarem fortemente na “luta pela paz”, seguindo as determinações vindas de Moscou. A promoção da paz contra as ameaças e insinuações bélicas dos EUA tornou-se uma bandeira da URSS, que se projetava como “defensora da paz mundial”, com Stálin à frente. No Brasil e na América Latina, diversos congressos de promoção e defesa da paz foram organizados e capitaneados pelos comunistas, atraindo pessoas e personalidades não comunistas para a causa. Ações relativas ao tema se estenderam durante a década de 1950. Em Nova Lima e Raposos, identificamos diversas listas de assinaturas recolhidas pelos comunistas locais, que eram incentivados a consegui-las como “emulações”. Diversos prêmios eram ofertados aos comitês que obtivessem os maiores números de assinaturas. Uma farta documentação sobre estas ações em Minas Gerais podem ser encontradas nas pastas do acervo DOPS, do Arquivo Público Mineiro, tornando-as um excelente tema de estudo. Em função da delimitação temática de nosso trabalho, não nos estenderemos sobre a questão, nos interessando aqui apenas a compreensão de que a “luta pela paz”, palavra de ordem e motivo de campanhas organizadas pelos comunistas, estava presente nas ações locais da União Feminina de Raposos.⁵⁸³

⁵⁸³ Sobre a “luta pela paz” e as campanhas desenvolvidas pelos comunistas brasileiros, sugerimos a leitura de Jayme Ribeiro (2003; 2008). Raquel Pereira (2007), em estudo sobre os comunistas em Belo Horizonte na década

Figura 3 – Manifesto das Mulheres de Raposos contra as ameaças de guerra



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4889

A presidenta da entidade naquela ocasião era Dolores Maria Duarte, que fora professora em Honório Bicalho, distrito de Nova Lima, e era viúva de um antigo mineiro da Morro Velho.⁵⁸⁴ Estes dados de Dolores Maria Duarte foram encontrados em um pequeno recorte de um jornal não identificado, recolhido pela polícia local, por ocasião da eleição municipal de 1949. Até 1948, Raposos era um distrito de Nova Lima, e assim como outros 72 distritos de cidades mineiras, foi emancipado pelo governo do Estado através da lei 336 de 27 de dezembro de 1948.⁵⁸⁵ Como de praxe, realizaram-se em 1949 as eleições para prefeito, vice-prefeito, vereadores e juiz de paz, sobre a qual obtivemos poucas informações.

A primeira eleição municipal de Raposos, realizada a 6 de março de 1949, teve importante participação dos comunistas. Antes das eleições, várias ações de propaganda foram

de 1950, também revela episódios interessantes sobre campanhas, congressos e passeatas organizadas em prol da “luta pela paz”.

⁵⁸⁴ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁵⁸⁵ Disponível em: leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-336-1948-minas-gerais-estabelece-a-divisao-administrativa-e-judiciaria-do-estado-a-vigora-de-1o-de-janeiro-de-1949-a-31-de-dezembro-de-1953-e-das-outras-providencias acesso em: 22/01/2023

realizadas pela militância local, buscando divulgar seus candidatos e suas propostas. Em boletim intitulado “Os candidatos de Prestes aos trabalhadores de Raposos”, explicavam que, “por falta de legenda própria, unicamente por isso, somos obrigados a pleitear as eleições sob a legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que também não passa de um partido dos capitalistas e dos patrões, igual à UDN, PSD, e PTB todos inimigos da classe operária.”⁵⁸⁶ E apelavam ao povo:

As eleições de 6 de março merecem dos trabalhadores de Raposos a sua maior atenção, no sentido de elegerem candidatos que de fato conhecem e sentem as necessidades dos operários, candidatos operários que continuem na Prefeitura a defender os trabalhadores das perseguições e exploração da Cia. Morro Velho e da ganância dos tubarões do comércio. (...) Alertamos a todos os trabalhadores da Cia. Morro Velho, suas esposas, filhos e filhas, sobre o perigo de se iludirem com a conversa dos inimigos da classe operária que agora aparecem pedindo votos, mas que na verdade são candidatos da Cia. Morro Velho, sócios na exploração dos trabalhadores e que nunca mexeram uma palha para ajudarem os operários nas suas lutas por aumento de salários e outras reivindicações.⁵⁸⁷

O texto também evocava o nome de Luís Carlos Prestes e a memória de William Dias Gomes, articulando ambos como símbolos de resistência e legitimidade perante os trabalhadores. Essa mobilização da figura de Prestes e de mártires locais como William eram parte constituinte do *modus operandi* da cultura política comunista, tema que será aprofundado no Capítulo 4. Diante do trecho citado, destacamos que, mesmo diante da repressão que sofriam, os comunistas locais não hesitaram em se apresentarem como tais, após esclarecerem o motivo pelo qual estavam utilizando a legenda do PSB.

Assinavam o boletim os “Candidatos de Prestes”: Moacir Augusto de Oliveira, Geraldo Policarpo de Sousa, Eheisibe Ribeiro Sales, Alaor Madureira Melo, Luiz Francisco Rosa; Dolores Maria Duarte (presidenta da União Feminina de Raposos); Geraldo Vicente; Salvador Silva (candidato a vice-prefeito).⁵⁸⁸ Apresentando-se como defensores da causa operária local, afirmavam: “Nossas atividades nunca cessaram em defesa dos operários e assim continuarão sempre. Os lucros de 50 e 60 mil contos dos ingleses não podem impedir que os trabalhadores brasileiros exijam mais um pouco de leite e pão para os seus filhos.”⁵⁸⁹ O boletim encerrava com palavras de ordem que refletem a já mencionada mediação de pautas econômicas dos

⁵⁸⁶ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁵⁸⁷ Ibid.

⁵⁸⁸ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁵⁸⁹ Ibid.

trabalhadores com elementos da cultura política comunista: “Tudo pela vitória dos candidatos de Prestes! Tudo por aumento de salários! Abaixo o imperialismo e seus capangas!”⁵⁹⁰

Em outro boletim, “Aos trabalhadores e ao Povo de Raposos”, os comunistas salientavam que: “Estes candidatos operários e antigos lutadores pelos direitos e melhoria de vida do povo de Raposos se comprometem a tudo fazer pela consolidação da democracia em nossa terra e a continuar lutando em benefício de nossas esposas e filhos.”⁵⁹¹ E na sequência apresentavam à população um Programa Mínimo defendido pelos candidatos, contendo 11 pontos:

- 1º) Como medida urgente para a defesa da saúde de toda população do município, lutaremos por todos os meios para dar solução ao problema do abastecimento d’água para todo o povo de Raposos.
- 2º) Transferência e melhoramento do Posto Médico.
- 3º) Instalação de um grupo escolar, pois a densidade da população torna deficiente o prédio existente.
- 4º) Iluminação pública para as ruas ainda não atingidas por estes melhoramentos e outros melhoramentos, como seja um transformador na rua Morro das Bicas.
- 5º) Calçamentos de praças e ruas de trânsito mais intenso e colocação de meio fio nas ruas dos bairros mais afastados.
- 6º) Lutar em defesa do petróleo.
- 7º) Ajuda aos esportes, na medida do possível.
- 8º) Continuar lutando em defesa das viúvas e aposentados, inclusive contra os despejos.
- 9º) Campanha por melhores condições de vida e aumento de salários.
- 10º) Impostos sobre a Cia. Morro Velho que possibilitem a aplicação deste programa e outros melhoramentos para o município e nenhum imposto sobre os pequenos proprietários e consumidores.
- 11º) Construção de um mercado municipal e isenção de impostos para a venda de verduras e produtos de pequena lavoura.⁵⁹²

Diferentemente do boletim anterior, neste os candidatos não se apresentaram como “Candidatos de Prestes”, mas como “Candidatos Populares”. Além dos nomes que assinaram o boletim anterior, onde os comunistas se denominaram “Candidatos de Prestes” e se declaravam comunistas, neste boletim acrescentou-se os nomes de João Ferreira Dias, candidato a prefeito, Manoel Arcanjo Amaral e Dionísio Gomes, ambos candidatos a vereadores, o que pode ser um indício de composição que os comunistas fizeram com os membros do PSB local. Com exceção de Dionísio Gomes, que fizera parte da Comissão de Salários composta pelos comunistas na greve de outubro de 1948, dos demais não obtivemos maiores informações. João Ferreira Dias

⁵⁹⁰ Ibid.

⁵⁹¹ Ibid.

⁵⁹² APM/DOPS – Pasta 4889.

teve seu nome inserido numa lista nominal de militantes comunistas ou simpatizantes, feita pelo delegado de Raposos, Ten. Pedro Ferreira, e enviada à Delegacia de Ordem Pública no dia 17 de junho de 1949, meses após as eleições municipais, sugerindo tratar-se de um militante do PCB.⁵⁹³ Ao lado de seu nome na lista, há um “X”, que foi colocado também em nomes de militantes comunistas conhecidos, como Anélio Marques, Geraldo Policarpo, Militão Ferreira Dias e Sebastião Vitorino, revelando que, além do candidato a vice-prefeito, Salvador Silva, os comunistas o haviam lançado como candidato a prefeito. João Ferreira Dias, também conhecido como “tampinha”, era irmão de Militão Ferreira Dias, comunista que se destacou na militância local, muito atuante no Comitê de Empresa do PCB, que surgiu posteriormente.⁵⁹⁴

Apesar de obterem resultados positivos, os comunistas não conseguiram eleger o prefeito e o vice-prefeito, sendo eleitos numa coligação entre PSD, PTB, UDN e PR, Lindouro Duarte Batista, com 778 votos, e Afonso Pena Fernandes, com 793.⁵⁹⁵ Os candidatos comunistas João Ferreira Dias e Salvador Silva, obtiveram 413 e 401 votos, respectivamente.⁵⁹⁶ Os resultados para os cargos de vereadores não foram encontrados nos arquivos do TRE, revelando a precariedade do processo eleitoral municipal. Na Câmara Municipal a situação é a mesma. O livro de posse dos vereadores eleitos sequer cita o nome dos candidatos empossados, constando apenas o nome do prefeito eleito e daquele que havia sido eleito presidente da Câmara Municipal, Lindolfo Pessoa.⁵⁹⁷

Apesar da precariedade dos dados, no livro de protocolos de correspondência e de leis e protocolos aprovados, constatamos a ação legislativa dos vereadores comunistas Geraldo Policarpo, Ehesib Ribeiro Sales, Moacir Augusto e Alaor Madureira Melo.⁵⁹⁸ Além deles, haviam sido eleitos vereadores os não comunistas Ranolfo Ferreira Torres, José Calixto Júnior, Geraldo Sena, Lindolfo Pessoa, Alcides Cassimiro da Silva e Afonso Sabarense Filho.⁵⁹⁹ O número de protocolos em nome Geraldo Policarpo impressiona, e revela uma atuação contundente, com diversas moções, indicações, solicitações e telegramas sendo encaminhadas pelo dirigente comunista local, que à época dirigia o Comitê de Zona do PCB. Infelizmente os arquivos locais não dispõem de documentação disponível para obtermos esclarecimentos sobre o teor das ações dos comunistas no legislativo municipal. Vale ressaltar que os comunistas

⁵⁹³ Ibid.

⁵⁹⁴ Esta informação obtivemos com Willian Azevedo Dias, filho de Militão Ferreira Dias. Prestamos aqui novamente nossa estima e nosso agradecimento às informações gentilmente passadas por ele.

⁵⁹⁵ TRE-MG.

⁵⁹⁶ Ibid.

⁵⁹⁷ Livro de Posses – Câmara Municipal de Raposos.

⁵⁹⁸ Livro I de Leis e Protocolo de Correspondências - 25/03/1949 a 27/07/1963 – Câmara Municipal de Raposos.

⁵⁹⁹ Livro II de Leis e Protocolo de Correspondências – 18/05/1949 a 29/07/1964 – Câmara Municipal de Raposos.

eleitos para cargos do legislativo e executivo municipais em Nova Lima ou Raposos, permaneceram na profissão de mineiros da Morro Velho, tendo assim uma dupla atuação: político-institucional e no movimento operário.

Pouco mais de dois meses após a vitória de parte dos candidatos comunistas à vereança municipal, eles utilizaram seus diplomas para mobilizarem os mineiros da Morro Velho na luta por suas reivindicações mais sentidas, seguindo a linha política do PCB. Em boletim datado de 8 de maio, intitulado “Aos Mineiros e ao Povo de Raposos”, os comunistas rememoravam as condições de vida e trabalho durante a Segunda Guerra Mundial, e chamavam atenção para o fato de uma nova guerra mundial estar em iminência.⁶⁰⁰ Diante da conjuntura, os comunistas convocavam os mineiros e a população local a apoiarem a Comissão e as Subcomissões de salários que formavam para reivindicarem aumento geral de salários e adicional noturno de 25%.⁶⁰¹

Aos Mineiros e ao povo de Raposos

Faz hoje 4 anos! Precisamente a 8 de maio de 1945, capitulavam o Alto Comando dos Exércitos Nazistas, era o dia da Vitória, que ajudamos a conquistar em busca de um mundo melhor e de uma Paz Duradora.

Hoje, os fabricantes de Bombas atômicas os multimilionários (sic) americanos e ingleses tramam outra guerra, arrastados pela ganancia de lucros monstruosos, desprezando os 55 milhões de vidas devoradas pela segunda guerra mundial.

O povo e os trabalhadores sabem que, com a sombra da guerra, o Racionamento do Assucar (sic), do Pão, do Querosene, e outros generos, os Açambarcadores e os Cambio Negristas, dominam o comércio, como aconteceu nos anos de 1939 a 1945. Sabem que, durante o último conflito, o preço dos tecidos aumentaram 208%, não se esquecem (sic) de que, apesar de estarmos naquela epoca participando (sic) de uma guerra justa e patriótica contra Hitler e Muçoline (sic), os Capitalistas ianquês e Brasileiros obrigavam os operários a ficar 10 e 12 horas nas fabricas, proibindo-os de mudar de profissão sob pena de receberem punição como desertores. Por outro lado, as greves são sufocadas como atos de quinta coluna, afim de impedir que os Operários lutem por mais salários, uma guerra atizada pelos banqueiros armamentistas, só poder ser, guerra de conquista, repudiada pelo nosso povo, e condenada até pela constituição Federal. Os mineiros de Raposos, que sofrem a brutal exploração dos ingleses, compreendem a necessidade de apoiar a comição (sic) e as sub-comições (sic) de salarios na campanha por aumento de salario, e o adicional de 25% no salario noturno.

Unidos e organizados poderão resistir as violências policiais e ao congelamento de salario, ao mesmo tempo direito a vida terrivelmente ameaçados pelos trustes que fazem da guerra o mais lucrativo dos negócios. (...)⁶⁰²

⁶⁰⁰ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁶⁰¹ Ibid.

⁶⁰² Ibid.

Novamente observamos os comunistas taticamente fazendo uma combinação das lutas locais com outros pontos do programa do PCB à época, no caso aqui a questão da guerra, remorando a vitória contra os nazistas, e o reflexo que o conflito teve na carestia de vida e no “esforço de guerra”, que gerou uma série de arbítrios patronais, apoiados e sustentados pelo governo federal. A iminência de uma nova guerra fora mobilizada no boletim na tentativa de concitar os mineiros e o povo de Raposos a apoiarem as lutas locais, encabeçadas novamente pela Comissão de Salários e suas Subcomissões, formadas pelos comunistas em função da intervenção no sindicato. Assinaram o boletim como vereadores e membros da Comissão de Salários, Anélio Marques Guimarães (vereador por Nova Lima, eleito em 1947) e Geraldo Policarpo (recém-eleito em Raposos).⁶⁰³ Moacir Augusto de Oliveira e Hacíp Ribeiro Sales⁶⁰⁴ assinaram apenas como vereadores, ambos em Raposos.⁶⁰⁵

No mês seguinte, um novo boletim circulou, assinado pelos mesmos vereadores, incluindo agora Antônio Liberato, também vereador em Nova Lima, eleito em 1947, e também secretário do Comitê Municipal do PCB. O boletim, intitulado “Aos trabalhadores da Morro Velho! Ao povo de Nova Lima e Raposos”, traz informações relevantes para algumas questões tratadas neste capítulo e sobre a conjuntura local.⁶⁰⁶ Logo no início do texto, novamente os comunistas utilizavam o assassinado de Willian Dias e a tentativa de transformá-lo em mártir local, visando engajar o operariado.

Transcorrendo hoje o sétimo mês de morte dos nossos inesquecíveis e queridos companheiros William Dias Gomes e Onesio de Castro, os Vereadores de Prestes em Nova Lima e Raposos se dirigem aos Mineiros da Morro Velho para conclamar a todos a continuarem a luta por melhores salários e condições de vida, lutar porque tombara o nosso extraordinário e corajoso William.⁶⁰⁷

Na sequência, apresentavam as contradições entre capital e trabalho no âmbito local, para sustentar a ideia de que era preciso que os trabalhadores e o povo de ambas as cidades se mobilizassem e organizassem para lutarem pelas reivindicações que seriam as mais sentidas.

Enquanto o custo de vida cresceu assustadoramente, os nossos salários aumentaram muito pouco e, os diretores da Morro Velho, melhoraram os salários de uns, mas prejudicaram a maioria.

⁶⁰³ Ibid.

⁶⁰⁴ A escrita de seu nome variava, sendo citado nas fontes consultadas como Ehesibe, Hacíp, Eheisib ou Eheisibe.

⁶⁰⁵ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁶⁰⁶ Ibid.

⁶⁰⁷ Ibid.

Os trabalhadores da superfície continuam ganhando uma miséria. Os carreiros que fazem um serviço miserável não recebem os salários que merecem. Assim é em toda a Mina. Não recebemos o salário de acordo com o trabalho noturno e para ganharmos o descanso semanal devemos ter uma assiduidade de 100% o que é uma exigência absurda da lei.⁶⁰⁸

Toda esta situação tornaria necessária a luta dos operários pelas seguintes pautas: descanso semanal sem assiduidade de 100%, pelas reivindicações de cada turma e secção da Mina, pelo aumento para os trabalhadores da superfície, pelo pagamento do adicional noturno, pela equiparação dos salários de todos os maquinistas com os dos maquinistas perfuradores etc. Mas a situação enfrentada não era fácil. Os comunistas relataram os dispositivos de repressão utilizados para minar, ou pelo menos tentar, as lutas operárias. Disseram que: “Para manter esta situação intolerável dentro da Mina o nosso Sindicato foi praticamente fechado, proibido de fazer assembleias e, todos os casos que surgem na Mina são resolvidos na Delegacia.”⁶⁰⁹

Além da intervenção no sindicato, a polícia local teria atuado, na visão dos comunistas, como um agente da Morro Velho. Talvez isto explique a grande quantidade que encontramos de listas com nomes e históricos de dezenas de operários, formuladas pela polícia local e endereçados à Morro Velho e à Delegacia de Ordem Pública. A maioria delas denunciando à empresa aqueles operários que eram comunistas ou “simpatizantes”. Sobre o papel da polícia como “agente da Morro Velho”, os autores do texto disseram ainda que: “Em Nova Lima e Raposos é a polícia quem faz hoje o papel de capitão de Mina e de feitor da Morro Velho. Além disso, os ingleses e os canadenses procuram comprar alguns Jenários para que eles façam o papel de traidores da Massa.”⁶¹⁰ Mesmo diante da repressão enfrentada, o boletim concitava os trabalhadores a não esmorecerem e a seguirem o exemplo de Willian Dias.

Mas os trabalhadores não podem aceitar de braços cruzados estas condições de trabalho, estas violências e arbitrariedades. Continuaremos a luta de William por melhores salários, pelo descanso semanal sem assiduidade, pelas reivindicações de cada turma e secção da Mina, pelo aumento para os trabalhadores da superfície, pelo pagamento de salários, extraordinários pelo trabalho noturno, pela equiparação dos salários de todos os maquinistas aos salários dos maquinistas perfuradores, etc.⁶¹¹

Para os comunistas, o assassinato de Willian Dias e Onésio poderia causar o efeito contrário ao pretendido pela empresa. Ao invés de amedrontar os operários e os comunistas,

⁶⁰⁸ Ibid.

⁶⁰⁹ Id. Ibid.

⁶¹⁰ Ibid.

⁶¹¹ Ibid.

estes viam na morte dos dois companheiros um fato político que poderia mobilizar os trabalhadores. No entanto, a alternativa parece também não ter causado o efeito desejado pelos comunistas, e o fato não ter ocorrido nenhuma greve em fins de 1948 e durante todo o ano de 1949 talvez seja o indício disso. Entretanto, continuavam tentando usar o fato, articulando a ele pautas locais e pautas do programa do partido, com o objetivo de sensibilizar e engajar os trabalhadores locais. As palavras de ordem que encerram o boletim são reveladoras de que os comunistas locais tinham na ordem do dia as táticas definidas pelo PCB em seu programa político: “Organizemos as comissões em cada secção! Por uma Assembleia do Sindicato para discutirmos os nossos problemas! Pela União e organização dos Mineiros da Morro Velho!”⁶¹² A primeira e terceira palavras de ordem referem-se à tática de organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, acumulando forças para que pudessem iniciar as lutas por suas reivindicações, tática defendida no Manifesto de Janeiro de 1948 e em outros documentos oficiais. Já a segunda palavra de ordem, refere-se ao espaço no qual os comunistas exerciam maior influência no operariado, as assembleias sindicais. A realização de assembleias no sindicato, somadas às organizações nos locais de trabalho, eram as táticas que os comunistas viam como necessárias para pressionarem a junta governativa, que manteve a entidade sindical em boa parte inerte diante das condições de vida e trabalho, denunciadas no início do boletim. Conclamar à luta pela realização de assembleias sindicais também atesta novamente a tese defendida por Buonicore⁶¹³, de que os comunistas não abandonaram deliberadamente o sindicato oficial. Se, como citado no boletim, o sindicato foi praticamente fechado e proibido de fazer assembleias, obviamente que não seria possível nele atuar, o que não significa que os comunistas não o quisessem, e a segunda palavra de ordem reflete exatamente o contrário.

Como explicitado, mesmo após a morte de Willian Dias, os comunistas mantiveram-se atuantes na tentativa de mobilizar e engajar o operariado local, inclusive obtendo vitórias importantes, como na primeira eleição municipal em Raposos. O fato de não recuarem fez com que a repressão e o anticomunismo também recrudescessem, avançando ainda mais na direção do uso de aparatos jurídicos e policiais para frearem o avanço dos “adeptos de Moscou”. No dia 16 de maio, por exemplo, o delegado de polícia local encaminhou um inquérito ao juiz de direito da Comarca de Nova Lima, no qual indiciava o maquinista e dirigente comunista local, Antônio Liberato, por ato de sabotagem contra operários anticomunistas.⁶¹⁴ O teor do indiciamento era o seguinte:

⁶¹² Id. Ibid.

⁶¹³ Buonicore, 1996.

⁶¹⁴ APM/DOPS – Pasta 2382.

No dia 18 de abril do corrente ano, verificou-se no shaft “E” um acidente com gaiola que conduzia mineiros para a mina, a qual disparou indo chocar-se contra o sólo com toda a força, resultando saírem feridos alguns operários levemente, sendo que o operário José Candido do Nascimento, recebeu ferimentos mais graves, sendo internado no Hospital da Companhia do Morro Velho, sendo feito o auto de corpo de delito, junto neste inquérito; era maquinista o comunista Antônio Liberato da Silva.⁶¹⁵

As declarações dos operários que sofreram o acidente confirmavam à polícia que Antônio Liberato “foi o único responsável pelo acidente de que foram vítimas, na gaiola do shaft “E”, o dito maquinista não reduziu a velocidade da mesma, quando deu o aviso de alarme no sino, indo a mesma chocar-se no solo com toda a força (...).”⁶¹⁶ Atestavam ainda que a gaiola manobrada por Liberato não possuía nenhum defeito, o que colocava ainda mais o dirigente comunista na posição de culpado pelo acidente. Chama a atenção a narrativa anticomunista forjada para incriminá-lo, e para atacar os demais militantes comunistas.

Todos os operários que prestaram declarações nesse inquérito, disseram que o maquinista Antônio Liberato da Silva, é o único culpado do desastre verificado com a gaiola do shaft “E”, e que o mesmo é comunista, tornando-se um perigo de vida dos mineiros, porque a vida de cada um está nas mãos dos maquinistas; e que há outros maquinistas que são comunistas, e que estes homens não são de confiança e que opinam pelo afastamento dos mesmos que trabalham como maquinistas, na gaiolas de transporte de operários, podendo os mesmos, serem aproveitados em outros serviços de menos responsabilidade; que os operários depois do desastre verificado na gaiola do shaft “E”, estão com receio de acontecer de novo mais algum desastre dessa natureza.⁶¹⁷

Nitidamente o acontecimento era usado como fato político, que comprovaria que os comunistas não seriam operários “de confiança”, deixando transparecer uma certa perversidade que possuiriam, narrativa muito como nos meios anticomunistas da época.⁶¹⁸ O inquérito policial citou o que teria dito Antônio Liberato em suas declarações.

O maquinista Antônio Liberato da Silva, nas suas declarações, disse que trabalha na Companhia do Morro Velho há vinte e um anos, e como maquinista trabalha 18 anos; ele confessa que a máquina estava funcionando bem antes e depois do acidente, e que de fato não solicitou conserto algum à sessão de Mecânica, que tem por costume, deixar arbitrariamente em um

⁶¹⁵ Ibid.

⁶¹⁶ Id. Ibid.

⁶¹⁷ Ibid.

⁶¹⁸ Sobre o anticomunismo brasileiro à época, suas organizações, ideias e representações, sugerimos a leitura de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

quadro ali existente, destinado a ferramentas aviso solicitando conserto quando é necessário, mas que entretanto, no dia do desastre, ele não deixou aviso algum, solicitando qualquer conserto da máquina, conforme alega, que os cabos da gaiola necessitavam serem consertados, confessa também, que um pequeno descuido do desastre do maquinista pode trazer sérias consequências, porque de fato a vida dos operários depende do maquinista (...).⁶¹⁹

Tratava-se de um operário antigo e experiente na função que exercia, e que nunca havia deixado que acidente algum acontecesse, o que na visão policial era o suficiente para torná-lo culpado. Após concluir que Antônio Liberato era culpado, o inquérito foi instrumentalizado para defender perante a justiça o afastamento dos demais comunistas maquinistas, que trabalhavam operando as gaiolas entre um shaft e outro.

Esta autoridade, está de pleno acôrdo, quanto ao afastamento dos comunistas, das maquinas de elevadores, por tratar-se de indivíduos perigosos, sorrateiros, que só agem na sombra, e depois apresentam com caras de inocentes, o que aconteceu na gaiola do povo “E”, na Mina do Morro Velho, o único responsável é o comunista e maquinista Antônio Liberato da Silva; um indivíduo suspeito, porque além de vermelho doente, era muito amigo do falecido William Dias Gomes, de quem ele e seus companheiros, vem anunciando pelos jornais e boletins, vingança contra os assassinos de William, que se acham soltos pelas ruas desta cidade, e também das autoridades constituídas; o que aconteceu agora nesse inquérito, não passa de uma sabotagem comunista, contra operários anti-comunistas, como os que se achavam dentro da gaiola sinistrada, entretanto, os dirigentes e autoridades competentes resolverá como julgar de direito.⁶²⁰

O fato narrado é interessante, pois revela a escalada do conflito entre comunistas e anticomunistas, e o papel exercido pela autoridade policial na “caça aos vermelhos”. Além de reproduzir ideias presentes no imaginário anticomunista, como as de que os comunistas seriam seres “perigosos”, “sorrateiros” e que “agiam nas sombras”, o inquérito extrapolou o caso em questão, posicionando-se pelo afastamento de todos os comunistas que atuavam como maquinistas na Morro Velho.⁶²¹

Outro caso que representa o avanço repressivo na localidade foi o assassinato de José dos Santos, conhecido também como “Lambari”, classificado pela polícia como “comunista militante”, e pertencente à subseção Brasil do PCB.⁶²² Lambari era um dos responsáveis por auxiliar as organizações femininas locais, o que tornava sua atuação bastante relevante para o

⁶¹⁹ APM/DOPS – Pasta 2382.

⁶²⁰ Id. Ibid.

⁶²¹ Sobre o imaginário anticomunista na polícia política mineira, sugerimos a leitura de Rosângela Assunção (2006; 2014).

⁶²² APM/DOPS – Pasta 4786.

PCB. Foi assassinado numa emboscada na madrugada do dia 19 para 20 de junho de 1949, quando retornava para sua residência após uma reunião.⁶²³ Anélio Marques assim relatou quem era Lambari, o fato de sua morte, e a importância que o referido militante tinha:

(...) posteriormente, tornaram a assassinar mais um companheiro nosso, dentro assim, de poucos, um mês, não chegou a um mês, foi assassinado um outro sujeito, companheiro nosso, membro do Conselho Municipal de Nova Lima, foi assassinado lá numa esquina lá num bar. Esse companheiro, ele tinha sido, há muitos anos, quando jovem ele foi polícia, ele foi cabo da polícia. Mas já tinha muitos anos que ele trabalhava como mineiro da Morro Velho. E era um companheiro que tinha a tarefa de trabalho, o trabalho junto às mulheres. E ele, eu caçoava com ele, ele estava tão dedicado à causa das mulheres [Risos], que tinha organização, funcionou e organizou um trabalho de mulheres, organização de mulheres. Mas não era uma organização do Partido; era uma organização para a defesa dos interesses, dos direitos da mulher, e etc. E esse companheiro do Partido era o companheiro que dava assistência, era o companheiro que tinha facilidade, e ele então dava... era um orientador das mulheres. Ele era tão integrado, que ele dizia assim: "Nós, as mulheres precisamos de fazer isso, fazer aquilo"... ele falava como se ele também, ele estava tão compenetrado da tarefa dele que ele falava assim. Esse homem, ele era querido das mulheres de Nova Lima, foi assassinado. O enterro dele também foi muito concorrido.⁶²⁴

De acordo com o antigo dirigente comunista, mulheres ocupavam os postos de direção das entidades femininas, mas quem começou a mobilização havia sido o próprio Lambari, reunindo as mulheres locais e ajudando-as a se organizarem.⁶²⁵ A população de Nova Lima e Raposos mal havia dado fim ao luto por William Dias e Onésio, assassinados no fim de 1948, e mais uma vez assistia o assassinato de outro importante militante local.

2.5 O “caso dos 51”: expurgo e terror anticomunista

A repressão aos comunistas avançava e lançava mão de táticas diversas. Ao lado do inquérito que investigou o acidente com a gaiola no fundo a mina, atribuído ao comunista Antônio Liberato, um outro inquérito também foi aberto no início de 1949, com o objetivo de apurar uma queda de produção ocorrida durante a greve de outubro de 1948. O inquérito foi aberto por solicitação do governo federal, que nomeou uma comissão com a finalidade de averiguar as causas da suposta queda de produção, e sugerir medidas “para sanar essa

⁶²³ Id.Ibid.

⁶²⁴ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM.

⁶²⁵ Ibid.

anormalidade”.⁶²⁶ Eram membros da comissão o Coronel Lauro Loureiro de Souza (presidente), Ernani de Oliveira e João Lopes Guimarães (membros).⁶²⁷ A primeira contribuição da comissão para “sanar as anormalidades” foi auxiliar a Morro Velho na elaboração de um novo regulamento interno. No capítulo III do regulamento, que estipulava os deveres dos empregados, os primeiros dispositivos apresentam nitidamente teor anticomunista, como podemos ver abaixo:

Art.6.º - É expressamente proibida aos empregados, dentro do estabelecimento, ainda que em horas de refeição ou descanso, a prática de atos ou atitudes que signifiquem a propaganda de política partidária, doutrinas, credos ou ideologia de qualquer espécie.

Art.7.º - É terminantemente proibida a formação de grupos, para fins que não sejam o do trabalho em turmas, assim como reuniões para conversas sobre assuntos estranhos ao serviço, de modo a prejudica-lo; não serão permitidos distúrbios, algazarras e a prática de qualquer ato que possa ser considerado pelo superior como lesivo ao trabalho e à boa ordem do serviço ou tomado como desrespeito, quer aos superiores, quer aos colegas.⁶²⁸

Caso os operários cometessem tais atos, as penalidades seriam, consoante o artigo 22º:

- a – advertência verbal ou escrita;
- b – suspensão do serviço com perda da remuneração total;
- I – quando cometida a falta pela primeira vez, três dias;
- II – quando cometida pela segunda vez, seis dias;
- III – quando cometida pela terceira vez, doze dias, podendo ser elevada até o máximo de trinta dias.

Persistindo as infrações, apesar das punições cominadas neste artigo, ou ocorrendo falta grave, embora primária, o infrator poderá ser demitido, a juízo da Companhia, sem direito a qualquer indenização ou reparação, quando se tratar de empregado não estável, e será instaurado o competente inquérito judiciário, para a demissão, se estável.⁶²⁹

A despeito das normas citadas, Grossi apurou que os comunistas continuaram a agir no interior da Morro Velho.⁶³⁰ O novo regulamento, além de expressar a tentativa da empresa de combater a ação comunista dentro de suas dependências, com colaboração de uma comissão federal, representava a institucionalização daquilo que seria feito logo nos meses seguintes. A maior parte dos comunistas da Morro Velho eram operários antigos, que se enquadravam na

⁶²⁶ Regulamento Interno da Morro Velho – COVEMG.

⁶²⁷ Ibid.

⁶²⁸ Ibid.

⁶²⁹ Ibid.

⁶³⁰ Grossi, 1981.

chamada “estabilidade decenal”, criada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, que determinava que: “O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.”⁶³¹ O artigo 494 da mesma lei normatizava que as faltas graves somente seriam comprovadas através de inquérito judicial, como consta também no novo regulamento interno da Morro Velho.⁶³² Ou seja, trazendo para o nosso caso em questão, somente um inquérito poderia acusar os militantes comunistas de terem cometido falta grave, justificando assim a demissão deles, e foi exatamente o que ocorreu no início de 1949.

Após a finalização do inquérito que apuraria as causas de um suposto decréscimo na produção durante a greve de outubro de 1948, a comissão nomeada pelo governo federal o encaminhou para a Procuradoria Geral do Estado, que denunciou 51 operários, acusados de sabotagem, que teria sido motivada pelo fato de serem comunistas.⁶³³ Iniciava-se assim o chamado “processo dos 51”, que visava desarticular a ação comunista local. No dia 28 de junho de 1949 o caso veio à tona, quando o Juiz de Direito da Comarca de Nova Lima recebeu a denúncia, iniciando as diligências.⁶³⁴ Não conseguimos acessar os arquivos do Centro de Memória de Nova Lima, instituição que armazena os autos do processo, apesar de várias incursões. No entanto, Yonne Grossi, quando da realização de sua pesquisa, teve acesso ao ofício recebido pelo magistrado local, no qual constava a denúncia dos 51 operários.

1º Pelo Exmo. Senhor Ministro do Trabalho foi designada uma comissão para investigar as causas de decréscimo de produção da Saint John Del Rey Mining Co. Ltd. e sugerir medidas capazes de sanar as anormalidades encontradas. Após exaustivas diligências, essa comissão chegou à conclusão de que as anormalidades existentes eram consequências de atividades de operários ligados ao extinto Partido Comunista do Brasil, como se vê no seguinte trecho do Relatório (fl.6, 1º vol):

- Ficou demonstrado perante a comissão que como resultado de intensa campanha comunista e até mesmo em consequência da pressão exercida por esses elementos sobre a grande maioria dos empregados da Companhia, foi imposta à empresa, durante os primeiros dias de outubro do ano próximo passado, uma greve branca de sérias consequências e, finalmente, a paralisação de todos os seus serviços por dois dias.
- Durante a greve branca, os elementos comunistas empregados da Companhia se desdobraram em atividades. E, com seu trabalho dissolvente e impatriótico,

⁶³¹ Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm acesso em 09/02/2025

⁶³² A estabilidade prevista no citado Decreto-Lei, que compunha a CLT, foi revogada com a promulgação da lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), um sistema de poupança compulsória, vinculada ao trabalhador, financiada com descontos nas folhas de pagamentos.

⁶³³ Grossi, 1981, p. 181.

⁶³⁴ Ibid.

ganharam terreno na propaganda de sua ideologia e levaram à completa desorganização o ritmo de produção da Companhia.

- Não contentes, foram até aos inimigos do regime e da ordem (...) tomando de assalto os portões da empresa, impondo com violências e ameaças o fechamento das seções de trabalho e impuseram a paralisação de todos os serviços da Companhia.

2º Cessação do trabalho considerar-se-á falta grave e autoriza a rescisão do contrato de trabalho – (Dec.-Lei 9070, de 15/03/46, Art.10). (...) ⁶³⁵

Não há dúvidas de que o inquérito fora instaurado e instrumentalizado com o objetivo de afastar os comunistas dos serviços que exerciam na Morro Velho. A direção do Sindicato, ainda sob intervenção da Junta Governativa, não se movimentou para auxiliar os operários processados, que através de abaixo assinado chegaram a solicitar que a entidade sindical protegesse seus direitos durante o curso do processo. ⁶³⁶ Entre as dezenas de operários acusados de sabotagem, em sua grande maioria comunistas, destacamos a presença de Anélio Marques e Geraldo Policarpo, precursores do PCB em Nova Lima, e Alcebíades Campbell, José Egídio Nery e Argemiro Marçal de Oliveira, militantes que, juntamente com os dois primeiros, fizeram parte da reconstrução do PCB desde 1943. Anélio assim relatou o caso:

Nós enfrentamos o negócio, quando foi em julho, em julho de 49, eu já disse isso numa entrevista, nessa época o governador do Estado era o Dr. Milton Soares Campos. Eles usaram... A Companhia de Morro Velho usou o Estado para um processo contra os operários de Nova Lima. Nesse processo, foram incluídos 51 operários. Fomos postos na rua como sabotadores da produção, e como comunistas. Agora, alguns deles não eram comunistas, eram elementos do PTB que davam um trabalho à gente muito grande, porque era um cara assim muito individualista, e eles queriam transformar determinadas lutas lá, contra a vontade da orientação do Partido. Quer dizer, isso deu margem a que eles então colocassem um, porque dá margem de mandar um comunista embora eles não tinham, porque os comunistas eram os homens - não é porque eu sou comunista - mas eram os melhores trabalhadores que tinha na Companhia de Morro Velho, os que mais cumpriam o dever. Então eles tinham que ter um outro objetivo. Então um deles foi que eles acharam de colocar que nós éramos sabotadores da produção. Porque havia uma greve branca, eles diziam que essa greve branca fomos nós que orientamos para ter essa greve branca. Não foi. Nós fomos contra essa greve branca que foi instituída lá. Eles colocaram 51 pais de família; desses 51, quatro eram aqueles caras que procuraram fazer greve branca em Nova Lima. Quer dizer, para colocar os 51 operários na rua, isso eu quero que fica bem claro; eu já coloquei mas vou repetir: para colocar esses 51 operários na rua, eles tiveram de transferir de Belo Horizonte para Nova Lima e Raposos, quase que o Batalhão inteiro da Cavalaria que existia aqui, para amedrontar o povo. Encheu Nova Lima de polícia, de "tira"; Nova Lima ficou cheia de tira, acintosamente, para amedrontar a massa, para evitar uma... um terror, foi um terror imenso na

⁶³⁵ Grossi, 1981, p. 181.

⁶³⁶ Abaixo assinado dos 51 operários processados, 09/07/1949 – COVEMG.

população. O Sindicato, eu já disse e vou repetir: o Sindicato nosso, e eu sou fundador, um dos primeiros fundadores do Sindicato, as portas do Sindicato fecharam para os 51 operários. O Sindicato não deu nenhuma cobertura no começo, nenhuma cobertura de colocar advogado do Sindicato a favor dos 51; as portas foram fechadas. Mas a gente não é órfão, nós não éramos órfãos. Além de uma gente muito boa, nós tínhamos o Partido Comunista. Esse Partido nos ajudou.⁶³⁷

Sob a justificativa de que o Juiz da Comarca de Nova Lima, Tavares Paes, somente daria consecução ao julgamento quando a ordem pública fosse assegurada, certamente receoso de que a população local pudesse se revoltar contra a decisão em vista, Nova Lima e Raposos tiveram forte presença policial, conforme relatou Anélio. O jornal *Estado de Minas*, na edição do dia 9 de julho, em reportagem explicando o caso dos 51 e em qual etapa estava o processo, assim noticiou a questão:

REFORÇADO O DESTACAMENTO

Como era previsto, o destacamento local foi reforçado, tendo dois caminhões, na manhã de ontem, transportado mais de cinquenta soldados para a vizinha cidade. Também o efetivo policial de Raposos viu-se ampliado. Por outro lado, diversos investigadores, especialmente designados, estão ajudando o trabalho de policiamento.⁶³⁸

Além do aumento do número de policiais em ambas as localidades, o delegado local, Luiz Soares Sousa da Rocha, que assumiu a chefia de polícia por ocasião do processo dos 51, fez circular na cidade boletins contendo instruções para a população local, que também foram transmitidos via carro de som. O texto dos boletins que circularam foi citado na íntegra pelo jornal *Estado de Minas*, na mesma edição do trecho da citação anterior.

Ao povo de Nova Lima.

Por determinação do chefe de Polícia, acabo de assumir a jurisdição policial desta Comarca. Nesta emergência, desejo acentuar que a presença de reforços policiais aqui e em Raposos tem em vista a manutenção do ambiente de absoluta segurança em que vive a laboriosa população de Nova Lima, assegurando-se, ao mesmo tempo, as garantias e tranquilidade indispensáveis à boa marcha do julgamento da questão trabalhista em que são partes alguns operários da Morro Velho.

Providências necessárias serão adotadas no sentido de coibir quaisquer abusos e provocações, partam de onde partirem, estando a polícia aparelhada para manter a ordem e fazer respeitar as decisões da Justiça. Para fiel execução dessas medidas, conta com a preciosa colaboração do povo.

Delegacia de Polícia de Nova Lima, 8 de julho de 1949.

⁶³⁷ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM.

⁶³⁸ APM/DOPS – Pasta 4786.

a) Luiz Soares Sousa da Rosa, delegado auxiliar da Chefia de Polícia.⁶³⁹

O texto acima indica que a polícia premeditava possíveis reações dos comunistas e da população local ao processo e à decisão da justiça, considerando-se a influência que os militantes possuíam na região, considerados “doutrinadores, insufladores de greves e revolta no meio do operariado”.⁶⁴⁰ Apesar do Sindicato, pressionado, arguir pela suspeição do Juiz de Direito de Nova Lima, acusando-o de ter relações próximas com a Morro Velho – única atitude naquele momento -, o processo correu no Fórum local, sentenciando os operários no dia 5 de janeiro de 1951.⁶⁴¹ A defesa dos acusados, feita pelos advogados do PCB, Flávio Faria de Medeiros e Abel Chermont, recorreu no Tribunal Regional do Trabalho, que no dia 5 de setembro, por 3 votos a 1, emitiu parecer pela inocência dos 51 operários e a reintegração deles na Morro Velho.⁶⁴² Não satisfeita, a empresa, representada pela Procuradoria Geral do Estado, recorreu ao TST, que em setembro de 1952 formou maioria pela culpabilidade dos operários processados, autorizando a demissão de todos eles, sem indenização.⁶⁴³ Os nomes de todos os operários processados podem ser lidos no quadro abaixo, alguns deles já diversas vezes citados ao longo da pesquisa.

Quadro 9 – Nomes dos 51 operários processados em 1949

NOMES DOS 51 OPERÁRIOS PROCESSADOS EM 1949			
Argemiro Marçal de Oliveira	João Felipe de Oliveira	Orlando Corrêa de Sá Bandeira	Anélio Marques Guimarães
Antônio Liberato	Manoel Corrêa de Sá Bandeira	João Batista Viana	Eurípedes Nunes Coelho
Benevenuto Pereira	João Batista Soares	Luis Pascoal dos Santos	João Ferreira Dias
Agenor Gomes Ferreira	Pedro Matias Horta	Joaquim Carvalho	José Alves Vieira
José dos Santos	Sebastião Araújo Silva	Joaquim Gonçalves Andrade	Ehezibe Ribeiro Sales
Eliezer Pereira da Silva	Antenor Rodrigues das Dores	Raimundo Barreto Lima	Agamenon Arruda Alves
Geraldo Cipriano Teixeira	Ludorico Silva Barbosa	Venceslau Ferreira	Alaor Madureira Melo
Álvaro Ferreira	Ladislau Pereira	Ulisses Vieira Silva	Dionísio Gomes

⁶³⁹ Ibid.

⁶⁴⁰ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁴¹ O advogado do Sindicato, Antônio Duarte, foi quem arguiu pela suspeição do Juiz de Direito de Nova Lima, sem anuência de Sebastião Alevato, presidente da entidade, o que gerou certa rusga entre ambos. Sobre isso, consultar os documentos do processo dos 51, disponibilizado no Relatório Comissão da Verdade de Minas Gerais – COVEMG. Disponível em: <http://observatorio.trabalho.mg.gov.br/handle/123456789/442> acesso em: 10/01/2023.

⁶⁴² Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM; Grossi, 1989, p.184.

⁶⁴³ Grossi, 1989.

José Egídio Nery	Pedro Junqueira	Alcebiades Melo Campbell	José Carolino dos Santos
Modesto Paulo Santos	Vitalino Rufino Martins	Adão Vital Silva	Nelson Fernandes de Melo
Militão Alves Rosa	Clorindo Peixoto Frade	Geraldo Policarpo Souza	Jorge Branco
Adão Firmo	Antônio Ferreira Dias	José Vizaque	João Oliveira Guimarães
José Eduardo Braga	Manuel Madureira Rodrigues	Sebastião Vitorino Silva	

Elaborado pelo autor. Fonte: APM/DOPS – Pasta 4786

Entre os nomes que estão no quadro, vários já foram citados ao longo da pesquisa. Nomes que fizeram parte da história de fundação do PCB, como Anélio Marques Guimarães e Geraldo Policarpo, e também aqueles que fizeram parte da reorganização do nível partidário do PCB em Nova Lima e Raposos, como Antônio Liberato, Argemiro Marçal, Alaor Madureira, Alcebiades Campbell e José Egídio Nery. Além de José dos Santos, o Lambari, que também fora processado, mas acabou assassinado, outros 4 fizeram acordo com a Morro Velho, deixando de fazer parte do seu quadro de funcionários, sendo eles: Antônio Ferreira Dias, Joaquim Gonçalves Andrade, Raimundo Barreto Lima e Pedro Matias Horta. Os demais somente aceitariam o retorno ao trabalho, e ficaram suspensos do serviço durante todo o curso do processo.

Da mesma forma como haviam feito no caso dos assassinatos de William Dias, Onésio e Lambari, os comunistas locais utilizaram o processo dos 51 como fato político, visando denunciar as autoridades e a repressão que caracterizava a conjuntura da época. Sobre isso, Anélio disse que “o Partido usou essa campanha dos 51, é lógico que tinha que usar, para mostrar a falta de democracia, a falta de liberdade que existia em Nova Lima, o terror em Nova Lima.”⁶⁴⁴ Anélio ainda destacou que

Nós perdemos a causa em Nova Lima, mas ficou bem clara, a nossa atividade ficou clara para o nosso povo, para o povo de Nova Lima, que foi a maior barbaridade que o governo poderia cometer, o governo de Milton Campos. Foi desmascarado mesmo, desmascarado que estava a serviço da Companhia. Foi o processo mais vergonhoso que, me parece, já surgiu, já passou no Fórum de Nova Lima. (...) Agora, eu vou repetir porque isso é muito sério: companheiro com 46 anos de serviço, filho de Nova Lima, posto na rua, velho de cabecinha branca, não respeitaram nem os cabelos brancos do velhinho. Um outro companheiro, com 35 anos de casa foi posto na rua também como sabotador da produção. Ele e outros, eu com quase 20 anos, e outros companheiros aí. Bom... todos pais de família, ficamos aí numa situação grave.⁶⁴⁵

⁶⁴⁴ Ibid.

⁶⁴⁵ Ibid.

Durante o curso do processo, os operários suspensos do trabalho tiveram sua condição financeira chegando à penúria. Na documentação analisada, verificamos várias ações de solidariedade envidadas pelo operariado local e regional durante a década de 1950, como listas de solidariedade, pedidos de apoio às autoridades, arrecadação de dinheiro e donativos. Boletins, cartazes, passeatas e comícios constituíam parte das táticas utilizadas pelos comunistas locais para angariar o apoio da população local e politizarem o processo que sofriam. Um exemplo dessas ações foi uma “carta ao povo de Nova Lima” que fizeram circular na forma de boletim de propaganda, na qual expunham a situação e solicitavam apoio material aos 51, como podemos ler abaixo:

Companheiros mineiros da Morro Velho, mais uma vez se encontram em perigo os direitos da classe operária, conquistado a custa de muitas lutas, assim como o direito de estabilidade, o direito de férias e o direito de salários iguais para trabalhos idênticos e outros prescritos na constituição como o direito de greve, a única arma de que dispõe os trabalhadores para a sua defesa.

Querem com isto acabar com todas as conquistas feitas pela classe, e, inclusive, nos impor novamente aquela peizada assiduidade de 100% a qual muitos debates custaram ao nosso inesquecível William Dias Gomes e os demais membros da Comissão de Salário tanto nas assembleias do Nosso Glorioso Sindicato como nas reuniões realizadas na delegacia regional do trabalho em Belo Horizonte por ocasião do dissídio coletivo: Para isto fazem tudo afim de dividir os trabalhadores; jogar uns contra os outros e lançarem a calúnia sobre aqueles trabalhadores mais combativos que se levantavam nas assembleias sindicais em defesa dos interesses de todos os outros!... Tentam hoje jogar na rua sem direitos 51 pais de família, quase todos estragados; uns com silicose, outros já tuberculosos, cardíacos, etc. moléstias estas adquiridas como herança na insalubridade da Morro Velho!

Companheiros esta experiência a companhia está fazendo contra nós, e, se bem sucedidos, irão fazer com todos os trabalhadores estabilizados, e, [(...)] a mina com lucros adquiridos com a negação de pagamento sobre indenização. Como os trabalhadores da morro velho ainda não se esqueceu do golpe defexado sobre a classe operária em 1936, confiamos que os trabalhadores de todas as seções saberão nos dar o seu apoio moral e material ajudando-nos com a sua solidariedade em dinheiro ou em mantimentos, remédios ou outros proventos à vencer-mos mais esta batalha contra os inimigos exploradores da classe.⁶⁴⁶

Além de utilizarem o caso como fato político local, os comunistas davam uma amplitude maior para a situação, colocando-a como parte dos diversos ataques aos direitos que a classe operária brasileira havia conquistado ao longo dos anos. Além disso, percebemos uma articulação entre a linha política do PCB (táticas e leitura da conjuntura) e a situação local. Um exemplo de como essa articulação era feita pode ser visto também em parte do texto publicado

⁶⁴⁶ APM/DOPS – Pasta 2382.

por Sebastião Vitorino, militante comunista que era parte dos 51, publicado no *Jornal do Povo*, órgão de propaganda do PCB em Minas Gerais, na edição do dia 2 de outubro de 1949:

A Cia Morro Velho faz política de guerra, cortando nos salários, suspendendo operários do serviço como continuam suspensos os 51 que ela quer jogar na rua sem direitos para acabar com a lei de indenização e os operários de todo o Brasil devem se unir e dar sua solidariedade aos 51 e protestar com greves contra a política de guerra deste governo lacaios do imperialismo. Alertamos os operários da Morro Velho para que apoiem seus companheiros com sua solidariedade material e moral e se possível vamos a greve para assegurar os nossos direitos contra o congelamento dos salários, lutar por mais salários que o custo de vida sobe assustadoramente, e é lutando por aumento de salários que defendemos a Pátria.⁶⁴⁷

O processo dos 51, para os comunistas, representava uma oportunidade de desmascarar o governo Dutra – tarefa que era parte da linha política nacional -, que havia colocado o PCB na ilegalidade e interveio em centenas de sindicatos, sendo classificado como um governo de traição nacional, pró-imperialismo, fascista e ditatorial. No trecho acima podemos ver como o caso dos 51 foi mediado com as táticas orientadas no programa político do PCB, como incentivar a realização greves, o engajamento na luta por aumento de salários e a leitura de que o governo Dutra seria um “lacaios do imperialismo”. Outro exemplo de como isso foi feito pode ser visto no boletim abaixo, recolhido pela polícia local:

⁶⁴⁷ APM/DOPS – Pasta 0605.

Figura 4 – Aos Trabalhadores e ao Povo de Minas Gerais

Aos Trabalhadores e ao Povo de Minas Gerais

Operários de 5 a 40 anos de serviços encontram-se ameaçados pela ganância dos ingleses da Cia. Morro Velho, tubarões estrangeiros que pretendem liquidar o direito da estabilidade, abrindo assim o caminho para legalizar as perseguições a todos os trabalhadores de Minas Gerais e do Brasil.

Somos dos 51 operários suspensos sob a falsa alegação de sabotagem e incentivo de greve branca o que é uma grossa calúnia contra nós e que serve para encobrir a tentativa de eliminar os direitos já conquistados pela classe operária.

Esta manobra dos ingleses que roubam há mais de 100 anos o nosso ouro, que exploram e matam nos fundos de suas minas o operário brasileiro precisa ser derrotada pelo Proletariado e pelo Povo de Minas Gerais. E para isto que nos dirigimos aos mineiros de Lafaiete e Passagem de Mariana, aos ferroviários da Rede, Central do Brasil, Vitória-Minas, Leopoldina, Mogiana e Estrada de Ferro Goiás, aos tecelões de Belo Horizonte, Juiz de Fora e de todo o Estado, aos metalúrgicos de Sabará, Monlevade, Acezita, Itabirito, Gagé, Barão de Cocais e Caeté, aos camponeses de Canápolis, e a todos os democratas e patriotas mineiros, às mães, esposas e filhos de operários de todo o Estado, solicitando apoio para vencermos uma causa que não só é nossa como também de toda a classe operária. Nossa vitória virá garantir o direito de estabilidade de todos os trabalhadores, derrotando assim os patrões estrangeiros e seus cúmplices brasileiros.

Pedimos o maior apoio do nosso povo, homens e mulheres, que formando comissões de solidariedade nas empresas, nos bairros e nas escolas, remetem ajuda financeira aos suspensos e também cartas, telegramas, memoriais e abaixo-assinado ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Nova Lima, exigindo rápido e favorável julgamento do monstruoso processo forjado pelo Ministério do Trabalho e pela Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais, instrumentos de Dutra e Milton Campos para se acobertar uma Cia. estrangeira.

A nossa vitória depende do apoio ativo e vigoroso do proletariado e do nosso povo, realizando passeatas, comícios de solidariedade aos mineiros da Morro Velho vítimas da política de guerra dos governos federal e estadual, governos que nada fazem contra a carestia e o avanço imperialista em nossa Pátria, mas que se excedem em bem servir aos exploradores do nosso povo e em perseguir os trabalhadores.

Viva a Paz e abaixo a Guerra!
Abaixo o imperialismo e seus lacaios!
Tudo pela vitória dos mineiros da Morro Velho!

(a): Vereador Anelão Marques Guimarães
 Vereador Antonio Liberato — Vereador Geraldo Policarpo
 Manoel Correia — Orlando Correia

ENDEREÇO PARA A REMESSA DE QUALQUER SOLIDARIEDADE
 Jacinto Augusto de Carvalho — Rua Guarani, 232

Fonte: APM/DOPS – Pasta 2382

Além da mediação entre o processo dos 51 e pontos programáticos do PCB, o boletim demonstra que as ações de denúncia do caso e os pedidos de apoio e solidariedade extrapolaram o âmbito local, chegando aos operários de outras localidades do Estado. Certamente boletins como este eram distribuídos e lidos nas assembleias de outros sindicatos, do mesmo modo como ocorria no Sindicato dos Mineiros, quando outras entidades solicitavam apoio e solidariedade. O processo dos 51 operários durou mais de quatro anos, e durante todo este tempo foi pauta de várias assembleias sindicais, inclusive constando como reivindicação em algumas campanhas salariais, como veremos mais adiante.

Em relatório de 1952, a polícia local alegou que todos os processados eram “tidos como os mais perigosos dentro do Estado e mesmo fóra dele”, e que “(...) servem de elementos de ligações entre os comunistas e vários pontos do Estado e até mesmo inter-estaduais.”⁶⁴⁸ Com

⁶⁴⁸ APM/DOPS – Pasta 4787.

base no que apresentamos no primeiro capítulo, a polícia constatou que após demitidos, parte dos comunistas que constituíam o grupo dos 51 foram encaminhados pelo PCB para atuarem em outras regiões, situação muito comum na época, e outros permaneceram na região.

Em Nova Lima, Antonio Liberato Silva ficara com a direção do Comitê Municipal, que funcionaria na sua casa, e Luiz Pascoal dos Santos, “elemento de destaque”, passou a ter a função de gerir a Cooperativa do Sindicato dos Mineiros da Mina de Morro Velho e de Raposos.⁶⁴⁹ Também ficaram para atuar em Nova Lima, Manoel Corrêa de Sá Bandeira, “elemento dos mais perniciosos no meio operário como doutrinador”, enviado à Patos de Minas em 1952, seu irmão, Orlando Corrêa, e também os operários João Batista Santos e Pedro Junqueira.⁶⁵⁰

Em Raposos teriam ficado Anélio Marques, “espoente de valor nos meios comunistas, um dos líderes, ex-vereador municipal, doutrinador e orientador de greves e distúrbios”, Geraldo Policarpo, “elemento perigoso”, Alaor Madureira Melo, Venceslau Ferreira, Ulisses Viera e Ehisib Ribeiro.⁶⁵¹ Para Belo Horizonte foram os operários Sebastião Luiz dos Santos (Tião Aragão), Sebastião Vitorino, Adão Firmo, Benevenuto Pereira, Lindorico Silva Barbosa, José Eduardo Braga e Alvino Ferreira, todos eles “infiltrados nos meios operários da Capital”.⁶⁵² Para Montes Claros foram Joaquim Carvalho e Adão Vital.⁶⁵³ E para Conceição do Mato Dentro, Geraldo Rosa.⁶⁵⁴ Já Eurípedes Nunes Coelho, vulgo “Dedé”, teria sido direcionado para militar em São Paulo.⁶⁵⁵

Vale salientar o apoio da polícia local no caso dos 51, seja “assegurando a ordem pública”, seja no fornecimento de informações sobre os operários, e mesmo a vigilância deles. Vários relatórios com os nomes e dados dos 51 operários foram solicitados à polícia pela Morro Velho, que recebeu tais informações prontamente. O conluio entre ambos era tal que, após receber a notícia de que o TST havia dado sentença favorável à demissão dos 51, o diretor da empresa, W.R Russel, logo emitiu um telegrama, datado de 29/09/1952, para o delegado Diocélio Cabral, responsável pela 10ª Circunscrição de Polícia, sediada em Nova Lima. No telegrama podemos ver a relação amistosa e de cumplicidade entre a delegacia local e a empresa.

⁶⁴⁹ Ibid.

⁶⁵⁰ Ibid.

⁶⁵¹ Ibid.

⁶⁵² Ibid.

⁶⁵³ Ibid.

⁶⁵⁴ Ibid.

⁶⁵⁵ Ibid.

(...) apraz-me apresentar-lhe minhas congratulações calorosas, por ter sido restabelecida a Justiça (...) num caso que, por sem dúvida, se reveste do maior interesse não só para a ordem pública e para a boa disciplina nas relações entre esta Companhia e seus empregados, como, ainda, pela transcendência de seu valor, no âmbito nacional. Muito confortador para nós foi a constatação do interesse manifestado por V.S. nessa rumorosa questão, dando sua valiosa cooperação, nos limites de suas funções, para que o esplendido resultado obtido em prol da Justiça, fosse atingido (...).⁶⁵⁶

O afastamento de boa parte dos militantes comunistas da Morro Velho acabou gerando um refluxo local ao longo da primeira metade da década de 1950. Aqueles que ficaram na localidade tiveram que arcar com os custos políticos do avanço repressivo que recaiu sobre o movimento comunista e operário. Apesar de alguns permanecerem como parlamentares locais, como no caso de Anélio Marques, Geraldo Policarpo, Ehesib Ribeiro e Alaor Madureira, verificamos que ocorreu uma perda de volume na militância local, especialmente no campo sindical. Várias costuras políticas, composições e disputas teriam que ser feitas nos anos seguintes, visando recuperar a capacidade que os comunistas tiveram de influenciar o movimento operário local entre 1943 e 1949. Um verdadeiro refluxo se abateu sobre a militância, que mesmo diante daquele cenário manteve certa influência.

A partir de 1950 novas brechas se abriram. A mudança na conjuntura política, especialmente com a eleição de Getúlio Vargas em 1951, sinalizou uma relativa distensão da repressão sobre o movimento operários e o PCB. Isso permitiu que os comunistas voltassem a disputar espaços no movimento sindical, articulassem novas alianças e retomassem, ainda que sob vigilância, sua atuação nas “organizações de massas”. É este novo momento que analisaremos no próximo capítulo.

⁶⁵⁶ APM/DOPS – Pasta 4787.

Imagem 19 - Mulheres pedem anistia para os 51



Fonte: APM/DOPS – Pasta 0133, 20/03/1956

3 – RETOMADA DAS LUTAS E O CERCO FINAL (1950-1964)

3.1 Distensão da Repressão e Agitações Operárias: disputas e alianças locais (1950-1953)

Como vimos anteriormente, os anos de 1948 a 1950 foram bastante conturbados. Ao avanço repressivo iniciado em 1947, e intensificado em 1948, os comunistas responderam com um giro à esquerda, rompendo a linha política defendida até então, de luta por melhorias das condições de vida e trabalho, e por conquistas democráticas, “dentro da lei e da ordem”. Radicalizando suas atuações nas bases, especialmente através da deflagração de movimentos grevistas, como foi o caso da greve de outubro de 1948, os comunistas acabaram se defrontando com uma escalada repressiva. Os conflitos entre comunistas e anticomunistas geraram um conjunto de reveses para os militantes de Nova Lima e Raposos, incluindo o assassinato de alguns de seus principais membros, e a perseguição aberta contra os “51”. A conjuntura era de refluxo militante e exigia esforços para ajustarem taticamente suas ações no nível de massas. Em um informe publicado em 1949, Luiz Carlos Prestes, secretário geral do PCB, avaliava aquela conjuntura da seguinte maneira:

À medida que as massas se radicalizam e lutam por maiores salários, contra a carestia da vida, contra a entrega do petróleo brasileiro à Standart Oil, aumenta a reação policial, desaparecem na prática todas as liberdades asseguradas pela Constituição, que o Poder Executivo viola com a conivência do Parlamento e a sanção do Poder Judiciário. Mas é principalmente contra o movimento operário, contra os sindicatos e o direito de greve, e contra o Partido Comunista que se dirige no fundamental a política das classes dominantes, nesse terreno, como nos demais, aliás, orientadas e impulsionadas pelos seus patrões dos monopólios ianques e do governo de Truman. (...) ao ascenso do movimento de massas, respondem as classes dominantes com o terror policial (...).⁶⁵⁷

Diante do cenário que se colocava, em 1950 o PCB consolidou e aprofundou a linha política publicizada no Manifesto de Janeiro de 1948. Através do Manifesto de Agosto de 1950,⁶⁵⁸ o PCB reafirmava a caracterização do governo Dutra como um “governo de traição nacional”, “ditatorial”, e que contribuía para o avanço da dominação imperialista ianque sobre o Brasil. O objetivo estratégico do PCB permanecia o mesmo: libertar o país do jugo imperialista e conquistar um governo democrático-popular, por meio de um “bloco de todas as classes e camadas sociais que lutem efetivamente pela libertação nacional sob a direção do

⁶⁵⁷ Carone, 1989.

⁶⁵⁸ Moraes, 2007b.

proletariado”⁶⁵⁹. A conquista desse objetivo estratégico seria a maneira de colocar o Brasil no caminho do progresso, das melhorias de vida das massas, e deslocá-lo do campo da guerra e da reação para o do socialismo e da democracia.⁶⁶⁰ Uma das principais características da posição consolidada em 1950 era a ênfase na ruptura institucional, considerada necessária para a consecução da etapa nacional-democrática da revolução brasileira. Apontava-se então uma “solução revolucionária”, que seria efetivada através da formação de uma Frente Nacional de Libertação Democrática (F.D.L.N), que em um “assalto ao poder”, daria fim ao governo de traição nacional de Dutra.⁶⁶¹ Capitaneada pela classe operária e sua vanguarda, o PCB, a F.D.L.N incluiria também, e em segundo plano, setores progressistas da burguesia nacional.⁶⁶²

Em relação à atuação no movimento operário, o Manifesto de Agosto continuava a dar ênfase na organização dos operários nos locais de trabalho e na mobilização de base, atividades que deveriam se realizar através da mediatização com as lutas pelas reivindicações imediatas dos trabalhadores.⁶⁶³ O recado para os operários brasileiros foi o seguinte:

OPERÁRIOS! Organizai vossas forças nos locais de trabalho e unificai vossas fileiras em âmbito local, regional e nacional. Lutai contra a carestia da vida, por maiores salários contra a assiduidade de 100 por cento, que diminui arbitrariamente e brutalmente os salários. Vossas mulheres e filhos não podem morrer de fome para que enriqueçam os patrões e o governo consiga dinheiro para a guerra. Defendei na prática o direito de greve e lutai pelas liberdades civis, pela liberdade sindical, contra o roubo do imposto sindical que engorda os traidores da classe operária. Lutai pela paz e a independência nacional.⁶⁶⁴

Apesar da repressão e dos reflexos por ela gerados, ao longo dos anos 1950 os comunistas foram paulatinamente rearticulando suas ações no nível de massas, recuperando sua capacidade de inserção social, e até mesmo fazendo-a avançar em níveis até então não conseguidos. Hélio da Costa pontuou que “o Partido Comunista do Brasil conheceu um dos

⁶⁵⁹ Manifesto de Agosto de 1950 – Arquivo Marxista da Internet.

⁶⁶⁰ Id. Ibid.

⁶⁶¹ Segundo Moraes (2007b, p.224-229), a posição adotada em favor da ruptura institucional através do assalto ao poder, estaria relacionada a iminência de uma nova guerra mundial, sinalizada pelo avanço dos EUA na Guerra da Coreia, em 1949. Como o Brasil alinhava-se aos EUA naquela querela, os comunistas teriam vislumbrado a possibilidade de transformar o conflito imperialista em “guerra de libertação nacional”. Entretanto, à medida que o conflito passou a se estabilizar a partir de 1951, o plano dos comunistas tornou-se cada vez mais obsoleto, dando ao PCB uma feição de “seita”, com seu programa tornando-se estranho à realidade brasileira. Outro fator que teria contribuído, tanto no caso de 1948 quanto em 1950, foi o avanço da repressão, que colocava fim nas esperanças dos comunistas de conseguirem fazer suas propostas no plano da democracia burguesa. A verdadeira democracia, nacionalista, antifeudal e anti-imperialista, seria realizada apenas com o protagonismo revolucionário da classe operária.

⁶⁶² Moraes, 2007b, p.224-229.

⁶⁶³ Moraes, 2007b, p.230.

⁶⁶⁴ Ibid.

períodos mais férteis na sua relação com as lutas do movimento operário travadas ao longo da década de 1950.”⁶⁶⁵ Houve, portanto, uma recuperação paulatina do PCB como um partido atuante e influente no seio das massas trabalhadoras. Esta ascensão contou com dois elementos da conjuntura que lhe foram favoráveis: a) distensão da repressão policial e da intervenção nas direções sindicais no segundo governo Vargas, que proporcionou margem para a movimentação dos comunistas no interior dos sindicatos oficiais, apesar do clima anticomunista sempre presente; b) a atuação expressiva de sua militância nas bases através das comissões nos locais de trabalho, que acabaram canalizando para o partido as reivindicações operárias que estavam na ordem do dia.⁶⁶⁶

Além disso, os anos de 1950-1953 foram também de distensão da política esquerdista adotada pelo PCB, especialmente em sua atuação no campo sindical. Parte da militância comunista soube “unificar fileiras” nos sindicatos onde atuava, compondo com outras forças políticas nas lutas reivindicativas, e também disputando com elas os rumos a serem tomados.⁶⁶⁷ Isso somado ao fato de que os comunistas se aproximavam cada vez mais das reivindicações mais sentidas dos operários, pouco a pouco gerou ganhos para o PCB, que no caso da Morro Velho e em tantos outros, chegaria aos cargos de direção sindical de várias entidades.

Mas tais avanços demandavam ações táticas diversas, que geravam enfrentamentos por parte da militância comunista, que permanecia constantemente vigiada e atacada pela polícia e pelos anticomunistas civis. Não à toa, a década de 1950 concentra a maior quantidade de documentos apreendidos e produzidos pela polícia acerca da militância comunista em Nova Lima e Raposos. Isto reflete a intensidade da repressão e da atuação dos comunistas nos meios locais. Um caso representativo foi tratado no ofício nº60, dirigido pela polícia local ao delegado de Ordem Pública e à chefia de polícia do Estado, informando-os sobre uma reunião comunista desmantelada no dia 26 de setembro de 1950.⁶⁶⁸ A reunião ocorria na casa de Antônio Liberato da Silva, dirigente comunista local, às 21 horas, em Nova Lima. Foram presos na abordagem os militantes José Gerônimo Gonçalves, João Pequeno da Silva, Doralino, Clemente da Silva e Clorindo Peixoto Frade.⁶⁶⁹ Outras quatro pessoas conseguiram fugir do local. Foram apreendidos uma faca e centenas de boletins de propaganda eleitoral para os candidatos comunistas à deputado estadual, Luiz de Carvalho Bicalho e Ilda Ferreira de Magalhães.⁶⁷⁰ O

⁶⁶⁵ Costa, 1999, p.158.

⁶⁶⁶ Ibid.

⁶⁶⁷ Santana, 2001.

⁶⁶⁸ APM/DOPS – Pasta 4786.

⁶⁶⁹ Ibid.

⁶⁷⁰ Ibid.

ofício ainda afirmava que Antônio Liberato e Manoel Corrêa de Sá Bandeira eram os “chefes” comunistas locais.

A repressão e a arbitrariedade das forças policiais prosseguiram. No dia 11 de dezembro de 1950, o jornal *O Diário* publicou uma notícia informando sobre a ida dos operários comunistas Orlando Corrêa, Militão Alves Rosa e João Pacífico Filho, à redação para denunciar atos de violência da polícia local.

OPERÁRIOS DE NOVA LIMA QUEIXAM-SE CONTRA ARBITRARIEDADE DA POLÍCIA

Estiveram ontem a tarde em nossa redação os srs Orlando Correa, Militão Alves Rosa e João Pacífico Filho, operários da Companhia Morro Velho, que desejavam formular um protesto contra arbitrariedades que dizem ter sido praticadas pelo delegado de Nova Lima. Segundo as declarações dos visitantes, foram presos e espancados por motivo que até o momento ignoram. O sr. Orlando Correa informou ter sido preso na manhã do dia 6 em sua residência, pelo sargento Edson e um investigador, e levado para o interior de um automóvel, onde também se achava o delegado de polícia de Nova Lima. Até 22 horas ficou apenas recolhido ao xadrez, mas pela madrugada foi surrado por três policiais, um dos quais reconheceu ser o cabo Lana. O sr. Orlando Correa acrescentou ter contratado os serviços profissionais do advogado Paulo (Apgaua?) Guilherme Gomes, mas este, ao procurar na delegacia de Nova Lima informar-se sobre os motivos da agressão, foi mal recebido pelo delegado, que negou os fatos. O sr Militão Rosa confirmou as declarações de seu companheiro, acentuando que a ele fizeram ingerir purgante. O sr. João Pacífico Filho que reside há 38 anos em Honório Bicalho, foi preso também na manhã de sexta-feira, juntamente com os companheiros. Mais tarde todos foram transferidos para Nova Lima em caminhão conduzido pelo sargento Edson e um investigador. Informou-nos ele que ao dar entrada na delegacia de Nova Lima, foi recolhido a uma sala onde havia inúmeros soldados armados de casse têtes, a essa altura apagaram-se as luzes e os militares bateram nos recém-chegados. Os operários que nos visitaram ontem reclamam urgentes providencias da Chefia de Polícia e do Governo de Minas.⁶⁷¹

Trata-se nitidamente de um caso não só de arbitrariedade e perseguição, mas de tortura desferida contra os operários. Ao mesmo tempo em que no âmbito policial, influenciado pelo clima anticomunista em vigor naquele momento, a vigilância e a repressão continuavam presentes, no campo sindical, no apagar das luzes de seu governo, Eurico Gaspar Dutra convocou eleições para alguns sindicatos, após 3 anos de intervenção, representando uma leve distensão da política repressora que havia adotado. No ano seguinte, Getúlio Vargas, eleito presidente da República, convocaria eleições gerais para outras direções sindicais, o que a historiografia considerou como uma espécie de movimento tático, visando angariar apoio

⁶⁷¹ APM/DOPS – Pasta 4786.

popular para seu projeto político. No segundo governo Vargas (1951-1954) ocorreu um verdadeiro chamado à sindicalização, convocando os operários a se filiarem às suas entidades, o que ocasionou um avanço maior na distensão da repressão ao movimento operário e comunista, permitindo aos militantes o retorno à luta sindical e aos sindicatos oficiais.

No Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, as eleições sindicais foram convocadas no final de 1950. Por ocasião do pleito, os comunistas Anélio Marques Guimarães, Antonio Liberato Silva e Geraldo Policarpo de Souza fizeram circular um boletim, no qual, ao esclarecer à população sobre a posição que assumiam, acabaram esclarecendo-nos alguns pontos importantes. Chama atenção o fato de que todos os três tinham uma longa história no movimento operário local, e que mesmo sendo parte dos “51” e estando suspensos do trabalho, ainda assim buscavam exercer certa influência no operariado. No boletim, fizeram um chamado para que os operários participassem ativamente do sufrágio, pois consideravam o voto uma “arma poderosa” dos trabalhadores, concitando-os a votarem na chapa encabeçada por Geraldo Cirilo Braga, que tinha José Santa Fé Aleixo para Secretário, e José Paulo Fortes para Tesoureiro.⁶⁷² No entanto, ressaltavam:

(...) alertamos a todos operários no sentido de compreender que estas eleições por si só, não irão resolver os problemas da classe operária; só conseguiremos resolver os nossos problemas a medida que os companheiros se organizarem e unirem para exigir que a Diretoria do sindicato defenda as nossas reivindicações mais sentidas.⁶⁷³

Podemos dizer que os comunistas, portanto, convocavam um “voto crítico”, afirmando que a tática de ação deveria se dar na organização da base sindical, que daria forças suficientes para os operários pressionarem as direções sindicais, quaisquer que fossem. A posição adotada estava consoante com a linha política assumida nacionalmente pelo PCB. Ainda sobre isso, disseram que,

Devemos alertar os trabalhadores que a simples troca de homens não vai resolver a situação da classe operária; é necessário que os trabalhadores se organizem dentro de cada secção da empresa, formando comissões pelas reivindicações, e que essas comissões sejam criadas com os companheiros combativos e esclarecidos.⁶⁷⁴

⁶⁷² Naquele mesmo ano Geraldo Cirilo havia sido candidato à vice-prefeito, e José Paulo Fortes à vereador, ambos em Nova Lima, pelo PDC.

⁶⁷³ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03.

⁶⁷⁴ Ibid.

Apesar da realização das eleições sindicais representarem parte da distensão da repressão que se seguiria nos anos seguintes, para que as chapas fossem inscritas, era ainda necessário apresentar o famigerado “atestado de ideologia”, que somente deixou de ser exigência em 1952. Por este motivo, os comunistas que assinaram o boletim, todos com fichas policiais extensas e considerados “chefes” do comunismo local, esclareceram o motivo pelo qual não haviam registrado uma chapa “independente”:

Levamos ao conhecimento dos trabalhadores que na impossibilidade de nos apresentar como candidatos nestas eleições dado ao seu caráter tipicamente facista, pois a mesma exige que os candidatos apresentem o infame atestado de ideologia e “De boa conduta” e pelo servilismo da atual junta governativa que a serviço da Cia. e do Ministério do Trabalho se recusou a registrar a nossa chapa independente, pois como operários concientes não nos submetemos ao imoral atestado de ideologia.

Afirmavam também que era um dever dos trabalhadores não votarem na outra chapa, composta pelos então interventores, e que tentava se manter na direção, encabeçada por Sebastião Alevato. Dizendo sobre a chapa em questão, os comunistas acabaram por nos informar dados sobre o período em que a junta interventora esteve na direção sindical, entre 1947 e 1950. Eles destacaram ainda que “esta chapa é encabeçada pelo senhor SEBASTIÃO ALEVATO, atual presidente da junta governativa, e que a mais de dois anos, se recusa a dar assembleias, transformando, assim, o sindicato em instrumento da Cia.”⁶⁷⁵ Este trecho revela novamente a importância que as assembleias sindicais tinham para os comunistas, que se organizavam para nelas influenciarem o curso das lutas, angariar assinaturas para suas campanhas e conseguir novos militantes. O fato de as assembleias serem sustadas acabou tornando o sindicato refém da empresa, pois eram nelas que os trabalhadores exerciam sua “soberania”, e que os comunistas conquistavam sua inserção. Por fim, os comunistas apresentaram um programa que Geraldo Cirilo teria se comprometido a cumprir, diante de uma comissão de operários, contendo as seguintes reivindicações:

- 1) Abono de Natal na base de um mês de salário.
- 2) Combate ao estatuto da Cia.
- 3) Aumento geral de salários para todos os trabalhadores.
- 4) Contra a assiduidade de 100%.
- 5) Dar assembleia todos os meses, para discutir nossas reivindicações mais sentidas.

⁶⁷⁵ Id.Ibid.

- 6) Lutará contra a política da Cia., de despejo dos aposentados, viúvas e pensionistas, isto é, direito de permanecer nas casas da empresa.
- 7) Fiscalização nas manobras da empresa que está tirando operários da mina para a superfície, com redução em seus salários.⁶⁷⁶

Além de conter pautas específicas, como o combate ao Estatuto da empresa, que proibia reuniões e propaganda política nas suas dependências, o programa continha pautas programáticas, que deveriam ser defendidas pelos militantes de base do PCB no movimento operário, como a luta por aumento de salários, contra a assiduidade 100% e pelo abono de Natal. O boletim encerrava bem aos moldes daquilo que sugeria o Partido para seus materiais de propaganda, com palavras de ordem gerais, concitando os trabalhadores: “TUDO PELA VITORIA DA CLASSE OPERARIA! VIVA A CLASSE OPERARIA UNIDA E ORGANIZADA!”⁶⁷⁷ Ao que parece, uma coalizão foi formada para que a chapa da junta interventora não saísse vencedora do pleito, tática que acabou dando certo, com Geraldo Cirilo sendo eleito presidente do Sindicato dos Mineiros para o biênio 1951/1952.

Durante o ano de 1951, não houve nenhum conflito coletivo de trabalho entre operários e empresa, não sendo verificadas ocorrências de greves, sabotagens ou coisas do tipo. Logo no início do ano, no dia 20 de fevereiro, assumia a chefia de polícia local o “dedicado e esforçado”⁶⁷⁸ delegado Diocélio de Oliveira Cabral, considerado um estudioso do comunismo, e que ficaria no cargo até 1953.⁶⁷⁹ Um relato policial produzido após 5 meses de sua posse, afirmava que Diocélio “tem feito sentir a sua ação eficiente, de modo a inquietar os meios comunistas, e que não lhes tem dado tréguas em nenhuma oportunidade para qualquer movimento ou propaganda, dada a profícua fiscalização por êle ministrada com sabedoria.”⁶⁸⁰

O trabalho de Diocélio marca uma nova fase nas ações repressivas por parte da polícia, que passou a produzir relatórios sobre a situação dos comunistas locais, sobre espionagens em reuniões do PCB, acesso às atas das assembleias sindicais e até mesmo relatos de espionagem

⁶⁷⁶ Id. Ibid. Além de firmar o compromisso sobre estas pautas, Geraldo Cirilo, no dia 29 de novembro, havia se reunido com os comunistas da seção dos “carreiros”, com os quais se comprometeu a levar suas pautas aos demais membros da chapa caso fossem eleitos. Assim declarou Geraldo Cirilo: “Declaro aos demais trabalhadores das Minas de Nova Lima e Raposos Seção de “Carreiros” que estiveram em minha casa os Sns João Figuerêdo Reis, João Colaris Tolentino, Benedito Felício Cornelio, Antônio Cláudio Lucas, José Pedro Silva e Militão Ferreira Dias.” Ver: TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03.

⁶⁷⁷ Ibid.

⁶⁷⁸ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁷⁹ Antes de Diocélio assumir a delegacia de polícia da 10a Circunscrição de Polícia, sediada em Nova Lima, estiveram à frente dela o capitão Mário Lindenberg – durante o assassinato de Willian Dias e Onésio -, e depois o coronel Sebastião Reis, “que se tornou o terror dos vermelhos em Nova Lima, dada a sua energia na repressão de toda e qualquer prática comunista.” – APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁸⁰ Ibid.

sobre elas. Muitas dessas informações eram fornecidas por membros da UNAS, entidade anticomunista local fundada em 1949, poucos meses após o assassinado de William Dias Gomes, apoiada pela empresa e pela Igreja. Em informações levantadas por Diocélio, consta que naquele momento havia 273 comunistas em Nova Lima com ficha policial. A fonte consultada traz informações sobre todos, com destaque para alguns nomes, sobre os quais há informações mais detalhadas, indicando serem os principais nomes da militância comunista: Antonio Liberato, Manoel Corrêa de Sá Bandeira, Pedro Souto, Militão Alves Rosa, Adolfo Magalhães, David Lavinski, Benedito Felício, Estanislau Batista Quintão, José Jeronimo, Tito Lucas Marques, Afonso Pontes, João Batista (vulgo João Cara fechada), Claudio Francisco Silva e João Colares Tolentino.

Acerca das movimentações dos comunistas no nível de massas, por ocasião do dia 1º de maio, data comemorativa nos meios operários e nos partidos comunistas, encontramos um boletim que os comunistas fizeram circular no ano de 1951. Intitulado “Aos Trabalhadores do Morro Velho”, após contar uma breve história da data, resumindo a saga dos “Mártires de Chicago”, o boletim conectava-a com as lutas empreendidas em Minas Gerais. Operava-se assim uma mediação política entre a data, sua história, pautas do programa do PCB e questões regionais e locais.

Em Minas neste dia também os operários comemoram esta gloriosa data, lutando não por 8 horas de trabalho mas sim por aumento geral de salários, por melhores condições de vida, por liberdade e autonomia sindical, pela paz e contra a guerra e contra o clima de terror e por um Brasil melhor, sem fome, sem miséria, pela liquidação do analfabetismo e pela restituição das liberdades que até hoje em pleno século 20 é privilégio das classes opressoras.⁶⁸¹

Afirmava ainda o boletim que na Morro Velho essa data seria comemorada desde 1935 (um ano após a fundação do Sindicato, no dia 13 de maio de 1934), apesar do que consideravam como tentativas do Ministério do Trabalho de “desvirtuar a data”, “fazendo festas burocráticas e transformando em homenagem a inimigos dos trabalhadores.”⁶⁸² Na ótica dos comunistas, o 1º de maio seria o momento de prestar homenagens aos “heroicos trabalhadores tombados nas lutas em defesa da classe operária e de nossos irmãos do campo”.⁶⁸³

⁶⁸¹ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁸² Ibid.

⁶⁸³ Ibid.

Figura 5 – Aos Trabalhadores da Morro Velho



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4787

A data ainda fora utilizada para lembrar o martírio daqueles que haviam tombado na luta contra a Morro Velho. Era o momento de homenagear os 17 fundadores do Sindicato dos Mineiros, perseguidos e demitidos em 1936, e José Antônio, ex-presidente do sindicato, William Dias Gomes, José dos Santos (Lambari) e Ornelio de Castro, que foram “vítimas da ganância dos Ingleses da Cia. Morro Velho”, que foram “assassinados por não se dobrarem frente aos poderosos opressores dos mineiros.”⁶⁸⁴ Em relação à “martirização” de William Dias, Lambari e Ornelio (Onésio), utilizada como elemento de mobilização e engajamento em outros tantos momentos, afirmava-se no boletim que a melhor forma de homenageá-los seria,

(...) intensificarmos as lutas por aumento geral de salários, pela volta dos 51 companheiros suspensos por ordem dos Ingleses, e exigindo a liberdade

⁶⁸⁴ Ibid.

sindical; pelo direito dos aposentados ficarem nas casas, pela revogação da lei de indenizações que vai para a caixa de pensões e pelo direito a um salário mínimo de acordo com o alto custo de vida, por Paz, Pão, Terra e Liberdade.⁶⁸⁵

Fica nítido como o boletim instrumentalizava a data comemorativa do 1º de maio para mediar pautas que o programa do PCB definia para o nível de massas com reivindicações imediatas no âmbito local, sendo bastante representativo daquilo que deveria ser feito pela militância de base. Em consonância com o que foi discutido no início do capítulo, esse movimento, que inclui a capacidade de perceber e levantar questões locais, conectando-as às pautas partidárias, e de construir isso narrativamente nas ações de propaganda, era uma das principais habilidades do militante comunista no nível de massas.

Acerca da participação dos comunistas em organizações de massa locais, uma comunicação redigida por Lourival C. Vasconcelos, delegado especial de polícia de Raposos, e enviada à José Henrique Soares, chefe de polícia do Estado, informa-nos sobre a situação da Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos. Conforme mostramos em outro momento, enquanto o Sindicato dos Mineiros esteve sob intervenção ministerialista, os comunistas utilizaram a referida Sociedade para organizar e mobilizar os operários. De acordo com o delegado Lourival, no dia 15 de julho de 1951 havia tomado posse a nova diretoria da entidade, “Quasi (sic) toda de elementos comunistas fichados e ativos.” A direção havia sido eleita observando os Estatutos, considerados pela polícia como “esdrúxulos, mal organizados, e feitos ainda na época em que o comunismo dominava os principais setores desta cidade.” A nova diretoria, quase toda composta por comunistas, dava fim a uma direção que, apesar de ter contado com comunistas em seu quadro, “agia de acordo com a polícia, a quem dava informações sobre os assuntos ali tratados.” Segue abaixo um quadro com a relação nominal da diretoria destituída e da eleita, es caracterizações feitas pela polícia.

Quadro 10 – Direções da Sociedade Beneficente de Raposos em 1951

Direções da Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos em 1951	
Diretoria destituída	Diretoria eleita
Carlos Barbosa – É tido como anti-comunista”	Presidente: Manoel Rodrigues da Fonseca. Fichado nesta delegacia como comunista.
José Egídio de Souza – Fichado comunista	Vice-presidente: Manoel Arcanjo do Amaral. Simpatizante da causa comunista.
Moisés Antônio – Simpatizante comunista	1º Secretário: Alfeu Gabriel – É tido como anti-comunista, mas se acha em observação.
José Marques da Silva – Comunista fichado	2º Secretário: Olímpio Costa

⁶⁸⁵ Ibid.

Aristides Arruda	1º Tesoureiro: Vicente Ferreira de Almeida. Fichado como comunista. 2º Tesoureiro: Sebastião Moreira. Fichado como comunista.
Benigno Azevedo Leite – apesar de não estar fichado, é simpatisante (sic), muito ligado a todos os comunistas locais, que fazem de sua barbearia ponto de palestras	Bibliotecário: Teotonio Geraldo. Em observação.
Vicente Claudio Cruz – ante comunista (sic)	Conselho Fiscal: Angelo José Vieira – Simpatizante forte.
José Raimundo Gomes – Procurador	Conselho Fiscal: Marcial de Assis e Silva – fichado mas se acha em observação
Henrique Mendes Costa	-
Geraldo Lourenço (?)	-

Elaborado pelo autor. Fonte: APM/DOPS – Pasta 4889.

De acordo com as informações colhidas, a organização estaria em declínio com o afastamento dos “elementos” não comunistas. Acreditamos que o declínio apontado pelas autoridades na verdade estivesse relacionado à retomada das ações que os comunistas foram fazendo pouco a pouco no Sindicato dos Mineiros, a partir da eleição de Geraldo Cirilo Braga, por eles apoiado. Fato é que, mesmo com o sindicato não estando mais sob intervenção, os comunistas continuaram a utilizar a Sociedade Beneficente dos Operários de Raposos, dirigindo-a e certamente fazendo dela ponto de encontros e reuniões.

Logo no mês seguinte à posse da nova direção na Sociedade Beneficente, a polícia apreendeu várias edições do *Jornal do Povo*, órgão de propaganda do PCB em Minas Gerais, e que estavam em posse do filho de Geraldo Policarpo de Souza, menor de idade. Ele vendia as edições na Praça da Estação em Raposos, e a polícia teria feito a apreensão e intervido, pois os anticomunistas locais estavam prestes a agredi-lo.⁶⁸⁶ Dez dias depois o próprio Geraldo Policarpo foi alvo de uma apreensão, na residência de José Marques da Silva, companheiro de partido. Ambos, considerados “chefões do Partido Comunista na cidade de Raposos”, estavam com 27 folhetos do Apelo de Berlim e 16 talões de rifa, certamente para ajudar no financiamento da participação do PCB nas campanhas pela paz mundial, encampadas pelos partidos comunistas sob desígnio da URSS.⁶⁸⁷ Vale destacar que naquela ocasião, Geraldo Policarpo permanecia sendo vereador em Raposos, o que não o impedia de ser alvo da repressão policial.

⁶⁸⁶ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁶⁸⁷ Campanhas, eventos, congressos, palestras e diversas atividades regionais, nacionais e internacionais pela paz mundial foram encampadas pelos partidos comunistas, sob coordenação da URSS. A iminência de uma nova guerra mundial, no contexto de guerra fria, com agressões mútuas entre EUA e URSS, além da tentativa do PCUS de construir uma imagem de que a URSS seria a defensora da paz e da democracia, foi um dos motivos que geraram

No final do mês de agosto, no dia 30, novamente Geraldo Policarpo, José Marques da Silva, e desta vez também Joaquim Barbosa, “vulgo Soldadinho”, e um comunista de apelido “Bela Fama”, foram presos.⁶⁸⁸ No relatório que a Delegacia Especial de Raposos encaminhou ao DOPS, consta que estes comunistas haviam sido presos numa “reunião relâmpago” na casa de Geraldo Policarpo. Na ocasião, Geraldo não aceitou a voz de prisão dada pelo chefe do destacamento local e do soldado José, dizendo ser um absurdo sua detenção. Foi necessário então o uso da força para “recolhê-lo ao xadrez”. Com ele foi apreendida uma faca, novos boletins do Apelo de Berlim e talões de rifas. Geraldo já era processado pelos crimes de porte de arma proibida, desacato, resistência à prisão e tentativa de homicídio da pessoa do capitão Pedro Ferreira da Silva, que fora delegado local, considerado um dos mais arbitrários e violentos. José da Silva, considerado auxiliar de Geraldo Policarpo, também resistiu à prisão na hora, mas também acabou sendo “recolhido ao xadrez”. De acordo com as informações encontradas, José teria “mania de agredir soldados”, e tinha como missão distribuir boletins comunistas pela cidade. Já o comunista de apelido “Bela Fama”, era residente e fichado como comunista em Nova Lima. Na casa da viúva do comunista Romeu Alves, foi preso “enrustido” o comunista Joaquim Barbosa, conhecido como “Soldadinho”, que tinha a função de instruir as mulheres e conduzir as mesmas para a capital e outros locais no Estado. Muito possivelmente Joaquim havia fugido da casa de Geraldo Policarpo no momento da prisão, sendo encontrado posteriormente e também “recolhido ao xadrez”.

Também encontramos diversos relatórios de espionagem produzidos pelo “galo” Antônio Duarte, operário da Morro Velho, e que os repassava a polícia, dando notícias das movimentações dos comunistas locais.⁶⁸⁹ Essa ação de espionagem é interessante, pois Antônio Duarte era também militante do PCB, levando-nos a duas hipóteses: 1) que, como militante do PCB, decidira trair e denunciar seus companheiros; 2) que a ação anticomunista chegara ao ponto de formarem um agente de espionagem infiltrado no partido, que recolhia informações sobre as agitações comunistas, visando desarticula-las.

O primeiro relatório produzido por Antônio Duarte de que temos notícia, dava conta de uma reunião do Comitê de Empresa do PCB, ocorrida no dia 21 de outubro de 1951, na casa do comunista Antônio Cláudio Lucas.⁶⁹⁰ As pautas da reunião eram: intensificação da campanha de luta pela paz até o dia 26, com o recolhimento de 2.000 assinaturas, enviadas por 3 delegados,

tais campanhas. No caso dos comunistas da Morro Velho, vários abaixo-assinados e ações de levantamento de recursos foram realizadas em função das Campanhas pela Paz. Sobre isso ver: Ribeiro, 2003.

⁶⁸⁸ APM/DOPS – Pasta 4889.

⁶⁸⁹ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁹⁰ Ibid.

2 da Cia. Morro Velho e 1 de Raposos, sendo que o Congresso Mineiro pela Paz se realizaria nos dias 27 a 29, em Belo Horizonte; Fazer “pinchamento em quantidade” para desmascarar Getúlio Vargas, de acordo com a linha política do PCB; Fazer “pinchamentos” de propaganda pela paz na Mina e nos bairros de Nova Lima.⁶⁹¹ No dia 27, nova reunião na casa de Antônio Cláudio Lucas, dessa vez para fazer um balanço das finanças do PCB local, e discutir qual seria a ação dos militantes na assembleia sindical que se realizaria no dia seguinte.⁶⁹² Sobre este último ponto, foi acolhida a sugestão dada por Manoel Corrêa de Sá Bandeira, de que iriam defender o salário-mínimo no valor de Cr\$1.100,00, colocar em votação a proposta de aumento de salários de Cr\$14,90 por dia, e caso a Morro Velho não aceitasse, os operários entrariam em greve, e pediriam também salário noturno na base de 20%, e a fixação do Plano Canadense (gratificação por produção) nas carteiras de trabalho.

Imagem 20 – Antônio Cláudio Lucas



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4787

Outra reunião, importante para as questões que nos propomos a discutir em diálogo crítico com a historiografia sobre o PCB, ocorreu no dia 2 de dezembro de 1951, segundo informações recolhidas pelo “galo” Antônio Duarte.⁶⁹³ A reunião ocorreu em Belo Horizonte, no bairro Calafate, e contou com a presença de militantes do Comitê Estadual, do Comitê de Empresa da Morro Velho e do Comitê Central.⁶⁹⁴ Marinho, representando o Comitê Central, abriu a reunião dizendo sobre a atenção que deveria ser dada acerca da espionagem na Morro Velho, para isto dizendo que na Rússia, se há “caças” que não sejam de acordo com o regime,

⁶⁹¹ Ibid.

⁶⁹² Ibid.

⁶⁹³ Ibid.

⁶⁹⁴ Do Comitê Estadual e Central, estiveram presentes: Marinho, Ricardo, Pacheco, Paulo, Eduardo, Belmiro, Xisto, Edu, Zeca, Lito, Dias, Duca. Por Nova Lima estavam presentes: Manoel de Sá Bandeira, João Cara Fechada, Geraldo Policarpo, Antonio Claudio, João, filho de Joaquim Venuto, João Viana e Manoel Rodrigues da Fonseca.

Stalin “manda o consumir e é este o exemplo que devemos seguir no Brasil.”⁶⁹⁵ Citou o caso da morte de Willian Dias e Lambari, ressaltando que “não podemos mais continuar de braços crusados porque o foco da reação esta aqui em Morro Velho devemos nós tomar cuidado com os espões conforme mandan a RUSSIA.”⁶⁹⁶ Na sequência, falando sobre a militância no Sindicato, Marinho teria comentado sobre a atuação de José Geraldo Gomes, vulgo “Dédé”, membro da União Novalimense de Ação Social (UNAS), organização anticomunista local.⁶⁹⁷ Marinho chamou atenção para o fato de que Dédé, “demagogo”, estaria apresentando boas propostas nas assembleias, e tido o apoio da massa. Uma das tarefas dos militantes locais seria “desviar” a massa da demagogia dele, e afirmou Marinho que

(...) precisa que o partido tome uma posição énergica sobre este sentido (...) e se o partido não tomar esta frente um demagogo qualquer a tomará, e assim nós estamos vendo que na próxima eleição ele será eleito e isto não passa de um espão da MORRO VELHO e devemos ter cuidado e tomar posição sobre este sentido.⁶⁹⁸

Ou seja, com Dédé despontando como líder, uma verdadeira disputa deveria ser feita na base sindical através das assembleias do Sindicato. Já em relação ao nível partidário, Geraldo Policarpo havia sugerido que Manoel Corrêa de Sá Bandeira, Militão Ferreira Dias e ele, deixassem a direção do PCB local, pois estariam muito visados pela polícia. Assumiram a direção João Batista Viana, vulgo Cara Fechada, João Pequeno e Manoel Rodrigues da Fonseca. As tarefas dos novos dirigentes eram construir a luta pelo abono de Natal, por aumento de salários, recolher assinaturas pela paz mundial, recrutar novos militantes, realizar curso de estudos, levantar as reivindicações mais sentidas dos operários da Morro Velho, e controlar a venda de jornais do partido.

O relatório citado revela-nos a articulação entre organismos dirigentes nacionais e estaduais com o organismo local, no caso o Comitê de Empresa, sustentando nosso questionamento da tese dos “dois PCs”. Além disso, apresenta a preocupação com a questão da espionagem dentro do partido, certamente ou porque já desconfiavam de Antônio Duarte, ou tinham notícias de situações parecidas. Em relação ao nível partidário, apresenta a modificação do quadro dirigente local. Já sobre o nível de massas, diz-nos sobre as disputas em jogo nas assembleias sindicais, reabertas com o fim da intervenção ministerialista, e a presença dos

⁶⁹⁵ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁹⁶ Ibid.

⁶⁹⁷ Naquela ocasião, Pedro Marçal Faria era o presidente da UNAS. Ver: APM/DOPS – Pasta 4787.

⁶⁹⁸ APM/DOPS – Pasta 4787.

anticomunistas nestes espaços. José Geraldo Gomes, o Dédé Gomes, então membro da UNAS, posteriormente se tornará vereador por Nova Lima, e presidente daquela organização, tornando sua atuação curiosa no correr da década, como será demonstrado nas próximas seções do capítulo.

No dia 17 de dezembro, desta vez na casa de João Colares Tolentino, vulgo “Carioca” realizou-se nova reunião do Comitê de Empresa, que recebeu críticas do Comitê Estadual por não ter realizado parte das tarefas que haviam sido determinadas na reunião anterior. O Comitê Estadual eximiu os novos membros do Comitê de Empresa, “porque não tiveram a ajuda de seus dirigentes mais capacitados”. Novas tarefas foram determinadas, sendo elas: colher 1200 assinaturas pela paz até 15 de janeiro de 1952, quando se realizará o congresso continental pela paz; distribuir o jornal local “A Luta dos Mineiros”; fazer “pinchamentos” nos setores de trabalho, preferencialmente na mina da Morro Velho, com os seguintes dizeres: “Vivas os 72 aniversários do camarada Stalin”, que “é o dirigente da classe operária do mundo inteiro”; e também “pinchamentos” pelo abono de Natal, em local diferente. A sugestão é que os “pinchamentos” fossem feitos em locais de “menas espionagem”.

Imagem 21 – João Colares Tolentino



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4787

Os relatórios de espionagem continuaram sendo elaborados no início de 1952. Um caso curioso, relatado por Antônio Duarte, foi o de uma “grande reunião comunista” que seria realizada na capital mineira. No dia 16 de janeiro de 1952, realizaram uma reunião relâmpago na casa de João Colares Tolentino. Estavam presentes os comunistas Antônio Cláudio Lucas e João Cara Fechada, com o objetivo de combinar uma ida para Belo Horizonte.⁶⁹⁹ Informou o

⁶⁹⁹ APM/DOPS – Pasta 4787.

“galo” que a viagem seria para participarem de uma “manifestação a uma alta patente do Partido Comunista que vem a Capital para falar com os adeptos do partido”.⁷⁰⁰ A dita reunião seria realizada no dia 20 de janeiro, e os dirigentes da Morro Velho haviam sido convocados para estarem presentes. O combinado seria o seguinte: João Cara Fechada iria na frente, aguardando na rodoviária de Belo Horizonte, já os demais iriam por outros caminhos, “sem que se perdessem de vista”, tudo isso para despistar os possíveis espões da polícia.⁷⁰¹ Interessante notar que o “galo” Antonio Duarte iria participar da reunião, e temendo que houvesse “cana” no local, solicitou que “lhe seja fornecido um cartão para se identificar muito ocultamente para não ser maltratado.”⁷⁰²

Outro relatório de espionagem nos dá informações sobre o refluxo que se abateu sobre o PCB local com as ações de repressão desfechadas nos anos anteriores, e também sobre a chegada das táticas programáticas adotadas pelo PCB. Trata-se de nova reunião do Comitê de Empresa,⁷⁰³ em que a pauta era discutir o descontentamento que havia entre os operários, pois a Morro Velho estaria pagando salários diferenciados para trabalhos considerados idênticos, no caso entre os gaioleiros e os maquinistas. A função dos gaioleiros era, dentro dos elevadores, também chamados de “gaiolas”, usarem sinais luminosos (verde, vermelho e amarelo) para se comunicarem com os maquinistas, responsáveis pela locomoção dos elevadores que carregavam homens e minério.⁷⁰⁴ Na avaliação dos comunistas, o fato de a empresa atribuir salários diferenciados para funções que os operários consideravam similares, representava a tentativa da empresa de fazer “divisão de classe”.⁷⁰⁵ O caso levou o Sindicato a instaurar dissídio coletivo no dia 22 de janeiro.⁷⁰⁶ Marinho, do Comitê Central, considerou difícil mobilizar as massas com a “divisão de classe porque a Cia. está utilizando as misérias do trabalhador jogando um contra o outro enquanto uns estão ganhando de feitores ou maquinistas eles não vao lutar pelos seus direitos.”⁷⁰⁷ E sugeriu que

(...) para mobilizar esta maça tão desorganizada tem que ser por meios de uma forte comissão. Pinchamento e boletins pedindo as maças que se engessem nos seus sindicatos porque quando surgir uma revolução de classe temos o povo bem mobilizado para ir até a vitória conforme fomos vitoriosos na greve branca de 1948.⁷⁰⁸

⁷⁰⁰ Id. Ibid.

⁷⁰¹ Ibid.

⁷⁰² Ibid.

⁷⁰³ Ibid.

⁷⁰⁴ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissídioColetinon1079.1952.5.03.0

⁷⁰⁵ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁷⁰⁶ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissídioColetinon1079.1952.5.03.0

⁷⁰⁷ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁷⁰⁸ Ibid.

João Cara fechada disse então que “temos que tomar providencias neste sentido afim de que se poça organizar uma comissão como tinha no tempo do falecido Willer (Willian?) Dias Gomes e Geraldo Rosa (...).”⁷⁰⁹ Mobilizando um repertório tático, ponderou que no tempo em que havia as comissões nos locais de trabalho, “todo mundo se sentia satisfeito porque tinham quem dirigia a maça dentro do Sindicato e da Mina do M.V, e hoje nada disto temos.”⁷¹⁰ Ao rememorar o período anterior, João Cara Fechada acaba nos revelando a perda de inserção que os comunistas tiveram com o refluxo resultante da repressão sofrida a partir de 1947. Após os conflitos que culminaram no assassinato e na perseguição dos comunistas locais, ações reivindicativas e organizações nos locais de trabalho (comissões) tornaram-se inexistentes ou inoperantes, significando perda da capacidade operativa e de influência dos militantes locais.

Mas a conjuntura pouco a pouco ia mudando, e os comunistas em todo o país foram recuperando sua capacidade de ação política incisiva nas bases. Outro relatório nos dá mais elementos para tal afirmativa em âmbito local. Neste caso, o relatório foi produzido por outro “galo”, de nome José Silva. Informava ele à polícia sobre reunião comunista feita na casa de Antônio Cláudio Lucas, no dia 22 de janeiro de 1952, às 20:40. Estiveram presentes João Colares Tolentino, João Batista Viana (vulgo Cara Fechada) e Antônio Cláudio, e discutiram questões relativas à atuação na Morro Velho e às reivindicações dos operários.⁷¹¹ João Cara Fechada, falou inicialmente sobre a necessidade de sindicalizar os trabalhadores, em vista do contexto de abertura das entidades sindicais e de retomada da participação dos comunistas nelas. Destacou o militante que a exploração da Morro Velho se intensificava, e que quando da morte de Willian Dias e Lambari, o povo tinha medo quando ofereciam o *Jornal do Povo* – órgão do PCB mineiro -, mas devido às novas circunstâncias “agora sentem a escravidão e não tem mais medo”.⁷¹² Deste modo, afirmou que uma nova conjuntura se abria, e que “vem chegando todos os trabalhadores procurar colaborar com o partido porque hoje em dia para conhecer os seus direitos e levantar lutas da classe só sendo comunista (...).”⁷¹³

O descontentamento dos operários e a distensão da repressão no âmbito sindical foram favoráveis a um novo fluxo de ação militante. Se houve o descontentamento entre os gaioleiros, que solicitavam salários idênticos aos dos maquinistas, na dita reunião Antônio Cláudio falou de novas querelas que surgiam entre os operários e a empresa: os carreiros antigos estavam ganhando o salário diário de Cr\$26,00, e os novos estavam ganhando Cr\$25,20, e os

⁷⁰⁹ APM/DOPS – Pasta 4787

⁷¹⁰ Ibid.

⁷¹¹ Ibid.

⁷¹² Ibid.

⁷¹³ Ibid.

maquinistas de cabeceira reivindicavam 50% de aumento de salário, igualando seus ordenados aos dos demais maquinistas. Para Antônio Cláudio, “(...) o partido deve tomar a frente desta luta para que sejam vitoriosos.”⁷¹⁴ Nesse sentido, João Colares também

(...) sugiero que: o partido deve tomar a frente destes carreiros levar eles para o sindicato para discutir os seus direitos porque esta divizão de salário é feito no departamento do pessoal e os novatos tem medo de reclamar para ganhar igual os antigos e não ser atendido e perder o emprego.⁷¹⁵

Vale ressaltar que comunistas como os próprios João Colares Tolentino e Antônio Cláudio, e também Benedito Felício Cornélio, José Pedro Silva e Militão Ferreira Dias, eram carreiros e foram responsáveis por um dos acordos feitos com Geraldo Cirilo em 1950, quando este era candidato à direção sindical.⁷¹⁶ Um dos compromissos que a direção sindical eleita havia firmado no acordo foi que lutaria pelas reivindicações dos carreiros, o que agora passava a ser cobrado pelos comunistas.⁷¹⁷ Assim como no caso dos gaioleiros, o Sindicato acabou solicitando a instauração de dissídio coletivo para a reivindicação dos carreiros no dia 30 de maio daquele ano.⁷¹⁸ Como era de praxe, os dissídios eram lentos e morosos.

Mas os descontentamentos não se restringiam apenas aos operários e a Morro Velho. No dia 4 de fevereiro de 1952, a polícia local emitiu um comunicado à população de Nova Lima informando que, a despeito da legitimidade de uma greve branca a ser realizada contra os preços dos gêneros de primeira necessidade, não toleraria atos de vandalismo contra os estabelecimentos comerciais. O comunicado completava solicitando que a população denunciasse os “agitadores” que tentassem insuflar o povo. Sete dias depois, o “galo” José Silva informava o delegado de Nova Lima sobre uma possível organização de “quebra-quebra” nos açougues de Nova Lima pelos operários da Morro Velho. O tal “quebra-quebra” acabou não ocorrendo, mas a pressão da população local fez com que os donos de açougues abajassem o preço da carne. Em boletim circulado no dia 13 de fevereiro, os açougueiros informavam a baixa no preço, e ressaltaram a atitude pacífica da população, que não depredou seus estabelecimentos.

⁷¹⁴ APM/DOPS – Pasta 4787.

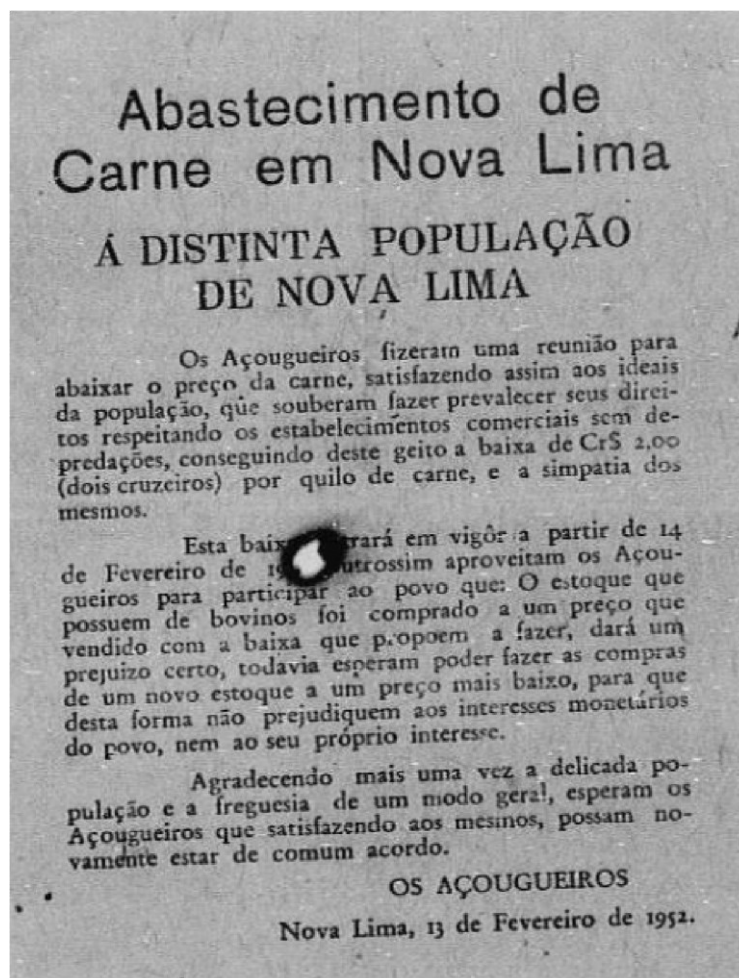
⁷¹⁵ Ibid.

⁷¹⁶ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissídioColetinon1079.1952.5.03.0

⁷¹⁷ Ibid.

⁷¹⁸ Ibid.

Figura 6 – Boletim dos Açougueiros de Nova Lima



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4783

O episódio acima, bem como a ameaça de “quebra-quebra” nos estabelecimentos comerciais, enquadra-se nas chamadas lutas contra a carestia de vida, deflagradas em várias regiões do país. Em suas análises, Murilo Leal afirmou que

(...) os padrões de consumo das classes populares na década de 1950 parecem marcados, no início do período, pela escassez de produtos de primeira necessidade, talvez ainda decorrente de efeitos da conjuntura do pós-guerra, e no final do mesmo período, pela aceleração da inflação.⁷¹⁹

E ainda que “no decorrer dos anos 1950, a manutenção de um padrão mínimo de consumo tornou-se um desafio a ser vencido coletivamente pelo trabalhador e sua família.”⁷²⁰

⁷¹⁹ Leal, 2011, p.192.

⁷²⁰ Ibid.

Enfatizou ainda o autor que as táticas adotadas para a manutenção de um padrão mínimo de consumo, como no caso acima relatado, tinham a feição de “motim da fome”, tratando-se de ações coletivas movidas pelo sentimento de legitimidade. As lutas contra a carestia acabaram tornando-se ponto de convergência entre as lutas sindicais, de bairros e das mulheres.⁷²¹

Assim é que, em assembleia sindical realizada no dia 9 de março de 1952, praticamente um mês após a ameaça de “quebra-quebra” nos açougues, Arlindo Fernandes pronunciou-se pedindo que os operários apoiassem o movimento das Donas de Casa, de levar adiante uma nova greve branca, com o objetivo de baixar o preço dos pães.⁷²² Meses depois, em outra assembleia sindical, realizada no dia 26 de outubro, a senhora Célia Lobato, após falar sobre o combate aos “tubarões” e à carestia, comentou sobre a criação de uma Comissão das Donas de Casa. Após isso, foi criada a Comissão, que se faria presente nas assembleias sindicais para que se organizassem ações conjuntas.⁷²³ A ideia da greve contra o preço dos pães, citada em março, amadureceu ao longo dos meses seguintes, e no dia 14 de novembro, no Teatro Municipal de Nova Lima, 200 senhoras e 50 sócios do Sindicato dos Mineiros se reuniram para discutir o assunto.⁷²⁴ A reunião foi dirigida pela presidente do Centro das Donas de Casas de Nova Lima, Sebastiana Gomes Pego, pela presidente do Centro das Donas de Casas de Raposos, dona Joana, e mais uma senhora, representando o distrito de Honório Bicalho.⁷²⁵

Sobre o preço e a qualidade do pão, decidiram na reunião que fariam uma greve⁷²⁶, e sobre a questão da carne, o presidente do Sindicato ficara incumbido de comunicar por escrito os açougueiros, “solicitando os preços da carne de acordo com a posse dos operários”.⁷²⁷ Ficara ainda decidido que, se dentro do prazo de 8 dias não recebessem uma resposta satisfatória, espalhariam boletins e iniciariam a greve, com a fiscalização dos açougues, para que ninguém furasse o movimento.⁷²⁸ Na reunião tomou parte também a esposa do comunista João Pequeno, que não teve seu nome citado, dizendo que precisavam combater o custo de vida com o apoio dos operários e do Sindicato, e que assim teriam a vitória.⁷²⁹ Decidiram que se reuniriam todos os domingos, alternando os locais de reunião entre Nova Lima, Raposos e Honório Bicalho.

⁷²¹ Leal, 2011, p.189.

⁷²² APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷²³ Ibid.

⁷²⁴ Ibid.

⁷²⁵ Ibid.

⁷²⁶ A palavra “greve”, usada na fonte analisada, conota a ideia de boicote. A ideia era que os trabalhadores não comprassem os pães.

⁷²⁷ Ibid.

⁷²⁸ Ibid.

⁷²⁹ Ibid.

A parceria entre Sindicato e Donas de Casa estendeu-se ao longo de todo o ano de 1953, sendo documentada a presença e participação ativa das “senhoras” nas importantes greves que surgiram. Sobre a participação dos comunistas na organização das Donas de Casa, encontramos apenas um relato de João Pequeno, feito em reunião do Comitê de Empresa, realizada no dia 11 de novembro de 1953.⁷³⁰ O relato foi feito logo após a maior greve da história dos operários da Morro Velho, realizada entre outubro e novembro de 1953, e que será analisada na próxima seção. Após comentar que havia organizado 5 comissões nos locais de trabalho, João Pequeno disse ter organizado 3 comissões de Donas de Casa, que participaram no sentido de apoiar as lutas do operariado local.⁷³¹ Ademais, a própria esposa de João Pequeno participava do movimento das Donas de Casa. Da mesma maneira que as Uniões Femininas de Nova Lima e Raposos, sobre os Centros das Donas de Casa não encontramos documentação que informe sobre fundação, organização e pessoal que as compunha.

Soma-se aos motivos apontados por Leal para que os padrões mínimos de consumo estivessem em crise nos anos 1950, o fato de que o último reajuste do salário-mínimo havia sido feito em dezembro de 1943.⁷³² Naquela ocasião, os valores para Belo Horizonte e regiões adjacentes, incluindo Nova Lima e Raposos, foram atualizados de Cr\$212,00 para Cr\$270,00 por mês, Cr\$8,48 para Cr\$10,80 por dia, e Cr\$1,06 para Cr\$1,35 por hora.⁷³³ Um novo reajuste do salário mínimo seria feito quase 10 anos depois, no segundo governo Vargas (1951-1954), que o determinou com o decreto-lei 30.342 de 24 de dezembro de 1951.⁷³⁴ Os valores então foram atualizados para Cr\$900,00 mensais, Cr\$30,00 diários e Cr\$3,75 por hora trabalhada, isso em Belo Horizonte e região metropolitana.⁷³⁵

Tendo em vista a lei que fora publicada, logo no início de 1952 a direção do Sindicato dos Mineiros e seu advogado, procuraram os representantes da empresa para iniciarem as negociações. No dia 7 de março, o diretor da Morro Velho, W.R Russel, encaminhou um ofício a Geraldo Cirilo Braga, presidente do Sindicato, informando-o que realizavam “sérios e meticulosos estudos para a adaptação dos salários ao nível previsto na nova tabela determinada pela lei em apreço”, mas tinham obstáculos à frente para fazer a majoração nos valores.⁷³⁶ Tais obstáculos seriam o fato de que a Morro Velho não havia recebido nenhuma ajuda do governo

⁷³⁰ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁷³¹ Ibid.

⁷³² Decreto-Lei n. 5.977, de 10/11/1943 – Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-norma-pe.html> acesso em: 17/03/2025.

⁷³³ Disponível em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/servicos/valores/salario-minimo> acesso em: 17/03/2025.

⁷³⁴ Ibid.

⁷³⁵ Ibid.

⁷³⁶ APM/DOPS – Pasta 4785.

federal para pensar a aplicação da nova lei, e o caráter específico da produção e venda do ouro, regulamentado pelo governo federal e pelo Banco do Brasil.⁷³⁷ No entanto, ao não apresentar dados que comprovem o que foi afirmado, o diretor da empresa tentou manipular a situação, dizendo que “esta afirmativa não será preciso comprovar-se, eis que é ela verificada e confirmada, a cada passo, por todos nós.”⁷³⁸ Ainda de acordo com ele, considerando os valores do preço do ouro no mercado nacional, um aumento de salários não seria apenas “fictício”, como também “suscetível de oscilações para menos”.⁷³⁹ Procurando diminuir um possível atrito com os trabalhadores, ele informou ao sindicato que a empresa daria um aumento de salário para os trabalhadores que recebiam menos de Cr\$30,00 por dia, e que este aumento seria proporcional para os operários da mina e da superfície⁷⁴⁰. Somente após a efetivação desse reajustamento é que outros estudos seriam feitos para novas bases e classificações salariais. Este reajustamento seria já um

(...) pesadíssimo e novo ônus nas despesas da Companhia, que com sacrifício até de parte de seu programa de desenvolvimento, no intuito de assegurar a vida da própria Companhia e, em consequência, o bem estar da coletividade operária e do Município de Nova Lima.⁷⁴¹

Iniciava-se um novo conflito coletivo de trabalho envolvendo todos os operários da Morro Velho. Diante da negativa por parte da empresa, Geraldo Cirilo Braga convocou assembleia geral do Sindicato para o dia 9 de março, realizada no Teatro Municipal, com a presença de cerca de 1.200 trabalhadores, a assembleia foi disputada entre Geraldo Cirilo e os comunistas.⁷⁴² O presidente do Sindicato, procurando não se esquivar diante dos trabalhadores em assembleia, disse dos esforços empreendidos pela diretoria na tentativa de “fazer vê a direção da Cia. a necessidade dela cumprir a lei para evitar futuros choques entre empregados e empregadores.”⁷⁴³ Disse ainda que, não sendo possível um entendimento entre as partes, havia convocado a assembleia para que iniciassem um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Nesse momento o comunista Manoel Corrêa de Sá Bandeira pediu a palavra, e protestou “veementemente” contra a ideia “absurda do Sr. Presidente”.⁷⁴⁴ Na sequência, o comunista Anélio Marques disse que a Companhia tinha a obrigação de pagar a taxa de insalubridade (4%)

⁷³⁷ Ibid.

⁷³⁸ Id. Ibid.

⁷³⁹ Ibid.

⁷⁴⁰ Ibid.

⁷⁴¹ Ibid.

⁷⁴² APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷⁴³ Ibid.

⁷⁴⁴ Ibid.

e o salário-mínimo desde 1º de janeiro daquele ano.⁷⁴⁵ Alegava Anélio que “não é possível a Cia passar por cima da lei, lei esta que foi estudada por comissões de salários, pelo Congresso Nacional e finalmente sancionada pelo eminente Presidente da República.”⁷⁴⁶

Com a palavra, o comunista Alaor Madureira propôs que um ofício fosse encaminhado à empresa e ao presidente da República, contendo a informação de que não aceitaram a proposta, e que se posicionavam contrários à deflagração de um dissídio coletivo.⁷⁴⁷ O presidente, aproveitando a ocasião, marcou nova assembleia para o dia 16, visando que os associados tomassem conhecimento das respostas e dessem novos encaminhamentos sobre a questão. Destacamos o fato de que os três comunistas que participaram na assembleia eram parte dos 51 processados pela empresa, e que estavam suspensos do trabalho, aguardando a decisão final da justiça. Mesmo suspensos da empresa, todos eles tomaram parte ativa nas movimentações que se seguiram.

Outra pessoa que tomou parte na assembleia, curiosamente, diga-se de passagem, foi o coronel da reserva da Primeira Classe do Exército Brasileiro e advogado, Olímpio Ferraz de Carvalho. Teria ele dito sobre sua experiência numa comissão de médicos e engenheiros que foram ao fundo da mina em 1946, atestando o caráter penoso e prejudicial do trabalho, que causava a morte prematura dos operários.⁷⁴⁸ Atacou também a UNAS, dizendo tratar-se de uma “sociedade contrária aos interesses dos trabalhadores”, e que ela era “coveira dos operários”.⁷⁴⁹ Consta em ata que as palavras de Olímpio foram abafadas “com calorosas palmas da grande Assembleia que lotou totalmente o recinto do Teatro Municipal.”⁷⁵⁰

O coronel da reserva e advogado é uma figura curiosa pelo fato de que tomava parte em diversas atividades ao lado dos comunistas, tanto em Raposos, quanto em Lafaiete, Belo Horizonte e outros municípios.⁷⁵¹ Era membro da Comissão Executiva Estadual do PTB e afirmava ser trabalhista.⁷⁵² Ao responder a um Inquérito Policial Militar, que o indiciava por praticar atividades subversivas e comunistas, não hesitou em dizer que atuava no movimento

⁷⁴⁵ Id. Ibid.

⁷⁴⁶ Ibid.

⁷⁴⁷ Ibid.

⁷⁴⁸ Ibid.

⁷⁴⁹ Ibid.

⁷⁵⁰ Ibid.

⁷⁵¹ APM/DOPS – Pasta 2172. Naquele momento Olímpio Ferraz de Carvalho era presidente da Associação Mineira pela Paz Mundial, e fez parte das manifestações contra o Acordo Militar Brasil-EUA, firmado por Getúlio Vargas em 1952, e que visava assistência militar dos EUA ao Brasil, integração militar entre os dois países, e compromisso estratégico do Brasil de colaborar com os interesses dos EUA no continente americano, visando blindá-lo da influência soviética. Para o Ministério da Guerra, a participação de Olímpio em tais atividades seria prova suficiente de que ele, apesar de se apresentar como trabalhista e não possuir registro comprobatório no PCB, era militante deste partido.

⁷⁵² Ibid.

operário como advogado e trabalhista, e que, a despeito de aparecer ao lado de comunistas e até mesmo ser citado com admiração diversas vezes no *Jornal do Povo*, não era militante do PCB.⁷⁵³ Olímpio foi preso pelo Exército no dia 7 de fevereiro de 1953, e os comunistas de Raposos logo encamparam uma campanha pela sua libertação, fato que para os militares seria outro indício de que Olímpio seria mesmo comunista.⁷⁵⁴ Em reunião do Comitê de Empresa do PCB no dia 4 de março de 1953, os comunistas locais disseram que o partido deveria se responsabilizar pela família de Olímpio, caso ele perdesse seus “ordenados” de militar da reserva, e do advogado Orlando Bonfim, que também estava preso naquele momento.⁷⁵⁵ As informações colhidas sugerem que Olímpio poderia ser ou um militante do PCB infiltrado nas fileiras do PTB, ou que era realmente militante do PTB, mas que simpatizava e se aliava com os comunistas no nível de massas, uma vez que, a partir de 1951, a política sindical do PCB aproximou seus militantes dos trabalhistas, especialmente no trabalho sindical.

Voltando à questão do conflito trabalhista que se iniciava, logo no dia seguinte à assembleia, a direção do Sindicato endereçava o tal ofício para o “Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor Doutor Getúlio Dorneles Vargas”.⁷⁵⁶ Nele a direção sindical explicava a situação, informando ao presidente da República que os operários haviam entregado um memorial à empresa, dando o prazo até o dia 16 para o cumprimento da lei que determinava o aumento dos salários ao nível mínimo.⁷⁵⁷ O ofício afirmava a Getúlio Vargas que,

VIMOS apelar para Vossa Excelência, com a possível urgência, no sentido de serem tomadas as providências que forem julgadas cabíveis, para que seja a empresa compelida ao cumprimento da obrigação legal, sem evasivas, deixando as famílias dos trabalhadores à espera de uma decisão que sem duvida tardará e somente em virtude da qual a empresa se julgaria no dever de cumprir a nova lei de salário mínimo, contrariando, com esse procedimento, reiterados pronunciamentos do Exmo.Sr. Ministro do Trabalho e do Sr. Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais.⁷⁵⁸

O ofício ainda deixou subentendida a possibilidade de greve, dizendo que os operários de forma unânime e inequívoca estariam “desencantados e não agradando do dissídio coletivo”, e que “(...) cabe à empresa a responsabilidade por quaisquer consequências que possam advir de uma injustificável recusa (...)”.⁷⁵⁹ Isto se dava primeiramente pelo fato de que o último

⁷⁵³ APM/DOPS – Pasta 2172.

⁷⁵⁴ Ibid.

⁷⁵⁵ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁷⁵⁶ Ibid.

⁷⁵⁷ Ibid.

⁷⁵⁸ Ibid.

⁷⁵⁹ Id.Ibid.

dissídio coletivo instaurado havia demorado mais de um ano (1946-1948) e não teve fim, chegando operários e empresa a um acordo e desistindo do processo antes que ele terminasse. A decisão pelo dissídio ou não também era permeada pela disputa que então se travava entre a direção sindical e os comunistas. Estes últimos faziam pesar em suas ações a política do PCB, de capitanearem a luta por aumento de salários, utilizando as greves como tática. Além disso, os dissídios, a Justiça do Trabalho de modo geral, e o próprio Getúlio Vargas, deveriam ser “desmascarados” como inimigos da classe operária.⁷⁶⁰ Com uma possível greve em vista, a polícia local começava a se movimentar. No dia 15 de março, apenas 5 dias após o envio do ofício acima citado, o delegado Diocélio de Oliveira Cabral, informava a Delegacia de Ordem Pública sobre a possível deflagração da greve.⁷⁶¹ Na comunicação, o delegado local apontava a necessidade de impedir que Anélio Marques e Olímpio Ferraz influenciassem as assembleias sindicais.⁷⁶² E que, deste modo,

(...) pela valiosa intercessão do digno Delegado Regional de Trabalho, vai haver rigorosa fiscalização quanto a não permitir ingresso no recinto em que se reunirá a assembléia de elementos estranhos ao Sindicato, tendo o Sr. Geraldo Cirilo Braga, Presidente do Sindicato, haver conversado pessoalmente com o Cel. Olímpio Ferraz de Carvalho no sentido de que não lhe será mais permitida tal entrada.⁷⁶³

Além de Geraldo Cirilo agir para impedir a participação do Cel. Olímpio, ele teria se reunido com o delegado Diocélio no dia 13 para falar sobre a “conveniência do ‘isolamento’ de Anélio Marques Guimarães”.⁷⁶⁴ Para Diocélio, isolados Anélio e Olímpio, e a Companhia voltando atrás na sua decisão, “pode-se afirmar que não será deflagrada a greve.”⁷⁶⁵ Entretanto, a despeito das articulações feitas para o isolamento de Anélio Marques, ele se fez presente na assembleia realizada no dia seguinte, na qual teve forte influência sobre a categoria.

A assembleia ocorreu no dia 16 de março, no Teatro Municipal de Nova Lima, com a presença de 3.000 operários, para que fosse apresentada e votada a resposta da empresa ao memorial anteriormente enviado.⁷⁶⁶ A proposta da empresa era de aumentar os salários dos trabalhadores do subsolo e da superfície até Cr\$30,00 diários, por 6 horas de trabalho e 2 de transporte, mais 20% de taxa de insalubridade. Faria também o pagamento retroativo a janeiro

⁷⁶⁰ Buonicore, 1996.

⁷⁶¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷⁶² Ibid.

⁷⁶³ Ibid.

⁷⁶⁴ Ibid.

⁷⁶⁵ Ibid.

⁷⁶⁶ Ibid.

e fevereiro, dividido em 4 parcelas. A discordância com a proposta se deu principalmente pelo fato de que a empresa não faria majoração nos salários superiores a Cr\$30,00 diários, deixando descontentes aqueles que recebiam maiores ordenados. Estiveram presentes na assembleia “quase toda a turma dos 51”, tendo participação ativa os comunistas Manoel Corrêa de Sá Bandeira, Antônio Liberato, Militão Ferreira Dias, Geraldo Policarpo, Anélio Marques e Alaor Madureira.⁷⁶⁷ As preocupações da polícia e do presidente do Sindicato com a participação de Anélio nas assembleias não eram em vão. O militante comunista possuía muita influência sobre os operários. Em sua fala incitou-os a lutarem pelos seus direitos, e disse que,

(...) a Cia. está pedindo misericórdia para fazer os pagamentos, mas quem precias (sic) de misericórdia somos nós que não ganhamos nem para comer, e que devemos fazer a Cia. pagar os juros destes pagamentos porque ela não precisa, pois os seus lucros são grandes e ela vive sugando o sangue dos trabalhadores; devem todos se unirem e se baterem por seus direitos (...).⁷⁶⁸

Percebendo que havia uma “fórmula divisionista” na proposta da empresa, Anélio ressaltou que a “união da classe era mairo (sic)”, e que

(...) se víamos a mesma dobrar um pouco, devíamos isto á coesão da classe apresentada na assembleia, pois isto comprovado com as duas ultimas assembleias existentes onde parece que novamente nossos companheiros estão reconhecendo que nada vale a separação.⁷⁶⁹

Anélio destacou também a necessidade de uma ação não sectária, pautada na unidade pela base, à luz do que dispunha a linha política sindical do PCB naquele momento:

Não devemos ver côr política ou credo religioso quando tratamos do interesse da classe, porque na hora da morte por silicose, por tuberculose e por desnutrição que são causadas pela falta de atenção da Cia., morre o catolico, morre o político e ele continua sempre enchendo os seus cofrer. (aplausos)⁷⁷⁰

O presidente do Sindicato, Geraldo Cirilo, se manifestou favorável à homologação da proposta da empresa, e mostrou-se irritado ao ver que os operários caminhavam no sentido contrário. O delegado regional do trabalho, também presente, teria dito que se a proposta não fosse ali aprovada, iria instaurar o dissídio coletivo a contragosto dos operários, numa clara

⁷⁶⁷ APM/DOPS – Pasta 4785.

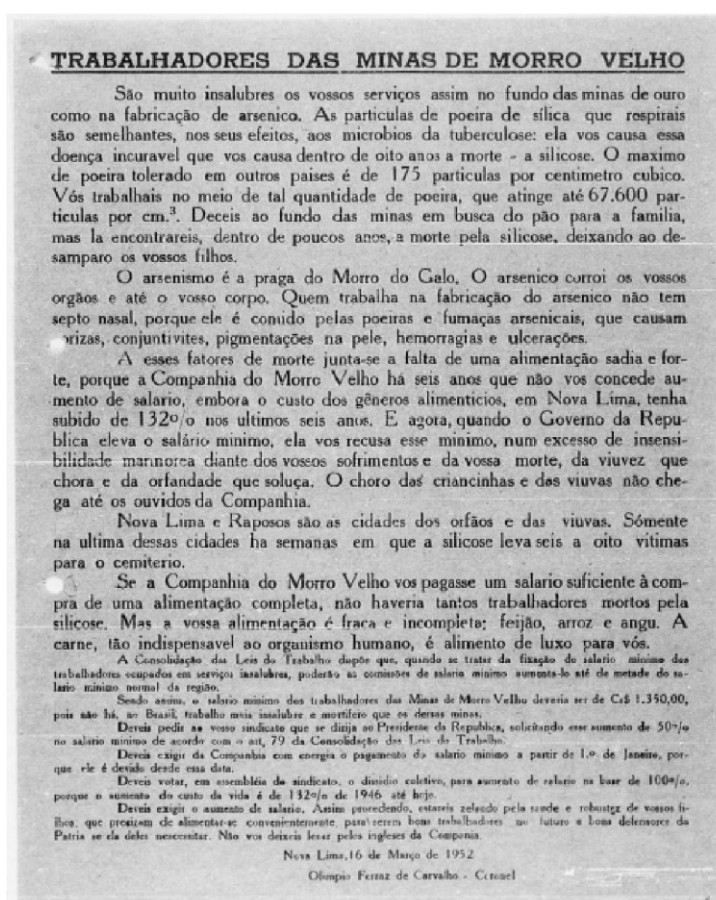
⁷⁶⁸ Ibid.

⁷⁶⁹ Ibid.

⁷⁷⁰ Ibid.

demonstração de que iria forçar a aprovação da proposta feita pela empresa. Anélio Marques o rebateu, dizendo que o delegado estaria coagindo os trabalhadores. A proposta acabou sendo rejeitada pela maioria dos associados, influenciados pela fala de Anélio. Além dos comunistas que tomaram parte na assembleia, o trabalhista raposense Firmo Maritas Simões, forte aliado dos comunistas, também defendeu a rejeição da proposta, ressaltando que era “necessário que as leis do governo brasileiro sejam cumpridas e não leis de Ingleses”, e que a empresa não necessitava de “favor dos trabalhadores”.⁷⁷¹ Proibido de entrar na assembleia, o Coronel Olímpio Ferraz de Carvalho, também do PTB, distribuiu panfletos de sua autoria para os operários, discursando sobre as condições de vida e trabalho, conectando-as à questão salarial. No boletim distribuído, Olímpio sugeria propostas de encaminhamentos que os operários poderiam decidir na assembleia. O material foi utilizado posteriormente como prova das ações comunistas de Olímpio, quando o Ministério da Guerra o indiciou por subversão em 1953.

Figura 7 – Boletim Trabalhadores das Minas de Morro Velho



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷⁷¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

Na assembleia seguinte um acordo fora estabelecido entre as partes litigantes. As informações, pouco explícitas quanto aos termos acordados, sugerem que a empresa teria feito um aumento de Cr\$10,00 diários para todos os operários, e reduzido os salários maiores ao nível mínimo.⁷⁷² Anélio Marques novamente pontuou a necessidade de união entre os operários pelas reivindicações imediatas, pedindo que “se unam cada vez mais porque só assim poderemos obter grandes vitórias”.⁷⁷³ Ainda de acordo com ele, o reajustamento dos salários não fora satisfatório, pois “não correspondia aos anseios dos trabalhadores”.⁷⁷⁴ Novas lutas estavam no horizonte, principalmente relacionadas à reivindicação de aumento da taxa de insalubridade e por mais aumentos de salários, tornando a união um elemento fundamental.

O caso tratado acima expõe a posição dos comunistas na ação sindical. Seguindo as determinações do PCB, *pari passu* com a distensão da repressão aos comunistas e sindicatos oficiais, os militantes locais pautavam em suas ações a unidade pela base em prol das reivindicações imediatas. Palavras de ordem e ações foram sendo inseridas nas assembleias sindicais, retomadas a partir de 1951, e progressivamente foram fazendo com que os comunistas recuperassem sua inserção social entre os operários. A recuperação em relação ao refluxo do período anterior dava seus sinais. No nível político, os comunistas organizavam-se para balizar melhor suas ações, seja em coordenação com as instâncias partidárias superiores, seja no nível de massas.

Representativa de ações coordenadoras foi uma reunião do Comitê Estadual, realizada ainda no primeiro semestre de 1952, no dia 20 de abril,⁷⁷⁵ e que contou com a presença dos militantes do Comitê de Empresa da Morro Velho. A primeira pauta da reunião foi a discussão de um informe autocrítico do “Camarada Prestes”, no qual continha uma reavaliação das linhas políticas adotadas entre 1940 e 1946. Arnaldo, um dos representantes do Comitê Estadual, afirmou que “agora hoje não existe esta direção [apertar os cintos e produzir mais] pôdre, existe no Brasil um Partido purificado”, fazendo referência à postura “dentro da lei e da ordem”, assumida pelo PCB anteriormente.⁷⁷⁶ Destacou também o militante que, mesmo diante de “terrores facistas (sic)”, o Partido Comunista estaria se fortalecendo, e deveria assumir a vanguarda na luta pela libertação nacional.⁷⁷⁷ Belmiro, também do Comitê Estadual, disse que a militância de Nova Lima e Raposos havia subestimado as lutas recentes, e citou o fato de que

⁷⁷² APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷⁷³ Ibid.

⁷⁷⁴ Ibid.

⁷⁷⁵ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁷⁷⁶ Ibid.

⁷⁷⁷ Ibid.

das 15 mil assinaturas pró-paz, estipuladas para Nova Lima e Raposos, apenas 8 mil tinham sido conseguidas, o que não nos parece pouco. João Batista Viana – Vulgo Cara Fechada -, respondendo a crítica de Belmiro, e refletindo sobre o informe de Prestes, disse que:

Diariamente vem surgindo luta entre o operariado e o Partido nunca toma uma frente sólida sobre as lutas como manda o nosso Partido, porque diariamente o partido erra de não mobilizar o povo para assembleias (sic). Outro grande erro (sic) é o partido não reunir mensalmente; este é o dever de todos os militantes; corrigir estes erros porque assim possamos reforçar o nosso partido e adquirir mais vitoriosos.⁷⁷⁸

Como membro do Comitê de Empresa, João Cara Fechada avaliava a necessidade de os militantes tomarem a frente nas lutas locais de maneira “sólida”. Ao ressaltar a importância de mobilizar o povo para as assembleias, certamente tinha em mente a capacidade que outros militantes tinham de influenciá-las, como era o caso de Anélio Marques Guimarães. Além disso, refletiu sobre uma debilidade local, que deveria ser corrigida para que obtivessem avanços na ação comunista: a dificuldade que o partido tinha de reunir seus militantes. Outra pauta da reunião foi discutir e encaminhar ações para as comemorações do dia 1º de maio, Dia do Trabalhador. Militão Ferreira Dias, comunista local, enfatizou a importância da comemoração da data que se aproximava. De acordo com ele, os festejos do Dia do Trabalhador haviam se transformado em “festas policiais”, e que os comunistas teriam que orientar o povo por meio de jornais e “pinchamentos” sobre a importância da data. As resoluções encaminhadas pela reunião foram: 1) “Descer os informes de Prestes até as bases ‘mais próximas’ do partido, e distribuir 500 jornais”; 2) “Fazer agitação no dia 1º de maio por meio de cartas, pinchamento e tomar a frente dos carreiros, cobrindo também a quota de assinaturas pró-paz.”⁷⁷⁹

A referida reunião elucida questões pertinentes à ação militante local, como as táticas utilizadas e as debilidades do partido. É mais um exemplo da conexão entre as instâncias partidárias, fortalecendo nosso questionamento da tese dos “dois PCs”: um da cúpula e outro da base. Informes, projetos de programas, cursos, livros, jornais, planos de trabalho, tudo isso chegava às bases do PCB. Como dizer então da existência de dois partidos dentro de um mesmo, na medida em que as instâncias se relacionavam organicamente? Fica nítido na fala de João Cara Fechada que a não execução de aspectos relativos às decisões da cúpula partidária estava relacionada às debilidades da própria militância local. O militante fazia-se ciente daquilo que o PCB, de modo programático, avaliava da conjuntura e endereçava às bases. A não consecução

⁷⁷⁸ Id. Ibid.

⁷⁷⁹ Ibid.

das determinações vindas dos organismos superiores não estaria, neste caso, ligada a uma “desobediência” ou “resistência” das bases, como pontuaram os defensores da tese dos dois PCs, mas às descontinuidades relativas às condições da ação militante na realidade local.

O segundo semestre de 1952 seria ainda mais agitado que o primeiro. Além da já citada greve contra os preços dos gêneros de primeira necessidade, organizada pelas Donas de Casa e pelos operários da Morro Velho, outras três situações foram significativas: a instauração de um novo dissídio coletivo com ameaça de greve; a primeira eleição sindical sem exigência do “atestado de ideologia”, suspenso por Getúlio Vargas; e a condenação dos 51 operários acusados de sabotagem durante a greve de 1948. As duas primeiras situações revelam como o contexto local estava associado à nova conjuntura nacional do movimento sindical, marcada por um maior volume de conflitos coletivos de trabalho e greves. Outro fato importante é que esse novo cenário contava com uma virada tática do PCB em relação à ação sindical. Os comunistas passavam a compor uma unidade pela base mais sólida, aglutinando-se com outras forças e correntes políticas, especialmente militantes trabalhistas, e mesmo com pessoas independentes e católicos. A aliança com outros setores atuantes no movimento sindical vai qualificar a atuação dos comunistas da Morro Velho. Se desde 1951 vinham participando e influenciando as assembleias e comissões sindicais, passariam a ocupar postos na diretoria do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho.

Na querela surgida no mês de março em torno do pagamento do salário-mínimo, os operários acabaram conseguindo o ajustamento dos salários, mas aqueles que recebiam ordenados um pouco maiores, tiveram seus salários reduzidos ao mínimo, e as horas extras foram cortadas.⁷⁸⁰ Como há décadas o trabalho em horas extras tinha se tornado praxe na empresa, os valores pagos por estas horas constituíam parte da renda fixa de muitos operários, e sua extinção acabou reduzindo drasticamente a renda de suas famílias. Apesar dos transtornos gerados aos operários, a medida adotada pela Morro Velho não contrariava a legislação. Desta maneira, os operários haviam sofrido uma derrota, porquanto esperavam uma vitória com aumento de salários. Depois da realização de várias assembleias e da participação de uma Comissão de Salários, da qual eram parte os comunistas Eugenio Monteiro e Sebastião Oliveira, juntamente com militante independente José Nilo do Rosário, o Sindicato encabeçaria um novo conflito coletivo de trabalho. Em assembleia no dia 6 de julho, considerando as condições de vida, em que os preços “das utilidades e os salários estariam incompatíveis”, os operários elencaram os seguintes itens de reivindicação⁷⁸¹:

⁷⁸⁰ TRT/MG - BR MGTTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁷⁸¹ Ibid.

- 1) 50% de aumento dos salários, em vigor a partir de 31 de dezembro de 1951.
- 2) Cr\$100,00 de abono mensal para a esposa do trabalhador.
- 3) Cr\$50,00 de abono mensal por filho ou dependente do trabalhador.
- 4) Taxa de insalubridade calculada a 50% sobre os salários.⁷⁸²

Todos os itens pleiteados deveriam ser pagos retroativamente a partir do dia 1º de janeiro daquele ano. No dia seguinte à assembleia, o Sindicato encaminhava o ofício 510/1952 para o diretor da Morro Velho, contendo as reivindicações pleiteadas e dando o prazo de oito dias para que uma resposta fosse dada.⁷⁸³ Várias reuniões de conciliação foram realizadas na sede do TRT e na Delegacia Regional do Trabalho.⁷⁸⁴ Nelas participavam a diretoria do Sindicato, composta por Geraldo Cirilo Braga, José Santa Fé Aleixo, José de Paula Fortes, José de Azevedo Leite; o advogado do Sindicato, Wilson Carneiro Vidigal, e os representantes da Comissão de Salários. Como estavam em curso os dissídios dos carreiros e gaioleiros, que reivindicavam equiparação salarial com os maquinistas, alegando que exerciam funções idênticas, a Morro Velho solicitou *litispêndência*, para que eles fossem anexados ao dissídio atual. A medida foi aceita pela Justiça do Trabalho, com a condição de que tais dissídios fossem julgados separadamente, na mesma sessão. Como no dissídio de 1946, a empresa novamente afirmava que não possuía condições econômicas para conceder as reivindicações pleiteadas. A essa resposta, o Sindicato solicitou que fossem feitas perícias nas contas da Morro Velho, para que assim confirmassem a veracidade da negativa recebida, e assim procederam.

O Sindicato havia informado às autoridades que havia ameaça de greve por parte dos operários, que estariam bastante descontentes e desacreditados da Justiça do Trabalho, fazendo com que o dissídio fosse instaurado sob o rito do decreto-lei 9.070, dando a ele caráter de urgência.⁷⁸⁵ No entanto, os representantes da Morro Velho, além de alegarem que a empresa não tinha condições de conceder as reivindicações, colocavam a informação da ameaça de greve em suspeição, e solicitavam as atas das assembleias, numa tentativa de sustar o caráter de urgência do dissídio. A direção do Sindicato não apresentaria as atas das assembleias, invocando a autoridade de João Batista de Carvalho França, delegado regional do trabalho, pois

⁷⁸² Id. Ibid.

⁷⁸³ Ibid.

⁷⁸⁴ Ibid.

⁷⁸⁵ O decreto-lei 9.070 de 15 de março de 1946, dispunha sobre a suspensão ou abandono coletivo de trabalho. O delegado regional do trabalho, João Batista de Carvalho França, utilizou o artigo 7º, que versava o seguinte sobre os dissídios capazes de ocasionar a cessação dos trabalhos (greve): “Não havendo conciliação dentro de 10 dias e pertencendo os dissidentes ao grupo de atividades fundamentais, será o processo remetido nas 24 horas seguintes ao Tribunal competente, que deverá decidir dentro de 20 dias úteis, contados da data da entrada do processo na sua secretaria.”

ele é que havia deflagrado o dissídio sob ameaça de greve. A palavra dele seria prova suficiente. A medida adotada pelos representantes dos operários parece ter sido estratégica, pois a experiência do dissídio de 1946-48 havia sido lenta e morosa, e sob o decreto-lei 9.070, a Justiça do Trabalho tinha o limite de 20 dias para julgar o processo. A empresa, por sua vez, ao colocar em suspeição a ameaça de greve, objetivava ganhar tempo para proceder os questionamentos e levantar informações que sustentariam seu pedido de improcedência do dissídio. Como “prova” da inexistência da ameaça de greve, a Morro Velho apresentou respostas negativas que obteve de autoridades e organizações locais em relação à questão. Deram a ela respostas o pároco José Mendes de Aguiar, o juiz de direito e o promotor de justiça de Nova Lima, o delegado de polícia, o coronel da Polícia Militar de Raposos, a UNAS, na pessoa de Pedro Marçal Faria, seu presidente, também a Associação Comercial de Nova Lima, a Coletoria Federal, e os encarregados e chefes de turno de várias seções da empresa.⁷⁸⁶ Entretanto, o dissídio permaneceu sob o rito do decreto-lei 9.070, e a empresa recorreria a outros métodos.

Em memorial entregue ao TRT, com data de 7 de agosto de 1952, redigido pelos advogados da empresa Waldívio Figueiredo e Célio Goyatá, a Morro Velho afirmava que “a ameaça de cessação de trabalho não passa de mera alegação.”⁷⁸⁷ Também como no dissídio de 1946-48, citava a influência dos comunistas no Sindicato, através da Comissão de Salários, na tentativa de desqualificar a validade do processo em curso. O texto do memorial destacava que:

E mais estranhável ainda é que o Sindicato Assistente Suscitante, em flagrante renúncia do seu poder representativo, tenha admitido que, sempre presente a todas as suas diligências, estivesse presente, como fiscal rastreador delas, a costumeira “Comissão de Salário”, tão do agrado e do feitio comunista, antes inquietadora do ambiente do trabalho do que colaboradora na reivindicação.⁷⁸⁸

No que tange aos itens reivindicados, a empresa afirmava que havia feito o reajustamento de salários em março (salário-mínimo), que o “abono família” não era previsto em lei, e que a taxa de insalubridade em 50% sobre o salário-base extrapolava o limite legal de 40%. Considerando isto, concluía que o dissídio em questão só poderia significar que o Sindicato estaria sofrendo influência comunista, e não teria “autoridade necessária para repelir e repudiar”.⁷⁸⁹ As querelas estariam encerradas se “Não permitisse o Suscitante que a influência da “Comissão de Salários” se fizesse sentir, mesmo em torno de assuntos dados por findos e

⁷⁸⁶ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁷⁸⁷ Ibid.

⁷⁸⁸ Ibid.

⁷⁸⁹ Ibid.

liquidados, e sobre os quais já havia ele [Geraldo Cirilo] se manifestado (...).⁷⁹⁰ Dados econômicos também foram apresentados como prova de que a empresa não tinha “condições de atender NENHUMA OUTRA MAJORAÇÃO, QUER DE SALÁRIO, QUER DE ABONO”.⁷⁹¹ Em face do posicionamento da empresa, no dia 10 de agosto o Sindicato convocou nova assembleia geral, na qual verificamos forte influência da militância comunista.⁷⁹² Nela, Anélio Marques chamou atenção dos operários para as propostas de negociação, orientando-os a aceitar a do delegado regional do trabalho: 30% de aumento nos salários; Cr\$70,00 mensais para as esposas e Cr\$50,00 mensais para cada filho. Em relação à postura da empresa, disse:

Devemos levar a coisa até o fim, de pé firme, e não devemos ceder nem um só milímetro, porque a Companhia naturalmente vai fazer o seu quadro de mentiras e misérias nas suas finanças e até por fim ela vai dizer que até precisa que os operários tirem do seu lar miserável para (sic), pois os ingleses são mesmo assim, mas devemos de levar a coisa de pé firme, porque isto é tutú de mulambo e nós não temos medo de tutú. Sem duvida, a Cia. também vai dizer que se for obrigada a pagar o aumento, ela até fecha as portas e se fechar, já fecha tarde, porque nós faremos (sic) os serviços muito bem, temos brasileiros competentes para tomar a direção da Companhia e a coisa irá de qualquer maneira (...).⁷⁹³

Como em outras ocasiões, colocava em dúvida as alegações da empresa sobre a impossibilidade de conceder as reivindicações pleiteadas. Ainda na assembleia, Alaor Madureira, militante comunista e vereador por Raposos naquela época, sugeriu que criassem uma Comissão Pró-Aumento de Salários, que passaria com listas nos bairros angariando assinaturas das donas de casas, as encaminhando para o Delegado Regional do Trabalho. Aceita pela maioria, a proposta tinha o objetivo de provar para as autoridades que as famílias dos trabalhadores estavam precisando do aumento de salários. Já o presidente do Sindicato, Geraldo Cirilo, acusado pela empresa de transigir com os comunistas, afirmou que eles eram uma minoria que incitava os trabalhadores a fazerem greves e agitações, e que ele nada teria a ver com tais orientações. Sua postura parece nos indicar um recuo tático, certamente por medo de uma nova intervenção na direção do Sindicato.

Na assembleia seguinte, realizada no dia 31 de agosto, novamente Anélio teve uma postura incisiva, concitando seus companheiros “a se unirem porque unidos teriam a vitória de qualquer maneira e que também precisavam ficar ativos e não temessem os “tutús de

⁷⁹⁰ Ibid.

⁷⁹¹ Id. Ibid.

⁷⁹² APM/DOPS – Pasta 4785.

⁷⁹³ Ibid.

mulambos” que estão aparecendo e ainda vão aparecer, (...) todos por um e um por todos.”⁷⁹⁴ A ata registrou que sua fala foi seguida de “Palmas prolongadas.” Na mesma assembleia, o Coronel Olímpio Ferraz de Carvalho havia pedido que Geraldo Cirilo colocasse em votação a possibilidade de falar aos operários. A proposta foi aprovada pela maioria “com aplausos dos associados”. Dirigindo-se aos operários, Olímpio disse: “meus companheiros de luta, vocês estão esperando que o dissídio lhes seja favorável? Meus amigos, infelizmente, estão completamente enganados, eu dou a minha cara para vocês baterem se ganharem esta causa sobre o dissídio.”⁷⁹⁵ Neste ponto, o Cel. Olímpio se aproxima ainda mais dos comunistas, que atacavam os dissídios e a Justiça do Trabalho no movimento sindical, de modo que, se não fosse comunista infiltrado no PTB, era um forte aliado dos militantes do PCB na base. A greve era a principal tática que o PCB programaticamente definia para seus militantes que atuavam no movimento operário. Em relação a isso, disse Olímpio:

(...) nós vamos ganhar esta causa é com greve, porque já iniciei ela hoje e vocês poderão contar comigo em todas as horas em que fôr necessária a minha pessoa, frente a frente, ombro a ombro, para que sejam vitoriosos em seus mais justos direitos. Vamos fazer uma greve bem organizada, com bases e segurança, pois garanto a vitória. Eu é quem vem organizar esta greve, porque a Constituinte nos dá este direito e só assim é que podemos vencer estes ingleses que desejam o choro das viúvas e da orfandade que sofrem e o esgotamento do sangue que sugam e não desejam que seus operários tenham melhor vida.⁷⁹⁶

Sua fala terminou debaixo de uma salva de palmas dos operários. À medida que o dissídio não parecia ter solução rápida e fácil, aumentava a tensão e o clima de insatisfação no meio operário. Nesse ínterim, um episódio curioso ocorreu no fundo da mina, com os operários espancando um fotógrafo da Morro Velho. O *Jornal do Povo*, órgão do PCB em Minas Gerais, apurou que o fotógrafo William James Seymour, “serviçal da Morro Velho”, fora ao fundo da mina no dia 23 de agosto, junto ao relógio de marcar os cartões de ponto, tirar fotografias que serviriam de provas de que os mineiros não eram assíduos integralmente.⁷⁹⁷ A reportagem alegou que,

Ao chegar ao fundo da mina, conduzido pelo Pedro, os operários perguntaram se eles o haviam autorizado a bater chapas de suas pessoas, tendo o retratista dado umas desculpas amarelas e estourou um “flash”. Indignados, os

⁷⁹⁴ Ibid.

⁷⁹⁵ Id. Ibid.

⁷⁹⁶ Ibid.

⁷⁹⁷ APM/DOPS – Pasta 4787.

trabalhadores exigiram o filme e como o serviçal de Morro Velho relutasse em obedecer-lhes, foi pelos mesmos espancado, tendo a sua máquina quebrada. – Este fato vem demonstrar o verdadeiro estado de espírito dos trabalhadores da Morro Velho, que estão se unindo e organizando para arrancar o aumento e as demais reivindicações exigidas através do Sindicato.⁷⁹⁸

Um inquérito policial foi aberto para apuração do caso. Os operários Juventino José de Andrade, José Fidelis Silva e José Nonato Nunes teriam sido os responsáveis pelas agressões, que na visão policial tiveram motivação política.⁷⁹⁹ Prestes a deflagrar uma greve, e realizando “propagandas subversivas” que contrariavam o regimento da empresa – que proibia esse tipo de ação -, os operários partiram para a ação direta violenta contra o fotógrafo, pois suas fotografias provariam o “caráter comunista” da possível greve.⁸⁰⁰ Com forte teor anticomunista, em que bestializava e demonizava os “elementos agitadores”, o delegado Diocélio de Oliveira Cabral relatou o seguinte no inquérito:

Das investigações procedidas em torno do crime em questão ficou positivado que as 10,30 horas do dia 23 de Agosto o funcionário da Cia. do Morro elho (sic) de nome José Pires do Couto foi de automóvel no atelier do fotógrafo Seymour, nesta cidade, afim de convidá-lo, a mandado da Cia. do Morro Velho, a bater algumas chapas dentro da Mina Grande da mesma Cia. , tendo o referido fotógrafo prontificado a fazer o serviço; - que foi acompanhado dentro da mina, como guia a instrutor dos serviços a realizar, pelo operário Pedro Marçal de Faria ; que dentro da mina após bater algumas chapas os operários entraram em contenda com a vítima, querendo impedí-la de continuar a bater novas chapas; que a vítima tentou explicar aos operários o serviço que ali estava realizando, não conseguindo, entretanto, convencê-los, até que foi agredido a socos e tapas pelos operários, tendo ficado com a sua máquina fotográfica bastante danificada, além de diversas peças que quebraram e sumiram no local do delito (...) O caso de que cuida estes autos, embóra banal à primeira vista, é, no entanto, transcendental no sentido social do trabalho; ocorrido em momento de delicada situação criada com a possibilidade de deflagração de greve por parte dos operários da Cia. do Morro Velho, que tanto estavam tentando ser levados por elementos agitadores, a ocorrência em tela teve, assim, a significação de uma revolta por parte de certos elementos operários contra toda e qualquer medida tomada ou ordenada pela direção da Empresa Empregadora: não é possível admitir-se de outra forma qualquer análise, dado que a vítima não conta com inimizades pessoais, é um operário como qualquer outro embóra em ramo diferente de atividade profissional, não provocou pessoalmente a agressão que ocorreu, antes, pelo fato de estar tirando fotografias documentadoras de propaganda partidária exercida no funda da “mina” em contraposição ao estatuidio (sic) no Regimento Interno da Empregadora. – Estamos, assim, diante de uma agressão bestial, praticada por verdadeiras fêras que foram alimentadas com o vírus do ódio e do rancor, alimento que lhes foi fornecido por indivíduos

⁷⁹⁸ Ibid.

⁷⁹⁹ Id. Ibid.

⁸⁰⁰ Ibid.

ambicioneiros, desalmados, que, a título de defesa dos interesses da nobre classe operária, procuram, antes, arrastarem a massa a uma agitação perigosa em benefício próprio dêles, cheios de recalques e de ambições desmedidas.⁸⁰¹

Destaca-se o fato de que William Seymour foi acompanhado pelo operário encarregado Pedro Marçal de Faria, na época presidente da Associação Novalimense de Ação Social (UNAS), entidade anticomunista, ligada à Morro Velho e informante da polícia local. Narrativas diferentes por parte do jornal comunista e da polícia, o fato envolvendo o fotógrafo William James Seymour demonstra o clima de conflito que se espalhava no local de trabalho. Tanto a reportagem do *Jornal do Povo* quanto a avaliação policial concluíram que o ocorrido se relacionava às lutas da campanha salarial em curso, que agitava os ânimos dos operários.

Apesar de toda a tensão em torno da possibilidade da deflagração de uma greve, o dissídio estava nas mãos da Justiça do Trabalho. Dois meses decorridos desde a sua deflagração, a direção sindical tinha que lidar não somente com as questões do processo em curso, mas também com a pressão dos operários. Em que pese essa pressão, no dia 8 de outubro, o presidente Geraldo Cirilo encaminhou o ofício 718/52 ao TRT, informando que o fato de o dissídio ter sido deflagrado sob o rito do decreto-lei 9.070, dava esperanças aos operários de que o julgamento fosse abreviado, e que somente isso havia impedido a greve.⁸⁰² Os operários estariam tentando contornar a situação de penúria que suas famílias enfrentavam, principalmente aqueles que tiveram seus salários reduzidos ao mínimo legal, com o corte das horas extras. A situação colocava o aumento de salários como uma “necessidade inadiável e imperiosa”.⁸⁰³ A direção sindical considerava que o dissídio já se estendia demasiadamente, e que os operários demonstravam impaciência com a Justiça do Trabalho e a direção sindical, que não apresentava novas explicações sobre o processo. Pediu que o juiz presidente do TRT solicitasse esclarecimentos dos peritos, que já tinham tido o prazo dilatado para a execução das diligências nas contas da empresa. O ofício acabou surtindo efeito, e dois dias depois, no dia 10, o juiz presidente do TRT nomeou o servidor de carreira Nelson Proença como perito, para que desempatasse os casos de divergência pericial, e lhe deu o prazo de 10 dias para que apresentasse suas conclusões.⁸⁰⁴

Enquanto os operários aguardavam o parecer da Procuradoria Regional do Trabalho e o julgamento no TRT, outras assembleias ocorreram, nas quais verificamos a participação efetiva do comunista Anélio Marques Guimarães, do prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes

⁸⁰¹ Ibid.

⁸⁰² TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁸⁰³ Ibid.

⁸⁰⁴ Ibid.

(PDC), de Célia Lobato, do Centro das Donas de Casas, do vereador raposense e trabalhista Firmo Marita Simões, e até mesmo do deputado estadual trabalhista, Waldomiro Lobo, e outros membros do PTB. Todos colocavam a união dos operários em prol das reivindicações como peça-chave para a conquista da vitória no dissídio. A participação dos comunistas, em consonância com a virada tática adotada pelo PCB nacionalmente no movimento sindical, revelou-se não sectária. Nenhuma disputa ou contenda foi verificada sobre os rumos da luta, e a combatividade e defesa da greve, caso fosse necessário, podem ser apontadas como a posição majoritária. Apenas a direção sindical recuava diante de posturas mais combativas e acusava os comunistas e trabalhistas de agitadores, sem, no entanto, conseguir impedir a influência deles nas assembleias.

Apenas em dezembro o dissídio teria seu primeiro desfecho. No dia 6 o substituto do procurador regional do trabalho, Custódio Alberto de Freitas Lustosa, emitiu parecer sobre o caso.⁸⁰⁵ No que se refere aos dissídios dos gaioleiros e carreiros, instaurados no primeiro semestre, nos quais pediam equiparação salarial com os maquinistas, o procurador afirmou que a reivindicação não tinha sustentação legal, pois a empresa não tinha a obrigação de manter a proporcionalidade, exceto no caso de funções idênticas, o que não ficara provado. Sobre o aumento geral de salários, posicionou-se parcialmente favorável. Isso porque o abono família não estava previsto em lei, e a taxa de insalubridade deveria ser calculada através de estudos feitos pelo Ministério do Trabalho. Já em relação ao aumento de salários, sua sugestão foi de 20% sobre os salários do mês de julho de 1952. Sobre as alegações da Morro Velho de que o aumento geraria prejuízos que ameaçariam sua existência, Custódio lembrou o dissídio TRT-1.692 de 1946, julgado em 1948. Recordou ele que naquele caso, a despeito das alegações de impossibilidade de conceder o aumento, a empresa o fez, embora tivesse confirmado prejuízo no ano de 1946. A empresa ainda pagou outros aumentos após 1946, e mesmo assim fechara seus balanços com lucro. Deste modo, para Custódio ficaria comprovado que um trabalhador melhor remunerado contribuía com mais esforço e dedicação na produção, e que o ônus por parte da empresa seria uma necessidade em função das condições de vida dos operários.

O caso seguiu para julgamento no dia 30 de dezembro. Tomaram parte os juízes José Ribeiro Vilela, Curado Fleury, Newton Antônio da Silva Pereira e Abner Faria.⁸⁰⁶ Por três votos a um, o dissídio foi julgado parcialmente procedente, aprovando-se um aumento geral de salários de 20%, com exigência de 80% de assiduidade dos operários.⁸⁰⁷ Os dissídios dos

⁸⁰⁵ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁸⁰⁶ Ibid.

⁸⁰⁷ Ibid.

gaioleiros e carreiros foram julgados como improcedentes, seguindo o parecer da Procuradoria Regional do Trabalho. O resultado do julgamento não agradou os operários, e menos ainda a Morro Velho. Ambas as partes iriam recorrer no TST, fazendo com que o caso se estendesse pelo primeiro semestre de 1953.

O desfecho inicial do dissídio ocorreu em um momento conturbado para o movimento sindical local e para os comunistas particularmente. Ainda em setembro havia saído a sentença do caso dos 51 operários acusados de sabotagem em 1948, entre os quais figuravam importantes quadros do PCB em Nova Lima e Raposos, como Anélio Marques Guimarães, Militão Ferreira Dias, Geraldo Policarpo, Antônio Liberato e Manoel Corrêa de Sá Bandeira. Apesar da sentença desfavorável, militantes como Anélio, Militão e Alaor Madureira, continuaram participando das assembleias sindicais, nas quais discutiam assuntos pertinentes ao dissídio iniciado em julho, com a intenção de influenciar o curso das lutas. Em assembleia realizada no dia 23 de novembro, Anélio chegou a ser eleito delegado para o Congresso Trabalhista Mineiro, realizado em São João Del Rey no mês de novembro.⁸⁰⁸ As informações policiais coletadas afirmam que o Congresso teve a participação de delegados de 53 entidades sindicais, e contou com a presença de diversos comunistas.⁸⁰⁹ O relato sobre as atividades do Congresso foi dado por Anélio em assembleia sindical no dia 5 de janeiro de 1953.⁸¹⁰ As teses que apresentou foram: defesa do aumento do valor pago aos trabalhadores afastados por acidentes; a defesa da volta dos 51 ao trabalho; solidariedade moral e material aos tecelões do Rio de Janeiro, que estavam em greve; e um protesto contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Ou seja, mesmo demitido, Anélio permanecia sendo influente e respeitado no movimento sindical local, o que demonstra a força de um trabalho militante iniciado em 1932.

Outro evento bastante importante naquele segundo semestre de 1952 foi a eleição sindical para o biênio 1953-1954, convocada pelo Ministério do Trabalho através da Portaria nº 48, de 8 de abril de 1952.⁸¹¹ Ressalta-se o fato de que esta foi a primeira eleição sindical durante todo o período analisado que se realizou sem a exigência do atestado de ideologia, revogado por Getúlio Vargas em agosto de 1952.⁸¹² O fim daquela exigência representou a possibilidade de os comunistas participarem do pleito. Fragilizados em função do refluxo que sofreram no período anterior, os comunistas não tiveram condições de encabeçar uma chapa. A alternativa adotada foi fazer uma composição com militantes que se mostravam simpáticos às

⁸⁰⁸ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁰⁹ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0001_0001_0003

⁸¹⁰ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸¹¹ Ibid.

⁸¹² Buonicore, 1996.

propostas que defendiam no nível de massas, e que sob a ótica da polícia eram tidos como agitadores, que atuavam “nos moldes vermelhos”. A eleição estava prevista para ocorrer no dia 27 de novembro, e já em setembro os comunistas se reuniram para balizar suas ações. No dia 7 daquele mês, reuniram-se no bairro Sagrada Família, em Belo Horizonte, os dirigentes do Comitê Estadual (Marinho e Nenem) e do Comitê de Empresa da Morro Velho (Militão Ferreira Dias, João Pequeno, Anélio Marques e Alaor Madureira), para tratarem do assunto.⁸¹³ Nenem disse que Anélio Marques, por ser considerado dirigente do partido na Morro Velho, teria a tarefa de formar uma chapa para a próxima eleição sindical, contendo elementos do partido e simpatizantes.⁸¹⁴ Esclareceu ainda quem seriam os “simpatizantes”:

(...) o partido diz simpatizantes é porque apoiam o programa que o partido exige é este: a luta pela reivindicação dos trabalhadores, a luta contra a assiduidade de 100%, comemorar os dias necessários, formar postos médicos, beneficências, funeral, diversão para trabalhadores, organização pra mulheres porque esta organização se levanta contra a carestia da vida, elas está instruída para ajudar o Sindicato.⁸¹⁵

Fazendo uma avaliação política em que explicitava a ruptura do PCB com as posições sectárias anteriormente adotadas, Nenem disse ainda que: “Para conseguir o apoio da massa para a chapa do partido é preciso tomar posição sem sectarismo, mostrando o programa a massa e lutar contra as chapas dos pelegos do Morro Velho (...)”.⁸¹⁶ A título de informe, Anélio Marques disse que os operários de uma comissão sindical – possivelmente a Comissão de Salários – já haviam procurado o partido para formar uma chapa. O antigo militante afirmou que “a chapa foi formada mesmo por esforço dos elementos interessados inclusive a comissão que está atuando dentro do Sindicato por diversas vezes procurou o partido para que se organizasse uma chapa com os elementos mais combativos (...)”.⁸¹⁷ Relatou que os comunistas locais tinham chegado à conclusão de que a comissão era digna de confiança, e que iriam formar a chapa com seus membros, sendo eles: José Nilo do Rosário, independente, Eugênio Monteiro e Sebastião de Oliveira, militantes do PCB, incluindo outros membros para o Conselho Fiscal.

Devido à influência que possuía no movimento operário local, o PCB aderiu a proposta de Militão Ferreira Dias de designar Anélio Marques, já suspenso da Morro Velho e morando na capital, para ser dirigente municipal até que se organizasse a chapa. Militão também havia

⁸¹³ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁸¹⁴ Ibid.

⁸¹⁵ Ibid.

⁸¹⁶ Ibid.

⁸¹⁷ Ibid.

sugerido que Alaor Madureira fosse o responsável pelo partido em Raposos. Anélio ficara então com a tarefa de se reunir com os militantes da Morro Velho e Alaor de 15 em 15 dias, e encaminhar as resoluções tiradas para a direção estadual.

O PCB, tanto em âmbito nacional quanto local, abandonava definitivamente sua posição sectária na ação sindical, e se esforçava por construir uma atuação que fosse além da participação nas assembleias e comissões sindicais, o que foi possibilitado com a revogação do atestado de ideologia. Participar da direção sindical era factível e os militantes locais se empenharam nessa tarefa. A aliança tática que se formou para concorrer ao pleito representava a conjunção dos operários mais combativos e influentes no operariado local, unificados em torno da chapa 3. Na edição do dia 20 de setembro, o jornal *Terra do Ouro* publicou o edital com as chapas que concorreriam na disputa, sendo elas⁸¹⁸:

Quadro 11 – Chapas eleição sindical de 1952

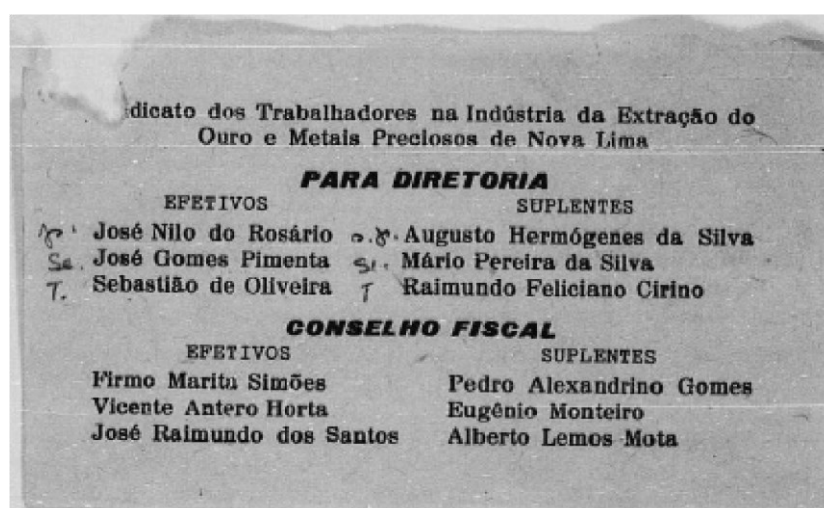
<i>Chapa 1</i>
Diretoria/efetivos: Sebastião Alevato, Amadeu Alvisi e Félix Feliciano Ferreira.
Diretoria/suplentes: José Ferreira Rabelo, Amorim Ferreira Santos e Geraldo Moreira.
Conselho fiscal/efetivos: José Alexandre Dias, Leandro Peixoto.
Conselho fiscal/suplentes: Elias Julião de Oliveira, Geraldo Pacífico de Souza e Raimundo Barbosa.
<i>Chapa 2</i>
Diretoria/efetivos: Arlindo Fernandes de Lima, Rui Reis Dias e Alvaro José Cardoso.
Diretoria/suplentes: Arlindo Vieira, Américo Teodoro Rocha Filho e Adelino Duarte Nunes.
Conselho fiscal/efetivos: (?) Lopes Guimarães, Alberto Geraldo e José Gomes da Silva.
Conselho fiscal/suplentes: Adão Soares, Agripino Pereira Magalhães e Joaquim Ferreira de Moraes.
<u>Chapa 3</u>
Diretoria/efetivos: José Nilo do Rosário, José Gomes Pimenta e Sebastião Oliveira.
Diretoria/suplentes: Augusto Hermógenes da Silva, Mario Pereira da Silva e Raimundo Feliciano Ciriso.

⁸¹⁸ A referida edição foi recolhida pela polícia local.

Conselho fiscal/efetivos: Firmo Marita Simões, Vicente Antero Horta e José Raimundo dos Santos.
Conselho fiscal/suplentes: Pedro Alexandrino Gomes, Eugenio Monteiro e Alberto Lemos Mota.
Chapa 4
Diretoria/efetivos: Alencastro Tomé de Lima, Américo Rodrigues e Sebastião Dorotéia de Freitas.
Diretoria/suplentes: Abel José, Sebastião Nogueira e Manassés Alexandre.
Conselho fiscal/efetivos: Américo Meile Luiz Alves e Pedro Evaristo.
Conselho fiscal/suplentes: João Ribeiro Sobral, Agenor Boaventura e Valmar Lucindo.
Chapa 5
Diretoria/efetivos: Geraldo Cirilo Braga, Antonio Alberto Oliveira e Joaquim Nascimento Benigno.
Diretoria/suplentes: Vicente Andrade, Silvio Martins Oliveira e Mário Tobias.
Conselho fiscal/efetivos: Ananias Mauricio Dias, Joaquim Teodolino Isidoro e José Bernardo.
Conselho fiscal/suplentes: João Maestro, José Maria dos Santos e Vicente Junior de Sousa.

Elaborada pelo autor. Fonte: APM/DOPS – Pasta 4785

Figura 8 – Panfleto de propaganda da chapa de José Nilo



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4785

A chapa era encabeçada por José Nilo do Rosário, militante independente e “simpatizante” dos comunistas. Sua candidatura foi fortemente recomendada pelo deputado

estadual Waldomiro Lobo (PTB) e pelo prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes (PDC), que chegaram a imprimir panfletos e se manifestarem nas assembleias sindicais em seu apoio. A chapa também era composta por José Gomes Pimenta, popularmente conhecido como “Dazinho”, militante da Juventude Operária Católica, e pelo comunista Sebastião de Oliveira. Na suplência da direção, Augusto Hermógenes era o representante do PCB local, sendo que sobre os demais não encontramos mais informações. Para o Conselho Fiscal, Firmo Maritas Simões era representante do PTB em Raposos, ao lado do comunista Vicente Antero Horta. Na suplência, figuravam os comunistas Eugênio Monteiro e Alberto Lemos Mota. Em entrevista concedida à Michel Marie Le Ven⁸¹⁹, Dazinho comentou sobre a eleição sindical de 1952 e a figura de José Nilo do Rosário.

O José Nilo do Rosário, que era o candidato à presidência, era um rapaz de muita coragem pessoal... muito grande. Ele enfrentava qualquer tipo de luta, até luta armada, no braço, qualquer um ali (risos). A nossa eleição se deu mais em função da coragem pessoal dele. Ele foi apoiado pelos comunistas, mas, não que ele pertencesse ao partido. Não. Eles reconheceram nele uma qualidade de muita importância. O Sindicato de Nova Lima primou (tosse) pela coragem dos trabalhadores porque lá nós enfrentávamos os jagunços contratados pela Empresa... É coragem física. A Empresa mantinha um grupo de jagunços que estava até no fundo da Mina, nem disfarçados, mas conhecidos como encarregados de serviços, que recebiam algo para fazer intimidações.⁸²⁰

Para Le Ven, aquela eleição havia sido preparada e conduzida por comunistas, cristãos e homens de coragem, com respeito à realidade, que impunha a necessidade de uma coalização de forças para que os operários avançassem em suas lutas. Sobre a participação de Dazinho, militante católico, um dos comunistas entrevistados por Grossi relatou que:

Dazinho crescia com a JOC – sincero e honesto. Nunca deixou de falar com um de nós porque a gente era comunista. Nunca nos colocou de lado. Também quando entrou na chapa para a direção do Sindicato em 52, não caiu do céu como santo. Não foi um milagre. Ele vinha do fundo da mina. Dazinho passou pela escola da trituração, do sofrimento no fundo da mina. Nunca foi patronal... Foi lançada uma chapa com José Nilo do Rosário... Nossa tática foi somar e não dividir.... Dazinho se mostrou mais forte... influenciava nas decisões... ele representava os mineiros. A direção estadual e nacional do Partido não pensava como nós. Mas quem vivia lá era a gente... O Partido falava bonito em suas declarações nacionais mas na prática era diferente. Víamos em outras partes a luta por conquista de cargos, conchavos. Nós éramos comunistas, sim. Mas somos mineiros.⁸²¹

⁸¹⁹ Le Ven, 2005.

⁸²⁰ Le Ven, 2005, p.101-102.

⁸²¹ Grossi, 1981, p.207-208.

O trecho acima revela que a participação de Dazinho se dava em razão de ter sido um operário que teve sua influência forjada no “chão da mina”, e que sempre havia pendido para o lado dos trabalhadores. O relato nos sugere que pode ter ocorrido alguma resistência do PCB em relação à participação de Dazinho na chapa. Entretanto, os comunistas, que se diziam mineiros sobretudo, é que tinham conhecimento da realidade local e de quem era aquele militante católico que se dispunha a somar forças. A chapa 3 saiu vencedora do pleito, e iria protagonizar grandes lutas no ano seguinte, deflagrando greves que marcaram a história do operariado local.

3.2 Avanço combativo sob nova direção (1953-1955)

Para Santana, o abandono da linha esquerdizante, o combate ao sectarismo e ao exclusivismo a partir de 1952, marcarão o início de um novo período na atuação sindical do PCB.⁸²² Ele salientou que para os comunistas “o sindicato passa a ser novamente percebido, em termos oficiais, como um centro importante de disputa pela hegemonia.”⁸²³ Apesar do retorno aos sindicatos, muito em função das possibilidades advindas com uma certa “abertura política” do segundo governo Vargas (1950-54), os comunistas não abandonaram o trabalho de base no interior das empresas. Pelo contrário, a dupla militância combativa nas direções e nas bases, é que constituirá a força motriz da ação comunista e do movimento operário de modo geral.

Entre os mineiros da Morro Velho, a campanha salarial de 1952, na qual reivindicavam aumento geral de salários, abono família e taxa de insalubridade, os inseria em cenário nacional de lutas que vinha numa crescente desde 1951. Buonicore calculou que ocorreram 131 movimentos grevistas em 1951 e 76 em 1952, atingindo importantes setores da economia e os principais centros operários do país.⁸²⁴ A ascensão de movimentos grevistas fazia com que os ânimos se acirrassem entre trabalhadores e patrões. O ano de 1953 pode ser considerado o mais combativo da história dos operários da Morro Velho, que desde 1948 não deflagravam um movimento grevista. Em outubro de 1953 os operários iriam não só retomar a realização de greves, como realizariam a maior greve da história do movimento operário local.

O dissídio iniciado em julho de 1952, sob ameaça de greve, aguardava o acórdão final do TRT. Considerando o clima grevista que varria o país, a nova direção eleita para o Sindicato

⁸²² Santana, 2001.

⁸²³ Santana, 2001.

⁸²⁴ Buonicore, 1996.

dos Mineiros, refletindo uma composição tática de forças, iria impor novo ritmo e nova direção ao processo. Em assembleia sindical realizada no dia 5 de janeiro, antes mesmo da nova diretoria tomar posse, o clima esquentava. José Nilo acusou a antiga direção sindical de “pelega” por ter adotado posturas conciliatórias com o Ministério do Trabalho e a empresa.⁸²⁵ O aumento provisório concedido pelo TRT, de 20% sobre os salários, estava em risco, e caso perdessem o processo, teriam os operários que ressarcir os valores recebidos. Manifestando sua posição frente a essa situação, José Nilo afirmou que sua vontade era que realizassem uma greve geral, mas que não tinham ainda uma direção que se responsabilizaria pela classe. Em vista do fato de que tomaria posse, disse: (...) adianta para o povo para se organizar para o dia 17, esperando qualquer resposta que a companhia nos dê, porque se for negativa nós temos que estourar uma greve geral.”⁸²⁶ Concluiu José Nilo afirmando que “muitos companheiros têm por mente que se tiver uma greve eles morrem de fome, mas é melhor morrer de fome parado do que trabalhando.”⁸²⁷ Anélio Marques, mesmo não compondo mais o quadro de operários da Morro Velho, afirmou que deveriam “agarrar” o aumento de 20%, mas que, caso a empresa recorresse no dia 17, deveriam entrar em greve “não só por 20% como por tudo que o Sindicato pleiteia.”⁸²⁸

A solenidade de posse da nova diretoria, realizada no dia 22 de janeiro, foi uma verdadeira “apologia à greve”.⁸²⁹ Falaram na ocasião o deputado estadual Waldomiro Lobo (PTB); João Lio de Moraes (PDC), prefeito de Nova Lima; Benigno Azevedo Leite (PTB)⁸³⁰, prefeito de Raposos; José Nilo do Rosário, novo presidente do Sindicato, e ainda os comunistas Anélio Marques, Alaor Madureira e Sebastião de Oliveira.⁸³¹ O investigador Sebastião Magalhães, designado pela Delegacia de Ordem Pública para averiguar o evento, afirmou serem “todos eles elementos agitadores que concitavam os operários a entrar em greve geral caso a Cia recorresse sobre o aumento de 20% que os operários tinham ganho de causa na justiça trabalhista (...).”⁸³²

O TRT julgou procedente o aumento de 20% sobre os salários, mesmo tendo constatado nas contas da empresa que a mesma não tinha condições de concedê-lo.⁸³³ A postura da Morro Velho foi a esperada pelos operários: interpôs recurso junto ao TST, o que também fez o

⁸²⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸²⁶ Ibid.

⁸²⁷ Ibid.

⁸²⁸ Ibid.

⁸²⁹ Ibid.

⁸³⁰ Irmão da avó paterna do autor deste trabalho.

⁸³¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸³² Ibid.

⁸³³ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03.

Sindicato dos Mineiros.⁸³⁴ Diante da situação, convocou-se uma assembleia sindical, dessa vez sob a coordenação da nova direção, para o dia primeiro de fevereiro. A assembleia contou com a presença de 2.000 associados, e teve a mesa dos trabalhadores dirigida por José Nilo e os comunistas Militão Ferreira Dias e Nhô.⁸³⁵ Se vinha defendendo a realização de uma greve, o novo presidente apresentou uma postura recuada, defendendo o caminho “legal” do recurso junto ao TST, para que pleiteassem os 50%. A nova postura de José Nilo devia-se ao fato de crer no baixo quórum de adesão a uma possível greve, e que nesse caso o Ministério do Trabalho poderia intervir no Sindicato. Além disso, a entidade estaria com uma dívida considerada alta, e com o fundo sindical em baixa, e dessa maneira o Sindicato não poderia garantir aos associados o financiamento da greve. O prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes (PDC), que também vinha defendendo a realização da greve, alertou os operários para o risco de acontecer um novo “caso dos 51”, e que os operários “devem aguardar a decisão pelos canais competentes.”⁸³⁶ Os comunistas não deixaram esse recuo passar batido. Militão Ferreira Dias afirmou que os operários estavam “sendo desviados do caminho da greve”, o que não havia sido combinado nas assembleias anteriores.⁸³⁷ Alaor Madureira, por sua vez, disse que

(...) não se precisa ter ilusão que a Justiça Federal nos dê ganho de causa, portanto, ficam os companheiros orientados que precisam sair da assembleia com a cabeça erguida para fazer concentrações nos locais de trabalho, fazendo todos compreenderem que somente com a greve é que podemos adquirir alguma coisa.⁸³⁸

José Nilo, apesar de ter feito a defesa do caminho “indicado pela lei”, afirmou que “(...) se os associados quiserem tomar outra deliberação, ele estaria do lado dos associados para o que fosse necessário (...).”⁸³⁹ Sobre a incapacidade do Sindicato de financiar o movimento grevista, o comunista Agripino lembrou que em tempos passados havia a ideia de criar uma caixa de fundos para greves, proposta que não se concretizou. Destacou que “agora com a nova diretoria havemos de fundar a caixa de greve, pois somos mais do que humilhados e não tendo uma caixa de greve para sustentar (...) não podemos enfrentar a Companhia e ela sabendo disto, faz de nós o que bem entender e quizer.”⁸⁴⁰ Sua proposta foi aprovada em assembleia, e uma

⁸³⁴ Ibid.

⁸³⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸³⁶ Ibid.

⁸³⁷ Ibid.

⁸³⁸ Ibid.

⁸³⁹ Ibid.

⁸⁴⁰ Ibid.

comissão formada por Militão e Agripino foi eleita para proceder os estudos para a criação da caixa de greve.

Enquanto os operários organizavam a greve, o dissídio corria de mal a pior. No dia 6 de abril o Procurador Geral do Trabalho, Otávio de Aragão Bulcão, deu parecer ou pela improcedência do dissídio ou que estabelecessem o valor razoável de 10% de aumento sobre os salários.⁸⁴¹ Seu parecer se sustentava no laudo feito pelo perito do TRT, que averiguou as contas da Morro Velho, chegando à conclusão de que se a mesma concedesse o aumento sugerido pelo Procurador Regional (10%), a empresa viveria sem lucros. Apontou ainda que a decisão do TRT de julgar o aumento de 20% teria sido “fantástica”.⁸⁴² Por sua vez, a organização da greve começava a extrapolar e muito o âmbito operário. No dia 22 de abril, os vigários Osvaldo Pena e José Mendes de Aguiar, de Nova Lima, e Pedro Cordeiro Rocha, juntamente com o presidente e o advogado do Sindicato, mais o prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes, foram até à Morro Velho exigir de seu diretor o aumento de 20%, dando o dia 25 como prazo de resposta.⁸⁴³ O encontro não teve êxito e os membros da referida comissão sequer foram recebidos. Em audiências de negociação na Delegacia Regional do Trabalho, a empresa apresentou o índice de 14% de reajuste, proposta que não foi aceita.⁸⁴⁴

O conflito escalava no sentido da deflagração da greve. No dia 26 de abril uma assembleia foi realizada para que os operários tomassem conhecimento da resposta da Morro Velho.⁸⁴⁵ Registros policiais nos informam que a assembleia teria sido “dominada” pelo deputado Waldomiro Lobo (PTB), pelo prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes (PDC), e por Benigno Azevedo (PTB), prefeito de Raposos. A gravidade da situação era tal, que Anélio Marques, enviado como delegado da Morro Velho para um congresso da Conferência dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), no Chile, teve que voltar às pressas para participar da assembleia. Apoiado pelos comunistas, Waldomiro Lobo sugeriu que fossem solicitar a interferência do governador Juscelino Kubitschek, e que se não fosse obtido o exigido pelos operários, deveriam entrar em greve, com ele e o prefeito de Nova Lima à frente. No dia 28, Juscelino recebeu os diretores da Morro Velho, que relataram que até mesmo o índice de 14% seria impossível, e no mesmo dia recebeu uma comissão de operários, acompanhados por Waldomiro Lobo e João Lio, que pediram ao governador que insistisse no índice de 20%.⁸⁴⁶

⁸⁴¹ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁸⁴² Ibid.

⁸⁴³ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁴⁴ Ibid.

⁸⁴⁵ Ibid.

⁸⁴⁶ Ibid.

Diante dos esforços do governador, a Morro Velho sugeriu o aumento de 14% para aqueles que recebessem até Cr\$2.500,00 mensais, e a promessa de construir um armazém para abastecimento básico dos operários, a preço de custo.⁸⁴⁷ No dia 30, a mesma comissão de operários retornou ao Palácio da Liberdade para receber a proposta, que não foi aceita, “más, prometeram ao Governador, de que não haveria depredações no caso de irem à greve.”⁸⁴⁸

No dia primeiro de maio, 3.200 associados lotaram as galerias do Teatro Municipal para mais uma assembleia sindical, coordenada por Waldomiro Lobo, João Lio de Moraes, Benigno Azevedo, o advogado e a diretoria do Sindicato.⁸⁴⁹ Após os relatos das negociações feitas junto ao governador do Estado, Waldomiro Lobo informou que Juscelino o havia autorizado a ir se encontrar com Getúlio Vargas, para pedir que ele também interferisse nas negociações. O presidente do Sindicato, José Nilo, afirmou que tinha acordo com a ida de uma comissão para se encontrar com Vargas, mas que também tinha certo desacordo, “porque há muito tempo que o povo vem lutando por suas reivindicações, pacificamente, sem resultados satisfatórios”.⁸⁵⁰ Teria dito também que de acordo com sua vontade, declarariam greve no dia seguinte, mas dependia da aprovação da assembleia. O comunista Anélio Marques, diante da posição de José Nilo, sugeriu que enquanto a comissão iria ao encontro do presidente da república, os operários organizariam a greve, tendo sua proposta aprovada pela assembleia. Corroborando com a fala de Anélio, e aproveitando a ocasião para enaltecer a figura de Getúlio Vargas, Waldomiro Lobo enfatizou a necessidade de organização da greve, que deveria ter horas e minutos para ser iniciada, e que tinha certeza do apoio do presidente da república à causa dos operários. Portanto, enquanto a comissão viajava, os associados deveriam organizar comissões nos locais de trabalho “a fim de que sejam escolhidos os homens mais suficientes para guarnecerem as entradas da Cia. do Morro Velho (...)”, e estudar o dia e a hora em que entrariam de greve.⁸⁵¹

Formava-se uma grande unidade tática para que os operários saíssem vitoriosos. Mas dessa vez a unidade foi longe demais. Na mesma assembleia acima citada, um operário de nome José Luiz informou que escutara de José Geraldo Gomes (Dédé Gomes), presidente da UNAS, entidade anticomunista local, que havia 500 operários preparados para furarem a greve. Waldomiro Lobo atacou a entidade dizendo que ela “parece ter sido fundada para defender os interesses da Empresa”, e convidou os operários ligados a ela para “se unirem em um só bloco

⁸⁴⁷ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁴⁸ Ibid.

⁸⁴⁹ Ibid.

⁸⁵⁰ Ibid.

⁸⁵¹ Ibid.

e em um só ideal, para marcharem juntos para as suas reivindicações”.⁸⁵² A greve foi deflagrada no dia 3 de maio, e logo no dia 4 uma nova assembleia foi realizada.⁸⁵³ Nela Waldomiro Lobo solicitou uma salva de palmas para a UNAS, que o havia convidado para participar de sua assembleia, na qual aprovaram a participação da entidade na greve. Waldomiro afirmou que ficou “inteiramente satisfeito porque havia união entre os trabalhadores da Morro Velho”, e pediu aos operários que não cedessem à causa na Justiça.⁸⁵⁴ José Geraldo Gomes, presidente da UNAS, esteve presente na assembleia, e disse que “estava disposto a colaborar com a grêve e topar o que dê e vier porque a UNAS encostou a sua bandeira e está de ombro a ombro com os companheiros de trabalho e de frente com a Companhia do Morro Velho (...)”.⁸⁵⁵ Em tom contundente, pontuou que “a UNAS foi a última que entrou em grêve e será a última que voltará ao trabalho, porque os socios da UNAS são do mesmo sangue e do mesmo sofrimento.”⁸⁵⁶ O comunista Joaquim Mariano de Oliveira, vulgo Boa Conversa, depois de solicitar que a volta dos 51 operários condenados em 1952 fosse reivindicada, também manifestou sua satisfação com a posição da UNAS, que agora fazia parte da composição de forças que somavam na greve.⁸⁵⁷ A situação que se conformava explicita o fato de que a identidade de classe dos mineiros se sobrepunha à quaisquer contradições existentes entre as diferentes correntes políticas e ideológicas. Isso não significava a inexistência de disputas pelos rumos do movimento.

Emblemática nesse sentido foi a realização de uma assembleia sindical no dia 9 de maio, decorridos 6 dias desde o início da greve. A ata da referida assembleia dá conta de embates travados entre os dirigentes comunistas Roberto Morena, deputado federal, Armando Ziller, do Sindicato dos Bancários, e o trabalhista Waldomiro Lobo.⁸⁵⁸ Armando Ziller levou a solidariedade dos Bancários aos operários da Morro Velho, e “teceu elogios pela boa organização da grêve, que era um espelho para todo o Brasil e os grevistas de Nova Lima devem estar sentindo o valor da união e da ordem que reina no Sindicato dos Mineiros (...)”.⁸⁵⁹ Ao finalizar sua fala, concitou os operários da seguinte maneira: “Ingressai meus companheiros cada vez mais no seu Sindicato, procurando homens competentes e verdadeiros líderes para dirigi-los, uma comissão competente para tomar a frente das suas causas.”⁸⁶⁰ Waldomiro Lobo

⁸⁵² Id. Ibid.

⁸⁵³ Ibid.

⁸⁵⁴ Ibid.

⁸⁵⁵ Ibid.

⁸⁵⁶ Ibid.

⁸⁵⁷ Ibid.

⁸⁵⁸ Ibid.

⁸⁵⁹ Ibid.

⁸⁶⁰ Ibid.

se sentiu atacado por Armando Ziller, e disse ser “competente para dirigir a massa e a responsabilidade de levar a causa dos operários em todos os tribunais competentes, não sendo preciso para os operários nenhum penetra estranho a este recinto (...)”.⁸⁶¹ Insinuou ainda que Armando era um oportunista, e que depois de tudo organizado e a vitória quase ganha, “estes penetras apareciam para dar palpites”.⁸⁶² Aparentemente dando apoio a Armando Ziller, Roberto Morena atacou Getúlio Vargas, alegando que ele havia feito grandes estoques de feijão e arroz nos depósitos, mas não baixava um decreto regulando os preços dos gêneros, e que “infelizmente o governo come a maior parte, e os afilhados também comem”, claramente se referindo à Waldomiro Lobo, e terminando bastante aplaudido pelos associados presentes.⁸⁶³

Mais duas assembleias foram realizadas até que a greve terminasse. Na primeira, realizada no dia 10/05, José Nilo apresentou a nova proposta do governador: aumento de 20% como abono provisório até o final do dissídio, para os empregados que recebiam entre Cr\$900,00 e Cr\$2.500,00, com os grevistas trabalhando aos domingos para reporem os dias de greve. Salientou que, independentemente se a proposta fosse aceita ou não, os operários deveriam permanecer em união. O prefeito João Lio de Moraes, recuando, solicitou que os grevistas voltassem ao trabalho e confiassem nas autoridades, sendo altamente vaiado pela assembleia. O comunista Joaquim Mariano, membro da Comissão de Greve, aconselhou que os operários não aceitassem a proposta, “pois a luta empreendida seria considerada perdida e as viagens que ele fez para conseguir esta greve e o sacrifício dispendido pelos seus companheiros, iriam tudo pela água abaixo (...)”. Iniciada às 18 horas, a assembleia terminou entre 23 horas e meia noite, com 2058 votos contrários à proposta do governador, e 145 favoráveis.

Já na segunda assembleia, realizada no dia 12, uma nova proposta do governador foi apresentada aos 3000 operários presentes.⁸⁶⁴ A proposta consistia nos seguintes termos: 1) volta dos grevistas ao trabalho; 2) pagamento dos dias de greve com a condição dos grevistas trabalharem uma hora por dia até perfazer as 64 horas dos 8 dias de greve; 3) abono de 20% sobre o salário mínimo para todos os grevistas, retroativo à 1º de abril (provisoriamente até o fim do dissídio).⁸⁶⁵ Apesar das tentativas dos comunistas de fazerem com que a proposta não fosse aceita, a assembleia a aprovou, sob forte influência de Waldomiro Lobo. Ele orientou os operários para que aprovassem a proposta e retornassem ao trabalho, e que a aceitação dela não atrapalharia as demais reivindicações constantes no dissídio, que seria julgado em breve no Rio

⁸⁶¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁶² Ibid.

⁸⁶³ Ibid.

⁸⁶⁴ Ibid.

⁸⁶⁵ Ibid.

de Janeiro. Além disso, a Morro Velho teria garantido que não exerceria represália aos grevistas. A greve foi encerrada naquele mesmo dia.

Dias depois, os comunistas locais se reuniram com representantes das instâncias superiores do Partido, para avaliarem a atuação na greve e mensurar as perdas e ganhos que obtiveram. A primeira reunião realizou-se no dia 21 de maio, no bairro do Cascalho, em Nova Lima, com a presença de Ceci (Comitê Estadual), João Pequeno, Agripino e Benedito, todos operários da Morro Velho.⁸⁶⁶ Ceci iniciou a reunião falando da dificuldade do Partido se reunir durante a greve. Tal debilidade se dava especialmente entre os comunistas de Nova Lima, que durante a greve não se reuniram nenhuma vez, enquanto os comunistas de Raposos se reuniram 8 vezes.⁸⁶⁷ Afirmou Ceci que em Raposos “basta os membros do Partido saberem que tem reunião o menor numero que aparece é de 10 ou 15 militantes”.⁸⁶⁸ Além disso, com a tarefa de recrutar novos quadros para o Partido, os comunistas em Nova Lima não recrutaram sequer um militante, e em Raposos havia consigo recrutar 38. Em relação à greve, afirmou que deveriam ter protestado e levado mais adiante o movimento, “porque teríamos melhores reivindicações.”⁸⁶⁹ Depois de apresentar a avaliação do Comitê Estadual, Ceci solicitou que os comunistas locais escolhessem um local para realizarem uma reunião ampliada, com a presença de membros do Comitê Nacional, sendo sugerido por Agripino que pedissem ao prefeito de Raposos, Benigno Azevedo (PTB), que lhes emprestasse sua casa, pois o mesmo tinha com eles boas relações.⁸⁷⁰

A segunda reunião ocorreu no dia 24 de maio, na casa do militante Luiz Pascoal, com a presença de 14 pessoas, contando com membros do Comitê Estadual, do Comitê Nacional e os dirigentes locais.⁸⁷¹ Depois de discutir o informe de abril escrito pelo “Camarada Prestes”, no qual ressaltaram a necessidade de o partido assumir o papel de vanguarda da classe operária, verdadeiramente revolucionária, os presentes na reunião partiram para o balanço da greve. Ceci, do Comitê Estadual, pontuou a descontinuidade entre as deliberações das instâncias superiores e o que era aplicado nas bases, dizendo que:

(...) ao início da greve o Comitê Central do Partido se reuniu e tomou a seguinte resolução: - fazer caravanas em todos os municípios; caravanas de

⁸⁶⁶ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁸⁶⁷ Ibid.

⁸⁶⁸ Ibid.

⁸⁶⁹ Ibid.

⁸⁷⁰ Ibid.

⁸⁷¹ Segundo as informações repassadas à polícia, estiveram presentes Afonso (Comitê Nacional), Ceci (Comitê Estadual), Anelio, Agripino, Nonô, João Pequeno, Militão, Neco, Agostinho Maninho, Efigenio, Maria esposa de João Pequeno, Mariinha esposa de João, filho de Itagiba, Deco e Lico.

solidariedade em todos os municípios; preparar os materiais de agitação e se manifestarem sobre a volta dos 51 ao trabalho. Fazer piquetes de greve nas Porteiras e na boca das Minas, Conclusão: Tudo isto foi discutido nas reuniões do Comitê Central, mas não foi levado ao conhecimento dos militantes de bases. De todas estas resoluções o que fizemos foi mandar a Comissão de bancários e a Comissão de trabalhadores das Construções Cíveis e também a solidariedade do Sindicato de Lafaiete.⁸⁷²

A avaliação, portanto, não era sobre a linha política, mas sim sobre a desorganização e descontinuidade entre o encaminhado e o executado. João Pequeno ainda denunciou que parte do material de propaganda havia sido queimado, e que os comunistas deveriam ter exigido de José Nilo a participação dos 51 nas assembleias sindicais. Alguns, como Militão Ferreira Dias, sugeriram que não deveriam considerar que a greve fora derrotada, pois tal atitude poderia implicar no ânimo dos operários. Outros, como Eugenio, disseram que a greve para eles foi sim uma derrota, e que o deputado Waldomiro Lobo (PTB) é quem havia tirado proveito dela. Como dirigente sindical, Augusto Hermógenes disse sobre a necessidade de o partido se organizar melhor para atuar nas greves e no sindicato, e apontou que “o Sindicato, mais cedo ou mais tarde, terá de ser dirigido pelo Partido e isto não será muito difícil porquanto já se tem na diretoria 4 membros do Partido, o que representa uma grande vitória que o Partido já conquistou aqui em Morro Velho.” Sobre as relações com o presidente do sindicato, José Nilo, disse que é difícil trazê-lo para o Partido, mas que não o tendo no Partido, teriam ele como um elemento de massa, deixando mais uma vez nítida a separação entre nível partidário e nível de massas. O militante Agripino, em suas ponderações, considerou que houve conquistas com a greve. Disse que

(...) tiveram uma vitória não sobre reivindicações, a nossa vitória foi sobre questão partidária porque em Raposos já contamos com 42 elementos recrutados pelo Partido, durante o período da greve e em Nova Lima o recrutamento não atingiu a quantia de Raposos, mas teremos 3 elementos que representam 5.000. O Partido em Raposos tem mais iniciativa, pois o povo já está revoltado contra as horas extras e também com a justiça e assim estamos esperando decisão da Assembleia.⁸⁷³

As avaliações feitas pelos militantes acima refletem um avanço/retomada do PCB no âmbito local, com um novo fluxo militante em seus quadros – mais em Raposos que em Nova Lima - e com o avanço sobre cargos na direção sindical. O problema colocado então era a necessidade de melhorar a organização partidária e qualificar ainda mais a inserção nas

⁸⁷² APM/DOPS – Pasta 4787.

⁸⁷³ Ibid.

mobilizações que seguiriam. Em relação a isso, Nonô disse que deveriam focar nas assembleias, e levar a luta pelos 30% de aumento, que completaria os 50% inicialmente pleiteados no início da campanha salarial. Dico, tratando da participação nas assembleias sindicais e comissões sindicais, afirmou que

(...) devemos ir bem armado porque é capaz de sair algumas coisas positivas porque se o Presidente exigir uma comissão para se entender em alguns pontos de vista, teremos de incluir elementos do Partido, devem ser Anelio e outros do Partido, ao menos 4 elementos porque o Anelio é um elemento que o povo deposita confiança nele.⁸⁷⁴

As resoluções da reunião foram divididas em duas, uma geral e uma sindical. A geral foi que os militantes locais deveriam cobrir a quota de recrutamento de 150 membros para o Partido, entre aqueles que mais se destacassem nas assembleias, e reunir as bases operárias para ao menos duas vezes por mês discutir o “Informe do Camarada Prestes”, devendo colocá-lo em ação até setembro de 1953.⁸⁷⁵ Entre os pontos da resolução sindical, destacamos: deveriam protestar contra a intervenção do deputado Waldomiro Lobo e do prefeito João Lio nas assembleias; tentar “ganhar” José Nilo para o PCB; formar comissões nos locais de trabalho; e formar uma comissão, mesmo sem o aval do presidente do Sindicato, que contasse com a presença de Afonso, do Comitê Nacional, para levantar a luta por 30% de aumento salarial.⁸⁷⁶ Não bastava que os comunistas contassem com membros na direção sindical. Era necessário conciliar posições na direção e a organização das bases, articulando e mobilizando os operários. As duas reuniões pretendiam balizar as ações dos comunistas locais, com interferência direta dos organismos superiores de direção partidária.

A ideia era avançar para conseguir os 30% de aumento que restaram para completar os 50% pleiteados no início da campanha salarial e na greve de maio de 1953. Mas essa luta teria que ser empreendida em outra ocasião, pois o TST acabou julgando o acordo provisório intermediado por Juscelino Kubitschek (aumento de 20% e pagamento dos dias de greve) como acordo definitivo entre as partes.⁸⁷⁷ O Sindicato pediu recurso ao STF, mas o ministro presidente do TST, Manoel Caldeira Netto, negou o pedido, e afirmou que, a partir dos laudos periciais constantes nos autos, a única “decisão social, porque harmonizadora, era decidir dentro dos termos do acôrdo provisório firmado entre as partes dissidentes(...)”.⁸⁷⁸ Ou seja, mediante

⁸⁷⁴ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁸⁷⁵ Ibid.

⁸⁷⁶ Ibid.

⁸⁷⁷ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03

⁸⁷⁸ Ibid.

o que seria a comprovação da incapacidade da Cia. de conceder o aumento pleiteado (50%), o TST julgou o acordo provisório como conciliação entre as partes. Esse julgamento final acabou colocando os defensores do acordo provisório em saia justa, especialmente o deputado Waldomiro Lobo, o prefeito João Lio de Moraes e o presidente do Sindicato, José Nilo do Rosário. Todos eles tinham garantido aos operários que o acordo provisório não influenciaria o julgamento final. Os comunistas, por sua vez, procuraram utilizar o fato para defender uma posição mais combativa. Nesse sentido, em uma assembleia esvaziada – 100 associados presentes -, realizada no dia 19 de julho, os comunistas tomaram a frente para pautá-la. Consta em ata que Joaquim Mariano

(...) fez críticas sobre as falsidades da Justiça e do próprio Governo e diz aos companheiros que não precisavam estar naquela situação, pois se eles foram à greve era por todas as reivindicações que estão na Justiça, mas infelizmente, confiaram na Justiça e no Snr. Governador, cheio de conforto e na melhor vida.⁸⁷⁹

Joaquim disse também que não tinha mais esperanças nas greves da Morro Velho, mas caso estourasse um novo movimento afirmou que “nós não vamos acreditar na conversa macia dos ‘tapeadores’, porque nós bem unidos podemos resolver tudo.”⁸⁸⁰ Anélio Marques, seguindo a resolução sindical tirada na reunião anteriormente citada, sugeriu que nas assembleias fossem formadas comissões, que teriam a função de orientar seus companheiros nos locais de trabalho e nos bairros, e também auxiliar a diretoria na direção dos trabalhos do Sindicato. José Nilo afirmou que achava boa a proposta, mas que com a assembleia esvaziada não seria possível escolher uma comissão naquele momento.⁸⁸¹

A proposta de Anélio foi retomada por Militão Ferreira Dias na assembleia do dia 9 de agosto, que contou com a presença de 1.000 associados.⁸⁸² A proposta aprovada foi que formassem uma comissão com membros distribuídos entre Raposos, Nova Lima e Honório Bicalho. A assembleia foi conduzida por Firmo Maritas Simões, trabalhista e membro da diretoria, que alegou não estar satisfeito com o aumento de 20%, assim como os demais operários, que pediam ajuda ao Sindicato para comprar gêneros de primeira necessidade. Uma nova pauta de reivindicações foi costurada pelo comunista Alaor Madureira, que tinha sido membro da comissão de greve da campanha perdida, incluindo nela o pedido da taxa de

⁸⁷⁹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁸⁰ Ibid.

⁸⁸¹ Ibid.

⁸⁸² Ibid.

insalubridade (considerada improcedente pelo TRT e TST) e o pagamento do adicional noturno.⁸⁸³ Alaor ainda pediu ao presidente que apresentasse meios práticos de entrar em negociação com a empresa, tendo José Nilo sugerido que uma comissão de pais de família fosse eleita, e se dirigissem junto ao sindicato para a Companhia, pleiteando suas reivindicações. Teriam assim duas comissões, uma para organizar os operários nos locais de trabalho, e outra para intermediar as negociações com a empresa. Ou seja, as novas negociações deveriam ser feitas diretamente com a empresa, sem passarem pela intermediação da Delegacia Regional do Trabalho e da Justiça do Trabalho. O operário José Lopes propôs que, ao invés de uma comissão, enviassem ofícios à Morro Velho, e que se no prazo de 15 dias obtivessem resposta negativa, deveriam realizar uma nova assembleia para deliberar os rumos a serem tomados.⁸⁸⁴ Sua proposta foi considerada melhor por José Nilo e Alaor, uma vez que nas últimas ocasiões, os diretores da Morro Velho se recusaram a receber as comissões formadas. Já a comissão eleita para atuar nos locais de trabalho era toda composta por militantes do PCB: Benedito Felício Camelo, João Pequeno, Militão Ferreira Dias, Joaquim Mariano, Manoel Rodrigues da Fonseca, Alberto Lemos, Raimundo, Ulisses, Sebastião de Oliveira e Eugenio Monteiro.⁸⁸⁵

No dia 23 de agosto, o presidente do Sindicato, José Nilo, reuniu-se com os membros da comissão para alinharem as ações.⁸⁸⁶ Militão Ferreira Dias expos qual era a finalidade da comissão: “pôr em execução o programa, isto é, as reivindicações que constam do programa do Snr. Presidente do Sindicato.”⁸⁸⁷ José Nilo destacou que se comprometia com o programa se houvesse “completa união entre os trabalhadores”.⁸⁸⁸ O papel da comissão, portanto, era analisar as reivindicações programadas e leva-las ao conhecimento dos trabalhadores nos locais de trabalho. As pautas centrais a serem defendidas eram: lutar pelos 30% que ficaram faltando no último acordo, pelo abono de família (Cr\$100,00 para as esposas e Cr\$50,00 por filho), pela taxa de insalubridade e pelo pagamento do adicional noturno. Para José Nilo, a comissão precisaria organizar o povo para lutar por um acordo amigável ou pela greve, “porque a lei não nos ajuda.”⁸⁸⁹ Disse também que não declararia greve, mas se o povo decidisse pela greve, ele se colocaria ao lado dos trabalhadores. João Pequeno falou sobre os fins de uma greve, e que na última

⁸⁸³ Ibid. Vale ressaltar que o adicional noturno já era previsto pela CLT desde 1943.

⁸⁸⁴ Id. Ibid.

⁸⁸⁵ Ibid.

⁸⁸⁶ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁸⁸⁷ Ibid.

⁸⁸⁸ Ibid.

⁸⁸⁹ Ibid.

(...) os operários acharam muita dificuldade em declara-la, em virtude de haver infiltração entre a massa muitos intermediários e grêve não é assim: alguns ficam trabalhando e outros não. A grêve é cousa coletiva. Todos deverão colaborar unidos em um só bloco.⁸⁹⁰

A fala de João Pequeno explicita a crítica que os comunistas deveriam fazer sobre a participação de Waldomiro Lobo e João Lio de Moraes, que intervieram diretamente na greve passada. Disse ainda que, “se for necessária outra grêve, esta será dirigida e preparada com antecedência pela comissão, a qual porá piquetes nas porteiças de entrada para o trabalho, a fim de impedir que algum operário fure a grêve indo trabalhar.”⁸⁹¹ A reunião, que representa a recuperação da inserção e da capacidade operativa dos comunistas locais no Sindicato, terminou com o presidente da entidade recomendando que executassem os trabalhos “de modo que nenhum membro desse motivo para dispensa do serviço da Empresa.”⁸⁹²

A tensão aumentava dia após dia, e uma segunda greve estava prestes a ser deflagrada. No dia 5 de setembro, João Pequeno, Alaor Madureira, Manoel Rodrigues da Fonseca e Bené, membros Comitê de Empresa do PCB, se reuniram para discutir a conjuntura local e as orientações recebidas do Comitê Central. Na ocasião, Manoel Rodrigues da Fonseca disse que tinham “(...) uma boa oportunidade para provocar uma agitação de grandes proporções”, e que “devemos promover uma grande agitação aproveitando esta oportunidade (...)”⁸⁹³ João Pequeno, concordando com estas palavras, disse: “companheiros, nós temos perdido muitas ocasiões de fazer agitação entre a massa, pois os trabalhadores de Morro Velho estão na iminência de uma greve e devemos estar com o povo bem organizado para este sentido.”⁸⁹⁴ Os comunistas avançavam nitidamente nas atividades sindicais, especialmente na comissão de organização nos locais de trabalho e nas assembleias e reuniões promovidas pelo Sindicato. A propósito, um agente infiltrado que repassava informações à polícia chegou a afirmar que “as assembleias e as reuniões sindicais são controladas pelos vermelhos que procuram, por todos os meios ao seu alcance, exercer a sua influencia (...) junto à massa incauta para tapea-la.”⁸⁹⁵ O agente ainda salientou a participação dos comunistas João Pequeno, Joaquim Mariano, Alaor Madureira e Militão Ferreira Dias, que sempre participavam ativamente das atividades sindicais e influenciavam os demais trabalhadores.

⁸⁹⁰ Ibid.

⁸⁹¹ Id. Ibid.

⁸⁹² Ibid.

⁸⁹³ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁸⁹⁴ Ibid.

⁸⁹⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

As ações comunistas dentro do Sindicato dos Mineiros e nas bases, somadas à insatisfação dos trabalhadores com o resultado do dissídio iniciado em 1952, e a atuação de trabalhistas, eram elementos que fermentavam uma grande agitação. Como salientado no início desta seção, o ano de 1953 foi marcado por greves massivas em outras áreas do Brasil, sendo a greve dos 300 mil, realizada em março por metalúrgicos e tecelões em São Paulo, a mais significativa.⁸⁹⁶ O movimento operário brasileiro se via numa atmosfera que colocava a greve como o principal instrumento para a conquista de melhorias sociais e trabalhistas. É nesse contexto que eclodirá a maior greve realizada pelos operários da Morro Velho, talvez uma das mais marcantes da história de Minas Gerais e do país.

A greve teve início no dia 14 de outubro e foi encerrada somente no dia 13 de novembro. Os operários reivindicavam a inclusão do Plano Canadense (prêmio mensal por produção) nos cálculos de férias e descanso semanal remunerado, e o pagamento retroativo de junho de 1948, quando foi instituído o prêmio, a outubro de 1953.⁸⁹⁷ Apesar da realização de diversas reuniões na Delegacia Regional do Trabalho na tentativa de sustar a greve, os operários e o Sindicato dos Mineiros não estavam dispostos a recuar. A reivindicação havia sido ganha na Justiça de Nova Lima e no Tribunal Regional do Trabalho, mas a empresa acabou recorrendo no Tribunal Superior do Trabalho, o que causou a insatisfação geral.⁸⁹⁸ Deflagrada a greve, os operários incluíram na pauta de reivindicações o pagamento de um abono família (por esposa e por filhos), da taxa de insalubridade e um plano salarial, parecido com o Plano Canadense, para o pessoal que trabalhava na superfície, e que havia sido prometido anteriormente pela Morro Velho.⁸⁹⁹ O movimento contou com diversos protagonistas, chegando a envolver o presidente Getúlio Vargas, João Goulart, ministro do trabalho, e o governador Juscelino Kubitschek, transformando-a em um fato político de impacto nacional.

Em reunião realizada no dia 13 de outubro de 1953 com a presença do Delegado Regional do Trabalho, J.B de Carvalho França, de Massanielo Lopes Cançado e Waldívio Figueiredo, advogados da Morro Velho, mais a direção sindical, composta por José Nilo, Sebastião de Oliveira (comunista), Arlindo Pimenta, o advogado Wilson Carneiro Vidigal e o deputado estadual Waldomiro Lobo, houve uma última tentativa de acordo.⁹⁰⁰ A proposta da

⁸⁹⁶ Leal, 2011.

⁸⁹⁷ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03.0

⁸⁹⁸ Ibid. Segundo informou o presidente do Sindicato, José Nilo, em assembleia, a reivindicação inicialmente havia sido pleiteada para 533 operários. No entanto, a Morro Velho havia prometido que caso a Justiça desse ganho de causa aos operários, ela não obstaría a extensão da reivindicação para todos aqueles que receberam e recebiam o Plano Canadense. No caso da greve, a empresa se recusava a aceitar o julgamento da Justiça de Nova Lima e do Tribunal Regional do Trabalho.

⁸⁹⁹ Ibid.

⁹⁰⁰ Ibid.

Cia. e do Delegado Regional do Trabalho era que a empresa pagasse a inclusão do Plano Canadense para cálculos de férias e descanso remunerado, a título provisório, até que o TST julgasse o caso. Hugo Faria, ministro interino do trabalho, chegou a pedir aos operários que concedessem o prazo de 8 dias para o TST julgar o caso, o que não surtiu efeito. Isso porque, questionados se pagariam o pleiteado imediatamente após julgado o caso no TST, os diretores da Morro Velho afirmaram que somente o fariam após a publicação do ato, o que nas palavras de Hugo Faria poderia durar de um a dois anos, algo considerado inadmissível pelos operários.

No mesmo dia 13 de outubro de 1953, às 22 horas, o Sindicato convocou uma assembleia geral, na qual a proposta foi recusada e os trabalhadores aprovaram a deflagração da greve.⁹⁰¹ Na assembleia os ânimos se exaltaram. Um operário, de nome Orlando de Melo, chegou a se pronunciar contrário à greve e foi “agredido estupidamente”, o que “custou-lhe quase a vida”.⁹⁰² O presidente da entidade, José Nilo, encaminhou que a greve fosse iniciada às 6:30 do dia seguinte (14). Assim que tomou conhecimento da greve, o delegado de Ordem Pública e Social, José Henriques, organizou uma caravana em direção à Nova Lima e Raposos.⁹⁰³ A caravana contou com soldados do Batalhão de Guardas da Polícia Militar, sendo que 170 ocuparam as dependências da Morro Velho e das repartições públicas, e outros 80 foram para Raposos, todos sob a chefia do capitão Georgino José de Sousa, delegado de Nova Lima. Georgino chegou a afirmar para o jornal *Diário de Minas* que havia infiltração comunista na greve, e que “elementos extremistas” estavam propondo a realização de piquetes nas entradas das minas.⁹⁰⁴

⁹⁰¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁰² Ibid.

⁹⁰³ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03.0

⁹⁰⁴ Ibid.

Imagem 22 – Líderes operários durante a greve de 1953



Da direita para a esquerda os operários Alberto Lemos Mota (comunista), Augusto Hermógenes (comunista) e José Nilo do Rosário. Fonte: Jornal Estado de Minas, 15/10/1953.

Imagem 23 - Policiais armados no portão principal da Mina Grande em Nova Lima



Fonte: Jornal Estado de Minas, 15/10/1953.

De acordo com o jornal *Estado de Minas*, esperava-se que o movimento ocorresse de forma pacífica, como havia sido a primeira greve no início do ano.⁹⁰⁵ As providências policiais, portanto, tinham como objetivo impedir que “elementos extremistas” agitassem os operários. A reportagem do jornal apontava que a polícia desejava

(...) manter-se vigilante, sobretudo para evitar que agentes extremistas se infiltrem no seio da massa operária para exarcerba-lhe o ânimo. A esse respeito, aliás, soubemos que já causou estranheza o fato de ter sido constatada, ontem, em Nova Lima, a presença do sr. Dimas Perrin, conhecido agitador comunista, que chegou a propor, na assembleia dos trabalhadores, a constituição de um <piquete> para impedir que trabalhem aqueles que porventura desejarem ingressar na mina, hoje de manhã.⁹⁰⁶

Apesar das providências policiais, os comunistas tiveram parte no movimento antes mesmo que a greve fosse deflagrada, através de comissões nos locais de trabalho, nas quais elencaram os pontos a serem reivindicados e mobilizaram os operários, e da participação nas assembleias, com destaque para os comunistas Eugenio Monteiro, Militão Ferreira Dias, Joaquim Mariano, Anélio Marques, Alberto Lemos Mota, Sebastião Oliveira, Augusto Hermógenes e João Pequeno. A linha política seguida pelos comunistas foi a de defesa intransigente da greve, o ataque às autoridades do governo federal e à Justiça do Trabalho e a defesa da união dos operários como meio de vencer a peleja. Além disso, tentaram sem sucesso incluir na pauta de reivindicações a questão dos 51 operários demitidos no ano anterior, sendo que vários deles participaram das assembleias que debatiam os rumos da greve.⁹⁰⁷ Apreciada pela diretoria do Sindicato e pelo advogado da entidade, a proposta de inclusão do caso na pauta foi recusada, alegando José Nilo que ela poderia atrapalhar as negociações, uma vez que era de conhecimento geral que se tratava de uma questão relacionada aos comunistas.

A condução do movimento foi disputada palmo a palmo com o deputado Waldomiro Lobo (PTB), que teve sua reputação reduzida com a resolução da greve anterior, onde os operários pleiteavam 50% de aumento, e obtiveram apenas 20%. Segundo a polícia, José Nilo também buscava reabilitar seu prestígio junto aos operários, “decaído após a última greve, em virtude de suas relações com o Deputado Waldomiro Lobo e o Prefeito Municipal, os quais interviram, de modo bastante acentuado, em questões de interesse dos operários”.⁹⁰⁸ José Nilo

⁹⁰⁵ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 15 de outubro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹⁰⁶ Ibid.

⁹⁰⁷ APM/DOPS – Pasta 4785. Especialmente Anélio Marques, Geraldo Policarpo de Souza, Antônio Liberato e Alair Madureira.

⁹⁰⁸ Ibid.

estaria aproveitando a situação do Plano Canadense para agradar os comunistas e os demais mineiros. Como já mencionamos anteriormente, as relações entre ele e Waldomiro Lobo não eram vistas com bons olhos pelos comunistas, pois pretendiam que José Nilo fosse cada vez mais próximo do PCB. Os anticomunistas também participaram da greve, formando uma grande composição de forças, como no movimento grevista realizado no início do ano. José Geraldo Gomes, vulgo Dedé Gomes, presidente da UNAS, que passava a participar cada vez mais das assembleias do Sindicato, chegou a garantir a boa ordem da greve, para que os fura-greve não atrapalhassem o movimento, apesar de ter defendido que os operários da superfície não deveriam aderir, pois considerava ele que a Morro Velho “não resiste à tanta despesa”.⁹⁰⁹

Mesmo tendo sua reputação em jogo e com sua participação no dissídio anterior criticada pelos comunistas, o deputado Waldomiro Lobo (PTB) continuava tendo espaço nas assembleias sindicais, e até mesmo porque mantinha relações próximas com José Nilo. No dia 16, em assembleia realizada no Teatro Municipal de Nova Lima, José Nilo expôs que se viu encurralado em uma reunião na DRT, na qual encontrou o presidente da FIEMG, o delegado regional do trabalho e outra autoridade da cidade, e nessa situação pediu ajuda à Waldomiro Lobo, que foi convidado a participar da assembleia.⁹¹⁰ O deputado, então, teria atendido a solicitação com a maior boa vontade, e respondeu que na greve passada “muitos” (os comunistas) haviam dito que ali havia ali comparecido “à cata de votos”, sem nada ter feito para os trabalhadores.⁹¹¹ Salientou que na greve anterior havia se sacrificado, chegando a dormir em seu automóvel, e havia solicitado ao governador que retirasse os soldados da cidade imediatamente, e que faria o mesmo naquela ocasião.

No dia seguinte (17), Waldomiro Lobo foi ter com o governador Juscelino Kubitschek, que teria alegado a ele que a greve era ilegal, pois 900 operários da superfície furavam-na, e que os policiais estavam apenas guarneecendo a empresa com ordem e disciplina.⁹¹² Prometeu Juscelino que iria comunicar o pedido ao Chefe de Polícia, e Waldomiro ameaçou romper as relações políticas com ele, caso os policiais não fossem retirados, e que iria procurar auxílio do presidente Getúlio Vargas e do Ministro do Trabalho.

⁹⁰⁹ Ibid.

⁹¹⁰ Ibid.

⁹¹¹ Id. Ibid.

⁹¹² Ibid.

Imagem 24 – Líderes sindicais e operários durante greve



Foto de cima: mesa dos trabalhos da assembleia do dia 17; Foto de baixo: grevistas presentes na assembleia. Fonte: Jornal Estado de Minas, 18/10/1953.

Se era ou não uma ação política para recuperar seu prestígio junto aos trabalhadores, fato é que, no dia 21 o jornal *Estado de Minas* anunciava que ele havia conseguido que as tropas se retirassem de Nova Lima e Raposos.⁹¹³ De acordo com a mesma reportagem, a greve, que já se alongava por 7 dias, havia se desdobrado em quatro setores: o TST, que julgaria o Plano Canadense; a Delegacia Regional do Trabalho, com as reuniões entre seu responsável João Batista Carvalho França e José Nilo; o Palácio da Liberdade, onde o deputado Waldomiro Lobo conferenciava com o governador do Estado; e a “movimentadíssima assembleia geral da classe”, “quartel general dos paredistas”.⁹¹⁴

No dia seguinte (22) o jornal informava que o TST havia julgado procedente a reivindicação dos operários, e que Francisco de Moura Brandão Filho, técnico do Ministério do

⁹¹³ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 21 de outubro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹¹⁴ Ibid.

Trabalho, se dirigia à Capital para participar das negociações.⁹¹⁵ Ainda naquele dia realizou-se mais uma assembleia geral dos mineiros, na qual José Nilo ressaltou que, diante da vitória obtida na Justiça do Trabalho, a greve não seria encerrada, pois os trabalhadores reivindicavam outros itens.⁹¹⁶ O comunista João “Cara Fechada” atacou o Ministério do Trabalho, e pediu aos operários que ficassem alertas com a vinda do representante do Ministério do Trabalho.⁹¹⁷ Consta em ata que o comunista

Disse que devem ter muito cuidado porque ele vem disposto a fazer algumas manobras no meio do trabalhador, alertando seus companheiros para esse fato, porque na outra greve poderia ter conseguido melhor vitória, e, para se evitar esses magnatas, é necessária a união do povo; disse ainda que para dividir a classe, a causa já foi julgada pela Justiça, mas que devem permanecer unidos para obter melhores condições de vida para a superfície.⁹¹⁸

O dia 22 foi agitado e, mesmo tendo participado da assembleia geral, os comunistas das células da mina e da superfície haviam também se reunido no nível do partido, para avaliar a atuação na greve. O militante Belmiro alegou que estavam atuando “com debilidade fora do nível do partido”, e que nele “é cada membro da célula organizar 5 ou 10 elementos da massa para falar nas assembleias”, o que não estava ocorrendo.⁹¹⁹ João Pequeno afirmou que muitos que se pronunciavam na assembleia eram orientados pelo partido, mas mesmo assim “o partido não está desenvolvendo as suas lutas”.⁹²⁰ Opinou que deveriam solicitar elementos da direção estadual “para atuar no meio da massa afim de fazer um trabalho clandestino para ver se pode a célula desenvolver melhor.”⁹²¹ José Maurício, da direção estadual, que estava presente, afirmou que não tinha acesso às assembleias, e que a célula deveria se reunir com ele “para discutir planos que serão levados para o seio da massa.”⁹²² Vendo que elementos externos aos operários e ao Sindicato cada vez mais influenciavam os rumos da greve, os comunistas buscavam se alinhar taticamente para que também influenciassem o processo.

Tanto os operários, representados pelo seu Sindicato, quanto a Morro Velho, mostravam-se intransigentes durante as reuniões de negociação que ocorriam na Delegacia Regional do Trabalho. Entre propostas e contrapropostas, nenhuma das partes conflitantes

⁹¹⁵ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 22 de outubro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹¹⁶ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹¹⁷ *Ibid.*

⁹¹⁸ *Id. Ibid.*

⁹¹⁹ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁹²⁰ *Ibid.*

⁹²¹ *Ibid.*

⁹²² *Ibid.*

cedia, e a greve se alongava. Após o julgamento do Plano Canadense, a Morro Velho solicitou à DRT a abertura de um novo dissídio coletivo, para que a Justiça do Trabalho julgasse os demais itens da pauta de reivindicações. Para a direção do Sindicato, a ação da empresa não passava de mais uma manobra para ganhar tempo e pressionar os operários para colocarem fim à greve. O julgamento do caso poderia demorar cerca de 20 dias ou mais, e ser favorável ou contrário aos operários.

Diante da pressão colocada pela empresa com a abertura do dissídio, na mesma assembleia em que José Nilo informou aos associados a nova medida, realizada no dia 25, Waldomiro Lobo sugeriu que os operários fizessem uma “caravana monstro”, denominada por ele de “Viagem da Fome”. Inédita para os operários da Morro Velho, a proposta de Waldomiro Lobo pode ter sido influenciada pela chamada “Marcha da Panela Vazia”, realizada por metalúrgicos, tecelões, estudantes e donas de casa durante a greve dos 300 mil, realizada em São Paulo, no mês de março. Tendo à frente Waldomiro Lobo, o prefeito de Nova Lima e as donas de casa, que participavam das assembleias por ocasião da greve, a “Viagem da Fome” seria guiada por duas bandeiras nacionais e uma bandeira do Sindicato “a fim de servir de exemplo para todo o Brasil e para envergonhar a poderosa Cia. do Morro Velho, que não está cumprindo com as reivindicações ganhas pelos operários nos Tribunais.”⁹²³

Com a proposta de Waldomiro, o prefeito João Lio de Moraes, presente na assembleia, disse que mandaria preparar sanduíches, bombons e balas de açúcar para a “merenda” durante a viagem, que passaria pela famosa Serra do Curral, e duraria cerca de 3 horas.⁹²⁴ Waldomiro, por sua vez, afirmou que se a polícia não consentisse com a caravana, iniciaria negociações com outras autoridades para que ela se realizasse.⁹²⁵ Falou ainda aos presentes que “esta viagem será um grande sacrifício, mas representará a vitória dos grevistas.”⁹²⁶ Mesmo diante das disputas pelos rumos da greve, Waldomiro solicitaria ao comunista Armando Ziller, dirigente dos bancários, para que os demais sindicatos da capital e outros do Estado preparassem uma recepção aos grevistas da Morro Velho.

Como parte da disputa, na mesma assembleia o dirigente comunista Antônio Liberato, que fez parte dos 51 demitidos em 1952, não perdeu a oportunidade de criticar Waldomiro Lobo. Repreendeu a lei 9.070, que proibia o uso da greve como recurso antes de esgotadas as

⁹²³ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹²⁴ Ibid. A Serra do Curral é um maciço rochoso com variação altimétrica entre 1.100 e 1.350 metros de altitude e separa a cidade de Belo Horizonte da cidade de Nova Lima. A travessia de uma cidade a outra nesse caso era feita através de trilhas, somando cerca de 20/30 quilômetros do Sindicato dos Mineiros aos destinos selecionados na “Viagem” em Belo Horizonte.

⁹²⁵ Ibid.

⁹²⁶ Ibid.

possibilidades de negociação, dizendo que ela “o jogou no olho da rua e seus companheiros”, e “pediu” ao representante do PTB que “se interessasse no sentido de acabar com essa lei monstruosa, enviando protestos para quem de direito”.⁹²⁷ Sua crítica obviamente dirigia-se a Getúlio Vargas. Em sua fala, Antônio Liberato refletia a linha política do PCB, a qual postulava que Getúlio Vargas e seus aliados deveriam ser “desmascarados” perante a massa, e seguiu também a tática de minar a influência de Waldomiro Lobo, o que ele acabou não conseguindo, pois o líder trabalhista nitidamente recuperava seu prestígio.

No dia 27 o Sindicato encaminhava um ofício ao Chefe de Polícia do Estado, destacando o caráter ordeiro da greve, e solicitando permissão para a realização da “Viagem da Fome”.⁹²⁸ No mesmo dia, José Nilo, Waldomiro Lobo, João Lio de Moraes e o advogado Wilson Carneiro, foram ao Rio de Janeiro a fim de se entenderem com João Goulart, Ministro do Trabalho.⁹²⁹ No encontro com Jango, a comissão que representava os operários da Morro Velho conseguiu que o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Gilberto Cockratt de Sá, fosse à Nova Lima para intermediar as negociações.⁹³⁰ Além disso, Tancredo Neves, Ministro da Justiça, garantiu que solicitaria a Juscelino Kubitschek que desse garantias à “Viagem da Fome”, que estava prevista para ocorrer no dia 3 de novembro.⁹³¹

Sobre os itens da pauta de reivindicações, Jango teria dito que apenas o Abono Família não poderia ceder, pois no dia 1º de maio de 1954, uma lei seria aprovada garantindo-o.⁹³² Essa informação não foi bem recebida entre os operários, e os comunistas não perderam a chance de atacar o Ministro do Trabalho. Na assembleia do dia 30, convocada para que José Nilo apresentasse um relato sobre a ida ao Rio de Janeiro, Geraldo Policarpo teria pontuado que, mesmo com a ida do diretor do DNT, os operários não deveriam ceder nos 5 itens, pois eles haviam sido estudados pela diretoria e aprovados em assembleia.⁹³³ Sua posição foi taticamente reforçada por Militão Ferreira Dias e João Cara Fechada. O interesse dos comunistas não se limitava a desmascarar as autoridades do governo federal, mas também evitar que a greve fosse encerrada abruptamente, com a intervenção de agentes externos ao movimento operário local, como havia ocorrido na greve anterior. Caso isso ocorresse, as vitórias obtidas seriam atribuídas a tais agentes externos (trabalhistas), o que seria uma perda para os militantes do PCB, que

⁹²⁷ Ibid.

⁹²⁸ Ibid.

⁹²⁹ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 30 de outubro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹³⁰ Ibid.

⁹³¹ Ibid.

⁹³² Ibid.

⁹³³ APM/DOPS – Pasta 4785.

buscavam não só aumentar sua inserção no movimento operário, como também fortalecer a capacidade de luta dos trabalhadores. Antes mesmo que Gilberto Cockratt fosse a Nova Lima, José de Barros Nunes, assessor de Jango, fora até lá se reunir com os diretores da Morro Velho e os representantes dos operários, buscando solucionar o conflito e cessar a greve, sem sucesso.⁹³⁴

No dia 2 de novembro, às vésperas da “Viagem da Fome”, uma assembleia geral foi convocada para que os operários fossem orientados quanto ao evento.⁹³⁵ Waldomiro Lobo, que estava à frente da organização da caravana, apresentou o roteiro: sairiam a pé às 6 horas da manhã da Praça Bernardino de Lima (de frente ao Sindicato), subiriam a Serra do Curral, que divide Belo Horizonte e Nova Lima, desceriam a Avenida Afonso Pena, no centro da Capital, passariam em frente ao Palácio da Liberdade (sede do governo estadual), seguindo para algumas redações de jornais e terminando na Assembleia Legislativa.⁹³⁶ José Nilo informou que as fábricas de Santa Luzia ficariam fechadas, em apoio aos grevistas, e que presidentes de 17 sindicatos de Belo Horizonte iriam encontrar a passeata, levando suas bandeiras.⁹³⁷ A manifestação seria da seguinte forma: todos de cabeça baixa, sem discursos, sem apedrejamento de propriedades e autoridades.⁹³⁸ Waldomiro Lobo recomendou que nem guaraná os operários deveriam tomar, não ingerindo álcool e nem portando armas.⁹³⁹

No dia 4 de novembro o jornal Estado de Minas assim noticiou a “Viagem da Fome”:

Impressionante demonstração grevista fizeram, na manhã de ontem, os mineiros de Nova Lima, com a passeata a pé, através da Serra do Curral, rumo a Belo Horizonte, para revelar de público, às autoridades, os propósitos que norteiam o movimento. Desde as cinco horas da manhã, os operários de Nova Lima, Raposos, Honório Bicalho e outras localidades próximas de Morro Velho, concentraram-se na praça principal de Nova Lima, para iniciarem às 7:30 a fatigante jornada de quase 30 quilômetros. Os mineiros de Honório Bicalho também aderiram ao grupo, apesar de terem, á última hora, o transporte para o ponto de concentração cortado pela direção da Morro Velho. Mais de 6 mil grevistas formaram, assim, a onda humana em direção á Capital, desafiando o mau tempo e tendo á frente o sr. José Nilo do Rosário, presidente

⁹³⁴ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 31 de outubro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa. Estiveram presentes na reunião, representando os operários, José Nilo do Rosário, Wilson Carneiro, Waldomiro Lobo, José Gomes Pimenta (Dazinho) e os comunistas Sebastião de Oliveira e Augusto Hermógenes. A reunião terminou caótica, pois o advogado da Morro Velho, Massanielo Lopes Cançado, solicitou a retirada de Waldomiro Lobo, pedido que fez com que os ânimos dos representantes dos trabalhadores se exaltassem. A reação, relatada nos jornais e na assembleia geral seguinte, revela a prestígio que dispunha Waldomiro Lobo e a influência que tinha nas negociações, pois sua retirada causou o protesto dos operários, que exaltados deram fim ao encontro, considerado um fracasso.

⁹³⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹³⁶ Ibid.

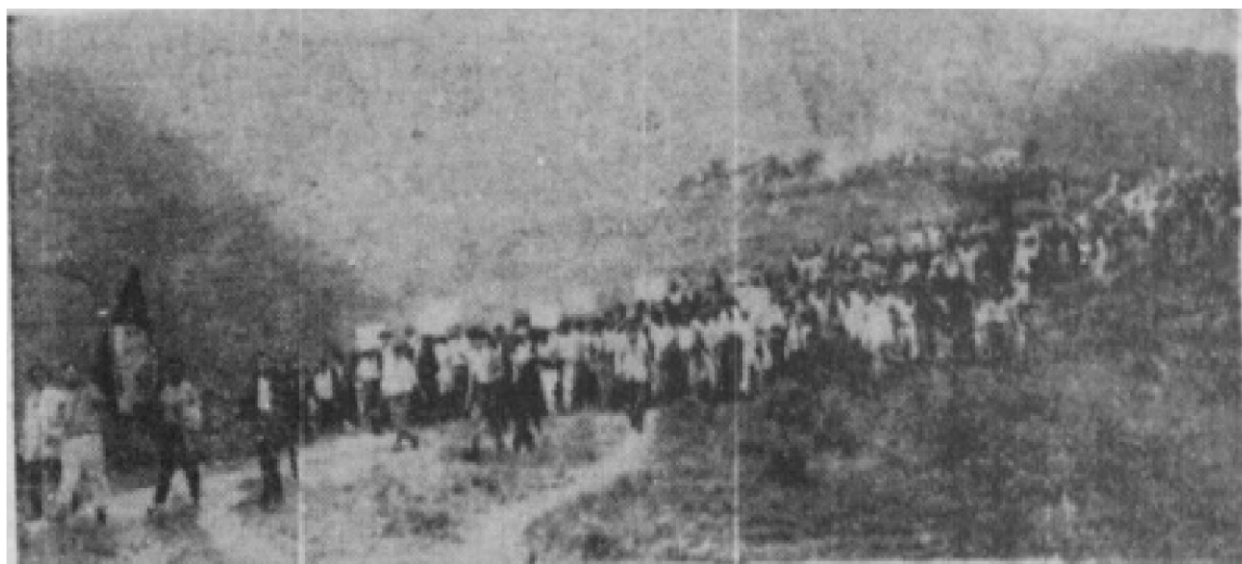
⁹³⁷ Ibid.

⁹³⁸ Ibid.

⁹³⁹ Ibid.

do Sindicato dos Mineiros, o sr. João Lino (sic) Moraes, prefeito de Nova Lima, outros membros da entidade de classe, conduzindo o pavilhão oficial do sindicato e dísticos alusivos ao movimento. Depois de um descanso de meia hora no alto da serra, empreenderam os grevistas a descida da av. Afonso Pena, rumo à Praça Benjamin Guimarães, e, dentro da perfeita ordem com que a greve vem sendo mantida, alcançaram a rua Goiás, para uma visita aos <Diários Associados>. Perto da Escola Normal, novo grupo de operários de Nova Lima se juntou ao desfile, constituído, em sua parte, das esposas dos grevistas, que, durante o longo percurso pelas ruas da cidade, estiveram firmes ao lado dos companheiros, contribuindo assim para o êxito da jornada de protesto que no dia de ontem movimentou as ruas da Capital.⁹⁴⁰

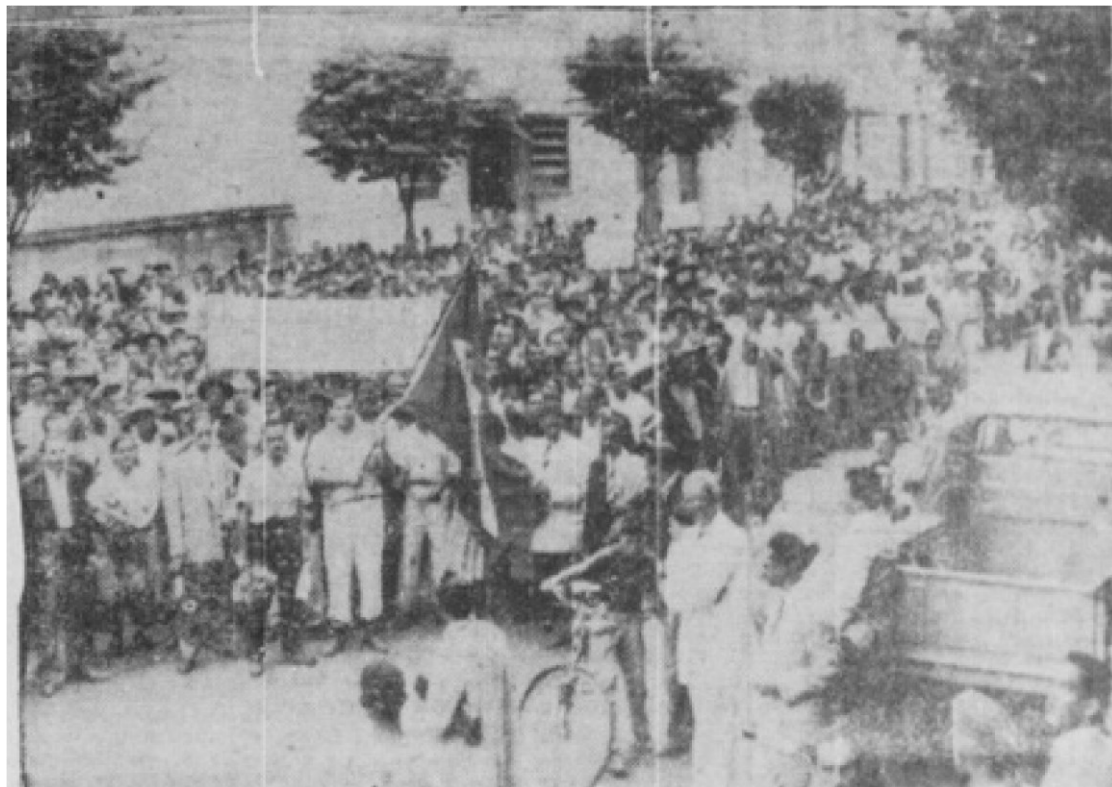
Imagem 25 - Operários da Morro Velho no alto da Serra do Curral durante a “Viagem da Fome”



Fonte: Jornal Estado de Minas, 04/11/1953

⁹⁴⁰ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 4 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

Imagem 26 - Operários da Morro Velho em frente à redação do jornal Estado de Minas durante a “Viagem da Fome”



Fonte: Jornal Estado de Minas, 04/11/1953

A reportagem do jornal destacou que a passeata ocorreu em perfeita ordem. Em cada redação de jornal que os operários paravam, eram realizados discursos que destacavam a justiça do movimento grevista. Depois de passarem pelos jornais da Capital, o movimento se dirigiu à Assembleia Legislativa. O deputado Waldomiro Lobo, que participava da passeata, solicitou a presença do presidente da Assembleia, Ribeiro Pena, que suspendeu a sessão do dia e compareceu diante dos grevistas, e convidou-os a entrarem nas galerias, o que foi rejeitado. Discursaram Waldomiro Lobo e o prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes, acentuando o respeito dos grevistas à Constituição, diante das alegações de que a greve era ilegal, e do fato de que o Superior Tribunal do Trabalho ter dado ganho de causa aos operários. A visita ao Palácio da Liberdade acabou não sendo realizada, pelo adiantado da hora. Ali mesmo na Assembleia Legislativa, José Nilo solicitou aos grevistas que se dispersassem pelos quatro cantos da cidade, em ordem. De acordo com a reportagem, a exaustiva viagem acabou levando um operário e uma esposa de um grevista a desfalecerem no local, sendo socorridos ali mesmo. Uma parte dos operários seguiu para Nova Lima a pé, enquanto outro grupo aguardaria uma condução especial à noite. Apesar do “bonito espetáculo democrático”, todo um aparato policial

foi mobilizado para acompanhar de perto a “Viagem da Fome”. Segundo o jornal *Estado de Minas*,

Se bem que a passeata tenha se revelado um exemplo de ordem e respeito da classe operária, um verdadeiro exército de investigadores, dentro de gipes, acompanhou atentamente os movimentos dos operários, tendo, inclusive, apreendido vários números de <A Voz Operária>, jornal em forma de revista, editado no Rio de Janeiro, e de tendência manifestamente comunista, que um garoto tentava vender aos populares, nas imediações do Banco do Brasil.⁹⁴¹

Em resposta a um serviço de ordem verbal do delegado de ordem pública, no dia 4 o investigador Wilson Marques, que esteve presente na passeata, relatava os comunistas e autoridades “simpatizantes” que estiveram presentes no evento.⁹⁴² Destacamos a participação de comunistas externos ao operariado da Morro Velho, como sindicalistas da construção civil de Belo Horizonte e dos bancários. Wilson Marques citou os nomes dos seguintes comunistas que participaram do evento:

Sebastião Luiz dos Santos, vulgo Tião Aragão, José Carlos Rodrigues Junior associado do Sindicato da construção civil de Belo Horizonte e distribuidor de moedas do Partido Comunista, **Orlando Corrêa de Sá Bandeira**, comunistas chefe da turma de 51, **Antônio Liberato da Silva**, **Adão Firmo**, **Afonso Marques**, **Argemiro Marçal de Oliveira**, **Gildes Marçal de Oliveira**, José Cupertino Coêlho, José Ferreira da Silva, José Marques, **Militão Alves Rosa**, **Manoel Corrêa de Sá Bandeira**, Antônio Gomes da Silva, Gercino Marques, Armando Ziller, Adalto Alves dos Santos, que esteve segurando uma parte da bandeira do Sindicato ao lado do Deputado Valdomiro Lobo a testa da passeata, Raimundo Rosa Lima, Geraldo Rodrigues Queiróz, Celius Aulicos Gomes Jardim, Roberto Canavarro Costa, Doutor José Adjuto Filho, Milton Barbosa Santos, José Coleta de Oliveira elemento que faz parte da construção civil do Sindicato de Belo Horizonte, Walter Vieira de Mello, Gilberto Araújo, Aristides Genuíno de Faria, Rubens Evangelista, Euricles Amaral, João Rodrigues (Espanhol), Oswaldo Freire Campos, Turfi Jorge, Carlos Olavo da Cunha Pereira, Benito Mussuline Barreto, Dr. Fábio Medeiros, Doutor Lúcio Libano, Agildo Marques, Teobaldo Lopes Cançado, Nilton Nunes D’Ávila Melo, Belisario Ferreira Rodrigues, Antônio Holandino de Araújo, Cristovão José Batista, Miguel Estevão, **Geraldo Policarpo de Souza**, Vitor Crispim de Sousa, Joaquim Gualberto de Souza, apreciava de longe Alberto Alves e Ivan Bambirra, Manoel Bastos Santana, José Bojone?, Antenor Silveira do Espírito Santo, Estanislau Alkimim Magalhães, e José Bernardino. (GRIFO NOSSO)⁹⁴³

⁹⁴¹ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 4 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹⁴² APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁴³ Ibid. Os nomes em negrito são aqueles que temos ciência de serem comunistas pertencentes ao movimento operário da Morro Velho, ou remanescente da turma dos 51. Acreditamos que o nome “Afonso Marques” se refere na verdade à Anélio Marques. Certamente outros nomes citados faziam parte do PCB local, mas dos quais não temos informações suficientes para tal afirmativa.

Ressaltamos que a liderança de Waldomiro Lobo e sua interferência direta nos acontecimentos, não foram impeditivos para que os comunistas, não só da Morro Velho, participassem do evento e compusessem o conjunto de forças que dava corpo ao movimento. A união, tão alardeada entre os operários da Morro Velho, e que aliava comunistas, católicos, independentes, trabalhistas e até mesmo anticomunistas, sobrepunha-se às disputas, reforçando a noção de unidade tática pela base na luta pelas reivindicações dos operários.

Dispersados os operários em meio à Capital mineira, José Nilo compareceu à sede do TRT para a primeira reunião de negociação após o pedido de abertura do dissídio coletivo por parte da empresa. A reunião fora presidida pelo juiz presidente do TRT, José Ribeiro Vilela, que realizou uma nova proposta de negociação.⁹⁴⁴ A mesma foi levada à Assembleia Geral do Sindicato no dia seguinte, com a presença de Gilberto Cockratt de Sá representando o Ministério do Trabalho.⁹⁴⁵ Mesmo com a pressão colocada pelo TRT e pelo Ministério do Trabalho, a proposta foi recusada, e José Nilo alegou aos operários que José Ribeiro Vilela teria atuado como advogado da Morro Velho.⁹⁴⁶ Surpreendentemente, e tudo indica que numa demonstração de força, José Nilo colocou em votação a venda do prédio do Sindicato, para que custeassem a extensão da greve, dizendo que a Morro Velho queria vencê-los por meio da fome, e a proposta foi aceita.⁹⁴⁷ Marcaram presença na assembleia os seguintes comunistas: Antônio Liberato, Joaquim Mariano, Alberto Lemos, Arlindo, João “Cara Fechada” e Geraldo Policarpo, que fizeram falas importantes, concitando os operários a continuarem unidos e em greve.⁹⁴⁸ No dia (4) seguinte uma nova reunião foi realizada nas dependências do TRT, e novamente nenhum acordo foi celebrado entre as partes.⁹⁴⁹

Diante dos acontecimentos que se passavam, com destaque para a influência de Waldomiro Lobo, João Lio de Moraes, e agora até mesmo de Juscelino Kubitschek, João Goulart e seus enviados na greve, os comunistas precisavam avaliar sua participação no movimento. Nada mais nada menos que o secretário político do Comitê Central do PCB, com o codinome Marinho, havia sido enviado à Nova Lima para orientar os comunistas locais

⁹⁴⁴ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03.0

⁹⁴⁵ Ibid. Segundo o jornal Estado de Minas, além de participar da assembleia dos mineiros da Morro Velho, visitou também a delegacia do IAPTEC (antiga Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Mineiros) e os armazéns do SAPS. Na ida a delegacia do IAPTEC, Gilberto Cockratt teria se deparado com um operário que chorava na porta por não ter condições de comprar os medicamentos necessários para um familiar, e concedeu-lhe o valor que precisava. Na ida aos armazéns do SAPS, concluiu o representante do Ministério do Trabalho que estavam completamente desprovidos dos alimentos necessários para atender o meio operário de Nova Lima. Ver: Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 5 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹⁴⁶ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁴⁷ Ibid.

⁹⁴⁸ Ibid.

⁹⁴⁹ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03.0

durante a grande greve. Em reunião ocorrida no dia 5, Marinho reuniu-se com João Cara Fechada, João Pequeno, Militão Ferreira Dias, Levindo Rosa e Agenor, representantes do Comitê de Empresa e das células do realce e da superfície.⁹⁵⁰ Nessa reunião, Marinho afirmou que a atuação dos comunistas na greve era péssima. Um exemplo seria o fato de Eugenio Monteiro, membro da Comissão de Salários, ter levado 9 pontos para compor a pauta de reivindicações, e “por falta de firmeza do partido, o presidente do Sindicato reduziu o programa de 9 para 5”.⁹⁵¹ Também como na greve do mês de março, o partido havia estabelecido uma quota de recrutamento de 60 militantes para o PCB em Nova Lima e Raposos, e Marinho afirmou que “não se chegou nem na metade do que tocou para Nova Lima, enquanto Raposos já atingiu a mais ou menos 43 recrutamentos; Nova Lima possui apenas 15.”⁹⁵² Raposos novamente se destacava como cidade na qual os comunistas recrutavam muitos militantes, mesmo não cobrindo a quota definida, fazendo jus ao apelido de “Moscouzinha”.

Para Marinho, a finalidade das ações dos comunistas deveria ser “procurar uma coisa que o povo gosta para trazer mais elementos para o partido e para se elevar o nível político em Nova Lima”.⁹⁵³ Para que isso ocorresse, os comunistas deveriam melhorar a atuação nas assembleias sindicais, seguindo os planos traçados previamente, o que não estava sendo feito, na visão do secretário político do Comitê Central. Militão Ferreira Dias, visando solucionar a questão, sugeriu que “quando um fala na assembleia, todos os outros deverão, cada um em sua vez, reforçar a mesma ideia do orador.”⁹⁵⁴ Para João Pequeno, os elementos do partido falavam demasiadamente nas assembleias, “o que desagrada a massa e causa choque entre esta e o partido.”⁹⁵⁵ Ainda neste aspecto, João Cara Fechada sugeriu que os antigos militantes locais, Antônio Liberato e Geraldo Policarpo, fossem corrigidos por falar excessivamente nas assembleias, o que produzia “a antipatia da massa, embora abordem o assunto certo.”⁹⁵⁶

Em relação ao “nível político”, discussão muito em voga na direção partidária do PCB, e que pode ser fartamente encontrada em edições do jornal *A Classe Operária*, consta na ata da reunião que no dia seguinte os comunistas locais passaram a ter aulas com um professor, de 7 às 9 da manhã, provavelmente na residência de João Pequeno. O baixo “nível político”, ou seja, a capacidade do militante de compreender e agir na realidade através da ótica do partido e da

⁹⁵⁰ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁹⁵¹ Ibid.

⁹⁵² Ibid.

⁹⁵³ Ibid.

⁹⁵⁴ Ibid.

⁹⁵⁵ Ibid.

⁹⁵⁶ Ibid.

cultura política comunista, era considerado naquele momento uma debilidade do partido a nível nacional. Apesar de repensarem suas ações na greve, pouco tempo restava aos comunistas.

Três dias depois (8 de novembro), uma assembleia sindical foi convocada para que os operários votassem uma nova proposta formulada por João Goulart, em reunião no Rio de Janeiro com representantes da Morro Velho.⁹⁵⁷ Esta havia se comprometido a pagar a inclusão do Plano Canadense para cálculo de férias e descanso semanal remunerado, inclusive os retroativos de junho de 1948 a outubro de 1953, e que formaria uma comissão para elaborar um plano parecido para os operários da superfície. Faltava apenas um acordo sobre o pagamento dos dias de greve, e a proposta de Jango foi: pagamento integral dos dias de greve aos operários da superfície, que não possuíam o Plano Canadense; pagamento integral dos dias de greve aos mineiros que vêm recebendo o Plano, sem atraso; pagamento de 80% dos dias de greve aos mineiros que estão com o Plano Canadense em atraso.⁹⁵⁸

Após apresentar a proposta de Jango, José Nilo, presidente do Sindicato, exaltou a figura do ministro, dizendo “nunca ter visto um Ministro tão honesto assim para com os trabalhadores.” Em consonância com a linha política do PCB, Militão Ferreira Dias se opôs à José Nilo, dizendo que se Jango fosse tão bom quanto se dizia, obrigava a empresa a pagar integralmente os dias de greve e as demais pautas reivindicadas (abono família e taxa de insalubridade). Joaquim Mariano enfatizou a fala de Militão, e disse que Jango deveria obrigar a Morro Velho a pagar um plano parecido com o Canadense para os operários da superfície. Mesmo com a oposição dos comunistas quanto à proposta de Jango, ela foi aceita, obtendo apenas 8 votos contrários, o que foi considerado uma derrota dos comunistas. No entanto, restava ainda verificar se a Morro Velho concordaria com a proposta aprovada, o que não ocorreu.

Com a greve prestes a ser encerrada, os comunistas fizeram uma nova reunião no dia 11, na qual estiveram presentes Marinho, do Comitê Central, Alberto Lemos Mota, Augusto Hermógenes, Eugenio Monteiro, Agostinho Maninho⁹⁵⁹, Levindo Rosa, João Pequeno, Militão Ferreira Dias, Agenor e João Cara Fechada.⁹⁶⁰ Para o representante do Comitê Central, a greve havia sido uma grande oportunidade para o PCB recrutar mais militantes, o que aconteceu apenas parcialmente, pois para ele, os comunistas locais não estavam agindo conforme seria necessário. O sistema de falar nas assembleias foi novamente criticado, sendo usado como

⁹⁵⁷ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁵⁸ Ibid.

⁹⁵⁹ Trata-se do “vulgo” de Augusto Hermógenes, suplente de José Nilo, presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho.

⁹⁶⁰ APM/DOPS – Pasta 4787.

exemplo de “desorganização” o fato de apenas 8 comunistas votarem contra a proposta de João Goulart na assembleia anterior.

Outro tema tratado na reunião foi as comissões que comumente os comunistas organizavam. Eugenio Monteiro, que era suplente do Conselho Fiscal do Sindicato, alegou que José Nilo lhe disse que “não interessava o engrandecimento do partido às suas custas, e que as comissões teriam essa funcionalidade.”⁹⁶¹ Em resposta, Eugenio disse a José Nilo que “existem muitos partidos, mas que nenhum deles procura beneficiar os trabalhadores e que o partido comunista beneficia, sem procurar saber se os beneficiados são os comunistas ou não.”⁹⁶² Nos revelando o repertório tático utilizado pelos comunistas na greve, João Pequeno disse sobre o uso das comissões que (...) muito tem trabalhado nesse sentido, pois elas nunca passaram 3 [comissões], com o seu esforço, conseguiu arranjar 5, cada uma delas com um elemento do partido orientando os demais.”⁹⁶³

De acordo com o registrado em ata, João Pequeno afirmou que, além das 5 comissões que atuavam nos locais de trabalho, ajudou a organizar 3 comissões de Donas de Casa, que atuaram angariando solidariedade aos grevistas. A resolução final da reunião foi: ampliação das comissões existentes; organização de círculos de amigos para contribuírem financeiramente com o partido; zelar pelos dirigentes de instâncias superiores que iam à região se reunir com os comunistas locais; espalhar os boletins do partido e não aprovar as contrapropostas enviadas pela Morro Velho e pelas autoridades estaduais e federais.

Entre os dias 11 e 15 ocorreram várias reuniões de negociação entre as partes, sendo duas delas no Rio de Janeiro, com a presença de João Goulart, que inicialmente havia feito uma proposta diferente da empresa, vista pelos operários como a melhor opção.⁹⁶⁴ No entanto, o ministro acabou voltando atrás e aderindo à proposta da Morro Velho, ação que na visão de alguns operários teria ocorrido através da pressão da empresa exercida sobre a autoridade federal. Os grevistas não tiveram outra opção a não ser aceitar a proposta, sob ameaça de João Goulart e Gilberto Cockratt de que “lavariam as mãos” caso ela não fosse aprovada, o que jogaria o acordo novamente para o âmbito da justiça trabalhista, considerada lenta e morosa pelos trabalhadores. A parede, que contou com um mês inteiro de paralisação dos serviços nas minas da Morro Velho, foi encerrada com um acordo feito nos seguintes termos:

⁹⁶¹ Id. Ibid.

⁹⁶² Ibid.

⁹⁶³ Ibid.

⁹⁶⁴ *Jornal Estado de Minas*, edições do dia 12, 13, 14 e 15 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

- 1) A Morro Velho pagaria até o dia 25 os valores das parcelas do Plano Canadense, retroativas às férias e repouso semanais já gozados pelos operários entre junho 1948 até 1º de outubro de 1953. Deste período em diante, o Plano Canadense contaria para o cálculo de férias e repouso semanal remunerados vindouros.
- 2) A empresa se comprometia a não reprimir os operários grevistas.
- 3) Uma comissão composta de representantes do Sindicato, da Morro Velho., da Federação das Indústrias de Minas Gerais, sob a presidência de um representante do Ministério do Trabalho, seria formada para estudar um plano próximo ao Plano Canadense, para os operários da superfície. A comissão se formaria logo após o fim da greve, e teria 90 dias para apresentar suas conclusões.
- 4) A Morro Velho se recusou a pagar integralmente os dias de greve, e concederia um abono especial único e exclusivo para a ocasião: a) aos empregados paralisados pela greve e lotados na superfície, será abonada a importância de Cr\$1.680,00; b) aos trabalhadores do subsolo, nas mesmas condições, abonar-se-á a quantia de Cr\$900,00; c) aos trabalhadores do subsolo, que não tinham direito aos retroativos do Plano Canadense, um abono de Cr\$1.080,00. Além disso, os dias de greve foram convertidos em dias de férias.
- 5) O Ministério do Trabalho ficava incumbido de, através dos órgãos competentes, “objetivar e incrementar em seus diferentes aspectos a assistência e os serviços sociais que venham efetivamente beneficiar os trabalhadores de Nova Lima e Raposos.” Esse termo relacionava-se ao abastecimento dos armazéns da SAPS e de seus restaurantes. A Morro Velho também daria uma contrapartida financeira para que isso fosse feito.
- 6) A comissão que se formaria para estudar as condições de trabalho na mina e calcular a porcentagem da taxa de insalubridade teria um membro do Sindicato e um da empresa.
- 7) Tanto a empresa quanto o Sindicato se comprometiam a toda vez que ocorressem situações de dissídio, promoverem entendimentos prévios e diretos através de reuniões no Ministério do Trabalho, nas quais também deveria haver a participação a Federação das Indústrias de Minas Gerais.
- 8) Em consequência da alegada dificuldade financeira da empresa, o Ministério do Trabalho facilitaria a realização de uma operação financeira de 10 milhões de cruzeiros, junto ao Ministério da Fazenda.
- 9) O acordo teria vigor a partir de sua assinatura pelas partes, devendo ser homologado pelo TRT.

- 10) Ele se tornaria nulo caso fosse aprovado pela assembleia geral do Sindicato e não ocorresse o retorno imediato dos trabalhadores às atividades.

Estes termos foram propostos pela Morro Velho e levados à Assembleia Geral do Sindicato no dia 12/11, sendo reprovados por unanimidade.⁹⁶⁵ Na assembleia realizada no dia seguinte (13), a proposta foi levada novamente a votação. Na ocasião, Gilberto Cockratt leu uma carta de João Goulart aos operários, na qual o ministro pedia que aceitassem a proposta apresentada.⁹⁶⁶ A mudança de postura de João Goulart foi duramente atacada pelos comunistas e pelo anticomunista Dedé Gomes, presidente da UNAS.⁹⁶⁷ Este último criticou a Morro Velho e o ministro, dizendo que ele estaria pendendo para o lado da empresa, e que ela se encontrava acima da lei. O comunista Joaquim Mariano disse em sua fala que “se aceitarmos hoje esta proposta que ontem foi indeferida é patente que nosso Sindicato foi derrotado e que nossas leis não nos protegem e que ainda, perdemos todas as lutas (...).”⁹⁶⁸ Defendeu que deveriam continuar a greve por mais 30 ou 60 dias, para que defendessem a proposta anteriormente apresentada por João Goulart, a qual previa o pagamento integral dos dias de greve. Em resposta aos ataques, Waldomiro Lobo e João Lio de Moraes rasgaram elogios à João Goulart e à Getúlio Vargas, afirmando que “o primeiro não precisava de barganhas de ouro, e que o segundo, além de bom homem, estava de olho na Companhia.”⁹⁶⁹ Os mineiros permaneceram firmes. A proposta foi colocada em votação, e de 4.000 votantes presentes, apenas 8 votaram a favor. Prevendo a derrota, José Nilo do Rosário encerrou a assembleia abruptamente, remarcando a votação para o dia seguinte.

Uma enorme pressão foi colocada sobre a assembleia do dia seguinte, que contou com a presença de Gilberto Cockratt de Sá, representando o DNT, José Nunes Barros, assessor técnico de João Goulart, Waldomiro Lobo, João Lio de Moraes, um representante do PTB que não teve o nome citado, a diretoria do Sindicato e seu advogado. Informados de que João Goulart “lavaria as mãos da questão” caso a proposta não fosse aceita, os operários recuaram e acabaram aprovando a proposta, não sem protestos dos comunistas. Arlindo Fernandes afirmou que “infelizmente confiamos nos homens da Lei” e que no início do conflito João Goulart chegara a afirmar que até compraria a Morro Velho, se fosse o caso, “e agora cruzava os braços

⁹⁶⁵ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 13 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹⁶⁶ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 15 de novembro de 1953 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

⁹⁶⁷ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁶⁸ Ibid.

⁹⁶⁹ Ibid.

deixando os operários a própria sorte.”⁹⁷⁰ José de Matos declarou que a proposta seria votada à força. Militão Ferreira Dias, por sua vez, disse: “estou vendo que é preciso votarmos nesta proposta porque a Companhia compra até as leis do país mas nunca comprará nossa união e nem a diretoria do Sindicato.”⁹⁷¹ Evitando um discurso “derrotista”, completou da seguinte maneira: “Devemos unir e organizar porque muito em breve lutaremos com esta Emprêza para conseguir o plano para a superfície e o abono de família.”⁹⁷²

Alberto Lemos, que começava a se destacar como uma liderança sindical, depois de dizer que não podiam confiar na justiça, alegou que a Morro Velho possuía novas reservas de ouro, e que estava sofrendo perseguição por ter ciência do fato. José Nilo garantiu a ele que, caso sofresse represálias, os operários entrariam em greve novamente. Na avaliação do presidente do Sindicato, o ponto fraco da greve foi a fome, “que já rondava os lares de diversos operários, o que muito influenciou para ser quebrada a resistência dos grevistas.”⁹⁷³ A proposta foi aceita com unanimidade, recebendo apenas 14 votos contrários dos “líderes extremistas.”⁹⁷⁴ Terminava de modo dramático a segunda greve de 1953, a maior já realizada pelos operários da Morro Velho. Como na primeira, políticos e autoridades públicas intervieram diretamente no curso do movimento, nas negociações e no acordo final.

Vale lembrar que políticos e autoridades trabalhistas, através de discursos e ações, visavam sustentar ideologicamente o projeto nacional-desenvolvimentista do segundo governo de Getúlio Vargas. Para tanto, procuravam amparo na classe trabalhadora brasileira. João Goulart, por exemplo, naquele ano interveio não só na greve da Morro Velho, mas também na greve nacional dos marítimos, a partir da qual buscou erigir sua imagem como defensor dos trabalhadores. A participação de autoridades políticas como ele, Waldomiro Lobo, Juscelino Kubitschek e até mesmo o prefeito de Nova Lima, João Lio de Moraes, era uma forma de se promoverem diante dos trabalhadores. Em relação aos comunistas, mesmo sendo em grande parte responsáveis pela organização da greve nas bases, através das comissões, e na direção sindical, da qual faziam parte, eles não conseguiram fazer frente à grande influência que os políticos trabalhistas exerceram na greve e no presidente do Sindicato, José Nilo do Rosário. Repetia-se o roteiro da greve realizada no primeiro semestre. Apesar disso, continuaram atuantes e buscando inserção nas lutas. Novos militantes começavam a despontar entre os operários da Morro Velho, em vista da demissão dos antigos comunistas no caso dos 51.

⁹⁷⁰ Ibid.

⁹⁷¹ Id. Ibid.

⁹⁷² Ibid.

⁹⁷³ Ibid.

⁹⁷⁴ Ibid.

Destacamos a atuação de João Pequeno, João Cara Fechada, Eugenio Monteiro, José Alexandre, Alberto Lemos, Sebastião de Oliveira e Augusto Hermógenes, como novos quadros.

Enquanto o governo Getúlio Vargas sofria forte oposição das elites econômicas do país, capitaneada por políticos da UDN, seu ministro João Goulart procurava reforçar sua imagem como líder trabalhista, amparado no projeto político do PTB, do qual era presidente. Foi nesse contexto de aproximação com o movimento operário, que ainda no mês de novembro de 1953, João Goulart foi a Nova Lima inaugurar o novo armazém e o restaurante da SAPS, que havia prometido aos operários durante a greve de outubro.⁹⁷⁵ Pouca notícia se tem sobre a tal visita. Fato é que causou um rebuliço na Terra do Ouro, com os operários afirmando que caso as autoridades não decretassem feriado na ocasião, eles o fariam por conta própria, certificando-nos mais uma vez que João Goulart, Vargas e o trabalhismo exerciam grande influência no meio operário local. Os comunistas, por sua vez, deixaram as pautas reivindicativas imediatas de lado e colocaram na ordem do dia questões políticas, como o recolhimento e envio de assinaturas para a União Geral dos Trabalhadores (UGT), para que as fossem reatadas as relações comerciais entre Brasil, União Soviética e China.⁹⁷⁶ Para a ocasião, elegeram Eugenio Monteiro como delegado para participar da assembleia da UGT Minas, entidade presidida pelo antigo operário comunista Anélio Marques.

Outra pauta discutida no nível partidário, em fins de 1953, foi o projeto de programa do Partido que seria levado ao IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. Na reunião em que foi apresentado o projeto de programa, o secretário político da direção estadual destacou que era necessário que todas as bases do partido deveriam lê-lo e dar contribuições.⁹⁷⁷ O projeto lido aos operários da Morro Velho incluía pontos como a caracterização de Getúlio Vargas como traidor da nação, a luta pela derrubada da burguesia nacional, a conquista de um governo democrático popular, a luta pela reforma agrária e contra o imperialismo Yankee. Salientou ainda o dirigente que aquele não era “um programa somente dos comunistas, mas sim, de todos os brasileiros, disse o camarada Prestes, que é o único meio de defender o Brasil do imperialismo americano.”⁹⁷⁸ A resolução aprovada foi que realizassem círculos de leitura do projeto com os militantes do PCB na região, ao menos duas vezes por mês, e que tirassem uma pequena resolução em cada encontro, endereçando-a em seguida para a direção estadual.

⁹⁷⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁷⁶ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁹⁷⁷ Ibid.

⁹⁷⁸ Ibid.

Iniciava-se o ano de 1954 e os operários começavam a acreditar que parte do acordo da greve de novembro do ano anterior não seria cumprido. A comissão de médicos que iria avaliar a taxa de insalubridade não dera notícias de que apareceria, e a comissão que formularia uma proposta de plano salarial por produção para os operários da superfície, menos ainda. A situação acabou oportunizando aos comunistas que criticassem nas assembleias a participação de autoridades trabalhistas no movimento, alegando que os operários não deveriam acreditar em “conversas moles”. A greve e a união dos trabalhadores eram a todo o tempo sugeridas como a tática mais acertada para que obtivessem as conquistas, tal qual recomendava a linha política do PCB para a ação no trabalho de massas.

Além da luta pela concretização de partes do acordo da greve anterior, formou-se uma comissão, composta por Dazinho, José Nilo e Sebastião de Oliveira, que iria participar da Comissão de Salário-Mínimo.⁹⁷⁹ Esta, juntamente com representantes do governo e da empresa, seria responsável por proceder estudos para o reajuste do salário-mínimo, previsto para 1954.⁹⁸⁰ Por ocasião de assembleia sindical realizada no dia 31 de janeiro de 1954, na qual foi formada a referida comissão, o comunista Vicente Andrade pediu aos operários que, caso ela não “resolvesse favoravelmente aos operários”, deveriam ir à greve para forçar o governo a realizar o ajuste desejado (Cr\$2.200,00). Outra questão que surgia era relacionada ao Instituto de Aposentarias e Pensões, no qual os operários constataram uma série irregularidades, incluindo o atraso no pagamento de mensalidades de operários afastados por doença e aposentados.

O assunto das assembleias passava a ser a possibilidade de uma nova greve, vista como forma de resolver as pendências da parede anterior e de avançar em outros pontos. Assim é que, no dia 21 de março, um vereador de Raposos, que não teve seu nome registrado em ata, disse: “meus companheiros, nós sabemos muito bem que aqui, em Morro Velho, não se obtém nada sem greve (...)”.⁹⁸¹ Para o tal vereador, caso entrassem em greve, no dia seguinte iria aparecer a comissão de estudos para a medição da taxa de insalubridade e de elaboração do plano para os operários da superfície. Outro operário de Raposos, de nome Felipe, salientou que “tudo é com greve, e se nós não entrarmos em greve outra vez, não vem este plano e nem insalubridade e, sendo assim, nós devemos reforçar a nossa união, dentro do Sindicato, para recuperarmos os nossos direitos (...)”.⁹⁸² Os comunistas Alberto Lemos, Militão Ferreira Dias e Sebastião de

⁹⁷⁹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁸⁰ O salário-mínimo naquele período era determinado de acordo com as condições regionais. A Comissão de Salário-Mínimo era tripartite, com representantes dos trabalhadores, dos empregadores e das autoridades federais e estaduais. Era ela quem procedia estudos sobre as condições socioeconômicas da região, e recomendava ao Ministério do Trabalho qual índice de reajuste seria o mais adequado.

⁹⁸¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁸² Ibid

Oliveira sugeriram que deveriam oficiar as autoridades e a empresa, e traçarem um plano para entrarem em greve novamente, se fosse o caso.

Diante da ameaça de greve, dias depois a comissão que iria averiguar a questão da insalubridade apareceu na Morro Velho. Em assembleia no dia 4 de abril, o diretor do Departamento de Higiene do Trabalho, que não teve nome registrado em ata, foi dar explicações aos operários.⁹⁸³ Alegou ele que havia “muito desconforto” para os operários nos trabalhos exercidos no subsolo, e que havia o interesse da Morro Velho em acabar com a silicose, que acometia a maioria esmagadora de seus empregados. Questionado sobre os resultados de sua visita, afirmou que a taxa da insalubridade agora ficava à cabo da justiça decidir qual porcentagem entre 10 e 40% seria mais adequada, e que o plano salarial para operários da superfície em breve sairia. No entanto, posteriormente o diretor da Morro Velho negou que a empresa tivesse se comprometido a criar um plano salarial para os operários da superfície, o que causou enorme indignação dos operários.

A resposta do diretor da empresa foi comunicada em assembleia sindical no dia 11 de abril, e reforçou ainda mais a tese defendida em outras assembleias, de que a greve era o único recurso que os operários tinham.⁹⁸⁴ O comunista João Pequeno na ocasião disse: “companheiros, vocês estão vendo a situação que nós estamos atravessando. A situação agrava-se desta forma, porque tudo que se pede dentro da democracia é sempre negado.”⁹⁸⁵ Afirmou ainda que, “o custo de vida sobe assustadoramente e para vencer-se esta situação é necessária a união de todos os trabalhadores, principalmente o povo da superfície.”⁹⁸⁶ Quatro dias depois uma nova assembleia foi realizada, na qual os operários decretaram alerta de greve para o mês de maio, caso as questões do plano salarial e das irregularidades no Instituto de Aposentadorias e Pensões não fossem resolvidas.

A ameaça de greve surtiu efeito, e no dia 30 de abril o Delegado Regional do Trabalho, Ênio Mário de Araújo Marini, comunicava ao TRT que a Morro Velho e o Sindicato dos Mineiros haviam feito um acordo.⁹⁸⁷ A empresa comprometia-se a iniciar os estudos para a elaboração de um plano salarial para os operários da superfície após o dia 15 de maio, quando certamente o salário-mínimo já teria sido reajustado, com o prazo de 60 dias para conclusão do plano. Também se comprometeu a resolver os casos pendentes de operários que não estavam recebendo os valores devidos do acordo feito na greve passada. Já o reajuste do salário-mínimo,

⁹⁸³ Id. Ibid.

⁹⁸⁴ Ibid.

⁹⁸⁵ Ibid.

⁹⁸⁶ Ibid.

⁹⁸⁷ TRT/MG - BR CETRT7 597.1954.5.03.0

anunciado antecipadamente por João Goulart, demitido em fevereiro por pressão dos setores conservadores, empresariais e militares, foi decretado por Getúlio Vargas no dia 1º de maio, na base de 100%, aprofundando ainda mais a crise política no governo federal.

O acordo feito e o aumento do salário-mínimo apaziguaram os ânimos, e possibilitaram que os festejos de comemoração do Dia do Trabalhador transcorressem “maravilhosamente bem, sem um incidente sequer”, de acordo com as informações policiais.⁹⁸⁸ Com apresentação musical da banda do Batalhão de Guardas da Polícia Militar, o festejo foi marcado por um clima de pacificação entre a empresa e o Sindicato dos Mineiros. No dia 13 de maio, por ocasião do 20º aniversário do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, ocorreu mais uma festa, desta vez com a presença do ex-ministro do trabalho, João Goulart, que retornava a Nova Lima.⁹⁸⁹ A programação, que se iniciou às 5:00 horas da manhã com alvorada pelas ruas da cidade e apresentação da Corporação Musical União Operária, contou com sessão solene, missa campal, recepção de João Goulart e sua comitiva, terminando com uma peça teatral no Teatro Municipal.⁹⁹⁰

O ex-ministro do trabalho, em discurso dirigido aos operários, objetivando reforçar sua imagem como um “político dos trabalhadores”, afirmou que estava ali presente como “companheiro de lutas”, e culpou os ataques que o governo de Vargas sofria como responsáveis pela “economia baixa” do país.⁹⁹¹ Foi registrado em ata do Sindicato que João Goulart exaltou a imagem do presidente da república, afirmando que “o Presidente Getúlio Vargas é o grande construtor de nossa Pátria.”⁹⁹² Os comunistas não tiveram sua presença registrada, ou não se fizeram presentes. O evento foi um verdadeiro regozijo entre autoridades, trabalhadores e empregadores. O diretor da Morro Velho, G.P Wigle, foi recebido com “uma estrondosa salva de palmas”, sentando-se ao lado de João Goulart, e afirmando que se este era amigo dos operários, ele também o era.⁹⁹³ O clima de “confiança recíproca” pelo “engrandecimento da Empresa e do Brasil” era tal, que foi motivo de registro na ata da assembleia. O evento reforçava a narrativa trabalhista de harmonização entre Capital e Trabalho, e escondia as desconfianças dos operários em relação à conquista de pautas importantes, como a taxa de insalubridade, por exemplo.

⁹⁸⁸ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁸⁹ Ibid.

⁹⁹⁰ Ibid.

⁹⁹¹ Ibid.

⁹⁹² Ibid.

⁹⁹³ Ibid.

A campanha de lutas em 1954 parecia ter se encerrado ou arrefecido, mas o calendário sindical ainda contava com uma nova eleição para a diretoria e o conselho fiscal. Por duas ocasiões José Nilo do Rosário convocou assembleia sindical para declarar seu pedido de renúncia do cargo, antes mesmo de encerrar seu mandato, alegando que não tinha a confiança dos operários. Em ata de uma das assembleias, fica implícito que José Nilo teria participado das eleições municipais como candidato à prefeito de Nova Lima ao lado de Dazinho, tendo perdido. Para ambos o resultado negativo significava que não tinham a confiança dos operários. No entanto, os dados precários recolhidos no Tribunal Regional Eleitoral nos informam que ele teria sido eleito vereador pela legenda do PTB, ao lado do comunista Alberto Lemos, o que torna a informação dúbia.⁹⁹⁴ Nas ocasiões em que José Nilo declarou que renunciaria ao cargo de direção, comunistas, anticomunistas, independentes e o deputado trabalhista Waldomiro Lobo defenderam que deveria concluir o mandato em curso. O apoio de representantes de diferentes espectros políticos era reflexo da unidade tática que gravitava em torno da entidade sindical e da figura de José Nilo como presidente, que desistiu da renúncia.

Na assembleia sindical realizada no dia 14 de novembro, José Nilo informou aos associados que o prazo para inscrição de chapas para a eleição sindical era até o dia 19.⁹⁹⁵ Os associados presentes, incluindo os comunistas, defenderam que José Nilo deveria se candidatar à reeleição. A sugestão, caso se concretizasse, representaria um marco nos 20 anos de existência da entidade, que em seu estatuto vetava a possibilidade de reeleição.⁹⁹⁶ Os comunistas, que haviam participado da chapa de José Nilo na eleição de 1952, se organizaram para participar novamente do pleito. No dia 21 de novembro, João Pequeno, Orlando Corrêa, Militão Ferreira Dias e Antônio Cláudio Lucas, reuniram-se com o advogado do PCB, Orlando Bonfim, para discutirem a questão.⁹⁹⁷ Na concepção de Bonfim, os militantes locais deveriam participar das eleições sindicais, pois seria “um terreno ganho no caminho da legalidade”.⁹⁹⁸ A resolução

⁹⁹⁴ Segundo os dados recolhidos, o resultado das eleições municipais de outubro de 1954 foram: Cecil Jones (coligação PSD-UDN-PRP-PDC-PR) para prefeito, José Duarte Bastos (PTB), para vice-prefeito; e para vereadores, Alberto Lemos Mota (PTB), Aníbal Gomes Otero (PSP), Félix Feliciano Ferreira (PTB), Genesco Teixeira de Avelar (PR), Hernani Olímpio Pessoa (PTB), Ivahy Lopes Palhares (PSD), Jésus Drumund Batista (PSD), José Nilo (PTB), Juvenil Nestor (PTB), Oswaldo Barbosa Chaves (PSD), Paulo Dornelas Pereira (PR). Já em Raposos, os resultados foram: Geraldo Gomes Lima (coligação UDN-PSD-PTN) para prefeito, José Bruno da Silva (UDN-PSD-PTN) para vice-prefeito; e para vereadores o comunista José Alexandre (PTB), Afonso Sabarense Filho (PST), Antônio Catarino Fernandes (UDN-PSD), Deoclides Alves Liberato (UDN-PSD), Felipe Alves Rocha (PTB), José Bernardino Silva (PST), José Fernandes Costa (UDN-PSD), Lindolfo Pessoa (UDN-PSD) e Randolfo Ferreira Tôres (PTB).

⁹⁹⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

⁹⁹⁶ Não encontramos registros que informem se o estatuto, nesse caso, foi burlado ou alterado.

⁹⁹⁷ APM/DOPS – Pasta 4787.

⁹⁹⁸ Ibid.

tirada foi que deveriam escolher militantes que não eram “queimados” pela polícia, sendo João Pequeno e José Heleno de Souza sugeridos, por serem “elementos bem-vistos pelas massas”.

A tática adotada foi lançar uma chapa encabeçada pelo PCB, e outra na qual participavam de uma composição de forças, encabeçada por José Nilo do Rosário, assim como fizeram na eleição anterior. Somente as duas chapas foram inscritas, o que significava que os comunistas participariam novamente da direção sindical, fosse presidindo-a, fosse compondo parte do corpo diretivo presidido por José Nilo.

Quadro 12 – Chapas eleição sindical de 1954

Cargo	Chapa 1	Chapa 2
Diretoria	José Nilo do Rosário, Sebastião de Oliveira e José de Paula Mendes	Alberto Lemos Mota , Amadeu Alvisi, Vicente Antero Horta
Suplentes	Félix Feliciano Ferreira, Silvio Martins de Oliveira, Cenirol Vilela	João Ribeiro Maia , <u>Jesus Matos Lima</u> , <u>Adevair Fernandes Silva</u>
Conselho Fiscal	Cornélio Vitor dos Santos , Francisco Paulo Vitorino , <u>Alaíde Fernandes de Melo</u>	Heraldo Rodrigues, <u>Antônio André de Oliveira</u> , <u>Manoel Espírito Santo</u>
Suplentes	Américo Teodoro Rocha, <u>Jesus Matos Lima</u> , José Gonçalves Murta	José Heleno de Souza , <u>Caetano José Pires</u> , José Alexandre

Elaborado pelo autor: Fonte: APM/DOPS – Pasta 4785

Os nomes marcados em negrito são de militantes do PCB segundo os registros da polícia na ocasião, verificados por nós também em outras fontes ao longo da pesquisa. No caso de Cornélio Vitor e Sebastião de Oliveira, eles não foram citados como “elementos de ação destacada no setor vermelho” no relatório sobre as chapas, mas ao longo da pesquisa foram identificados como militantes comunistas. Os nomes grifados foram citados como “simpatizantes”, podendo ser que alguns fossem efetivamente militantes do PCB. Chama atenção o fato de que os “vermelhos” se espraíram nas duas chapas.

Ter uma chapa encabeçada por um militante do PCB, Alberto Lemos Mota, representava um avanço na disputa sindical, uma vez que na eleição de 1950 não puderam participar em função da exigência do atestado de ideologia, e na segunda por não terem força suficiente para lançarem uma chapa única, consequência do refluxo ocasionado pela repressão. O fato de conseguirem colocar militantes na chapa de José Nilo, por sua vez, representa a capacidade dos comunistas de costurar alianças com não comunistas. A eleição ocorreu no dia 22 de dezembro, e a chapa 1 saiu vencedora, tendo José Nilo chegado à marca de primeiro presidente do Sindicato a ser eleito em duas vezes seguidas. A vitória da chapa 1 nos diz sobre a proeminência de José Nilo e da ideia de composição tática e união de forças como elemento central no

Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. Enquanto o país e, principalmente, o movimento operário, ainda vivia o luto da morte de Getúlio Vargas, em agosto daquele ano, os operários da Morro Velho novamente optaram por uma direção que incluísse os líderes mais combativos, comunistas e não comunistas.

O ano de 1955 foi atravessado por uma das mais intensas experiências de mobilização operária no Brasil. Em Nova Lima e Raposos, os mineiros da Morro Velho protagonizaram duas greves que punham em questão as relações entre capital e trabalho em um dos mais antigos empreendimentos do país. Ambas as greves mobilizaram diversos atores, como sindicalistas, parlamentares, ministro de estado e policiais em torno da complexa equação entre direitos trabalhistas, ordem pública e o espectro da subversão comunista. As greves centravam-se na questão do pagamento da taxa de insalubridade e do salário, e escancararam os limites da legislação trabalhista, a força do Sindicato dos Mineiros, e a persistência do discurso anticomunista como tática de deslegitimação das lutas operárias.

A primeira greve iniciou-se em 12 de maio e se estendeu até o dia 31. Foi motivada pelo não pagamento da taxa de insalubridade, determinada pelo Ministério do Trabalho, mas suspensa em virtude de recurso interposto pela empresa. A Morro Velho alegava que a classificação da insalubridade como de grau máximo (40%) havia sido arbitrária, e não era baseada em exames técnicos recentes feitos nas minas, mas sim em estudos anteriores que não consideravam as modificações feitas por ela nos locais de trabalho.⁹⁹⁹ No comunicado que publicou no jornal *Estado de Minas*, intitulado “A verdade sobre a greve da Morro Velho”, publicado em 19 de maio, a empresa afirmava que “a inexistência de estudos e exames técnicos levou, pois, a empresa a pleitear sua realização, visto ser inadmissível que, sem eles, se resolvesse assunto de tal complexidade e importância”.¹⁰⁰⁰

Do ponto de vista operário, a greve foi um recurso necessário diante do rompimento de um acordo firmado dois meses antes no gabinete do ministro do Trabalho, em que a empresa se comprometera a pagar a taxa.¹⁰⁰¹ A greve revela o descrédito da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho perante os operários, que ignoraram a possibilidade de proceder a negociações na Delegacia Regional do Trabalho ou mesmo a abertura de um dissídio coletivo. Os trabalhadores alegavam que a situação das minas justificava a insalubridade, conforme comprovariam estudos anteriores do próprio Ministério do Trabalho, e que o não pagamento da

⁹⁹⁹ Jornal *Estado de Minas*, edições dos dias 13 e 19 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰⁰ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 19 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰¹ Jornal *Estado de Minas*, edições dos dias 13 e 14 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

taxa era inadmissível. Colocavam assim em xeque os canais institucionais do trabalhismo como meios de negociação e pacificação entre capital e trabalho.

O ambiente político em torno da greve foi marcado por intensas disputas. Um dos casos mais tensos foi o rompimento das relações entre o presidente do Sindicato dos Mineiros, José Nilo do Rosário, e o deputado petebista Waldomiro Lobo. O motivo exato do rompimento não foi identificado. Os ânimos se exaltaram a tal ponto que José Nilo declarou, segundo a imprensa da época, que “matará o parlamentar petebista, caso venha ele a se imiscuir na questão dos mineiros”.¹⁰⁰² Esse rompimento fomentou a tensão política na cidade, reverberando em momentos de agitação popular quando Waldomiro Lobo tentou visitar Nova Lima, sendo perseguido por José Nilo, que foi dissuadido de seu propósito de cometer atos violentos contra o deputado.

A despeito do conflito entre José Nilo e Waldomiro Lobo, a greve logo teve repercussão na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Parlamentares de diferentes campos políticos, incluindo os deputados Clodsmith Riani e Renato Azeredo, manifestaram apoio à greve, e encaminharam a criação de uma comissão parlamentar que visitou Nova Lima e levou as reivindicações dos grevistas à empresa.¹⁰⁰³ O caso também foi parar no Senado Federal. O senador trabalhista Lúcio Bittencourt se pronunciou responsabilizando o Ministério do Trabalho pela greve e solicitando esclarecimentos sobre a suspensão do pagamento da taxa insalubridade, reconhecida desde 1939 por portaria do próprio Ministério.¹⁰⁰⁴ A repercussão institucional demonstrava que a greve ultrapassava os limites de Nova Lima e Raposos.

As negociações ao longo da greve foram marcadas por impasses, com pouca perspectiva de resolução. Gilberto Crockatt de Sá, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, em várias ocasiões procurou intermediar um acordo, chegando a propor que os operários suspendessem a greve por dez dias para que a empresa pudesse avaliar as reivindicações, e caso não as atendesse, os operários poderiam retomar a greve.¹⁰⁰⁵ A proposta foi rejeitada de forma unânime pelos operários em assembleia, com forte influência dos comunistas, que defendiam a continuidade da greve. Exemplo da irredutibilidade dos trabalhadores, José Nilo do Rosário, chegou a afirmar que se a empresa ameaçasse fechar as portas em razão da greve, os

¹⁰⁰² *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 12 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰³ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 13 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰⁴ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 19 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰⁵ APM/DOPS – Pasta 4785.

trabalhadores estariam dispostos a “lançar mão do patrimônio do Sindicato” e até mesmo a “nacionalizar a empresa”.¹⁰⁰⁶

Durante toda a greve, as autoridades envolvidas nas negociações e a imprensa denunciavam a influência de “agitadores comunistas”. A atuação dos comunistas, embora presente, estava longe de representar hegemonia sobre o movimento, e tampouco foram responsáveis por posições radicalizadas. Militantes como Alberto Lemos, Arlindo e outros defendiam nas assembleias a continuidade da greve até que houvesse garantias reais da empresa de que cumpriria as reivindicações.¹⁰⁰⁷ Do mesmo modo que nas greves anteriores, a unidade dos operários se dava com a participação de comunistas, católicos, anticomunistas e independentes, e em todas as assembleias registradas em atas há registros da convergência de posições.

O Ministério do Trabalho, que hesitou em declarar a greve ilegal, acabou reconhecendo, através de seus representantes, a legitimidade das reivindicações. Em declaração à imprensa, Crockatt de Sá afirmou: “o Ministério do Trabalho considera justa a reivindicação dos mineiros, mas não permitirá, em hipótese alguma, explorações político-partidárias”.¹⁰⁰⁸ Essa posição revela o duplo movimento do Estado: ao mesmo tempo em que reconhecia os direitos dos operários, criminalizava determinadas formas de organização, especialmente a atuação dos militantes comunistas.

Após semanas de greve, com ameaças da empresa de fechar as portas, e diante da instauração de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, um acordo foi firmado entre as partes. A empresa comprometia-se a pagar os dias de greve “por liberalidade”, e a aplicar os 40% da taxa de insalubridade entre os dias 4 e 27 de abril, período entre a determinação do pagamento pelo Ministério do Trabalho e o recurso interposto pela Morro Velho.¹⁰⁰⁹ Os valores da taxa de insalubridade posteriores a esse período estariam sujeitos à revisão de uma comissão interministerial, nomeada pelo Ministro do Trabalho.¹⁰¹⁰ Em contraposição, o Sindicato se comprometeu a envidar esforços para que os operários aumentassem a produção.¹⁰¹¹ O acordo foi homologado no TRT em 27 de junho, encerrando formalmente a greve.¹⁰¹² Apesar de parcial, a conquista dos trabalhadores foi significativa, especialmente pelo reconhecimento da

¹⁰⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁰⁸ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 26 de maio de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁰⁹ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 02 de junho de 1955 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰¹⁰ Ibid.

¹⁰¹¹ Ibid.

¹⁰¹² TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissidioColetivo616.1955.5.03.0

taxa de insalubridade e pela garantia de que não haveria perseguições aos grevistas. No entanto, a empresa passou a acusar os trabalhadores de “quebra do pacto” nos meses seguintes, alegando redução na produção e sabotagem por parte de setores influenciados por comunistas.¹⁰¹³ Diante da redução da produção e da “infiltração comunista”, o advogado da Morro Velho, em ofício ao Ministério do Trabalho, disse que,

(...) é manifesta a influência e infiltração de agitadores comunistas entre a massa operária que trabalha para a Suplicante e lançam a animosidade, a cizânia, a divisão, a luta inglória e praticam a sabotagem, a pretexto de combaterem o que chamam de “capitalismo colonizador”, seguindo slogan conhecido, e que os identifica perfeitamente, por certo, aproveitando-se da evidente inoperância das autoridades encarregadas de manter a ordem.¹⁰¹⁴

A segunda greve de 1955, ocorrida entre 15 e 16 de dezembro, teve origem na recusa da empresa em pagar os salários do mês de novembro. Novamente os operários agiram sem recorrer às negociações nos canais institucionais como a DRT e o TRT. A greve ocorreu em um contexto politicamente conturbado, com um Estado de Sítio decretado nacionalmente para garantir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart como presidente e vice, vistos como “ameaça comunista” pelos setores conservadores do país. Mesmo diante desse cenário, no dia 11 de dezembro os operários se reuniram em Assembleia Geral, com a presença do delegado de ordem pública, Antônio Dutra Ladeira.¹⁰¹⁵ Na referida assembleia chama atenção a unidade tática em torno da reivindicação pleiteada. Para Dazinho, militante católico, “qualquer associado de qualquer credo político que tratar de qualquer assunto de reivindicações deve receber o apêlo, não só dos associados como também de autoridades, porque, nesse caso, os operários já trabalharam e precisam de receber para pagar suas contas”.¹⁰¹⁶ Sua posição fazia referência à Argemiro Marçal, antigo militante do PCB, que havia enfrentado a empresa em outra ocasião, e teria sido tachado por alguns colegas negativamente de comunista, como tentativa de desqualificar sua ação.

Em relação à pauta em si, o comunista Alberto Lemos afirmou que não acreditava no discurso dos representantes da empresa, alegando que não tinham condições de pagar os salários. Indício disso foi que chefes da fundição mandaram os operários fundirem ouro com

¹⁰¹³ No ofício encaminhado pela Morro Velho ao Ministério do Trabalho, afirmava que era necessário que fossem produzidas 1.400 toneladas de minério por dia, e no dia 17 último, apenas 514 toneladas foram produzidas, por 2.600 mineiros, utilizando aparelhos mecânicos, em condições normais, o que seria anormal para a empresa. Ver: APM/DOPS – Pasta 4782.

¹⁰¹⁴ Id. Ibid.

¹⁰¹⁵ Ibid.

¹⁰¹⁶ Ibid.

urgência para entrega ao comprador, e que não houve baixa na produção. Já o delegado Antônio Dutra Ladeira adotou uma posição moderada. Ele havia solicitado à empresa que fizesse um empréstimo no Banco do Brasil, uma vez que os operários necessitavam dos salários. Aos operários disse que “há muito tempo tem os olhos voltados para os trabalhadores e que os mesmos não são como se falam, mas sim trabalhadores honestos, unidos e ordeiros, pedindo-lhes que continuassem assim, mormente nessa época em que está se atravessando (...)”.¹⁰¹⁷

Nessa greve se destacou a figura de Eugênio Monteiro, apontado pela Morro Velho como “elemento militante no P.C.B. (extinto)” e responsável pelas agitações entre os trabalhadores da Mina de Raposos.¹⁰¹⁸ De acordo com o encarregado de segurança da empresa, Eugênio teria passado o dia 15 “fazendo o seu trabalho de agitação em que o mesmo é especializado”, e liderado “elementos que além de não produzirem o necessário, ainda ameaçaram de morte ao encarregado de serviços do sub-solo”.¹⁰¹⁹ A carta enviada ao diretor da Morro Velho responsabilizava diretamente a atuação comunista pela eclosão da greve. Afirmava ele que,

Os planos do movimento grevista, de 15 do corrente, foram adredemente preparados, sob influencia comunista que predomina nas assembleias do Sindicato, através da palavra dos seus oradores que traçam as diretrizes seguidas pela diretoria do Sindicato e ipso facto pelos associados que são dirigidos pelo seu presidente.¹⁰²⁰

Apesar da influência comunista, a leitura policial dos fatos foi mais equilibrada. Dutra Ladeira, em comunicação ao governador Clóvis Salgado, reconheceu que “em Nova Lima, são poucos, pouquíssimos mesmo, os comunistas que ali trabalham”, e atribuiu os conflitos à “falta de ambiente social, secundada pelas intransigências da Companhia e a falta de mais eficaz atuação do Ministério do Trabalho”.¹⁰²¹ A greve de dezembro foi encerrada com acordo parcial. O Ministério do Trabalho interveio e propôs o pagamento dos salários no dia 17. A assembleia sindical que aprovou o acordo terminou com falas que ressaltavam a unidade e a vitória dos trabalhadores. Exemplo da unidade pela base, o comunista Militão Ferreira Dias lembrou que, “se não fosse feito o que fizeram, a empresa iria adiar por toda a vida os pagamentos”, e o

¹⁰¹⁷ Ibid.

¹⁰¹⁸ Ibid.

¹⁰¹⁹ Id. Ibid.

¹⁰²⁰ Ibid.

¹⁰²¹ Ibid.

anticomunista Dedé Gomes, presidente da UNAS, reconheceu que o sindicato “é suficiente para resolver a situação dos operários”.¹⁰²²

As greves de 1955 na Morro Velho nos apresentam um contexto de embate profundo entre os trabalhadores que lutavam por melhorias e a empresa, omissa e reticente quanto ao cumprimento da legislação vigente. As acusações de influência comunista, embora reais em termos de presença de militantes organizados, de modo geral foram usadas para criminalizar a luta dos trabalhadores e ocultar a intransigência da empresa diante das leis trabalhistas. Ao contrário do que alegava a empresa e as autoridades ligadas ao Ministério do Trabalho, o movimento operário da Morro Velho era plural, coeso e apoiado pela sociedade local. A atuação dos comunistas se deu em contato e diálogo com outras forças políticas e sociais, e não como uma vanguarda autoritária e hegemônica. As greves, mais do que atos de agitação comunista, foram uma resposta à omissão do Estado e à prepotência patronal. Ainda que algumas narrativas tenham tentado apagar e invalidar as vozes dos trabalhadores sob a pecha da subversão, a documentação apresenta-nos um movimento operário que, em meio às minas de ouro, ousou cavar também seu próprio caminho de emancipação em relação ao Estado e aos patrões.

3.3 Da unidade na base ao cerco final (1956-1964)

A disponibilidade de fontes documentais sobre o período analisado nesta seção é consideravelmente menor do que nas anteriores, o que torna menos denso o detalhamento dos eventos e episódios apresentados. Nossa hipótese é que a própria polícia, ao liberar a documentação que constitui hoje o Fundo DOPS do Arquivo Público Mineiro, possa ter subtraído, retido ou destruído parte substancial de todo o conjunto documental. Essa possibilidade é corroborada pelo relato de Rodrigo Patto Sá Motta e sua equipe, que demonstram que a transferência do acervo do DOPS/MG ao Arquivo Público Mineiro ocorreu apenas após intensa pressão política e social. As autoridades policiais resistiram durante quase uma década ao cumprimento da lei estadual que determinava o recolhimento do material, alegando inclusive a inexistência do arquivo, supostamente “incinerado”. Apenas após a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1997, é que foram localizados microfilmes com parte do acervo, recolhidos ao APM no ano seguinte. Ainda assim, a CPI concluiu haver fortes indícios de que a polícia mineira reteve ou destruiu parcela significativa dos documentos

¹⁰²² Ibid.

originais, já que fichas em papel continuavam a circular em poder de particulares e agentes policiais, contrariando a versão oficial da incineração.¹⁰²³

Diante desse contexto, é plausível supor que o conjunto documental hoje disponível represente apenas uma fração do acervo produzido pela polícia política mineira, sendo possível que parte das séries referentes ao final dos anos 1950 e início dos 1960 — momento de reorganização da repressão e de intensificação das tensões políticas — tenha sido deliberadamente suprimida. Além disso, é necessário considerar que a destruição ou ocultamento de documentos de caráter político foi prática recorrente em processos de transição democrática, motivada tanto pela intenção de proteger antigos agentes da repressão quanto por interesses políticos mais amplos de controle da memória e do passado recente. Assim, a escassez de fontes desse período não deve ser entendida como mero acaso ou lacuna administrativa, mas como resultado de um processo histórico de disputa pela memória e pelo monopólio da informação sobre a repressão política em Minas Gerais.

O ano de 1956 revela-nos a continuidade da tática de composição e unidade de base adotada pelos comunistas da Morro Velho, já perceptível desde os primeiros anos da década de 1950. Diante da repressão e do refluxo que se seguiram ao “caso dos 51”, os comunistas passaram a privilegiar uma linha política não sectária, a partir da qual buscaram construir alianças com católicos, independentes e trabalhistas, evitando o isolamento e fortalecendo o sindicato como instrumento coletivo de luta. Essa tática de “unidade na base” pode ser considerada como uma marca da atuação comunista no interior da Morro Velho, em consonância com a virada tática sindical adotada na linha política do PCB a partir de 1952, consolidada no IV Congresso em 1954.

Em 1956 o reajuste do salário-mínimo e o pagamento da taxa de insalubridade foram os eixos articuladores da mobilização operária. Em março, os comunistas Arlindo Fernandes de Lima e João Pequeno foram eleitos para compor a Comissão do Salário Mínimo, ao lado do militante católico José Gomes Pimenta, o que expressa a composição entre distintas forças políticas no interior do sindicato.¹⁰²⁴ A comissão foi formada em assembleia diante da negativa da empresa em reajustar os salários, sob a alegação de um “tremendo déficit” econômico. Frente à recusa patronal em pagar o novo salário, os operários aventaram a possibilidade de recorrer à Justiça do Trabalho ou à greve, combinando pressão institucional e mobilização de base. Ainda que houvesse conflitos pontuais, os comunistas reforçavam a necessidade da solidariedade entre os trabalhadores. A atuação dos comunistas se deu em torno da defesa das assembleias como

¹⁰²³ Motta et al, 2003, p.133-134.

¹⁰²⁴ APM/DOPS – Pasta 4785.

espaço democrático e da articulação entre os diferentes setores da categoria, o que reafirma a linha de continuidade de sua prática política, pautada pela unidade e pela construção coletiva.

Em julho, na assembleia que discutiu o novo salário-mínimo, a proposta de deflagração de uma greve de protesto foi apresentada por Arlindo e amplamente acolhida pela base, com apoio inclusive de José Gomes Pimenta, militante católico e aliado dos comunistas.¹⁰²⁵ Essa deliberação reafirmava o papel dos comunistas na condução das pautas mais sensíveis à classe, sem perder de vista a importância de dialogar com lideranças de outras correntes ideológicas. A despeito da inicial recusa da empresa em pagar os salários, não encontramos nenhuma informação de que o conflito tenha se estendido.

Ainda em 1956, os comunistas protagonizaram momentos de intensa solidariedade operária dentro do sindicato, como na campanha de arrecadação em apoio ao militante Eugênio Monteiro, suspenso pela empresa por motivação política, acusado de promover agitações e sabotagens.¹⁰²⁶ A mobilização por Eugênio foi endossada tanto por comunistas quanto por dirigentes independentes e católicos, ilustrando a capacidade de coesão do sindicato sob liderança compartilhada. Por fim, destaca-se naquele ano a aprovação da entrada do Sindicato dos Mineiros na Federação dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minas Gerais - FTIEMG, entidade que logo passaria a ser dirigida pelos comunistas, o que demonstra uma articulação mais ampla entre os operários da Morro Velho e outras categorias industriais mineiras.¹⁰²⁷ Embora os comunistas tenham feito críticas à estrutura burocrática da confederação sindical à qual a federação se subordinava (CNTI), optaram taticamente pela participação, reafirmando sua disposição em atuar por dentro das instituições para transformá-las.¹⁰²⁸

Em 1957, o cenário sindical na Morro Velho seguiu marcado pela unidade de ação no sindicato. Com José Alexandre, militante comunista, na presidência do sindicato, a condução da entidade manteve o compromisso com a base, priorizando a mobilização popular, a valorização das assembleias e a atuação articulada com os demais segmentos sindicais do estado.¹⁰²⁹ A influência da FTIEMG intensificou-se, e Sindicato dos Mineiros chegou a enviar delegados para congressos estaduais e a integrar espaços mais amplos de articulação classista.

¹⁰²⁵ Id. Ibid.

¹⁰²⁶ Ibid.

¹⁰²⁷ Ibid.

¹⁰²⁸ Militão Ferreira Dias em assembleia do dia 20/10/1956, disse que “apesar de existir uma “pelegada” na Confederação, mesmo assim está de acordo porque considera um reforço para as causas dos operários;” Disse ainda que seria melhor se cada sindicato pudesse indicar um elemento, no entanto, como isso não é possível, apelou que fizessem um combate ao estado de coisas na Confederação.” Ibid.

¹⁰²⁹ Não encontramos informações referentes ao processo eleitoral que elegeu José Alexandre como presidente do Sindicato dos Mineiros, tampouco quanto às chapas e suas composições. Através de documentos de propaganda

A questão da insalubridade, ainda não solucionada desde a greve de 1955, tornou-se o novamente o centro da campanha salarial de 1957. Em assembleia realizada em abril, com dois mil trabalhadores presentes, o comunista Alberto Lemos propôs que, diante da resistência da empresa, se preparasse uma greve total e que se enviasse um telegrama ao Presidente da República solicitando providências. O discurso de Alberto, ancorado na crítica à passividade e à morosidade das instâncias oficiais, foi acompanhado por intervenções de outros dirigentes — entre eles José Nilo e Dedé Gomes — que também enfatizaram a importância da união operária em torno do sindicato, superando antigas divisões.¹⁰³⁰ Esse episódio simboliza não apenas a manutenção da pauta da insalubridade como eixo central de luta, mas também a consolidação de uma prática política comunista baseada na composição tática, sem abrir mão da combatividade.

A continuidade dessa linha de ação permitiu aos comunistas preservar sua influência na base e ampliar seu papel no sindicato, assumindo a presidência da entidade mesmo diante da vigilância policial e do cerco anticomunista promovido por setores patronais e pela imprensa.¹⁰³¹ Além da atuação em torno das pautas econômicas e legais, os comunistas participaram ativamente da organização da comemoração do 1º de Maio, e da articulação junto ao Congresso Sindical de Minas Gerais.¹⁰³² Nesses espaços, reafirmaram a importância da ação sindical enquanto instrumento de mediação política e formação da consciência de classe, conectando as lutas locais à estratégia nacional do PCB, mas sempre respeitando a realidade concreta da Morro Velho.

do Sindicato encontramos a informação de que José Amaro Sabino (secretário) e Aladyr Silva de Oliveira (tesoureiro), estavam na direção ao lado de José Alexandre.

¹⁰³⁰ José Nilo, que foi presidente do Sindicato nas duas ocasiões anteriores, ao lado dos comunistas, manteve boa relação com eles. Na referida assembleia, e mantendo a narrativa de unidade entre os operários, expressou apoio à direção comunista, concitando a “união de todos para dar força à direção do sindicato”, para que possam “obter os direitos do operariado.” No mesmo sentido, o anticomunista Dédé Gomes, a despeito do que se dizia sobre as relações entre anticomunistas e comunistas, disse que “ele, juntamente a todas as diretorias do Sindicato, sempre bateu a favor dos trabalhadores e por isso está disposto a derramar o seu próprio sangue para conseguir a vitória nesta causa.” Ver: APM/DOPS – Pasta 4785.

¹⁰³¹ Em reportagens no *Estado de Minas*, a empresa insistia na narrativa de que a causa de sua crise estava associada às constantes reivindicações dos operários por meio de greves e ações na Justiça do Trabalho, o que ocasionava o decréscimo de sua capacidade de investimento e operação. Essas constantes reivindicações, na ótica da empresa, estavam atreladas à constante agitação comunista e à presença de elementos “subversivos” na direção sindical. Ver: *Jornal Estado de Minas*, edições dos dias 21 e 22 de abril de 1956 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰³² APM/DOPS – Pasta 4785.

Figura 9 – Boletim 1º de Maio de 1957

**Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da
Extração do Ouro e Metais Preciosos
de Nova Lima**

1º DE MAIO DE 1957

Homenageando os trabalhadores, habilidosos artífices da grandeza nacional, cultores da paz social e inspiradores e mantenedores do equilíbrio das instituições, no dia a eles consagrado universalmente reverenciamos as lutas e vitórias do nosso núcleo, desejando que os passados exemplos de unidade e elevação de princípios e intenções permaneçam vigorando e constituam o símbolo e o exemplo a ser seguido, do espírito da classe, pioneira no país, na caminhada áspera, mas em parte já vencida, em busca de melhores dias para todos.

Nesta oportunidade, convidamos os nossos associados e suas exmas. famílias, as autoridades e o povo de Nova Lima, Raposos, Honório Bicalho e Rio de Peixe, para participarem, efetivamente, das festividades com as quais assinalaremos a passagem do importante dia.

PROGRAMA:

- 1) A's 5 horas - Alvorada;
- 2) A's 6 horas - Hasteamento das Bandeiras Nacional e do Sindicato, com salva de 21 tiros;
- 3) A's 8 horas - Missa Campal na Praça Bernardino de Lima, antecedida de concentração de alunos das Escolas Secundárias, Primárias, Bandas de Música etc. Após a Missa, desfile;
- 4) A's 10 horas - Jogos de Basquetebol e voley na quadra do Liceu Imaculada Conceição;
- 5) A's 14 horas - Sessão Cívica, no Teatro Municipal. Logo após, inauguração de Placa na Sede do Sindicato, homenageando os fundadores do órgão e antigos companheiros de lutas;
- 6) A's 20 horas - Espetáculo teatral pelo elenco da SQARTE, no Teatro Municipal.

Nova Lima, Abril de 1957.

José Alexandre,
Presidente

José Amaro Sabino,
Secretário

Aladyr Silva de Oliveira,
Tesoureiro

Tipografia e Papelaria Clerk - Irmandades Santos - Praça Bernardino de Lima, 176 - Nova Lima.

Fonte: APM/DOPS – Pasta 4785

A ação comunista em 1957, portanto, deu continuidade a um percurso iniciado ainda nos primeiros anos da década, consolidando-se como uma força dirigente e agregadora no seio do movimento operário local. A defesa da unidade de base, a valorização da cultura sindical e a disposição para compor com diferentes setores revelam uma prática política fundamentada na mediação entre os interesses imediatos da classe e o projeto estratégico do partido, adaptada à conjuntura e às condições reais do chão da mina. Mais do que resistência, os comunistas da Morro Velho expressaram, nesse período, um exemplo concreto de elaboração e ação política inserida no cotidiano da classe trabalhadora.

O ano de 1958 foi marcado por uma inflexão na trajetória do movimento sindical em Nova Lima e Raposos. Em um primeiro olhar, a estrutura sindical, influenciada pela

participação dos comunistas, parecia seguir em unidade relativa. No entanto, uma leitura mais detida das fontes revela a continuidade da ação comunista em diversas frentes e o início de uma fissura significativa: o afastamento de José Nilo do Rosário em relação à militância comunista. Este afastamento acabou rompendo com a unidade que havia se consolidado nos anos anteriores, e acabou gerando um clima pouco propício e seguro para a deflagração de greves, por exemplo, o que ocasionou um recuo da combatividade demonstrada nos períodos anteriores.

Naquele ano, o segundo do mandato do comunista José Alexandre na presidência do Sindicato, a frente de mobilização girou em torno dos “silicóticos”, trabalhadores acometidos por silicose devido às péssimas condições de trabalho no subsolo.¹⁰³³ Os comunistas, atentos às necessidades concretas dos trabalhadores, tomaram a frente na organização dos silicóticos, realizando reuniões específicas, nas quais buscaram transformar o sofrimento operário em ação política. Ao contrário da postura adotada por José Nilo, que desqualificou os mineiros com silicose parcial (25%) como “malandros” em busca de facilidades, os comunistas trataram a pauta com seriedade, exigindo que aqueles trabalhadores fossem indenizados e transferidos para funções na superfície.¹⁰³⁴ A atitude de José Nilo explicitava o distanciamento crescente entre ele e os setores mais combativos, vinculados ao PCB.

Outra frente de mobilização da ação comunista e sindical foi a campanha pelo aumento de salários, que orientou grande parte das assembleias ao longo do ano. Pleiteavam inicialmente um aumento de 30%, em razão da carestia, dos baixos salários e pelas condições de insalubridade nas quais trabalhavam.¹⁰³⁵ Na assembleia que deliberou a reivindicação na base de 30%, a fala do comunista Arlindo deixou evidente o recuo tático diante da ruptura entre José Nilo e os comunistas. Comentou ele sobre o perigo de uma greve naquele momento em que “há uma divisão de forças”, e que se pudessem conseguir o aumento sem greve seria melhor, pois uma greve “é de grande responsabilidade para os operários e para o Sindicato”.¹⁰³⁶

¹⁰³³ APM/DOPS – Pasta 4785.

¹⁰³⁴ Ibid. Em reunião no dia 5 de janeiro, com os operários “silicóticos”, José Alexandre informou que ele, Sebastião Oliveira e José Nilo teriam ido em comissão ao Rio de Janeiro para tratarem da questão com as autoridades. Na ocasião, José Nilo teria afirmado às autoridades que os operários com 25% de silicose estariam aptos para enfrentar “qualquer serviço na mina”, e que a não transferência destes operários para a superfície evitaria “o aumento do número de malandros”. Alguns operários presentes afirmaram que José Nilo começava a “mostrar as unhas”, com a finalidade de “desmoralizar o Sindicato e seus dirigentes”. Na assembleia geral, realizada após a reunião com os silicóticos, José Alexandre informou que José Nilo teria dito às autoridades que possuía “mais moral” que ele. Para José Alexandre, as críticas e insultos de José Nilo não seriam mais aceitas, “principalmente de elementos que desejam ver a caveira do Sindicato por motivo de paixão política”.

¹⁰³⁵ Caso a Morro Velho não aceitasse os 30% pleiteados, os operários deliberaram em assembleia que iriam subir o valor para 50%.

¹⁰³⁶ APM/DOPS – Pasta 4785.

A Morro Velho fez sua contraproposta, que consistia em: aumento de 10% nos salários, incorporação do Plano Canadense no salário fixo e outro prêmio de produção “aos que fizerem jus”.¹⁰³⁷ Além disso, comunicou que iria aumentar o preço das casas que alugava para os operários em Cr\$200,00, e iria reduzir o tempo de transporte dos operários em uma hora. A proposta da empresa foi duramente criticada pelos trabalhadores. Em uma das assembleias, Dazinho, operário católico, reagiu: “a Companhia julga os operários bobos ou idiotas”.¹⁰³⁸ O comunista Alberto Lemos foi taxativo ao dizer que “a proposta da empresa era disfarçada de aumento, mas significava na prática uma redução de salário”.¹⁰³⁹ A proposta foi rejeitada por unanimidade. A partir disso, uma nova proposta intermediária passou a ser defendida por setores do sindicato: um aumento de 30% em negociação amigável e direta com a empresa e, caso houvesse dissídio coletivo, exigiriam 50% de aumento.

Esse momento marcou um ponto de união tática entre diferentes correntes que compunham movimento operário local: comunistas, independentes e até católicos se uniram em torno da rejeição à proposta patronal. Nos dias seguintes a Morro Velho formulou outra proposta, que foi aprovada por unanimidade. As bases da proposta não foram citadas nas atas das assembleias, mas foram defendidas inclusive pelos comunistas, para os quais havia um novo contexto, pois a Morro Velho nunca fazia proposta quando solicitavam aumento de salários. Relatos registrados em ata afirmavam que a nova postura da empresa se devia à atuação de seu novo advogado, Dr. Fernando, “que se empenha na união das duas classes”.¹⁰⁴⁰ Ademais, o comunista Arlindo, o mesmo que criticou a greve como tática, enfatizou a nova atitude da empresa e defendeu que deveriam aceitar a proposta, pois um dissídio coletivo poderia demorar até um ano para ter resultado.

As táticas comunistas continuaram centradas na mobilização das bases por meio das assembleias e da organização em torno de pautas concretas (como a silicose, o aumento de salários, as condições de insalubridade). Mesmo diante do “racha” com José Nilo, em muitos registros os militantes comunistas aparecem incentivando a união dos operários, como no caso de Alberto Lemos e Militão Ferreira Dias, que insistiam na necessidade de ampla mobilização, inclusive com ameaças de greve geral caso fosse necessário. A influência comunista se fazia sentir no interior do sindicato. Nomes como José Alexandre, Alberto Lemos, Sebastião de Oliveira, Arlindo Fernandes e Militão continuavam pautando os debates e construindo alianças

¹⁰³⁷ Ibid.

¹⁰³⁸ Ibid.

¹⁰³⁹ Ibid.

¹⁰⁴⁰ Ibid.

táticas. Entretanto, essa hegemonia começou a ser tensionada pelas críticas de operários que percebiam certo fechamento da direção sindical em torno de seus próprios quadros. Esse cenário ficou evidente nas eleições sindicais de 1958.

As eleições ocorreram sob aparente clima de normalidade, mas a formação de chapa única, encabeçada por Alberto Lemos pode ser interpretada como uma manobra dos comunistas para permanecerem na direção sindical. A assembleia que deveria discutir e apresentar previamente a composição de chapas não foi convocada com a antecedência necessária, impedindo assim a articulação de outros grupos ou candidaturas. O comunista José Alexandre, presidente do Sindicato, justificou o fato alegando que “afixou cartazes” e acreditava no “esclarecimento dos operários”, mas reconheceu que a assembleia convocada foi “atrasada”.¹⁰⁴¹ Isso garantiu a homologação de uma única chapa, encabeçada por um militante do PCB.

Mesmo diante de críticas sobre a falta de debate e transparência, José Alexandre manteve-se firme na defesa da chapa única, utilizando o discurso de que uma nova intervenção do governo deveria ser evitada. Isso porque, caso os operários não fornecessem quórum à eleição, o Ministério do Trabalho estaria apto para intervir e nomear uma direção sindical a seu bel prazer, até que novas eleições fossem realizadas. As reações dos operários revelaram desconfiança e incômodo com a condução do processo. Ainda assim, os próprios descontentes defenderam a unidade tática diante do risco de intervenção no Sindicato. “Se não agradar aos operários, serão os mesmos jogados na rua”, advertiu Sebastião de Oliveira, aparentemente descontente, orientando que “votassem em branco” se necessário, mas que não deixassem a eleição ser anulada.¹⁰⁴² A vitória de Alberto Lemos como presidente do Sindicato, ainda que formalmente legítima, expôs um certo distanciamento de parte da base.¹⁰⁴³ Enquanto os comunistas almejavam garantir certo controle do Sindicato, alguns operários questionaram os métodos usados para tal objetivo.

Considerando o racha entre os comunistas e José Nilo e a manobra feita para se manterem na direção sindical, o ano de 1958 representou uma inflexão tática e política no movimento sindical da Morro Velho. Os comunistas ainda exerciam influência considerável, principalmente pela sua atuação cotidiana nas lutas dos trabalhadores. No entanto, o racha com José Nilo, figura que parecia transitar com relativa fluidez entre comunistas e independentes, evidenciou o início de um desgaste na unidade sindical, tão característica do movimento

¹⁰⁴¹ APM/DOPS – Pasta 4785.

¹⁰⁴² Ibid.

¹⁰⁴³ A chapa vitoriosa foi composta por: Alberto Lemos Mota (comunista), presidente; João da Paz Rocha, secretário, Adalberto Clemente (comunista), conselho fiscal. O suplente de Alberto Lemos era o comunista José Alexandre. Ver: TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 1791.1959.5.03

operário local. O fato de recusarem a greve como tática na campanha salarial, calculando os riscos de uma possível derrota caso não tivessem a união necessária, deixou essa inflexão ainda mais evidente. Apesar do desgaste acumulado ao longo de 1958, a direção de José Alexandre foi amplamente reconhecida, vista como honesta, econômica e assertiva, inclusive pelo anticomunista Dédé Gomes, que passou a se aproximar cada vez mais dos comunistas.

A campanha salarial desencadeada em 1959 pelos mineiros da Morro Velho refletiu o acirramento das lutas operárias diante da escalada inflacionária que corroía o poder de compra dos salários. A reivindicação inicial, deliberada em assembleia no mês de julho, foi apresentada sob a presidência do comunista Alberto Lemos e exigia um reajuste de 60% sobre o salário-mínimo, com base no aumento do custo de vida apontado pelo Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho¹⁰⁴⁴.

A resposta da empresa à reivindicação foi negativa. Como de praxe, alegava dificuldades financeiras e se recusava a discutir os percentuais reivindicados. As tentativas de negociação foram parar na Delegacia Regional do Trabalho, onde uma comissão formada por representantes do sindicato e da empresa participou de diversas tentativas de conciliação. Entre os representantes operários estavam os comunistas José Alexandre, Adalberto Clemente, Sebastião de Oliveira, Félix Feliciano e Alberto Lemos. A eles juntou-se José Geraldo Gomes, o Dedé Gomes, conhecido anticomunista que novamente se alinhou aos comunistas, como nas campanhas dos anos anteriores.¹⁰⁴⁵ Atuando também como articulador de consensos, foi ele o responsável por propor a seguinte tática, aprovada por unanimidade: reivindicar um aumento de 30% por via negocial e 50% caso a demanda fosse remetida à Justiça do Trabalho.¹⁰⁴⁶ A atuação dos comunistas se dividiu entre sua ação como direção sindical, com Alberto Lemos, Adalberto Clemente e José Alexandre; na Comissão de Salários, composta pelo comunista Félix Feliciano ao lado de Américo Souza e Dédé Gomes, e também com a presença de Sebastião de Oliveira representando a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minas Gerais.¹⁰⁴⁷

Persistia a negativa da empresa, que se recusava a conceder um aumento que fosse incorporado aos salários fixos, e propunha um abono provisório 10%. Deste modo, os operários

¹⁰⁴⁴ APM/DOPS – Pasta 4585.

¹⁰⁴⁵ Em entrevista concedida à Comissão da Verdade de Minas Gerais em 2015, o ex-diretor do Sindicato dos Mineiros, João da Paz Rocha relatou a aproximação de Dedé Gomes com os comunistas. Afirmou ele que Dedé foi um dos jagunços responsáveis pelo assassinato de Willian Dias Gomes. Mas, devido à sua aproximação com o comunista José Alexandre durante a década de 1950, “esse homem acabou de jagunço em Morro Velho, acabou sendo um sindicalista muito bom.” Ver: João da Paz Rocha – COVEMG.

¹⁰⁴⁶ Id. Ibid.

¹⁰⁴⁷ APM/DOPS – Pasta 4785 e TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissídioColetivo391.1960.5.03.0

mantiveram a pressão por meio de assembleias sucessivas, e seus representantes deixavam implícito nas reuniões de negociação a chance de uma greve ser deflagrada, culpabilizando de antemão a empresa caso ela ocorresse. Em setembro, o Delegado Regional do Trabalho propôs um acordo intermediário: aumento fixo de Cr\$900,00 a partir daquele mês, com pagamento de abono retroativo a agosto.¹⁰⁴⁸ A proposta foi debatida intensamente. Durante uma das assembleias, Adalberto Clemente ponderou: “embora não fosse muito vantajosa, a proposta deveria ser aceita como medida extrema, dada a situação enfrentada”¹⁰⁴⁹. Dedé Gomes reforçou que “a proposta não era ideal, mas fora conseguida com sacrifício”, e lembrou que “em outras ocasiões, quando os trabalhadores paralisaram os serviços, a empresa cedeu”.¹⁰⁵⁰ Sebastião de Oliveira, por sua vez, defendeu a aceitação como forma de manter a unidade, afirmando que “a luta dos trabalhadores havia sido firme e exemplar”, e que “era preciso prestigiar a ação do sindicato”.¹⁰⁵¹ Mesmo com as posições oscilando, a proposta foi aceita. Representativo da importância da união dos operários, mesmo diante de uma direção que assumiu o Sindicato de modo contestável, ao final da assembleia Alberto Lemos declarou: “agradeço aos companheiros a confiança que depositaram na diretoria do sindicato; essa unidade é a nossa força”.¹⁰⁵² Sinalizava assim que, mesmo contestada, a diretoria tinha apoio dos associados.

Apesar da aceitação do acordo provisório, o sindicato ingressou com dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, pois o Delegado Regional do Trabalho, com anuência dos representantes da empresa, quis inserir de última hora uma cláusula que colocava o acordo como válido por apenas um ano.¹⁰⁵³ Diante do fato, os representantes dos operários questionaram a inclusão da referida cláusula, levando-a à assembleia, que a recusou. O processo teve curso no TRT durante todo o restante do ano de 1959 e estendeu-se até agosto de 1960, quando foi julgado. No julgamento, o relator desqualificou a alegação da Morro Velho de incapacidade financeira para conceder o aumento. Afirmou ele que,

De início, cabe dirimir a questão relativa à alegada incapacidade financeira da suscitada, para arcar com qualquer majoração salarial. Vê-se desde logo certa insinceridade nessa alegativa, quando se apura que a suscitada logo em seguida à sua afirmativa – de impossibilidade financeira, propôs o pagamento de um abono provisório, à razão de 17% sobre o salário mínimo local. Portanto, não há um obstáculo intransponível, como quer fazer crer, de vez que, se realmente não tivesse condições econômico-financeiras para suportar

¹⁰⁴⁸ APM/DOPS – Pasta 4785.

¹⁰⁴⁹ Ibid.

¹⁰⁵⁰ Ibid.

¹⁰⁵¹ Ibid.

¹⁰⁵² Ibid.

¹⁰⁵³ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT DissídioColetivo391.1960.5.03.0

a elevação dos salários dos seus obreiros, seria a última a propô-la, ainda que tivesse de arcar com o risco de greve. (...) a observação dos fatos dos autos indicam, com a conclusão desenganada de que, nos seus balanços, não está estampada a sua verdadeira situação, face ao jogo contábil usual e mesmo permitido em lei nessa operação. Com efeito, trata-se de poderosa organização, empresária, que possui propriedades em oitos municípios mineiros, abrangendo vasta e riquíssima extensão territorial. Não é assim um empreendimento comum, sem maiores possibilidades, tanto assim que ora em seu território se desdobram outras empresas a ela ligadas, pertencendo tudo isso a um poderoso grupo financeiro internacional. Não obstante, mesmo levando-se em conta apenas o que está refletido nos balanços trazidos aos autos, é de se concluir que de 1958 para 1959 foi prodigiosa a sua recuperação, com sensível diminuição do proclamado déficit. (...) Em consequência, salta à evidência que a prejudicial de incapacidade financeira não merece acolhida.¹⁰⁵⁴

Com isso, o TRT determinou a transformação do abono provisório de 17% em aumento salarial fixo, com vigência a partir de 1º de agosto de 1960. O parecer do Procurador Regional do Trabalho, Fernando Dourado de Gusmão, ratificou a decisão dos juízes: “como vemos, a produção de ouro em Nova Lima é extraordinária, e precária a remuneração dos trabalhadores, que batem às portas do Tribunal para implorar, simplesmente, majoração salarial”.¹⁰⁵⁵ E complementou: “o aumento salarial, para fazer face ao aumento de custo de vida, é mais do que uma obrigação — é um dever social imposto às empresas, porque os salários devem garantir a subsistência e uma existência digna”.¹⁰⁵⁶

A Morro Velho chegou a interpor recurso contra a decisão, alegando contradições na decisão dos juízes. O TRT, no entanto, rejeitou o pedido da empresa, afirmando que a sentença era fundamentada, mantendo a vitória dos trabalhadores. O desfecho do processo revela a eficácia da tática articulada entre os comunistas e outras lideranças, inclusive anticomunistas, como no caso de Dédé Gomes, que sustentaram a mobilização em diversas frentes: assembleias, reuniões de negociação, ameaça de greve e o uso da esfera judicial. A greve, apesar de ter sido aventada como possibilidade, não se consolidou como tática a ser adotada, talvez em função de certo receio da direção sindical e dos demais associados de não obterem a adesão necessária. Ainda que a empresa tenha buscado protelar e anular a vitória, a ação do sindicato resultou em ganhos concretos, fortalecendo a união dos operários. Ademais, a direção sindical, encabeçada pelo comunista Alberto Lemos, encerrava seu mandato sendo bem-vista pelos operários, diante da boa atuação que teve na condução da campanha salarial.

¹⁰⁵⁴ Id. Ibid.

¹⁰⁵⁵ Ibid.

¹⁰⁵⁶ Ibid.

Em 1961, a presidência do Sindicato dos Mineiros passou das mãos de Alberto Lemos para Dazinho, militante católico que havia se aliado aos comunistas em outras ocasiões.¹⁰⁵⁷ A trajetória operária e o compromisso de Dazinho com os trabalhadores lhe garantiam respeito entre as diversas correntes que compunham o movimento operário, o que contribuiu para que também fosse eleito deputado estadual nas eleições de 1962. Importante destacar que, apesar da mudança na presidência do Sindicato, a influência comunista manteve-se significativa. Os militantes comunistas continuaram atuando nas instâncias institucionais — como a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais¹⁰⁵⁸ — e principalmente na base, participando ativamente das assembleias e das negociações com a empresa ao lado da diretoria do Sindicato.¹⁰⁵⁹

No dia 14 de abril de 1961 teve início a última greve do período aqui analisado, que constituiu uma resposta dos operários às condições de trabalho degradantes e à recusa da empresa em negociar. O movimento representou uma expressão da maturidade política do operariado local. Revelou também uma tradição organizativa construída durante as décadas anteriores, e que constituiu em um movimento sindical combativo, com repertório tático articulado por dentro das estruturas legais e institucionais do sindicalismo brasileiro.

Esse projeto se forjou e esteve inserido numa conjuntura nacional atravessada por instabilidades políticas e pela crescente politização das massas. O ano de 1961 foi especialmente tenso. Poucos dias após o início da greve dos operários da Morro Velho, Jânio Quadros renunciou o cargo de presidente da República inesperadamente, e o país mergulhou em uma crise institucional grave, adotando como solução paliativa o parlamentarismo para assegurar a posse de João Goulart. Essa instabilidade na vida política nacional — somada à radicalização das disputas entre direita e esquerda, conservadores e progressistas — permeava todo o campo da luta de classes.

Dentro desse cenário, o PCB consolidava ainda mais a inflexão estratégica dos anos anteriores. Após o retorno à ilegalidade em 1947 e o endurecimento da repressão que gerou uma resposta sectária do partido, a partir do início da década de 1950 o PCB, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, defendeu progressivamente uma linha de atuação institucional e

¹⁰⁵⁷ Assim como na eleição de José Alexandre em 1957, não há registros do processo eleitoral que elegeu Dazinho como presidente do Sindicato dos Mineiros.

¹⁰⁵⁸ Naquele momento, José Alexandre e Sebastião de Oliveira, comunistas e operários da Morro Velho, compunham a direção da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais, e Anélio Marques, o lendário fundador do Sindicato e do primeiro núcleo do PCB na região, demitido em 1952, aparece nas fontes como assessor técnico da referida entidade, sinalizando-nos a hegemonia dos comunistas dentro dela.

Ver: APM/DOPS – Pasta 0129

¹⁰⁵⁹ APM/DOPS – Pasta 0129

legalista, priorizando a luta sindical, a frente única com setores progressistas da burguesia nacional e a pressão por reformas democráticas. Tudo isso tendo em vista a execução da etapa nacional democrática da revolução brasileira. A Declaração de Março de 1958 consolidou essa orientação, substituindo a tática insurrecionalista de tomada do poder através da ação direta das massas sob a vanguarda comunista, pela aposta em transformações graduais por meio da legalidade e da unidade das forças populares.

Nos parece que foi exatamente essa linha política que orientou a atuação dos comunistas da Morro Velho durante os movimentos da década de 1950 e na greve de 1961. A condução da greve seguiu os trâmites do sindicalismo “legal”: assembleias legítimas, pauta de reivindicações aprovada pela base, dissídio coletivo ajuizado junto ao TRT, participação da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas de Minas Gerais e condução pacífica das manifestações. Os comunistas, longe de promoverem ações violentas, priorizaram a todo momento a mobilização, a união dos trabalhadores e a capacidade de pressionarem as autoridades e os patrões através da paralisação dos serviços, sem apostarem em “agitações” que pudessem deslegitimar e até mesmo criminalizar os movimentos grevistas.

A assembleia do dia 13 de agosto de 1961, que deflagrou a greve, pode ser vista como representativa dessa articulação política. Ela reuniu cerca de 2.500 trabalhadores no Teatro Municipal de Nova Lima e contou com falas decisivas de líderes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Minas Gerais (FTIEMG), naquele momento presidida por José Alexandre, comunista e operário da própria Morro Velho, ex-presidente do Sindicato.¹⁰⁶⁰ Sua fala foi registrada pela imprensa: “Percebo entusiasmo da diretoria do Sindicato. E se forem à greve, será uma medida justa, uma vez que não encontraram outra solução.”¹⁰⁶¹ Sebastião de Oliveira, também dirigente da FTIEMG, comunista e operário da mina, reforçou o esgotamento das negociações e o compromisso da Federação com os trabalhadores. Ambos personificavam o tipo de liderança que o PCB endossava naquela conjuntura: enraizada na classe, letrada politicamente e capaz de dialogar com instituições legais e com a base.

A pauta aprovada na assembleia — apresentada por Alberto Lemos, ex-presidente do Sindicato e comunista — incluía as seguintes reivindicações:

- Reajuste salarial de 80%;
- Pagamento dos dias parados;
- Garantia de não punição aos grevistas;

¹⁰⁶⁰ Id. Ibid.

¹⁰⁶¹ Ibid.

- Regularização da insalubridade;
- Extensão de benefícios como o Plano Canadense e o abono de família.¹⁰⁶²

A empresa adotou uma postura intransigente e se recusou a negociar, alegando dificuldades financeiras e risco de desabastecimento de energia, já que a greve atingiu a usina do Rio de Peixe.¹⁰⁶³ A repressão não tardou, e o governo estadual mobilizou tropas do Batalhão de Guardas e agentes do DOPS, que ocuparam Nova Lima para “guarnecer” as dependências da empresa, mesmo a greve sendo pacífica. Para o subinspetor João Batista, da Delegacia de Vigilância Especial, os grevistas agiam com ordem e disciplina.¹⁰⁶⁴ A repressão, embora ostensiva, não desencadeou prisões ou repressão violenta.

Com a tensão elevada e a intransigência da empresa, surgiu a proposta — noticiada pelo jornal *Última Hora* na edição do dia 15 — de se realizar uma passeata em Belo Horizonte “nos moldes da de 1953”.¹⁰⁶⁵ A diferença seria que, ao invés de passar pela famosa Serra do Curral, que divide Nova Lima e a Capital mineira, o trajeto seria pela MG-03 (atual MG-30). Embora o ato não tenha se concretizado, a evocação da célebre “Viagem da Fome” significou a mobilização de um repertório tático anterior, e serviu como símbolo de legitimidade e continuidade da tradição combativa dos operários da Morro Velho.

A empresa manteve a postura intransigente, e um dissídio coletivo foi ajuizado no TRT, tendo sido realizadas várias audiências de negociação, que contaram com a participação dos comunistas.¹⁰⁶⁶ Após quase três semanas de paralisação, no dia 2 de setembro um acordo parcial foi firmado, com as seguintes cláusulas:

- A empresa pagaria, como ajuda, 8 dias de salário-base;
- Seriam descontados 7 dias no pagamento seguinte;
- O Plano Canadense seria estendido à superfície a partir de 1º de setembro;
- Os dias parados não seriam computados para férias.¹⁰⁶⁷

Apesar da participação dos militantes do PCB, os relatórios do DOPS reconheceram que: “Os comunistas são poucos, pouquíssimos mesmo. Os conflitos surgem por intransigência

¹⁰⁶² APM/DOPS – Pasta 0129

¹⁰⁶³ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 2433.1961.5.03.0

¹⁰⁶⁴ APM/DOPS – Pasta 0129

¹⁰⁶⁵ Ibid.

¹⁰⁶⁶ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 2433.1961.5.03.0

¹⁰⁶⁷ Ibid.

da empresa e falta de ambiente social”.¹⁰⁶⁸ Essa constatação é bastante relevante: embora minoritários em termos numéricos, os comunistas desempenhavam um papel estratégico. À luz da linha política adotada pelo PCB no período, conseguiram combinar mobilização de base, condução institucional e articulação com a entidade intersindical oficial (a FTIEMG).

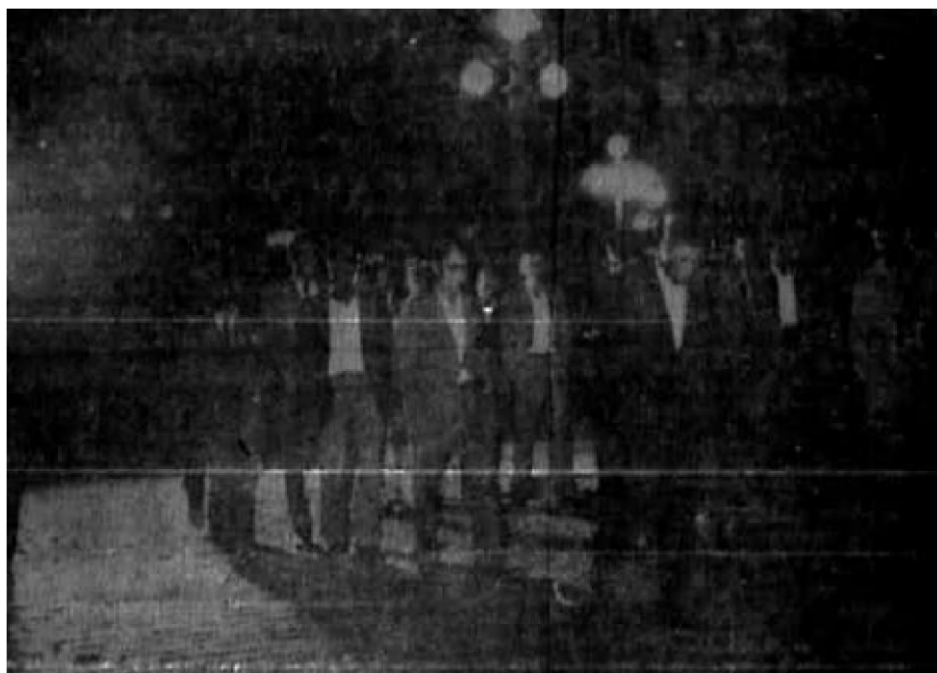
Tudo caminhava para uma vitória parcial dos operários. O Procurador Regional Adjunto do Trabalho, Fernando Dourado de Gusmão, como no dissídio anterior, enfatizou a grandeza patrimonial da Morro Velho e a importância do movimento sindical, demonstrando ao capital que, “sem trabalho, ele não existe.” Diante da tentativa da Morro Velho de criminalizar a greve, seu parecer foi pela legalidade do movimento. Acerca da grandeza da empresa, disse que “temos diante dos olhos um processo de dissídio coletivo intentado contra a maior mina de ouro do Brasil.” Considerando a Morro Velho, com 2.454 metros de profundidade, a maior produtora de ouro do Brasil e de Minas Gerais, afirmou que seria uma obrigação dela pagar salários que garantissem à pessoa humana uma existência digna. O Procurador posicionou-se pelo aumento de 40% nos salários-mínimos, decretado por João Goulart no dia 7 de outubro.

Apesar de intensa, a greve terminou sem acordo. Não encontramos uma fonte que revelasse da parte do Sindicato o motivo da desistência. A Morro Velho, no entanto, contestou o pedido de desistência, alegando que, tendo em vista o aumento do salário-mínimo concedido por João Goulart, que abarcava metade do reivindicado pelos operários, o Sindicato estava recuando, e se organizaria para deflagrar uma nova greve posteriormente. Desse modo, aceitaria o pedido de desistência com a condição de que o Sindicato se comprometesse a não fazer uma nova greve no prazo de um ano. Em resposta, o Sindicato alegou que a proposta da Morro Velho era ilícita, e que a luta dos trabalhadores era imprevisível, e que não poderiam abdicar de lutarem por direitos que poderiam surgir naquele prazo.¹⁰⁶⁹ Apesar desse desfecho curioso, a greve mostrou que era possível, mesmo sob intensa repressão e crise política, articular uma greve massiva e com respaldo legal. Com o avanço da radicalização conservadora e da preparação do golpe de 1964, a realização de outra greve como aquela tornou-se cada vez mais difícil. Por isso ela permanece como um dos últimos momentos de afirmação e ação de um sindicalismo combativo, e articulado com os projetos de transformação do Brasil, defendidos pelo PCB naquele período.

¹⁰⁶⁸ APM/DOPS – Pasta 0129

¹⁰⁶⁹ TRT/MG - BR MGTRT3CMJT 2433.1961.5.03.0

Imagem 27 - Piquete dos operários da Morro Velho



Fonte: Jornal Diário da Tarde, 15/08/1961 – APM/DOPS – Pasta 0129

Imagem 28 - Operários indo à assembleia sindical no Teatro Municipal



Fonte: Jornal Diário da Tarde, 18/08/1961 – APM/DOPS – Pasta 0129

Os mineiros da Morro Velho estiveram diretamente envolvidos nas disputas que atravessavam o sindicalismo brasileiro entre os anos de 1962 e 1963, em um momento de grave crise da política nacional. Os documentos analisados sobre o período, em especial relatórios de

agentes policiais, nos revelam a intensa participação dos militantes comunistas da Morro Velho na organização das lutas operárias, nas articulações com outras entidades sindicais e no apoio às reformas defendidas pelo governo João Goulart. Sindicalistas como os comunistas José Alexandre, Sebastião de Oliveira, Alberto Lemos e José Gomes Pimenta (Dazinho) – católico e aliado dos comunistas - aparecem nesses registros como relevantes lideranças operárias.

Logo nos primeiros meses de 1962, um agente policial identificado pelo nº 1825, enviou ao chefe de polícia do Estado um relatório acerca de uma reunião na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), ocasião em que diversas lideranças sindicais saudaram a nova direção da entidade, que daria fim à hegemonia “pelega”.¹⁰⁷⁰ Entre os presentes estavam Clodsmidt Riani, recém-eleito presidente da CNTI, e Dazinho, então presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho. Este último destacou que os mineiros da Morro Velho poderiam liderar a luta pelo tão prometido salário-família, evidenciando o protagonismo que tinham dentro da confederação e seu alinhamento ao campo sindical progressista-reformista que apoiava as reformas de base defendidas por João Goulart¹⁰⁷¹.

Mas a participação dos mineiros de Nova Lima e Raposos, e especialmente dos comunistas, na CNTI, foi além. Em outro relatório policial, o investigador Thacyr Omar Meneses, informando sobre movimentações sindicais e políticas no Estado, apresentava ao chefe de polícia os delegados da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais na CNTI: José Alexandre e Sebastião de Oliveira (na época presidente da Federação) compunham essa delegação. Essa informação evidencia-nos que os comunistas da Morro Velho não só lideravam o sindicalismo local, como também exerciam um papel protagonista e dirigente na federação estadual e tinham presença ativa na confederação nacional¹⁰⁷².

O ano de 1962 foi marcado por intensa mobilização operária em todo o país, e em Minas Gerais não foi diferente. Em outro informe do investigador Thacyr Omar Meneses consta que, em 5 de maio, os operários da Morro Velho realizaram assembleia geral para debaterem um aumento salarial, sendo formada uma comissão incumbida de iniciar as negociações com a empresa¹⁰⁷³. Também em outro informe do mesmo investigador, datado de 9 de maio de 1962, consta que os sindicatos dos trabalhadores em mineração de Belo Horizonte, Nova Lima e Itabirito organizavam uma reunião na sede do Sindicato dos Bancários para discutir propostas salariais patronais.¹⁰⁷⁴ Essa movimentação se inseria em uma conjuntura mais ampla de

¹⁰⁷⁰ APM/DOPS – Pasta 0113

¹⁰⁷¹ Ibid.

¹⁰⁷² Ibid.

¹⁰⁷³ Ibid.

¹⁰⁷⁴ Id. Ibid.

articulações políticas: no mesmo informe o investigador afirmava que sindicalistas mineiros planejavam ir a Araxá, onde ocorreria uma reunião de governadores, e lá promoveriam uma manifestação contra o parlamentarismo, em defesa do presidencialismo e do fortalecimento de Goulart¹⁰⁷⁵.

Nesse contexto, destaca-se a eleição da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais, que continuaria sendo dirigida por comunistas da Morro Velho: Sebastião de Oliveira foi empossado presidente e Alberto Lemos Mota, suplente da presidência¹⁰⁷⁶. Ainda em 1962 o comunista José Alexandre, antigo operário da Morro Velho, foi eleito presidente do Sindicato dos Mineiros para o biênio 1963-1964¹⁰⁷⁷. Esse fato é significativo, pois confirma a força da militância comunista junto à base operária, e simboliza a legitimidade acumulada por José Alexandre ao longo de sua trajetória no interior da mina, nas assembleias sindicais e nas lutas empreendidas pelo operariado. Expressa também a confiança da categoria em uma direção sindical que já havia demonstrado comprometimento com as reivindicações concretas que tinham e com um projeto político mais amplo, alinhado ao campo popular que apoiava o governo de João Goulart e as reformas de base.

A eleição de José Alexandre para presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho pode ser considerada um indicador da hegemonia comunista no movimento sindical da Morro Velho às vésperas do golpe de 1964. Em um momento em que o campo popular ganhava força nas ruas, nos sindicatos e nos partidos políticos, os operários de Nova Lima e Raposos elegiam para sua liderança um militante ligado ao PCB, demonstrando assim que o discurso comunista estava longe de ser marginal ou secundário entre os trabalhadores. Contudo, essa conquista seria duramente atingida pela repressão que se seguiu ao golpe.

Diante da iminência do golpe, possibilidade cada vez mais real aos olhos dos operários, a mobilização para um possível enfrentamento se fazia presente nas discussões e debates. No dia primeiro de junho daquele ano, o investigador de nº 1896 emitia uma comunicação à Alberto de Sales Fonseca Júnior, chefe do DEOPS, informando-o que militante comunista e deputado estadual eleito pela legenda do PTB, Sinval Bambirra, através do Congresso Sindical de Minas Gerais, havia convocado os dirigentes sindicais do Estado para ouvirem o presidente da CNTI,

¹⁰⁷⁵ Ibid.

¹⁰⁷⁶ Ibid. Ao lado dos comunistas da Morro Velho, estavam na direção Herve Lopes (secretário) de Congonhas do Campo; Zacharias Roque (tesoureiro) de Belo Horizonte; João Bosco Riveiro (suplente do secretário) de Cachoeira do Campo; e Joaquim Pedro de Miranda (suplente do tesoureiro) de Carandaí.

¹⁰⁷⁷ Grossi, 1981.

Clodsmith Riani, no dia 30 de maio de 1962, na sede da Federação dos Empregados Têxteis.¹⁰⁷⁸
De acordo com informações policiais, Riani em sua oração disse que

(...) a situação política do país é duvidosa diante dos recentes acontecimentos, que mostram a possibilidade de um golpe direitista na política brasileira, e que todos os líderes deverão tomar posições de solidariedade com o atual Presidente da República e, se possível, deflagrarem uma greve geral, com o apôio de todos os sindicatos de Minas e do Brasil.¹⁰⁷⁹

O chamado para uma possível greve geral seria posteriormente atendido pelos mineiros da Morro Velho, como veremos mais adiante. O encontro certamente contou com a presença dos comunistas da Morro Velho, que eram representados por José Alexandre e Sebastião de Oliveira. Também havia sido marcada para o dia 26 de junho de 1962 uma “Marcha do Trabalhador”, em Brasília, com as despesas da viagem custeadas por todas as entidades sindicais do país.¹⁰⁸⁰ No dia 24, em Belo Horizonte, haveria uma concentração para a chamada “Marcha para Brasília”.¹⁰⁸¹ Além disso, e parece que prevendo o golpe que se concretizaria em 1964, Riani diz que: “agora chegou o momento para a ofensiva, dêa a quem doer. Com qualquer resultado devemos arcar com as responsabilidades.”¹⁰⁸²

Em 1963, a mobilização dos operários continuou intensa. Em agosto um investigador da polícia mineira, não identificado, produziu um relatório sobre um comício realizado na praça Rio Branco (famosa praça da rodoviária), em Belo Horizonte, como encerramento da Semana de Protesto Contra o Golpe e a Carestia de Vida.¹⁰⁸³ O comício seria parte de um movimento nacional organizado pelo CGT e pela CNTI. Contou com um caminhão de som, no qual teriam discursado os seguintes oradores: Delmir Villela, presidente do Sindicatos dos Eletricitários; João F. Luzia, da Federação dos Favelados; José Alexandre, presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho; Maria Silva, presidente da Liga Feminina de Nova Lima; Adamastora Andreazzi, presidente das Donas de Casa; Maria Oliveira, presidente da Associação das Viúvas; Alcides de Oliveira, presidente do Sindicato dos Marceneiros; Zilda Xavier, da Liga Feminina da Guanabara; Lauro Reis, presidente do Sindicato dos Tecelões de Além Paraíba; o estudante Antônio Bertele; Rafael Martinelli do CGT; Dazinho, deputado e mineiro da Morro Velho; Clodsmidt Riani, deputado e presidente da CNTI; Sinval Bambirra,

¹⁰⁷⁸ APM/DOPS -Pasta 0113

¹⁰⁷⁹ Ibid.

¹⁰⁸⁰ Ibid.

¹⁰⁸¹ Ibid.

¹⁰⁸² Ibid.

¹⁰⁸³ Ibid.

deputado e sindicalista; Candido Siqueira, da CNTI e Zacarias Roque, do Sindicato dos Mineiros de Brumadinho.

No evento, que uniu trabalhistas, comunistas e pessoas não ligadas a partidos políticos, diversas pessoas empunhavam cartazes de protesto contra a carestia e o golpe. Foram distribuídos vários boletins intitulados “Manifesto Operário”, que traziam reivindicações relacionadas à luta contra a carestia, por aumento de salários, congelamento dos preços, abono família de 10% e confisco dos estoques de gêneros de primeira necessidade.¹⁰⁸⁴ Além disso, o Manifesto defendia a luta pelas reformas de base, destacando-se que João Goulart deveria ser intransigente com a “burguesia imperialista”, propondo o bloqueio de remessas de lucros, juros e royalties, suspensão do pagamento da dívida externa, nacionalização das empresas estrangeiras, cogestão dos operários nas empresas nacionalizadas e defesa das liberdades sindicais, especialmente quanto à revogação do decreto-lei 9.070, que regulamentava o direito de greve.

Todos esses registros nos permitem afirmar que os comunistas da Morro Velho — em especial José Alexandre, Sebastião de Oliveira e Alberto Lemos — estavam profundamente inseridos nas lutas operárias daquela época, destacando-se a capacidade organizativa e articulação com estruturas sindicais amplas. Dazinho, embora militante católico, atuava como aliado desses militantes, demonstrando que a frente sindical local era composta, plural e combativa. A atuação destes sindicalistas se dava num contexto nacional de efervescência política, no qual o movimento sindical buscava ampliar e se colocar como ator político decisivo na defesa do governo João Goulart e das reformas de base. Os registros atestam que, antes do golpe, os operários da Morro Velho, e em especial os comunistas, representavam uma vanguarda do sindicalismo combativo e articulado nacionalmente — e a eleição de José Alexandre para presidente do sindicato materializava esse protagonismo, forjado nas lutas do chão da mina.

¹⁰⁸⁴ Id. Ibid.

3.4 “Operação Limpeza”: a caça aos comunistas da Morro Velho em 1964

O dia 1º de abril de 1964 amanheceu com clima de tensão e apreensão na pequena cidade operária de Nova Lima. Na noite anterior, às 19h30, a diretoria do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho havia se reunido para discutir o golpe militar que já estava em curso.¹⁰⁸⁵ O presidente da entidade, o comunista José Alexandre, havia convocado a reunião em caráter de urgência para dar explicações sobre o golpe, considerando os riscos que corriam. A diretoria encaminhou a convocação de uma assembleia geral para o dia seguinte, às 16 horas. Naquela manhã, José Alexandre havia escutado na rádio Mayrink que a CNTI havia convocado a deflagração de greve geral em apoio à João Goulart. Ao receber essa informação, o presidente da entidade convocou a diretoria e solicitou que se divulgasse a antecipação da assembleia geral, que deveria ocorrer às 10 horas da manhã, e não mais às 16 horas. A assembleia fora inflamada, com discursos atacando as ações dos militares e apoiando João Goulart. Ao fim, deliberou-se a deflagração de greve política dos operários da Morro Velho, e que fosse realizada uma marcha de protesto na localidade, prevista para ser iniciada às 13 horas.

O sindicato havia feito um acordo com a Morro Velho, na pessoa do superintendente Donald Kochesperger, de que não pararia os serviços essenciais. Ficaram mantidos, portanto, os serviços de eletricidade, fornecimento e bombeamento de água dos fundos da mina. O jornal *Diário da Tarde*, de Belo Horizonte, assim relatou o ocorrido:

Três mil operários filiados ao Sindicato dos Empregados na Indústria e Extração do Ouro e Metais Preciosos de Nova Lima declararam-se em greve pacífica às primeiras horas de hoje, antecipando para as 10 horas uma assembleia geral que estava programada para as 16, quando foram surpreendidos por um contingente da Polícia Militar quando se preparavam para realizar uma passeata pela cidade conduzindo retratos dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.¹⁰⁸⁶

Prontos para iniciarem sua marcha de protesto, operários e demais presentes foram surpreendidos por dois ônibus da Polícia Militar, sob comando do capitão Cristiano. Os militares ocuparam a praça Bernardino de Lima, ameaçaram os operários com baionetas, e instalaram metralhadoras em direção à sede do Sindicato, que fica de frente para a praça. Houve pequena resistência dos operários, que não queriam desocupar a praça. O capitão Cristiano se

¹⁰⁸⁵ Ata da reunião do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, realizada no dia 31 de março de 1964. O documento consta no livro de memórias de Tarcísio Delgado (2009), que foi advogado dos mineiros da Morro Velho no processo em que foram indiciados pela ditadura militar brasileira.

¹⁰⁸⁶ Jornal *Diário da Tarde*, edição do dia 2 de abril de 1964 - Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

dirigiu até a Comarca local, e disse ao juiz Luiz Vilares da Fonseca que “estava ali para acabar com a greve de qualquer maneira, determinando uma rajada de metralhadora contra o povo, atingindo algumas pessoas.”¹⁰⁸⁷ Após a desocupação da praça, o capitão determinou à tropa sob seu comando que invadisse a sede do Sindicato dos Mineiros. O citado juiz e o Promotor de Justiça local, Saad Bedran, solicitaram ao capitão que retardasse a ação, e que “iriam entrar em entendimento com os grevistas para encontrarem uma solução pacífica para o caso.”¹⁰⁸⁸ No entanto, a polícia desocupou a sede da entidade e fechou o prédio.

A dissolução forçada da assembleia e o fechamento da sede sindical marcaram o início imediato de uma fase de repressão contínua contra a militância local. Nos dias que se seguiram à deflagração da greve, Nova Lima mergulhou em um clima de perseguição e medo. Iniciou-se a partir de então um longo processo, denominado pelo delegado Diocélio de Oliveira Cabral, como em outros locais pelo Brasil, de “Operação Limpeza”, que promoveria a “descomunização” das localidades.¹⁰⁸⁹ Ocorreu uma verdadeira caça aos comunistas que atuavam no movimento operário local, que sofreu duras consequências com a ditadura militar.

O *Estado de Minas* noticiou, em 25 de abril de 1964, que o delegado Diocélio estava “em contato permanente com Fábio Bandeira de Figueiredo, titular do Departamento de Vigilância Social”, e que, até aquela data, “vinte e duas prisões haviam sido efetuadas”, havendo, porém, “cerca de seiscentos indivíduos de coloração vermelha, sendo que destes, duzentos e setenta e cinco estavam fichados como comunistas (...)” Tudo isso, na visão do delegado, “bem comprova quão foi nefasta para todos a ação levada a efeito, nesse particular, pelo governo deposto e em boa hora ‘removido’ para o estrangeiro.”¹⁰⁹⁰

A reportagem reproduzia fielmente o discurso anticomunista da repressão, conforme a própria fala do delegado, para quem “com o correr do tempo e medidas adequadas, principalmente educativas, poderá ser erradicada, como se deseja, a alta tendência agitadora em Nova Lima (...)”¹⁰⁹¹ Essas palavras ilustram um certo caráter político-pedagógico e moralizador atribuído à operação, apresentada como uma “cruzada moral” destinada a “corrigir” os trabalhadores e a eliminar a influência comunista do meio operário local.

Entre os principais alvos da perseguição política estava José Alexandre, presidente do Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, na época com 46 anos de idade, descrito como “um

¹⁰⁸⁷ Ibid. A reportagem não detalhou a tal “rajada de metralhadora”.

¹⁰⁸⁸ Ibid.

¹⁰⁸⁹ APM/DOPS – Pasta 3854.

¹⁰⁹⁰ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 25 de abril de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁹¹ Ibid.

dos mais influentes comunistas de Minas Gerais.”¹⁰⁹² Logo após a deflagração da greve e ação repressiva da polícia, José Alexandre desapareceu, juntamente com outros militantes comunistas. Entre eles figurava Sebastião de Oliveira, mineiro da Morro Velho e então presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Extrativa de Minas Gerais (FTIEMG), o que evidencia o alcance regional da repressão.

As buscas atrás de José Alexandre estenderam-se por mais de dois meses. No dia 4 de junho, sob o título “Agitador de Nova Lima capturado em São Paulo”, o Estado de Minas informava que José Alexandre fora preso no bairro de Santo Amaro, na capital paulista, “onde estava homisiado”, por investigadores do Departamento de Vigilância Social (DVS).¹⁰⁹³ O texto o descrevia como “elemento apontado como um dos principais comunistas de Nova Lima, e que se encontrava foragido desde a eclosão do movimento revolucionário de 31 de março.”¹⁰⁹⁴ A fuga de José Alexandre foi um fato bastante curioso, o que torna interessante a transcrição completa do relato jornalístico, que assim narrou a situação:

Não obstante a intensa caçada que lhe moviam numerosos policiais de Belo Horizonte e Nova Lima, êstes sob as ordens do delegado Diocélio Cabral, José Alexandre conseguiu manter-se incógnito por mais de dois meses naquela cidade e adjacências. Vez por outra investigadores eram informados de que ele estivera em determinado local, mas, quando para lá se dirigiam, não mais o encontravam. Em determinadas ocasiões logrou escapar à ação da polícia por questão de poucos minutos, naturalmente alertado por companheiros de sindicato ou mesmo de ideologia, e ainda por amigos. O cerco, entretanto, em torno de sua pessoa, levado a efeito por investigadores, se estreitava cada dia mais. Assim, ante a iminência de ser prêso em Nova Lima ou nas proximidades, José Alexandre resolveu evadir-se. Para tanto, utilizou-se de um ardil. Segundo informações de policiais a nossa reportagem, José Alexandre vestiu-se, então, de mulher. Dirigiu-se a estação de Honório Bicalho – próxima de Nova Lima – onde aguardou, algo impaciente, como é natural, a chegada do trem, que significaria para êle um relativo ambiente de calma e a tão desejada permanência em regime de liberdade. Entrou num vagão de segunda classe, e, após diversas vicissitudes, alcançou, afinal, a capital bandeirante, onde os agentes da DVS o foram localizar e prender.¹⁰⁹⁵

O relato, de tom abertamente sensacionalista, reflete o modo como a imprensa mineira colaborava com o enquadramento policial dos comunistas, transformando episódios de fuga e sobrevivência em caricaturas morais que reforçavam o discurso anticomunista vigente.

¹⁰⁹² Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 4 de junho de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁹³ Jornal *Estado de Minas*, edição do dia 4 de junho de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁹⁴ Ibid.

¹⁰⁹⁵ Ibid.

Dois dias depois, em 6 de junho, o mesmo jornal publicou nova matéria afirmando que “Nova Lima era o maior foco de agitação de comunistas de todo o Estado”, segundo declaração do delegado Diocélio, que dizia ter descoberto “13 Grupos de 11, todos chefiados por dirigentes comunistas”, citando entre eles “Alberto Lemos Mota, Orlando Corrêa de Sá Bandeira, Militão Ferreira Dias e o simpatizante Benigno Azevedo Leite.”¹⁰⁹⁶ No mesmo texto, o delegado mencionava a existência de “uma caixa da Tchecoslováquia”, supostamente destinada a guardar armas, e que, segundo ele, teria relação com José Alexandre — acusação nunca comprovada.

No dia 9 de junho, outra reportagem, agora intitulada “Ninguém foi incriminado pelo líder esquerdista de Nova Lima”, informava que “nenhuma pessoa foi incriminada e nem mesmo citada por José Alexandre” durante seus interrogatórios.¹⁰⁹⁷ O delegado, inconformado, pediu “a detenção, pela segunda vez, do comunista Joaquim Mariano de Oliveira e também de José Batista”, enquanto o militante Sebastião de Oliveira permanecia foragido.

A repressão desencadeada após a deflagração da greve de 1º de abril de 1964 não apenas dissolveu a estrutura sindical dos mineiros da Morro Velho, mas também instaurou uma rotina de perseguições, prisões e tortura contra os militantes comunistas e seus aliados. O Sindicato foi saqueado, fechado e entregue a interventores indicados pela empresa, como relatou João da Paz Rocha: “o Sindicato de Nova Lima foi saqueado, foi bloqueado, ficou muito tempo com pessoas diferentes [...] administrando nosso órgão de classe”¹⁰⁹⁸. A polícia realizava batidas nas casas de sindicalistas, invadia residências e prendia trabalhadores sob acusações forjadas de subversão. João da Paz, que permaneceu na cidade mesmo sob risco, conta-nos que “a maior, grande parte de companheiros meus correram porque foi, eles iam nas casas, saqueavam tudo”¹⁰⁹⁹. Um de seus amigos, Nico de Souza, também dirigente sindical, foi preso após uma dessas operações.

O IPM instaurado semanas após a greve reuniu relatórios da Delegacia de Vigilância Social, interrogatórios tomados na Câmara Municipal e fichas funcionais entregues pela Morro Velho.¹¹⁰⁰ O documento apontava a cidade como principal foco de agitação comunista no Estado, e incluía entre os principais investigados os militantes José Alexandre, Joaquim Mariano de Oliveira, Alberto Lemos Mota, Militão Ferreira Dias e Sebastião de Oliveira.¹¹⁰¹ A

¹⁰⁹⁶ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 6 de junho de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁹⁷ *Jornal Estado de Minas*, edição do dia 9 de junho de 1964 – Hemeroteca da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa.

¹⁰⁹⁸ João da Paz Rocha – COVEMG. Sobre a política sindical implementada pela ditadura militar entre 1964 e 1967, sugerimos a leitura de Heliene Nagasava (2018).

¹⁰⁹⁹ *Ibid.*

¹¹⁰⁰ APM/DOPS – Pasta 3854.

¹¹⁰¹ O IPM, como em outros casos instaurados no país, funcionou menos como instrumento de apuração jurídica e mais como mecanismo de criminalização política, no qual a simples militância sindical era interpretada como indício de subversão.

repressão também foi simbólica: o delegado Diocélio Cabral transferiu o comando das operações para a sede da Câmara Municipal, que passou a funcionar como base de vigilância e local de interrogatórios, numa clara demonstração da colaboração entre repressão policial, Judiciário local e interesses empresariais.

João da Paz relatou à Comissão da Verdade de Minas Gerais casos de tortura psicológica e física cometidos contra os militantes detidos. Disse ter testemunhado um episódio encenado pela polícia, em que simularam a execução de um preso para aterrorizar os demais: “O Zé Alexandre foi posto na parede com fuzis assim, aí chegou o comandante [...] mandou atirar, mas era tudo conchavado. Eles iam atirar, [mas] apareceu alguém na janela: ‘Opa, não atira não’”¹¹⁰². Em outro caso, contou que os presos ouviram sons de espancamento e viram marcas falsas de sangue: “eles estavam [...] espancando uma pessoa até morrer, mas não estavam espancando coisa nenhuma. [...] jogaram anilina, assim, que era sangue do cara”¹¹⁰³. Outros nomes também foram citados como alvos diretos da violência: “Alberto Lemos apanhou muito, Sebastião de Oliveira [...] Joaquim Mariano [...] esse também sofreu muito”¹¹⁰⁴. A brutalidade desses episódios, embora abafada à época, foi amplamente comentada entre os operários.

Tarcísio Delgado, advogado dos acusados, sustentou que os processos não passavam de simulacros de justiça.¹¹⁰⁵ Segundo ele, os trabalhadores foram denunciados por motivos ideológicos e sem provas concretas, sendo acusados de crime contra a segurança nacional simplesmente por integrarem um sindicato atuante e defenderem um projeto de país democrático. Muitos foram presos pelo fato de terem participado de um abaixo-assinado que reivindicava a legalização do PCB, com o qual muitas pessoas na região simpatizavam, mesmo não fazendo parte do seu quadro de militantes.

Com a intervenção no Sindicato dos Mineiros e as prisões efetuadas, a ditadura militar desarticulou e fez alterar a dinâmica da militância comunista. No entanto, a polícia política afirmava que, mesmo diante da repressão, os comunistas continuaram a atuar com novas táticas. Um informe de espionagem da polícia política de janeiro de 1965, avaliava que em Nova Lima

(...) não houve desarticulação das forças “vermelhas” mas tão somente, mudança de sistema de orientação da parte deles, reaglutinação de forças, novos métodos de ação e trabalho junto aos trabalhadores e estudantes, pontos básicos para implantação de seus ideais e infelizmente sempre vulneráveis por

¹¹⁰² João da Paz Rocha – COVEMG.

¹¹⁰³ Ibid.

¹¹⁰⁴ Ibid.

¹¹⁰⁵ Delgado, 2009.

suas condições de revolta (...), sendo que parte operária, esta cidade sempre ofereceu um campo propício.¹¹⁰⁶

Sobre o novo método de trabalho que teria sido implantado, consta que, “aqueles líderes conhecidos de todos, velhos participantes da comunização do paiz, retraíram-se deixando que outros elementos, sob sua orientação tomassem a frente do movimento esquerdista.”¹¹⁰⁷ Assim, os antigos comunistas Orlando Correa, João Pequeno, Militão Ferreira Dias, Sebastião de Oliveira, José Alexandre, Ricardo Nichols e Alberto Lemos Mota, agiam orientando novos militantes, dando continuidade na ação comunista local.¹¹⁰⁸ No entanto, pode ser que essas informações não sejam verídicas, e tivessem como finalidade incriminar ainda mais aqueles militantes que se destacavam no movimento operário local, e que estavam sendo processados por subversão.

A ditadura militar brasileira não só desmantelou e desarticulou o movimento operário local, como promoveu, através do medo, o silenciamento e o apagamento da história das lutas operárias nas cidades de Nova Lima e Raposos. Além disso, contribuiu para esse apagamento o surgimento de uma “nova esquerda” brasileira na década de 1970, que, visando se posicionar como vanguarda e conquistar a hegemonia entre os trabalhadores, desvalorizou as experiências dos operários comunistas em períodos anteriores. Com isso, a história da ação comunista local foi paulatinamente sendo colocada no esquecimento. Muitas famílias deixaram de tocar no assunto com medo de represálias. O silêncio tornou-se também estratégia de sobrevivência.

A “Operação Limpeza”, portanto, foi mais do que uma ação repressiva pontual: representou uma tentativa sistemática de desarticular a memória, a identidade e o pertencimento político dos trabalhadores da Morro Velho e de seus familiares. O desconhecimento da história da ação comunista local, provocado pela ditadura militar, tentou encobrir décadas de engajamento, entrega e resistências empreendidas pelos militantes comunistas e por todo o operariado da Morro Velho. Como parte dos esforços ensejados por outros pesquisadores e pesquisadoras, bem como pela Comissão da Verdade de Minas Gerais, deixamos aqui nossa contribuição, recuperando parte da história política local. Mais que um trabalho acadêmico, essa pesquisa é um enfrentamento às políticas de esquecimento e silenciamento da ditadura militar brasileira.

¹¹⁰⁶ APM/DOPS – Pasta 0112.

¹¹⁰⁷ Ibid. Tal situação também foi observada por Santana (2012) na ação dos comunistas no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, que juntamente com o Sindicato dos Mineiros da Morro Velho, era um dos maiores sindicatos do país e certamente da América Latina.

¹¹⁰⁸ Ibid.

4 - DAS ENTRANHAS DA MINA AO IDEAL SOVIÉTICO: PRÁTICAS DA CULTURA POLÍTICA COMUNISTA EM NOVA LIMA

4.1 Os operários da Morro Velho saúdam Stálin: expressões locais do culto à personalidade

Na madrugada do dia 21 de dezembro de 1949, os moradores de Nova Lima e Raposos acordaram com fogos espoucando no céu em comemoração ao aniversário de Joseph Stálin, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e líder máximo do campo socialista. O fato, que pode parecer banal em um primeiro olhar, ensejou um conjunto de investigações policiais, que levaram vários operários e militantes a serem convocados para prestarem esclarecimentos na delegacia local. Mais que simples fogos riscando a paisagem local, o ato era carregado de simbolismo político. A comemoração do aniversário de Stálin pode ser considerada uma manifestação local do culto à personalidade, característica das organizações comunistas na era stalinista, e que marcou sua cultura política em todo o mundo.

Para analisar esse episódio, vamos mobilizar duas abordagens teóricas que em certa medida dialogam, e que podem nos ajudar a compreender melhor o fato descrito a partir da compreensão da cultura política comunista. A primeira abordagem é de Rodrigo Patto Sá Motta, que dá ênfase na cultura política como estrutura de significados, representações e afetos¹¹⁰⁹; e a segunda, de Jorge Ferreira, que explora a imaginação mítica e o papel dos símbolos e mitos revolucionários no comportamento dos militantes comunistas.¹¹¹⁰

Motta aponta que o entendimento sobre a cultura política comunista não deve se restringir à racionalidade ideológica. Deve-se levar em consideração a dimensão simbólica e afetiva que mobilizava os sujeitos. Deste modo, as ideias comunistas circulavam não apenas como doutrinas políticas ou programas econômicos, mas também como mitos compartilhados, heróis revolucionários, datas comemorativas e ritualizações. Segundo este autor, o culto à URSS, à figura de “grandes líderes revolucionários” e à sacralização do partido e de suas instituições, são traços fundamentais da cultura política comunista. Esse “culto” tinha como uma de suas funções conferir coesão simbólica e afetiva aos militantes e simpatizantes da causa socialista.

¹¹⁰⁹ Motta, 2013.

¹¹¹⁰ Ferreira, 2002.

Baseada em uma racionalidade política e em estruturas emocionais e afetivas profundas, esses elementos da cultura política comunista geravam e fomentavam nos militantes de base o sentimento de pertencimento a uma comunidade internacional de luta. Esta comunidade transcendia as fronteiras nacionais e buscava associar-se a uma pretensa história universal do proletariado revolucionário, que caminhava rumo à transformação social com seus grandes líderes à frente. Considerando a lógica de funcionamento dos partidos comunistas, toda a estrutura partidária empreendia esforços para gerar e fomentar tais elementos alcançando até as suas bases militantes. É neste sentido que se pode analisar o gesto dos comunistas da Morro Velho ao saudar Stálin. O militante Jacob Francisco Rosa, por exemplo, disse à polícia de Raposos que,

Logo desconfiou que os fogos tinham sido soltos por companheiros do partido comunista que estavam comemorando o aniversário de Stalin, conforme haviam noticiado e recomendações dos dirigentes centrais (...) que é a primeira vez que os comunistas desta cidade comemoram o aniversário de Stalin.¹¹¹¹

Extrapolando a dimensão “ritualística” do fato, o trecho acima revela seu caráter orientado: havia recomendações da direção partidária para que a data fosse comemorada, mesmo diante da situação de clandestinidade vivenciada pelo PCB de modo geral, e na localidade com a perseguição aos 51. Fica explícito como a ação militante se dava sob verdadeira tensão entre a perseguição estatal, as determinações da direção partidária e a necessidade de reafirmação simbólica nas bases. Este último aspecto sendo fundamental para a construção e manutenção de uma identidade comunista, mesmo diante da ilegalidade.

Jorge Ferreira, ao destacar a presença de um imaginário mítico na cultura comunista, mesmo quando esta se pretendia científica e racionalista, aprofunda o aspecto da dimensão simbólica e o que ela ocasionava nos comportamentos políticos. Para ele, os comunistas não apenas seguiam ideias políticas, mas vivenciavam uma narrativa sacralizada, marcada por mitos fundadores como o do proletariado redentor, do partido de vanguarda e da URSS como terra prometida do socialismo. Considerando isto, Stálin surgia como o herói arquetípico, um símbolo de ordem, redenção, de um futuro socialista que prometia uma “era de ouro”. Segundo Ferreira, “para os revolucionários do PCB, Stálin, no nível planetário, e Luiz Carlos Prestes, no

¹¹¹¹ APM/DOPS – Pasta 4889.

continente americano, surgiam como as lideranças máximas do movimento comunista, do proletariado e das forças transformadoras e progressistas.”¹¹¹²

A devoção à Stálin, “o guia genial dos povos”, fazia parte de um sistema simbólico que mobilizava o comportamento político através de rituais e celebrações, como se vê no caso de Nova Lima. Ações como a que ocorreu em Nova Lima reafirmavam simbolicamente o pertencimento dos militantes comunistas locais a um projeto revolucionário global. Mais do que obediência à direção partidária, tratava-se de uma ação carregada de sentido, ancorada naquilo que Ferreira chamou de “fazer crer para fazer amar e, assim, fazer agir” — ou seja, o uso consciente da celebração simbólica como estratégia de mobilização e engajamento militante.

Outras declarações prestadas à polícia reforçam o compromisso dos militantes com a difusão da propaganda partidária e dos símbolos do comunismo internacional. Sebastião Luiz dos Santos, conhecido como “Tião Aragão”, declarou que era responsável pela venda do *Jornal do Povo* e que atuava como “agente de propaganda” do PCB, tanto em Nova Lima quanto anteriormente na cidade de Santos, onde militara anteriormente. Declarou ele que, na véspera do episódio recebeu boletins de um militante vindo de Belo Horizonte, que seriam entregues ao “camarada Geraldo Policarpo”. Embora negasse participação direta na soltura dos foguetes, Tião Aragão não escondeu sua ligação com o PCB. Disse

(...) que é comunista desde mil novecentos e quarenta e cinco (...) que na organização comunista êle declarante tem a função de agente de propaganda; que quando em Santos, exerce a mesma função (...) que sempre tomou parte nas reuniões comunistas de Nova Lima (...).¹¹¹³

Outras declarações colhidas naquele dia ilustram a rede militante existente na cidade. Alaor Madureira Melo, Militão Ferreira Dias e outros militantes confirmaram sua vinculação ao partido, sua atuação na distribuição de panfletos e jornais, além de mencionarem que, mesmo diante da ilegalidade do PCB, continuavam ativos. Nilson Lopes declarou que “na manhã, quando saiu à rua, é que se deparou com boletins no chão, nos quais tinha o retrato de Stalin.”¹¹¹⁴ A menção a boletins com o retrato de Stalin encontrados pelas ruas após a comemoração,

¹¹¹² Ferreira, 2002, p.222. Jorge Ferreira destaca que, diferentemente de Luiz Carlos Prestes, que tinha em seu mito fundamento histórico no Brasil, as referências biográficas de Stálin eram um tanto superficiais e distorcidas, visando a construção de sua imagem e a projeção dela a nível mundial.

¹¹¹³ APM/DOPS – Pasta 4889

¹¹¹⁴ Id. Ibid.

demonstra a intenção de ocupar simbolicamente o espaço urbano com os ícones da cultura política comunista.

O boletim distribuído na ocasião pode ser observado como um exemplo de mediação política, nos termos de Bernstein¹¹¹⁵, na qual os militantes procuram articular as pautas e símbolos do comunismo internacional ao contexto nacional e local. Mesmo em uma conjuntura de vigilância e intensa repressão, os militantes da Morro Velho buscaram manter ativa a dimensão simbólica da militância. A execução da tarefa certamente os fazia compreender que a luta política não se restringia ao plano das reivindicações materiais, mas passava também pela produção de significados e pela formação de valores, que serviriam para forjar uma identidade comum, associando plano local, nacional (a menção à lei de segurança no boletim) e transnacional.

Figura 10 – Boletim de comemoração do aniversário de Stálin



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4786

Nesse ínterim, a comemoração do 70º aniversário de Stálin em Nova Lima não foi um ato isolado. Ela foi a expressão local de um imaginário político mais amplo, que via no líder soviético a síntese de um ideal revolucionário. Conforme sublinha Motta, o culto ao líder era fundado na elaboração de mitos e na construção de heróis, capazes de mobilizar o “coração” dos militantes, completando o tripé que sustentava a adesão comunista: o cérebro (ideologia), o estômago (necessidades materiais) e o coração (imaginário, afetos e crenças).¹¹¹⁶

¹¹¹⁵ Bernstein, 2003.

¹¹¹⁶ Motta, 2013.

Ao interpretarmos a comemoração do aniversário de Stálin feita pelos operários da Morro Velho através da noção de cultura política comunista, compreendemos que ele expressa a fusão entre ideologia, rito e afetividade na militância comunista nas bases. Em uma cidade marcada pela presença de um gigantesco empreendimento minerário e pelo cerco repressivo, a comemoração do aniversário de Stálin não era apenas uma homenagem a um líder estrangeiro. Tratava-se da afirmação política de um ideal e da reafirmação de uma identidade partilhada. A imagem de Stálin não era apenas um ícone propagandístico, ela expressava principalmente um conjunto de transformações revolucionárias que prometiam progresso, justiça, paz e dignidade humana. Ainda que distante e muitas vezes idealizado de modo exagerado, Stálin, o “Guia Genial do Proletariado Universal”, era considerado a síntese de um ideal em curso. Os fogos pela madrugada e os panfletos com seu retrato encontrado nas ruas da Terra do Ouro, funcionavam como um símbolo de fé política — uma tentativa de inscrever o líder mundial dos operários na paisagem local, de fazer circular o imaginário soviético nas entranhas das montanhas de Minas Gerais.

4.2 O culto à personalidade de Luís Carlos Prestes: do mito à estratégia política

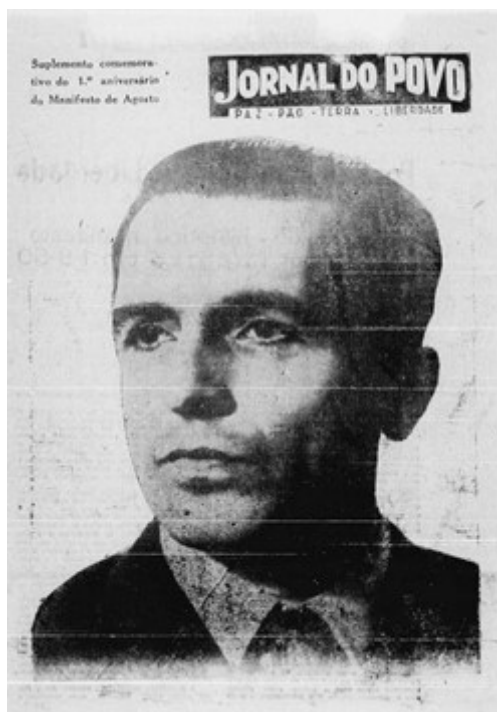
Durante grande parte do período analisado, a circulação de materiais partidários do PCB nas cidades operárias de Nova Lima e Raposos deixam evidente a centralidade simbólica de Luís Carlos Prestes na cultura política comunista em âmbito local. Sua imagem, amplamente divulgada através de retratos e boletins de propaganda, servia não apenas para ilustrar os documentos. Assim como a imagem de Stálin, ela condensava sentidos políticos, morais e afetivos, pretendendo ser um elemento aglutinador da militância. Na documentação analisada, Prestes aparece como aquele que encarna a autoridade moral, a firmeza revolucionária e a fidelidade à classe trabalhadora — uma figura exemplar cuja conduta e trajetória conferiam legitimidade às ações e aos discursos do partido em diferentes escalas.

Essa representação se manifestava em diversas ações da militância local e em objetos materiais que faziam circular, e que operavam como instrumentos de propaganda, mobilização, e como veículos de consagração simbólica. A presença recorrente da imagem de Prestes em materiais partidários — fixada em boletins eleitorais, suplementos de jornal e comemorações públicas — aponta também para a constituição de uma variante brasileira e local do culto à personalidade, ancorada em uma liderança nacional, paulatinamente internalizada pelo cotidiano da militância de base.

No dia 6 de agosto de 1951 a Delegacia Especial de Polícia de Raposos informava ao DOPS a apreensão de dezesseis exemplares do *Jornal do Povo*, órgão de propaganda do PCB em Minas Gerais, acompanhados de suplementos contendo o retrato de Prestes.¹¹¹⁷ O material estava em posse de um filho de Geraldo Policarpo, um dos principais comunistas que atuavam na região, o que evidencia não apenas o alcance da propaganda partidária, mas também o papel das redes familiares e comunitárias na sua distribuição. O suplemento especial, que continha o retrato de Prestes, era alusivo ao primeiro aniversário do Manifesto de Agosto de 1950, publicado pelo Comitê Nacional do PCB, reforçando sua autoridade como porta-voz da orientação nacional do partido.

Acreditamos que a presença do “Cavaleiro da Esperança” em materiais de propaganda cumpria múltiplas funções: reforçava o vínculo entre a direção nacional e as bases locais; operava como instrumento de coesão política e moral; e atribuía legitimidade à mobilização e ação partidária, especialmente em contextos de adversidade e clandestinidade. Sua imagem e suas palavras circulavam, portanto, como dispositivos de orientação política e como vetores de identidade coletiva.

Figura 11 – Imagem de Prestes em suplemento comemorativo do Manifesto de Agosto



Fonte: Jornal do Povo apreendido pela polícia em Raposos – APM/DOPS – Pasta 4889

¹¹¹⁷ APM/DOPS – Pasta 4889.

A circulação desses materiais, sua apreensão e a atenção dada pelas autoridades policiais reforçam o que Ferreira denomina como a criação de um “mito mobilizador” em torno da figura de Prestes.¹¹¹⁸ Em sua leitura, para amplos setores da militância Prestes representava uma síntese de coerência moral, fidelidade ao povo e autoridade revolucionária, ocupando um lugar simbólico semelhante ao de Stálin na iconografia comunista internacional, embora com características próprias da realidade brasileira. Além disso, Prestes carregava uma aura de herói brasileiro, imagem construída desde a realização da Coluna Prestes, e reiterar que o principal líder comunista era tal herói trazia grande vantagem em termos de propaganda e construção de processos de identificação com o PCB. A persistência da evocação de Prestes como guia e exemplo — mesmo após o isolamento do PCB e o recrudescimento da repressão — revela o grau de internalização dessa liderança no imaginário comunista.

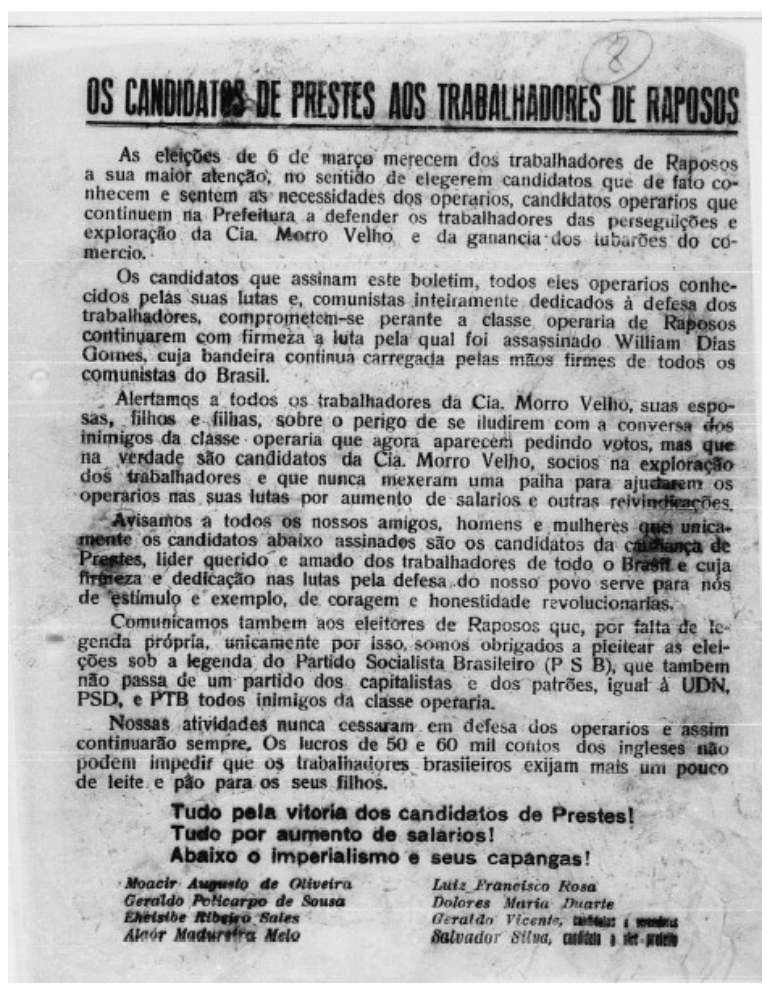
Comum nesse sentido era o uso do nome de Prestes como a garantia moral dos candidatos comunistas, que durante as campanhas eleitorais se autodenominavam “Candidatos de Prestes”. Um desses boletins circulou em Raposos por ocasião das eleições municipais de 1949, em que os comunistas tiveram que participar sob a legenda do PSB, pois o PCB já havia tido seu registro cassado pelo TSE. Projetando Prestes como baluarte da transformação social, afirmava-se no boletim que:

(...) unicamente os candidatos abaixo assinados são os candidatos da confiança de Prestes, líder querido e amado dos trabalhadores de todo o Brasil e cuja firmeza e dedicação nas lutas pela defesa do nosso povo serve para nós de estímulo e exemplo, de coragem e honestidade revolucionárias.¹¹¹⁹

¹¹¹⁸ Ferreira, 2002.

¹¹¹⁹ APM/DOPS – Pasta 4889.

Figura 12 – Boletim dos Candidatos de Prestes nas eleições de 1949 em Raposos



Fonte: APM/DOPS – Pasta 4889

Associado não apenas à liderança partidária, no boletim Prestes é tratado como um ideal ético-político, reafirmando a ideia de continuidade entre a figura do chefe, do líder e a conduta dos militantes de base. O panfleto ainda qualifica os demais partidos — incluindo o PSB, cuja legenda fora usada por necessidade legal — como pertencentes ao campo inimigo, o que intensifica a contraposição entre a liderança de Prestes e a suposta traição de outras forças políticas.

As comemorações e atos públicos somam-se para reforçar esse quadro. Um relatório da delegacia de Nova Lima à chefia de polícia do Estado, datado de janeiro de 1950, mostra a preocupação das autoridades com os festejos promovidos pelos comunistas no aniversário de 52 anos de Prestes. Apesar das advertências formais e solicitações da política para que não comemorassem a data, os militantes celebraram o evento com distribuição de panfletos e queima de fogos durante a madrugada — práticas similares às realizadas poucos dias antes, em 21 de dezembro, em homenagem a Stálin. A escolha de datas, a circulação dos materiais e a

natureza dos atos demonstram que as comemorações não eram apenas rituais, mas também formas de comunicação política e demonstração de força e resistência simbólica.

Esses episódios confirmam a presença de um elemento constitutivo da cultura política comunista: a mobilização de figuras heroicas como vetores de coesão ideológica e emocional. Como observou Motta, o culto a Prestes inseria-se numa dinâmica mais ampla da cultura comunista, que envolvia a repetição de símbolos, a personalização da política e a criação de vínculos afetivos com lideranças — vínculos que ultrapassavam os limites da disciplina partidária e ganhavam expressão entre simpatizantes, eleitores e trabalhadores não filiados.¹¹²⁰

Entretanto, cabe destacar que essa mitificação de Prestes coexistia com a instrumentalização tática da figura do líder. A evocação de seu nome e imagem servia para legitimar candidaturas locais, estruturar discursos de mobilização e reforçar a identidade comunista diante de partidos adversários. Como mostrou Jorge Ferreira, o culto à personalidade de Prestes não se opunha à estratégia política; ao contrário, fazia parte dela. Nesse sentido, o “mito Prestes” operava simultaneamente como referencial simbólico da cultura política comunista, instrumento de propaganda e justificativa política.

Portanto, as manifestações registradas em Nova Lima e Raposos não devem ser tratadas de modo isolado ou “folclorizado”. Elas representam o modo como a cultura política comunista brasileira construiu, apropriou-se e difundiu a imagem de Prestes como líder carismático, inscrevendo-o em práticas cotidianas de organização, propaganda e resistência. Em suma, trata-se de compreender que esse elemento constitutivo da cultura política comunista influenciava e até em certa medida determinava os comportamentos políticos dos militantes locais. Ao lado do culto a Stálin — mais distante e associado à liderança internacional —, o culto a Prestes exercia uma função específica: a de conectar as orientações nacionais do partido ao cotidiano das lutas locais, produzindo um sentido de continuidade, legitimidade e propósito compartilhado entre o centro e a periferia da organização, entre as instâncias superiores de direção e a militância de base.

¹¹²⁰ Motta, 2013.

4.3 – Morre um homem, nasce um herói: a transformação de William Dias Gomes em mártir comunista

Willian Dias Gomes nasceu em Mariana, cidade conhecida por sua história colonial e pelo seu caráter predominantemente católico e conservador.¹¹²¹ Ainda recém-nascido, seguiu com a família rumo à Nova Lima, caminho traçado por boa parte da população local à época, que deixava suas cidades no interior de Minas Gerais para trabalhar na Morro Velho. Registrado em Nova Lima, Willian se considerava “filho da terra”. Aos 6 anos de idade viu seu pai falecer, e sua mãe, Dona Liberalina, o criar praticamente sozinha, sustentando a família com os 500 réis diários que conquistava no trabalho de lavadeira. Aos 22 anos Willian se empregou na Morro Velho, tornando-se gaioleiro, função que, exercida no fundo da mina, consistia em levar os vagonetes de minério para os elevadores e sinalizar a partida destes ao subirem para a superfície. Com o salário que recebia sustentava a mãe, a mulher e seus três filhos, e apesar das dificuldades, era fisicamente forte. Quando adolescente chegou até mesmo a se destacar nas bases do “Leão do Bonfim”, o Villa Nova Futebol Clube, tradicional time de futebol local e mineiro.

Surgiu como líder operário na marcante greve de 1944, sendo logo depois, em 1945, filiado ao Partido Comunista do Brasil.¹¹²² Militante pertinaz do PCB, o prestígio de Willian Dias Gomes cresceu paulatinamente. A título de demonstração do reconhecimento que possuía na localidade, apresentamos dois trechos de entrevistas de operários não comunistas, realizadas por Grossi (1981) no decurso da década de 1970:

“Nunca fui do Partido Comunista. Reconheço que William exercia um certo fascínio pela sua coragem pessoal. Enfrentava e denunciava a Companhia e a Prefeitura, sempre buscando o interesse dos mineiros e do povo.”

“Embora não tivesse ocupado cargo de destaque no Sindicato, era grande sua influência sobre os mineiros. Era um ativista e um militante dedicado à luta diária. William Empolgava.”¹¹²³

Em relação à sua atuação enquanto militante comunista, o jornal *Voz Operária* em uma de suas edições assim descreveu seu engajamento:

¹¹²¹ Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 21 - Outubro de 1949 – Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/figuras.htm acesso em: 16/09/2024

¹¹²² Ibid.

¹¹²³ Grossi, 1981, p.171. O Brasil ainda vivia a ditadura militar, o que fez com que a pesquisadora não revelasse os nomes de seus entrevistados, garantindo a segurança e integridade deles.

Incansavelmente William Dias Gomes estudava o marxismo e os documentos políticos do Partido Comunista, tornando-se um dos seus militantes mais destacados em Nova Lima.¹¹²⁴

O partido o reconhecia como expressão do militante ideal, capaz de atuar de modo a ser visto como exemplo da moral e firmeza revolucionária. A cultura política comunista do período, profundamente pedagógica, via no militante disciplinado e abnegado um modelo de formação ideológica. William encarnava esse ideal: trabalhador exemplar, estudioso, leal à classe e ao partido. Seu prestígio fora tal que lhe valeu o mandato de vereador nas eleições de 1947 e o reconhecimento nas fileiras do PCB por sua capacidade de influenciar uma cidade considerada fundamental para a inserção comunista nos meios operários de Minas Gerais. Mas lhe valeu também a vida.

O evento da greve de outubro de 1948, na qual os trabalhos nas minas foram paralisados em solidariedade aos seis operários demitidos por terem feito uma greve branca e que teve forte participação de William, levou a um acirramento da luta entre comunistas e anticomunistas locais. Estes últimos sendo articulados pela ação paroquial da igreja local, pela Companhia, que lhes outorgava privilégios ou ameaçava-os, criando lealdades ou desmobilizando os atemorizados, e pelos aparelhos de Estado, a polícia e o Ministério do Trabalho.¹¹²⁵ Além da participação na greve, em 1948 William também liderou outra campanha contra a empresa, que pretendia despejar famílias operárias de suas casas — muitas delas de doentes e aposentados. Organizou uma passeata e um comício nas escadarias da prefeitura, onde, segundo o jornal *Voz Operária*, teria atacado a empresa e afirmado que: “No Brasil há uma minoria, dona de tudo, e uma maioria, representada por vocês que estão aqui, que nada possui. O povo, os operários, só devem confiar em sua própria força, na força de sua unidade e sua organização.”¹¹²⁶

Sua ação nessas movimentações não só o deixou evidência, como o colocou na posição de “bode expiatório” da repressão e da perseguição anticomunista, que lhe retiraria a vida. A situação que causou a morte de William, de acordo com Grossi, teria a ver com a característica verticalizada e autoritária da estrutura partidária, que desconhecia as realidades locais, e emitia ordens que por vezes não tinham condições reais de aplicação.¹¹²⁷

O Comitê Estadual havia determinado que Nova Lima fosse a sede de um evento sobre o aniversário da Revolução Russa, muito em função da repercussão da força do movimento

¹¹²⁴ Jornal *Voz Operária*, n° 148, 22 de março de 1952 - Arquivo Marxista na Internet.

¹¹²⁵ Ibid.

¹¹²⁶ Ibid.

¹¹²⁷ Id. Ibid.

operário local, que era uma grande promessa. O evento estava marcado para ocorrer no dia exato da Revolução Russa, 7 de novembro, momento também em que estava prestes a se completar o prazo de 30 dias que os operários haviam dado à Morro Velho para um retorno relacionado ao aumento de salários reivindicado na greve de outubro, reivindicação que se somou a luta pela readmissão dos seis operários demitidos – e posteriormente reintegrados. Caso não ocorresse o retorno, uma nova greve poderia se realizar, colocando os patrões sob pressão.¹¹²⁸ Os comunistas locais teriam tentado reverter sem êxito a decisão do Comitê Estadual, alegando que o evento atrapalharia a luta reivindicativa em curso.¹¹²⁹

Ocorreu intensa propaganda sobre o evento, com faixas, cartazes e alto falante, espalhados pela cidade, colocados nas casas de comércio e de lazer, ressaltando a participação de pessoas de fora no evento comemorativo.¹¹³⁰ A atividade tinha sido marcada para ocorrer em uma escola, mas, chegando o dia e a hora, carros de polícia e capangas da Morro Velho apareceram provocando os presentes, e os militantes optaram por transferir o evento para a sede do escritório dos vereadores do povo.¹¹³¹ Vejamos o relato de Anélio Marques sobre aquele evento:

E essa história do Partido em Nova Lima a gente não pode deixar de contar, né? (...) depois de uma vitória que nós tivemos em 47, isto deve ter abalado muito a classe dominante, especialmente a Companhia de Morro Velho, não é? E logo, um ano depois, nós íamos fazer uma palestra sobre o aniversário da Revolução Socialista de Outubro, e nesse dia eles invadiram o escritório dos vereadores, que o escritório dos vereadores era a sede do Partido. [Risos] O Partido funcionava lá na sede dos vereadores. E olha, nós éramos comunistas, éramos vereadores, legalmente nós trabalhamos. Você queria ver como é que. Então o negócio é esse: nós éramos ilegais, mas nós tínhamos um mandato legal. Então, no escritório dos vereadores, nós reunimos lá para discutir os problemas de operários, discutir os problemas da nossa atuação no Sindicato. No mais, entre outras participações que nós tivemos, nós programamos uma palestra comemorando o aniversário da Revolução de Outubro. No momento que estava preparado para a festa, nós íamos fazer essa palestra, esse encontro, no Grupo Escolar Emílio de Lima. Mas o Partido resolveu, quando viu o ambiente na cidade, um ambiente de terror, uma coisa, o Partido resolveu, suspender, já quase na hora da... resolveu suspender a palestra e resolveu a ir para o escritório dos vereadores, uma meia dúzia, ali fizemos um bate-papo qualquer, uma coisa assim, sem repercussão, sem... Então foi isso que fizeram: suspenderam, não vão realizar, e foram, alguns companheiros foram. Tinha liquidado com tudo, então não ia ter a realização, foram para a sede dos

¹¹²⁸Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 21 - Outubro de 1949 – Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/figuras.htm acesso em: 16/09/2024

¹¹²⁹ Grossi, 1981, p.171.

¹¹³⁰ Ibid.

¹¹³¹ Ibid.

vereadores, para o prédio dos vereadores. E lá, o povo estava na praça, muitos queriam ir, mas o problema é que não teve jeito, não é?¹¹³²

Enquanto os comunistas se reuniam na sede dos “vereadores do povo”, dezenas de capangas armados invadiram o prédio. Houve corre-corre, fuga pelas janelas, sacadas e pelos fundos. Ao se dirigir às escadas para solicitar que os invasores cessassem os ataques, William foi alvejado, vindo a óbito. Além de William, outro militante do PCB local, Onésio, fora assassinado a pedradas na porta do prédio.¹¹³³ Vários militantes comunistas de outras cidades que participavam do evento tiveram que se manter escondidos em casas de mineiros aliados. Raimundo Barreto, vulgo “Dico Barreto”, também militante do PCB e que havia recebido a tarefa de fazer a segurança do evento, acabou preso e criminalizado pelo incidente.¹¹³⁴ Anélio Marques relatou que,

Durante o dia todo, houve um trabalho no meio daqueles elementos pagos, pagos para fazer desordem na cidade. Cachaça correu para todo lado para o pessoal. Quer dizer, grande parte dos caras, foram mais ou menos os que invadiram a sede lá, foram mais ou menos umas 70 a 80 pessoas que invadiram. (...) E invadiram lá e quando eles subiram na área do sobradinho, quando eles subiram a escada, eles... O William estava ouvindo aquele barulhão, foi olhar os caras estavam subindo a escada assim. Aí quando ele abriu a porta, subiu a escada assim, a porta ficava assim; ele abriu a porta e chegou e disse: "Uai, quê que é isso gente?" Aí um cara que estava na frente com revólver, disse: "Aqui é isso": pá! Deu um tiro no coração dele, ele caiu na porta, em cima da escada. Escada de madeira larga, e ele caiu em cima da porta. (...) depois disso, uma porção de companheiros foram presos. Quem foi preso foram os companheiros do Partido, alguns deles.¹¹³⁵

Victor Coelho apresentou dados relativos ao evento demonstrando que uma narrativa anticomunista fora forjada pelas autoridades e pelos principais jornais do Estado, visando criminalizar os próprios comunistas pelos acontecimentos.¹¹³⁶ Nenhum dos culpados pelas mortes foi preso, fato que somado à prisão de Dico Barreto, sinaliza que o discurso anticomunista investiu na prática de inversão dos acontecimentos, blindando os responsáveis e perseguindo os comunistas. O enterro de William, no dia seguinte, foi marcado por insegurança. A empresa não cumpriu a tradição de liberar os operários para o velório. Relatou Anélio que “o enterro do William foi uma coisa linda. Foi uma demonstração, um terror tremendo na cidade,

¹¹³² Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFGM.

¹¹³³ APM/DOPS – Pasta 4786.

¹¹³⁴ Ibid.

¹¹³⁵ Ibid.

¹¹³⁶ Coelho, 2004.

e a massa foi ao enterro do William, um prestígio bem grande.”¹¹³⁷ O funeral, portanto, converteu-se no primeiro ritual de consagração de William como mártir operário.

Diante do que foi considerado uma tragédia, os comunistas locais e o PCB de modo geral buscaram mobilizar o assassinato de William e Onésio como fato político que denunciava por si só as contradições presentes na conjuntura, marcada pelo discurso democrático, mas também pela perseguição aos operários e comunistas. Em boletins apreendidos pelo DOPS, os comunistas denunciavam a conivência policial e do governo de Milton Campos. O Primeiro Boletim, de janeiro de 1949, registrava:

Há dois meses que os matadores de William e Onésio continuam soltos. Raimundo Barreto, que defendeu o escritório dos vereadores e a sua vida contra os capangas da Cia. Morro Velho, continua preso nas cadeias do ‘democrata’ Milton Campos.” (DOPS/MG, Pasta 4786, p. 89).

O Segundo Boletim, divulgado logo em seguida, detalhava a cumplicidade das autoridades:

“O assalto foi realizado com grande publicidade e com pleno conhecimento do delegado de polícia, capitão Mário Lindberg, parceiro de pocker dos chefes pessedistas locais, que garantiu a chacina abandonando deliberadamente o policiamento no ponto mais central da cidade.” (DOPS/MG, Pasta 4786, p. 90).

Os comunistas exigiam “cadeia para os assassinos de William Dias Gomes”, denunciando a repressão de classe e a entrega das riquezas mineiras “aos Abbinks, Rockfellers e demais capitalistas estrangeiros” (idem). O discurso combinava denúncia política e construção simbólica: o assassinato de William não era apenas uma tragédia individual, mas uma prova do caráter de classe do Estado e do imperialismo estrangeiro.

Após sua morte, a imagem de William passou a circular nos boletins e panfletos comunistas como símbolo da luta proletária. O Boletim da Comissão de Salários publicado dias após os assassinatos, convocava os trabalhadores:

Transcorrendo hoje o sétimo mês de morte dos nossos inesquecíveis e queridos companheiros William Dias Gomes e Onésio de Castro, os Vereadores de Prestes em Nova Lima e Raposos se dirigem aos mineiros da Morro Velho para conclamar a todos a continuarem a luta por melhores salários e condições de vida, lutar porque tombara o nosso extraordinário e corajoso William.” (DOPS/MG, Pasta 4889, p. 115).

¹¹³⁷ Anélio Marques Guimarães – LHTP/UFMG.

A referência constante a William em panfletos, boletins e discursos evidencia o processo de martirização que se consolidava no interior do partido. Tornou-se prática comum no PCB a elaboração de uma narrativa heroica em torno de seus mortos, buscando com isso criar e preservar a continuidade simbólica da luta revolucionária e alimentar a identidade coletiva de seus militantes, funcionando como uma espécie de elemento pedagógico.

Em 1952, na edição comemorativa do 30º aniversário do PCB, a *Voz Operária* inseriu William na seção “Heróis e Mártires”, ao lado de dirigentes nacionais mortos pela repressão. O jornal, um dos instrumentos de comunicação e formação política do partido naquele contexto, dedicou páginas inteiras à glorificação dos militantes assassinados “pela causa da classe operária”, buscando reforçar a ideia de continuidade entre os mortos e os vivos na luta revolucionária.

Herói proletário e comunista foi o líder mineiro William Dias Gomes, assassinado a 7 de novembro de 1948 pelos capangas da St. John Del Rey Mining Co., que explora a mina de Morro Velho. (...) Lutando, William Dias Gomes morreu. Seu nome, como o de um herói comunista e proletário, é imortal.¹¹³⁸

Ao trazer o nome de William para o rol dos mártires do partido, o PCB o retirava do espaço local da memória mineira e o projetava para o campo simbólico nacional da militância comunista. O texto da *Voz Operária* obedecia à retórica clássica da cultura política do PCB: enfatizava a origem operária, a lealdade ao partido, a coragem frente ao inimigo de classe e a imortalidade conquistada pelo sacrifício. Essa narrativa buscava não apenas homenagear, mas ensinar — transformando a morte em gesto pedagógico e o sofrimento em exemplo moral. A figura do “herói proletário” não se limitava ao indivíduo, mas condensava uma coletividade ideal, representando o trabalhador consciente e disciplinado que o partido almejava formar.

O mesmo jornal, 5 anos depois, na edição comemorativa do 35º aniversário do PCB, repetiu o ato de colocar William Dias Gomes como herói e mártir:

¹¹³⁸ Jornal *Voz Operária*, n° 148, 22 de março de 1952 - Arquivo Marxista na Internet.

Figura 13 – William Dias no panteão dos heróis comunistas

Seus Nomes Anunciam o Brasil Livre de Amanhã



William Dias Gomes

A CHACINA DE TUPÁ

Na noite de 25 de setembro de 1949, numerosos camponeses paulistas estavam reunidos num sítio, nos arredores de Tupá, debatendo as suas reivindicações e a orientação de suas lutas.

A polícia de Ademar, em todo o Estado, investia contra os trabalhadores, seus movimentos reivindicatórios e organizações, seguindo à risca a orientação do governo reacionário de Dutra. Os camponeses paulistas, espoliados pelos Lunardelli e demais senhores de terra, eram especialmente visados pela ação policial.

O sítio foi cercado por forte contingente e o cercado tiroteio tornava cla-



Afonso Marmá

ra a intenção de fuzilar todos os presentes. Pedro Godoy, Afonso Marmá e Miguel Rossi portaram-se como autênticos dirigentes comunistas. Organizaram a resistência de modo a possibilitar a retirada de quase todos os camponeses presentes e lutaram até tombarem mortalmente feridos. A Godoy que sobrevivia, esvaindo-se em sangue, foi feita a monstruosa proposta de assistência médica em troca da participação da reunião. A sua resposta, que lhe custou a vida, foi um violento pontapé na face do policial que o interpelava.

«Toda a literatura anti-comunista da atualidade passará e a poesia de Castro Alves ficará e as mãos brasileiras continuarão a ler e a explicar aos seus filhos aqueles versos admiráveis de Gonçalves Dias»

«E! luta renhida, Viver é lutar Se o duro combate Os fracos abate Aos fortes, aos bravos Só pode exaltar».

(Da carta a Sobral Pinto, lida por Prestes perante o Supremo Tribunal Militar).

Jamais o duro combate deteve ou abateu o povo brasileiro. Páginas gloriosas de nossa história vêm sendo escritas com o sangue dos filhos do povo, he-

róis forjados nas lutas libertárias.

Felipe dos Santos e Tiradentes, Frei Caneca e Padre Roma, Sabino Vieira, Angelim e Cipriano Barata, são heróis do passado que apontam ao nosso povo o caminho do futuro.

Dignos herdeiros e fiéis depositários das mesmas bandeiras de libertação e progresso, os filhos da classe operária não se detêm ante a selvageria dos seus opressores. Nesses 35 anos árduas batalhas, pela independência da Pátria e pela emancipação do povo, os comunistas brasileiros têm sido combatentes intrépidos, conscientes dos seus deveres de vanguar-

deiros das lutas populares.

Os mártires de Itaquí, os heróis de 35, os mineiros de Morro Velho, os portuários do Rio Grande e de Santos, os camponeses do Tupan e Porecatú: são centenas, milhares de filhos e filhas do povo, tombados nos postos de luta, nos postos de honra.

Trucidados nos cárceres estadonovistas, como os marinheiros Manoel Faustino e Normando Neves.

Espingardados à frente do povo, nos comícios do povo, como os jovens Jorge de Alencar e Zélia Magalhães, no Rio de Janeiro, e os operários Decécio Santana, em Santos, e Anísio Dário, em Aracaju.

Fuzilados nos destiles proletários do 1º de maio, como Angelina Gonçalves, Enéides Pinto e Honório Couto, nas ruas da cidade do Rio Grande.

Caidos à frente das lutas camponesas, como Pedro Godoy, Afonso Marmá e Miguel Rossi, em Tupan, Francisco Bernardo dos Santos e Ortiz, em Porecatú, e José Honorato na Alta Sorocabana.

Assassinado em plena campanha eleitoral, como Lafalete Fonseca, no Rio de Janeiro, Abdias Rocha, Ari Kuhlman, Aladin Rosales e Aristides Correia Leite, em Livramento.

Heróis e mártires da classe operária, como Luiz Bispo, Hermenegildo Assis Brasil, José Lou-

renço Bezerra, Mário Couto, Júlio Cajazeiras, Vicente Malvon, Cirilo Marques, Serafim Santos, entre tantos outros, são símbolos gloriosos das lutas do povo brasileiro.

Seu sacrifício não foi vão. Militantes comunistas, foram combatentes dignos do seu glorioso Partido. Dirigentes do povo, apontaram-lhe o caminho da luta renhida, o caminho da vitória das novas forças sociais sobre as velhas classes exploradoras, quaisquer que sejam as violências dos seus esbirros e sustentáculos. Como disse o camarada Prestes:

«SEUS NOMES ANUNCIAM O BRASIL LIVRE DE AMANHÃ».



Pedro Godol

VOZ OPERÁRIA

Director-Responsável:

Mário Alves

MATRIZ:	
Av. Rio Branco, 257, 1º and. s/ 1712 - Tel. 42-7344	
ASSINATURAS:	
Anual	100,00
Semestral	60,00
Trimestral	30,00
Núm. avulso	2,00
Núm. atrasado	3,00
Átrea ou sob registro, dispensa à parte:	
Preço no R. G. Sul, Sta. Catarina, Paraná, Distrito Federal, São Paulo, E. Santo e Belo Horizonte	2,00
Goiás e interior de Amazonas e Territórios	4,00
Outros Estados	3,00
M. Gerais	2,50
SUCURSAS:	
SAO PAULO - Rua dos Estudantes nº 84 s/ 28 2º and. - Tel. 17-0983	
PORTO ALEGRE - Rua Voluntários da Pátria, nº 66, s/ 43	
RECIFE - Rua Floriano Peixoto nº 85 - 3º and. - s/ 326	
FORTALEZA - Rua Barão do Rio Branco, nº 1.240 - s/ 22 - Tel. 1-13-03	
SAMVADOR - Rua Barão de Cotejipe, 67 - Edifício Zacarias, s/ 203 (Calçada)	
JOAO PESSOA - Rua Duque de Caxias, 558 - 1º and. - Salas 3 e 4	

1º DE MAIO DE 1950

JORNADA GLORIOSA DO PROLETARIADO RIOGRANDINO

Na tarde de 1º Maio de 1950 os trabalhadores da cidade do Rio Grande pagaram um tributo de sangue à grande jornada internacional da classe operária. Apesar da decisão do governo Dutra, que proibira em todo o país as comemorações, cerca de 2.000 operários rio-grandinos promoveram vibrante comício seguido de passeata até a sede da Sociedade União Operária, que havia sido arbitrariamente fechada pela polícia do governador Jobim e completava naquela data 56 anos de fundação. Um grupo de operários marchava à frente conduzindo o pavilhão nacional. Quando a passeata havia percorrido cerca de um quilômetro, surgiram de várias ruas, onde estavam emboscados, caminhões de policiais e grupos montados da Brigada Militar que abriram fogo contra o povo desarmado. Homens e mulheres enfrentaram os policiais esmurcando-os, tomando-lhes as armas, lutando corpo a corpo. A jovem tecelã Angelina Gonçalves e suas companheiras defendiam a bandeira nacional, que fora arancada pelos esbirros e retomada pelas operárias. Ferida mortalmente na testa, por um tenente da Brigada Militar, Angelina tombou mas não solta a bandeira, que os policiais não conseguem arrancar de suas mãos.

No choque sangrento, além da porta-bandeira, morreram Euclides Pinto, líder dos trabalhadores da construção civil, e os operários Honório Porto Ousvaldo Correira. Dentre os que atingidos por uma bala letarando e do povo de Rio que reagiram, destacou-se na coluna vanguarda ficou Grande.



pela bravura o vereador comunista Antônio Recchia, lo carinho e respeito do proletariado e do povo de Rio Grande.

Angelina e seus companheiros, são hoje porta-bandeiras de todo o proletariado e do povo brasileiro.

Página 4

VOZ OPERÁRIA

Rio, 16/5/1950

A incorporação de William ao panteão nacional de heróis demonstra como a cultura política comunista transformava a morte em exemplo moral militante e em ferramenta de pedagogia política. Na linguagem partidária, o herói não desaparecia: ele “tombava lutando”, permanecendo como exemplo moral a ser imitado. Seu corpo caía, mas sua figura se tornava imortal, funcionando como ponte simbólica entre a derrota conjuntural e a promessa de redenção futura. Assim, a memória de William Dias Gomes cumpriu papel estruturante na constituição de uma ética comunista da entrega e do sacrifício em prol do partido e de seus objetivos revolucionários.

Nessa perspectiva, o reconhecimento de William como herói e mártir comunista chegou ao ponto de Luís Carlos Prestes, secretário geral do PCB e projetado como o grande herói comunista na época, nomeou um de seus filhos como William. Maria Prestes, a última esposa do “Cavaleiro da Esperança”, assim relatou o fato em seu livro de memórias:

Em 1950 nasceu nosso primeiro filho, o William. Esse nome foi uma homenagem a um mineiro assassinado pela polícia em Morro Velho, Minas Gerais. William Dias Gomes era dirigente do partido e morreu brutalmente no dia 7 de novembro de 1948.¹¹³⁹

O gesto de nomear o filho de Prestes em homenagem a William sela a transformação definitiva do militante em símbolo nacional do sacrifício comunista. A conexão entre Prestes — figura máxima do comunismo brasileiro na época — e William — o operário mineiro assassinado — exemplifica a lógica afetiva do culto aos heróis comunistas. Podemos dizer que o líder consagrou o mártir.

Imagem 29 – Willian Dias Gomes



Fonte: Comissão da Verdade de Minas Gerais - COVEMG

¹¹³⁹ Maria Prestes, 1992, p. 56-57.

Assim, a trajetória de William Dias Gomes condensa os elementos centrais da experiência comunista em Minas Gerais: o enraizamento nas minas, o enfrentamento à empresa estrangeira, a repressão estatal e a transformação da morte em instrumento de pedagogia política. A imagem do “mártir de Morro Velho” sobreviveu não apenas nos arquivos e jornais, mas também na memória coletiva dos trabalhadores e militantes que o tomaram como exemplo de coragem, disciplina e lealdade à classe. Como sintetizou o jornal *Voz Operária* em 1952, num tom de reverência: “Seu nome, como o de um herói comunista e proletário, é imortal.”¹¹⁴⁰

4.4 Internacionalismo operário e cultura política comunista nas minas da Morro Velho (1952–1961)

As fontes analisadas ao longo dessa pesquisa, especialmente aquelas produzidas entre os anos de 1952 e 1961, permitem-nos afirmar que o internacionalismo foi uma prática recorrente entre os operários da Morro Velho, e não um elemento abstrato da cultura política comunista. Mais do que palavras de ordem ou apelos simbólicos, o internacionalismo operava como vetor organizativo, presente na articulação de campanhas que envolviam pautas internacionais¹¹⁴¹, no envio de delegações ao exterior e na circulação de materiais de propaganda.

Conforme observado por Motta, o internacionalismo comunista constituía um dos pilares da cultura política do PCB, articulado à recusa do nacionalismo burguês e à crença numa solidariedade de classe transnacional.¹¹⁴² A cultura política se configurava como uma espécie de “religião política”, na qual práticas, símbolos, afetos e objetivos compartilhados orientavam a ação coletiva dos militantes. No caso da Morro Velho, o internacionalismo, como um dos elementos dessa “religião política”, era vivenciado não como retórica distante, mas como experiência concreta, moldando comportamentos, estratégias e expectativas.

Em setembro de 1952, uma reunião do Comitê de Empresa da Morro Velho, coordenada por Militão Ferreira Dias, deliberou sobre a arrecadação de quatro mil cruzeiros em solidariedade aos combatentes da Coreia do Norte, conforme orientação da União Geral dos

¹¹⁴⁰ Jornal *Voz Operária*, nº 407, 23 de março de 1957 - Arquivo Marxista na Internet.

¹¹⁴¹ No movimento operário da Morro Velho, constatamos que os comunistas locais se empenharam nas campanhas pela paz mundial; contra a guerra da Coreia e contra o acordo militar Brasil-Estados Unidos. Realizaram a coleta de assinaturas e a venda de rifas para angariar fundos para tais campanhas. Há um sem número de documentos de investigação policial sobre essas campanhas e a participação dos comunistas nelas.

¹¹⁴² Motta, 2013, p. 19–36.

Trabalhadores de Minas Gerais.¹¹⁴³ O informe registra que a coleta “foi deliberada pela UGTMG, para os militantes da Morro Velho recolherem, em solidariedade aos combatentes na guerra da Coreia do Norte”.¹¹⁴⁴ Antônio Cláudio Lucas, com sensibilidade tática, propôs que a campanha fosse mantida fora da pauta oficial do sindicato, pois poderia comprometer as negociações por aumento salarial. Segundo ele, “não seria conveniente incluir a Campanha de Paz nos trabalhos do Sindicato, pois poderia gerar confusão com a pauta de aumento de salários, complicando o andamento dos planos traçados”.¹¹⁴⁵ Essa prudência revela a percepção dos militantes sobre os riscos da exposição do internacionalismo em determinadas conjunturas, cientes de que a polícia e a justiça sabiam do protagonismo comunista em tais campanhas. O episódio também evidencia a articulação entre instâncias partidárias e sindicais: as deliberações do partido passavam pela base, mediadas por táticas específicas e pelo conhecimento da realidade local. Uma vez que a campanha salarial poderia ser desacreditada e até mesmo criminalizada caso envolvesse ações que poderiam ser classificadas como comunistas, evitaram o risco de submeter uma campanha à outra.

Ainda em 1952, documentos registram que operários da Morro Velho foram indicados para participar do Congresso pela Paz, realizado em Viena. Consta que os delegados brasileiros — entre eles, Alberto Lemos Mota e José Azevedo Leite — teriam suas passagens, hospedagens, alimentação, roupas e souvenirs pagos pelos organizadores.¹¹⁴⁶ A viagem incluía paradas em diversas capitais do bloco socialista, como Praga, Varsóvia e Moscou. Segundo relatório policial da época, “para a viagem, cada delegado receberia 35 mil cruzeiros, sendo 26 mil da passagem de ida e volta (...). Receberiam roupas de lã, e roupas íntimas. Despesas com transporte, hotel, passeios e ‘souvenir’ também estavam incluídas”.¹¹⁴⁷ O detalhamento das condições oferecidas e a escolha de militantes da Morro Velho explicitam a inserção concreta da militância local em redes transnacionais do movimento operário internacional.

No início de 1953, o operário trabalhista Firmo Maritas Simões, conselheiro fiscal do sindicato, foi indicado pelos comunistas para representar os trabalhadores no IV Congresso dos Trabalhadores da América Latina (CTAL), realizado em Santiago do Chile. A indicação foi referendada por listas de assinaturas recolhidas entre os operários da Morro Velho. O

¹¹⁴³ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0001_0001_0003 (3 de 10). Vale ressaltar que o comunista Anélio Marques Guimarães, responsável pela criação do PCB em Nova Lima e Raposos, e demitido da Morro Velho em 1952, era o presidente da UGTMG.

¹¹⁴⁴ AN/Col. Informante do Regime Militar – Notação: BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0001_0001_0003 (3 de 10)

¹¹⁴⁵ Ibid.

¹¹⁴⁶ Ibid.

¹¹⁴⁷ Ibid.

documento relata que os militantes elaboraram uma declaração que dizia: “os abaixo-assinados trabalhadores da Companhia do Morro Velho credenciam o Sr. Firmo Maritas Simões (...) como seu representante ao IV Congresso dos Trabalhadores da América Latina”.¹¹⁴⁸ Militão Ferreira Dias destacou que “a ida de Firmo era de grande importância para o Partido”, e Jair, outro militante, informou que, paralelamente à viagem, seriam realizadas campanhas contra o Acordo Militar Brasil-EUA.¹¹⁴⁹ As ações incluiriam panfletagens, pichações e coletas de assinatura — articulando o internacionalismo às disputas concretas do cenário nacional.

No mesmo ano, militantes da Morro Velho se organizaram para enviar um representante ao III Congresso Sindical Mundial, promovido pela Federação Sindical Mundial (FSM), em Viena.¹¹⁵⁰ Segundo Alaor Madureira, “o Partido proporcionou uma ajuda eficiente ao Congresso, por meio de uma rifa que já conta, mais ou menos, com 12 mil cruzeiros”.¹¹⁵¹ João Pequeno e Manoel Rodrigues da Fonseca avaliaram que o impedimento da assembleia convocada para legitimar a ida do delegado ao Congresso — proibida por ordem do Delegado Regional do Trabalho — representava uma oportunidade para agitação. Manoel sugeriu: “há uma boa oportunidade para provocar uma agitação de grandes proporções, pois os trabalhadores de Morro Velho estão muito mal satisfeitos sobre a atitude do Sr. Delegado”.¹¹⁵² João Pequeno reforçou: “nós temos perdido muitas ocasiões de fazer agitação entre a massa”.¹¹⁵³

Esses episódios revelam que o internacionalismo funcionava como um dos eixos articuladores entre as instâncias partidária e sindical. A seleção de delegados, a arrecadação de fundos e as campanhas de apoio envolviam a militância de base e reforçavam os laços entre partido e sindicato, mesmo a relação entre ambos não sendo unilateral e vertical. Outro elemento revelador do internacionalismo era a circulação de publicações estrangeiras. Um relatório de espionagem em uma reunião dos comunistas locais, realizada no dia 9 de setembro de 1952, informa que cada comunista havia recebido uma revista soviética, com prazo de leitura de até cinco dias.¹¹⁵⁴ Antônio Cláudio Lucas observou que muitos pediam mais tempo, “pois a revista estava chamando muita atenção”.¹¹⁵⁵ A circulação controlada desses materiais demonstra ao mesmo tempo a valorização que os militantes atribuíam à produção política e simbólica dos países socialistas, e também o medo de que o material atraísse a repressão.

¹¹⁴⁸ APM/DOPS – Pasta 4787.

¹¹⁴⁹ Id. Ibid.

¹¹⁵⁰ APM/DOPS – Pasta 4785.

¹¹⁵¹ Ibid.

¹¹⁵² Ibid.

¹¹⁵³ Ibid.

¹¹⁵⁴ APM/DOPS – Pasta 4787.

¹¹⁵⁵ Ibid.

A dimensão simbólica do internacionalismo aparece de forma ainda mais contundente em um episódio ocorrido em 1961. Dois investigadores do DOPS, Nelson Vieira Machado e Antônio Ércio de Oliveira, dirigiram-se à sede do Sindicato dos Mineiros disfarçados de repórteres do jornal *Diário Carioca*.¹¹⁵⁶ Eles foram recebidos pelo comunista Sebastião de Oliveira e pelo militante católico, presidente do Sindicato à época, José Gomes Pimenta, o Dazinho. Sebastião mostrou os espaços do sindicato e apresentou objetos trazidos por operários que haviam viajado ao exterior. O relatório registra que entre os itens apresentados estavam: “miniatura do ‘Sputinik’, com uma caixa de música de pedestal, com o escrito CCCP em baixo relevo; vários boletins sindicais e de propaganda; uma bandeira da Federação Sindical Mundial; troféus recebidos por sindicalistas visitantes nos países socialistas; vários diplomas ‘conferidos aos mesmos viajantes pelo seu aproveitamento em suas missões sindicais’”.¹¹⁵⁷

Sebastião de Oliveira relatou sua participação no Congresso Mundial Sindical de 1954, em Praga, e declarou que o convite foi feito “por intermédio do Sindicato dos Bancários, e patrocinado pela Federação Central Mundial de Trabalhadores, que na época estava sediada na Checoslováquia”.¹¹⁵⁸ Disse ter visitado Holanda, França, Espanha, e participado, entre os dias 3 e 7 de dezembro, do congresso em Praga. Sobre a experiência, afirmou que “verificou o conforto e assistência social que o governo presta através do regime socialista, acreditando que o Brasil esteja em penúltimo lugar no mundo em assistência social”.¹¹⁵⁹ Acrescentou que “felizmente caminhamos lentamente para o socialismo, único regime capaz de dar melhores dias ao operariado brasileiro e ao país em geral”.¹¹⁶⁰ Os investigadores travestidos de repórteres questionaram-no sobre o que pensava da revolução cubana, e ele respondeu que estava “de pleno acôrdo com a revolução e a reforma agrária feitas pelo ministro Fidel Castro, e que a única coisa que nos poderia ajudar seria um regime idêntico ao atual de Cuba”.¹¹⁶¹

¹¹⁵⁶ APM/DOPS – Pasta 0113.

¹¹⁵⁷ Ibid.

¹¹⁵⁸ Ibid.

¹¹⁵⁹ Ibid.

¹¹⁶⁰ Ibid.

¹¹⁶¹ Ibid.

Dazinho, embora não fosse comunista, revelou que já havia recebido convite para participar de atividades sindicais em países socialistas, o que lhe traria “grande prazer como curiosidade”, mas, por não possuir certificado de reservista, não conseguiria obter o visto necessário.¹¹⁶² Afirmou que “nada vi de positivo ou vantagens para os operários e mesmo para o Sindicato, sendo as mesmas patrocinadas pelos comunistas, o que era uma forma de propaganda dêles”.¹¹⁶³ Criticou o capitalismo americano, e disse torcer “para que, numa guerra entre os EE.UU. e a Rússia o Brasil não participe”.¹¹⁶⁴ O episódio mostra como o internacionalismo, entendido como prática e valor da cultura política comunista, estruturava relações simbólicas, materiais e institucionais. A presença de objetos físicos — bandeiras, panfletos, miniaturas, diplomas — reforçava o pertencimento político e a autoridade simbólica dos militantes que haviam circulado internacionalmente. Tais objetos funcionavam como dispositivos e signos de memória, prestígio e formação política. Além disso, observa-se que os operários da Morro Velho retornavam dessas viagens com certificados e diplomas que atestavam seu “aproveitamento” nas missões, o que sugere uma formalização da experiência e sua transformação em capital político.

A partir dos registros documentais analisados, sabemos que, além de Sebastião de Oliveira (1954), também viajaram para países socialistas os comunistas José Alexandre (1959), Alberto Lemos (1956) e Militão Ferreira Dias (1960). Esses militantes desempenhavam funções importantes na estrutura sindical e partidária local, o que indica que as viagens cumpriam também um papel de formação e consagração de quadros. Não se tratava apenas de representar operários brasileiros no exterior, mas de consolidar lideranças reconhecidas e legitimadas junto à base e às direções nacionais.

Os episódios aqui apresentados demonstram que o internacionalismo na experiência dos comunistas da Morro Velho foi mais que um elemento abstrato da cultura política. Ele se manifestava na formação de lideranças, na organização de viagens, na circulação de materiais impressos e imagens, e na mobilização política concreta. Atuava como eixo articulador entre partido e sindicato, como linguagem compartilhada e como horizonte de possíveis transformações sociais e políticas. Entre os operários comunistas da Morro Velho o internacionalismo pode ser visto como um elemento de uma cultura política que, em meio a tantas adversidades, ousou se conectar ao mundo.

¹¹⁶² Id. Ibid.

¹¹⁶³ Ibid.

¹¹⁶⁴ Ibid.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi investigar a atuação dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no movimento operário das minas da Morro Velho, nos municípios de Nova Lima e Raposos, entre 1943 e 1964. Através da análise de um arcabouço variado e inédito de fontes documentais — policiais, sindicais, judiciais, jornalísticas e orais —, buscamos revelar e compreender as estratégias partidárias e as práticas cotidianas da militância comunista. Com isso, nossa pretensão foi lançar novas luzes sobre as relações entre a organização partidária e o movimento operário mineiro, problematizar noções consolidadas na historiografia e contribuir para o aprofundamento do debate sobre a ação comunista no Brasil.

Foi possível constatar que as ações dos militantes do PCB nas minas da Morro Velho não se restringiram ao plano da propaganda ideológica, tampouco foram meras aplicações mecânicas de diretrizes partidárias. Pelo contrário, os comunistas locais atuaram por meio de táticas de enraizamento local, forjando alianças, construindo inserção orgânica nas organizações de massa e uma constante mediação tática entre os interesses imediatos dos trabalhadores e os objetivos estratégicos do partido. Nesse sentido, procuramos demonstrar que a estrutura partidária não funcionava como um bloco monolítico e verticalizado, mas como um conjunto articulado e tensionado de instâncias, em constante negociação e adaptação com as realidades locais. A partir do caso de Nova Lima e Raposos, sugerimos uma reinterpretação crítica da tese dos “dois PCs”, propondo entendê-la não como uma cisão interna, mas como expressão da complexidade das práticas militantes diante das condições concretas de atuação.

Também importante foi a possibilidade de identificar quem foram os militantes comunistas que atuaram na região, seus nomes, imagens – em alguns casos – e formas de engajamento. A pesquisa permitiu reconstruir parte das trajetórias individuais e coletivas de sujeitos históricos que, atuando no fundo das minas ou nos espaços sindicais, articularam lutas por direitos, enfrentaram perseguições e deixaram marcas profundas nas localidades estudadas. Militantes como Anélio Marques, João Pequeno, José Alexandre, Geraldo Policarpo, Sebastião Luiz dos Santos, Militão Ferreira Dias, entre outros, emergem aqui não como personagens genéricos, mas como sujeitos históricos concretos, cujas práticas e escolhas reconstituímos com base em documentos que em grande parte ou eram inéditos ou subutilizados. Ao nomeá-los, buscamos devolver-lhes um lugar na história, enfrentando os apagamentos provocados pelo anticomunismo e pela repressão política promovida pela ditadura militar brasileira.

A abordagem adotada durante a pesquisa combinou a análise das estruturas orgânicas partidárias (nível partidário) com o exame das práticas e inserções nas organizações não comunistas (nível de massas). Nessa combinação, estivemos atentos para os modos pelos quais os militantes comunistas buscavam fazer valer seu projeto político entre os não comunistas. A distinção entre esses dois níveis, não problematizada pela historiografia sobre o PCB, revelou-se fundamental para a compreensão da dinâmica interna do partido e atuação externa junto à classe trabalhadora e suas organizações. Muitos estudos sobre o PCB trataram o partido e as organizações de massas como se fossem uma só coisa, o que por vezes gerou confusões analíticas e acabou apagando ou desconsiderando a complexidade das mediações e tensões entre as diretrizes partidárias e as formas de inserção social da militância. Ao propor essa chave de leitura, de caráter inédito no estudo do PCB em Minas Gerais, procuramos contribuir para o refinamento conceitual e metodológico dos estudos sobre a militância comunista no Brasil.

A análise das fontes revelou ainda como os militantes do PCB lançaram mão de elementos centrais da cultura política comunista — como o internacionalismo, o anti-imperialismo, o culto à liderança e a disciplina partidária —, mas sempre os modulando diante das circunstâncias e das dinâmicas locais. Os boletins, panfletos, as palavras de ordem, intervenções em assembleias e os atos simbólicos revelam uma produção ideológica que se dava de forma adaptativa e tensa, na tentativa de conjugar a tradição comunista com as demandas locais dos mineiros. O caso da Morro Velho nos permite compreender a militância comunista não como uma caricatura ideológica, mas como prática viva, situada, e atravessada por negociações, limites, riscos e escolhas.

Esperamos que este trabalho contribua para o fortalecimento de uma historiografia comprometida com o rigor documental, mas também com a “escuta” atenta dos silêncios e apagamentos. Que ele possa dialogar com outros estudos sobre o PCB e o movimento operário no Brasil, incentivando novas investigações em escalas regionais, que possam esclarecer fissuras, nuances e continuidades na atuação do PCB.

Os resultados desta pesquisa também evidenciam que os militantes comunistas da Morro Velho desempenharam um papel de destaque no interior do PCB em Minas Gerais, projetando-se como referências políticas e organizativas no partido. Suas práticas e lutas extrapolaram o espaço local e inseriram Nova Lima e Raposos em um circuito mais amplo de disputas operárias e políticas, a ponto de mobilizar a atenção de autoridades federais e estaduais em greves e dissídios trabalhistas, como demonstrado em vários episódios. O Sindicato dos Mineiros, por sua vez, consolidou-se como um espaço privilegiado de articulação entre demandas locais e reivindicações nacionais, funcionando como elo de ligação entre o cotidiano dos mineiros e as

diretrizes estratégicas do PCB. Desse modo, os conflitos em torno da Morro Velho revelam não apenas a força das experiências locais, mas também sua capacidade de dialogar e interferir no curso das lutas sindicais e políticas do país, reforçando a centralidade da militância comunista regional no projeto mais amplo do partido.

Por fim, ao restituir visibilidade às trajetórias do movimento operário da Morro Velho, este trabalho também lança uma reflexão sobre os usos e os sentidos da história. Em meio à repressão, à vigilância e à criminalização promovidas pelo Estado e pela Morro Velho, os militantes aqui estudados insistiram em construir caminhos alternativos de organização, resistência, solidariedade e esperança. As memórias, por vezes silenciadas, ressurgem nos documentos que resistem à passagem do tempo e às políticas de esquecimento promovidas pela ditadura militar. A escolha por pesquisar essas experiências não é apenas historiográfica, mas também política, no sentido de contribuir para a construção de uma memória histórica plural e comprometida com os sujeitos subalternizados. Às famílias que tiveram seu passado apagado ou silenciado, assim como a minha, desejo que este trabalho lhes restitua não apenas nomes e histórias, mas também o direito à memória, ao reconhecimento e à dignidade de seus mortos e de seus vivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LITERATURA TEÓRICA-METODOLÓGICA

ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.349-359.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, n.11, v.5, 1991, p.173-191.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

GIRARDET, Raol. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1987

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014, p.13-38.

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, E.P. *A Peculiaridade dos Ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

LITERATURA SOBRE NOVA LIMA, RAPOSOS E MORRO VELHO

ANDRADE, Antônio Luís de. *Das Entranhas da Terra: disciplinamento, resistência e luta - breve história sobre a educação e cultura dos trabalhadores da mineração de ouro em Nova Lima – MG / Século XIX*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, SP, 2001

ANGLOGOLD ASHANTI. *ANM aprova Plano de Fechamento das Minas Velha e Grande e avança implementação do Projeto Nova Vila em Nova Lima*. 13 fev. 2025. Disponível em: www.anglogoldashanti.com.br/anm-aprova-plano-de-fechamento-das-minas-velha-e-grande-e-avanca-implementacao-do-projeto-nova-vila-em-nova-lima/. Acesso em: 08/09/2025

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Trad. David Jardim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, 530p. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros)

CARVALHO, Sandra. *Dos ingleses até a AngloGold Ashanti*. *Diário do Comércio*, 9 ago. 2022. Disponível em: diariodocomercio.com.br/especial/dos-ingleses-ate-a-anglogold-ashanti/. Acesso em: 8 set. 2025.

CIANELA, Maria de Lourdes Freitas. *Nova Lima, Minas Gerais*. Belo Horizonte, IBGE, 1967 (coleção de monografias, série B, 118).

COELHO, Victor de Oliveira P. *Nova Lima, 1948: a greve dos mineiros e o ardil anticomunista*. 2004. 195f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

COSTA, Roberto A. *A Cortina de Ouro (Morro Velho)*. Belo Horizonte: G. Sta Maria, 1955.

DELGADO, Tarcísio. *Tatuagens na Alma – 1964: A saga dos mineiros da Mina Morro Velho de Nova Lima*. Belo Horizonte: Editora Mandamentos, 2009.

DE SOUZA, Giovanna; COURI, Leandro. *Projeto promete cara nova para Morro Velho*. *Estado de Minas*, 1 nov. 2024. Disponível em: www.em.com.br/gerais/2024/11/6978379-projeto-promete-cara-nova-para-morro-velho.html#google_vignette. Acesso em: 08/09/2025.

EAKIN, Marshall C. *A British Enterprise in Brazil: The St. John d’el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830–1960*. Durham: Duke University Press, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv1131fhp>. Acesso em: 11 jun. 2022.

GOMES, João Oliveira. *Memórias do Povo de Raposos*. Belo Horizonte: Lê, 1996.

GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 265 p (coleção Estudos Brasileiros; v.55)

HENRIQUE, Thyago. *AngloGold Ashanti volta a beneficiar ouro em Nova Lima*. *Diário do Comércio*, 21 set. 2024. Disponível em: diariodocomercio.com.br/economia/anglogold-ashanti-volta-a-beneficiar-ouro-em-nova-lima/. Acesso em: 07/09/2025.

HOLLOWOOD, Bernard. *A História de Morro Velho*. Tradução de Lúcia Machado de Almeida. St. John Del Rey Minning Company Ltd: London, 1955.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. *AngloGold quer projeto turístico em Morro Velho*. Disponível em: ibram.org.br/noticia/anglogold-quer-projeto-turistico-em-morro-velho/. Acesso em: 08/09/2025

LE VEN, Michel M. *Dazinho: um cristão nas minas*. Belo Horizonte: O Lutador, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: O Caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1984.

MAGNANI, Nina R. *Subjetivações em Nova Lima: (trans)formações de uma cidade operária em acelerado processo de metropolização*. 2009. 206 f. Dissertação (Mestrado em Processos de Subjetivação) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MAIA, Andrea Casa Nova. *Memória e Cotidiano Operário: Morro Velho no tempo de Vargas*. 1999.179f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

MINERAÇÃO MORRO VELHO LTDA. *Morro Velho – histórias, fatos e feitos*. Nova Lima: 1995.

PAULA, Fabiano Lopes de. *Sítios históricos e arqueológicos da Mineração de Morro Velho: um presente para uma velha história: teoria e prática para sustentabilidade e retorno social*. 2014. 501f. Tese (Doutorado em Quaternário: Materiais e Cultura) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real, Portugal, 2014.

RODRIGUES, Victor. *Nova Lima dos Ingleses: a história do pioneiro George Chalmers*. Belo Horizonte: É Editora, 2012.

LITERATURA SOBRE O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICATOS

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco; São Paulo: Contexto, 1998. p.145-158

BATALHA, Cláudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, 2006.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995, 249p.

COSTA, Hélio da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). In: FORTES, Alexandre (et al). *Na Luta por Direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p.87-113.

DELGADO, Lucilia Almeida Neves. *CGT no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Veja, 1981.

DELGADO, Lucilia Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Belo Horizonte, HUCITEC/ MMC/ Pró-Memória/ Inst. N. do Livro/ UFMG, 1988.

FAUSTO, Boris. A Vida Política. In: GOMES, Ângela de Castro (coord). *Olhando Para Dentro: 1930-1964*. vol.4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010), p.91-142

FORTES, Alexandre. *Buscando os nossos direitos: trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933-1937*. 1994. 183p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1582351. Acesso em: 10 out. 2022.

FORTES, Alexandre. *Nos do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. 2001. 602p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1589275. Acesso em: 10 out. 2022.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operaria, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. 2002. 412p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1591571. Acesso em: 10 set. 2022.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores da Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. 1996. 226p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1583312. Acesso em: 10 set. 2022.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Editora Vértice, Editora dos Tribunais, 1988.

GOMES, Ângela de Castro; D'Araújo, Maria Celina. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989. (Série Princípios, v.178).

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe operária (1953-1964)*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos da classe na cidade das chaminés*. São Paulo. Brasília: Editora UnB, 1988.

LOYOLA, Maria Andrea. *Os Sindicatos e o PTB: um estudo de caso sobre Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização (Brasil 1945-1950)*. São Paulo: Brasiliense, 1979

MATTOS, Marcelo Badaró. *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MUNAKATA, Kazumi. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História, v.32)

NAGASAVA, Heliene. *O Sindicato que a Ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, 248p.

NEGRO, Antonio Luigi. *Ford Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. 1994. 213p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1582178. Acesso em: 5 jun. 2023.

NEGRO, Antonio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo automotivo e a sindicalização dos trabalhadores (1945-1978)*. 2001. 588 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1590613. Acesso em: 5 jun. 2023.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos e Sindicatos: escritos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009

ROXBOROUGH, Ian. A Classe Trabalhadora Urbana e o Movimento Trabalhista na América Latina após 1930. In: *História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política*. 3v. São Paulo: Edusp, 2015, p.275-354.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Fernando Teixeira da S; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.47-96.

STARLING, Heloísa Maria Murgel - *Os Senhores das Gerais*. Os Novos Inconfidentes e o Golpe de 1964. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: cidade e política - 1897 - 1920*. 2001. 237p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 4.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 394p

LITERATURA SOBRE A CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da (org.). *A Justiça do Trabalho e sua história*. Campinas: Ed. Unicamp, 2013.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 100.

GOMES, Ângela de Castro (coord). *Olhando Para Dentro: 1930-1964*. vol.4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010).

LIM, Jie-Hyun. Guerra da Coréia. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (Coord.). *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2004.

LITERATURA SOBRE O PCB:

ADUM, Sonia. *A subversão no paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Leandro Cabral de. Os comunistas e os trabalhadores rurais na luta por direitos: agrarismo pessebista e cultura política. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.117-140, 2016.

ALMEIDA, Leandro Cabral de. Os comunistas e os trabalhadores rurais no processo de radicalização da luta pela terra no pré-1964. *Revista Cantareira* (dossiê Mundos do Trabalho), Rio de Janeiro, 34º ed., p.224-246, 2021.

ANDERSON, Perry. La historia de los partidos comunistas. In: SAMUEL, Raphael. *Historia popular y teoría socialista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e integração na América Latina: Brasil, Argentina e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário: (memórias)*. Rio de Janeiro: Ed.Melso, s.d

BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis tempos: (memórias)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

BATISTELLA, Alessandro. Velhos Vermelhos: os comunistas em Passo Fundo-RS (1920-1964). *Revista Semina*, v.9, n.2, 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4423/2924>. Acesso em: 20 dez. 2022

BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte (1946-1969)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *O PCB: 1943 a 1964*. Vol.2. São Paulo: Difel, 1982.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário (1945-1964)*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 23-34, fev. 1997.

BUONICORE, Augusto (orgs.). *Contribuição à História do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

BUONICORE, Augusto César. *Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952*. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

CARONE, Edgar. *O PCB*. 1922-1943. São Paulo: Difel, 1982, v. 1

CARONE, Edgar. *O PCB*. 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982, v. 2.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CHADAREVIAN. Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade: revista de sociologia política*, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: edições Graal, 1982.

CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro, 1982.

COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho*: as memórias de um comunista. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA, Hércules. *A Classe Operária e seu Partido*: Textos políticos do exílio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1980 (coleção Retratos do Brasil).

CORRÊA, Larissa; VISCO, Nina Teruz. “Falam as eleitas do povo”: vereadoras e comunistas, atuação política das mulheres do PCB no Rio de Janeiro (1946-1948). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, p. 1–22, 2022. DOI: 10.5007/1984-9222.2022.e87219. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/87219>. Acesso em: 2 de maio. 2023.

COSENZA, Apoená Canuto. *Um Partido, Duas Táticas*: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro, de 1922 a 1935. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória*: organização no local de trabalho, partido e sindicato em São Paulo 1943-1953. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. São Paulo, 1993.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB e PCB*: reformismo e/ou fisiologismo no movimento sindical (1945 a 1964). *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, v. 5, n. 8, jan. 1989.

DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 101, p. 13-51, mai./ago. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-013051/101>.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito*: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: Eduff, 2002.

FERREIRA, Alane Souza. *Mulheres Vermelhas*: a atuação das militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) no jornal Momento Feminino (1947-1950). Dissertação (Mestrado em História) – UEFS. Feira de Santana, 2019.

FIGUEIREDO, Camila G. S. *Por uma vanguarda revolucionária*: estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1964). Tese (Doutorado em História) – UFJF. Juiz de Fora, 2017.

HAUPT, Georges. *L'historien et le mouvement social*. Paris: François Maspero, 1980.
PRADO Júnior, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

LEPERA, Luciano Patrice Garcia. *Espaço e política: o PCB e suas ações no território brasileiro (1922-1964)*. 2015. 145 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

LINS, Marcelo da Silva. *Os vermelhos nas terras do cacau: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11488>. Acesso em: 20/02/2024

LIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. *Considerações sobre a política do PCB e as lutas sociais entre o fim do Estado Novo e o início do governo Dutra*. 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPE, Recife, 1984. p. 68.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. 295f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo.

MONTEIRO, Claudia. *A política entre razões e sentimentos: a militância dos comunistas no Paraná (1945-1947)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MORAES, João Quartim de. A Influência do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.1, p. 47-88

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p.15-38

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O PCB e a Moral Comunista. *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 3, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20440>. Acesso em: 6 mai. 2024.

MOURA, Anderson Vieira. *O partido dos operários: comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

NETTO, Evaristo Giovanetti. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

NUNES, Guilherme Machado. *Mulheres Comunistas no Brasil*: Elisa Kauffmann Abramovich, Julieta Battistioli e Júlia Santiago da Conceição (1935-1965). Tese (Doutorado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2021.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

PANDOLFI, Dulci. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Astrojildo. *A formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.

PEREIRA, Raquel Aparecida. *Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade! Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG. Belo Horizonte, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luís Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRIORI, Angelo Aparecido. *A Revolta Camponesa de Porecatí: A Luta pela Defesa da Terra Camponesa e a Atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Campo (1942-1952)*. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.1-5.

REIS, Daniel Aarão. A Trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.5, p. 73-108.

REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 248.

REIS, Gustavo de Almeida. O debate racial no Brasil e o PCB (1922-1964): contribuições teóricas de Édison carneiro (1912-1972) e Clóvis moura (1925-2003) à lua da linha partidária. *Revista Antígona*, Tocantins, v.1, n.1, p.64-91, 2022. Disponível em: sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona/article/view/14197. Acesso em: 2 de maio de 2023.

REZENDE, Renato Arruda de. *1947, o ano em que o Brasil foi mais realista que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF. Rio de Janeiro, 2003.

RIBEIRO, Jayme Lúcio Fernandes. *Guerra e paz: a trajetória dos comunistas brasileiros nos anos 1950*. Tese (Doutorado em História) – UFF. Rio de Janeiro, 2008.

SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos Companheiros: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945/1964)*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, p.70-74.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Partido e Militância Sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista de Sociologia e Política*, Paraná, n.8 p.73-93, 1997. Disponível em: revistas.ufpr.br/rsp/article/download/39320/24139. Acesso em: 2 de maio de 2023.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Capítulo de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: Edufba, 2016.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. *Os Impasses da Estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

SILVA, Marcelo. A ambiguidade da singularidade: a incorporação da questão racial brasileira pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas décadas de 1920 e 1930. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 14, p. 1–20, 2022. DOI: 10.5007/1984-9222.2022.e85547. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/85547>. Acesso em: 6 maio. 2024.

SILVA, Raquel Oliveira. *O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*. Dissertação – UFBA, 2012, 134p.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. *Os Comunistas e a Formação da Esquerda (Alagoinhas, 1945-1956)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFBA. 2014.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *A questão feminina no PCB (1925-1956): as mulheres na cultura política comunista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

SOARES, Paula Elise Ferreira. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiro: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

TAVARES, Betzaida Mata Machado. *Mulheres comunistas: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979)*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

ZAIDÁN, Michel. O grande *Tournant*: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, v.1, p. 89-104.

_____. *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Os comunistas em céu aberto*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *O PCB (1922-1930): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

LITERATURA SOBRE ANTICOMUNISMO, DOPS E REPRESSÃO POLICIAL

ASSUNÇÃO, Rosângela P.A. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006

ASSUNÇÃO, Rosângela P.A. Imagens da subversão: polícia política, imprensa e imaginário anticomunista. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Traço Fino, 2014, p.207-228.

IPÓLITO, V. K. *É permitido proibir: o DOPS e a repressão aos comunistas no norte do Paraná (1945-1953)*. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2009, 179p.

IPÓLITO, V. K. Mito e imaginário social: uma proposta de análise acerca da atuação da DOPS em relação ao PCB no norte do Paraná (1945-1953). *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/4045>. Acesso em: 30 dez. 2022

IPÓLITO, V. K. *O vermelho que violenta a ordem: os comunistas sob o olhar da DOPS no Paraná*. 2016. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2016, 253p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá et al. *República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS*. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 29, p. 126-153, jan. 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O ofício das sombras*. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano XLII, n. 1, p. 52-70, jan./jun. 2006.

SILVA, André Gustavo da. *O Anticomunismo Fardado: um estudo sobre representações anticomunistas, intervenção e repressão na Polícia Militar de Minas Gerais (1947-1954)*. São Paulo: Editora Dialética, 2022. E-book.

FONTES E ARQUIVOS CONSULTADOS

Fundo DOPS – Arquivo Público Mineiro		
Número da pasta	Nome da pasta	Datação
0113	Nova Lima Sindicalismo	1961 – 1965
0949	Cia. Morro Velho	s.d
4782	Nova Lima	1937 – 1956
4783	Nova Lima	1935 – 1955
4784	Nova Lima	1938 – 1945
4785	Nova Lima Sindicato	1952 – 1959
4786	Nova Lima Comunismo	1935 – 1960
4787	Nova Lima Comunismo II	1951 – 1966
4889	Raposos Comunismo	1949 – 1961
5342	Mina de Morro Velho	1946
0475	Geraldo Policarpo	1964 – 1973
0605	Sebastião Vitorino	1949 – 1973
3830	Partido Comunista	1963 – 1974
3831	Partido Comunista	s.d
5355	Partido Comunista	1946 – 1947
4905	PC propaganda	1935 – 1946
5306	Boletins de atividades comunistas	1953 – 1954
5331	Boletins subversivos	1960 – 1971
0133	Fotografias	1956 – 1959
0287	Fotografias	1953?
0238	Antecedentes políticos e sociais	1964
3817	Eleições candidaturas	1954 – 1956
3820	Candidaturas	1958
5489	Fichas de Identificação	1964 – 1966
0129	Greves	1961 – 1964
2382	Comunismo em mineradora	1942 – 1949
3854	Inquérito Policial Militar	1964

Entrevistas consultadas	Arquivo
Anélio Marques Guimarães	Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) – UFMG
José Gomes Pimenta (Dazinho)	Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) – UFMG
Armando Ziller	Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) – UFMG
Dimas Perrin	Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) – UFMG
Tarcísio Delgado	Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) – UFMG
João Amazonas	Portal da Câmara dos Deputados Federais
João da Paz Rocha	Comissão da Verdade de Minas Gerais
Alcebiades Campbell Filho	Comissão da Verdade de Minas Gerais
Diógenes de Arruda Câmara	Arquivo Marxista da Internet

Documentos da Coleção Informante do Regime Militar - Arquivo Nacional			
Código	Nome do arquivo	Data	Autoria
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0003_0003	“Texto relativo à situação do PCB em Minas Gerais”	30/01/1952	Serviço público do Estado de Minas Gerais
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACP_0003_0005	“Discussão sindical”	1955	Secretariado Regional e Comitê Central
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACL_0001_0001_0003	“Dos principais fatos verificados no Estado e das informações chegadas ao conhecimento da delegacia de ordem pública de Minas Gerais (boletins com resumos diários)”	1952 - 1955	Chefia de Polícia do Estado de Minas Gerais/ Delegacia Especializada de ordem pública/ setor especial de vigilância.
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACP_0003_0009_0012_D0001DE0001	“Resolução sobre questões de organização do Comitê Regional do PCB em Minas Gerais”	1956 - 1957	Comitê regional de Minas Gerais
BR_RJANRIO_X9_0_ESI_ACP_0004_0002_D0001DE0001 -1962	“Resolução sobre a política de organização do PCB”	s.d	Comitê Central?
BR_RJANRIO_X9.0.ESI, ACP.1/3-5	“Textos relativos aos Comitês Regionais do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Minas Gerais, incluindo informações sobre seus membros; e ao problema sindical	05/11/1956	Não consta

	em Nova Lima.” (Tem mais dois itens não disponíveis online)		
BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.3/5	“Texto relativo a pessoas ligadas ao comunismo em Minas Gerais e à atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) neste estado; aos movimentos e atividades de cunho comunista, com destaque para a movimentação na região central do Brasil, incluindo o sul de Goiás, o sudeste de Mato Grosso e o Triângulo Mineiro.”	1954?	Não consta
BR RJANRIO X9.0.ESI, ACP.2/1	“Ligeiro traçado da nova estrutura orgânica do P.C.B.”, relatando como ficou a estrutura do Partido Comunista do Brasil depois do 4º Congresso, em novembro de 1954, detalhando quais são os organismos internos, as entidades externas tais como o Centro de Estudo da Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, Federação das Mulheres do Brasil, a quantidade de militantes filiados.	1955	Não consta
BR RJANRIO X9.0.ESI, ACP.3/7	“Conferência regional do Vale do Rio Doce sobre o trabalho do Partido [Comunista do Brasil (PCB)] entre as mulheres”.	04/03/1956	Serviço público do Estado de Minas Gerais
	Relatório “Atividades do P. C. em Minas Gerais”, relatando reunião do pleno (sic) do Comitê Regional [do Partido Comunista do Brasil (PCB)] com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, ocorrida de 8 a 10 de		

BR RJANRIO X9.0.ESI, ACP.1/7	dezembro de 1956, bem como da reunião do ativo (sic) dos Comitês Regionais [do PCB] em Minas Gerais, ocorrida no dia 16 daquele mês, incluindo menções ao governo de Bias Fortes no estado, entre outras. (Documento apresenta falha no download em PDF. Consultar online)	20/12/1956	Espionagem
BR RJANRIO X9.0.ESI, ACL.4/4	Panfleto “Companheiros! Trabalhadores da Companhia do Morro Velho!”, fazendo propaganda para eleições de sindicato em Nova Lima.	11/1956	Não consta

Documentos oficiais e declarações de dirigentes do PCB - Arquivo Marxista da Internet

Nome	Data	Autoria
Estatuto PCB	1945	-
Estatuto PCB	1954	-
“União Nacional para a Democracia e o Progresso”	23 de maio de 1945	Discurso proferido por Luís Carlos Prestes em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política.
“Em Marcha para um grande Partido Comunista de Massa”	8 de dezembro de 1946	Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB
“O PCB na luta pela Paz e pela Democracia”	4 de janeiro de 1946	Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, apresentado na solenidade de instalação do Pleno Ampliado do C. N. no Instituto Nacional de Música
“Solução Imediata para os Problemas do Povo”	Julho de 1946	Informe político apresentado à III Conferência Nacional do PCB
“Nossa Política: que todos se unam na luta pela Paz”	Maior de 1949	Luís Carlos Prestes

Manifesto de Agosto	1950	Luís Carlos Prestes em nome do Comitê Nacional do PCB
Programa PCB	1954	-
Declaração Sobre a Política do PCB	Março de 1958	-
Resolução Política do V Congresso do PCB	Setembro de 1960	-
“Os Comunistas Brasileiros e as Divergências no Movimento Comunista Mundial”	Agosto de 1963	Luís Carlos Prestes

Tribunal Regional do Trabalho – Dissídios coletivos
- 1943 - 1 -BR CETRT7 1177.1943.5.03.0
- 1943 - 2 -BR CETRT7 988.1943.5.03.0
- 1946 - BR CETRT7 1692.1946.5.03 e BR CETRT7 1692.1946.5.03.0
- 1952 - BR MGTRT3CMJT 1079.1952.5.03.0
- 1953 - BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03 e BR MGTRT3CMJT 1669.1953.5.03.0
- 1954 - BR CETRT7 597.1954.5.03.0
- 1955 - BR CETRT7 DissídioColetivo616.1955.5.03
- 1959 - BR CETRT7 1791.1959.5.03.0
- 1960 - BR CETRT7 DissídioColetivo391.1960.5.03.0
- 1961 - BR CETRT7 2433.1961.5.03.0

Hemeroteca Estadual Luiz de Bessa	
Data	Jornal
13/10/1948	Estado de Minas
19/10/1948	Estado de Minas
15/10/1953	Estado de Minas
18/10/1953	Estado de Minas
21/10/1953	Estado de Minas
22/10/1953	Estado de Minas
30/10/1953	Estado de Minas
31/10/1953	Estado de Minas
04/11/1953	Estado de Minas
12/11/1953	Estado de Minas
13/11/1953	Estado de Minas
14/11/1953	Estado de Minas
15/11/1953	Estado de Minas
12/05/1955	Estado de Minas
13/05/1955	Estado de Minas
14/05/1955	Estado de Minas
19/05/1955	Estado de Minas

26/05/1955	Estado de Minas
02/06/1955	Estado de Minas
21/04/1956	Estado de Minas
22/04/1956	Estado de Minas
02/04/1964	Diário da Tarde
25/04/1964	Estado de Minas

Comissão da Verdade de Minas Gerais – COVEMG
Documentos utilizados disponíveis nos links abaixo:
www.comissaodaverdade.mg.gov.br/handle/123456789/442/browse?rpp=20&etal=-1&sort_by=1&type=title&starts_with=B&order=ASC
observatorio.trabalho.mg.gov.br/handle/123456789/980?show=full

Outros documentos utilizados

- Anuário Estatístico de Minas Gerais – 1950. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000468/anuario1950mg/anuario1950mg.pdf>
- Recenseamento Geral - 1950 – IBGE. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_09_a_19.pdf
- Fotografia do comunista José Alexandre – Arquivo do Sindicato dos Mineiros de Nova Lima